

Capitalismo, Desigualdade e Pobreza na América Latina

Luis Estenssoro

Orientador: Prof. Dr. Sedi Hirano

Tese de Doutorado

Departamento de Sociologia

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)

Universidade de São Paulo (USP)

São Paulo - 2003

Capitalismo, Desigualdade e Pobreza na América Latina

Luis Estenssoro

Orientador: Prof. Dr. Sedi Hirano

Tese apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP) para obtenção de título de Doutor em Sociologia

Departamento de Sociologia
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH)
Universidade de São Paulo (USP)

São Paulo, 2003

AGRADECIMENTOS

Agradeço a solidariedade das pessoas e instituições que contribuíram de alguma forma em algum momento para que este trabalho se completasse:

- *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP);*
- *Núcleo de Apoio à Pesquisa em Democratização e Desenvolvimento (NADD) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP).*
- *Grupo de Análise de Conjuntura Internacional (Gacint) da Universidade de São Paulo (USP);*
- *Coletivo de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores (PT), em especial os companheiros Prof^ª. Ana Maria Stuart e Prof. Marco Aurélio Garcia;*
- *Professores Maria Célia Paoli (FFLCH-USP), Sílvia Schor (FEA-USP), Eduardo Suplicy (EAESP-FGV), Lúcio Kowarick (FFLCH-USP), Sérgio Adorno (FFLCH-USP), Álvaro Comin (FFLCH-USP), Brasília Sallum Jr. (FFLCH-USP), Ricardo Antunes (UNICAMP), Márcio Pochmann (UNICAMP), Emir Sader (USP e UERJ) e Sedi Hirano (FFLCH-USP), meu orientador.*
- *Amalia Estenssoro, economista para a América Latina, BBVA Securities-NY.*

Aos meus pais, Enrique e Thereza, que acreditam.

À memória do Prof. Maurício Tragtenberg.

“Comecemos, pois, por afastar todos os fatos, pois eles não se prendem à questão”.

Jean-Jacques Rousseau

Discurso sobre a Origem da Desigualdade entre os Homens, 1754.

“Uma estratégia cuidadosa e complexa pode, com o tempo, acabar transformando o capitalismo em socialismo, mas vale dizer que no momento presente ninguém tem uma idéia nítida de como isto pode acontecer, muito menos quando.”

Eric J. Hobsbawm

“Deveriam os Pobres se Organizar?” in: Mundos do Trabalho, 1984.

“Se me fosse perguntado: O que é a escravidão? E eu respondesse numa palavra, É assassinato, o que quero dizer se entenderia de imediato. Nenhum argumento a mais seria necessário para mostrar que o poder que tira do homem seu pensamento, sua vontade, sua personalidade, é um poder sobre a vida e sobre a morte; e que escravizar um homem é matá-lo. Porquê, então, diante desta outra questão: O que é propriedade? Não poderia eu responder da mesma forma, É um roubo, sem ter a certeza de ser mal interpretado; pois a segunda proposição não é nada mais do que uma transformação da primeira?”

Pierre-Joseph Proudhon

O que é a Propriedade? 1890.

“Contra a burguesia coligada fora formada uma coalizão de pequenos burgueses e operários, o chamado partido social-democrata. (...) Quebrou-se o aspecto revolucionário das reivindicações sociais do proletariado e deu-se a elas uma feição democrática; despiu-se a forma puramente política das reivindicações democráticas da pequena burguesia e ressaltou-se seu aspecto socialista. Assim surgiu a social democracia.(...) O caráter peculiar da social-democracia resume-se no fato de exigir instituições democrático-republicanas como meio não de acabar com dois extremos, capital e trabalho assalariado, mas de enfraquecer seu antagonismo e transformá-lo em harmonia. Por mais diferentes que sejam as medidas propostas para alcançar esse objetivo, por mais que sejam enfeitadas com concepções mais ou menos revolucionárias, o conteúdo permanece o mesmo. Esse conteúdo é a transformação da sociedade por um processo democrático, porém uma transformação dentro dos limites da pequena burguesia”.

Karl Marx

O 18 Brumário de Luis Bonaparte, 1852.

RESUMO

Argumentamos que a superação da crise do modelo neoliberal de crescimento econômico, da crise do padrão de acumulação dependente e da crise do modo de produção capitalista tende a se dar por meio de mudanças estruturais vinculadas à situação dos 211 milhões de pobres na América Latina. Desta forma, encaramos a possibilidade da erradicação da pobreza como uma mudança social capaz de dar um mínimo de cidadania possível a essa população e de criar condições para futuras transformações.

Afirmamos que a pobreza e a desigualdade, não sendo exclusivas do capitalismo, persistem e crescem neste modo de produção hegemônico no planeta devido a dois processos: 1) o crescimento econômico capitalista, ou seja, a expansão comercial e o investimento externo como processos que extraem o excedente dos setores e classes não-capitalistas (*mercados externos*) e constituem e consolidam nas áreas periféricas do sistema o imperialismo e sua contrapartida interna, a dependência; e, por outro lado, 2) a superexploração dos trabalhadores por meio da extração crescente de mais-valia (intensificando o trabalho e diminuindo os salários com relação ao valor da força de trabalho), e o processo simultâneo de inclusão marginal no sistema dos desempregados e pobres que trabalham (*working poor*).

Isto é, o desenvolvimento e a dinâmica decorrente da própria expansão do capitalismo produz um exército industrial de reserva e, concomitantemente, um lumpemproletariado considerável. O exército de reserva é classicamente associado ao funcionamento econômico do sistema capitalista. Sustentamos aqui que o lumpemproletariado constitui-se também num produto do sistema capitalista, enquanto população economicamente marginalizada, socialmente excluída, e politicamente destituída dos seus direitos básicos. Em suma, uma transformação na condição dessa pobreza estrutural implica em mudanças estruturais que superem a condição de subcidadãos ou lumpencidadãos desses grupos excluídos.

RESUMEN

Argumentamos que la resolución de la crisis del modelo neoliberal de crecimiento económico, de la crisis del padrón de acumulación dependiente y de la crisis del modelo de producción capitalista tienden a darse por cambios estructurales vinculados a la situación de 211 millones de pobres en América Latina. De esta forma se plantea la erradicación de la pobreza como un cambio social capaz de generar niveles mínimos de participación ciudadana a esta población y de crear condiciones para futuras transformaciones.

Afirmamos que la pobreza y desigualdad, sin ser exclusividad del capitalismo, persisten y crecen en este modelo de producción hegemónico en el mundo debido a dos procesos: 1) el crecimiento económico capitalista, o sea, la expansión comercial y la inversión externa como procesos de extracción de excedentes de sectores y clases no-capitalistas (*mercados externos*) que constituyen y consolidan en las áreas periféricas del sistema el imperialismo y su contrapartida interna, la dependencia; por otro lado, 2) la superexplotación de los trabajadores por medio de la extracción creciente de la plus-valía (intensificando el trabajo y disminuyendo los salarios con relación al valor de la fuerza del trabajo), con el proceso simultáneo de inclusión marginal en el sistema de los desempleados y pobres que trabajan (*working poor*).

En suma, el desarrollo de la dinámica propia de la expansión capitalista produce un ejército industrial de reserva y concomitantemente un lumpemproletariado considerable. El ejército de reserva es clásicamente asociado al funcionamiento económico del sistema capitalista. Sostenemos aquí que este lumpemproletariado es también un producto del sistema capitalista, como población economicamente marginada, socialmente excluida y politicamente destituida de sus derechos básicos. En suma, una transformación en las condiciones de esta pobreza estructural implica cambios estructurales que superen la condición de subciudadanía o de lumpenciudadanía de estos grupos excluidos.

ABSTRACT

We argue that in order to overcome the crisis of the neoliberal model of economic growth, the crisis of dependent-capitalist accumulation and the crisis of the capitalist mode of production we require structural changes linked to the livelihood of 211 million Latin American poor. In this way, we envisage the possibility of eradicating poverty as a social change capable to give a minimum of possible citizenship to this population and to create conditions for future transformations.

We affirm that poverty and inequality, though not exclusively a capitalist phenomena, persists and grows in this global and hegemonic production model due the two processes: 1) capitalist economic growth, such as the commercial expansion and the direct foreign investment, as processes extracting surpluses from non-capitalists sectors and classes (*external markets*) that constitute and consolidate the peripheral areas of the imperialist system, and its internal counterpart, dependency; on the other side, 2) the super-exploration of the workers by means of increasing extraction of plus-value (intensifying the work and diminishing the wages in relation to the value of the work force), and the simultaneous process of marginal inclusion in the system of the unemployed and the *working poor*.

The development and the dynamics of the capitalist expansion produce an industrial reserve army together with a sizable lumpenproletariat. The reserve army is typically associated with the economic functioning of the capitalist system. We argue that the lumpenproletariat is also a by-product of the capitalist system, as a population economically marginalized, socially excluded, and politically destitute of its basic rights. In short, a transformation of the conditions of such structural poverty implies structural changes able to overcome the condition of sub-citizenship or lumpencitizenship of these excluded groups.

ÍNDICE

I. CAPITALISMO E SUBDESENVOLVIMENTO	12
A. NEOLIBERALISMO E GLOBALIZAÇÃO	13
B. DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E IMPERIALISMO	44
C. DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA.....	63
II. DESIGUALDADE E POBREZA NO CAPITALISMO	80
A. PANORAMA GLOBAL.....	81
B. ANÁLISE REGIONAL (CEPAL, BID, BIRD, PNUD).....	117
C. ARGENTINA, BRASIL E MÉXICO	139
1. <i>Argentina</i>	156
2. <i>Brasil</i>	165
3. <i>México</i>	191
III. CLASSES SOCIAIS NA SOCIEDADE GLOBAL.....	201
A. QUESTÃO SOCIAL, DIREITOS SOCIAIS E EXCLUSÃO SOCIAL	202
1. <i>Pobreza e Questão Social</i>	202
2. <i>A Cidadania na Sociedade Global</i>	220
3. <i>Teoria e Prática</i>	230
B. MARGINALIDADE E LUMPENPROLETARIADO	250
IV. BIBLIOGRAFIA UTILIZADA	272
A. LIVROS.....	273
B. ARTIGOS E CAPÍTULOS DE LIVROS	274
C. RELATÓRIOS E TEXTOS	283
D. SITES, BASES DE DADOS, JORNAIS E REVISTAS	284

INTRODUÇÃO

Ao analisar o processo de desenvolvimento das economias nacionais da América Latina na sua relação com o mercado mundial, queremos evidenciar se as transformações em curso indicam que a erradicação da pobreza e a diminuição radical da desigualdade podem tornar-se uma realidade afinal.

Levando em conta a determinação por fatores sócio-econômicos; a dimensão histórica dos processos sociais e econômicos; a centralidade das classes sociais, com sua dimensão internacional; e as mudanças estruturais, enquanto transformações profundas dentro de uma estrutura sócio-econômica, queremos dimensionar se esses objetivos são possíveis.

Iremos evidenciar, então, as relações existentes entre as recentes mudanças do capitalismo na era da globalização com os níveis de desigualdade na distribuição de renda e riqueza e com a situação de pobreza e de indigência na América Latina

No nosso entendimento, as transformações sociais que ocorrem no plano sócio-econômico interagem com as reformas estruturais que visam a emancipação popular (democratização do Estado, da sociedade e da economia; e expansão da cidadania), bem como com a construção de alicerces institucionais de uma nova ordem econômica internacional.

Contudo, também podemos falar de uma gestão capitalista da crise administrada pelas instituições econômicas internacionais, pelos grandes conglomerados transnacionais e pelo sistema financeiro internacionalizado, que são responsáveis pela crescente transnacionalização excludente do processo decisório, tanto o econômico quanto o político.

Este sistema internacional assim entendido é comandado pela maior economia do mundo e pela nação militarmente mais poderosa, para dizer apenas duas características decisivas dos Estados Unidos da América. Os EUA assumem, assim, a liderança imperial mundial no processo de reconfiguração da dominação e da exploração capitalistas.

A associação desta estrutura imperial planetária com as elites locais criou uma dupla desigualdade para a população da América Latina: a primeira consiste na desigualdade entre as nações ricas e as nações pobres, e a segunda é a desigualdade interna, que chega a ser maior que em outros continentes.

A tese que defendemos aqui consiste na afirmação de que a pobreza e a desigualdade, não sendo exclusivas do capitalismo, persistem e crescem neste modo de produção hegemônico no planeta devido a dois processos:

- *crescimento econômico capitalista*: a expansão comercial e o investimento externo, são processos que desorganizam setores e classes não-capitalistas (“*mercados externos*”) e constituem e consolidam nas áreas periféricas o imperialismo e sua contrapartida interna, a dependência. Trata-se do processo de extração do excedente econômico das sociedades do Terceiro Mundo, perpetrada por meio de mecanismos como a deterioração dos termos de intercâmbio, a troca desigual, a repatriação dos lucros dos investimentos externos, a transferência dos *royalties* de produtos e processos tecnológicos, pagamento de juros das dívidas externas, etc.; e
- *superexploração* dos trabalhadores por meio da extração crescente de mais-valia, bem como a *inclusão marginal* dos pobres que trabalham: o desenvolvimento e a dinâmica decorrente da própria expansão do capitalismo produz um exército industrial de

reserva que tem articulação comprovada com o sistema, e, concomitantemente, um lumpemproletariado com funcionalidade questionada.

Ambos processos têm se acelerado com a globalização capitalista, que é constituída pela Terceira Revolução Tecnológica, pela hegemonia financeira na economia mundial cada vez mais internacionalizada, e pela superação do padrão *fordista* de organização da produção. Todos estes fatores convergem para dilatar as possibilidades e rentabilidade do capital em detrimento do trabalho.

Especialmente desde os anos 1970, o processo de reclassificação social da população mundial em escala global, devido à reconfiguração das relações entre o capitalismo e o trabalho, está vinculado a mudanças na estrutura mundial de acumulação capitalista, associadas ao predomínio da acumulação especulativa e financeira. Como resultado temos a extrema concentração de recursos nos países centrais, determinando uma hierarquização das economias no planeta.

Porém, além da crise do padrão de acumulação dependente latino-americano, evidente com a crise do modelo nacional-desenvolvimentista, podemos visualizar uma crise econômica capitalista que atravessa a segunda metade do século XX como resultado da queda das taxas de lucro que se começa a verificar nos anos 1960, e que se traduz nas taxas baixas de investimento, poupança e crescimento.

Ou seja, além das crises financeiras cada vez mais freqüentes e das recessões que se verificaram, agora há um agravante estrutural que evidencia a dificuldade do capitalismo em se tornar um sistema que propicie condições de vida aceitáveis para todos. Na verdade, a crise econômica é uma crise de um sistema capitalista que não se sustenta enquanto sistema econômico capaz de garantir a reprodução social das sociedades do planeta.

Sem ter um mínimo de equidade econômico-social o sistema capitalista reproduz a miséria já existente (situação de pobreza e indigência) e cria mais precariedade nos empregos e mais desemprego entre os trabalhadores (processo de exclusão social), conformando simultaneamente um lumpemproletariado planetário ao lado de um exército industrial de reserva superexplorado e globalizado. O exército de reserva é classicamente associado ao funcionamento econômico do sistema capitalista. Sustentamos aqui que o lumpemproletariado constitui-se também num produto do sistema capitalista, enquanto população economicamente marginalizada, socialmente excluída, e politicamente destituída dos seus direitos básicos. Mais ainda, a sua dinâmica social global revela as possibilidades de superação do sistema capitalista, na medida em que não estaremos de fato avançando na questão sócio-econômica se não superarmos a condição de subcidadãos, ou lumpencidadãos, desses grupos excluídos. Sem dúvida que uma transformação na condição dessa pobreza estrutural implica numa mudança estrutural do capitalismo.

O modelo alternativo a esta coalizão neoliberal, que impôs o ajuste estrutural, também está em crise: por um lado está a social-democracia, que propõe transformações sociais por meio de reformas, o que historicamente tem se revelado um reforço da reprodução social do capitalismo; por outro lado encontramos o bolchevismo, que propõe a superação do capitalismo por meio da revolução política, o que nas condições atuais se revela impraticável.

Pretendemos demonstrar que a superação da crise do modelo neoliberal de crescimento econômico, da crise do padrão de acumulação dependente e da crise do modo de produção capitalista tende a se dar por meio de mudanças estruturais vinculadas à pobreza e à desigualdade, particularmente à situação dos 211 milhões de pobres na América Latina. Desta forma, encaramos a possibilidade da erradicação da pobreza como uma mudança estrutural

capaz de dar um mínimo de cidadania possível a essa população e de criar condições para futuras transformações ainda maiores.

Temos como hipóteses secundárias as suposições que:

- A desigualdade crescente verificada entre os países e entre as classes sociais, empiricamente comprovada, tende a aumentar devido à própria dinâmica sócio-econômica do sistema capitalista monopolista globalizado.
- A gestão neoliberal da globalização tende a agravar a situação, promovendo uma maior exclusão social na América Latina.
- A meta de erradicação da pobreza torna-se inviável, evidenciando assim a falência da gestão neoliberal da globalização, com seu modelo de crescimento econômico, bem como do sistema capitalista enquanto padrão social de igualdade e democracia.

Sustentamos aqui que a desigualdade é um componente estrutural do sistema devido a processos conhecidos de exploração e dominação. Esta desigualdade inviabiliza que a pobreza seja erradicada por meio apenas de políticas focalizadas e administradas por um bloco de poder de classes sociais interessadas apenas em consolidar o modelo econômico neoliberal nas formações sociais latino-americanas.

O processo de democratização, enquanto movimento de emancipação popular e de transformação da ordem sócio-econômica internacional, se transforma, então, num vetor de questionamento deste modelo político-econômico neoliberal, como também do seu modo de desenvolvimento globalizado, ou seja, seu padrão de desenvolvimento dependente, concentrador e excludente, que é a forma de inserção da América Latina na economia mundial. No limite, o processo de democratização generalizado e progressivo aponta também para a busca de alternativas não-capitalistas.

I. Capitalismo e Subdesenvolvimento

A. Neoliberalismo e Globalização

Para analisar as relações internacionais no sistema capitalista, principalmente entre países ricos e pobres, enfocando a questão de um ponto de vista *humano*, é preciso ater-se a um *parâmetro social* de avaliação de políticas públicas e de processos de desenvolvimento social. Assim, ao investigar o processo de desenvolvimento das economias nacionais da América Latina na sua relação com o mercado mundial é preciso verificar se estão ocorrendo *transformações* que apontem na direção da *erradicação da pobreza e da diminuição radical da desigualdade*. Somente assim saberemos qual a natureza da relação entre o sistema capitalista e as sociedades latino-americanas.

Como no sistema capitalista a *acumulação de capital* está associada à produção de *mais-valia*, temos que o crescimento econômico se regula por um mecanismo que estabelece e ao mesmo tempo encobre uma *relação de poder social*. Isto porque a *acumulação de capital* se associa com a *exploração*, a qual deve ser socialmente estruturada e reproduzida. Assim, se o mercado é um mecanismo condutor num *sistema de trabalho social*, que é controlado pela moeda; também institucionaliza *relações de poder* entre proprietários dos meios de produção e trabalhadores assalariados. A própria existência de uma *estrutura de classes* transforma a *contradição* dos interesses de classe numa *contradição* de imperativos de sistema, pois esta *estrutura de classes* se expressa no Estado, cuja correlação de forças conduz a política econômica e o enfrentamento das crises econômicas periódicas. Vemos então que *mudanças sociais* implicam em *contradições* ou *crises*. Portanto, a *crise econômica* que ameaça a *integração social* é, ao mesmo tempo, uma *crise social* na qual a *contradição dialética* entre membros de uma sociedade transforma-se em *contradições sistêmicas*.¹

Esta linha de análise evidencia uma conexão entre a *erradicação da miséria* como um mínimo necessário de *cidadania (integração social)* e as transformações sócio-econômicas estruturais (*integração sistêmica*). Desta forma, a perspectiva *crítica* se faz necessária para a concretização de um projeto *emancipatório*. Dentro dele cabe certamente o paradigma do *materialismo histórico*, que pode ser utilizado inclusive para se dar uma explicação abrangente das *relações internacionais*. Uma abordagem das relações internacionais centrada no marxismo deve levar em conta pelo menos quatro temas²:

- a. *Determinação material*, ou determinação por fatores sócio-econômicos, efetivada pelos *sistemas de propriedade* e de controle da produção, isto é, pelas *relações de produção*. Estas últimas, combinadas com as *forças produtivas*, formam *modos de produção* que se consolidam nas diversas *formações sociais*. Abstendo-se de qualquer determinismo estruturalista, pode-se afirmar que não existe nenhum *sistema internacional* ou qualquer componente de sua atividade que possa ser abstraído do *modo de produção*. Assim, o Estado passa a ser entendido como um lugar de disputa e acomodação dos interesses das *classes sociais* de uma determinada *formação social*, definida pela sua estrutura sócio-econômica.
- b. *Determinação histórica*, assim como o contexto sócio-econômico é importante, da mesma forma a dimensão histórica dos processos sociais e econômicos é fundamental. É esta dimensão que nos possibilita entender a transitoriedade das sociedades e dos *modos de produção* e nos orienta para a escolha de alternativas.

¹ Habermas, Jürgen. *A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980, pp. 11-68.

² Halliday, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre, UFRGS, 1999, pp. 61-86.

- c. *Centralidade das classes sociais*, e, naturalmente, da dimensão internacional da atuação das mesmas no capitalismo desde os seus primórdios. Assim, também o Estado, além de ser a resultante de forças políticas internas mais amplas (como vimos no item a), ele se mostra permeável a pressões externas que internacionalizam os fatores políticos e econômicos dentro da Nação.
- d. *Revolução*, ou “conflito inevitável” (para Halliday), ou *mudança estrutural* (para nós) que se torna cada vez mais próxima, dadas as desigualdades extremas e a pobreza crônica. Porém, as revoluções, enquanto transformações profundas dentro de uma estrutura sócio-econômica, ao pretender mudar o caráter social dos Estados (*revoluções políticas*) e o sistema de dominação de classes (*revoluções sociais*), encontram resistência que vão da repressão violenta à simples *administração dos conflitos*. Este último mecanismo foi um potencial subestimado de melhorias dentro do capitalismo (Estado do Bem Estar Social ou *Welfare State*) que conteve a construção de alternativas emancipatórias durante o século XX.

Como pretendemos evidenciar as relações existentes entre as recentes transformações do capitalismo na era da globalização e a desigualdade na distribuição de renda e riqueza, bem como estabelecer parâmetros para avaliação do desenvolvimento ocorrido na periferia do sistema levando em conta seu efeito sobre os níveis de pobreza dos últimos 30 anos na América Latina, baseamos nossa hipótese central em torno da seguinte questão: *Qual é a relação entre desenvolvimento capitalista e a pobreza e a desigualdade existentes nas sociedades latino-americanas?*

Inicialmente pode-se considerar se os níveis críticos de pobreza e desigualdade na região devem-se a um determinado *modelo econômico* predominante (o chamado *ajuste estrutural neoliberal*, por exemplo) associado a condições específicas da região ou, ao contrário, pode-se responsabilizar o próprio *sistema capitalista* internacional enquanto mecanismo de reprodução social que engendra pobreza, exclusão e desigualdade. Posto de outra forma: Como a configuração do capitalismo contemporâneo e a força ideológica e política do *neoliberalismo*³ podem ser superadas para que o processo de desenvolvimento possa significar a erradicação da pobreza como um mínimo de *cidadania* possível?

Se a possibilidade democrática das sociedades contemporâneas passa pela erradicação da miséria, restam então diante deste quadro duas alternativas: 1) é preciso uma *transformação* qualitativa do sistema capitalista, isto é, reformas profundas no Estado, na sociedade e na economia dos diversos países; ou 2) será necessária a *superação* do sistema capitalista, em direção a uma sociedade socialista global. A primeira hipótese diz respeito a um *modelo de crescimento econômico neoliberal* aplicado em diversos países que seria estruturalmente incompatível com a promoção do desenvolvimento humano nas sociedades contemporâneas. A segunda hipótese diz respeito ao *modo de produção capitalista* cujo *padrão de acumulação* imanente estaria em contradição com qualquer sistema de distribuição democrática do excedente produzido, pois seria fruto de apropriação econômica e dominação política exercida no sistema como um todo.

³ “Sem intervenção política ativa dos governos Thatcher e Reagan, e também do conjunto dos governos que aceitaram não resistir a eles, e sem a implementação de políticas de desregulamentação, de privatização e de liberalização do comércio, o capital financeiro internacional e os grandes grupos multinacionais não teriam podido destruir *tão depressa e tão radicalmente* os entraves e freios à liberdade deles de se expandirem à vontade e de explorarem os recursos econômicos, humanos e naturais, onde lhes for conveniente”. De outra forma não ocorreria a perda da capacidade dos Estados Nacionais de conduzir um desenvolvimento parcialmente autocentrado e independente, pois esta perda **não** constitui uma consequência mecânica da *globalização*. Chesnais, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Xamã, 1996, p. 34.

Ao tentar estabelecer qual a capacidade real de transformação que a sociedade civil democrática internacional possui frente a uma coalizão sócio-econômica neoliberal, vemos que após a queda do *comunismo burocrático*⁴ e com a redemocratização formal das nações da América Latina entre outras, promove-se uma celebração da “transição democrática” como triunfo da forma liberal-democrática de governo. Mais, pretende-se identificar a democracia liberal com o próprio sistema capitalista. Mais ainda, celebra-se o “modo neoliberal de governar”, cuja eficácia no controle dos conflitos (*governabilidade*) e gerenciamento das contradições da sociedade (*governança*) é festejada. Na verdade, trata-se da desmobilização da população, despolitização dos conflitos com um discurso técnico-administrativo, e investimento no Estado como gerente de demandas. Assim, os espaços públicos são monopolizados pelo *pensamento único*⁵ evaporando, conseqüentemente, o processo de construção de referências públicas políticas e de universalização ética dos direitos da cidadania.

O discurso e a doutrina neoliberal garantem a sua dominância estratégica na medida em que são promovidos por uma *ideologia*⁶ apoiada no ideal democrático e na liberdade do indivíduo, porém, sobre uma base de pobreza massiva, de desigualdade extrema⁷ e, como se não bastasse, de anulação de sujeitos coletivos nos espaços públicos (*globalismo*)⁸.

⁴ Usamos *comunismo burocrático* como sinônimo de *socialismo real*. Max Weber utilizava a expressão *socialismo de Estado* ou *socialismo burocrático*. Tragtenberg usa *coletivismo burocrático* para caracterizar a formação econômico-social da URSS, do Bloco Oriental, China atual e Cuba. “O capitalismo de Estado, ou melhor, o processo de modernização levado a efeito por uma elite industrializante sob a direção de um partido único, implica nos seus inícios, já a burocracia. [...] Esta burocracia possui o Estado como propriedade privada.” Tragtenberg, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo, Ática, 1992, pp. 40-41, 86.

⁵ O *pensamento único* é a tradução em termos ideológicos de uma pretensão universal dos interesses de um conjunto de forças econômicas, em particular do capital internacional. Ramonet, Ignácio. “La Pensée Unique”. *Le Monde Diplomatique*, jan 1995, p.1.

⁶ Por *ideologia* entendemos um sistema ordenado de idéias, representações, normas e regras como algo separado e independente das condições materiais. Isto é, o ocultamento da realidade social enquanto conjunto de *relações sociais* (entre os homens e destes com a natureza) produzidas pelas formas sociais de exploração econômica e dominação política que acontecem ao longo dos processos históricos. Desta forma, esconde-se que os sujeitos da história não são os indivíduos, mas as classes sociais. Para Chauí, “a ideologia é o resultado da luta de classes e tem por função esconder essa luta”. Assim, as *funções da ideologia* são: apagar as diferenças como sendo de classes sociais; e fornecer aos membros da sociedade elementos para a reconstrução da sua *identidade social* tendo como base *universais abstratos*, isto é, um ideário fruto da transformação de idéias particulares da classe dominante em idéias universais de todos e para todos os membros da sociedade, como se na realidade social existisse uma universalidade humana não fragmentada em classes sociais. Chauí, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

⁷ Coube à situação gritante de pobreza e à desigualdade estruturalmente produzida a criação de *fissuras na ordem burguesa* da maneira como esta vinha sendo constituída. Trata-se de amplas alianças políticas e sociais que hoje são possíveis graças ao próprio discurso que antes servia à burguesia. Isto porque, como veremos, chega-se a um ponto em que até esses *universais abstratos* citados acima já não são tolerados pelas classes dominantes, que irão se voltar contra as próprias conquistas burguesas como a *razão comunicativa* e a *democracia procedimental*, por exemplo.

⁸ Aqui usamos uma acepção diferente da sugerida por Viotti e Kauppi, que com *globalismo* querem designar uma corrente dentro da Teoria das Relações Internacionais, ao lado do Realismo (Estado e equilíbrio do poder) e do Pluralismo (transnacionalização e interdependência). Os “Globalistas” seriam os que adotam uma visão dependentista ou própria da teoria do sistema-mundo, além dos marxistas (Marx, Hobson, Lênin, e Rosa Luxemburgo) e dos cepalinos (CEPAL e UNCTAD: Prebisch, Furtado, etc.). A corrente dos “globalistas” enquanto tendência teórico-metodológica pode até existir, mas o termo *globalismo* para designá-la é impróprio. Preferimos a classificação usada por Arenal, segundo o qual existem três paradigmas hoje em dia: a) o paradigma tradicional, realista ou “estatocêntrico”; b) o paradigma da sociedade global, transnacional ou da interdependência; e c) o paradigma da dependência, também chamado neo-marxista ou estruturalista. Na verdade, *globalismo* é teoria e prática, isto é, o *globalismo* constitui-se simultaneamente em objeto de reflexão e ação. O *globalismo* não se reduz ao neoliberalismo. Como configuração histórico-social nova, o *globalismo* é produto e condição de múltiplos processos sociais, econômicos, políticos e culturais de forças deflagradas com a *globalização* do capitalismo, isto é, do capitalismo enquanto modo de produção global e também como processo civilizatório. Viotti, Paul e Kauppi, Mark. *International Relations Theory*. Nova York, Macmillan, 1993. Arenal, Celestino del. “La Teoría de las

Desta forma, impede-se a construção de um referencial público daquilo que é equânime, bem como a criação da noção de *equidade coletiva* na luta política dos movimentos sociais. Pelo contrário, as *tecno-estruturas*⁹ estão empenhadas em promover uma *racionalização instrumental dos mecanismos de controle social*. A *razão comunicativa* e a *democracia procedimental*, conquistas da sociedade burguesa, são aniquiladas na sua universalidade quando se transforma a *cidadania*, que é uma responsabilidade política individual e social, numa “*sociabilidade do mercado capitalista*” codificada e regulamentada de acordo com interesses de dominação e apropriação.¹⁰

Além disso, a *pobreza relativa* (desigualdade) em nível internacional é marcada pelo desenvolvimento do capitalismo que produz uma crescente desigualdade na distribuição da renda entre nações pobres e ricas. Este “argumento da divergência”¹¹ é compartilhado por diversas interpretações: a marxista, que retrata a desigualdade como um componente estrutural da acumulação capitalista na economia mundial; a vertente ligada à CEPAL, que argumenta que uma deterioração nos termos de intercâmbio estaria levando a uma crescente desigualdade entre nações ricas e pobres; os estudos da “dependência” e do “sistema-mundo”, que também enfatizam a existência de uma economia capitalista internacional, corporificada num comércio global e na divisão internacional do trabalho, que permite a contínua transferência de excedente da periferia para o centro da economia internacional. Entre estas opiniões, a explicação dos mecanismos que geram a persistente desigualdade pode variar, mas todas concordam que a desigualdade da distribuição da renda mundial tem crescido ao longo do tempo.

O fato é que o sistema capitalista está sendo incapaz de prover o sustento mínimo de toda a população do planeta, tarefa que deveria desempenhar com mais razão agora que o *modo de produção* capitalista se tornou hegemônico na maioria das *formações sociais* contemporâneas. Isto acontece porque a estrutura de poder mundial consegue impor um *modelo de crescimento econômico* concentrador e excludente e se funda num *padrão de acumulação* que exclui sistematicamente a maioria da população da maioria dos povos.

Relaciones Internacionales Hoy: Debates y Paradigmas”. *Estudios Internacionales*. Santiago, nº 86, abr-jun 1989, pp. 153 a 182. Ianni, Octavio. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp. 183-193.

⁹ “A nosso ver, pois, a noção de *tecnoestrutura estatal* envolve os seguintes elementos e relações: a) o encadeamento entre a tecnocracia e os órgãos de planejamento; b) a utilização crescente de certas modalidades do pensamento técnico-científico; c) o fortalecimento do Poder Executivo, em detrimento do Poder Legislativo e dos princípios da ‘democracia representativa’; e d) o sistemático encadeamento recíproco das relações de dominação (políticas) e apropriação (econômicas)”. Isto é, na *tecnoestrutura* se encontram a *estrutura econômica* e a *estrutura de poder* enquanto duas faces conexas do planejamento e da tomada de decisões. Ianni, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991, pp. 309-316; ver também: Ianni, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, p. 121.

¹⁰ Para **Habermas**, se o conhecimento instrumental permite ao homem satisfazer suas necessidades perante a natureza, o conhecimento comunicativo o impele a emancipar-se de todas as formas de repressão social. Este conhecimento comunicativo produz *enunciados* em um *discurso teórico* que são considerados legítimos ou ilegítimos quando o *discurso prático* desemboca num *consenso*. Ou seja, os *discursos práticos* legitimam as *normas*, assim como os *discursos teóricos* conduzem ao *consenso*. A função da ideologia, assim, é a de impedir a abertura de *discursos práticos* por meio de visões do mundo religiosas ou metafísicas que cumprem a dupla função de impedir que as normas e instituições sejam tematizadas. Na luta por um *modelo de ação comunicativa pura*, enquanto forma de interação e de organização social caracterizada pela eliminação de todas as formas de coação externa (social, econômica e política) e interna (inconsciente), a *argumentação comunicativa* dos *discursos práticos* não prescinde da *ação estratégica* que visa a competição pelo poder nem da *elucidação pedagógica* a fim de neutralizar a ideologia tecnocrática atual (*globalismo*). Freitag, Bárbara. e Rouanet, Sergio.P. “Introdução” in _____ *Habermas*. São Paulo, Ática, 1993, p. 13-22.

¹¹ Korzeniewicz, Roberto e Moran, Timothy. “World-Economic Trends in the Distribution of Income, 1965-1992”. *American Journal of Sociology*, vol 102, nº 4, jan 1997, pp. 1000-1039.

Mais ainda, a *questão social* coincide com a *crise* do sistema capitalista. Para Chesnais¹², as sucessivas *crises financeiras*, em episódios múltiplos e variados, nada mais são que a manifestação da situação de crescimento muito lento e de superprodução que caracterizou a economia mundial ao longo de toda a década de 1990. O fato de ultimamente até a Ásia e os EUA terem entrado em *recessão* nos revelaria uma *crise econômica* maior, que exprime os limites do “*regime de acumulação sob dominância financeira*”.

“A crise traduz a impossibilidade de assegurar a uma quantidade suficiente de capital as condições para que se complete o ciclo de valorização, de produção e de comercialização, de criação e de realização do valor e da mais-valia, e isso em razão da insuficiência endêmica de demanda solvente mundial”¹³.

Assim, as populações são continuamente marginalizadas por um sistema que não permite que suas necessidades mais prementes se transformem em demanda solvente, em demanda monetária. A exclusão das pessoas da “civilização” (*processo civilizatório capitalista*) seria, portanto, de natureza econômica. Essa exclusão “é produto direto do regime de acumulação nascido da desregulamentação e liberalização e da destruição não apenas de empregos, mas de sistemas sociais de produção inteiros”.

O argumento¹⁴ continua ao afirmar que a *globalização* e sua influência sobre a acumulação de capital provocam sobre o consumo doméstico uma dupla pressão: 1) de um lado, ocasionam a queda dos rendimentos do trabalho assalariado; e 2) de outro, redistribui a renda em favor dos rentistas (classe social que detém a propriedade do capital financeiro). Além disso pesam sobre as finanças públicas três mecanismos regressivos em termos de distribuição de renda e de solvência dos Estados nacionais: 1) queda na arrecadação de impostos diretos e indiretos em função do *desemprego estrutural* e da estagnação do consumo; 2) redução dos impostos sobre o capital e sobre os rendimentos resultantes de aplicações financeiras; e, finalmente, 3) aumento do peso orçamentário do serviço da dívida pública, tanto interna como externa, devido ao aumento das taxas de juros.

A *globalização*, ao promover uma economia de mercado privatizada, desregulamentada e liberalizada estaria desobrigando o capitalismo de procedimentos, regras e instituições que lhe permitira construir um *contrato social* na forma de Estado do Bem Estar Social. Mais ainda, a internacionalização do capital teria um papel fundamental no processo de desregulamentação cumulativa dos mecanismos associados à regulação *fordista*.

Por *acumulação fordista*¹⁵ entenda-se: predominância absoluta do trabalho assalariado como forma de inserção social e de acesso à renda; um ambiente monetário internacional estável, com taxas de câmbio fixas entre moedas soberanas em seu mercado interno e com grau significativo de subordinação das finanças às necessidades da indústria; e existência de Estados dotados de instituições fortes o suficiente para disciplinar o funcionamento do capital privado e suprir suas deficiências setoriais. Tudo isto está sendo posto em questão pelos processos tecnológicos, sociais, econômicos e políticos em curso e que têm a denominação genérica de *globalização*.

¹² Chesnais, François. “A Fisionomia das Crises no Capitalismo Mundializado”. *Novos Estudos Cebrap*, nº 52, nov 1998.

¹³ Op Cit., p. 52-53.

¹⁴ Chesnais (1996), Op Cit., pp. 295-321.

¹⁵ Op Cit.

Entendemos a *globalização*¹⁶ como uma nova configuração do capitalismo - nascida da desregulamentação e liberalização do comércio internacional, dos investimentos diretos e dos fluxos financeiros, juntamente com a internacionalização da produção, circulação e consumo - configuração esta que se coloca dentro de um processo de *mundialização* que remonta às cruzadas, passa pelos descobrimentos, conquista, colonização, imperialismo, transnacionalização de empresas, internacionalização dos mercados financeiros e, agora, culmina com a formação de um espaço econômico, político, estratégico, informacional cada vez mais global, único e múltiplo simultaneamente. Este processo (*mundialização*) e sua atual configuração (*globalização*) revelam o extraordinário desenvolvimento do capitalismo, mas não escondem a sua incapacidade de prover o sustento da população mundial. Nisto consiste a crise. E esta é uma crise que se dá em três níveis:

- crise do *modelo neoliberal de crescimento econômico*,
- crise do *padrão de acumulação dependente* e
- crise do *modo de produção capitalista*.

O processo de *globalização*¹⁷ se trata de uma *aceleração* do processo histórico, na medida em que é uma alteração *quantitativa* que está levando a uma alteração *qualitativa*. Processos sociais, econômicos, políticos e culturais que constituem a *mundialização*, são intensificados pelas forças deflagradas com a *globalização* do capitalismo, isto é, do capitalismo enquanto modo de produção global e também como processo civilizatório. O *globalismo* é, portanto, a expressão dos novos desenvolvimentos da realidade social em termos da intensificação e da generalização das forças produtivas e das relações capitalistas de produção, configurando uma nova dinâmica no mercado, nas técnicas produtivas e nas formas de organização do trabalho social. Ora, este cenário é organizado pelas *corporações transnacionais* e pelas *organizações multilaterais*, que estruturam os processos de dominação política e apropriação econômica que caracterizam a *globalização*.¹⁸

Assim, pode-se falar de uma *gestão capitalista da crise* comandada pelas **instituições econômicas internacionais**¹⁹, pelos **grandes conglomerados transnacionais**²⁰ e

¹⁶ Chesnais usa o termo *mundialização* no lugar de *globalização*. Aqui usamos o termo *mundialização* em outro sentido. Por *globalização* entendemos a recente configuração do capitalismo, que está inserido dentro de um processo histórico antigo de internacionalização dos acontecimentos sócio-econômicos ao qual denominamos *mundialização*. Ao assumirem um caráter internacional, os processos históricos se mundializam, e à sua atual configuração (Terceira Revolução Tecnológica, superação do fordismo, globalização dos mercados, etc.) denominamos *globalização*.

¹⁷ “A **globalização** pode ser definida como a interação de três processos distintos, que têm ocorrido ao longo dos últimos vinte anos, e afetam as dimensões financeira, produtivo-real, comercial e tecnológica das relações econômicas internacionais. Esses processos são: a expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; o acirramento da concorrência nos mercados internacionais; e a maior integração entre os sistemas econômicos nacionais”. Gonçalves, Reinaldo. *Globalização e Desnacionalização*. São Paulo, Paz e Terra, 1999, pp. 24-25.

¹⁸ Segundo D’Alema, o processo de *globalização* abre três grandes questões: 1) Como reduzir as **desigualdades** sociais que se acentuaram; 2) Como fazer conviver as diferentes **identidades** em um mundo global; e 3) Como impor controles **democráticos** ao capitalismo para evitar a formação de oligarquias que dominem o mundo. D’Alema, Massimo. Entrevista. *Carta Capital*, 8 de janeiro de 2003, pp. 48-53.

¹⁹ Na Conferência de Bretton Woods (1944) para estabelecer uma ordem econômica internacional criou-se o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BIRD). A Organização Mundial do Comércio (OMC) surge em 1995.

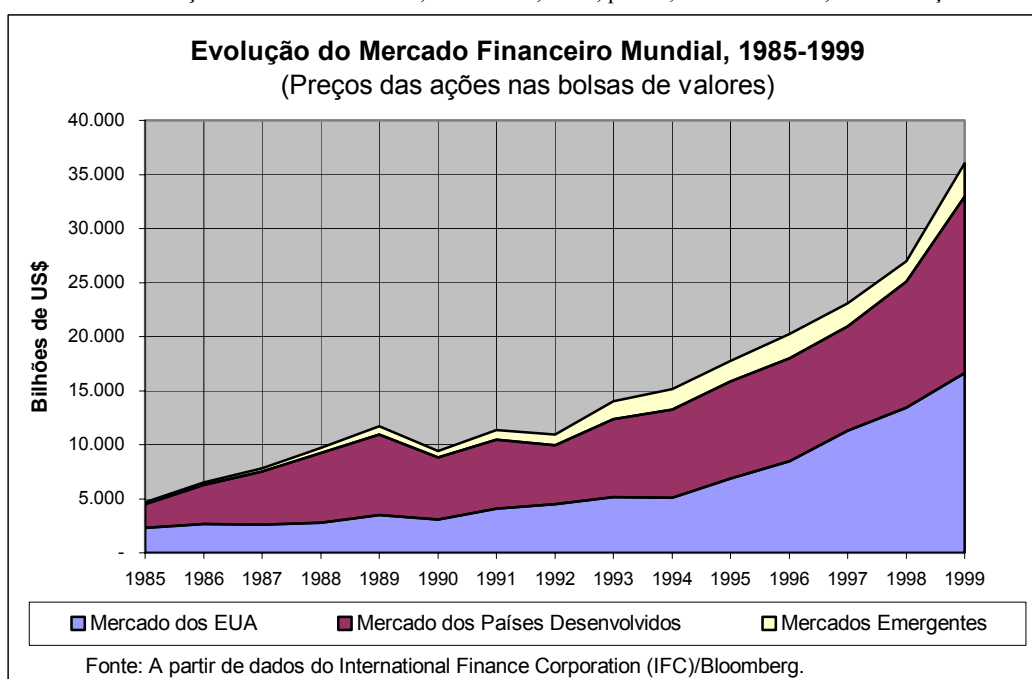
²⁰ “Do ponto de vista da teoria econômica convencional, o **conglomerado** poderia parecer uma aberração, porquanto não se apóia nem nas economias de escala nem nas consabidas vantagens da integração vertical: redução de estoques, sincronização de fases complementares de um processo produtivo, etc. Não obstante, a sua vitalidade é evidente, pois já constitui a forma predominante de organização da produção. Baseia-se ele em dois princípios: inverter em múltiplos setores com um mínimo de inter-relação é reduzir o coeficiente de risco; na luta pelo controle de um mercado é mais importante dispor de poder financeiro do que possuir uma elevada participação nesse mercado. [...] O **conglomerado** é essencialmente uma amálgama de capacidade gerencial-administrativa e controle de uma massa crítica de recursos

pelo **sistema financeiro internacionalizado**²¹, que são responsáveis pela crescente transnacionalização do processo decisório, tanto o econômico quanto o político. Essas forças econômicas da globalização reduzem e até anulam a capacidade dos Estados Nacionais de se contraporem aos mercados em nome dos direitos sociais e do cidadão, criando o que se chamou de *regimes globalitários*²², onde não se admite outra política econômica que não seja subordinada à razão competitiva e onde os mercados financeiros têm a direção das sociedades. Vejamos como acontece esse processo de transnacionalização e quais as suas implicações.

Nos 25 anos que se seguiram a Segunda Guerra Mundial, os países capitalistas avançados tiveram um crescimento sustentado de uma dimensão e extensão sem precedentes,

financeiros. Em uma economia de preços administrados, na qual a taxa de lucro tende a flutuar em torno de valores que estão implícitos na própria programação da empresa, o problema central desta tende a ser a busca de aplicação remuneradora para o fluxo de novos recursos sob seu controle. [...] O **fenômeno da conglomeração** apresenta-se tanto sob a forma de diferenciação funcional como de dispersão geográfica, ou sob ambas as formas combinadas. A empresa que atua em distintos espaços econômicos adquire em cada um deles, relativamente aos competidores locais, vantagens semelhantes às do conglomerado funcional que opera em mercados não relacionados de um dado espaço econômico. Nos dois casos a força principal do conglomerado deriva de seu poder financeiro e de que os seus recursos estão dispersos. [...] A união das duas **formas de conglomeração** amplia consideravelmente as possibilidades de concentração do poder econômico. Com efeito, a unidade multifuncional e multinacional constitui a forma superior de organização da economia capitalista.” Furtado, Celso. *Transformação e Crise na Economia Mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 52-55. Para estimar a **força desses conglomerados** podemos dizer que a região da América Latina e do Caribe teve, em 2001, um PIB de US\$ 2 trilhões, da dimensão de 14 das maiores empresas naquele ano (Exxon Mobil, Wal-Mart, General Motors, Ford, DaimlerChrysler, Royal Dutch/Shell, British Petroleum, General Electric, Mitsubishi, Toyota, Mitsui, Citigroup, Itochu, Total Fina Elf); os países pobres muito endividados (*heavily indebted poor countries*, HIPC) tinham no seu conjunto um PIB menor do que o faturamento de US\$ 210,3 bilhões da Exxon Mobil. Em 2000, depois da desvalorização, o PIB brasileiro era de US\$ 587,6 bilhões, equivalente, portanto, ao faturamento de apenas 3 das maiores corporações transnacionais; e o PIB do Mercosul de US\$ 900,89 bilhões equivalia ao faturamento das 5 maiores empresas do mundo. “Global 500”. *Fortune*, <http://www.fortune.com>; Banco Mundial, <http://www.worldbank.org/data/>.

²¹ O mercado de **derivativos** passou de US\$ 1,6 trilhão em 1987 para US\$ 10 trilhões em 1993, em 1998 era de US\$ 70 trilhões e em 2002 chegou a US\$ 128 trilhões. Vemos abaixo o **crescimento dos mercados financeiros** e o pequeno peso dos **“mercados emergentes”** no total. Coggiola, Osvaldo “A Crise Estrutural do Capital”. in: ____ (org.). *Estudos. Capitalismo: “Globalização” e Crise*. São Paulo, Humanitas, 1998, p. 342; *The Economist*, 13 de março de 2003.



²² Ramonet, Ignacio. “Régimes Globalitaires”. *Le Monde Diplomatique*, jan 1997, p.1.

aliado a um processo de transnacionalização e de crescente vinculação capitalista.²³ Porém, chegaram aos anos 1970 com uma prolongada crise econômica da qual não conseguem se recuperar. Não se havia considerado até então dois aspectos do desenvolvimento econômico:

- que este crescimento econômico transnacionalizado está intimamente vinculado aos padrões de consumo de luxo e à capacidade de endividamento (e não de poupança) das camadas médias de assalariados urbanos, o que o torna proibitivo à maioria da população terrestre, além de implicar no mimetismo de hábitos culturais e de consumo.
- que este modelo de desenvolvimento, além de ser catastróficamente poluidor e devastador de recursos naturais, está baseado numa matriz energética (de forma crescente o petróleo e o gás natural, e de maneira decrescente o carvão) que não é sustentável a longo prazo, não sendo extensível a toda a população da terra.

Surge então um conflito explícito entre as necessidades das economias domésticas e da população local contra a lógica internacional do capital, pondo em manifesto as contradições que no passado se haviam mantido latentes, ocultas pelo rápido crescimento econômico do pós-guerra. Cria-se assim uma tendência clara para a politização das relações econômicas. O debate em torno da criação da *Nova Ordem Econômica Internacional* (NOEI/NIEO) nos anos 1970 reflete este processo. Além disso, em torno a temas de caráter global como dívida externa, energia, meio ambiente e desenvolvimento tende a formar-se uma gama de circuitos transnacionalizados que definem a natureza transnacional dos atores. Assim, há uma progressiva incorporação de atores locais em âmbitos transnacionais que tornam os conflitos sociais e a assimetria das relações cada vez mais complexas.

Diz Tomassini²⁴ que o processo de transnacionalização não é um “projeto” dos centros industriais nem se identifica com um “estilo de desenvolvimento” prevalecente nos

²³ O período de expansão econômica do segundo pós-guerra (1945-1967) é o maior da história e consolida a penetração do capitalismo na periferia do sistema, assim como nas áreas devastadas pela guerra. Com a existência do bloco do chamado *socialismo real* aumentam os atritos existentes desde 1917 e caracteriza-se a bipolaridade do *Sistema Internacional*. A Guerra Fria e o Plano Marshall são exemplos de fenômenos “irrepetíveis” apontados por **Sunkel** que proporcionaram essa **expansão capitalista do pós-guerra**: a) a força do trabalho cresceu nos países desenvolvidos como fruto da explosão demográfica; b) os investimentos em recursos minerais, agrícolas e energéticos foram retomados rapidamente depois da guerra; c) o desmantelamento dos impérios coloniais abriu as ex-colônias a investimentos estrangeiros; d) houve uma extraordinária expansão da demanda global que incorporou os fatores produtivos ociosos ao processo econômico. Ainda segundo Sunkel, as manifestações principais desse processo foram: a retomada da corrida armamentista graças à Guerra Fria; o Plano Marshall para a reconstrução dos países europeus; a criação do Mercado Comum Europeu; as políticas de pleno emprego e redistribuição de renda do *Welfare State*; e a generalização dos padrões de consumo e produção do *american way of life* em todo o mundo. Para a expansão da grande empresa oligopolística norte-americana pelo mundo, gerando o sistema transnacional, contou-se com o apoio logístico da hegemonia política, militar e econômica dos EUA. É em torno desse país que se organiza institucionalmente o capitalismo do pós-guerra. “Essa expansão sustentada da demanda e dos mercados internos e internacionais, a utilização da capacidade produtiva acumulada e a ampliação das escalas de produção na grande empresa multinacional, a incorporação de inovações tecnológicas derivadas da Segunda Guerra Mundial e da corrida nuclear e especial do pós-guerra, bem como a adoção massiva de tecnologia de ponta norte-americana nas economias européia e japonesa, permitiram um notável aumento da formação de capital, profundas mudanças na estrutura produtiva, economias de escala, aglomeração e conglomeração, e incrementos da eficiência produtiva, elevando-se notavelmente a produtividade do trabalho. A isto contribuíram de forma muito importante o baixo preço e gradual barateamento do petróleo, a fonte energética predominante na economia do pós-guerra”. Sunkel, Osvaldo. “Pasado, Presente y Futuro de la Crisis Económica Internacional” in: Tomassini, Luciano. *Transnacionalización y desarrollo nacional en América Latina*. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1984, pp.107 a 111.

países capitalistas avançados e, portanto, o processo de transnacionalização não traria somente conseqüências adversas para os países em desenvolvimento. Dentro do processo de transnacionalização estariam contidos vários projetos correspondentes a diversos “estilos de desenvolvimento”. Nesta crescente interdependência haveria um projeto dominante e projetos alternativos em construção que utilizariam os mesmos canais globais para sua disseminação. Além disso, o avanço da interdependência seria um fenômeno qualitativamente diferenciado da simples *abertura externa*, não se contrapondo, portanto, a um crescimento *hacia adentro*.

O principal resultado do processo de transnacionalização é o incremento da interdependência. Porém, dentro desse processo, as relações centro-periferia evoluíram de um conceito de “cooperação” no imediato pós-guerra, para um conceito de “confrontação” no diálogo entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Estes últimos, por sua vez, diversificam consideravelmente as suas formas de inserção no sistema internacional, criando o que se chamou de “dependência plurilateral” e erodindo o conceito de “Terceiro Mundo”. Devido a essas tensões passamos a um período de crise econômica, política e social.

Para compreendermos a natureza dessa crise, Sunkel²⁵ nos mostra duas posições frente a ela: a primeira sustenta que se trata apenas de uma recessão mais prolongada que coincidiu com vários fatores negativos, mas que a recuperação virá a partir dos países centrais, enquanto isto devemos “ajustar-nos”. Outra versão seria que se trata de uma crise profunda de caráter estrutural, isto é, o fim de uma época expansiva do capitalismo.

Há ainda uma terceira posição mais radical: para Katz, o fator determinante da forma que a crise dos últimos 15 anos adotou é a reversão da tendência aos ganhos crescentes que prevaleceu nos anos 1950 e 1960: “Trata-se de uma crise não só periódica do capitalismo, mas também característica da sua época de declinação histórica”,²⁶ ou seja, a crise atual **não** seria uma “reestruturação” de um regime capitalista que tenderia a durar, pois “funcionaria”, isto é, conseguiria restaurar as condições para o desenvolvimento a longo prazo.

Nessa linha, Katz descarta as teorias de um “novo modo de acumulação” ou “novo padrão de consumo” ou “novo paradigma tecnológico”, pois a realidade consiste em pobreza e exploração que geram subconsumo e superprodução decorrente dos desequilíbrios acumulados nas fases de auge da atividade econômica.

“Ou o capitalismo está dotado de um poder autocorretor de seus desequilíbrios que o eterniza como sistema econômico, ou continua arrastando hoje em dia a crise não resolvida desde o início dos anos 70. É inútil buscar outra alternativa de interpretação entre estas duas opções possíveis”.²⁷

Katz também descarta a teoria dos ciclos de Kondratieff pois assegura não ser possível determinar com certeza e previamente o curso do período seguinte numa economia mercantil dada a natureza irracional e caótica do comportamento dos mercados. Partindo também da economia e da política mundiais, sem estabelecer barreiras entre os distintos países que integram a economia mundial, sejam quais forem os seus estágios de desenvolvimento e suas características sociais, Altamira²⁸ entende que a principal

²⁴ Tomassini, Luciano. “El Proceso de Transnacionalización y las Relaciones Externas de los Países Latinoamericanos” in: Tomassini (1984), Op Cit

²⁵ Sunkel (1984), Op Cit., pp. 93-94.

²⁶ Katz, Cláudio. “América Latina en la Crisis Mundial” in: _____. *Economía Latinoamericana. De la Década Perdida a la Nueva Crisis*. Mimeo, 1992, p. 51.

²⁷ Op Cit., p. 55.

²⁸ Altamira, Jorge. “A Crise Mundial”. *Estudos*, nº 34, nov. 1992.

característica da presente situação Internacional não é uma questão conjuntural, mas sim uma “ruptura do quadro político preexistente”, ou seja, uma crise estrutural. Assim, a derrubada da burocracia soviética e a crise no leste europeu seriam expressões desta crise mundial.

Já Marini recorre à teoria dos ciclos²⁹ para explicar esta crise capitalista:

“À parte de algum exagero - como os dos que pretenderam ver nele [no processo de transformações das últimas duas décadas] a crise final do capitalismo - e muito melhor do que os que querem apresentá-lo como o fim da história, os autores marxistas entenderam corretamente esse processo, recorrendo para isso - dentro do rico arsenal analítico que o marxismo proporciona - à teoria dos ciclos longos. A tese que sustentamos aqui é a de que estamos entrando em um novo ciclo desse tipo, o que implica mudanças bruscas e situações inesperadas”.³⁰

Dentro dessa perspectiva, podemos recompor o que se passou a partir de 1967, quando se produz a primeira crise monetária profunda desde o realinhamento das moedas européias em 1949. A desvalorização da libra esterlina antecipava o que poucos anos depois iria ocorrer com o dólar norte-americano. A recessão norte-americana de 1967 pôs fim ao período de expansão por que passou a economia mundial desde o término da Segunda Guerra. A crise que surge então têm três dimensões, segundo Marini:³¹

1. Na primeira, que culmina com a brusca elevação do preço do petróleo em 1973, ocorrem perturbações nos países centrais decorrentes da subida persistente dos salários motivada pela força do movimento sindical, o que baixa a taxa de lucro e, portanto, o nível dos investimentos.
2. Paralelamente, manifestam-se desequilíbrios no balanço de pagamentos dos Estados Unidos, devido à sua perda de competitividade e à sua conversão em importador de energia.
3. Ao mesmo tempo termina o fluxo de grandes inversões norte-americanas no Japão e Europa. Tudo isto leva à crise do dólar e, portanto, à crise do sistema financeiro internacional. Isto ocorre pelo duplo caráter da economia norte-americana: economia nacional e cabeça da economia internacional.

Para Sunkel é de fato uma profunda crise de transformação de “estilo de desenvolvimento” do pós-guerra.

“Mandel via na presente recessão uma das crises recorrentes do sistema capitalista caracterizado desde metade dos anos 1960 por uma queda da rentabilidade das empresas em consequência de um duplo processo de superacumulação e subconsumo. Por volta de 1967 haveria terminado a fase de auge do ciclo de longa duração no qual o sistema se encontra atualmente, iniciando a partir de então uma longa fase recessiva”.³²

²⁹ Os “ciclos de Kondratieff” da economia capitalista mundial têm a duração média de 50 anos e são condicionados por fatores puramente econômicos. Os extremos das fases depressivas dos ciclos longos teriam sido em 1789, 1848, 1896, 1940-48; e o auge das fases expansivas em 1815-25, 1873, 1913 e 1967-71. Estaríamos então na fase declinante do ciclo iniciada em 1967-71 e que poderia ter atingido seu maior ponto de depressão em 1993. Já para Mandel, são as revoluções tecnológicas que permitem distinguir estas “ondas longas”. Sua teoria, porém, aproxima-se demasiadamente da teoria dos ciclos de Kondratieff, que apenas são explicados por critérios próprios. Singer, Paul “Apresentação” in Mandel, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1982, pp. VII-XXXIII.

³⁰ Marini, Ruy Mauro. *América Latina: Dependência e Integração*. São Paulo, Página Aberta, 1992, p. 37.

³¹ Op Cit., p. 38.

³² Sunkel (1984), Op Cit., p. 103.

Foi exatamente a fins dos anos 1960 que se percebem os primeiros sinais de quebra da tendência de crescimento, pelo menos no que diz respeito aos investimentos em capital fixo. As análises que se baseiam em tendências do produto bruto e do comércio externo não percebem essa inflexão fundamental. Assim, o fim da era de expansão do pós-guerra não se deve à crise do petróleo exclusivamente, mas sim à “natureza irregular, cíclica do desenvolvimento capitalista, não só a curto ou médio prazo, mas também a longo prazo”³³.

Com o desaparecimento das condições “irrepetíveis” já citadas, começa a debilitar-se o “estilo de crescimento” do pós-guerra a fins do decênio de 1960. Dois fatores que influíram decisivamente para a crise do Estado norte-americano foram os custos dos aparelhos militares e as funções de redistribuição de renda e proteção social, que se consolidam juntamente com o poder sindical. Cria-se assim um crescente déficit comercial dos EUA, agravado pela guerra do Vietnã e investimentos externos. Tudo isto provocou o abandono do padrão dólar-ouro em 1971, desfazendo o sistema de instituições econômicas internacionais criado em Bretton Woods.

“As instituições criadas em Bretton Woods ocultavam, detrás dos seus mecanismos impessoais, vantagens notórias para o pólo hegemônico. Esta institucionalidade funcionou acertadamente por duas décadas. A evolução dessa ordem mundial apontava, no entanto, à consolidação de processos de desenvolvimento desigual e, em última instância, à deterioração da hegemonia norte-americana que a havia gestado [...] quando os artifícios de Bretton Woods se voltaram nitidamente contra os EUA, foram decretados extintos por ação unilateral de Nixon em agosto de 1971”³⁴.

Mas foi em 1973 que as paridades fixas entre as moedas deixaram de ser possíveis devido à criação de um mercado financeiro privado transnacional não regulado pelo poder público e que facilita a especulação. Neste contexto, “a crise energética poderia ser considerada como um fator exógeno que influenciou na situação em dois momentos chaves: 1973-74 e 1979”³⁵.

Ao término do decênio de 1960, segundo Sunkel,³⁶ chegou-se a um novo período de integração econômica internacional - esta vez de caráter transnacional - que se iniciou com a recuperação do comércio e a transferência de padrões de consumo e estilos de vida, seguiu com a expansão do investimento privado transnacional e com os padrões tecnológicos e de produção e culminou, sobretudo depois de 1973, com a criação de um mercado financeiro transnacional de caráter privado.

A recriação e expansão acelerada deste novo mercado de capitais (que existira até 1930) está marcada pelas seguintes características, segundo Sunkel.³⁷

- crescimento de 12 bilhões de dólares em 1964 para 686 bilhões de dólares em 1982. Atualmente o tamanho dos mercados financeiros internacionais excede ao trilhão de dólares, superando o valor dos ativos controlados pelas autoridades monetárias nacionais.³⁸

³³ Idem, p. 105

³⁴ Bouzas, Roberto. “Los Estados Unidos y el Proceso de Transnacionalización en la Posguerra.” in: Tomassini (1984), Op Cit., p. 286.

³⁵ Sunkel (1984) Op Cit., p. 113.

³⁶ Idem, pp. 84-85.

³⁷ Idem, p. 85.

³⁸ Tomassini (1984), Op Cit., p. 31.

- privatização do financiamento externo: em 1961-65 a América Latina recebia 60% de recursos financeiros externos de origem pública e 40% de recursos privados; em 1978, 7% era financiamento público e 93% financiamento privado externo.
- predomínio do sistema bancário no mercado de capitais. O financiamento bancário para a América Latina se eleva a 57% das entradas de capital privado externo e há somente 16% de investimento privado direto.
- oligopolização e posterior monopolização do mercado internacional de capitais formado por 7 grandes bancos norte-americanos.
- como conseqüência das características anteriores, há uma falta de controle e de responsabilidade públicas sobre este processo de expansão do oligopólio financeiro internacional.

Pode-se acrescentar que a liquidez financeira internacional dos anos 1970 tornou elegíveis para os bancos privados os países em desenvolvimento, integrando-os aos mercados financeiros internacionais de forma que se revelaria prejudicial às economias em desenvolvimento, pois as amarraria a prazos curtos, instabilidades monetárias e juros altos.

“Esta situação caótica contrasta com a do sistema financeiro internacional público e, em geral, com todo o sistema internacional de cooperação e assistência bilateral e multilateral ao desenvolvimento que predominou nos decênios de 1950 e 1960 [...] Se estabeleciam critérios públicos de distribuição de recursos que refletiam opções socio-políticas de longo prazo [...] Em seu lugar, os critérios de mercado respondem à maximização de lucros no menor prazo possível, à distribuição desigual da renda, às preferências dos consumidores de rendas mais altas e às estratégias de mercado dos grupos privados nacionais e transnacionais de maior poder e dinamismo”.³⁹

Sunkel⁴⁰ entende que em meio a essas mudanças há uma tentativa de consolidação de uma nova coalizão hegemônica sócio-econômica e política pela redução da intervenção do Estado e pela desregulamentação do mercado com o objetivo de deixar que as corporações (a maior parte do mercado) funcionem o mais livremente possível. Trata-se do *neoliberalismo*. Katz⁴¹ enriquece a análise acima chamando a atenção para o fato de, graças principalmente ao *euromercado*, o ciclo de crédito ter se desvinculado do ciclo industrial a níveis sem precedentes.

Para Katz, o crescimento do *euromercado* contrasta com a recessão internacional cujos picos foram 1974-75, 1980-81 e 1990-1994. A recessão nos países desenvolvidos se faz presente na economia norte-americana na forma de um decréscimo estrutural da poupança e produtividade, fatos que “não se extirpam com medidas monetárias ou fiscais de curto prazo”.⁴² Mais ainda, o grande déficit comercial dos EUA é indicativo da perda de competitividade e da perda de liderança na aplicação das tecnologias de ponta. O Japão também estaria sendo afetado pela recessão, com um decréscimo no nível de produção e na taxa de investimento. Além disso, a retração do comércio mundial afetaria particularmente a economia japonesa pela sua configuração, que se apóia no consumo interno e na necessidade de expansão das exportações.

³⁹ Sunkel (1984), Op Cit., pp. 88-89.

⁴⁰ Idem, p. 90.

⁴¹ Katz, Cláudio. “El Círculo Vicioso de la Crisis Mundial y la Deuda de América Latina”. *Revista Realidad Económica*, nº 83-84, 4º bimestre 1988, pp. 56-57.

⁴² Katz (1992), Op Cit., P. 13.

Os Estados Nacionais perdem poder devido às grandes somas que circulam nos mercados financeiros internacionais, controladas por agentes privados. Isto gera, para Furtado, focos de instabilidade no sistema capitalista por causa desta sua dimensão transnacional:

“Os recursos que transitam pelo mercado financeiro internacional, e que escapam ao poder de quaisquer autoridades monetárias, somam centenas de bilhões de dólares. Existe, portanto, uma esfera de decisões que não se confunde com os quadros institucionais controlados pelos Estados Nacionais [...] Em síntese: dentro do quadro institucional, os governos não têm a possibilidade de coordenar a ação que todo um conjunto de poderosos agentes exerce no sistema capitalista. [...Assim,] a situação presente é distinta: os focos de instabilidade surgem naquilo que chamamos de nova dimensão transnacional do sistema capitalista”.⁴³

Essas instabilidades assumem a forma de flutuações de preços, isto é, de modificações nos termos de intercâmbio e, portanto, de transferência internacional de ativos líquidos. Trata-se, portanto, de tensões no nível das estruturas do sistema, sem qualquer semelhança com a crise de tipo tradicional. Nessas condições estruturais, além de haver um fluxo permanente de recursos da periferia para o centro, ampliando o fosso entre este e a periferia, existe um processo de concentração da renda dentro de cada país na periferia.

Façamos aqui um parêntesis. Os governos podem imprimir papel-moeda para financiar suas despesas e investimentos, o que gera inflação, ou podem emitir títulos da dívida pública, o que aumenta os juros. Os meios de pagamento são constituídos pelo dinheiro, que comanda valor pois é um ativo que serve para a troca de mercadorias, e pelo crédito, que é concedido pelos bancos sem lastro, com regulamentação das margens de segurança estabelecidas pelo Banco Internacional de Compensações (Bank of International Settlements, BIS, que estabelece a margem de 8% para países desenvolvidos. Porém, o Banco Central no Brasil exige margem maior).

Os mercados de capital, por sua vez, consistem no mercado de ações de empresas de capital aberto e de títulos em geral, ambos negociados em mercados secundários hoje em dia em grande parte pelos fundos de pensão, fundos mútuos e de seguros. Até aqui temos uma economia capitalista onde o governo investe e se financia tendo em conta a inflação e a taxa de juros; o mercado funciona regularmente com compra e venda de mercadorias à vista ou à crédito; e a bolsa de valores negocia ações das empresas e títulos públicos, permitindo que haja liquidez na economia e possibilitando a atividade econômica, com seus ciclos e crises “normais”.

Muito bem, o *risco sistêmico* aparece no mercado financeiro quando há uma valorização de títulos pré-existentes sem nenhuma conexão com o valor intrínseco dos ativos. O incremento das transações que são replicadas em mercados alavancados com instrumentos de margem (isto é, que não exige integralização do capital que se aposta), como são os mercados de opções, futuro e derivativos, provocou uma multiplicação de transações financeiras que, aliada à velocidade que a telemática traz às mesas de operação, criou a possibilidade de aumento exponencial do capital envolvido neste mercado financeiro.

Estes fatos permitem que o mercado financeiro se “descole” do setor produtivo em momentos que são chamados de “bolhas”, como foi, por exemplo, a “bolha” das empresas de informática nos EUA (Nasdaq) que atingiu o mundo todo. Esse “descolamento” representa uma multiplicação de meios de pagamento (dinheiro, crédito, títulos) que não têm

⁴³ Furtado, Celso. *Transformação e Crise na Economia Mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, pp. 70-73.

contrapartida na criação de valor, aumento da produtividade ou mesmo crescimento econômico baseado em bens e mercadorias. Trata-se de uma riqueza virtual. Ora, esse “descolamento” se dá baseado pura e simplesmente em **expectativas**. Além do mais, a velocidade e capacidade de adaptação do mercado financeiro às novas informações é maior do que a da economia produtiva ou real: os fluxos de capital são bem mais velozes do que o mercado de bens e serviços e se ajustam muito mais rapidamente, magnificando o efeito nos preços dos fluxos, ao que se chama de *overshooting*. Estes fatores se tornam muito problemáticos porque não há lastro real do sistema produtivo para esse tipo de atividade econômica especulativa, o que acarreta o risco de crise financeira global quando uma “bolha” estoura, pois há uma corrida para realizar o capital. Seja para evitar a quebra de bancos ou simplesmente para financiar o déficit público, os governos – e os contribuintes – são os que bancam essa extraordinária expansão do sistema financeiro, levando a cabo políticas econômicas (fiscais, monetárias, tributárias e de rendas) que sustentam essa financeirização crescente da economia e arcam com os custos do “deslocamento” desse mercado da realidade econômica produtiva.

Se, por um lado, esse sistema permite que a tecnologia e a invenção caminhem a passos largos, pois as transferências de capital acabam por financiar empresas de setores emergentes, por outro lado, trata-se de um *risco sistêmico* muito grande para um planeta só: basta ver as crises financeiras Mexicana de 1994, Asiática de 1997, Russa de 1998 e Argentina de 2001. Pior: não há dúvida que esse crescimento do mercado financeiro representa o empobrecimento de todos aqueles que não estão jogando - e ganhando -, pois a concentração de capital, títulos de dívidas e ações de empresas se dá cada vez mais nas mãos de menos pessoas, gerando uma extrema desigualdade na distribuição de renda e riqueza mundial, afinal ações são títulos de propriedade. Resumindo, esse circuito financeiro não tem lastro com a economia real (sistema produtivo), o seu *risco sistêmico* para eventuais crises que possa provocar dentro do sistema capitalista é extremamente alto, além de estar evidente que este sistema capitalista financeirizado não tem nenhum compromisso com algum critério de equidade entre seres humanos. Fim do parêntesis.

O Brasil foi o país que mais cresceu no período do pós-guerra até a década de oitenta, quando o seu crescimento é zerado. A década de 1980, aliás, é a do pior desempenho da América Latina como um todo, mesmo face aos outros países em desenvolvimento, que diminuíram seu crescimento, mas não pararam de crescer. Assim, com o agravamento da crise internacional nos anos 1980 os países do Sul que haviam se entrelaçado na economia internacional sofreram com as conseqüências negativas da sua inserção, pois ficaram muito vulneráveis às turbulências externas.

“A queda da demanda dos países industriais, a queda dos seus investimentos, suas políticas fiscais restritivas, suas tendências neoprotecionistas e as altas taxas de juros prevalecentes nos mercados financeiros internacionais atuam como poderosas correias de transmissão dessas perturbações em direção às economias dos países em desenvolvimento”.⁴⁴

O fato de que a crise econômica, com intensidade e formas variadas, afetou a todos os países da América Latina, que seguiram políticas econômicas muito diferentes, demonstra que as causas desta crise são predominantemente externas. Além disso, deve-se levar em conta que a América Latina participa com apenas 5,4% do valor agregado manufatureiro mundial, o que a caracteriza como natural receptora e não determinante das tendências da economia capitalista.

⁴⁴ Tomassini (1984), Op Cit., p. 50.

“O segundo choque do petróleo, em 1979, junto com a elevação das taxas de juros (que se tornam flutuantes), ao mesmo tempo que lança os países centrais em nova e violenta recessão, generaliza a crise ao resto do mundo. Os preços internacionais desmoronam e o comércio mundial se retrai, enquanto os investimentos no estrangeiro se estancam e os empréstimos e financiamentos se tornam escassos e caros. Com isso, a América Latina e, em geral, a periferia capitalista são arrastadas também à crise [...]”.⁴⁵

Assim, o desemprego, subemprego e marginalização se generalizam; a desigualdade social e a concentração de renda e riqueza tornam-se enormes; e continua um alto grau de vulnerabilidade, desequilíbrio e dependência externa. As diversas políticas econômicas apenas agravaram ou atenuaram os efeitos da crise. Inspiradas pelo Fundo Monetário Internacional - baseado teoricamente no tripé de equilíbrio da balança exterior, de contenção do consumo interno e de redução do déficit público - acarretaram cortes nos orçamentos das políticas de caráter social, particularmente em matéria de saúde e educação e nitidamente deterioraram a situação dos que já eram mais pobres.

O “estilo de desenvolvimento” transnacional de que fala Sunkel conseguiu manter-se até a década de 1980 graças à liquidez internacional, mas já vinha dando mostras das suas deficiências e desequilíbrios desde os anos 1960, quando começaram a aprofundar-se os efeitos estruturais negativos acima. O papel que coube à esta liquidez internacional existente nos anos 1970 e na América Latina é assim analisado por Katz.

“O endividamento orgânico da América Latina cumpriu uma função decisiva para a acumulação de capital das nações dominantes, enquanto que para a região significou um bloqueio sistemático ao desenvolvimento sustentado de suas forças produtivas e uma via para afirmar sua inserção dependente no mercado mundial [...] Apresentar a dívida como um acontecimento novo e surgido de múltiplos “erros” recentes é ignorar que [...] o endividamento orgânico já estava instalado na região como ligação característica das classes dominantes com o mercado mundial [...]. Em um quadro de liquidez internacional, barateamento do crédito e menos investimento direto, as burguesias nacionais, que jamais puderam edificar um sistema financeiro próprio de certa solidez, incrementaram sua captação de empréstimos externos”.⁴⁶

A função destas dívidas era a de forçar a continuidade do ciclo industrial. Marini alerta para as transferências de capital da periferia para o centro.

“Os fluxos de capital no plano internacional estão mostrando uma crescente centralização em favor dos grandes centros, a qual se expressa também a nível de capital-mercadorias, vale dizer das trocas involucradas no comércio internacional. Isto implica para os países dependentes não só a perda de aportes de capital externo, capazes de dinamizar seu processo de acumulação, mas também a transferência líquida de recursos financeiros aos países centrais, juntamente com a deterioração de sua posição comercial no cenário internacional”.⁴⁷

Outro dado: a participação da América Latina no total dos investimentos norte-americanos era de 23,5% em 1960 e caiu para 13,1% em 1990. Considerando ainda todo o fluxo de capitais (movimentos a título de inversão direta, crédito privado e crédito oficial) os países subdesenvolvidos tem o fluxo invertido e começam a transferir recursos líquidos a

⁴⁵ Marini (1992), Op Cit., pp. 39-40.

⁴⁶ Katz (1988), Op Cit., pp. 46, 64 e 65.

⁴⁷ Marini (1992), Op Cit., p. 43.

partir de 1984. A essas “formas de expropriação”, Marini acrescenta a tendência de queda dos preços dos produtos primários (exceto petróleo) e afetando também os produtos manufaturados produzidos pelos países subdesenvolvidos (o que faz com que haja uma transferência de recursos para os países centrais também no comércio de bens). Assim, na América Latina em 1989 o volume das exportações aumentou 57% em relação a 1980, mas em termos de valor, esse aumento se viu reduzido a somente 24% devido aos termos de troca.

A concentração da expansão dinâmica no Norte e o declínio da importância da América Latina no comércio mundial pode-se verificar nos seguintes dados: em 1950 a América Latina participava com 12,4% do comércio internacional, cifra reduzida a 5,9% em 1982. Segundo Espinosa,⁴⁸ a composição das exportações latino-americanas na década de 1980 ainda refletia um modelo obsoleto de especialização, pois havia uma “virtual inexistência de produtos manufaturados entre as suas principais exportações”. Em 1981 os manufaturados representavam apenas 8% do total das exportações da América Latina. No comércio mundial de bens manufaturados a região participa com menos de 2% do total das exportações, sendo que a maior parte vêm do Brasil, Argentina e México.

Segundo Marini, estamos assistindo à transição da economia mundial para uma nova etapa, que envolve a criação dos blocos econômicos e a mudanças no fluxo de capitais.

“À transição da economia mundial a uma etapa superior, marcada pelo predomínio das manufaturas e serviços ligados às novas tecnologias, que privilegiam o saber, e ao declínio da importância dos produtos primários ou manufaturados que se baseiam em diferenciais de custo determinados pelo uso intensivo de mão-de-obra barata [...]. A transição da economia mundial a uma nova etapa se realiza através de dois movimentos contraditórios, que visam a um só propósito: garantir aos centros industriais o espaço econômico necessário para a circulação dos bens e serviços produzidos sobre a base da modernização tecnológica. O primeiro movimento se relaciona com a modificação dos campos de forças que configuram a economia mundial e seu resultado é a emergência de novos blocos econômicos (regionalização). O segundo se refere à transformação das relações jurídicas que regem o fluxo internacional de bens e serviços e o seu objetivo é tornar mais livre a circulação de mercadorias e capitais no conjunto do sistema (globalização)”.⁴⁹

Para Marini, a integração à nova economia mundial é um caminho que não pode deixar de ser seguido e a integração latino-americana é um instrumento fundamental para a integração à economia mundial. Porém, para integrar é preciso uma maior especialização das economias nacionais, pois só se pode integrar o que é complementar. Isto implica destruição de alguns setores menos competitivos, mas principalmente o desenvolvimento conjunto de novos setores baseados nas novas tecnologias. Para isto é preciso dar à integração na América Latina um caráter popular, ou seja, a competência tem de deixar de ser apenas governamental e empresarial para passar a estar sob a iniciativa e o controle das forças populares (nos planos sindical, social, cultural, partidário e parlamentar). A integração não deve ser um negócio, mas um projeto político e cultural. “Neste sentido, a defesa e a ampliação da democracia constituem uma arma fundamental para os trabalhadores latino-americanos, já que é nesse marco que eles poderão elevar seus níveis de organização e luta”.⁵⁰

Sobre a integração econômica Katz escreve o seguinte:

⁴⁸ Espinosa, Juan. *Outlook for the World Economy: a Latin American Viewpoint*. University of Miami, 1988, p. 132.

⁴⁹ Marini (1992), Op Cit., pp. 47-49 e 60-61.

⁵⁰ Idem, p. 63.

“[...] a regionalização da vida econômica coexiste muito mais com o passado da internacionalização das forças produtivas e o entrelaçamento comercial, industrial e financeiro de corporações de diversas origens nacionais. A crise estimula, portanto, uma tendência contraditória, tanto à integração como à desintegração dos blocos econômicos [...]. Não está à vista nem uma regionalização eminente do mercado mundial, nem muito menos uma internacionalização econômica global”.⁵¹

O que há de generalizado mesmo, para Katz, é a crise capitalista internacional que se trata de uma crise de superprodução, superacumulação de capitais e queda na taxa de lucros. É essa crise que atinge a América Latina e foi essa crise que pressionou os países do “*socialismo real*”⁵² para a sua decomposição como economias planejadas.

É óbvio que existem diferenças, pois a economia mundial, apesar de ser planetária, não é um conjunto homogêneo. Na verdade, é um complexo agrupamento de economias nacionais que são diferentes entre si e internamente. Daí a impossibilidade de instaurar o *socialismo num só país*, porque não é possível reproduzir num país a complexa divisão do trabalho conseguida a nível internacional. Já Altamira⁵³ entende que foi a revolução tecnológica a causa da vitória do capitalismo sobre o “*socialismo real*”, mas que esta “revolução tecnológica” também deixou na obsolescência a “imensa maioria das indústrias dos próprios países capitalistas”. Segundo Katz,

“o desenvolvimento das novas tecnologias se encontra condicionado ao desenlace da prolongada crise dos últimos anos. Depende do resultado de processos sociais, políticos e econômicos numa medida infinitamente maior que a resolução de obstáculos técnicos para o seu desenvolvimento massivo [...]”.⁵⁴

Para Katz,⁵⁵ a subsistência da propriedade privada e a vigência da lei do valor, inabilitam o uso das modernas tecnologias para eliminar a crise e assegurar o crescimento proveitoso das forças produtivas. Mais ainda, as novas tecnologias estariam permitindo uma maior subordinação da estrutura produtiva da América Latina às necessidades e prioridades das economias dominantes, juntamente com maior desarticulação interior dos ramos industriais e ampliação da falta de controle nacional sobre os processos de fabricação. Sendo assim, não faria sentido querer engatar a América Latina numa “revolução tecnológica” para não perder o “trem da história”, pois na era do imperialismo, com mercados monopolizados

⁵¹ Katz (1992), Op Cit., p. 24.

⁵² Garcia entende a **crise do *socialismo real*** como um processo radical e global que se expressa na incapacidade dos regimes de economia central e burocraticamente planejada de: 1) manterem taxas de crescimento compatíveis com o imprescindível processo de inovação tecnológica; 2) resolverem crônicos problemas na agricultura; 3) criarem métodos de gestão alternativos aos das economias capitalistas; 4) atenderem as demandas de consumo e serviços; 5) realizarem uma verdadeira ‘revolução nas relações sociais de produção’, não superando a baixa produtividade e má qualidade dos produtos finais; 6) eliminarem a pobreza (durante a *perestroika* se revela que existiam mais de 40 milhões de pobres na URSS); 7) construir um sistema alternativo ao liberalismo que unisse democracia social à democracia política; 8) forjarem uma nova sociedade articulada em torno dos valores da solidariedade (na verdade, houve uma destruição do *espaço público* nos regimes de *socialismo real*); 9) renovarem a reflexão filosófica sobre a sociedade e a política, e criarem espaços para a experimentação artística e cultural. Para Garcia, a expressão significativa desta crise cultural está dada pela mediocridade do ‘marxismo soviético’, transformado em ideologia de autojustificação do regime. Esta situação tem seu início no processo de substituição do sujeito histórico do processo revolucionário, que deixa de ser a classe operária e passa a ser o partido, mudança que ocorre a partir de partir de Kautsky e Lênin. Garcia, Marco Aurélio. “Uma História sem Fim” in: Novaes, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp. 89-101.

⁵³ Altamira (1992), Op Cit.

⁵⁴ Katz, Cláudio. “Nuevas y Viejas Tecnologías en América Latina”. *Problemas del Desarrollo*, vol. XXII, nº 84, jan-mar 1991, p. 165.

⁵⁵ Op Cit., pp. 162-163 e 175.

não existe nenhum “engate” diferente ao que estabeleceram as economias dependentes da região.

Por essas razões Katz não acredita na possibilidade de uma *Nova Ordem Econômica Internacional* (NOEI/NIEO),⁵⁶ pois vê na anarquia mercantil e na dependência econômica barreiras intransponíveis para desenvolver esse processo. Não é assim que entendemos a situação, como teremos oportunidade mais adiante de expor. Nesta Tese vamos levantar os problemas concernentes ao comércio, dívida externa, desnacionalização e financeirização, caracterizando um quadro de dependência e vulnerabilidade que afeta diretamente as grandes majorias da América Latina, exatamente para tentar visualizar de que modo esta mesma população está construindo sua alternativa ao neoliberalismo e à globalização.

Para abordar a globalização, Quijano⁵⁷ caracteriza inicialmente o fenômeno do *poder* como um tipo de *relação social* constituído pela presença permanente de três elementos: *dominação*, *exploração* e *conflito*, que afetam as áreas básicas da existência social, como o trabalho, o sexo, a autoridade coletiva, e a subjetividade. Baseado nessa perspectiva, ele faz algumas “proposições necessárias” com respeito à globalização em curso, a saber:

“1) la "globalización" consiste, ante todo, en una re-concentración de la autoridad pública mundial, en rigor una re-privatización del control de la autoridad colectiva, sobre cuya base se impulsa la profundización y la aceleración de las tendencias básicas del capitalismo;

2) se trata, así, de una reconfiguración del sistema de dominación política, asociada a las más recientes tendencias de la explotación o control capitalista del trabajo;

3) la correspondiente expresión institucional en el "centro" es, de un lado, la configuración de un Bloque Imperial Mundial, integrado por los estados-nación que ya eran mundialmente hegemónicos, bajo el predominio del principal de ellos, el de Estados Unidos; del otro lado, el bloque de corporaciones mundiales de capital financiero;

4) El Bloque Imperial Mundial está tramado estructuralmente con las instituciones de control y de administración del capital financiero mundial, como el Fondo Monetario Internacional, el Banco Mundial, el Club de París, y de control y administración de la violencia mundial como el Tratado del Atlántico Norte o el Sistema Interamericano de Defensa Regional;

5) El conjunto de esa trama institucional, estatal y paraestatal, tiende a operar como un gobierno mundial invisible;

6) en la "periferia", la expresión institucional más destacada del proceso es la des-nacionalización y des-democratización de los estados de tendencia nacional y, en ese específico sentido, se trata de una continua erosión de las tendencias de moderno estado-nación en las áreas no-centrales del capitalismo;

7) en la medida en que el conjunto de tales procesos es el resultado de la derrota mundial de los regimenes, organizaciones y movimientos rivales o antagónicos al patrón de poder capitalista mundial colonial/moderno y eurocentrado, la actual "globalización" de este patrón de poder tiene el carácter de un proceso contrarrevolucionario a escala global”.

⁵⁶ Em trabalho anterior escrevemos sobre a **NOEI**: Estenssoro, Luis. *O Sistema Econômico Latino-Americano (SELA): Integração e Relações Internacionais (1975-1991)*. São Paulo, Dissertação de Mestrado - PROLAM/USP, 1994.

⁵⁷ Quijano, Aníbal. *Colonialidad del Poder, Globalización y Democracia*. Forum Social Mundial, dez 2000, <http://www.forumsocialmundial.org.br/>.

Vemos então que comandando este sistema internacional está o Estado que representa a elite da maior economia do mundo e a nação militarmente mais poderosa, para dizer apenas duas características decisivas dos Estados Unidos da América. Este assume assim a liderança do “Bloco Imperial Mundial” no processo de reconfiguração da *dominação* e da *exploração* capitalistas sob uma Nova Ordem Internacional.

Portanto, não se trata de uma “visão conspiratória” a afirmação da influência dos EUA no mundo, mas da existência real de um novo projeto de organização imperial do poder mundial no século XX baseado na hegemonia mundial norte-americana. Trata-se de um projeto das elites do complexo industrial-militar dos EUA que baseiam seu poder na supremacia do capitalismo no planeta e se pretendem civilizadoras do resto do mundo.

Derivado da transformação da ordem mundial, este novo projeto sucede a influência exercida pelo Império Britânico no século XIX e é alavancado pela Doutrina Monroe em 1823, embora se inicie de fato com a Guerra Hispano-Americana de 1898. A partir daí construiu-se uma superioridade militar dos EUA que lhes permitiu organizar uma rede de bases militares em todo o mundo.⁵⁸ Enquanto isso, as grandes corporações, frutos do imenso mercado interno norte-americano, lideraram o processo de internacionalização das estruturas produtivas capitalistas, apoiadas num sistema monetário internacional baseado no dólar.

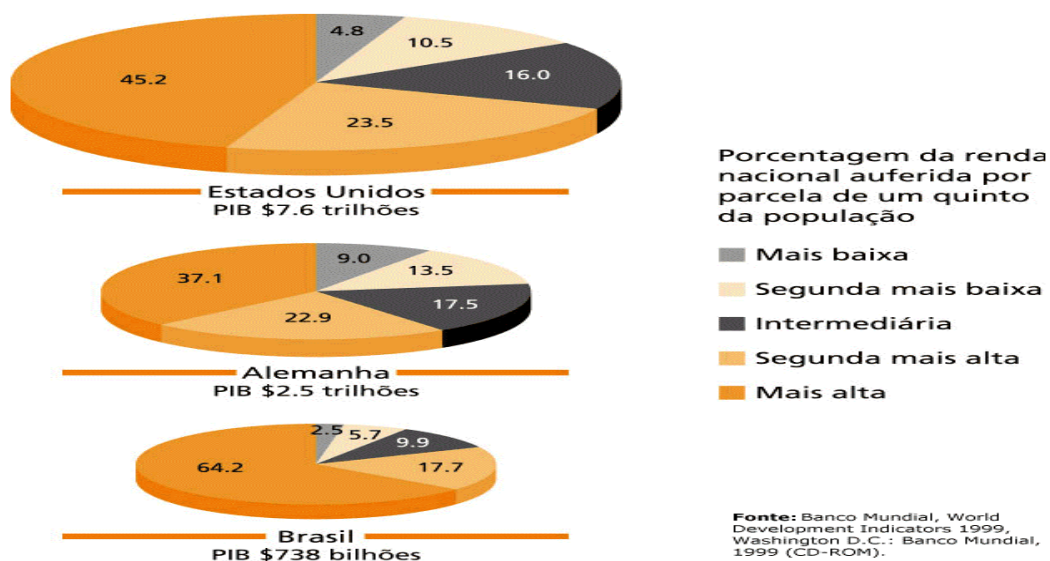
Este sistema monetário iria se transformar a partir dos anos 1970, com o fim da paridade dólar-ouro e com o choque do petróleo. Daria lugar a um sistema financeiro mundial fortalecido pelas reformas liberalizantes que desregularam e integraram os mercados, permitindo a livre circulação dos capitais. Com a transformação radical na tecnologia militar nos anos 1980, que mudou a concepção estratégica e logística do poder bélico dos EUA, bem como com a queda do muro de Berlim e o fim da URSS e do antagonismo bipolar que forçava um equilíbrio de poder, a capacidade dos EUA de controlar estruturas transnacionais militares, financeiras, produtivas, midiáticas, culturais e ideológicas passa a ter alcance global.⁵⁹

A associação desta estrutura imperial planetária com as elites locais (burguesia, tecnocratas e segmentos da classe média) criou uma dupla desigualdade para a população da América Latina: a primeira consiste na desigualdade entre as nações ricas e as nações pobres, e a segunda é a desigualdade interna, que chega a ser maior que em outros continentes.

⁵⁸ Seriam 61 **bases militares** ‘complexas’ instaladas em 19 países ao redor do mundo. Se contados todos os tipos de instalações militares, o número de bases estaria por volta de 800 unidades. Com um orçamento de US\$ 276 bilhões para gastos militares em 1997, os EUA detinham o primeiro lugar nestes gastos no mundo com 33% do total, sendo que os gastos militares no mundo eram 60% maiores em 1987. Os EUA eram também os maiores exportadores de armas (58% do mercado) e tinham o segundo exército do mundo com 1,5 milhão de soldados, atrás apenas do exército chinês. A razão de gastos militares por membro das forças armadas como estimação do nível de tecnologia militar de um país colocava os EUA em primeiro com US\$ 180.000, para uma média de US\$ 85.000 para os países desenvolvidos e US\$ 15.400 para os países em desenvolvimento em 1997. Fiori, José Luis. “O Brasil no Império Americano.” *Teoria e Debate*, 16 (52), dez-jan-fev 2003, pp.44-54; US Department of State. *World Military Expenditures and Arms Transfers 1998. Fact Sheet*. Washington, 21 ago, 2000, http://www.state.gov/www/global/arms/bureau_vc/wmeat98fs.html.

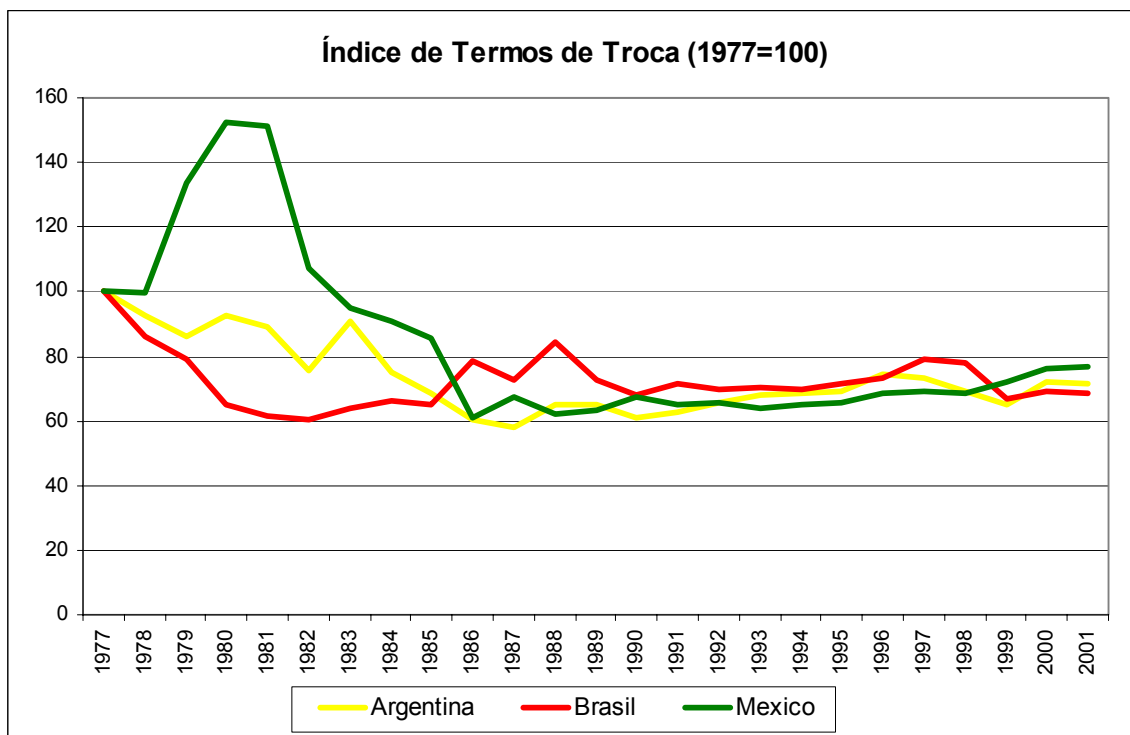
⁵⁹ Fiori, José Luis. “Império e Pauperização”. *Folha de São Paulo*, 16 de setembro de 2001.

Distribuição de renda em três economias grandes



No gráfico acima temos um exemplo estático: a parcela de 2,5 % da renda que recebem os 20% mais pobres no Brasil é obviamente uma parcela proporcionalmente menor da que recebem os 20% mais pobres da Alemanha ou EUA, porém, representa menos também em termos absolutos, o que indica a dupla privação a que a maioria da população está submetida. Por outro lado, podemos observar a imensa parcela apropriada pelos 20% mais ricos do Brasil, que captam 64,2% da renda nacional, muito mais do que nos outros dois países.

Contudo, o problema não se resume a uma *situação inicial desigual*, mas diz respeito à própria *dinâmica* das relações econômicas internacionais. Como vemos abaixo os **termos de troca** de Argentina, Brasil e México declinam consideráveis 30 pontos no período 1977-2001, revelando um acerto da *teoria da deterioração dos termos de troca* da CEPAL, que afirmava que os produtos primários da periferia tendiam a ter preços baixos e declinantes com relação aos produtos manufaturados do centro. A exceção à regra é o petróleo, produto do qual o México é exportador e que o favoreceu durante a crise do petróleo.



Fonte: A partir de dados do Institute of International Finance (IFF).

Porém, durante o período considerado houve um processo de *reestruturação produtiva* das economias destes três países, que passaram a fabricar e exportar mais produtos manufaturados, o que é um fato novo para aquela teoria. No entanto, ao contrário do que poderíamos esperar, a queda dos termos de troca desses países apenas se suavizou e não se nota recuperação consistente destes 30 pontos perdidos desde 1977, muito menos do terreno perdido em períodos anteriores. Uma explicação pode ser a composição do valor adicionado desses produtos manufaturados dos países latino-americanos, que depende em grande quantidade de insumos e bens de capital importados. Trata-se de uma situação de *dependência estrutural* na qual a industrialização periférica tende a perpetuar esta *troca desigual*.

Se observarmos as tendências e os indicadores da economia mundial, perceberemos logo que esta situação tende a se agravar ainda mais, pois processos relacionados com a globalização, Terceira Revolução Industrial e substituição do *fordismo* pelo *toyotismo*, se somam para produzir uma situação crítica de exclusão das nações subdesenvolvidas nesta Nova Ordem. Os processos relacionados são:

- a **globalização**: integração econômica; financeirização dos mercados; melhoria das comunicações;
- a **Terceira Revolução Industrial**: inovações na microeletrônica, informatização e biotecnologia; economia de matérias-primas e energia; busca de novos materiais; e
- a **substituição do *fordismo* pelo *toyotismo***:⁶⁰ nova modalidade de organização da produção; transformação da organização do trabalho.

⁶⁰ Para Paes de Paula, com a crise do padrão de acumulação, o paradigma *fordista* perde centralidade para o *toyotismo*. Este é baseado numa acumulação mais flexível, que maximiza ganhos a partir de diferentes formas de contratação de mão-de-obra, produção de bens e serviços e investimentos do capital., decorrendo daí a “panacéia apologética das organizações enxutas e flexíveis”: reengenharia, *downsizing*, terceirização, etc. Valendo-se de novas tecnologias organizativas baseadas na filosofia *just-in-time* (que conjuga estoque mínimo, sistemas *kanban* e planejamento da produção), o *toyotismo* torna os

Assim, a desigualdade inicial interna e externa; a *troca desigual*; transferência de recursos compulsória (dívida externa); as crises econômicas locais, regionais e internacionais; deterioração dos termos de troca; os processos de concentração de capital, de renda, de riqueza, de poder e de saber; são processos próprios deste sistema capitalista e da situação concreta da América Latina que vão se acumulando para resultar numa deterioração da situação social e econômica desses países e de seus povos. Como resultado temos a extrema concentração de recursos nos países centrais, determinando uma **hierarquização das economias no planeta**.

Segundo Hirano, os indicadores econômicos mostram que **os mercados mundiais estão claramente hierarquizados**: os países industrialmente avançados são o mercado preferencial vindo em seguida os países em desenvolvimento do Terceiro Mundo, sendo que a África e Oriente Médio são regiões esquecidas do ponto de vista da reprodução do capital. Vejamos alguns dados: 63,3% do comércio dos EUA entre 1985 e 1990 destinou-se aos países ricos; os EUA receberam 44% dos investimentos externos diretos (IED) do Japão realizados entre 1951 e 1990, e a Europa recebeu 19%; a participação da América Latina no PIB mundial decresceu de 7,1% em 1982 para 4,4% em 1989, e as exportações latino-americanas representavam 6,4% do total mundial em 1960 e caíram para 3,8% em 1990. Assim,

“O quadro de indicadores macro-econômicos não deixa nenhum espaço para sonhos e utopias desenvolvimentistas: capitais e tecnologia migram para regiões onde a reprodução é altamente concentrada em valores agregados, ou seja, do ponto de [vista da] acumulação capitalista, extremamente produtiva e rentável”.⁶¹

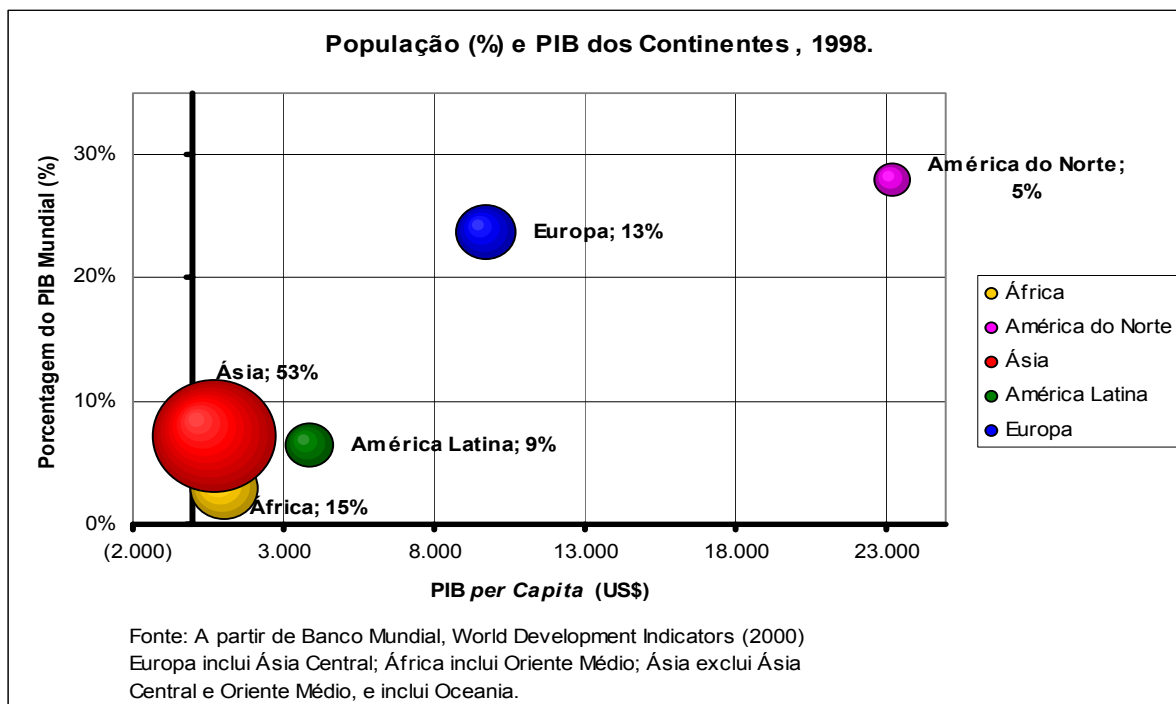
Para Hirano, estamos diante de uma situação mundial caracterizada pela:

- *hierarquização dos mercados mundiais;*
- *hierarquização dos espaços geo-econômicos e tecnológicos; e*
- *hierarquização dos centros produtores de conhecimento e tecnologia de ponta.*

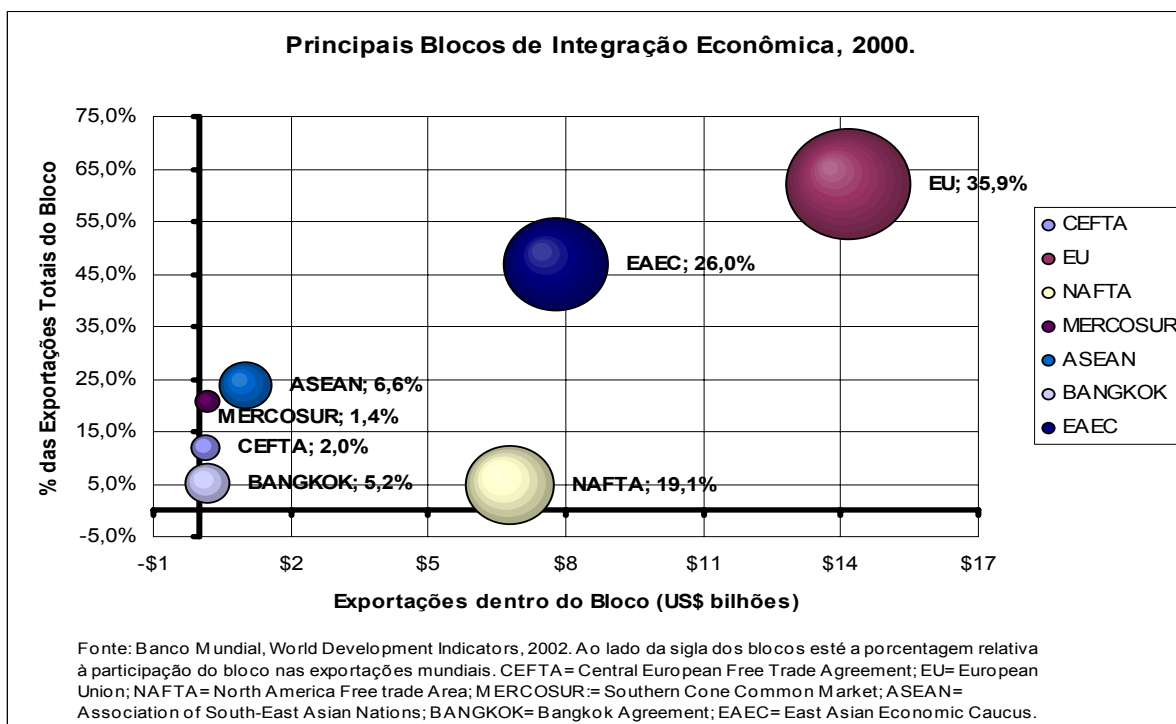
Entretanto, a dificuldade maior é o fato das *tendências e movimentos* de comércio, tecnologia e investimentos estarem beneficiando os países centrais em detrimento da periferia. O fenômeno pode ser observado abaixo com relação aos esquemas de integração e aos continentes: a América do Norte e a Europa estão muito mais à frente em termos de PIB e PIB *per capita* do que a América Latina, Ásia e África, que têm mais população. O Terceiro Mundo tem menos riqueza para distribuir entre mais pessoas.

processos de produção mais eficientes e produtivos, barateando os custos e aumentando a qualidade. Porém essas técnicas e práticas não estão esvaziadas de ideologia, pelo contrário, a “qualidade total” e a “melhoria contínua” que requer trabalhadores qualificados e participativos, além de abusar das idéias de cooperação, consenso e integração, estaria sendo associada a elementos behavioristas, contribuindo para a intensificação do trabalho, manipulando o trabalhador, apropriando-se dos seus conhecimentos, e reinventando a especialização *taylorista* do trabalhador. Paes de Paula conclui que as teorias administrativas favorecem a produtividade e a ordem nas organizações na sua tentativa de harmonizar o capital e o trabalho, mas estão longe de promover a liberdade do trabalhador, demonstrando assim a persistência de “harmonias administrativas” e do *ethos* burocrático denunciado por Maurício Tragtenberg. Paes de Paula, Ana Paula. “Tragtenberg Revisitado: as Inexoráveis Harmonias Administrativas” in: Anais do 24º ENANPAD, 2000, Florianópolis, http://www.nobel.com.br/cdmt/tragtenberg_revisitado.htm.

⁶¹ Hirano, Sedi. “A América Latina Dentro da Hierarquização do Mercado Mundial” in: SOLAR V. *América Latina e Caribe e os Desafios da Nova Ordem Mundial*. São Paulo, PROLAM-USP, 1998, pp.139-150.



Vimos atrás o caso dos termos de troca relativos ao comércio da Argentina, Brasil e México, e concluímos que eles estão vendendo mais quantidade de mercadorias (volume) por menos divisas (\$). Pois bem, abaixo vemos que o comércio total do Mercosul é praticamente insignificante diante dos blocos mais dinâmicos de integração econômica. O México foi anexado ao NAFTA. A exceção parece ser o bloco asiático EAEC, China incluída. As possibilidades dos países subdesenvolvidos criarem condições para conseguir um desenvolvimento que signifique inclusão para seus povos ficam reduzidas diante da *dinâmica de acumulação* e dos *mecanismos de articulação* que privilegiam os centros.



Além da *crise do padrão de acumulação dependente latino-americano*, podemos visualizar uma *crise econômica capitalista* que atravessa a segunda metade do século XX como resultado da queda das taxas de lucro que se começa a verificar nos anos 1960, e que se traduz nas taxas baixas de investimento, poupança e crescimento. Por exemplo, o indicador de crescimento do produto mundial por habitante era de 4% entre 1960 e 1973, caiu para 2,4% entre 1973 e 1980 e 1,2% entre 1980 e 1993⁶². Pela tabela abaixo vemos que o novo *padrão de acumulação sob hegemonia financeira*, isto é, com os ganhos de produtividade sendo apropriados pelo capital financeiro, se revela nos EUA e Europa como um regime com menor crescimento do PIB, emprego, produtividade e acumulação, apesar destas regiões estarem no topo da hierarquia econômica mundial e apesar do imenso desenvolvimento tecnológico.

TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DOS EUA E UE (1960-1999)			
País		1960-1973	1980-1999*
Estados Unidos	PIB	3,9	2,5
	Emprego	1,8	1,5
	Produtividade**	2,6	0,9
	Acumulação	4,5	2,9
União Européia	PIB	4,7	2,1
	Emprego	0,3	0,3
	Produtividade**	5,1	1,9
	Acumulação	5,6	1,9

Fonte: A partir de dados do OECD Economic Outlook in: Mattoso, Jorge. *O Brasil Desempregado*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999. * Dados estimados e projetados para 1998 e 1999; ** ref. Período 1979-1997.

Ou seja, além das *crises financeiras*⁶³ cada vez mais freqüentes e das *recessões*⁶⁴ que se verificaram em 1948-49, 1952-53, 1957-58, 1960-61, 1966-67, 1970-71, 1974-75, 1980-82 e 1990-94⁶⁵, agora há um agravante estrutural que evidencia a dificuldade que o capitalismo tem de se tornar um sistema que propicie condições de vida aceitáveis para todos. Na verdade, a crise econômica é uma *crise de um sistema capitalista* que não se sustenta enquanto sistema econômico capaz de garantir a reprodução social das sociedades do planeta. É o mínimo que se pode dizer de um mundo onde há 507 milhões de pessoas que não esperam sobreviver aos 40 anos, onde 1,2 bilhão de pessoas não tem acesso à água potável, onde 842 milhões de adultos são analfabetos, onde 158 milhões de crianças menores de cinco anos são subnutridas, e onde um 1,3 bilhões de pessoas vivem abaixo da linha de privação de rendimento.⁶⁶

⁶² Chesnais (1998), Op Cit., p. 27.

⁶³ Num manual de orientação contra as crises econômicas, Ferreira *et alii*, do Banco Mundial, sugerem a criação de redes de proteção (*safety nets*) e apontam os **canais pelos quais se dá o impacto das crises econômicas**: mudança nos preços relativos, mudança na demanda de trabalho, ganhos ou perdas com propriedades ou capital, transferências públicas, e impactos no ambiente comunitário. Ferreira, Francisco, Prensushi, Giovanna e Ravailon, Martin. *Protecting the Poor from Macroeconomic Shocks: An Agenda for Action in a Crisis and Beyond*. Washington, Banco Mundial, s/d.

⁶⁴ Recentemente pudemos observar a entrada dos EUA - último a entrar - numa nova **recessão**, que nada mais é do que a revelação de um sintoma clássico da crise capitalista: a **superprodução**, isto é, a incapacidade de absorção pelos consumidores da massa de bens produzidos. Isto se dá porque o próprio ciclo expansivo tem origem na intensificação da exploração do trabalho, e não simplesmente via avanços tecnológicos e incrementos de produtividade do capital. Assim, está na própria lógica do ciclo expansivo a futura recessão. Ora, isto diminui o consumo agregado devido ao enxugamento da demanda monetária dos trabalhadores.

⁶⁵ Cf. Marini, Ruy M. "Proceso y Tendencias de la Globalización Capitalista". in: _____ e Millán, Mária (orgs.). *La Teoría Social Latinoamericana*. México, UNAM, 1996, Tomo IV, p. 54; e Coggiola, Osvaldo "A Crise Estrutural do Capital" in: _____ (org.). *Estudos. Capitalismo: "Globalização" e Crise*. São Paulo, Humanitas, 1998, p. 317.

⁶⁶ PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1997*. Lisboa, Trinova, 1997, p. 27.

Contudo, o maior problema consiste na extrema desigualdade que tem aumentado cada vez mais nos últimos 30 anos:

DESGUALDADE DE RENDA ENTRE OS MAIS RICOS E OS MAIS POBRES NO MUNDO, BASEADO EM MÉDIAS DOS PAÍSES, 1970-1997				
Medida	10% mais ricos sobre 10% mais pobres		20% mais ricos sobre 20% mais pobres	
	1970	1997	1970	1997
Taxa de Câmbio	51,5	127,7	33,7	70,4
Paridade do Poder de Compra (PPP)	19,4	26,9	14,9	13,1

Fonte: PNUD, *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Nova York, Oxford University Press, 2001, p. 20.

As “Teses” de Sen⁶⁷ sobre a globalização não ignoram este fato. Se a globalização não é uma novidade nem é apenas ocidental,⁶⁸ não é menos verdade que é preciso uma distribuição mais equânime dos frutos da mesma, entre países ricos e pobres e entre diferentes grupos dentro desses países. Mesmo que se afirme que os pobres em geral progrediram um pouco, esta tendência não é uniforme e a desigualdade gritante continua sendo o principal desafio.⁶⁹ Para Sen, “a questão não é só determinar se existe algum ganho para todas as partes, mas se a distribuição dos ganhos é justa”.

⁶⁷ Sen, Amartya. “Dez Teses sobre a Globalização”. *Folha de São Paulo*, 9 de setembro de 2001.

⁶⁸ Para Sen, as influências de viagens, migrações, comércio e difusão cultural se fez sentir em diferentes direções, com a Europa absorvendo tecnologia e ciência chinesas e matemática árabe e indiana. Por esse seu **relativismo cultural**, também descarta a influência dos valores asiáticos no atual crescimento econômico da Ásia Oriental. Se a cultura européia não é a única via para uma modernização bem sucedida, não se deve estabelecer uma nova assimetria dos valores, desta vez em função da Ásia. “Naturellement, le développement de l’Asie orientale presente certaines particularités, notamment un rôle plus marqué de l’éducation et de la formation, ainsi que l’établissement de relations plus harmonieuses - et plus coopératives - entre le marché et l’État. Mais ce ne sont pas là des aspects propres aux ‘valeurs asiatiques’ en tant que telles, ni des exemples que d’autres pays ne puissent suivre aussi facilement”. Sen, Amartya. “Valeurs asiatiques et croissance économique”. *Le Monde*, 27 de outubro de 1998.

⁶⁹ Para a visão liberal de Wade, a **desigualdade mundial** merece maior atenção. “Neither the World Bank nor the IMF has devoted significant resources to studying it. Many analysts apparently take it for granted that global inequality is falling. Others think it sufficient to focus on poverty, and ignore inequality as such. Both these views need to be challenged. New evidence suggests that global inequality is worsening rapidly. There are good reasons to worry about that trend, quite apart from what it implies about the extent of world poverty.(...) Why has global inequality increased? The answer is in four parts: (1) faster economic growth in developed OECD countries than developing countries as a group; (2) faster population growth in developing countries than in OECD countries; (3) slow growth of output in rural China, rural India, and Africa; and (4) rapidly widening output and income differences between urban China on the one hand, and rural China and rural India on the other. The income of urban China grew very fast during 1988-93, which reduced the gap between China’s average income and that of the middle-income and rich countries, and so reduced the world Gini coefficient; but the widening gaps between rural China and urban China and between urban China and rural India increased world inequality by even more. (...) These trends in turn have deeper causes. Technological change and financial liberalisation result in a disproportionately fast increase in the number of households at the extreme rich end, without shrinking the distribution at the poor end. Population growth, meanwhile, adds disproportionately to numbers at the poor end. These deep causes yield an important intermediate cause that makes things worse: the prices of industrial goods and services exported from high-income countries are increasing faster than the prices of goods and services exported by low-income countries, and much faster than the prices of goods and services produced in low-income countries that do little international trade. (...) The poorer countries and the poorer two-thirds of the world’s population therefore suffer a double marginalisation: once through incomes, again through prices. (...) It is remarkable how unconcerned the World Bank, the IMF and other global organisations are about these trends. (...) They neglect not only matters of world income distribution, but also world inflation, world exchange rates, and world interest rates; and, in the case of the World Bank, the global environmental issues of the oceans, the atmosphere, and nuclear waste”. Wade, Robert. “Winners and Losers”. *The Economist*, 26 de abril de 2001; ver também os “reparos” feitos ao artigo de Wade no Economic Focus: *The Economist*. “Of Rich and Poor”. *The Economist*, 26 de abril de 2001.

Segundo Sen, o mercado em si é consistente com diversas condições institucionais diferentes que podem levar a resultados diversos. Não se pode descartar, portanto, o mercado como instrumento de prosperidade econômica. O mesmo não acontece com a atual arquitetura econômica, financeira e política, que foi herdada (em 1944, em Bretton Woods, foi estabelecida a criação do FMI, para manter a estabilidade da economia mundial, e do Banco Mundial, para o crescimento mundial)⁷⁰ de uma época onde a Ásia e África ainda eram colonizadas, a tolerância com a pobreza era maior e idéias como direitos humanos, democracia e meio ambiente não eram valorizados como hoje. Embora o Banco Mundial tenha colocado a pobreza como prioridade e a ONU também tenha tentado responder às mudanças, o fato é que “a arquitetura das instituições em si precisa ser reexaminada à luz da nova realidade política”, pois o balanço do poder que reflete a situação dos anos 1940 não é mais o de hoje.

Esta é visão compatível com o projeto *universalista* baseado no conceito de *desenvolvimento humano sustentável* como fim - e como meio -, de combate ao *utilitarismo* e em contraste com a abordagem do *capital humano*, que vê os seres humanos apenas como meios de produção que, se aumentados na sua qualidade e conhecimentos, podem trazer maior prosperidade material.⁷¹

Porém, numa abordagem *internacionalista* podemos dizer que, se anteriormente a problemática dizia respeito aos Estados Nacionais, na atual *Pax Americana* os atores são as corporações, as instituições internacionais e os mercados financeiros num espaço e tempo globalizados. Esta configuração das relações internacionais tende a ser ainda mais excludente que a anterior. Nesta situação, todos os projetos históricos de Estado Nacional parecem entrar em crise: desde o Estado Providência *social-democrata ocidental (Welfare State)*, passando pelo *comunismo burocrático soviético* e seus assemelhados, e até o *nacional-populismo* nas suas versões asiática, africana e latino-americana. Entram em crise não somente os Estados Nacionais e a noção de soberania, mas também a própria noção de sociedades nacionais.

“Sim, as organizações multilaterais e as corporações transnacionais são novas, poderosas e ativas estruturas mundiais de poder. Elas se sobrepõe e impõe aos Estados nacionais, compreendendo extensos segmentos das sociedades civis, isto é das suas forças sociais. [...] Sim, já se formaram e continuam a desenvolver-se estruturas globais de poder, respondendo aos objetivos e às práticas dos grupos, classes ou blocos de poder organizados em escala realmente global”.⁷²

Há, então, uma *ordem social global* que não se parece com o antigo “equilíbrio” entre os Estados Nação nas suas relações internacionais (a bipolaridade da era da “Guerra Fria”, por exemplo), mas que demonstra que o discurso do *globalismo* como apologia dos “valores” do mercado não passa de uma ideologia que pressupõe esta ordem, embora a negue enquanto estrutura mundial de poder que sustenta um sistema econômico causador desta situação de miséria social e destituição de direitos.

A *gestão capitalista da crise*, que se esconde por trás do discurso triunfante do *pensamento único* e da ideologia do *globalismo*, é administrada por instituições, empresas, governos, intelectuais⁷³ e classes sociais⁷⁴ que formam uma coalizão que se contrapõe a não

⁷⁰ Sen, Amartya. Entrevista. *O Estado de São Paulo*, 23 de julho de 2000.

⁷¹ Anand, Sudhir e Sen, Amartya. *Sustainable Human Development: Concepts and Priorities*. PNUD, Ocasional Paper 1994.

⁷² Ianni, Octavio. “A Política Mudou de Lugar”. in: Dowbor, Ladislau, Ianni, Octavio e Resende, Paulo E. (org.). *Desafios da Globalização*. Petrópolis, Vozes, 1998, p. 20.

⁷³ “El nuevo intelectual de derecha tiene que desempeñar su función legitimadora en la era visual; optar por lo directo e inmediato; pasar del signo a la imagen y de la reflexión al comentario televisivo. Ni siquiera tiene que esforzarse por

somente ao movimento *internacionalista* dos trabalhadores, mas também a noções *universalistas* como, por exemplo, a da *universalização da apropriação dos direitos humanos* enquanto forma de desenvolvimento econômico-social,⁷⁵ ou então da noção de *demanda democrática*.⁷⁶ Enfim, trata-se do *neoliberalismo* enquanto expressão dessa *ordem social global* que se tornou *hegemônica*.

Assim, o *processo de globalização financeira*, iniciado com o rompimento dos acordos de Bretton Woods e com as políticas de desregulamentação financeira a partir desses governos conservadores, tem no seu eixo central as *políticas neoliberais de ajuste estrutural* e, em torno desse eixo, o movimento de formação das instituições do *mercado global*, a saber:

“Exemplos típicos são a centralização no Tesouro norte-americano e no seu braço operacional, o Fundo Monetário Internacional, da direção e gerenciamento dessas políticas [...]; a criação e hierarquização da Organização Mundial do Comércio, encarregada de impor e monitorar uma liberalização comercial assimétrica que protege os interesses dos países que integram o núcleo central do sistema capitalista mundial e garante as práticas monopolistas das grandes corporações; a extensão e regulamentação da área das patentes, que preserva o controle destes países e corporações sobre o progresso tecnológico e sua difusão; e a tentativa até agora relativamente frustrada, de estabelecimento de um acordo multilateral de investimentos de âmbito planetário”.⁷⁷

Segundo Mercadante, complementarmente a este *processo de construção de alicerces institucionais* da “Nova Ordem”, temos o surgimento de *mecanismos de articulação em escala global* de interesses e influências da “comunidade de negócios”, por exemplo: o Fórum Econômico Mundial de Davos, criado em 1971; a difusão do *pensamento único*, que veicula o *neoliberalismo* como único caminho para o progresso econômico e social; o deslocamento das funções de regulação de economia do Estado para os mercados financeiros, subordinando as políticas de emprego, de rendas, de investimentos, de crescimento econômico e de desenvolvimento social, ao objetivo de ajustar e integrar as economias nacionais ao mercado global; o enfraquecimento das democracias, uma vez que o centro de decisões econômicas deixa de ser os governos ou os parlamentos e passam a ser os operadores privados que atuam em escala internacional; e, no caso da América Latina, a criação da Área

legitimar un sistema totalitario, brutal, genocida, racista, intolerante y excluyente. El mundo que es el objeto de su ‘función intelectual’ es el que ofrecen los media: una representación virtual. Si en el hipermercado de la globalización el Estado-Nación se redefine como una empresa más, los gobernantes como gerentes de ventas y los ejércitos y policías como cuerpos de vigilancia, entonces a la derecha intelectual le toca el área de Relaciones Públicas”. Subcomandante Insurgente Marcos. “La Derecha Intelectual y el Fascismo Liberal”. *Le Monde Diplomatique*, ago 2000.

⁷⁴ Para Antunes, “a classe trabalhadora hoje *exclui*, naturalmente, os *gestores do capital, seus altos funcionários*, que detêm papel de controle no processo de trabalho, de valorização e reprodução do capital no interior das empresas e que recebem rendimentos elevados ou ainda aqueles que, de posse de um capital acumulado, vivem da especulação e dos juros. *Exclui* também, em nosso entendimento, os pequenos empresários, a pequena burguesia urbana e rural *proprietária*.” Antunes esclarece, porém, que a *pequena burguesia proprietária* pode se constituir em importante aliada da classe trabalhadora, embora não seja parte do seu núcleo constitutivo. Antunes, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo, Boitempo, 1999, p. 104.

⁷⁵ Sachs dentro de sua concepção de **desenvolvimento sustentável** utiliza a fórmula **‘desenvolvimento como apropriação de direitos’**. Sachs, Ignacy. “Desenvolvimento, Direitos Humanos e Cidadania” in: Pinheiro, Paulo Sérgio e Guimarães, Samuel P. *Direitos Humanos no Século XXI*. Brasília, IPRI, 1998, p. 160.

⁷⁶ Também dentro do conceito de **desenvolvimento sustentável (“desarrollo sustentable y sostenido”)**, Sunkel entende por **demanda democrática** as aspirações e exigências de maior participação nas esferas: econômica (renda, consumo, emprego); social (educação, mobilidade, organização); política (eleições, decisões, participação); e cultural (acesso à informação, meios de comunicação). Sunkel, Oswaldo. “Del Desarrollo Hacia Adentro al Desarrollo desde Dentro.” in: Reyna, José Luis. (org.). *América Latina a Fines del Siglo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1995, p. 27.

⁷⁷ Mercadante, Aloizio. “Marco Histórico”. *Teoria e Debate*, ano 14, nº 47, fev-mar-abr 2001.

de Livre Comércio das Américas (ALCA), que, da forma como está sendo colocada e por envolver temas diversos e estratégicos, representa primordialmente um projeto de colonialismo ou anexação econômica para consolidar a hegemonia norte-americana na região.

Para Amin,⁷⁸ o *imperialismo* não é um estágio, nem mesmo o último estágio, do capitalismo: desde o começo deste modo de produção o *imperialismo* é inerente à expansão capitalista. A conquista do planeta pelos europeus e pelos EUA se deu em três fases, a saber:

- A primeira fase foi o empreendimento devastador organizado em torno da conquista das Américas a partir de 1492, ainda no quadro de um sistema mercantilista na Europa, e cujo resultado líquido foi a destruição das civilizações indígenas ou simplesmente o genocídio;
- A segunda fase consistiu na revolução industrial e se manifestou na forma da sujeição colonial da África e Ásia, dando origem ao “maior problema que a humanidade já enfrentou”: a absoluta polarização que aumentou a desigualdade entre os povos de 2 para 1 em 1800 para chegar hoje em dia a uma relação de 60 para 1, sendo que somente 20% da população da Terra incluída nos centros se beneficia deste sistema;
- A terceira onda do imperialismo se dá nos dias de hoje, encorajada pelo colapso do sistema soviético e dos regimes nacional-populistas do Terceiro Mundo. Os objetivos do capital continuam os mesmo: o controle e expansão dos mercados, a exploração dos recursos naturais e a superexploração das reservas de mão-de-obra na periferia. Para este fim, os EUA estariam desenvolvendo uma estratégia sistemática designada a assegurar sua hegemonia absoluta pela ostentação de um poder militar que deixaria atrás os seus parceiros da Triade (União Européia e Japão).

Como resultado desse processo, somos capazes de identificar três formas de pobreza - e paralelamente, três formas de *dívida social* - que os países subdesenvolvidos conheceram nos últimos 50 anos, tal como afirma Milton Santos⁷⁹:

- *Pobreza incluída*. Trata-se de uma pobreza acidental, residual ou sazonal. Trata-se de uma pobreza intersticial e sem vasos comunicantes fruto da desadaptação local aos processos mais gerais de mudança, ou como inadaptação entre condições naturais e sociais.
- *Marginalidade*. Produzida pelo processo econômico da divisão do trabalho internacional ou interna. Pretendeu-se que o Estado poderia curar essa “doença da civilização”.
- *Pobreza estrutural*. Não é local, nem mesmo nacional, é uma pobreza estrutural e globalizada. “Há uma disseminação planetária e uma produção globalizada da pobreza, ainda que esteja mais presente nos países mais pobres.” Para esta produção “voluntária” da *dívida social* não se buscam mais remédios, pois os Estados estão “deliberadamente” ausentes de sua missão social de regulação. Este fato, aliado à atual divisão “administrativa” do trabalho, estaria provocando a

⁷⁸ Amin, Samir. “Imperialism and Globalization” in: *Monthly Review*, Vol. 53, nº 2, Jun 2001, <http://www.monthlyreview.org/0601amin.htm>.

⁷⁹ Santos, Milton. *Por uma Outra Globalização. Do pensamento Único à Consciência Universal*. Rio de Janeiro, Record, 2000, pp.69-74.

“produção científica, globalizada e voluntária da pobreza”. Para Santos, nessa última fase os pobres não são *incluídos* nem *marginalizados*, eles são *excluídos*.

Assim, se a *pobreza* é um estado social dado resultante de um processo histórico de exploração, expropriação, discriminação, destituição de direitos e concentração de renda, riqueza e poder, anterior ao capitalismo, mas agravado com o seu desenvolvimento, a *exclusão social*, enquanto problema da atualidade, é um processo de desregulamentação de mercados, nova divisão social e internacional do trabalho, precarização e flexibilização do trabalho, que remete a uma composição social de grupos, classes, instituições, empresas e governos que promovem a *inclusão desigual e subordinada*⁸⁰ ou *inclusão marginal*⁸¹ de populações inteiras no sistema capitalista de modo que significa exatamente a geração de excluídos sociais.

É dentro dessa multidimensionalidade dos processos que resultam em pobreza e das lutas para superá-la que Singer⁸² quer inscrever a noção de *exclusão social*. Assim, *exclusão social* “denota a situação ou processo experimentado por indivíduos, isto é, sua *marginalização*; e, por outro lado, a situação ou processo que ocorre em sociedades como resultado do mau funcionamento das suas instituições, e que leva à quebra da coesão social e fragmentação das relações sociais”. Vemos então que exclusão social é um *processo* – ao contrário de desigualdade e pobreza, que são *situações* – que pode ser visto como uma somatória de exclusões que estão altamente correlacionadas.

Sem ter um mínimo de equidade econômico-social o sistema capitalista reproduz a miséria já existente (*situação de pobreza e indigência*) e cria mais precariedade dos empregos, além de mais desemprego entre os trabalhadores (*processo de exclusão social*), conformando simultaneamente um *lumpemproletariado* planetário ao lado de um *exército industrial de reserva* superexplorado e globalizado.⁸³ Transformações que contemplam uma categoria podem não atingir a outra, embora haja mobilidade das pessoas entre essas categorias.

Se estes excluídos não estão *fora* do mercado de trabalho e da vida social organizada, não podemos deixar de dizer que eles participam desses circuitos *enquanto excluídos*. Isto é, como categoria que é, por definição, *marginal*. Este *lumpemproletariado* constitui-se num produto do sistema capitalista, enquanto população **economicamente marginalizada, socialmente excluída, e politicamente destituída** dos seus direitos básicos.

Quijano⁸⁴ se permite fazer algumas “inferências pertinentes” com respeito a essa questão dos *pobres, excluídos, marginais, desfiliaados, destituídos, despossuídos, supranumerários, miseráveis, superexplorados* ou *lumpemproletários*:

⁸⁰ Wanderley, Luiz Eduardo. “A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e caribenho”. in: Castel, Robert *et alii*. *Desigualdade e a Questão Social*. São Paulo, EDUC, 1997, pp. 49-159.

⁸¹ Martins, José de Souza. *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo, Edições Paulinas, 1997, p. 20.

⁸² Singer, Paul. “Social Exclusion in Brazil”. OIT, DP/94, 1997.

⁸³ “Com efeito, Rosa Luxemburgo, Trotsky, Hilferding, Bukhárin e Lênin concordam num ponto metodológico fundamental: a unidade da economia mundial, no sentido de uma integração cada vez mais estreita de todas as suas partes, num sistema de relações moldado pelo capital e dominado pelos países capitalistas centrais.” Chesnais (1996), Op Cit., p. 48.

⁸⁴ Para Quijano, nenhuma destas tendências é nova ou imprevista, pois já foram teorizadas, sobretudo desde Marx. Assim, elas não são conseqüência de um fenômeno novo chamado “globalização”, como se fosse diferente ou separado do capitalismo, pelo contrário, são produto do caráter capitalista da estrutura dominante. Quijano (2000), Op Cit.

- Está em curso um processo de reconcentração do controle de recursos, bens e renda em mãos de uma minoria reduzida (no máximo, uns 20%) proporcionalmente decrescente.
- Isto implica que está em curso um processo de polarização social crescente da população mundial, entre uma minoria cada vez mais rica, e uma maioria crescente e mais pobre.
- Está em curso um processo de incremento da *superexploração* da uma maior massa de trabalhadores no mundo, pois além da concentração de rendas e de riqueza, crescem as diferenças salariais, se amplia a proporção dos desempregados e dos marginalizados dos ambientes centrais da estrutura de acumulação, processo que, por sua vez, permite a diminuição contínua da média de salário.
- Está em curso um processo de declínio do interesse e da capacidade do capital para transformar a mão-de-obra em mercadoria, especialmente nos níveis tecnologicamente mais avançados da estrutura mundial de acumulação.
- Como consequência, estão em expansão formas não-salariais de controle do trabalho: escravidão, servidão pessoal, pequena produção mercantil independente e reciprocidade. O salariado ainda é a forma de trabalho que mais se expande, mas está em declínio.
- Está em curso um processo de crise das relações de exploração do padrão capitalista de controle do trabalho e pronuncia-se uma mudança no padrão de distribuição da população salariada em proporção à não-salariada.
- A configuração do capitalismo mundial, isto é, a estrutura das relações entre o capital e cada uma das formas de controle do trabalho, bem como as relações do conjunto de todas elas entre si, está em processo de mudança, o que implica uma transição no sistema.
- Nesse sentido específico e nessa dimensão, na estrutura de exploração do trabalho estaria em curso um processo de reclassificação social da população mundial em escala global.
- Em todo caso, está em curso um processo de reconcentração e de reconfiguração das relações entre capitalismo e trabalho.
- Estes processos estão associados a mudanças drásticas na estrutura mundial de acumulação capitalista, associados ao predomínio da acumulação especulativa e financeira, especialmente desde os anos 1970.

Não há dúvida, porém, que tais tendências básicas do capitalismo se aprofundaram e se aceleraram. Surge então um problema eminentemente político que entra na agenda das forças que lutam pela transformação da sociedade: como construir um projeto de desenvolvimento aplicável que promova o crescimento econômico bem como a distribuição equitativa dos seus benefícios, universalize os direitos sociais, aprofundando o processo de **democratização econômica, social e política**⁸⁵ e resgatando a soberania e identidades nacionais? Mais simplificada, como estender direitos básicos – que dirá organizar – a

⁸⁵ Para **Amin**, a **democracia** é a verdadeira condição do **desenvolvimento**. Esta afirmação não tem a ver com o discurso dominante, como podemos deduzir. “Our proposition comes down to saying in effect: there can be no socialism (if we use that term to designate a better, post-capitalist alternative) without democracy, but also there can be no progress in democratization without a socialist transformation”. Amin (2001), Op Cit.

esse *lumpemproletariado* que é socialmente excluído por definição? Isto é, como o pobre pode tornar-se cidadão? Qual a possibilidade de superar o estatuto da *lumpencidadania*?⁸⁶

Outras questões também aparecem: Qual a capacidade do sistema capitalista de promover a geração de excluídos e a acumulação de riquezas ao mesmo tempo, e até quando? Será que, como afirmam as agências internacionais, é possível erradicar a pobreza absoluta dentro do atual sistema capitalista? Será que este mesmo sistema capitalista permite que a desigualdade diminua de maneira radical? Se o modelo econômico atual e o sistema capitalista são estruturalmente desiguais, será maior a exclusão para o conjunto da América Latina quanto mais intensa for a globalização? A democracia econômico-social será então um componente anticapitalista na América Latina?

Desta forma, iremos discutir até que ponto os pobres são objeto da expansão capitalista por meio da *superexploração* do trabalho e se estão de fato excluídos da produção e do consumo capitalista. *Ou seja, até que ponto a pobreza é algo capitalista e até que ponto a pobreza é essencial ao capitalismo.*

⁸⁶ Por *lumpencidadania* entende-se a erosão dos direitos cívicos e políticos, bem como a negação dos direitos sociais causada pela dessocialização da economia, aliada a uma situação de desemprego estrutural. Se a cidadania se constituiu a partir do trabalho e a democracia esteve desde o início vinculada à socialização da economia, a *lumpencidadania* constitui a reversão destes processos. Sousa Santos, Boaventura. “Reinventar a Democracia: entre o Pré-contratualismo e o Pós-contratualismo” in: Oliveira, Francisco e Paoli, Maria Célia (orgs.). *Os Sentidos da Democracia: Política do Dissenso e Hegemonia Global*. São Paulo, Vozes, 1999, p. 89.

B. *Desenvolvimento Capitalista e Imperialismo*

Neste estudo interessa-nos estabelecer qual a relação do capitalismo com a perpetuação da pobreza e da desigualdade no mundo e particularmente na América Latina. Embora não caiba uma abordagem de mais fôlego, entendemos que é preciso apontar quais os instrumentos teóricos que nutrem este trabalho. Neste sentido é que começamos nossa análise com pensadores clássicos para depois acompanhar o desenvolvimento da interpretação dessa problemática na América Latina.

Para Max Weber⁸⁷ as principais premissas das empresas capitalistas, são:

1. *Apropriação de todos os bens materiais de produção (terra, aparelhos, instrumentos, máquinas, etc.) como propriedade de livre disposição por parte das empresas lucrativas autônomas.* Isto é, apropriação privada dos meios de produção;
2. *Liberdade mercantil*, isto é, liberdade de mercado no que diz respeito ao comércio. Trata-se da compra e venda de mercadorias no mercado, incluindo a força de trabalho e a capacidade do mercado de fixar o preço da mão-de-obra (salários);
3. *Técnica racional*, ou seja, contabilizar tudo o que for possível. Poderia ser entendido como o trabalho técnico que se transforma em capital fixo, isto é, tecnologia incorporada ao capital e que modifica a composição orgânica do mesmo;
4. *Direito racional*, ou seja, direito calculável, o que representa a superestrutura jurídico-política que se faz presente na sociedade burguesa;
5. *Trabalho livre*, isto é, as pessoas são obrigadas a vender livremente (tanto no aspecto jurídico quanto no econômico) sua atividade num mercado. Isto é, trabalho formalmente livre gerado pelo capitalismo. Neste ponto Weber faz uma observação aguda sobre a relação capital-trabalho, ressaltando a funcionalidade da pobreza para o capital:

“Pugna con la esencia del capitalismo – siendo, entonces, imposible su desarrollo –, el hecho de que falte una capa social desheredada, y necesitada, por tanto, de vender su energía productiva, e igualmente cuando existe tan solo trabajo libre. Únicamente sobre el sector del trabajo libre resulta posible un cálculo racional del capital, es decir cuando existiendo obreros que se ofrecen con libertad, en el aspecto formal, pero realmente acuciados por el látigo del hambre, los costos de los productos pueden calcularse inequívocamente, de antemano”⁸⁸.

6. Finalmente, Weber lista como última das premissas das empresas capitalistas, a *comercialização da economia*, isto é, um mercado de títulos de valores para os direitos de participação e direitos patrimoniais das empresas. Pode-se considerar que em Marx isto seria o capital bancário e a capacidade da mercadoria se transformar em dinheiro e vice-versa.

Weber ressalta o papel da **racionalização** existente na cultura ocidental. Devido à racionalização da técnica e da economia, com o propósito de diminuir custos, é que se abriu

⁸⁷ Weber, Max. *Historia Económica General*. México, Fondo de Cultura Económica, 1978, pp. 236-238.

⁸⁸ Op Cit., p. 238.

caminho para a *invenção* no século XVII. Aconteceu inclusive uma inovação decisiva em matéria de inventos: a lei de patentes *racional* (1623). Weber afirma que sem esse estímulo decisivo, os outros inventos não teriam contribuído tanto para o capitalismo. Desta forma, o capitalismo pôde criar uma *organização racional do trabalho*, abrir mercados dentro e fora do país (*penetração do princípio mercantil e organização do trabalho sobre esta base*) e desenvolver a *organização empresarial do trabalho*, decorrente da ordem intrínseca de decomposição dos vínculos primitivos.

Este processo teria acontecido no Ocidente devido aos seus traços culturais característicos, que incluem:⁸⁹ 1) o *Estado* com administração orgânica e relativamente estável, com funcionários especializados e com direitos políticos; 2) o *direito racional* criado, interpretado e empregado racionalmente; 3) o conceito original de *cidadania*, derivado da existência de cidades que não são uma “aglomeração atual”, mas uma “conjuração presente”, o que significa que se cria um culto comum; 4) uma ciência racional no sentido de *técnica racional*; e finalmente, 5) a existência de pessoas com uma *ética racional da existência*, isto é, com o fundamento religioso do regime de vida que deu origem a esse racionalismo específico.⁹⁰

Continuemos a análise com Karl Marx, para quem não há produção possível sem um instrumento de produção, isto é, trabalho acumulado, nem que esse instrumento “seja apenas a mão” e a “habilidade que o exercício repetido desenvolveu e fixou na mão do selvagem”.⁹¹ Esta habilidade e este trabalho se materializam em instrumentos de produção. O capital, enquanto trabalho passado e objetivado, é também um instrumento de produção entre outros, expressando assim uma relação de produção de um sujeito social. A produção, portanto, não é apenas produção particular, mas um “certo corpo social”. Isto é, um emaranhado de relações de produção que configuram uma *formação social*, uma estrutura social num determinado período histórico.

Duas seriam as características principais do *modo de produção* capitalista.⁹²

1) a produção de *mercadorias* como forma “predominante e determinante”, inclusive com os trabalhadores vendendo sua força de trabalho no mercado. Ou seja, a produção de *mercadorias* se converte em forma geral da produção quando o *tempo de trabalho social* se impõe como forma concreta e fator determinante do *valor* das *mercadorias*. Isto somente ocorre na medida em que no processo de produção existe uma relação entre o trabalho assalariado e a forma correspondente dos meios de produção, isto é, o capital;

2) produção de *mais-valia* como “finalidade direta e móvel determinante da produção”. Ou seja, o lucro, como uma forma concreta da *mais-valia*, é “premissa para o reagrupamento dos meios de produção” e não “categoria de distribuição do produto entregue ao consumo individual” do capitalista. O lucro é, portanto, uma relação que impera sobre a reprodução do sistema, pois se o processo de produção capitalista está regulado pelos preços dos produtos, estes são regulados pelo nivelamento da quota de lucro e pela correspondente

⁸⁹ Idem, pp. 266.

⁹⁰ O calvinismo afirma que o homem é um *administrador* dos bens que Deus lhe deu. Mas o **processo de racionalização** também está presente nos mosteiros da Idade Média: “El monje es el primer hombre de su tiempo que vive racionalmente, y que con método y medios racionales persigue un fin, situado en el más allá”. Idem., pp. 306-307.

⁹¹ Marx, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo, Abril Cultural, 1982, p. 5.

⁹² Marx, Karl. “Características Essenciais do Sistema Capitalista” in: Ianni, Octavio (org). *Marx*. São Paulo, Ática, 1996, Coleção Grandes Cientistas Sociais, pp. 76-80.

distribuição do capital entre os diversos ramos sociais de produção. O lucro é então fator fundamental, não da distribuição, mas da produção.

Assim, para Marx, a distribuição da produção aparece como distribuição de produtos mas é na verdade distribuição de instrumentos de produção, em primeiro lugar e, em segundo lugar, distribuição dos membros da sociedade pelos diferentes tipos de produção, isto é, subordinação dos indivíduos a relações de produção determinadas. Então, a distribuição inicial dos fatores é, ela mesma, um fator de produção, que irá determinar subsequente as relações de produção, e conseqüentemente, a estrutura da sociedade. O arranjo que se faz com a propriedade dos meios de produção é, portanto, fundamental para determinar a posição dos indivíduos na estrutura social.

Na teoria da acumulação de Marx, com uma quantidade inicial de dinheiro (D) um capitalista compra *mercadorias* (M), constituídas por *bens de produção* (capital constante – C) e *força de trabalho* (capital variável – V), que se transformam durante o processo de produção em produtos e novas *mercadorias* (M'). Ao serem vendidas no mercado, estas *mercadorias* retornam à sua forma de dinheiro (D'), sendo que $D' > D$, graças ao lucro (P) que é, fundamentalmente, a *mais-valia* obtida pelos capitalistas na *realização do capital*. A *taxa de mais-valia* é P/V . A *taxa de lucro* é $P/(C+V)$. A *composição orgânica do capital* é expressa pela fórmula C/V . Assim, o *capital-dinheiro* (D) transforma-se em *capital-mercadoria* (*meios de produção e força de trabalho* – M), o qual se transforma durante o processo de produção em *mercadorias* (M') que, por sua vez, ao realizarem o *ciclo do capital*, voltam a ser *capital dinheiro* ($D' = C+V+P$). O circuito do capital é então: $D \rightarrow M \rightarrow M' \rightarrow D'$. A *realização do capital* se dá, portanto, quando o capitalista vende M'.

O processo de *reprodução simples do capital* se dá quando o montante de capital não se altera ao passar de um circuito para o outro. Já no processo de *reprodução ampliada do capital*, o montante do capital cresce. Para isto, o capitalista incorpora no capital uma parte do lucro, isto é, utiliza uma parte do seu lucro para aumentar seu capital. Esta *reprodução ampliada* é uma característica fundamental do capitalismo. Além disso, o *processo de reprodução do capital* é também um *processo de circulação de mercadorias* por intermédio do dinheiro ($M \rightarrow D \rightarrow M'$), onde a moeda cumpre as funções de medida de valores, meio de circulação e meio de entesouramento, isto é, reserva de valor ao longo do tempo. Quando o capitalista vende seus produtos ele obtém seu lucro, mas o fato de existir uma mercadoria à venda não significa que haja comprador para ela. Se uma parte do dinheiro é entesourada, ou seja, retirada do processo de circulação, certamente uma parte da produção deixará de ser vendida. Assim, se uma parte da *mais-valia* não é entesourada entre um circuito e outro, sendo mantida sob a forma de dinheiro, ela pode ser usada como crédito para os outros capitalistas, rendendo *juros* ao credor. Forma-se então um *sistema de crédito* que permite a aceleração da *circulação de mercadorias* e, portanto, da *realização da produção*, além de possibilitar a criação de condições para atividades especulativas, construindo toda uma estrutura financeira que reproduz o *capital-dinheiro* sem que esta precise converter-se em *capital produtivo* (mercadorias): este circuito é descrito como $D \rightarrow D'$.

“Ou seja, dada a existência de todo um conjunto de títulos de crédito (como as ações, debêntures, letras de câmbio, títulos de governo, etc.), que surgem com o desenvolvimento do sistema de crédito, os capitalistas aí encontram uma forma de aplicação rentável para seu dinheiro, e, com isso, esse dinheiro deixa de ser convertido em capital-mercadoria, o que restringe o progresso de circulação e realização da produção”⁹³

⁹³ Miglioli, Jorge. *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1982, p. 104.

Há uma distinção no processo capitalista de produção entre a oferta e a demanda, isto é, respectivamente, entre a criação e a realização da *mais-valia*. Para Marx, as condições de exploração direta (criação de *mais-valia*) são limitadas somente pela capacidade produtiva, enquanto que as condições de realização da produção (*realização da mais-valia*) são limitadas pela relação proporcional dos vários ramos de produção e pela capacidade de consumo. Considerando que (C) é o capital constante, (V) o capital variável, e (S) a *mais-valia*, a oferta de mercadorias por parte do capitalista é $C+V+S$, onde a demanda é $C+V$. Logo $C+V+S > C+V$: a oferta é maior que a demanda. A *mais-valia* (S) faz parte apenas do valor da produção (oferta), não entra no custo da produção (demanda). Ou seja, o problema da *realização da produção* passa a ser um problema de *realização de mais-valia*. Para que oferta do capitalista seja igual à demanda do capitalista, é preciso que ele gaste toda sua *mais-valia* em meios de produção e não em bens de consumo pessoais. No entanto, devido ao entesouramento, é provável que a *acumulação de capital* não se realize completamente, pois nem sempre a *mais-valia* é aplicada inteiramente na aquisição de meios de produção adicionais.

Rosa Luxemburgo⁹⁴ amplia a análise marxista sobre o processo de acumulação de capital, lançando as bases de uma explicação econômica do imperialismo, que ela entendia encontrar-se na própria acumulação capitalista. No esquema de reprodução ampliada de capital, parte da *mais-valia* é utilizada para consumo pelos capitalistas, parte vai para aumentar o estoque de capital e outra parte é entesourada. Ora, para diminuir ao máximo este entesouramento, que entrava o processo de reprodução do capital, é preciso que haja uma demanda crescente que possa realizar aquela parte da *mais-valia* que não é consumida nem acumulada pelos capitalistas. Isto é importante porque se houver uma demanda para esta parte da *mais-valia* o processo de acumulação de capital fica justificado e viabilizado.

Uma falsa solução para este problema é apontar o comércio exterior como canal para um que um determinado país pudesse vender a outro a parte não realizada internamente da *mais-valia*. “A análise marxista da reprodução não se refere a cada país capitalista em particular, mas ao sistema capitalista como um todo e, neste sentido, exclui o comércio exterior. A exportação de mercadorias de um país capitalista para outro nada mais é do que a circulação de mercadorias dentro do sistema capitalista [...]”.⁹⁵ Não constitui uma solução, portanto, a mera exportação de *mais-valia* não consumida internamente, pois se isso resolve o problema de um país, não resolve o do sistema capitalista como um todo.

Rosa Luxemburgo⁹⁶ nos diz que são os “*mercados externos*” (“terceiras pessoas” localizadas fora do mundo capitalista) que fornecem a demanda necessária para possibilitar o processo de acumulação de capital. Segundo ela, o capitalismo precisa para sua própria existência de camadas sociais não-capitalistas, como mercado para colocar sua *mais-valia*, como fonte de meios de produção e como reservatórios de mão-de-obra para seu sistema assalariado. A fronteira entre os mercados “externo” e “interno” é sócio-econômica e não geográfica.

“Ou seja, todas as transações efetuadas entre os setores capitalistas da economia, mesmo que estes se situem em diferentes países, constituem operações de mercado interno, de mercado capitalista. Por outro lado, todas as transações entre um setor capitalista e um setor não capitalista (como é o

⁹⁴ Luxemburgo, Rosa. *A Acumulação de Capital*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

⁹⁵ Miglioli, Op Cit., p. 177.

⁹⁶ Luxemburgo, Op Cit., p. 317.

caso da agricultura camponesa), mesmo que ambos se localizem dentro de um mesmo país, constituem operações de mercado externo”.⁹⁷

Há basicamente dois tipos de *mercados externos*: o pré-capitalista (da “economia natural”), que é composto pela agricultura camponesa, e pela produção artesanal dos próprios países capitalistas e pela economia dos países colonizados; e o governamental (basicamente para fins militares). São estes *mercados externos* que vão absorver a parte não consumida nem acumulada da *mais-valia*.

Além disso, os *mercados externos* suprem o mercado capitalista com: a) elementos materiais necessários para a expansão da produção, e b) trabalho vivo que possa ser mobilizado pelo capital para atender suas demandas. Aqui entra a produção dos países colonizados (que figuravam antes como compradores de produtos capitalistas), e a própria mão-de-obra “externa”, usada não apenas para produzir nos *mercados externos* as mercadorias necessárias, mas também para ampliar o exército industrial “interno” quando necessário. Ou seja, para Rosa Luxemburgo⁹⁸, a força de trabalho para o exército industrial é recrutada fora dos domínios do capital; e somente a existência de grupos sociais e países não capitalistas pode garantir essa oferta de força de trabalho adicional para a produção capitalista.

A bem dizer, Rosa Luxemburgo, considera permanente, ou melhor, estende até os nossos dias o que para Marx era uma fase histórica da economia capitalista denominada de “acumulação primitiva”. Isto é, a formação do operariado, a expropriação de terras, e exploração das colônias, não teria sido apenas uma fase importante de transição da economia feudal para a capitalista, como diz Marx, mas um processo associado ao próprio funcionamento do capitalismo, mesmo na sua fase atual. Em outras palavras, ela não aceita a suposição de Marx do “domínio geral e exclusivo do modo capitalista de produção”⁹⁹ porque nunca existiu no mundo real uma sociedade capitalista auto-suficiente, sob exclusivo domínio do modo capitalista de produção. Assim, a acumulação seria mais do que uma relação interna dos ramos de produção da economia capitalista; sendo, antes de tudo, uma relação entre o capital e um contexto não capitalista¹⁰⁰. Explicam-se assim as relações históricas concretas entre as economias capitalistas e os *mercados externos*.

Como vimos, diante do problema da parte restante da *mais-valia* que não é absorvida no circuito do capital e que se acumula para o circuito seguinte, e assim sucessivamente, Rosa Luxemburgo propõe a tese da demanda crescente (dos chamados *mercados externos*) que amplia a produção, permitindo que os capitalistas continuem convertendo *mais-valia* em capital, e viabilizando assim a acumulação capitalista. Desta forma, a acumulação de capital, como processo histórico, depende em todos os pontos das camadas sociais e formas de organização social não capitalistas. Nesta hipótese, o equilíbrio entre a oferta e a demanda dos capitalistas, isto é, entre a criação e a realização de *mais-valia*, seria garantido pelos mercados externos que permitiriam desafogar a economia capitalista e perpetuar o processo de acumulação de capital.

“Assim, segundo os dois pontos de vista, o da realização da *mais-valia* e o da aquisição dos elementos do capital constante, o comércio mundial é uma condição histórica de vida do capitalismo; comércio mundial, que, nas

⁹⁷ Miglioli, Op Cit., p. 180.

⁹⁸ Luxemburgo, Op Cit., p. 311.

⁹⁹ Idem. P. 298.

¹⁰⁰ Idem, p. 364.

circunstâncias concretas, é essencialmente uma troca entre as formas de produção capitalistas e as não-capitalistas”.¹⁰¹

Para Rosa Luxemburgo, o esquema de acumulação de Marx (reprodução ampliada) é apenas o reflexo teórico do preciso momento em que o domínio do capital atinge seus limites, e neste sentido, não é menos ficção do que seu esquema de reprodução simples, o qual apresenta a formulação teórica do ponto de partida da acumulação capitalista. “A análise exata da acumulação capitalista encontra-se em qualquer parte entre essas duas ficções”.¹⁰²

Fica claro então que não se nega a contradição entre criação e reprodução de *mais-valia*, mas essa contradição é devidamente situada historicamente e na realidade concreta, onde, apesar das crises, o capitalismo se expande continuamente. Independentemente dos ciclos do capital, a capacidade produtiva se desenvolve continuamente. Somente quando tivermos na realidade concreta o universal e exclusivo domínio do modo capitalista de produção é que essa contradição aparecerá de forma determinante. A contradição irá aparecer quando não existam mais setores ou países pré-capitalistas a conquistar, pois a condição vital da acumulação do capital é a dissolução progressiva e contínua das formações pré-capitalistas.

Segundo Valier,¹⁰³ Rosa Luxemburgo nos dá dois tipos de explicação para a necessidade do capitalismo de contar com os mercados exteriores: a) uma explicação mais desenvolvida no plano teórico, onde ela afirma que os *mercados externos* são necessários para *realizar a mais-valia*; e b) outra explicação mais histórica, na qual afirma que os *mercados externos* são necessários para *criar mais-valia*.

A) Os *mercados externos* são necessários para *realizar a mais-valia*: como a composição orgânica do capital, relação do capital constante com o capital variável, tem uma tendência ascendente graças ao progresso técnico e à racionalização, como vimos atrás, a poupança é maior que o investimento e a oferta de bens de consumo é maior que a demanda de bens de consumo. Nestas condições, ou os capitalistas renunciam a acumular uma parte da sua *mais-valia*, rumando para o estancamento e queda do sistema capitalista, ou produzem mais e mais bens de consumo que não encontrarão demanda solvente, e aí as crises econômicas ficarão mais agudas. Para escapar a este dilema, entre um estancamento que implicaria no fim do capitalismo, e uma sucessão de crises de superprodução crescente, os capitalistas contam com os setores e territórios pré-capitalistas para vender seus produtos. A economia capitalista estaria *obrigada* a vender os excedentes invendáveis dos seus produtos nos *mercados externos*.¹⁰⁴

B) Os *mercados externos* são necessários também para *criar mais-valia*, incitando os empresários a investir e a produzir, isto é, o fato de existir uma demanda assegurada, prévia, é que leva os capitalistas a investir na produção. Assim, Rosa Luxemburgo afirma que

¹⁰¹ Idem, p. 309.

¹⁰² Idem, p. 364.

¹⁰³ Valier, Jacques. “La teoría del Imperialismo de Rosa Luxemburgo” in: Villarreal, René. *Economía Internacional. Teorías del Imperialismo, la Dependencia y su Evidencia Histórica*. México, Fondo de Cultura Económica, 1989, pp. 26-46.

¹⁰⁴ É preciso esclarecer uma questão: para Miglioli, não se pode classificar a teoria de Rosa Luxemburgo de “subconsumista”, interpretação que entende que há dificuldade de absorver a crescente produção que acompanha a acumulação de capital devido ao reduzido crescimento do consumo. Isto é, para Rosa não se trata apenas de **consumo**, mas de **demanda em geral**, isto é, tanto bens de bens de consumo quanto de meios de produção. Ela está falando em realização de mais-valia e não em consumo de produtos. Miglioli, Op Cit., p. 172.

o capitalismo nasce e se desenvolve historicamente num meio social não capitalista e chega a duas conclusões importantes:

- Não constitui fato novo, portanto, a necessidade de busca de *mercados externos*, mas uma *condição permanente* para o desenvolvimento do capitalismo;
- Esta necessidade é uma *contradição essencial* do sistema: o capitalismo tende a se expandir e a se tornar o sistema dominante e único, mas, ao mesmo tempo, é a primeira forma econômica que não pode existir sem ter outras formas das quais se alimentar.

Estas idéias contrastam definitivamente com a teoria de Lênin sobre o imperialismo, derivada na sua maior parte das análises precedentes de Hilferding, Bukharin e Hobson¹⁰⁵, segundo a qual a necessidade do mercado externo para um país capitalista não é determinada *de modo nenhum* pelas leis que regem a realização do produto social e, em particular, da *mais-valia*.¹⁰⁶ A necessidade de mercados exteriores demonstraria, ao contrário, a pujança do capitalismo, que destrói o isolamento dos antigos sistemas econômicos, agrupando todos os países do mundo numa grande unidade econômica. A exportação de capitais leva à internacionalização da produção capitalista e à extensão das relações capitalistas de produção para a periferia do sistema.

Ou seja, os seguidores de Marx procuraram uma solução para o problema da realização do valor excedente, uma vez que o modelo tinha um poderoso mecanismo de acumulação, baseado na apropriação do excedente pela classe capitalista e no progresso tecnológico, mas pretendiam que esta acumulação não interferisse na taxa de salário, sendo a oferta de mão-de-obra totalmente elástica. Duas foram as soluções encontradas: Rosa Luxemburgo raciocinou em termos da ampliação do espaço com que operam os capitalistas (exportação de capitais); e Hilferding pensou na destruição dos capitalistas uns pelos outros (concentração de capital). Pela primeira linha, como vimos, o processo de acumulação deveria ser observado em escala mundial, sendo que a expansão da economia capitalista seria inseparável da destruição das formas pré-capitalistas de produção. A segunda linha é relacionada com a tendência à concentração do poder econômico. Lênin baseou-se nesta segunda análise para afirmar que a exportação de capital é característica do capitalismo altamente concentrado (“maduro”), acirrando a concorrência entre os capitalistas no campo aberto dos países pobres. Os capitalistas visam assim apropriar-se das fontes de matérias-primas, adquirir colônias e impor um certo tipo de comércio aos povos dominados. Desta forma, a expansão colonialista dos fins do século XIX fora uma decorrência do próprio desenvolvimento do capitalismo. O imperialismo seria exatamente esta fase monopolista do capitalismo.¹⁰⁷

A maturidade excessiva do capitalismo, citada a seguir por Lênin, pode ser vista como uma alusão à lei da queda tendencial da taxa de lucro como motivo para exportação de capitais, mas Brewer¹⁰⁸ nos lembra que o atraso na agricultura e a pobreza das massas não são fatores que levem a uma queda na taxa de lucro, pelo contrário. Para Lênin,

“La necesidad de la exportación de capital es debida al hecho de que en algunos países el capitalismo ha ‘madurado excesivamente’ y (en las condiciones creadas por el desarrollo insuficiente de la agricultura y por la

¹⁰⁵ Brewer, Anthony. *Marxist Theories of Imperialism. A Critical Survey*. Londres, Routledge, 1990, p. 116.

¹⁰⁶ Lênin, Vladimir I. “El imperialismo, fase superior del capitalismo” in Villarreal, René. Op Cit., pp. 47-63.

¹⁰⁷ Furtado, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Nacional, 1986, pp. 257-262.

¹⁰⁸ Brewer, Op Cit., p. 118.

miseria de las masas) no dispone de un terreno para la colocación ‘lucrativa’ del capital”.¹⁰⁹

Segundo Brewer¹¹⁰, se a referência entre parêntesis tem algum peso, certamente significa uma análise “subconsumista”, segundo a qual a acumulação é freada pela falta de mercados resultante da baixa demanda por bens de consumo que, por sua vez, é resultante da pobreza das massas. Assim, para Lênin, a exportação de capitais se tornaria uma necessidade para manter a lucratividade do capital. Naturalmente que para que isto ocorra é preciso haver uma abundância, ou “superabundância”, de capital.

Quanto aos efeitos da exportação de capitais para a periferia do sistema, Lênin, na linha de Marx, afirma que este processo acelera o desenvolvimento do país atrasado. Aliás, enquanto que o desenvolvimento do país exportador de capital é retardado, pois diminui com a saída de capitais, o capitalismo se expande pelo mundo com a exportação de capitais para países atrasados. Lênin, porém, não considera os obstáculos que este desenvolvimento tem, nem se refere aos efeitos desiguais e limitados deste processo nos países atrasados, como o fará Baran, que veremos mais adiante.

Já Trotsky expressa sua discordância dessa visão – presente no pensamento do próprio Marx – segundo a qual o país mais desenvolvido industrialmente mostra aos menos desenvolvidos “a imagem do seu próprio futuro”, que é a conclusão que se chega se ignora “a la completa interdependencia, la subordinación, la explotación y la opresión entre países de tipo económico diferente”.¹¹¹ Para Trotsky, o capital comercial, industrial e financeiro dos países mais avançados invade os países atrasados, destruindo em parte a economia nativa e sujeitando-a ao sistema industrial e bancário dos países mais desenvolvidos, que continuaram se desenvolvendo às custas dos países atrasados. Assim, “bajo el látigo del imperialismo” os países atrasados se vêem obrigados a prescindir das etapas intermediárias do seu desenvolvimento, apoiando-se artificialmente em mais de um nível (etapas de desenvolvimento) ao mesmo tempo.

Segundo Trotsky, a exploração de classe seria complementada e teria seu potencial aumentado com a exploração de nações¹¹². Essa exploração de nações, que impede o desenvolvimento industrial independente, é a responsável por compor uma aliança de classes entre os “magnatas monopolistas e seus governos” que concedem apoio financeiro, político e militar a “grupos semifeudais” de exploradores nativos. Porém, a ascendente burguesia nacional dos países latino-americanos quer maior participação no botim, quer conquistar uma posição dominante na exploração do próprio país, mas é incapaz de lançar uma luta séria contra a dominação imperialista “por temor a desencadenar un movimiento de masas de los trabajadores del país, que a su vez amenazaría su propia existencia social.”¹¹³ Assim, seria tarefa do proletariado a promoção da independência nacional. Esta, na América

¹⁰⁹ Lênin, Op Cit., p. 50.

¹¹⁰ Brewer, Op Cit, p.119.

¹¹¹ Trotsky, Leon. “Textos sobre América Latina y la Cuestión Nacional”. in: _____. *La Revolución Permanente*. Buenos Aires, Coyoacán, 1969.

¹¹² “Em outras palavras, trata-se de saber se a *mais-valia* ou o excedente colonial é mais importante do que a *mais-valia* metropolitana para a acumulação monopolista. Trotsky não chegou a responder explicitamente a essa questão, dando a entender, porém, que a *mais-valia* colonial tornava-se a principal fonte de acumulação, em face do impasse ou da estagnação do capitalismo avançado. Seguindo nessa direção, A Gunder-Frank e Rui Mauro Marini amadureceram a teoria do desenvolvimento do subdesenvolvimento, onde os países da ‘periferia’ tornar-se-iam o principal sustentáculo da acumulação de capital.” in: Mantega, Guido. *A Economia Política Brasileira*. São Paulo, Polis/Vozes, 1984, p. 157.

¹¹³ Op Cit., p. 217.

Latina, somente seria possível com uma federação de nações, os *Estados Unidos Socialistas da América Latina*.

Porém voltemos à análise de Lênin, que tem uma definição interessante do *imperialismo enquanto fase monopolista do capitalismo*, com cinco pontos fundamentais¹¹⁴:

1. A concentração da produção e do capital levada a um grau de desenvolvimento que criou monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
2. A fusão do capital bancário com o industrial e a criação, com base nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira;
3. A exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
4. A formação de associações monopolistas internacionais de capitalistas, que partilham o mundo entre si;
5. Termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

Faltam, contudo, as relações que existem entre todas estas tendências, aqui descritas separadamente. Para Brewer, as conexões entre o monopólio, a exportação de capital, e a divisão do mundo entre as potências permanece obscura na análise de Lênin. No entanto, podemos notar o quanto Lênin antecipou alguns aspectos daquilo que caracterizaria a atual configuração globalizada da economia mundial como, por exemplo, a concentração de capital que cria os monopólios (1), a constituição e importância do capital financeiro (2), importância dos fluxos de capitais entre os países (3), a articulação da burguesia em nível internacional (4), e a partilha do mundo que ocorreu pelo menos até o fim do mundo bipolar das superpotências (5).

Mantega¹¹⁵ explicita a diferença entre a posição ortodoxa e a trotskista para a América Latina, principalmente para o Brasil. A IIIª Internacional identificava relações semifeudais ou pré-capitalistas dominando a estrutura sócio-econômica latino-americana e propunha uma revolução democrático-burguesa, antifeudal e antiimperialista como meta política prioritária na luta pelo socialismo na região. Já a posição “bolchevique leninista” (VIª Internacional – trotskista) entendia as relações pré-capitalistas como subordinadas às relações capitalistas e propunha a *revolução permanente*, que desembocaria no socialismo sem etapas intermediárias. Desta forma, para o Partido Comunista Brasileiro (PCB) as condições objetivas indicavam um período de transformações democrático-burguesas que eliminariam entraves feudais, permitindo o desenvolvimento das forças produtivas. Mas para os trotskistas, o Brasil se tratava de um país capitalista retardatário onde imperavam relações de produção capitalistas subdesenvolvidas e, portanto, as transformações que a burguesia poderia ter feito já as haveria realizado, cabendo ao proletariado fazer as transformações democrático-burguesas remanescentes (revolução agrária e reconstrução democrática do Estado) como início de uma revolução socialista. A análise de Trotsky, ao interpretar o capitalismo da fase imperialista como um sistema internacional articulado por laços de dependência e dominação, num *desenvolvimento desigual e combinado* em escala mundial, permite combinar as lutas mais elementares da independência nacional e da democracia burguesa com a luta socialista contra o imperialismo mundial.

¹¹⁴ Lênin, Vladimir I. *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo, Mandacaru, 1990, p. 111.

¹¹⁵ Mantega, Op Cit., pp. 134-157.

Na opinião de Baran e Sweezy¹¹⁶ a teoria marxista do imperialismo, tal como formulada por Hilferding, Rosa Luxemburgo e Lênin, serviu a três fins principais:

- Prover uma teoria das relações internacionais dentro do mundo capitalista, incluindo relações entre países avançados e subdesenvolvidos e de países avançados entre si;
- Contribuir para esclarecer o desenvolvimento das condições sociais e políticas existentes dentro dos países capitalistas, tanto desenvolvidos quanto subdesenvolvidos;
- Tentar explicar as tendências e diretrizes estritamente econômicas observáveis dentro dos países capitalistas avançados.

No entanto, Baran e Sweezy propõem uma revisão na teoria dado que o capitalismo já não é mais dominado por industriais ou banqueiros, mas por corporações monopólicas que têm independência financeira, grandes estruturas, penetração internacional e uma complexidade de interesses que os diferencia profundamente dos capitalistas anteriores, pois as decisões nessas corporações são baseadas em interesses e políticas gerais que “en su mayor parte no tienen una naturaleza estrictamente económica”. Essas corporações são as verdadeiras unidades básicas do capitalismo monopólico na sua etapa atual. Não se tratam mais de empresas orientadas para o mercado interno com operações internacionais, mas corporações verdadeiramente orientadas para o mercado mundial. Seus interesses incluem: liberdade para a empresa privada e um mercado o mais amplo possível, incluindo países que até então estavam à margem do capitalismo. Naturalmente, constituem um poder econômico que se opõe não somente a qualquer tipo de revolução, mas a todo tipo de capitalismo estatal. São essas empresas que pressionam seus respectivos governos para apoiar econômica, diplomática e militarmente seus investimentos no exterior. A magnitude dessas pressões torna-se incomparavelmente maior em países pobres. Segundo Brewer,¹¹⁷ este é o verdadeiro significado do imperialismo.

Baran e Sweezy estudam o alcance da penetração dos capitais dessas corporações dos países avançados no Terceiro Mundo. Por dados empíricos chegam à conclusão que a exportação de capital dos EUA, que aumentara muito no pós-guerra, era menor do que o retorno desse investimento à economia norte-americana. Ou seja, o investimento externo direto das corporações monopólicas estava voltando com ganhos expressivos ao país de origem. Baran e Sweezy então concluem que:

“Al parecer la inversión extranjera, lejos de ser un instrumento para el desarrollo de los países subdesarrollados, es un conducto muy eficiente para la transferencia de riqueza de los países más pobres a los más ricos, al mismo tiempo que permite a los países más ricos expandir su control sobre la economía de los países más pobres”.¹¹⁸

Isto é, os termos de intercâmbio e a remessa de lucros criam um fluxo constante e crescente de capital dos países pobres para os países ricos, apesar da também crescente exportação de capitais no sentido inverso. Trata-se da transferência de excedente dos países pobres para os ricos. Assim, os fluxos comerciais (produtos primários por manufaturados), os fluxos de excedente (lucros e dividendos) e a influência político-militar constituem o tripé das relações entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos.

¹¹⁶ Baran, Paul e Sweezy, Paul. “Notas sobre la Teoría del Imperialismo” in: Villarreal, René. Op Cit., pp. 78-93.

¹¹⁷ Brewer, Op Cit., p. 148.

¹¹⁸ Baran e Sweezy, Op Cit., p. 86.

Segundo Brewer,¹¹⁹ Baran e Sweezy eram “subconsumistas”, isto é, acreditavam que as economias capitalistas sofriam de uma crônica falta de demanda devido às restrições ao poder de compra dos trabalhadores (um argumento próximo ao de Hobson, embora este não seja citado). Nem sequer o investimento feito pelas empresas monopolistas poderia sustentar a demanda com investimentos e permitir uma expansão continuada do capitalismo. Na verdade, o capital monopolista é apontado como causa da estagnação tanto dos países desenvolvidos quanto dos países subdesenvolvidos, pois a existência de poucas firmas no mercado ao invés de intensificar a competição, como se supunha, provoca o efeito contrário entre as corporações.

Baran se diferencia dos seus predecessores ao tratar o desenvolvimento do capitalismo nos países subdesenvolvidos como um processo diferente daquele que existiu nos países avançados. Nos países subdesenvolvidos há uma estrutura sócio-econômica característica que bloqueia o desenvolvimento: capital externo (que distorce a economia local com a necessidade de grandes investimentos em superestrutura), interesses mercantis (associados ao capital externo), latifundiários (setor “feudal” ou “semifeudal” e apoiando também o capital externo) e capital industrial minoritário (a economia agrícola é dominante). Para Brewer,¹²⁰ a falta de industrialização é a chave para a explicação do subdesenvolvimento na teoria de Baran. Esse bloqueio acontece pela falta de economias de escala, pela competição externa que mata indústrias infantis e pelo escasso desenvolvimento. Estes fatores propiciam o aparecimento do monopólio que, por sua vez, entrava o desenvolvimento futuro. Nesta “ordem capitalista” Baran não diferencia claramente os diversos modos de produção, o que será feito por Amin (“articulação dos modos de produção”) e por Frank (“cadeia de relações metrópole-satélite”). No entanto, é a partir de Baran que a estrutura interna dos países subdesenvolvidos torna-se um assunto central na teoria marxista.

Em Marx, o *excedente econômico*¹²¹ está definido como sendo constituído pela fração do produto social efetivo apropriado pelas classes não trabalhadoras, qualquer que seja a forma na qual este excedente é utilizado: consumo pessoal; acumulação produtiva ou improdutiva; transferências aos que prestam serviços não-produtivos, a membros de classes não trabalhadoras, etc. Já Baran define o *excedente econômico efetivo* como a diferença entre o produto social efetivo de uma comunidade e o seu efetivo consumo, sendo, portanto, idêntico à poupança corrente ou acumulação que se materializa em ativos de várias espécies. O *excedente econômico potencial* é a diferença entre o produto social que poderia ser obtido em um dado meio natural e tecnológico, com auxílio dos recursos produtivos realmente disponíveis, e o que pode se considerar como consumo indispensável.¹²² Isto é, o montante que uma sociedade pode destinar ao investimento sem reduzir o consumo efetivo abaixo do mínimo necessário.

A substituição do conceito de *mais-valia* pelo de *excedente econômico* não acontece apenas para utilizar categorias que mais traduzam a realidade da sociedade atual, mas significa fundamentalmente um deslocamento do centro da análise do campo da produção para o campo da distribuição.¹²³ Ao deixar de analisar como se gera no campo da produção a *mais-valia* ou o excedente, são postos de lado vários temas clássicos da análise

¹¹⁹ Brewer, Op Cit., p. 137.

¹²⁰ Idem, p. 156.

¹²¹ Baran, Paul. *Excedente Económico e Irracionalidad Capitalista*. Córdoba, Pasado Y Presente, 1971, p. 75.

¹²² Ianni, Octávio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988, pp. 195-196.

¹²³ Baran, Op Cit., p. 79.

marxista. Porém, ao analisar do ponto de vista da distribuição e do consumo a sociedade dos países desenvolvidos, percebe-se que toda ela está integrada ao sistema e que o proletariado nesses países desaparece como agente de mudança histórica. Assim, a resultante é conclusão que a iniciativa revolucionária passa para as massas empobrecidas dos países subdesenvolvidos que lutam contra a dominação e exploração imperialista. Veremos adiante como estas idéias influenciam pensadores na América Latina, mas antes façamos um pequeno panorama do debate latino-americano.

O debate sobre imperialismo na América Latina nos anos 1920 e 1930 entre Victor Raúl Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui permitiu a discussão do caráter da revolução na região, com argumentos baseados nas suas análises sobre a economia e a sociedade latino-americanas nas suas relações com o imperialismo. Segundo Kay,¹²⁴ ambos concordam em caracterizar o *modo de produção* no campo como feudal ou semifeudal, cuja oligarquia seria responsável, juntamente com o imperialismo, pelo subdesenvolvimento da América Latina. Ambos também concordam que o processo de desenvolvimento da região difere dos moldes europeus e que a burguesia latino-americana é incapaz de ter o caráter progressivo que teve na Europa.

Para Haya de la Torre a penetração imperialista, que teria um lado bom (tecnologia moderna e capital industrial) e um lado ruim (pilhagem e dominação), iniciara um processo de desenvolvimento capitalista que coexiste com as relações feudais do período colonial. O caminho da revolução seria buscar a independência econômica e o desenvolvimento dentro do capitalismo, por meio de uma luta antifeudal e antiimperialista. A questão nacional é priorizada ante a luta de classes e o apoio da burguesia é considerado.

Mariátegui aponta a ligação que há entre o latifúndio e o sistema capitalista internacional. Para ele as relações feudais e capitalistas são parte de um único sistema econômico, onde o capital imperialista se articula e lucra com relações pré-capitalistas. Assim, diferindo da concepção dualista de seu debatedor, Mariátegui acreditava que o desenvolvimento do capitalismo intensificaria a dominação imperialista e não eliminaria as relações feudais. A burguesia local estaria ligada ao imperialismo e ao feudalismo, oprimindo e explorando os trabalhadores urbanos e os camponeses indígenas. O caminho é uma revolução com caráter socialista, pois um capitalismo nacional seria inviável. Mariátegui¹²⁵ afirma que a Conquista (invasão ibérica) destruiu a economia e organização “socialista” do império Inca, lançando as bases da economia “feudal”, e que a Independência teria ido de encontro com as necessidades de desenvolvimento do capitalismo internacional. Neste movimento, Argentina e Brasil teriam atraído capital e mão-de-obra européia em quantidade, cimentando a democracia burguesa e liberal, enquanto que o resto da América do Sul subsistiria no feudalismo. No Peru, o ciclo do guano e do salitre teria iniciado a “medíocre metamorfose da antiga classe dominante” de aristocracia para burguesia, processo que segue com o financiamento externo para produção de algodão e açúcar para o mercado mundial. Encarrega-se assim ao “espírito do feudo” a responsabilidade pela criação de uma economia capitalista. Desta forma, a economia peruana da época teria elementos de três economias diferentes que coexistem: a economia comunista indígena, a economia feudal e a economia burguesa:

“Bajo el régimen de economía feudal nacido de la Conquista subsisten en la sierra algunos residuos vivos todavía de la economía comunista

¹²⁴ Kay, Cristóbal. *Latin American Theories of Development and Underdevelopment*. London, Routledge, 1989, p. 16.

¹²⁵ Mariátegui, José Carlos. “Esquema de la Evolución Económica” in: _____. *Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*. Barcelona, Crítica, 1976, pp. 11-28.

indígena. En la costa, sobre un suelo feudal, crece una economía burguesa que, por lo menos en su desarrollo mental, da la impresión de una economía retardada”.¹²⁶

Segundo Kay,¹²⁷ Haya de la Torre antecipa alguns dos problemas centrais do estruturalismo e da posição reformista da teoria da dependência, enquanto que, como marxista ou neomarxista, Mariátegui antecipou o que viria a ser a literatura revolucionária da teoria da dependência. Pode-se ver também uma certa relação entre estas duas visões e o que viriam a ser as posições da III^a e IV^a internacionais, respectivamente.

No Brasil, o debate sobre a vinculação externa da economia e da sociedade do país começa por discutir o caráter da formação colonial brasileira, isto é, o caráter capitalista ou pré-capitalista das relações entre metrópole e colônia e da própria sociedade colonial. Hirano¹²⁸ traça um panorama das diversas correntes teóricas que podemos sintetizar da seguinte forma:

1) *Tese do Não-Capitalismo na Formação Colonial Brasileira* – Octávio Ianni e Florestan Fernandes. Baseada em Marx, esta corrente desenvolve a tese da *acumulação primitiva* na formação colonial brasileira, entendida como pertencente à pré-história do capital, anterior, portanto, à acumulação capitalista propriamente dita, isto é, anterior ao processo de exploração que se dá na produção, entre capital e mão-de-obra livre. A *acumulação primitiva* se trata de uma fase ligada ao trabalho compulsório (escravidão) e à violência exercida para a acumulação e apropriação originária de capital, criando assim as condições para transição para o capitalismo. Notam estes autores a coexistência e interdependência de trabalho escravo e do trabalho livre no âmbito do mercantilismo, isto é, a escravatura estaria dinamicamente relacionada com o processo de gestação do capitalismo na Europa. Argumentam que o *capital mercantil* ou *capital comercial* – que se trata de um capital que se acumula na esfera da circulação, por intermédio da violência e coação política – aparece como *momento determinante*, instância realizadora do processo histórico geral, nos saques e expropriações, no comércio de escravos, na acumulação originária de capital e na apropriação monopolística dos produtos da colônia. No entanto, interpretam esta fase não como *capitalismo mercantilista* ou *capitalismo comercial*, mas sim como essencialmente pré-capitalista. Além disso, também não consideram válida a tese da antecipação histórica de uma *estrutura de classes* no interior da produção social pré-capitalista, mas favorecem a tese do *regime de castas e estamentos*.

2) *Tese Variante: Feudalismo na Formação Colonial Brasileira* – F. Varnhagen, Capistrano de Abreu, H. Handelman, R. Garcia, Oliveira Viana, Nestor Duarte, R. Southey e Pandiá Calógeras. Esta tese está ligada à constatação dos privilégios estamentais e todo o aparato de poder baseado em instituições feudo-estamentais, isto é, da existência do feudalismo que ocorrera dentro dos limites da esfera jurídico-política.

3) *Tese Variante: Escravismo Colonial* – Jacob Gorender, Ciro Flamarion Cardoso e Décio Saes. Afirmam estes autores que na América do Sul criou-se um novo modo de produção, o *escravismo colonial*, que é um modo de produção colonial, periférico e subordinado. A forma de organização dominante no *escravismo colonial* é a *plantation*, modo de produção inteiramente novo, produto do processo de circulação comercial pré-capitalista, mas que não visa uma *acumulação primitiva* de capital. Neste modo de produção não haveria

¹²⁶ Op Cit., p. 23.

¹²⁷ Kay, Op Cit., pp. 17-18.

¹²⁸ Hirano, Sedi. *Pré-Capitalismo e Capitalismo*, São Paulo, Hucitec, 1988, pp.7-74.

senhor feudal, mas senhor de escravos, ou seja, a formação social colonial seria essencialmente escravista, convivendo com influências capitalistas da Europa. A escravidão seria determinante no fundamento das estruturas sociais, havendo então uma dominância econômica sobre a estrutura jurídico-política que, portanto, teria um caráter escravista também. O *escravismo colonial* seria estruturalmente uma *sociedade de classes*. Haveria ainda dois modos de produção nas Américas: o que explorava mão-de-obra indígena na América espanhola e o dos pequenos proprietários da América do Norte, que evoluiria para um capitalismo não-periférico.

4) *Tese Variante: Feudalismo Colonial* – Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães. Tese marxista ortodoxa que afirma a existência da produção feudal desde o começo da colônia no Brasil. Assim, o *feudalismo colonial* se constituía das *plantations*, como feudos, e de escravos, como forma regressiva dos servos da gleba. O caráter comercial da produção colonial seria mercantilista e não-capitalista. Para Werneck Sodré, a produção era fundamentalmente escravista e parcialmente feudal. Na medida em que estes autores consideram a primazia de produção, centrada na forma de propriedade (sesmaria) e na organização da economia (engenho), visualizam a *estrutura de classes* como correspondente.

5) *Tese do Brasil Colonial Capitalista* – Luiz Pereira, Caio Prado Jr e Fernando Henrique Cardoso. Tese do *modo colonial de produção capitalista*, com uma *estrutura de classes* correspondente. Nesta acepção considera-se a constituição de uma formação econômico-social capitalista periférica e o trabalho assalariado é equiparado com o trabalho escravo como duas modalidades de *capital variável*. A colonização teria sido resultante de expansão marítima realizada por *empresas comerciais*, ou seja, são realizações deste *capitalismo comercial* e elementos constitutivos do processo de formação do capitalismo moderno. Caio Prado Jr., e de maneira semelhante André Gunder Frank, classificam a economia colonial brasileira como parte do sistema capitalista mundial desde o descobrimento, acompanhando sua evolução desde o originário *capitalismo comercial* até o *imperialismo*.¹²⁹

6) *Tese do Capitalismo Mercantilista na Formação Colonial Brasileira* – Fernando Novais, João Manuel Cardoso de Mello e Raymundo Faoro. Tese do Brasil-colônia como já sendo *capitalista* e estruturado em termos *estamentais*. O Antigo Regime seria uma totalidade complexa composto por elementos como o Absolutismo, a *sociedade estamental*, o *capitalismo comercial*, a política mercantilista, a expansão ultramarina e o sistema colonial monopolista. Aqui o *capitalismo mercantilista* é assumido como sendo uma etapa já capitalista, a *etapa mercantil do capitalismo*. Esta proposição teórica aceita a etapa da *acumulação primitiva* de capital como sendo capitalista. Para Novais, a colonização do Novo Mundo seria instrumento de *acumulação primitiva* da época do *capitalismo mercantil*, consoante com o processo histórico concreto de constituição do capitalismo e da sociedade burguesa. A colônia produzindo para o mercado mundial era *comercial* e *capitalista*.

Para Hirano,¹³⁰ “a produção escravista colonial era uma produção comandada pelo capital mercantil, que realizava uma acumulação não-capitalista, com evidentes traços pré-capitalistas, mas não feudal”. Reafirma que o montante capital-dinheiro acumulado na esfera da circulação, por ser uma *acumulação primitiva*, é uma acumulação não-capitalista de capital, portanto, pré-capitalista. Isto porque a produção da *mais-valia* somente poderia ser gerada no processo de produção capitalista, utilizando-se mão-de-obra formalmente livre, pois, em Marx, a mão-de-obra escrava seria *capital fixo*, isto é, energia-trabalho ou máquina.

¹²⁹ Mantega, Op Cit., pp. 240-241.

¹³⁰ Hirano, Op Cit., p.65.

A única acumulação estritamente capitalista seria a acumulação que resulta do capital industrial.

“A subordinação formal do trabalho ao capital pressupõe, com anterioridade, a existência do trabalhador livre e assalariado e não a partir de trabalho compulsório. A extração da mais-valia absoluta resulta do prolongamento da jornada de trabalho, extração que é realizada no interior de uma relação puramente *monetária* e não *política*, externa à relação pessoal de dominação e de dependência”.¹³¹

O argumento de Hirano vem para sublinhar que a *acumulação primitiva* existente no Brasil colonial participa da criação de uma realidade capitalista no país *enquanto elemento pré-capitalista*, como asseguram também Ianni e Fernandes.

Segundo Ianni¹³², as sociedades latino-americanas são sociedades organizadas com base no capitalismo dependente, ou seja, as suas relações com os países centrais estão determinadas pelos processos econômicos e políticos que operam no centro do sistema capitalista mundial. Depois do fracasso da hipótese do *capitalismo nacional* e da hipótese do *capitalismo associado*, as experiências latino-americanas evidenciaram o modelo de *capitalismo dependente*, onde as perspectivas dos sistemas político-econômicos do capitalismo periférico estão determinadas pelo centro de irradiação, que são os EUA. Percebemos que neste sistema é a própria reprodução ampliada do capital em escala mundial que exige a apropriação privada do produto do trabalho dos trabalhadores, pois, ao se internacionalizarem o capital, a tecnologia, a força de trabalho e a divisão social do trabalho, internacionalizam-se também as “relações, processos e estruturas de dominação política e apropriação econômica”, aí compreendidas as relações e contradições entre as classes. Cria-se então uma contradição entre *sociedade nacional* e *economia dependente* da qual o poder político não consegue libertar-se, daí a instabilidade dos sistemas políticos na América Latina.

Para Ianni,¹³³ a análise da *dependência estrutural* torna-se profícua a partir da obra de Baran, que possibilita a incorporação da análise da dependência à linha clássica de interpretação do imperialismo, o que significa que “a análise da dependência corresponde ao aprofundamento da análise do imperialismo, visto da perspectiva do subordinado”. Afinal, as relações imperialistas implicam na criação ou reformulação das relações internas nos países dependentes. Mais ainda, as determinações imperialistas podem provocar rearranjos institucionais na sociedade e no Estado dos países subdesenvolvidos. A proposta teórico-metodológica de Ianni é manter a linha clássica de análise do imperialismo, enquanto processo político-econômico, mas incorporando-lhe as análises do *colonialismo interno*, existente nas áreas metropolitanas, e da *dependência estrutural*, existente na periferia do capitalismo.

Ianni combina os conceitos de *mais-valia* e de *excedente econômico* ao analisar as estruturas de dominação política e apropriação econômica do imperialismo norte-americano na América Latina. São relações “carregadas de ambigüidade, controvérsia e contradições”, nas quais as classes dominantes (burguesia hegemônica e burguesia subalterna) disputam a apropriação do *excedente econômico*; mas quando se passa a considerar os interesses das classes assalariadas, a disputa ocorre “em torno da apropriação do lucro, ou *mais-valia*”.

“O conceito de excedente econômico efetivo pode ser útil para descrever os movimentos de capital, em termos do conjunto do sistema

¹³¹ Idem, p. 22.

¹³² Ianni (1988), Op Cit., p. 191 e pp. 200-201.

¹³³ Idem, p. 186 e p. 26.

econômico (nacional ou internacional) ou dos seus setores. Ao passo que o conceito de mais-valia se torna necessário quando entram em questão: 1) a diferença entre o trabalho necessário e o trabalho excedente, na produção da mercadoria e 2) as relações entre os compradores e os vendedores de força de trabalho”.¹³⁴

Assim, a *dependência estrutural* – conceito que corresponde à “modificação e mesmo reversão de perspectiva relativamente à abordagem clássica das relações do tipo imperialista” – diz respeito à exportação de *excedente econômico* efetivo e à exportação de *mais-valia* também.

Na verdade, a *dependência estrutural* atinge além das estruturas de poder e estruturas de apropriação econômica, também as instituições e relações de comunicação, tecnológicas, educacionais, militares, culturais e religiosas. Ou seja, a influência é tal que o processo de desenvolvimento se vê condicionado nos seus principais aspectos. Neste contexto, “a *dependência estrutural* corresponde à manifestação concreta, no interior da sociedade subordinada, das relações políticas e econômicas de tipo imperialista”.¹³⁵ Ianni avança na análise e chega à conclusão que: 1) a *dependência estrutural* não se circunscreve ao âmbito econômico, mas pode ser notada também nas relações e instituições políticas; e que 2) a reformulação das relações e estruturas de dependência não é um problema econômico, mas um problema político. O poder político é o elemento essencial da *dependência estrutural*, pois esta surge nas relações econômicas externas, mas só se consolida e desenvolve quando adquire configuração política.

Florestan Fernandes¹³⁶ analisa o atual padrão de dominação externa na América Latina como herdeiro do *sistema colonial*, do *neocolonialismo* e do *imperialismo* (padrões anteriores), porém fruto da expansão das grandes empresas corporativas na região, representando o capitalismo monopolista. Trata-se de um *imperialismo total* que exerce um controle externo como o *sistema colonial*, mas com as condições do moderno mercado capitalista, da tecnologia avançada e com a dominação externa compartilhada por diversas nações. Segundo Fernandes, o traço específico do *imperialismo total* consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social. Característica que “prova que uma economia satélite ou dependente não possui as condições estruturais e dinâmicas para sobrepujar nacionalmente, pelos esforços da burguesia, o subdesenvolvimento e suas conseqüências”.

Está então descartada a ilusão de uma revolução industrial liderada pela burguesia nacional, e está também consolidado o quadro de dominação externa que transforma as nações em fontes de *excedente econômico* e acumulação de capital para as nações capitalistas avançadas. Mesmo porquê, na explicação sociológica do subdesenvolvimento econômico de Florestan Fernandes,¹³⁷ que se baseia no sistema de classes sociais e no modo como estas agem para fortalecer ou extinguir o regime social de produção econômica, o *capitalismo dependente* latino-americano implica relações de dominação que conjugam a dominação externa com a dominação interna. Isto é, a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos interno e externo. Se a *economia capitalista dependente* não consegue monopolizar a apropriação do seu *excedente*

¹³⁴ Idem, p. 204.

¹³⁵ Idem, pp. 199-200.

¹³⁶ Fernandes, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.

¹³⁷ Limoeiro-Cardoso, Miriam. *Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes*. São Paulo, IEA/USP, Coleção Documentos, jul 1997.

econômico, é porque os assalariados e os destituídos são submetidos a mecanismos de *sobre-apropriação e sobre-expropriação capitalistas*. Trata-se de um padrão de acumulação de capital cuja forma Fernandes designa como “*sobre-apropriação repartida do excedente econômico*”. Assim, a situação é redefinida pela ação recíproca de fatores estruturais, dinâmicos, externos e internos:

“Os setores sociais que possuem o controle das sociedades latino-americanas são tão interessados e responsáveis por essa situação quanto os grupos externos, que dela tiram proveito. Dependência e subdesenvolvimento são um bom negócio para os dois lados”.¹³⁸

Assim, Fernandes nega a explicação do *subdesenvolvimento* enquanto *atraso* e a proposta decorrente: superação do *subdesenvolvimento* por meio da aceleração do crescimento econômico. Como Fernandes nega a possibilidade de superação dos desafios pelo capitalismo privado, a saída para esta situação da América Latina seria uma alternativa em torno de um “novo tipo de capitalismo de Estado” ou então a “rebelião popular e radical de orientação socialista”. A *revolução* é a alternativa histórica para o *capitalismo dependente*.

A dominação externa na América Latina evolui de um padrão de dominação para outro sempre produzindo três realidades estruturais diversas: 1) concentração de renda e poder; 2) coexistência de estruturas sócio-econômicas de épocas históricas diferentes; e 3) exclusão social. Nas palavras de Florestan Fernandes:

“Primeiro, a concentração de renda, do prestígio social e do poder nos estratos e nas unidades ecológicas ou sociais que possuem importância estratégica para o núcleo hegemônico de dominação externa. Segundo, a coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas em diferentes ‘épocas históricas’, mas interdependentes e igualmente necessárias para a articulação e a expansão de toda a economia, como uma base para a exploração externa e para a concentração interna da renda, do prestígio social e do poder (o que implica a existência permanente de uma exploração pré ou extracapitalista, descrita por alguns como ‘colonialismo interno’); Terceiro, a exclusão de uma ampla parcela da população nacional da ordem econômica, social e política existente, como um requisito estrutural e dinâmico da estabilidade e do crescimento de todo o sistema”.¹³⁹

Nestes termos, Fernandes afirma que o desafio latino-americano não é como produzir riqueza, mas como retê-la e distribuí-la. Isto porque os países latino-americanos têm estruturas econômicas, sócio-culturais e políticas que absorvem as transformações do capitalismo, mas inibem a integração nacional e o desenvolvimento autônomo; e porque a dominação externa, que estimula a modernização e o crescimento nos estágios mais avançados do capitalismo, impede a revolução nacional e uma autonomia real. Porém, os fatores econômicos não são os únicos, há também o componente político no mundo dominado pelo sistema bipolar de relações internacionais. Ou seja, os padrões espoliativos da dominação econômica externa são apenas uma face do imperialismo, pois há também – e de forma mais acentuada na época (anos 1970) – a concepção de segurança norte-americana anticomunista e contra-revolucionária, constituindo o fator político como uma influência decisiva na promoção e expansão do sistema capitalista.

De fato, o pós-guerra foi um período que representou a consolidação da hegemonia econômica e política dos EUA na América Latina, enquadrada que foi na política bipolar das relações internacionais pelo *Tratado Interamericano de Assistência Recíproca*

¹³⁸ Fernandes (1973), Op Cit., p. 26.

¹³⁹ Idem, p. 20.

(TIAR, de 1947) e pela *Organização dos Estados Americanos* (OEA, criada em 1948), usados como instrumentos de pressão política, econômica e militar em favor de interesses norte-americanos. Iniciou-se assim um Sistema Interamericano institucionalizado, de acordo com a *Doutrina Truman* de 1947, que é uma política de auxílio econômico para os países europeus (Plano Marshall), onde a questão principal é a “segurança nacional” e a contenção do comunismo internacional, inclusive com intervenções militares em escala mundial. Configura-se assim a *Doutrina de Segurança Nacional*, pela qual qualquer sublevação contra regimes colaboracionistas seria interpretada como uma agressão indireta à segurança nacional dos norte-americanos. Acabou-se, portanto, com a era do *Panamericanismo* iniciado pela *Doutrina Monroe* (1889-1945) – que de negação do poder imperial europeu sobre o Novo Mundo, passou a ser uma afirmação do direito dos EUA de intervirem na América Latina – e se desfez a política da “boa vizinhança” iniciada pelo presidente F. Roosevelt em 1933, que constitui um recuo tático nas intervenções militares norte-americanas na região. A *Doutrina Truman* dominaria todo o pós-guerra, influenciando mesmo iniciativas que vieram depois, como a *Aliança para o Progresso* (1961), também enquadradas nessa *Doutrina de Segurança Nacional*. Na verdade, a *Aliança para o Progresso* era a face política da *Doutrina de Contra-Insurgência*, que, por sua vez, representava o fomento às Forças Armadas dos países latino-americanos na sua luta antiguerrilheira, principalmente por meio de instrução militar a milhares de quadros dos exércitos do continente.¹⁴⁰

No entanto, após a derrota no Vietnã, os EUA adotaram uma política de não intervir diretamente nos processos políticos do Terceiro Mundo, seja para “conter o comunismo” seja para proteger investimentos norte-americanos, e deram mais liberdade aos exércitos nacionais com sua política de “desenvolvimento e segurança”. Assim, de 1964 a 1978, somente a Colômbia e a Venezuela ficaram com regimes constitucionais na América do Sul. Em outras palavras, a hegemonia dos EUA e a “segurança do hemisfério ocidental” se deu às custas de uma deterioração dos sistemas políticos (ditaduras, corrupção, etc.), dos sistemas sociais (exclusão, pobreza, desigualdade), e dos sistemas econômicos (dependência, deterioração dos termos de troca, exploração, etc.) que representaram alto custo econômico, social, cultural e humano para as nações da América Latina.

O desmoronamento do Muro de Berlim em 1989 e da URSS em 1991 fez com que a bipolaridade do Sistema Internacional desaparecesse, dando lugar à expansão imperial dos Estados Unidos apoiada no controle de estruturas transnacionais, militares, financeiras, produtivas e ideológicas. Esta expansão não prescinde, como se chegou a crer, da hierarquia do sistema interestatal, nem suprime os Estados Nacionais, embora debilite a ambos. Segundo Fiori,¹⁴¹ a *Doutrina Bush* de combate ao terrorismo transformou o “interesse nacional americano” no princípio legitimador de um novo tipo de intervenção político-militar, permanente, preventivo e global. Conseqüência dos atentados terroristas ao Pentágono e ao World Trade Center em 2001, esta doutrina consiste numa estratégia de “contenção universal” cujo objetivo último é impedir o aparecimento de outra nação que lhes possa rivalizar.

Após este telegráfico panorama, entendemos porquê Florestan Fernandes e Octavio Ianni concordam que **a reformulação das relações e estruturas de dependência não é um problema econômico, mas um problema político**. Neste sentido, a mudança das estruturas de poder da *dependência estrutural* é um problema que não está enquadrado nos marcos da *harmonia de interesses*, mas sim no princípio da *contradição de interesses*. Podemos notar esta situação de antagonismo de interesses no desenrolar da problemática da

¹⁴⁰ Schilling, Voltaire. *EUA versus América Latina. Etapas da Dominação*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984.

¹⁴¹ Fiori (2003), Op Cit., p. 47.

integração continental, desde a tentativa da *Aliança para o Progresso* até as atuais negociações em torno da *Área de Livre Comércio das Américas* (ALCA). Há sempre um componente – latente – que consiste na expressão da real *contradição de interesses* que de fato existe entre o núcleo hegemônico do capitalismo e uma área periférica e subdesenvolvida como é o Extremo Ocidente.¹⁴²

¹⁴² A **América Latina** se reconhece e encontra a sua identidade e sua unidade ao defender seus interesses regionais no âmbito do *Sistema Internacional*. Segundo a noção de Rouquié, a região teria um lugar à parte no mundo subdesenvolvido. “A América Latina aparece, nesse aspecto, como o Terceiro Mundo do Ocidente ou o ocidente do Terceiro Mundo. [...] Se a existência de *uma* América Latina é problemática, se a diversidade das sociedades e das economias se impõe, se a delimitação das diferentes nações é um dado básico de seu funcionamento, não deixa de ser verdade que uma relativa unidade de destino, mais sofrida que escolhida, aproxima as ‘repúblicas irmãs’. Ela é legível nas grandes fases da história, perceptível na identidade dos problemas e das situações que enfrentam atualmente essas nações”. Rouquié, Alain. *O Extremo Ocidente. Introdução à América Latina*. São Paulo, EDUSP, 1991, pp. 21-36.

C. Dependência Latino-Americana

A trajetória da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), da ONU, tem importância porque conseguiu afirmar uma referência analítica própria da América Latina – a *teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico latino-americano* – e mantê-la vigente por meio século. Este *paradigma desenvolvimentista* da região fundamenta-se no *enfoque histórico-estrutural* baseado na idéia da relação centro-periferia. A CEPAL dá ênfase às diferenças entre o processo de crescimento, emprego e distribuição de renda na periferia e nos países do centro capitalista, processos que são distintos em suas características principais que, no entanto, interligam-se com a expansão da economia capitalista. Ou seja, a originalidade do paradigma estruturalista reside na proposição que os processos de *desenvolvimento* e de *subdesenvolvimento* são, na verdade, um só, com o centro e a periferia profundamente inter-relacionados e fazendo parte da economia mundial. Mais ainda, as desigualdades entre o centro e a periferia se reproduzem pelo comércio internacional, isto é, os problemas da periferia são resultantes do próprio funcionamento da economia mundial.¹⁴³

Esta abordagem deságua na tese sobre a *tendência à deterioração dos termos de troca* (tese Prebisch-Singer), que se confronta com a teoria das vantagens comparativas derivadas do livre comércio entre as nações, pois afirma que, dada a divisão internacional do trabalho, a troca de produtos industrializados (produzidos pelos países avançados) por produtos primários (dos países periféricos) produz um desequilíbrio em favor dos primeiros ao longo do tempo. Isto se dá pela diferença entre a elasticidade-renda da demanda de importações do centro e da periferia (“disparidade dinâmica da demanda”), onde as importações do centro crescem a uma taxa menor que a renda nacional, enquanto que o inverso acontece na periferia. O papel da situação do mercado de trabalho e da organização sindical diversa no centro e na periferia também é destacado. Assim, enquanto os centros absorvem todo o benefício do progresso técnico das suas indústrias, a periferia transfere para o centro parte do fruto do seu progresso técnico.

Esta tese abriu espaço para o argumento que justificaria o protecionismo para proteger a incipiente indústria da periferia. A periferia teria um modelo primário-exportador voltado para o centro (“hacia afuera”) e precisaria de uma industrialização voltada para o mercado interno, num processo de “desarrollo hacia adentro”. O raciocínio continua, afirmando que enquanto não fosse concluído o processo de industrialização haveria permanentemente um desequilíbrio do balanço de pagamentos, que somente se resolveria com uma escala econômica maior; daí o apoio ao comércio externo por meio do *mercado comum latino-americano* como forma de alavancar a industrialização. Esta seria a forma de combater a *deterioração dos termos de intercâmbio*, ou, em versões posteriores, o “estrangulamento” do setor externo, dada sua incapacidade de expandir as exportações industriais.

Segundo Falleto¹⁴⁴, a “heterodoxia da CEPAL” permitiu que também no campo da sociologia coexistissem e se combinassem de forma criativa a perspectiva da “sociologia crítica” com a “sociologia de caráter mais funcional”, porém, o que predominou foi a “sociologia que tenta compreender uma determinada situação social de caráter histórico” correspondente aos países latino-americanos. Com referencial weberiano, José Medina Echavarría foi a figura mais destacada desta *sociologia do desenvolvimento* na CEPAL, que

¹⁴³ Bielschowsky, Ricardo. “Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL – Uma Resenha” in: _____ (org.) *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*, Rio de Janeiro, Record, 2000, p. 18-19.

¹⁴⁴ Falleto, Enzo. “La CEPAL y la Sociología del Desarrollo”. *Revista de la CEPAL*, nº 58, abr 1996, pp. 191-204.

propunha *reformas estruturais* também no âmbito social: reforma educacional; reforma agrária; reforma do Estado e do sistema político; autonomia nacional; e democratização política. Assim, discute-se a correspondência entre *desenvolvimento econômico*, entendido como a expansão do produto e da renda por habitante e sua distribuição entre eles, e o *desenvolvimento social*, concebido como a melhoria das condições de vida da população.

Segundo Kay,¹⁴⁵ o *desenvolvimentismo* da CEPAL, quando ligado ao populismo tornava-se uma poderosa embora ilusória força política, com ideologia antifeudal, antioligárquica, reformista e tecnocrática. Questionando o *estilo de desenvolvimento* do capitalismo sem, contudo, propor uma alternativa socialista ou revolucionária, tratava-se de uma estratégia de “crescimento com redistribuição”.

Para Mantega,¹⁴⁶ a CEPAL encara o subdesenvolvimento apenas como a ausência de capitalismo e não o resultado deste, além de aceitar a participação do capital estrangeiro no processo de desenvolvimento. Assim, entende-se este desenvolvimento como a consolidação da acumulação em bases locais. Nestes termos o desenvolvimento que a CEPAL advoga não é nacionalista, mas nacional. Apenas o imperialismo (comercial e financeiro, voltado para os produtos de exportação) é condenado.

Assim, a industrialização da região, que teve a participação decidida do Estado enquanto promotor do desenvolvimento, sendo que o capital estrangeiro (“poupança externa”) teve o papel de aumentar a taxa de investimentos e a renda nacional, resultou, no caso brasileiro, na consolidação de uma estrutura econômica capitalista com capacidade própria de acumulação, dominada por oligopólios nacionais e estrangeiros e com forte participação estatal na economia. Ou seja, “do ponto de vista estritamente econômico a estratégia cepalina deu certo. [...] Porém, tudo isso não modificara as condições sociais do grosso da população”. Mantega explica melhor:

“Em outras palavras, pretendo sustentar a tese de que a teoria cepalina e seus desdobramentos nacional-desenvolvimentistas nortearam os passos dos governos populistas brasileiros, abrindo caminho, assim, para a plena implantação do capitalismo monopolista no país e a fase mais avançada do imperialismo”.¹⁴⁷

Fernando Henrique Cardoso¹⁴⁸ reconhece que as formulações cepalinas têm raízes no pensamento econômico clássico e no marxismo, além de estarem permeadas por uma linguagem keynesiana, causando uma ambigüidade que dificulta a determinação do quadro teórico das análises. Apesar disso, afirma que a originalidade do pensamento cepalino reside no esforço de transformar a *teoria da deterioração dos termos de troca* – tendência à reprodução das desigualdades entre as nações através do comércio internacional explicada pela existência de taxas diferenciais de salários e graus distintos de progresso técnico – na matriz de um conjunto de políticas públicas favoráveis à industrialização.

“Neste sentido, o pensamento da CEPAL gerou *ideologias* e motivou a ação, abrindo-se à prática política. Por isto mesmo, tornaram-se mais visíveis as debilidades de uma análise que aponta as causas da desigualdade,

¹⁴⁵ Kay, Op Cit., p. 28.

¹⁴⁶ Mantega, Op Cit.

¹⁴⁷ Idem, p. 64.

¹⁴⁸ Cardoso, Fernando Henrique. “Originalidade da Cópia: a CEPAL e a Idéia de Desenvolvimento” in: _____. *As Idéias e seu Lugar. Ensaios sobre as Teorias do Desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1993, pp. 27-80.

mas limita a crítica aos umbrais do tema, sem desvendar o conteúdo de classe da exploração econômica entre o Centro e Periferia e na Periferia.”¹⁴⁹

Marini,¹⁵⁰ que também faz críticas à CEPAL nesse sentido, parte da constatação que a contribuição teórica própria da CEPAL foi feita a partir da teoria do desenvolvimento pensada nos grandes centros. O *desenvolvimentismo* teria sido, na verdade, a ideologia da burguesia industrial latino-americana, que instrumentalizou a CEPAL “tanto em função das lutas sociais e políticas internas, quanto das relações com a economia mundial”.

Certamente, o que consistiu numa primeira elaboração própria de pensadores latino-americanos em termos de desenvolvimento teve muitas versões a serviço de governos, vulgarizando-se e perdendo propriedade. Mas não se deve culpar uma teoria pelo uso que o poder faz dela, e os marxistas sabem muito bem disso. No entanto, teoricamente, a contribuição da CEPAL abriu caminho para muitas outras análises e certamente muitas críticas. Uma vertente de maior projeção foi a chamada “Teoria da Dependência” ou “estudos da dependência”.

A “Teoria da Dependência” aparece nos anos 1960 na América Latina e tenta explicar as novas características do desenvolvimento sócio-econômico da região. Surge criticando o eurocentrismo implícito da Teoria do Desenvolvimento e penetra no debate latino-americano sobre subdesenvolvimento, participando da polêmica sobre marxismo ou *neomarxismo* (Baran e Sweezy). De maneira sintética pode-se dizer que os *dependentistas* sustentam que o subdesenvolvimento está conectado ao desenvolvimento, sendo ambos aspectos diferentes do mesmo processo, e que a dependência não é somente um fenômeno externo, mas se manifesta também na estrutura interna das nações.

Os *dependentistas* tinham em comum a reivindicação por um maior grau de controle nacional sobre o processo de desenvolvimento e sobre o investimento estrangeiro. Segundo Kay,¹⁵¹ mais que uma teoria, estes estudos da dependência podem ser caracterizados como uma perspectiva ou paradigma, que agrega tanto os *dependentistas reformistas* quanto os *dependentistas marxistas*:

“Both dependency positions also share the view that underdevelopment, or the pattern of development of dependent countries, is the particular form capitalist development assumes in these countries. They also agree that dependency originated when these countries were forcefully incorporated into the world capitalist system by the dominant countries, and concur that, in order to understand the internal dynamics of the Third World countries, it is necessary to examine their relationships to the world capitalist system.”¹⁵²

Para Kay, as diferenças entre as posições reformista e marxista são:

- Diferentes sistemas de referência: marxismo de um lado ou estruturalismo de outro lado (“versão modificada da teoria da modernização com desenvolvimentismo”);
- Existe uma crítica mais dura por parte dos *dependentistas marxistas* ao paradigma da modernização e à teoria econômica convencional; bem como crítica à CEPAL e aos *dependentistas reformistas* por enfatizar demais as causas externas da dependência (“*dependência externa*”) e por não superarem a sua posição *dualista*;

¹⁴⁹ Op Cit., pp. 27-80.

¹⁵⁰ Marini (1992), Op Cit., pp. 68-85.

¹⁵¹ Kay, Op Cit., pp. 125-129.

¹⁵² Idem, p. 129.

- Além disso, os *dependentistas marxistas* argumentam que a burguesia local tem um caráter não progressista indicado pela falência do modelo de substituição de importações¹⁵³ e pela crescente dependência, e denunciam a aliança nacional-populista de ser incapaz de promover um desenvolvimento genuíno. Na medida em que a burguesia opta por saídas autoritárias para a crise da aliança populista, fica claro que a dicotomia acaba sendo entre fascismo e socialismo. Da mesma forma, rejeitam a opção reformista da alternativa política de uma nova aliança populista que persiga a reforma do sistema econômico internacional.

Entre os *dependentistas reformistas* estão: Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Osvaldo Sunkel, Celso Furtado, Hélio Jaguaribe, Aldo Ferrer e Aníbal Pinto. Suas idéias seriam um prolongamento da escola estruturalista da CEPAL. São classificados de reformistas porque mantêm que é possível resolver o problema da dependência reformando o sistema capitalista.

Entre os *dependentistas marxistas* estão: Rui Mauro Marini, Theotônio dos Santos, André Gunder Frank, Vânia Bambirra, Aníbal Quijano e Edelberto Torres-Rivas, entre outros. Segundo Kay, todos estes usam a abordagem marxista para sua análise da dependência e argumentam que somente a revolução socialista poderá superar a dependência. Contudo, não são marxistas ortodoxos, uma vez que questionam o papel progressista que o capitalismo teria nos países dependentes. Pode-se dizer que são *neomarxistas*.

Para Kay,¹⁵⁴ Cardoso enxerta a periodização histórica da CEPAL (desenvolvimento voltado para fora / dentro) nas diversas situações de dependência, unindo o estruturalismo econômico com a análise da dependência. Tendo sido um dos que demonstrou a debilidade da burguesia dos países latino-americanos e sua disposição em converter-se em uma *associada* menor do capital internacional, Cardoso apontou o limite histórico do projeto nacional-democrático e do populismo. Mostrou que a industrialização e a expansão das classes médias não levavam necessariamente à democratização e ao crescimento sustentado. Mais que isso, ele aceita a irreversibilidade do *desenvolvimento dependente* e a possibilidade de compatibilizá-lo com a democracia representativa. Convertendo a tarefa democrática em objetivo central na luta contra um estado autoritário – apoiado por uma “burguesia de estado” que sustentava o caráter corporativo do mesmo – sua análise deixa de visar o capital monopolista como principal inimigo, como fazia o PCB. Os inimigos passam a ser o corporativismo e a burguesia burocrática e conservadora.

Dos Santos¹⁵⁵ assegura que “estas teses ganharam força internacional e criaram o ambiente ideológico da aliança de centro-direita que veio a se realizar no México, na

¹⁵³ A **substituição de importações**, que começa com a substituição dos bens de consumo, fica estrangulada na passagem para a substituição dos bens de produção, pois este processo demanda mais capital e mais tecnologia, fatores escassos para os países subdesenvolvidos. Neste sentido, a Terceira Revolução Industrial aumentou ainda mais o diferencial tecnológico entre os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Segundo Cardoso, “Quando Enzo Faletto e eu trabalhávamos na construção da teoria da dependência, o substrato do desenvolvimento na periferia do capitalismo, especialmente na América Latina, era a internacionalização dos mercados. Porém, naquele momento, um outro fenômeno se desenhava [...] era a internacionalização da produção, a qual traria uma impressionante expansão das correntes internacionais de comércio, que passaram a crescer muito acima das taxas de crescimento das economias nacionais. [...] Mas retornemos ao modelo de substituição de importações: o seu esgotamento derivou basicamente do fato de que o conteúdo nacional da maioria dos bens diminuiu e suas fases de produção se internacionalizaram. Quanto mais tecnologicamente sofisticado o bem, provavelmente maior será o número de países que participaram desde sua concepção e design até sua produção e marketing.” Cardoso, Fernando Henrique. “FHC Analisa as Conseqüências da Globalização”, *Folha de São Paulo*, 21 de fevereiro de 1996, Conferência no Colegio de México.

¹⁵⁴ Kay, Op Cit., p. 134-139.

¹⁵⁵ Dos Santos, Theotônio. “A Teoria da Dependência: um Balanço Histórico e Teórico” in: VVAA. *Teoria da Dependência: 30 Anos Depois*. FFLCH/USP, Mimeo, Seminário realizado em 15 e 16 de junho de 1997, p. 24.

Argentina, no Peru, na Venezuela, na Bolívia, e no Brasil”. Assim, no final dos anos 1980 e nos anos 1990, uma importante ala da esquerda populista ou liberal (“*social-liberalismo*”) adere ao programa de ajuste econômico *neoliberal* do “Consenso de Washington”,¹⁵⁶ de estabilidade monetária e equilíbrio macroeconômico acima de tudo. Se as características básicas do *desenvolvimento dependente* que estava *associado* ao capital internacional, eram, na teoria, o caráter dependente, concentrador e excludente do modelo, a evolução dos acontecimentos iria confirmar esta temática posta em evidência pela “teoria da dependência”: a tendência à exclusão social crescente, à concentração econômica maior e ao aumento da desigualdade social que se impuseram na realidade.

Assim, após a crítica aos conceitos de *subdesenvolvimento e periferia econômica*, Cardoso e Faletto afirmam que as relações de dependência não são metafísicas (Estado com Estado, Nação com Nação), mas concretizadas mediante uma rede de interesses e de coações que ligam grupos e classes sociais a outros. Mais ainda:

“La especificidad de la situación actual de dependencia está en que los ‘intereses externos’ radican cada vez más en el sector de producción para el mercado interno (sin anular, desde luego, las formas anteriores de dominación) y, consiguientemente, se cimientan en alianzas políticas que encuentran apoyo en poblaciones urbanas”.¹⁵⁷

Trata-se de ligar a dependência econômica à estrutura interna da sociedade, por meio de uma elaboração complexa sobre um relacionamento das classes sociais, principalmente dominantes, do centro e da periferia, que estão em associação, mas também em conflito, pois pertencem a países que são desiguais e que procuram tirar proveito de suas desigualdades bem como de suas complementaridades. Surge então a formulação original do “*desenvolvimento dependente e associado*”. Desta forma Cardoso e Faletto conseguem mostrar como a industrialização criou uma estrutura social nas sociedades dependentes que está a serviço da dependência. A burguesia *dependente e associada* ao capital internacional estaria a serviço daquele imperialismo dos países mais desenvolvidos. Este argumento destrói a motivação etapista de análises comunistas da época que defendiam uma aliança tática com a burguesia “progressista”.

Porém, uma coisa é o reconhecimento realista do grau de integração do empresariado e das elites dependentes com o imperialismo internacional, e outra é a recomendação prática de que se deve ajudar a viabilizar a adaptação da política econômica e diplomática dos países latino-americanos aos interesses internacionais.¹⁵⁸ Parece que a explicação desta posição, marcante nos governos de Cardoso (1994-2002), vem do argumento de que *dependência* pode conviver com *desenvolvimento* num *desenvolvimento dependente*.

¹⁵⁶ O “**Consenso de Washington**” se caracteriza inicialmente pelos princípios enunciados em 1989 pelo economista John Williamson, a saber: 1) disciplina fiscal; 2) mudanças nas prioridades para gastos públicos, com ênfase para saúde, educação e infra-estrutura; 3) reforma tributária (para ampliar a base tributária e reduzir alíquotas marginais); 4) liberalização financeira, especialmente das taxas de juros; 5) busca e manutenção de taxas de câmbio competitivas; 6) liberalização comercial; 7) abertura para fluxos de investimento direto estrangeiro; 8) privatização; 9) desregulamentação; e 10) garantia dos direitos de propriedade.

¹⁵⁷ Cardoso, Fernando H. e Faletto, Enzo. *Dependencia y Desarrollo en América Latina*. México, Siglo XXI, 1969, p. 164.

¹⁵⁸ Sobre uma conferência do presidente Fernando Henrique Cardoso na Índia, Singer observa que: “Fernando Henrique mostrou os efeitos políticos e sociais da globalização liberal e seu depoimento a esse respeito é precioso. Mas, quanto a propostas alternativas, primou pelo conformismo. Atribuiu o ressurgimento do desemprego correlacionado à globalização apenas ao aumento de produtividade do trabalho; será que a transferência maciça da produção às regiões e países em que os trabalhadores não estão protegidos por sindicatos poderosos tem alguma coisa com isso? E, se tiver, não há nada que governos nacionais possam fazer?” Singer, Paul. “O Fim Forçado das Contradições”. *Folha de São Paulo*, 11 de fevereiro de 1996; O discurso em questão: Cardoso, Fernando Henrique. “FHC Discute as Conseqüências da Globalização”, *Folha de São Paulo*, 28 de janeiro de 1996, Conferência na Índia.

Algumas críticas marxistas a Cardoso e Faletto foram feitas porque estes não consideram o *socialismo* como veículo genuíno de transformação social, presente na agenda contemporânea; também por negligenciar a extração do *excedente econômico* pelas forças imperialistas; e, finalmente, por não dar muita atenção à *luta de classes*, especialmente ao papel do operariado urbano.¹⁵⁹ Além do mais, o conceito de dependência foi introduzido precisamente porque eles consideraram as *teorias do imperialismo* inadequadas.¹⁶⁰

Na trincheira oposta aos *desenvolvimentistas reformistas*, estão Frank e Marini que, juntamente com Caio Prado Jr, são incluídos por Mantega¹⁶¹ no “*modelo de subdesenvolvimento capitalista*”. Este modelo descarta a existência de entraves feudais coloniais ao desenvolvimento e interpreta a sociedade brasileira como típico produto da expansão capitalista mundial. Estes autores compartilham a opinião que a revolução democrático-burguesa já estaria superada no Brasil, que estaria vivendo um processo de *subdesenvolvimento capitalista*, enfrentando a moderna exploração capitalista imperialista. Os parâmetros básicos do modelo são: a *teoria do desenvolvimento do subdesenvolvimento* de Frank; a *teoria do capitalismo colonial no campo brasileiro* de Prado Jr; e a *teoria da superexploração do trabalho* e a *teoria do subimperialismo*, ambas de Marini.

A tese de Frank¹⁶² consiste na afirmação de que a gênese do subdesenvolvimento latino-americano deve ser buscada na expansão do capitalismo. Esta é que teria determinado a formação e exploração das colônias e ainda iria reiterar o subdesenvolvimento pela exploração sistemática das economias dependentes. A explicação do subdesenvolvimento de Frank é próxima de Baran e passa pelo conceito de excedente, que seria fornecido às *metrópoles* pelos *satélites*. Assim, ainda hoje, como no passado, os países da periferia (*satélites*) continuariam alimentando as *metrópoles*. Desta forma, o fator chave da estrutura econômica e de classe na América Latina é o grau e o tipo de dependência em relação à metrópole do sistema capitalista mundial. É o próprio progresso da dependência colonial e neocolonial capitalista na América Latina que teve o “*lumpen-desenvolvimento*” como “contrapartida necessária” ao desenvolvimento capitalista mundial. Assim também, a política de “desenvolvimento” da “*lumpen-burguesia*” latino-americana foi o instrumento da crescente dependência e do próprio subdesenvolvimento.

“Ora, também no nosso século o foram as políticas de classe destas burguesias latino-americanas, que, paralelamente ao desenvolvimento neoimperialista, conduziram à neodependência e ao subdesenvolvimento ainda mais agudo de hoje”.¹⁶³

Mantega¹⁶⁴ acha correto Frank partir da premissa do *caráter desigual e combinado* do sistema capitalista mundial, e concorda com sua análise de que a organização

¹⁵⁹ Abel, Christopher e Lewis, Colin. (org). *Latin America, Economic Imperialism and the State: The Political Economy of the External Connection from Independence to the Present*. London, Athlone Press, 1991, p. 17.

¹⁶⁰ O’Brien, Philip. “Dependency Revisited”. in: Abel e Lewis, Op Cit., pp. 41-69.

¹⁶¹ Mantega estuda os **principais modelos econômicos existentes no Brasil**: 1) *modelo brasileiro de desenvolvimento* dos conservadores Mario Henrique Simonsen, Roberto Campos e Delfim Neto; 2) *modelo democrático-burguês*, ligado ao PCB e com expoentes como Nelson Werneck Sodré e Alberto Passos Guimarães; 3) *modelo de substituição de importações*, nacional-desenvolvimentista, ligado à CEPAL e derivado das análises de Raul Prebisch, protagonizado por Celso Furtado, Ignácio Rangel e Maria da Conceição Tavares; e 3) *modelo de subdesenvolvimento capitalista*, que teria como precursor Caio Prado Jr. e a participação de André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. Mantega, Op Cit., pp. 211-283.

¹⁶² Frank, André Gunder. *Lumpen-Burguesia: Lumpen-Desenvolvimento*. Porto, Portucalense, 1971.

¹⁶³ Op Cit., p. 83.

¹⁶⁴ Mantega, Op Cit., pp. 211-283

interna e os *modos de produção* dos países latino-americanos se forjaram de acordo com os interesses da acumulação do *capitalismo comercial*. Mas discorda – acertadamente – da análise de Frank que afirma que a expansão do *capitalismo comercial* teria implantado de imediato o *modo de produção capitalista*, vale dizer as relações de trabalho assalariado, as leis da *mais-valia*, etc. Ora, o capitalismo se expande, transformando a organização das sociedades pré-capitalistas, mas não as substitui imediatamente pelo *modo de produção capitalista*, podendo persistir por muito tempo formas não-capitalistas de exploração.

No entanto, interpretando Rosa Luxemburgo, podemos afirmar que a *acumulação primitiva* existente no Brasil colonial é uma realidade capitalista, pois é parte integrante do processo de expansão capitalista para os *mercados externos* (no caso, Ultramar), pensamento que se aproxima da *tese do capitalismo mercantilista na formação colonial brasileira*. Isto é, o processo de formação da economia colonial brasileira trata-se de uma experiência *capitalista*, ainda que sobre bases sociais não-capitalistas (*estamentais e escravocratas*).

Mantega¹⁶⁵ também critica a ênfase dada à circulação, isto é, a importância atribuída ao crescimento do mercado mundial enquanto determinante básico da expansão capitalista. Ele nota aí uma clara influência de Adam Smith: Frank raciocinaria como se o desenvolvimento do capitalismo fosse um processo determinado pelo mercado. Deste ponto de vista, Frank super dimensionaria o papel do comércio e do excedente, não vendo a importância da exploração verificada no interior das *metrópoles* para explicar o desenvolvimento. Para Mantega, é como se Frank dissesse que a periferia subdesenvolvida opera como fonte *principal* (e não *auxiliar*) da acumulação, substituindo a fonte de *mais-valia* localizada no centro.

Façamos um parêntesis aqui. É uma questão polêmica esta: qual tem sido a maior fonte de acumulação que permitiu e sustenta a expansão do capitalismo? A acumulação primitiva e a exploração dos trabalhadores (com produtividade crescente graças ao avanço tecnológico) nos centros desenvolvidos ou a expropriação e pilhagem na periferia do capitalismo juntamente com a *superexploração* dos trabalhadores do Terceiro Mundo? Creio que somente se supera essa dicotomia difícil de mensurar quando adotamos um critério sócio-econômico, ao invés de um critério geográfico. Como argumenta Rosa Luxemburgo,

“Considerada historicamente, a acumulação capitalista é uma espécie de metabolismo que se verifica entre os modos de produção capitalista e pré-capitalista. [...] A acumulação não é apenas uma relação interna entre os ramos da economia capitalista, mas sobretudo uma relação entre o capital e o meio não-capitalista [...]”.¹⁶⁶

Ou seja, *pelo menos*¹⁶⁷ a *mais-valia* destinada à capitalização deve, necessariamente, buscar realizar-se em camadas sociais e países não-capitalistas. Assim, se a acumulação capitalista necessita, para seu desenvolvimento, de um meio ambiente de formações sociais não-capitalistas e de camadas sociais *fora* do sistema capitalista para se expandir e realizar a *mais-valia*, então fica indiferente saber qual a região do planeta que

¹⁶⁵ Idem Ibidem.

¹⁶⁶ Luxemburgo, Op Cit., pp. 363-364.

¹⁶⁷ “Na realidade, nada nos impede admitir que também é realizada fora dos meios capitalistas uma parte do capital constante e variável no produto do setor correspondente. De acordo com isso, é possível realizar tanto a ampliação da produção como a renovação de parte dos elementos de produção consumidos com produtos de zonas não-capitalistas. O que propúnhamos deixar claro com exemplos anteriores é o fato de que, **pelo menos**, a mais-valia destinada à capitalização, e a parte do volume de produtos capitalistas que a ela corresponde, não podem ser realizadas dentro dos meios capitalistas e, necessariamente, buscam sua clientela fora desses meios, em camadas sociais que não produzam segundo a forma capitalista”. Luxemburgo, Op Cit., pp. 308-309, (grifos nossos).

contribuiu mais para a acumulação de riquezas. Mesmo se colocarmos a discussão entre os que estão dentro do sistema (assalariados e capitalistas) e os que estão fora, pode-se argumentar que os capitalistas somente realizam sua *mais-valia* nos *mercados externos* e que o sistema depende do mecanismo do *exército industrial de reserva*.¹⁶⁸ Isto porque a acumulação capitalista também exige liberdade ilimitada de movimentos em relação ao capital constante e ao capital variável, exigindo, portanto, a possibilidade ilimitada para dispor da força de trabalho, isto é, na constituição de um *exército industrial de reserva*. Ora, este não pode ser formado pela procriação dos trabalhadores assalariados. Tem de contar com operários adicionais que só podem se originar de camadas e países não-capitalistas. Vemos então que, tanto pelo lado da criação quanto pelo lado da realização de *mais-valia*, o capitalismo se nutre de camadas sociais e *formações sociais* que estão fora do sistema capitalista. Fechemos o parêntesis.

Os *dependentistas marxistas* tentam preencher a lacuna do marxismo clássico que não analisou suficientemente os países subdesenvolvidos, podendo ser taxado de eurocêntrico. Além disso, os *dependentistas marxistas* são críticos quanto à visão da teoria clássica marxista sobre o papel progressivo dos investimentos do capital externo no Terceiro Mundo. Apesar disso, compartilham com os clássicos marxistas a visão da centralidade do capital monopolista no sistema capitalista mundial, a ênfase na divisão internacional do trabalho e no desenvolvimento desigual nas relações econômicas internacionais. Baran também foi uma grande influência dos *marxistas dependentistas*. Principalmente a sua tese de que o subdesenvolvimento tem raízes no desenvolvimento capitalista dos países imperialistas, e que subdesenvolvimento e desenvolvimento são resultados simultâneos de um mesmo processo mundial de acumulação de capital.

Nesta linha, Theotônio dos Santos¹⁶⁹ define *dependência* como uma situação na qual a economia de certos países está *condicionada* pelo desenvolvimento e expansão de outra economia à qual estão submetidas. Desta maneira, uma relação de *interdependência* assume a forma de *dependência* quando os países dominantes podem se expandir de maneira sustentável, enquanto que os países dependentes apenas o fazem como reflexo daquela expansão dos países desenvolvidos. Este conceito de *dependência* permite que entendamos a situação interna dos países dependentes como parte da dinâmica da economia mundial. Segundo Dos Santos, para superar essa situação são necessárias transformações qualitativas nas estruturas internas e nas relações externas dos países dependentes. Além disso, Dos Santos vê um *desenvolvimento desigual e combinado* no processo de constituição da economia mundial, que integra os mercados nacionais a um mercado mundial de bens, capital e força de trabalho:

“Vemos que las relaciones generadas por ese mercado son desiguales y combinadas: *desiguales* porque el desarrollo de unas partes del sistema ocurre a expensas de otras partes. [...] Llamamos *combinado* a este desarrollo porque es la combinación de estas desigualdades y la transferencia de recursos de los sectores más atrasados y dependientes a los más avanzados y dominantes lo que explica la desigualdad, la profundiza y la transforma en un elemento necesario y estructural de la economía mundial”.¹⁷⁰

Posteriormente, Dos Santos iria somar-se ao enfoque do *Sistema-Mundo*, utilizando as contribuições da teoria dos ciclos de Braudel, Kondratieff, Wallerstein, etc. Já

¹⁶⁸ Op Cit., p. 311.

¹⁶⁹ Dos Santos, Theotônio. “La Estructura de la Dependencia” in: Villarreal, Op Cit., pp. 216-226.

¹⁷⁰ Op Cit., p. 217.

Marini estava perfeitamente sincronizado com a teoria do *desenvolvimento do subdesenvolvimento* (Frank) e com a concepção capitalista da agricultura brasileira (Prado Jr.), e procurou dar maior consistência teórica à tese da *superexploração da força de trabalho* sugerida por Frank, que é o centro nevrálgico do esquema analítico desses autores, uma vez que a *superexploração do trabalho* na periferia constitui a base de sustentação de todo o sistema imperialista mundial.¹⁷¹ Esta teoria consiste na análise de que parte da *mais-valia* é drenada para as economias centrais – seja mediante o intercâmbio desigual, por práticas financeiras impostas ou pelo pagamento de *royalties* ou remessa de lucros dos investimentos externos – e as classes dominantes locais, pressionadas por essa drenagem, tentam se ressarcir dessa perda aumentando o valor absoluto da *mais-valia* criada pelos trabalhadores rurais e urbanos.

Para Marini,¹⁷² houve uma tentativa da burguesia industrial de ensaiar um projeto de capitalismo autônomo na América Latina (cooptação das massas urbanas, proposição de reforma agrária, enfim, o projeto desenvolvimentista e populista de *capitalismo nacional*), porém esta não conseguiu pressionar a burguesia agromercantil (latifundiários) por um lado e os grandes monopólios internacionais (empresas transnacionais) por outro, e acaba desistindo de seus projetos. Desta forma, a burguesia agromercantil, atrelada ao comércio internacional e submetida ao intercâmbio desigual, juntamente com a burguesia industrial, com mercados já pequenos e ainda dividindo lucros com o capital estrangeiro, põem em prática uma exploração ainda maior da força de trabalho urbana e rural. Nesse contexto, a *superexploração do trabalho* afirma-se como o *princípio fundamental do sistema subdesenvolvido*. Além disso, esta se intensifica com a associação da burguesia local ao capital estrangeiro, o que resulta numa exploração da periferia pelo centro (*desenvolvimento capitalista integrado* assentado na *superexploração do trabalho*) que inviabiliza os regimes liberais democráticos e abre caminho para as ditaduras tecnocrático-militares.

A *superexploração do trabalho* na acumulação de capital do centro desenvolvido baseia-se na produção de *mais-valia relativa* (onde a exploração aumenta pelo barateamento das mercadorias da cesta básica dos trabalhadores) e difere da *superexploração do trabalho* na periferia que se baseia na produção de *mais-valia absoluta* (pela abundância de força de trabalho combinada com tecnologia poupadora de mão-de-obra; pela falta de regulamentação protetora do trabalho, o que leva à extensão da jornada de trabalho; e pelo pagamento de salários abaixo do valor da força de trabalho). Na verdade, a *superexploração do trabalho* impede a transição da extração da *mais-valia absoluta* para a extração da *mais-valia relativa* como forma dominante das relações capital-trabalho e do processo de acumulação de capital na periferia, servindo de base para a sua dependência. Assim, *dependência* para Marini significa que um grupo de nações formalmente independentes está subordinado a outro grupo de países dominantes de uma forma que as relações de produção das nações subordinadas são modificadas e recriadas de forma a assegurar a reprodução extensiva da sua dependência.¹⁷³

Desta forma, a produção no Terceiro Mundo não se apóia na capacidade interna de consumo, pelo contrário, depende das exportações aos países desenvolvidos para incrementar o seu desenvolvimento. Os salários são mantidos baixos na periferia porque o consumo dos trabalhadores não é requerido para a realização de *commodities* que são produzidas. A industrialização não modifica substancialmente a situação, pois a produção de bens de consumo é voltada para os extratos dominantes.

¹⁷¹ Mantega, Op Cit., 261-262.

¹⁷² Marini, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis, Vozes, 2000.

¹⁷³ Kay, Op Cit., pp. 144-145.

“Minha tese central, sobre a qual insisto em todos os meus textos, é [...]: o capitalismo dependente, baseado na superexploração do trabalho, divorcia o aparelho produtivo das necessidades de consumo das massas, agravando assim uma tendência geral do modo de produção capitalista; isto se expressa, a nível da diversificação do aparelho produtivo, no crescimento monstruoso da produção suntuária, em relação ao setor de produção de bens necessários e, em consequência, na distorção equivalente que registra o setor de produção de bens de capital”.¹⁷⁴

Como as massas trabalhadoras não têm poder de compra, os países periféricos sofrem de uma insuficiência crônica de demanda (não têm mercado interno) e, portanto, a acumulação periférica procura expandir-se ou exportar para outros países periféricos, criando *centros subimperialistas* associados às metrópoles, como é o caso do Brasil. Além da política econômica voltada para a promoção das exportações, o país *subimperialista* apresenta uma maior concentração de renda (que permite forjar uma restrita “sociedade de consumo” no país dependente, o que é mais viável de implementar sob governos autoritários) e uma maior demanda estatal de bens de consumo duráveis e bens de capital, graças à expansão do complexo burocrático-militar e dos investimentos em infraestrutura. O Brasil só não chega a ser imperialista porque não possui uma base tecnológica própria e não está em condições de disputar com os países dominantes posições no mercado mundial. A burguesia brasileira, portanto, entra em parceria com o imperialismo internacional e o capital externo fica em condições de investir e lucrar no mercado brasileiro em troca de acesso à tecnologia avançada e aos mercados mundiais. Vemos então que o *subimperialismo* se assenta sobre a *superexploração do trabalho* para poder competir no mercado externo, atrair capital estrangeiro e assegurar o aprofundamento da desigualdade social.¹⁷⁵

Mantega lembra que uma *superexploração do trabalho* na periferia, baseada na *mais-valia absoluta*, sendo superior à exploração na base da *mais-valia relativa*, é um raciocínio contraditório com a teoria marxista da *mais-valia*, que indica ser a *mais-valia relativa* a forma mais eficiente de exploração, superada a fase da *acumulação primitiva*. A *mais-valia relativa* aumenta a exploração sem necessariamente diminuir o nível de vida do trabalhador, isto é, sem levá-lo à pauperização. Pelo contrário, ao invés de empobrecer os trabalhadores mais organizados conseguem melhorias nas condições de vida. Não haveria então ligação *necessária* entre pobreza e exploração capitalista nos países dependentes.

“Existe, isto sim, uma correlação entre exploração e pauperização relativa [desigualdade], que não depende do nível de vida do trabalhador, mas da sua participação na riqueza social”.¹⁷⁶

Ora, Rosa Luxemburgo, como vimos, argumenta que o processo de *acumulação primitiva* de capital é *permanente e necessário* no capitalismo, embora não o seja no esquema original de Marx. Além disso, como veremos adiante, existe uma tendência da desigualdade social traduzir-se num maior contingente de pobres, ou melhor, uma maior pauperização da população. Há sim, portanto, uma correlação *necessária* entre exploração capitalista e pobreza, que persiste no capitalismo atual e é maior nos países dependentes. Desta maneira, as formas de exploração, ou melhor, de *superexploração do trabalho* do processo de desenvolvimento do capitalismo dependente conseguem produzir sociedades extremamente desiguais, com uma massa crescente de trabalhadores pobres que tendem a empobrecer cada vez mais.

¹⁷⁴ Marini, (1992) Op Cit., p. 192.

¹⁷⁵ Kay, Op Cit., pp. 145-148.

¹⁷⁶ Mantega, Op Cit., pp. 268-269.

Marini, por sua vez, esclarece que o conceito de *superexploração* não é idêntico ao de *mais-valia absoluta*, uma vez que inclui uma modalidade de *mais-valia relativa* (o aumento da intensidade do trabalho). Segundo Kay,¹⁷⁷ Marini usa o conceito de *superexploração* em dois sentidos: a) quando significa a redução de salários abaixo do valor da força de trabalho; e b) quando se refere ao pagamento do trabalho abaixo do nível mínimo de subsistência.

“[...] a superexploração se define mais pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento de sua produtividade e tende normalmente a expressar-se no fato de que a força de trabalho se remunere por baixo de seu valor real”¹⁷⁸.

O que Marini¹⁷⁹ pretende demonstrar é que:

- 1) “a produção capitalista, ao desenvolver a força de trabalho, não suprime, mas acentua a maior exploração do trabalhador”; e que
- 2) “as combinações de formas de exploração capitalista se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada”.

Marini enfatiza que a *superexploração* não corresponde a uma sobrevivência de modos primitivos de acumulação de capital, mas é “inerente e cresce correlativamente ao desenvolvimento da força produtiva do trabalho”. Desta forma, supõe que o capitalismo ao se aproximar do seu modelo puro se torna cada vez mais explorador, acirrando suas contradições.

É contra essa teoria que Fernando Henrique Cardoso vai argumentar, dizendo que, pelo contrário, “a nova forma de dependência está baseada na exploração da mais-valia relativa e no aumento da produtividade”. Opondo-se frontalmente à interpretação de Frank sobre o *desenvolvimento do subdesenvolvimento* e, ao mesmo tempo, à interpretação de Marini sobre a natureza fundamental das relações de dependência, Cardoso irá afirmar que:

“A tese que desejo indicar [...] insiste em que o novo caráter da dependência (depois da internacionalização do mercado interno e da nova divisão internacional do trabalho que franqueia à industrialização as economias periféricas) não colide com o desenvolvimento econômico das economias dependentes”¹⁸⁰.

Isto é, é possível um *desenvolvimento dependente-associado* que beneficie tanto o centro quanto a periferia. Assim, não somente que a *superexploração do trabalho* não seria um processo *necessário*, como também o próprio capitalismo central, ao se apoiar apenas da *mais-valia relativa* e dos ganhos de produtividade, não dependeria da pura espoliação das regiões periféricas. As condições gerais de acumulação se combinariam com as *condições específicas* do desenvolvimento, resultando numa “especificidade” do capitalismo industrial que prescinde da exploração irrefreada da força de trabalho na periferia do sistema.

Para Marini, o que está em discussão é se as formas de exploração capitalistas anteriores, que não se baseiam apenas em *mais-valia relativa* e maior produtividade, deveriam ou não ser excluídas da análise teórica do modo de produção capitalista. Marini

¹⁷⁷ Kay, Op Cit., p. 171.

¹⁷⁸ Marini (2000), Op Cit., p. 160.

¹⁷⁹ Idem Ibidem.

¹⁸⁰ Cardoso, Fernando Henrique. “A Dependência Revisitada” in: Cardoso (1993), Op Cit., p. 106.

afirma que Cardoso comete o erro de excluí-las e afirma que se Marx tivesse pensado dessa forma não teria considerado a *mais-valia absoluta* no seu esquema teórico.

“O equívoco de Cardoso está em responder afirmativamente a esta questão [de excluir do esquema teórico as formas de exploração anteriores], como se as formas superiores da acumulação capitalistas *implicassem na exclusão de suas formas inferiores e se dessem independentemente destas*”.¹⁸¹

Ou seja, Marini argumenta que há uma relação positiva entre o aumento da força produtiva do trabalho e a maior exploração do trabalhador, que é mais aguda nas economias dependentes mas não é privativa delas, pois diz respeito ao modo de produção capitalista em si mesmo. Assim temos que para a **teoria marxista da dependência** o desenvolvimento das forças produtivas acentua a exploração dos trabalhadores; e que as combinações de formas de exploração capitalistas se levam a cabo de maneira desigual no sistema, configurando *formações sociais* distintas sob a hegemonia de uma forma determinada, por exemplo o capitalismo financeiro globalizado.

Acreditamos, porém, que Marini não considera devidamente as formas de exploração pré-capitalistas ou não-capitalistas, que são residuais e marginais, porém estão presentes nas *formações sociais* latino-americanas, contribuindo para a sua especificidade. Mas veremos isso mais adiante.

Em resposta, Cardoso e Serra¹⁸² fizeram uma crítica sistemática a Marini com relação a: 1) *troca desigual*; 2) *superexploração*; 3) subimperialismo; e 4) sua posição política. Segundo Kay¹⁸³:

1) Serra e Cardoso insistem que Marini confunde *intercâmbio desigual* com *deterioração dos termos de troca*. O erro de Marini estaria em afirmar que a *troca desigual* contra a periferia necessariamente leva à *deterioração dos termos de troca* e vice-versa. O uso que Marini faz dos *termos de troca* como uma *proxy* para a *troca desigual* o levam a pensar que um aumento do preço das *commodities* exportadas pelos países avançados significaria um aumento do *intercâmbio desigual*.

2) No que concerne à *superexploração*, Serra e Cardoso criticam Marini por descartar a *mais-valia relativa* como uma forma de exploração nos países dependentes. Mesmo assumindo a hipótese de Marini que os trabalhadores da periferia não consomem os bens industriais, não procederia que o desenvolvimento dos países dependentes está bloqueado e que a solução é superexplorar os trabalhadores.

“Cardoso does not deny that over-exploitation of labour or capital accumulation via absolute surplus value are still important in the competitive sector of the economy, but he rejects Marini’s thesis that they are the principal form of accumulation in the industrial-monopolistic sector”.¹⁸⁴

Mais ainda, embora o capitalismo central se beneficie da *troca desigual* e da *superexploração do trabalho* na periferia, Cardoso não crê que estes processos sejam essenciais à reprodução de capital no centro do sistema.

¹⁸¹ Marini (2000), Op Cit., p. 160.

¹⁸² Serra, José e Cardoso, Fernando Henrique “As desventuras da Dialética da Dependência”. *Estudos Cebrap*, nº 23, 1978, pp. 33-80.

¹⁸³ Kay, Op Cit., pp.164-175.

¹⁸⁴ Op Cit., p. 166.

3) Sobre o *subimperialismo*, Serra e Cardoso discordam que – dados os problemas potenciais de realização do capital (insuficiente demanda interna) – as únicas alternativas para os países dependentes como o Brasil seriam conseguir um crescente superávit de exportação ou aumentar os gastos governamentais com armamentos. Pelo contrário, entendem o rápido crescimento das exportações da economia brasileira como significando mais um movimento para conseguir divisas estrangeiras do que algo para aumentar a demanda efetiva, como na tese do *subimperialismo* de Marini.

4) Por último, Serra e Cardoso criticam a disjuntiva apresentada por Marini de que as únicas alternativas para a América Latina seriam socialismo ou fascismo, acrescentando que esta análise política de Marini era “economicista e voluntarista”. O fato de entender o desenvolvimento capitalista como impossível nos países dependentes “dada a estagnação e o subconsumo” é que seria a fonte para o “economicismo” de Marini. A visão “voluntarista” de Marini seria decorrente da sua opção pela luta armada contra a ditadura militar.

Em suma, Serra e Cardoso afirmam que a inviabilização do *projeto nacional-desenvolvimentista* não frustra o *desenvolvimento capitalista* propriamente dito, e que ele ocorre de fato na América Latina. Passam então a levantar “problemas” que existiriam nas teses de Marini como: a compatibilidade dos *índices de relações de troca* (medidos em termos de preços relativos) e o *intercâmbio desigual* (que se refere a variações de produtividade e de valores unitários); o problema da transferência de valor através do comércio exterior; o fato de que realmente interessaria para o industrial não a *taxa de mais-valia* (valor) mas a *taxa de lucro* (preço); etc. Alegam que o “impiedoso reducionismo econômico” de Marini promove a passagem do “economicismo equivocado” para o “voluntarismo político suicida”. Terminam enfim por afirmar que a lógica suposta pelos argumentos de Marini “confunde a natureza contraditória do capitalismo com obstáculos que o impossibilitam”.¹⁸⁵

Façamos um esclarecimento. Podemos identificar dois mecanismos de *expropriação* e *exploração* capitalista baseados em transferências na esfera da circulação: a *deterioração dos termos de intercâmbio* e a *troca desigual*. As desvalorizações monetárias e a instabilidade dos preços agem como aceleradores e agudizadores dessas transferências.

A *deterioração dos termos de troca* (tese Prebisch-Singer, CEPAL) é uma constatação empírica que revela que, a longo prazo, os produtos manufaturados têm uma curva ascendente constante, enquanto que as matérias-primas exportadas na sua maioria pelo Terceiro Mundo sofrem um processo inverso, de desvalorização crescente. O poder econômico e a oligopolização do setor industrial explicam em grande parte esta tendência.

Já a *troca desigual* (Arghiri Emmanuel)¹⁸⁶ consiste na diferença de quantidade de matérias-prima, transformada ou não, e de quantidade de força de trabalho incluídas nos

¹⁸⁵ Serra e Cardoso, Op Cit., pp. 76-78.

¹⁸⁶ Singer critica a teoria da **troca desigual** de Emmanuel afirmando que: “Não parece provável que a mais-valia ‘produzida’ nos países de baixos salários em relação ao capital investido seja substancialmente maior que nos de altos salários, de modo que não faz falta um mecanismo como o da ‘troca desigual’ para conciliar, nos países de baixos salários, taxas de lucro ‘normais’ com taxas de mais-valia supostamente muito elevadas. O que deve ocorrer é que, nos países não desenvolvidos, aos baixos salários corresponde uma produtividade do trabalho relativamente baixa também. Isso não quer dizer, bem entendido, que em relação ao padrão constituído pelos países industrializados, salários e produtividades sejam *igualmente* reduzidos, como se os diferenciais de salários e de produtividade estivessem de alguma maneira interligados. Esta interligação só teria sentido à base da teoria marginalista de que os salários são *determinados* pela produtividade do trabalho. O que temos procurado mostrar, pelo contrário, é que os dois diferenciais são frutos de *fatores distintos* e, se há algum condicionamento mútuo, este se dará no sentido dos salários influírem no nível de produtividade e não vice-versa.”

produtos trocados pela mesma unidade monetária entre os países pobres e ricos, com nítido favorecimento destes últimos. Isto se explica pela participação diferenciada, nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, da mão-de-obra na composição do preço dos produtos. Assim, a *troca desigual* torna-se possível, com as diferenças de remuneração do fator trabalho, que, por sua vez, deve-se ao diferencial de organização sindical da força de trabalho e aos recursos políticos também diferenciados que as populações têm para escapar da miséria e alcançar a cidadania. Voltemos ao debate.

Marini, por sua vez, defende-se dos ataques de Serra e Cardoso com uma série de esclarecimentos.¹⁸⁷

- Alega que Serra e Cardoso formulam a relação entre valor e preço incorretamente e confundem *taxa de lucro* ($s/(c+v)$) com *taxa de mais-valia* ou de exploração (s/v). Sendo que esta última é a mais adequada para analisar a *superexploração*.
- Nega ter confundido *troca desigual* com *termos de troca*, porém continua defendendo o uso dos índices de preços como uma *proxy* para os valores no longo prazo por razões práticas e vê como válido examinar a evolução dos *termos de troca* (preços relativos) quando se analisa a *troca desigual*. A relação da *troca desigual* com a *superexploração* é sintetizada abaixo:

“A única coisa que sustento é que, em condições de intercâmbio marcadas por uma clara superioridade tecnológica dos países mais avançados, as economias dependentes deveriam lançar mão de um mecanismo de compensação que, permitindo o aumento da massa de valor e de mais-valia realizada, assim como de sua taxa, se contrapusesse, pelo menos parcialmente, às perdas de mais-valia a que tinha de se sujeitar; esse mecanismo foi a superexploração do trabalho. Esta explica o forte desenvolvimento da economia exportadora latino-americana, apesar do intercâmbio desigual”.¹⁸⁸

- Nega também que tenha argumentado que a estagnação econômica é inevitável na América Latina. Afirma que quando fala em estagnação se refere às taxas de crescimento e não ao montante absoluto da produção.
- Na questão da *superexploração do trabalho*, reafirma que Serra e Cardoso continuam a confundir *superexploração* com *mais-valia absoluta* somente. Na verdade, como vimos atrás, Marini não nega que ocorre acumulação com base na produção de *mais-valia relativa* nos países dependentes. Entretanto, a hipótese de a *superexploração* do trabalho ter um papel crescente nos países dependentes se comprova pelo fato de o *valor da força de trabalho* ter aumentado enquanto houve uma queda do *salário real* dos trabalhadores.
- Marini não aceita que Serra e Cardoso neguem o papel que a *superexploração* tem na restrição da demanda efetiva na economia brasileira e que neguem a influência que esta, por sua vez, tem no esquema de realização do capital com características *subimperialistas*, isto é, promoção das exportações, consumo suntuário e demanda estatal.
- Rebatendo as acusações, Marini classifica as análises de Serra e Cardoso de vítimas do “sociologismo, reducionismo político e neodesenvolvimentismo”. Argumenta que os dois autores explicam as várias opções políticas somente se referindo ao plano político, que

Singer, Paul. “A Reprodução da Força de Trabalho e Desenvolvimento” in: Padis, Pedro Calil (org.) *América latina. Cinquenta Anos de Industrialização*. São Paulo, Hucitec, 1979, pp. 210-211.

¹⁸⁷ Kay, Op Cit.

¹⁸⁸ Marini (2000), Op Cit., p. 176.

seria autônomo, e tendo as classes sociais como referência única. O fato da história da humanidade ser a história da luta de classes, afirma Marini, não quer dizer que a luta de classes se explique por si mesma, ou que explique tudo.

“Mais que isso, para um marxista, a tarefa reside sempre, tanto no plano da análise abstrata como na do concreto, em conhecer o que explica a luta de classes e isto sempre remete, necessariamente, ao exame das condições materiais em que ela se dá. Essas condições – que captam mediante conceitos e se regem por leis e tendências objetivas – geram contradições que não são de forma alguma ‘parâmetros econômicos’. A luta de classes *não é* um processo que *age* em um *marco estrutural*: a luta de classes é uma *síntese* das condições em que os homens produzem sua existência e se acha, por isso mesmo, regida por leis que determinam seu desenvolvimento. É por isso que a relação entre teoria e prática constitui o eixo da dialética marxista”.¹⁸⁹

- Por último, Marini nega ser “subconsumista”, não se filiando à corrente dos populistas russos (*narodniks*). Pelo contrário, declara-se um marxista ortodoxo, se por ortodoxo se entende reconhecer as peculiaridades do *desenvolvimento dependente* na América Latina segundo o método teórico-prático de Marx, conformando uma verdadeira **dialética da dependência** e não simplesmente transplantando modelos e tentar aplicá-los na realidade. Marini afirma que chega às suas conclusões seguindo as análises de Marx sobre as contradições do capitalismo entre a produção e o consumo privado. Finaliza dizendo que Serra e Cardoso não se parecem com Dom Quixote, como “cavaleiros andantes do socialismo”, mas com Sancho Panza, pois são os “escudeiros de uma burguesia insaciável e rapaz.”.

Oliveira¹⁹⁰ lhe dá razão argumentando que a tese básica da dependência nas mãos de Marini está apoiada e construída sobre a luta de classes, centrando-se – “na melhor tradição marxista” – nos problemas gerados pela produção de mercadorias mediante a exploração da força de trabalho. Oliveira acusa Cardoso e Serra de falsificar as proposições de Marini, “escamoteando questões e pressupostos relevantes para a correta compreensão do que estava em jogo”. Cardoso e Serra acabam então resolvendo pela tangente a questão colocada pela dependência. A resultante é o fato deles terem aderido acriticamente ao processo de mundialização, “como provam sobejamente suas opções no governo”. Na verdade, o próprio conceito de *desenvolvimento dependente associado* sugere um vínculo necessário e de subordinação da periferia para com o centro. Nos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso houve uma tendência política nítida para o aumento dessa dependência (Ver parte II).

Finalmente, Singer¹⁹¹ – que também é um crítico marxista dos governos de Cardoso – aponta um erro que comete Marini “de tomar o capitalista individual como encarnação de sua classe, abstraindo a concorrência entre os capitais”. Segundo Singer, o industrial é obrigado a preocupar-se permanentemente em aumentar a produtividade do trabalho por causa da concorrência. O mesmo vale para o empenho em baixar os custos (salários ou bens), aumentando a produtividade. O empresário busca *simultaneamente* aumentar a *mais-valia relativa* e aumentar a *mais-valia absoluta*, mesmo porquê estas não são formas *alternativas* mas *complementares* de maximização do lucro para o capital. Todo empresário busca aumentar *simultaneamente* a elevação da produtividade e o rebaixamento

¹⁸⁹ Op Cit., pp. 183-184.

¹⁹⁰ Oliveira, Francisco. “O Caráter da Periferia Especial”. *Folha de São Paulo*, 25 de março de 2001.

¹⁹¹ Singer, Paul (1979), Op Cit.

dos salários, ou seja, a produção de *mais-valia relativa* e *mais-valia absoluta*. Para Singer, o industrial trata de rebaixar os salários e de intensificar a exploração sempre que pode, tanto no capitalismo dependente como no “clássico”. O que acontece é que no capitalismo “clássico” esse impulso de produzir *mais-valia absoluta* encontra obstáculos para sua efetivação, como a resistência do movimento operário. O erro consiste em supor que a produção de *mais-valia absoluta* – tomada por Singer como sinônimo de *superexploração* – é uma característica apenas do capitalismo dependente, fazendo deste um modo específico de acumulação.

Singer critica ainda a idéia de Marini de que a exclusão da classe operária do mercado interno é tão completa que confere ao capitalismo dependente leis e movimento distintos das do capitalismo “clássico”. Para Singer, esta tese não pode ser levada longe demais, pois embora excluída do mercado interno, a classe operária dos países dependentes não deixa de consumir mercadorias capitalistas.

Porém, Singer observa também que nos países de industrialização tardia, “por definição”, o crescimento dos exércitos industriais se dá mais por produção que por reprodução da força de trabalho. Somente quando ocorre o esgotamento dos *modos de produção* não-capitalistas, é que a produção da força de trabalho torna-se insignificante frente à reprodução da força de trabalho, significando que o processo de desenvolvimento capitalista se completou e que o país já pode ser considerado desenvolvido. Singer diz ainda que a economia dos países de industrialização tardia pode ainda reproduzir e perpetuar as condições rigorosas de pobreza da Revolução Industrial.

“Resta acrescentar que, na medida em que o capital pode ainda produzir força de trabalho, o estrangulamento de sua reprodução não se apresenta como obstáculo ao funcionamento da sua economia. Reproduzem-se, deste modo, em países não desenvolvidos condições análogas às da fase da Revolução Industrial, em que o capital efetivamente devora gerações inteiras de trabalhadores”.¹⁹²

Mas, na verdade, nosso comentário sobre o pensamento de Marini vai noutra direção. Como apontamos acima, Marini não considera os *modos de produção* pré-capitalistas e não-capitalistas devidamente. Isto é, Marini considerava como capitalistas não somente as *relações de troca* como também as *relações de produção* existentes na América Colonial, na medida em que apoiava a *Tese do Brasil Colonial Capitalista* de Caio Prado Jr. Pensava, portanto, numa *estrutura de classes* correspondente ao *capitalismo comercial* nas colônias latino-americanas. Nesta acepção o trabalho assalariado é equiparado com o trabalho escravo como duas modalidades de *capital variável*. Segundo Oliveira, Marini entendia a circulação (*troca desigual*) como o momento decisivo da realização do valor, sendo que:

“Marini não derivava a dependência da circulação, senão que esta se achava enredada desde a constituição das **formas da produção capitalista** na periferia, a partir do escravismo no Brasil e no Caribe, e da ‘encomienda’ e da ‘mita’ no resto da América espanhola”.¹⁹³

Na nossa opinião, a *Tese do Capitalismo Mercantilista na Formação Colonial Brasileira* de Novais, Cardoso de Mello e Faoro é mais adequada na medida em que considera as relações de troca capitalistas entre metrópole e colônia, isto é, o *capitalismo comercial*, como correspondentes, na América Latina, a *relações sociais estamentais*, isto é, pré-capitalistas. Pode-se acrescentar que estas *relações sociais estamentais* perduram e se recriam de formas diversas até os dias de hoje, compondo um arsenal de formas de organização

¹⁹² Idem, p. 222.

¹⁹³ Oliveira (2001), Op Cit. (Grifos nossos).

econômica, social e política correspondentes a outros *modos de produção* que ainda convivem com o capitalismo.

Temos então, um *sistema capitalista* em expansão que se alimenta para crescer de *modos de produção* e setores não-capitalistas. Este *sistema capitalista* se consolida nas diversas *formações sociais* combinando-se com formas de *exploração* não-capitalistas, conformando assim sociedades cujas *relações de produção* têm inicialmente um *caráter estamental*. Este é o caso da América Latina.

Trata-se de um *vínculo capitalista comercial* que liga a metrópole à colônia e que progride para uma relação desigual entre centro e periferia na qual esta última transfere recursos (*excedente*) para o centro, principalmente via comércio (*deterioração dos termos de troca, troca desigual*), apoiando-se na expropriação, dominação, escravidão de contingentes de trabalhadores organizados em formas pré-capitalistas e na extração de *mais-valia* da sua força de trabalho assalariada elevada ao limite máximo (*superexploração*).

Configura-se assim a *dependência estrutural* dos países periféricos como contrapartida ao *imperialismo* do centro do sistema. Esta *dependência estrutural* se perpetua por um processo de *desenvolvimento do subdesenvolvimento* que produz e reproduz a pobreza e a desigualdade no Terceiro Mundo.

Como veremos, este ordenamento corresponde a um *lumpen-desenvolvimento*, que beneficia uma *lumpen-burguesia* gravitando em torno do centro imperialista do capitalismo, e cujo maior resultado é aumentar o contingente de *lumpen-cidadãos* e *lumpemproletários*.

II. Desigualdade e Pobreza no Capitalismo

A. Panorama Global

As análises sobre a pobreza distinguem geralmente entre a pobreza absoluta e a pobreza relativa. A *pobreza relativa* (desigualdade) diz respeito a unidades de análise que são pobres em relação a outras unidades mais ricas. Já a *pobreza absoluta* caracteriza exclusivamente a situação da unidade analisada, sem haver comparações. Assim, *pobreza absoluta* existe quando a vida dos envolvidos se vê afetada por carências físicas ou sócio-culturais. Quando há ameaça à subsistência física – expressa em termos de alimentação, vestimenta e habitação – falamos em *pobreza absoluta primária* (indigência). Já quando nos referimos à *pobreza absoluta secundária*, estamos falando de uma situação de *marginalização* na vida social normal, isto é, quando não se alcança um mínimo existencial que responda às convenções sociais e culturais, acepção esta que se apóia no conceito de “*necessidades básicas*”, conceito este utilizado pela CEPAL. Pobres são então aqueles que não podem satisfazer suas necessidades materiais ou sócio-culturais mínimas ou fundamentais.¹⁹⁴

O Banco Mundial¹⁹⁵ utilizou em 1990 a renda *per capita* anual de US\$ 275 para determinar uma *linha de indigência* (“pobreza extrema”) e de US\$ 370 para uma *linha de pobreza* aceitas como válidas para o mundo inteiro. Reconhece-se que é algo arbitrário fixar assim uma linha de pobreza global, no entanto, é útil para distinguir pobres de não-pobres. Para medir quantas pessoas são pobres utiliza-se a contagem proporcional em relação à população (*headcount index*). Como este indicador ignora o quanto os pobres estão abaixo da linha de pobreza, criou-se uma medida do déficit de renda: a *brecha ou hiato de pobreza* (*poverty gap*), que mede a *intensidade da pobreza*, isto é, a transferência de renda que seria necessária para que cada pessoa pobre deixasse de sê-lo, eliminando desta forma a pobreza – estatisticamente falando. Este montante agregado de recursos – expressos em porcentagem do PIB – que precisam ser transferidos para os mais pobres corresponde à *dívida social*,¹⁹⁶ isto é, à quantidade de recursos necessários para superar a pobreza e alcançar um aceitável grau de equidade distributiva.

Em 1985 o Banco Mundial estimava que havia 1.116 milhões de pobres no mundo (70 milhões na América Latina) sendo que 633 milhões eram indigentes, 50 dos quais na América Latina. Além disso, estimava que o esforço necessário para superar a pobreza seria equivalente de 3% do PIB mundial. Esta situação iria se alterar até o ponto em que, para 1993, o PNUD¹⁹⁷ estimou o total de pessoas pobres em 1.302 milhões, sendo que a América Latina contava com 110 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza de 2 dólares por dia por pessoa, contingente que representava 24% da população latino-americana e um crescimento de 7% (1987) para 9% (1993) do total das pessoas pobres no planeta. A desigualdade econômica do mundo em conjunto em 1995 pode ser observada na tabela abaixo.

¹⁹⁴ Schubert, Renate. “La Pobreza en los Países en Desarrollo: Concepto, Magnitud, Consecuencias”. *Contribuciones*. Buenos Aires, vol. 3, 1995, pp. 7-32.

¹⁹⁵ Banco Mundial. *World Development Report 1990. Poverty*. Washington, Banco Mundial, 1990.

¹⁹⁶ “The economic growth observed in Latin America has failed to produce socially equitable effects since the absolute number of poor has increased over the past 30 years. As we have seen this failure was compounded during the process of adjusting to the foreign debt crisis by the accumulation of an additional social debt whose payment requires resources amounting to 5 per cent of GDP”. Garcia, Álvaro, Infante, Ricardo e Tokman, Victor. “Paying off the Social Debt in Latin America”. *International Labour Review*, vol 128, nº 4, 1989, pp. 467-483.

¹⁹⁷ PNUD (1997), Op Cit.

Menos de 1/5 da população mundial (903 milhões), concentrada em 51 países, se apropria de mais de 4/5 da renda mundial, enquanto que em 63 países do grupo de renda baixa (US\$ 430 de PIB *per capita* médio) 3.180 milhões de pessoas, ou seja, 56% da população mundial, vivem com menos de 5% do PIB mundial.

DESIGUALDADE ECONÔMICA NO MUNDO - 1995				
	População (milhões)	% População	PIB (US\$ milhões)	% PIB
Países de renda alta	903	15,91%	22.508.193	81,29%
Restante do Mundo	4.772	84,10%	5.179.129	18,71%

Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators 1997 on CD-ROM*. Washington, Banco Mundial, 1997.

Com esta situação, não se pode pensar que apenas o saneamento da situação macroeconômica (estabilidade cambial, monetária e fiscal) poderá *erradicar a pobreza*. É um truísmo lembrar que a estabilidade é necessária, mas falta dizer que para haver retomada do crescimento deve-se procurar alternativas à *via neoliberal de combate à pobreza*.

“As desigualdades de renda e, com elas, a extensão da pobreza têm origens profundas que é possível situar ao mesmo tempo nos traços culturais, na história e nos diversos padrões de inserção dessas economias na economia mundial. A queda das taxas de inflação e uma retomada sustentada da atividade econômica só podem, no melhor dos casos, diminuir a extensão da pobreza, mas não podem erradicá-la nas regiões onde adquiriu um caráter estrutural, como é o caso da África, da América Latina [...] e de alguns países asiáticos. Por ser estrutural nesses países, a pobreza só pode ser erradicada, a médio prazo, se forem implementadas reformas estruturais para combatê-la. Por ser profundamente enraizada, a pobreza impõe rupturas, tanto nas formas da solidariedade quanto nos padrões de inserção internacional.”¹⁹⁸

As políticas econômicas neoliberais – quando surtem efeito – levam a uma redução do *empobrecimento* (menos pessoas tendem a ficarem pobres) e a um alívio muito pequeno na *pobreza absoluta*, que foi o que aconteceu no Brasil durante o Plano Real.¹⁹⁹ Assim, o perfil da distribuição de renda muda: embora haja menos pobres, há uma parcela maior da população concentrada perto da *linha da pobreza*, o que ocorre devido ao aumento da concentração da renda. Porém, há indícios que denotam que o problema não se resume apenas aos *padrões de inserção internacional*. Na verdade, trata-se de uma questão sistêmica. Como tal, não pode ser resolvida apenas por políticas de estabilização e crescimento econômico. O fato deste fenômeno de concentração de renda e aumento da desigualdade ocorrer também nos países desenvolvidos²⁰⁰ contribui para reforçar o argumento.

¹⁹⁸ Salama, Pierre e Valier, Jacques. *Pobrezas e Desigualdades no 3º Mundo*. São Paulo, Nobel, 1997, pp. 9-12.

¹⁹⁹ Rocha afirma que durante o **Plano Real** no Brasil houve uma constante redução da *proporção* de pobres de 30% para 20% no Brasil no período de 1993-95, tendo como contrapartida um agravamento da intensidade da pobreza (*hiato de pobreza ou 'poverty gap'*). Batista Jr. concorda que a queda do imposto inflacionário transferiu renda para os setores mais pobres graças à estabilização da moeda, porém esses efeitos se esgotam logo depois, pois as causas da miséria e da concentração de renda no Brasil são anteriores à crise inflacionária dos anos 1980-1990. Ver: Rocha, Sonia. *Renda e Pobreza: Impactos do Plano Real*. Rio de Janeiro, IPEA, TD/439, dez 1996 e Rocha, Sonia. “Crise, Estabilização e Pobreza”, *Conjuntura Econômica*, <http://www.fgv.br/fgv/ibce/cecon/ensaio.htm>; Batista Jr., Paulo Nogueira. *O Plano Real, Três Anos Depois*. Palestra para o Bloco de Oposição na Câmara dos Deputados, 19 de junho de 1997.

²⁰⁰ Nos **EUA** o índice de Gini, que mede a desigualdade na sociedade, aumentou 22,4% entre 1968 e 1994. No mesmo período a renda média do quintil mais rico cresceu 44%, enquanto que a renda média do quintil mais pobre cresceu somente 8%. Outro estudo mostra que entre 1967 e 1998 todos os quintis perderam participação na renda, exceto o quintil superior que aumentou de 43,8% para 49,2% sua participação. Nesse mesmo período, no qual o índice de Gini aumenta de 0,399 (1967) para 0,456 (1998), os 5% mais ricos aumentam sua participação na renda de 17,5% para 21,4%. As tendências da renda domiciliar dos períodos 1967-80 e 1980-92 são opostas: no primeiro período, os 20% mais pobres ganham 7,5% e os mais ricos perdem 9,7%; no período seguinte a tendência se inverte, os mais pobres perdem 11,6% e os 20% mais ricos ganham 17,7%. Weinberg, Daniel. *A Brief Look at Postwar US Income Inequality*. US Census Bureau,

ECONOMIA DOS PAÍSES MAIS POPULOSOS + ARGENTINA									
PAÍS	População (milhões de hab.)	PIB, PPP (bilhões US\$ intern. correntes)		PIB <i>per capita</i> , PPP US\$ internacionais correntes			Crescimento médio anual (%)		
		1980	2000	1980	2000	EUA=100	1980-90	1990-00	1990-99
CHINA	1.262	414	5.019	422	3.920	11,50	10,1	10,3	12,8
ÍNDIA	1.015	441	2.395	642	2.340	6,86	5,8	6,0	7,4
EUA	281	2.879	9.612	12.673	34.100	100,00	3,5	3,5	7,0
INDONÉSIA	210	117	640	794	2.830	8,30	6,1	4,2	5,1
BRASIL	170	475	1.299	3.916	7.300	21,41	2,7	2,9	3,1
RÚSSIA	145	..	1.219	..	8.010	23,49	..	-4,8	-13,3
PAQUISTÃO	138	50	266	614	1.860	5,45	6,3	3,7	2,1
BANGLADESH	131	43	209	479	1.590	4,66	4,3	4,8	7,0
NIGÉRIA	126	35	113	494	800	2,35	1,6	2,4	5,8
JAPÃO	126	1.054	3.394	9.028	27.080	79,41	4,1	1,3	1,1
MÉXICO	97	286	883	4.241	8.790	25,78	1,1	3,1	3,9
ALEMANHA	82	..	2.062	..	24.920	73,08	2,3*	1,5	0,5
ARGENTINA	37	180	458	6.428	12.050	35,34	-0,7	4,3	10,9**

Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators 2000 on CD-ROM*. Washington, Banco Mundial, 2000.

* Dados anteriores a 1990 se referem à República Federal da Alemanha. ** Dados Até 1998.

Acima temos dados fundamentais para avaliar as possibilidades da economia de cada um dos nove países mais populosos do mundo (mais Argentina) crescer a partir de certa base e com velocidade própria. Começamos a ver assim a concentração de recursos em alguns países. Esta concentração predomina na economia mundial e posteriormente a veremos *dentro* dos países, entre classes e entre pessoas. As disparidades que encontramos nesta primeira tabela nos dão um indicativo das diversas faces da situação social no capitalismo internacional hoje. Estas diferenças permitem que se fale até de “capitalismos” regionais (*modos de desenvolvimento*) de acordo com os *padrões de acumulação* asiático, latino-americano, norte-americano, etc. Contudo, pela tabela seguinte podemos observar a *desigualdade* no mundo: a proporção dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres entre 1960 e 1989 aumenta continuamente, elevando a desigualdade social *no mundo como um todo*, o que evidencia uma tendência global, uma dinâmica do capitalismo enquanto *modo de produção* hegemônico.

DISPARIDADE ECONÔMICA GLOBAL, 1960-89 (% DA RENDA MUNDIAL)				
	20% mais pobres	20% mais ricos	Proporção ricos/pobres	Coefficiente de Gini
1960	2,3	70,2	30 para 1	0,69
1970	2,3	73,9	32 para 1	0,71
1980	1,7	76,3	45 para 1	0,79
1989	1,4	82,7	59 para 1	0,87

Fonte: PNUD. *Human Development Report 1992*. New York, Oxford University Press, 1992.

Korzeniewicz e Moran chegam à conclusão que a desigualdade entre os países é o componente mais significativo da composição da desigualdade da renda no mundo, pois, entre 1965 e 1992, a desigualdade *entre nações* cresceu de 78,8% para 85,6% do total da desigualdade de renda mundial, enquanto que a desigualdade *dentro das nações* passou de 21,2% a representar apenas 14,4% deste total. Mas não podemos esquecer que estes componentes se somam: a proporção da renda de 20% dos países mais ricos e da renda dos

20% mais pobres era, em 1988, de 65 para um. Mas a proporção das 20% pessoas mais ricas sobre os 20% mais pobres era de 140 para um.²⁰¹

Em estudo que leva em conta a *desigualdade mundial* (entre indivíduos) e não, como outros, a *desigualdade internacional* (entre países), Milanovic²⁰² afirma que, considerando a desigualdade de renda mundial em 1988 e 1993 (Gini, em amostra de domicílios válida para 91 países), corresponde uma proporção de 2% para a desigualdade *dentro* dos países e de 88% para a desigualdade *entre* os países. Em 1988 o Gini total mundial calculado por Milanovic era de 62,8 e em 1993 era de 66,0.

Já em outro estudo, Milanovic e Yitzhaki²⁰³ analisam a desigualdade de renda total de pessoas de 114 países em 1993, representando 5 bilhões de pessoas (91% do total) e 95% do PIB mundial. A África tinha 4,33% da renda mundial e um Gini de 0,5210, América Latina 10,13% (0,5549), Europa do Leste e ex-URSS 7,15% (0,4650), Ásia 31,28% (0,6149), e OCDE sem Japão 47,11% (0,3944). O Gini mundial era de 0,6590. A América Latina com uma renda média de US\$ 3,640 (PPP) por pessoa por ano, é uma região homogênea, só perdendo para a OCDE, pois tem uma desigualdade *entre* países respondendo por 7% do total da desigualdade na região, enquanto que a desigualdade *dentro* dos países explicava 93% da desigualdade.

Dividindo o mundo em três, com um Terceiro Mundo com renda igual ou menor que o Brasil (US\$ 3.470 PPP), um Primeiro Mundo com renda superior ou igual que a Itália (US\$ 8.000 PPP), e uma Classe Média com renda superior ao Brasil e inferior à Itália, percebemos que este último grupo ficaria com apenas 8% do total da população, significando que praticamente não existe classe média no mundo. A desigualdade entre esses três grupos explica 68% da desigualdade total mundial.

DESIGUALDADE NO MUNDO COM DIVISÃO EM TRÊS GRUPOS, 1993			
	Porcentagem da População	Renda Média Anual por Pessoa (US\$ PPP)	Índice de Gini
Terceiro Mundo	76%	1.171,0	0,494
Classe Média	8%	4.609,0	0,462
Primeiro Mundo	16%	10.919,0	0,344
Mundo	100%	3.031,8	0,659
Gini entre grupos	-	-	0,449 (68%)
Gini dentro dos grupos	-	-	0,210 (32%)

Fonte: Milanovic, Branco e Yitzhaki, Shlomo. *Decomposing World Income Distribution: Does the World Have a Middle Class?* Banco Mundial-Hebrew University, s/d, p. 33.

“The between-group inequality between the ‘three worlds’ explains almost 70% of total world inequality. According to this ‘old-fashioned’ partition, 76 percent of world population lives in poor countries, 8 lives in middle class income countries (...), and 16 percent lives in rich countries. Now, if we keep the same income thresholds as implied in the previous division, and look at ‘true’ distribution of people according to their income (regardless where they live), we find a very similar result: 78 percent of the

²⁰¹ PNUD. *Human Development Report 1992*. New York, Oxford University Press, 1992, p. 36.

²⁰² Milanovic, Branco. *True World Income Distribution, 1988 and 1993: First Calculation Based on Household Surveys Alone*. Banco Mundial, Development Research Group, 1999.

²⁰³ Milanovic, Branco e Yitzhaki, Shlomo. *Decomposing World Income Distribution: Does the World Have a Middle Class?* Banco Mundial-Hebrew University, s/d.

world population is poor, 11 percent belongs to the middle class, and 11 percent are rich. Thus, world seems – any way we consider it – to lack middle class”.²⁰⁴

Na tabela abaixo podemos observar a renda média dos 20% mais ricos e os 20% mais pobres por grupos de países, com seus respectivos *Índices de Desenvolvimento Humano* (IDH), índice elaborado pelo PNUD que leva em conta a longevidade, o nível educacional e a renda das pessoas.

DESENVOLVIMENTO HUMANO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA (1980-94)			
GRUPOS DE PAÍSES	IDH 1994	20% + pobres (dólar PPP)	20% + ricos (dólar PPP)
Brasil	0,783	578	18.563
América Latina	0,829	932	17.391
Mundo	0,764	1.787	12.747
Países industrializados	0,911	4.810	32.198
Países em desenvolvimento	0,576	768	6.194
Países menos desenvolvidos	0,336	-	-

Fonte: PNUD, 1997, pp. 56, 146-148 e 224.

Como também podemos observar na tabela seguinte, todas as camadas de renda, exceto os 20% mais ricos, perdem terreno na distribuição da renda entre 1965 e 1992. Os mais ricos aumentam sua participação de 61,23% para 64,77% do PIB mundial, enquanto que os 10% mais pobres passam a comandar uma renda de 0,24% do PIB mundial, 52,94% menor que os 0,51% de 1965. Isto, ao contrário do que poderia se pensar, não se deve ao aumento populacional nos países de renda baixa, garante o estudo.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA MUNDIAL, 1965 E 1992				
Decis		1965	1992	Varição %
10% mais pobres	faixa de renda	8-39	13-150	-52,94
	% PIB mundial	0,51	0,24	
2	faixa de renda	39-59	150-239	-52,86
	% PIB mundial	0,70	0,33	
3	faixa de renda	59-72	239-259	-50,00
	% PIB mundial	0,92	0,46	
4	faixa de renda	72-91	259-385	-47,27
	% PIB mundial	1,10	0,58	
5	faixa de renda	91-100	385-573	-44,06
	% PIB mundial	1,43	0,80	
6	faixa de renda	100-176	573-642	-48,36
	% PIB mundial	2,13	1,10	
7	faixa de renda	176-246	642-998	-47,12
	% PIB mundial	3,12	1,65	
8	faixa de renda	246-949	998-6.956	-27,15
	% PIB mundial	8,14	5,93	
9	faixa de renda	949-2.245	6.956-21.615	+16,40
	% PIB mundial	20,73	24,13	
10% mais ricos	faixa de renda	2.245-7.501	21.615-54.093	+5,78
	% PIB mundial	61,23	64,77	

Fonte: Korzeniewicz e Moran, 1997, p. 1023

As tabelas acima são calculadas levando em conta o PIB das *nações*. Já a tabela abaixo leva em conta as disparidades de renda de *indivíduos* no mundo, tendo como base os mesmos dados que o Banco Mundial utiliza para calcular a pobreza. O resultado revela que nesse curto período de cinco anos, os 10% mais ricos passaram a comandar mais da metade (50,8%) da renda mundial em 1993, e a faixa dos 1% mais ricos passou a ter mais renda do que os 50% mais pobres do mundo.²⁰⁵

²⁰⁴ Op Cit., p. 35.

²⁰⁵ Segundo Milanovic, os 5% mais pobres perderam entre 1988 e 1993 quase ¼ da sua renda real e os 20% mais ricos ganharam 12%. Milanovic, Op Cit, p. 29.

DESIGUALDADE NO MUNDO		
PORCENTAGEM CUMULATIVA DE PESSOAS E RENDA		
% cumulativa da população mundial	% da renda em 1988	% da renda em 1993
MAIS POBRES		
10%	0,9	0,8
20%	2,3	2,0
50%	9,6	8,5
75%	25,9	22,3
80%	41,0	37,1
MAIS RICOS		
10%	46,9	50,8
5%	31,2	33,7
1%	9,3	9,5

Fonte: Milanovic, Branco. *True World Income Distribution, 1988 and 1993: First Calculation Based on Household Surveys Alone*. Banco Mundial, Development Research Group, 1999.

Apesar deste panorama mundial, a pobreza a partir de uma perspectiva do *desenvolvimento humano* evoluiu favoravelmente no século XX: os indicadores fundamentais do *desenvolvimento humano* tais como mortalidade infantil, subnutrição, ensino primário e acesso à água potável melhoraram na primeira metade deste século na Europa e América do Norte, e depois dos anos 50 nos países em desenvolvimento. Podemos ver pelo quadro abaixo que até o período chamado de “década perdida”²⁰⁶ para a América Latina pode ser considerado – se visto pela ótica da melhoria dos indicadores sociais – como uma época na qual a pobreza diminuiu.²⁰⁷ A pobreza é vista desta forma como *carência* relacionada à *qualidade de vida*.

AMÉRICA LATINA: MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA				
	1960	1970	1980	1990
Expectativa de vida, anos.	52	53	61	67
Mortalidade infantil, por 1000.	118	117	88	60
Água potável, % domicílios.	-	31	52	71
Eletricidade, % domicílios.	-	46	66	86
Adultos (20+) c/ educação primária, %.	-	20	26	41
PIB per capita, 1960=100, \$ constantes	100	132	241	226

Fonte: *The Economist*, 29 de abril, 1995

No entanto, ainda assim mais de um quarto (1/4) da população do mundo em desenvolvimento vive ainda em condição de pobreza, como foi mensurado pelo *Índice de Pobreza Humana* (IPH) do PNUD,²⁰⁸ que considera longevidade, analfabetismo, acesso à

²⁰⁶ Na América Latina chama-se de “**década perdida**” aos anos 1980, entre outras razões porque a produtividade média da América Latina despenca com a estagnação daqueles anos. A média dos anos 1959-79 da razão entre produtividade e crescimento do PIB foi de 16%, a média do período 1990-95 foi de 31%, enquanto que a média da “**década perdida**” (1980-89) foi de -204% (negativo). Fajnzylber, P. e Lederman, D. *Economic Reform and Total Factor Productivity Growth in Latin America and the Caribbean (1950-95): An Empirical Note*, Banco Mundial, Policy Research Working Paper 2114, mai 1999.

²⁰⁷ Importante notar que há evidências de que o *coeficiente de mortalidade infantil* (CMI) está associado negativamente com as mudanças econômicas de curto prazo. Especificamente, o ritmo de decréscimo do CMI está negativa e significativamente relacionado com o crescimento da pobreza, razão pela qual pode-se explicar que o decréscimo do CMI foi contido pelo aumento da pobreza e da desigualdade na América Latina a partir da acentuação da crise econômica em 1985. Romero, Dália e Szwarcwald, Célia. “Crisis Económica y Mortalidad Infantil en Latinoamérica desde los Años Ochenta”. *Cad. Saúde Pública*, 16 (3), jul-set, 2000, pp. 799-814.

²⁰⁸ PNUD (1997), Op Cit.

saúde e água potável e subnutrição infantil. O rendimento não figura no IPH. Mesmo assim, em 1997, o PNUD calculava que um terço (1/3) da população mundial (1,3 bilhão) vivia com rendimentos inferiores a um dólar por dia por pessoa. Ainda segundo o PNUD, na América Latina e Caribe a *privação do rendimento* é mais profunda que a *pobreza humana* (IPH), afetando 110 milhões de pessoas e continua a crescer. Para a região, o IPH é de 15 % mas a *privação do rendimento* atinge 24% das pessoas. No Brasil, o IPH do Nordeste é 46%, o Sul tem 17% e o Sudeste 14%.

Entre 1987 e 1993, a *linha de privação do rendimento* passou a englobar uma porcentagem maior de pessoas, porém os *indicadores de pobreza humana* tenderam a diminuir na América Latina, e hoje (1990s) temos: 42 milhões de adultos analfabetos (842 milhões nos países em desenvolvimento); 55 milhões de pessoas com falta de acesso a serviços de saúde (766 milhões); 109 milhões de pessoas com falta de acesso a água potável (1.213 milhões); 5 milhões de crianças subnutridas menores de cinco anos (158 milhões); 36 milhões de pessoas que não esperam sobreviver aos 40 anos (507 milhões).

POBREZA POR REGIÃO, ANOS SELECIONADOS, 1987-98					
PESSOAS VIVENDO COM MENOS DE US\$1 POR DIA (MILHÕES)					
REGIÃO	1987	1990	1993	1996	1998
LESTE ASIÁTICO E PACÍFICO	417,5	452,4	431,9	265,1	278,3
EUROPA E ÁSIA CENTRAL	1,1	7,1	18,3	23,8	24,0
AMÉRICA LATINA E CARIBE	63,7	73,8	70,8	76,0	78,2
ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA	9,3	5,7	5,0	5,0	5,5
SUL DA ÁSIA	474,4	495,1	505,1	531,7	522,0
ÁFRICA SUB-SAARIANA	217,2	242,3	273,3	289,0	290,9
TOTAL EXCLUINDO CHINA	879,8	915,9	955,9	980,5	985,7
CHINA	303,4	360,4	348,4	210,0	213,2
TOTAL	1.183,2	1.276,4	1.304,3	1.190,6	1.198,9

Fonte: Banco Mundial. *World Development Report 2000/2001*. Washington, Banco Mundial, 2001.

A tabela acima nos mostra a *linha de privação do rendimento* do Banco Mundial, assumida como referência mundial e chamada de *linha de pobreza absoluta*, ou simplesmente *linha de pobreza*. Como vemos pela tabela, a pobreza aumentou entre 1987 e 1998 em todo o mundo de maneira agregada, porém diminuiu na China no mesmo período, onde 90 milhões de pessoas superaram a linha de pobreza de um dólar por dia por pessoa. Calcula-se que o número de chineses que deixou de ser pobre – segundo esse critério – ultrapasse os 200 milhões desde o começo das reformas econômicas em 1978.²⁰⁹ Atribuir este decréscimo da pobreza apenas à expansão do capitalismo naquele país continental seria certamente indevido, principalmente se considerarmos que, com o desmantelamento do *coletivismo burocrático*, a penetração do sistema capitalista no Leste Europeu e na Rússia tem promovido até agora o efeito inverso.²¹⁰

²⁰⁹ As **reformas na China** se iniciaram com a substituição da agricultura coletiva pelo acesso do camponês ao uso da terra e passam pelas reformas institucionais, econômicas, etc. que permitiram, entre outras coisas, a entrada de capitais estrangeiros na China em quantidade excepcional. Shicheng sustenta que as reformas na China vêm para aperfeiçoar o sistema socialista chinês e desenvolver a “economia mercantil planejada socialista” ou *socialismo de mercado* na versão chinesa. Shicheng, Xu. *Sobre la Reforma en China*. São Paulo, Deptº de Ciência Política-FFLCH/USP, 1992, Série Política Internacional 10.

²¹⁰ Cornia, Giovanni Andrea. “Income Distribution, Poverty and Welfare in Transitional Economies: a Comparison Between Eastern Europe and China”. *Journal of International Development*. V.6, nº 5, 1994, pp. 569-607.

Na verdade, o crescimento econômico invejável da China²¹¹ pode ser atribuído em grande parte ao Estado e às *empresas coletivas de vilas e comunidades (township and village enterprises, TVEs)* nascidas a partir da reforma de 1978. Estas últimas compõem um *setor público não-estatal* que integra o sistema econômico misto do país. Este compreende, além das TVEs, as grandes empresas e bancos *estatais (state-owned enterprises, SOEs)* e o *setor privado*, incluindo as *corporações transnacionais* (Empresas Transnacionais, ETNs). Para entender a importância desses setores podemos dizer que, ao longo dos anos 1980, o investimento bruto acima de 35% do PIB era em 80% feito pelo setor público – TVEs (15%) e SOEs (65%).²¹²

Uma das razões da diminuição da pobreza na China – que é basicamente uma pobreza rural – é certamente o crescimento espetacular (principalmente o agrícola, 7,4% entre 1978-84; comparado com 2,5% no período 1952-78)²¹³ aliado ao desenvolvimento destas empresas rurais (TVEs), que criaram milhões de empregos. Hoje essas empresas empregam mais de ¼ da força de trabalho rural e contribuem em 40% da renda *per capita* rural.²¹⁴ Cabe assinalar, no entanto, que a desigualdade tem aumentado no país²¹⁵ em grande parte pela dinâmica da economia das cidades em detrimento do campo (desigualdade urbano-rural) e pela pujança econômica de algumas regiões, principalmente as costeiras Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) (desigualdade regional).²¹⁶ Esta desigualdade brota de uma sociedade com uma base de igualdade prévia muito grande (socialização da educação, da saúde, etc.) que enfrentou um *boom* de produtividade²¹⁷ a partir de reformas que transformaram a economia e as instituições chinesas, num esforço para inserir a economia do país no mercado mundial.

²¹¹ O **crescimento** médio anual do PIB na década de 1980 foi de 10,1% e nos anos 1990 de 10,7% (Banco Mundial). Dado impressionante principalmente se levarmos em conta que antes das reformas, de 1952-1978, o crescimento médio anual foi de 4,4% (Maddison). Da mesma forma, entre 1978 e 1998 o PIB *per capita* cresceu a uma média anual de 8,8%. Depois das reformas as exportações de bens e serviços cresceram anualmente 21,1% e entre 1988 e 1998 cresceram 14,5% ao ano. Esta performance não tem paralelo nas economias dos países com um peso econômico comparável à China. Banco Mundial. *World Development Indicators 2000 on CD-ROM*. Washington, Banco Mundial, 2000; e Maddison citado em Medeiros, Carlos A. “China: entre os séculos XX e XXI” in: Fiori, José L. *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis, Vozes, 1999.

²¹² Medeiros, Carlos A. “Economia e Política do Desenvolvimento Recente na China”. *Revista de Economia e Política*. Vol. 19, nº 3 (75), jul-set 1999, p. 96.

²¹³ Zhang, Amei. “Poverty Alleviation in China: Commitment, Policies and Expenditures”. Mimeo, 1993.

²¹⁴ Yao, Shujie. “Economic Growth, Income Inequality and Poverty in China under Economic Reforms”. *Journal of Development Studies*, vol. 35, n 6, ago 1999, pp. 104-130.

²¹⁵ O **índice de Gini da China** passou de 21,2 em 1978 para 32,0 em 1994 (Yao). Chen e Wang afirmam, após verificar diversos estudos, que: “There is a consensus among these studies that, even though about 270 million people were lifted out of poverty since the reforms started in 1978, the benefits of growth are unevenly distributed. Inequalities in income and consumption have been worsening, especially in the recent years. The Gini coefficient, a low 28.8 in 1981, reached 41.5 in 1995, a level similar to that of the United States. The rural-urban divide is increasing, regional disparities are widening and access to opportunities is becoming less equal”. Yao (1999), Op. Cit; e Chen, Shahoua e Wang, Yan. *China's Growth and Poverty Reduction: Recent Trends between 1990 and 1999*. Washington, Banco Mundial, jul 2001.

²¹⁶ “To fully understand poverty in China, three important factors need to be examined: income inequality for the whole country, especially for the rural population (including those working in the cities but classified as rural people [by the Government]; rural-urban income inequality; and regional income inequality.” Yao, Shujie. “Economic Development and Poverty Reduction in China over 20 Years of Reforms”. *Economic Development and Cultural Change*, vol. 48, nº 3 (2000), pp. 447-474.

²¹⁷ “A sharp, sustained increase in productivity (that is, increased worker efficiency) was the driving force behind the economic boom.” (Hu e Kahn). Maddison estima que a taxa de crescimento anual da produtividade agrícola passou de 0,17 no período 1952-78 para 4,27 no período 1978-95. Ver Maddison in: Medeiros (1999), Op Cit; e Hu, Zulu e Khan, Mohsin. *Why is China Growing so Fast?* Washington, FMI, 1997, pp. 01-10;

Não está demais acrescentar que esta integração ao mercado mundial – simbolizada pela entrada da China na OMC em 2001 – está sendo conduzida na tentativa de preservar certos *interesses nacionais*, dos quais um deles parece ser a determinação em erradicar a pobreza no país, revertendo grande parte do crescimento econômico para esse fim por meio de economias de escala e políticas públicas.

Talvez seja possível com um crescimento sustentado de 10% ao ano tirar os restantes 213,2 milhões de chineses da miséria em algumas décadas, apesar da desigualdade e do desemprego crescentes. Porém, não é certo que esse crescimento econômico seja interminável, uma vez que grande parte desse processo se dá pelo enxugamento do Estado, tanto da sua regulamentação institucional quanto da sua base econômica (SOEs), causando inclusive desemprego e miséria nas cidades.

Assim, até mesmo o processo de melhoria do *desenvolvimento humano* é posto em xeque pelo crescimento das desigualdades²¹⁸, além da falta de democracia política²¹⁹. Na verdade, o processo de melhorias sócio-econômicas não foi acompanhado por uma democratização do imenso aparato burocrático. De maneira pessimista podemos vislumbrar no desenvolvimento da sociedade chinesa um regime de *Estado autocrático* combinado com uma economia hegemônica pelo processo de *globalização* comandado pelas *corporações transnacionais*.

Enfim, a versão chinesa para *socialismo de mercado* e a participação pública não-estatal das TVEs, últimas grandes promessas do “*socialismo real*”, podem não se firmar como alternativa real ao capitalismo monopolista, à dependência e à burocratização. Mesmo porquê os desafios ainda são consideráveis: o número de pessoas *em torno* da linha de pobreza na China é muito grande, como mostram os números da população abaixo de US\$ 2 por dia por pessoa. Esta população de pobres (afinal, US\$ 730 por ano não é uma fortuna) representa uma *dívida social* de uma magnitude cinco vezes maior do que a *brecha de pobreza* (*poverty gap*) da população abaixo de US\$ 1 por dia por pessoa.

Vemos pela tabela abaixo, que países como a Indonésia, Índia, Paquistão, Bangladesh e Nigéria estão em situação ainda pior.

²¹⁸ Embora reconheça que as reformas na China quadruplicaram o PIB per capita de 1/5 da humanidade em 20 anos, Khan afirma que a preocupação do governo com a taxa de acumulação impede que se dê a devida atenção ao desperdício de recursos, à crescente desigualdade e ao correto combate da pobreza, que deveria inclusive tratar de problemas como o dos 72 milhões de migrantes internos em 1995. Khan, Azizur Rahman. *Poverty in China in the Period of Globalization. New Evidence on Trend and Pattern*. Genebra, OIT, 1998, Discussion Paper 22.

²¹⁹ Apesar do sistema experimental de eleições de chefes de vilas a partir de 1987, Lew afirma que “le ‘socialisme réel’ chinois repose sur une structure autoritaire, aujourd’hui plutôt décentralisée, où la tutelle de l’Etat (ou de l’Etat dans ses formes locales et regionales) s’exerce encore de façon arbitraire, souvent sans considération pour les besoins et exigences des habitants”. Lew, Roland. “En Chine, un Etat autoritaire mais faible”. *Le Monde Diplomatique*, out 1999, pp 18-19.

POBREZA NOS PAÍSES MAIS POPULOSOS DO TERCEIRO MUNDO + ARGENTINA									
PAÍS	LINHA DE POBREZA NACIONAL				LINHA DE POBREZA INTERNACIONAL				
	ANO	POPULAÇÃO ABAIXO DA LINHA DE POBREZA (%)	ANO	POPULAÇÃO ABAIXO DA LINHA DE POBREZA (%)	ANO	POPULAÇÃO ABAIXO DE US\$1 (%)	BRECHA DE POBREZA A US\$1**	POPULAÇÃO ABAIXO DE US\$2 (%)	BRECHA DE POBREZA A US\$2**
CHINA	1996	6,0	1998	4,6	1999	18,8	4,4	52,6	20,9
ÍNDIA	1992	40,9	1994	35,0	1997	44,2	12,0	86,2	41,4
INDONÉSIA	1996	15,7	1999	27,1	1999	7,7	1,0	55,3	16,5
BRASIL	1990	17,4		..	1998	11,6	3,9	26,5	11,6
RÚSSIA	1994	30,9		..	1998	7,1	1,4	25,1	8,7
PAQUISTÃO	1991	34,0		..	1996	31,0	6,2	84,7	35,0
BANGLADESH	1992	42,7	1996	35,6	1996	29,1	5,9	77,8	31,8
NIGERIA	1985	43,0	1993	34,1	1997	70,2	34,9	90,8	59,0
MÉXICO	1988	10,1		..	1998	15,9	5,2	37,7	16,0
ARGENTINA	1991	25,5	1993	17,6	

Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators 2002 on CD-ROM*. Washington, Banco Mundial, 2002.

** O conceito de hiato ou brecha de pobreza (Poverty Gap) é definido como o déficit de renda agregada dos pobres como porcentagem do consumo agregado. Mede, portanto, a transferência necessária para que a renda de cada pessoa pobre fique exatamente acima daquela determinada linha da pobreza que se está considerando.

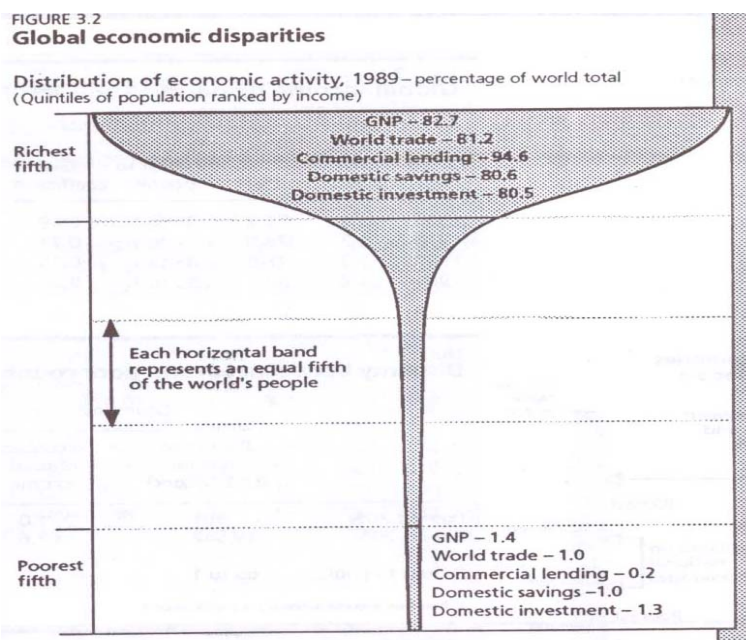
A quantidade de pessoas abaixo da *linha de pobreza* de US\$ 2 da China, Índia, Indonésia, Paquistão e Bangladesh é distinta para países como Brasil, México e Rússia, fazendo com que o patamar da brecha de pobreza seja bem menor nestes últimos. No entanto, como vemos na tabela abaixo, a desigualdade ou distribuição de renda deste último grupo (incluindo Argentina) é maior do que a do grupo anterior e supera o Índice de Gini de 48 (chegando a 60 no caso brasileiro). Já a Nigéria tem ambos índices altos.

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NOS PAÍSES MAIS POPULOSOS + ARGENTINA									
PAÍS	ANO	GINI	< 10%	< 20%	2º 20%	3º 20%	4º 20%	> 20%	> 10%
CHINA	1998 c,d	40,3	2,4	5,9	10,2	15,1	22,2	46,6	30,4
ÍNDIA	1997 a,b	37,8	3,5	8,1	11,6	15,0	19,3	46,1	33,5
EUA	1997 c,d	40,8	1,8	5,2	10,5	15,6	22,4	46,4	30,5
INDONÉSIA	1996 c,d	36,5	3,6	8,0	11,3	15,1	20,8	44,9	30,3
BRASIL	1996 c,d	60,0	0,9	2,5	5,5	10,0	18,3	63,8	47,6
RÚSSIA	1998 a,b	48,7	1,7	4,4	8,6	13,3	20,1	53,7	38,7
PAQUISTÃO	1997 a,b	31,2	4,1	9,5	12,9	16,0	20,5	41,1	27,6
JAPÃO	1993 c,d	24,9	4,8	10,6	14,2	17,6	22,0	35,7	21,7
BANGLADESH	1996 a,b	33,6	3,9	8,7	12,0	15,7	20,8	42,8	28,6
NIGÉRIA	1997 a,b	50,6	1,6	4,4	8,2	12,5	19,3	55,7	40,8
MÉXICO	1995 c,d	53,7	1,4	3,6	7,2	11,8	19,2	58,2	42,8
ALEMANHA	1994 c,d	30,0	3,3	8,2	13,2	17,5	22,7	38,5	23,7
ARGENTINA*	1996cde	48,0	1,5	4,3	8,6	13,2	20,8	52,9	35,9

Fonte: Banco Mundial 2000, Op Cit.; * BID. *Facing Up To Inequality in Latin America*. BID, Washington, 1998, p. 25.

a. Refere-se a partes de consumo por percentual da população. b. Ordenado pelo consumo per capita. c. Refere-se a partes de renda por percentual da população. d. Ordenado por renda per capita. e. Refere-se apenas à Grande Buenos Aires.

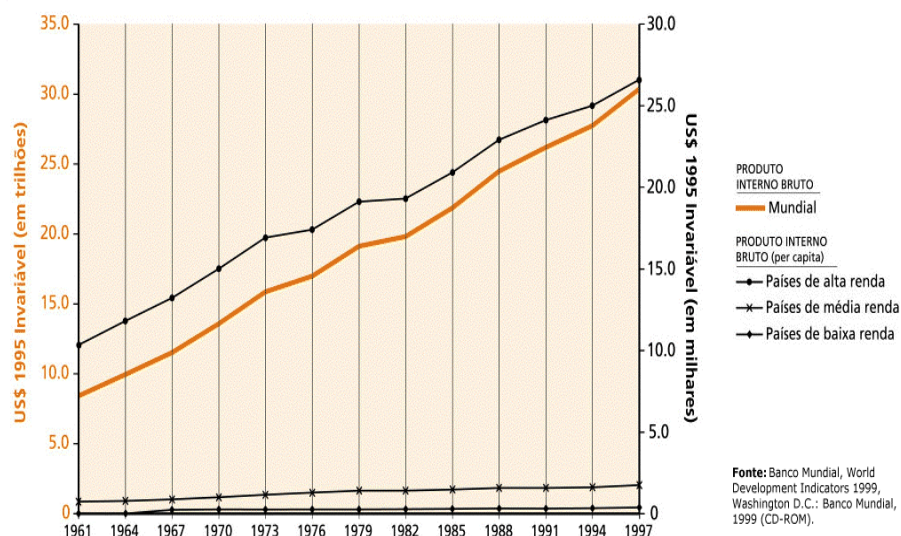
Como podemos constatar, a questão do capitalismo é mais complexa, pois envolve uma **situação inicial desigual**, e uma **desigualdade crescente** ao lado de uma **pobreza também crescente em números absolutos**. A desigualdade inicial pode ser vista na figura abaixo, com uma concentração de mais de 80% do PIB, do comércio mundial, dos empréstimos comerciais, da poupança privada e do investimento nas mãos de 20% da população mundial. Os dados se concentraram ainda mais depois de 1989.



Fonte: PNUD. *Human Development Report 1992*. New York, Oxford Univ. Press, 1992, p.35.

Abaixo podemos acompanhar as disparidades do crescimento do PIB *per capita* nos países de renda alta, média e baixa. A linha laranja representa o PIB mundial.

Figura 1 A distância crescente entre países ricos e pobres



Sobre a desigualdade crescente, uma hipótese secundária que levantamos é se a evolução das atividades econômicas em direção a uma maior *globalização capitalista* implica necessariamente numa maior exclusão da população pobre latino-americana do sistema econômico. O fato de já estar na periferia do sistema indica uma propensão à exclusão considerável, dada a desigualdade estrutural do *modo de produção* capitalista, e esta realidade é ainda agravada por um *padrão de acumulação* com mecanismos de drenagem de *excedente* para os países desenvolvidos (remessa de lucros, juros, *royalties*, intercâmbio desigual) que tendem a concentrar ainda mais os recursos da economia mundial. O resultado é um crescimento do PIB mundial que é revertido muito mais para os países desenvolvidos, como vemos acima: o PIB *per capita* do centro acompanha o crescimento do PIB mundial, mas o PIB *per capita* da periferia não consegue acompanhá-lo.

Perceba-se que já não se trata de olhar o crescimento econômico enquanto elemento do *desenvolvimento humano*, mas exatamente o contrário!²²⁰ O *padrão de acumulação* do capitalismo atual é de tal ordem concentrador e excludente que a sua expansão incorpora de maneira subordinada populações inteiras, e as submete a um regime de exploração, opressão e expropriação. Qual será o limite desta *desigualdade*?

Para diminuir a *desigualdade* deve-se promover o *desenvolvimento* das populações pobres, particularmente o *desenvolvimento social*. Quando se pensa em *desenvolvimento social*, logo nos surge a idéia de *democracia*. Uma *democracia* que além de *formal e política* seja também *social e econômica*. Ora, para conseguir algo neste sentido se faz imperativo obter progressos substantivos em pelo menos dois processos: a) *erradicar a pobreza no mundo* como um mínimo necessário para poder viabilizar a *cidadania* dos pobres e a *democracia* em si; e b) transformar o atual regime social de produção econômica de modo a permitir a *redução progressiva das desigualdades entre os países e dentro dos países*. Desta forma, pensamos a *pobreza* e a *desigualdade* como problemas inicialmente políticos, mas sobretudo econômicos, pois não se trata apenas de transformar uma institucionalidade (Estado, etc.) para permitir as *mudanças sociais* requeridas, mas, principalmente, de alterar o *modelo de crescimento* e o *padrão de acumulação*, isto como início de superação do atualmente hegemônico *modo de produção* capitalista. Em outras palavras, para erradicar a *pobreza* pode ser suficiente apenas uma redistribuição radical de recursos,²²¹ mas para alterar a situação de *desigualdade* mundial será preciso mudar o sistema e a sua lógica concentradora.

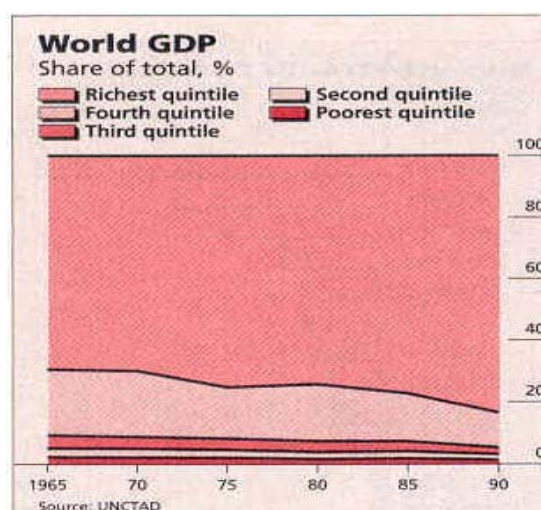
Segundo estimativas de empresas de consultoria,²²² o mundo contava em 1999 com sete milhões de indivíduos que possuíam mais de US\$ 1 milhão cada em ativos

²²⁰ Naturalmente que estas afirmações contradizem as de **Dollar e Kraay**, que afirmam: “Income of the poor rises one-for-one with overall growth. (...) Although there is a fair amount of variation around this general relationship, a number of popular views about the poverty-growth relationship are not true. The effect of growth on income of the poor is no different in poor countries than in rich ones. Incomes of the poor do not fall more than proportionately during economic crises. The poverty-growth relationship has not changed in recent years. We also show that policy-induced growth is as good for the poor as it is for the overall economy. Openness to foreign trade benefits the poor to the same extent that it benefits the whole economy. Good rule of law and fiscal discipline are other factors that benefit the poor to the same extent as the whole economy. [...] In contrast we find no evidence that formal democratic institutions or public spending on health and education have systematic effects on incomes of the poor.” Por sua vez, estas afirmações de Dollar e Kraay são **contestadas** na sua metodologia e nas suas conclusões por Weisbrot *et alii*, que afirmam: “This research misses the mark in several crucial respects. Most importantly, the real debate has never been about whether ‘growth does generally benefit the poor’ – which hardly anyone would deny. The more important question is: what has caused the dramatic slowdown in economic growth over the last two decades, and how of it is attributable to the policies of the IMF and the World Bank. In Latin America, for example, GDP per capita grew by 75% from 1960-1980, whereas from 1980-1998 it has only risen 6%.”. Evidentemente que a expansão da economia gera renda e esta pode beneficiar setores pobres. Entretanto, esperamos estar fornecendo ao longo desta tese elementos suficientes para relativizar o crescimento econômico como salvador dos pobres na medida em que é um **crescimento de caráter capitalista, dependente e neoliberal**, o que significa dizer que esses parâmetros inviabilizam políticas públicas de saúde, educação e redistribuição de renda. Na nossa opinião, somente um processo de democratização econômica e social (diminuição da desigualdade, combate à pobreza e políticas de inclusão social) pode conduzir aos objetivos necessários de desenvolvimento na América Latina. Dollar, David e Kraay, Aart. *Grow is Good For the Poor*. Banco Mundial, Development Research Group, mar 2000, <http://www.worldbank.org/research>; Weisbrot, Mark, Baker, Dean, Naiman, Robert e Neta, Gila. *Growth May be Good for the Poor - But are IMF and World Bank Policies Good for Growth?*. Draft, ago 2000, http://www.cepr.net/response_to_dollar_kraay.htm

²²¹ Salama e Valier chegam a afirmar que a **redistribuição de recursos é condição para o crescimento**. “A diminuição da pobreza por meio de uma redistribuição da renda por via fiscal/tributária, por transferência de renda e subsídios para os gêneros de primeira necessidade constitui uma das condições necessárias para voltar a ter crescimento”. Salama e Valier (1997), Op Cit., p. 11.

²²² Merrill Lynch/ Gemini Consulting. *World Wealth Report 2000*, Merrill Lynch/ Gemini Consulting, 2000.

financeiros, totalizando aproximadamente US\$ 25,5 trilhões. Era esperado que essa sua riqueza crescesse a uma taxa de 12% ao ano, alcançando US\$ 44,9 trilhões em 2004. Na América Latina estes indivíduos são apenas 200 mil, bem abaixo do número de 1,7 milhão de asiáticos, 2,2 milhões de europeus e 2,5 milhões de norte-americanos. Na verdade, haveria no mundo pouco mais de 55.000 pessoas com mais de US\$ 30 milhões, os “ultra-high-net-worth individuals” (U-HNWIs), que em 1999 possuiriam US\$ 7,9 trilhões. Porém, bilionários mesmo seriam apenas 32 na América Latina, contra 77 da Ásia, 115 da Europa e 276 da América do Norte. Todos estes com fortunas decorrentes de negócios concentrados em software (18%), finanças (10%) ou simplesmente herdadas (22%). Em 2001,²²³ havia 28 bilionários na América Latina: 6 no Brasil, 4 na Argentina e 13 no México; os demais no Chile (2), Colômbia (1) e Venezuela (2). Abaixo, neste gráfico elaborado pelo The Economist, observamos as conseqüências desse processo de extrema concentração da riqueza mundial. O quintil mais rico aumentou de 70% para mais de 80% a sua participação no PIB mundial entre 1965 e 1990. A participação dos 60% mais pobres na riqueza mundial é irrisória.



Casanova²²⁴ nos diz que a *desigualdade* ajuda a mascarar um outro fenômeno: o da *exploração*. Segundo ele, este é um conceito que transborda as fronteiras do marxismo e, como realidade, faz parte da história da humanidade desde o neolítico, não podendo, portanto, ser reduzido à *mais-valia* extraída dos trabalhadores. Ou seja, devemos aceitar o fato de que vivemos num mundo onde uma pequena parte dos habitantes se enriquece em detrimento de imensa maioria, apesar da *luta de classes* estar “*mediatizada*”, isto é, um mundo onde a *exploração* tem lugar sem os efeitos diretos ou lineares sobre a *luta de classes*. Para Casanova, os conceitos de *exploração* (*mais-valia*, *excedente*, *intercâmbio desigual*, *distribuição do produto e do capital*) dizem respeito mais à categoria de *pobres* do que a de *proletários*. Os *pobres que trabalham* são 4/5 da humanidade. Se ser pobre ou extremamente pobre é estar sujeito a oferecer trabalho para fazer qualquer coisa a qualquer preço, então estes pobres são também explorados.

Mais ainda, o Terceiro Mundo estaria sujeito a um processo de transferências de *excedente* que Casanova tenta medir. Assim, a partir de uma estimativa de Samir Amin, que calculou em 1980 ser de 400 bilhões a transferência de fundos da periferia para o centro,

²²³ Revista Forbes, 2001, <http://www.forbes.com/worldsrichest/>

²²⁴ Casanova, Pablo Gonzáles. “L’Exploitation Globale”. *Alternatives Sud*, vol. VI, nº 1, 1999, pp. 165-187.

Casanova monta o *Índice Composto de Transferências*,²²⁵ segundo o qual é possível mensurar a magnitude dessas transferências da periferia para o centro e evidenciar o sentido que adquirem todas as políticas neoliberais aplicadas no Terceiro Mundo:

“Malgré toutes ces limitations, les résultats suffisent à vérifier, sans la moindre réfutation possible, que les politiques néo-libérales ont contribué à l’augmentation des transferts d’excédents de la périphérie vers le centre du monde dans une ordre de grandeur qui dépasse celui de l’étape précédente du capitalisme connue sous le nom d’impérialisme monopoliste, et qui cependant était déjà digne d’être pris en considération dans le tristement célèbre pillage du Tiers Monde”.²²⁶

MONTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DE EXCEDENTE DA PERIFERIA PARA O CENTRO (Milhões de Dólares Correntes, Taxa de Câmbio do Mercado ao fim do Período)					
Anos	1972-1976	1977-1981	1982-1986	1987-1991	1992-1995
Transferências totais de excedente	441.731	567.280	897.822	1.257.043	1.364.405
1º período = 100	100	128,4	203,3	284,6	308,9

Fonte: Casanova, Pablo Gonzáles. “L’Exploitation Globale”. *Alternatives Sud*, vol VI, nº 1, 1999

Desta forma, não somente a riqueza pessoal, como vimos, mas principalmente o *capital transnacional* foi crescendo exponencialmente, passando de 17% do PIB mundial nos anos 1960, para 24% em 1982 e 31,2% em 1995. Neste mesmo ano, somente os 200 maiores conglomerados, na maioria originária de apenas oito países, tiveram lucros de 251 bilhões de dólares sobre um faturamento de 7,85 trilhões, sendo que o PIB mundial era de 25,22 trilhões de dólares.²²⁷ Em 1982 o faturamento dessas 200 firmas equivalia a 27,2% do PIB mundial, sendo que o PIB de 150 países não pertencentes à OCDE era de 28,6%. Já em 1998 esta situação se inverteu: estas mesmas 200 empresas já ultrapassavam esses 150 países na proporção de 26,3% a 24,5% do PIB mundial de US\$ 26,854 trilhões. A taxa de crescimento das 200 maiores empresas tem sido superior à taxa de crescimento do PIB mundial e, naturalmente, dos países não pertencentes à OCDE.²²⁸ Pelos cálculos de Andreff,²²⁹ as 200 maiores “multinacionais” do mundo faturaram o equivalente a 24,2% do PNB mundial em 1982 e 26,8% em 1992. Em 1990 existiam 37.530 transnacionais das quais apenas 2.850 eram provenientes dos países em vias de desenvolvimento.

O PESO DAS CORPORações TRANSNACIONAIS NA ECONOMIA MUNDIAL					
Indicador	1960	1975	1980	1985	1991
Estoque de IED*/ produto mundial	4,4	4,5	4,8	6,4	8,5
Fluxo de IED*/ produto mundial	0,3	0,3	0,5	0,5	0,7
Fluxo de IED*/ FBCF* mundial	1,1	1,4	2,0	1,8	3,5
Vendas em % das exportações mundiais	84	97	99	99	122

Fonte: Andreff, Wladimir. *Multinacionais Globais*. Bauru, SP, EDUSC, 2000, p. 125.

* IED = Investimento Externo Direto; FBCF = Formação Bruta de Capital Fixo.

Ora, podemos observar que é principalmente depois dos anos 1970 que a acumulação de capital combina uma expansão colossal de fluxos financeiros com fusões e anexações de empresas, em movimentos que intervêm diretamente sobre as decisões de investimentos. A existência de um mercado financeiro internacional e a aglomeração de

²²⁵ Este **índice composto de transferências** considera o serviço da dívida externa, as perdas devido aos termos de troca, a remessa de lucros (benefícios líquidos dos investimentos diretos), outros capitais de curto prazo, transferências líquidas unilaterais e erros e omissões líquidas. Op Cit, p. 185.

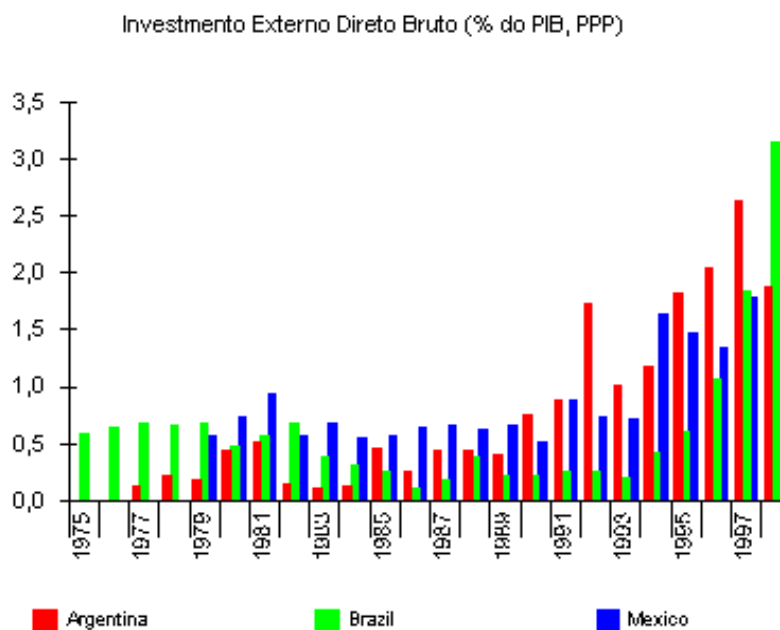
²²⁶ Op Cit, p. 180.

²²⁷ Clairmont, Frédéric. “Ces deux cents sociétés qui contrôlent le monde”. *Le Monde Diplomatique*, abr 1997, pp. 1 e 16.

²²⁸ Clairmont, Frédéric. “Ces firmes géantes qui se jouent des Etats”. *Le Monde Diplomatique*, dez 1999, p. 19.

²²⁹ Andreff, Wladimir. *Multinacionais Globais*. Bauru, SP, EDUSC, 2000, pp. 123-124.

empresas permite as economias de escala no mercado mundial. Assim, nestas últimas décadas, o rápido processo de internacionalização da economia mundial tem feito com que o investimento externo direto (IED) seja mais dinâmico do que a formação do capital doméstico agregado, e o crescimento dos fluxos financeiros internacionais superem em muito as variáveis financeiras nacionais.²³⁰



Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators 2000 on CD-ROM*. Washington, Banco Mundial, 2000.

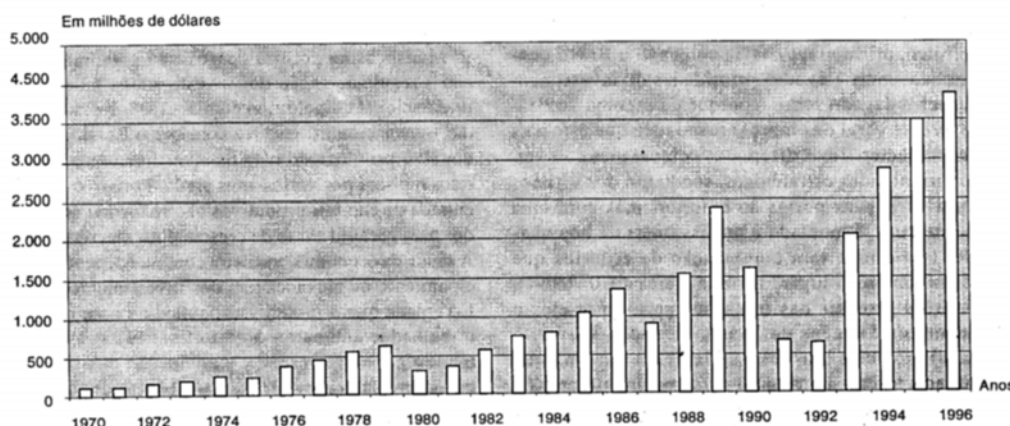
Vemos pelo gráfico acima o peso do investimento externo direto na economia dos três maiores países da América Latina e, projetando para todo o mundo, podemos estimar o quanto isto representa em termos de *excedente* transferido na forma de *remessa de lucros* para as matrizes nos países centrais. Podemos também inferir a influência que têm as corporações transnacionais no destino de nações pobres com economias frágeis, Estados corruptíveis e população faminta.

Com o capital estrangeiro²³¹ já controlando 15% da economia brasileira – sendo que em ramos intensivos de tecnologia tem predomínio ou monopólio – pode-se dizer que a entrada de IED dirigido à privatização de empresas estatais, às concessões de serviços de utilidade pública, bem como à quantidade de fusões e aquisições que ocorreu nos anos 1990 no Brasil favoreceram ainda mais o processo de *desnacionalização da economia* e a *concentração do poder econômico*. Logo abaixo está o fluxo de *remessa de lucros* realizado no Brasil onde se vê o aumento exponencial das remessas de lucros, contrapesando a entrada de IED.

²³⁰ Agosin, Manuel e Tussie, Diana. “Globalização, Regionalização e Novos Dilemas da Política Comercial para o Desenvolvimento”. *RBCE*, nº 35, abr-jun 1993, pp. 47-62.

²³¹ No período entre 1991 e 1999 a **participação do capital estrangeiro** no faturamento das maiores empresas do Brasil subiu 146%, sendo que o capital estrangeiro respondia por 14,8% da economia em 1991 crescendo para 36,4% em 1999. Na indústria, as empresas estrangeiras controlavam 53,5% do total, sendo 33,1% na indústria básica, 48,5% na indústria tradicional e 86,9% da indústria difusora de tecnologia. No mesmo sentido, deve-se dizer que de um total de 2440 fusões e aquisições de empresas realizadas no Brasil entre 1994 e 2001, 1448 negócios foram realizados com a participação do capital estrangeiro. *Folha de São Paulo*, 10 de fevereiro de 2002.

GRÁFICO 2
Tendência de Remessas de Lucro no Brasil
Brasil - 1970-96



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração Sobott.

Fonte: Schutte, Giorgio R. "Novas Dinâmicas das Empresas Transnacionais". *São Paulo em Perspectiva*, vol. 12, nº 2, abr-jun 1988.

Mas este processo de desnacionalização é limitado:

“Entretanto, a privatização é um fenômeno datado (que se esgota com a ‘queima’ do patrimônio público ou com sua interrupção pela via política). A privatização com base em IED, deixa como herança a transferência do processo de tomada de decisões para o exterior, que fragiliza ainda mais a capacidade do Estado de formulação e execução de políticas, assim como gera um fluxo perpétuo de remessa de recursos para o exterior, que agrava ainda mais a vulnerabilidade externa do país”.²³²

Gonçalves visualiza uma relação estreita entre capital estrangeiro, *vulnerabilidade externa*²³³ e exclusão social. Em se tratando de *desnacionalização econômica* o problema não se resume na deterioração das contas externas pela remessa de lucros, concentração do poder econômico e dependência tecnológica, mas a questão central é o comprometimento da sustentabilidade em longo prazo das contas externas e da capacidade de resistência perante fatores econômicos externos desestabilizadores, pressões políticas e choques externos. Em outras palavras, a *desnacionalização* da economia agrava ainda mais a situação de *vulnerabilidade externa* do país, pois mina a capacidade de ação do Estado Nacional. Ora, esta vulnerabilidade é uma *vulnerabilidade unilateral* uma vez que a interdependência entre as economias nacionais acentuada pela globalização é “significativamente assimétrica”, pois grande parte dos países do mundo tem uma capacidade mínima de repercussão em escala mundial (o Brasil, por exemplo, 11ª economia do mundo, tem apenas 1% do comércio mundial e 2% do investimento e da renda no sistema econômico internacional). Desnecessário dizer que aqui há um custo para equilibrar as contas externas e estabilizar as crises. Quase desnecessário é afirmar que este custo será cobrado dos trabalhadores e classes médias na forma de juros altos para atrair investidores estrangeiros, subsídios e incentivos aos exportadores, renúncia fiscal para empresas estrangeiras, impostos adicionais para cobrir o déficit público, etc. Temos então a ligação entre capital estrangeiro, vulnerabilidade externa e

²³² Gonçalves (1999), Op Cit., p. 193.

²³³ A **vulnerabilidade** de que trata Gonçalves é a vulnerabilidade externa da economia por meio do investimento externo direto e da presença de empresas estrangeiras. Contudo, como ele aponta, há ainda a vulnerabilidade externa na esfera comercial (grau de abertura para importações e competitividade das exportações), na esfera tecnológica (dependência tecnológica) e na esfera produtivo-real (grau de internacionalização da produção por meio da presença de empresas de capital estrangeiro no aparelho produtivo do país). Em todas estas áreas a vulnerabilidade externa do Brasil vem aumentando desde 1995. Op Cit. p. 14.

exclusão social. Se, por um lado, a globalização tornou-se um imperativo para os países periféricos, por outro, está claro que existe uma contradição entre as necessidades de desenvolvimento desses países e as tendências das políticas implícitas na *globalização neoliberal* ou *modernização conservadora*.

Dois fatores aceleraram ainda mais a tendência de aumento da internacionalização dos mercados: a *tecnologia*, que possibilita aos serviços financeiros tornar-se comercializáveis além das fronteiras (este comércio excedeu a expansão da produção, do comércio de mercadorias e dos IED); e a *desregulamentação financeira* que pressupõe o compromisso de retirar os controles do câmbio, restringindo conseqüentemente a capacidade dos governos de controlar os movimentos de capital, de administrar a taxa de câmbio e de conduzir políticas financeiras internacionais. Mais ainda, essas tendências facilitam não somente as redes *legais* que se formam no capitalismo, mas também os *empreendimentos informais e ilegais* que se constituem neste *modo de produção* globalizado e que incluem o narcotráfico, o crime organizado, a lavagem de dinheiro, o contrabando e o comércio de armas. Tudo isto viabilizado pela corrupção, modalidade criminosa que vai dos crimes do colarinho branco, passa pela sonegação fiscal e pode chegar à corrupção institucionalizada.

Para contribuir também com a existência destas redes criminosas entram a falta de controle social, a falta de transparência e a falta de legislação para incriminar as irregularidades cometidas no sistema financeiro. Além disso, há outros fatores que tem contribuído para a lavagem de dinheiro: a dolarização dos mercados negros, a própria tendência para a desregulamentação dos mercados financeiros, o progresso do *euromercado* – que criou um mercado de divisas mundial livre de regulamentações estatais – e a proliferação de paraísos fiscais. A facilidade com que o “megabyte money” (dinheiro na forma de símbolos nas telas de computadores) circula e percorre o mundo é uma contribuição da tecnologia e das comunicações que, juntamente com os paraísos fiscais e o sigilo bancário, reforçam e complementam os instrumentos manipuláveis por criminosos.²³⁴

“The best example of the opportunities, and immunities, offered to money launderers was the Bank for Credit and Commerce International (BCCI), which collapsed in 1991, uncovering the widest money-laundering scheme ever and leading to the seizure of more than \$12 billion. (...) The international narcotic trade launders a minimum of \$200 billion a year. A substantial portion of that money moves through the bank secrecy, financial centre jurisdictions. Law enforcement efforts in the best of years recover amounts in the range of \$100 million to \$500 million.”²³⁵

Sem dúvida que, lavando US\$ 200 bilhões por ano, o narcotráfico pode ser considerado uma das atividades capitalistas mais rentáveis e eficientes da indústria moderna em todo o mundo globalizado. Nos anos 1980 era o *empreendimento transnacional* mais destacado da América Latina. A ONU estimou que na virada do milênio a indústria das drogas girava um capital da dimensão de US\$ 400 bilhões anuais. Trata-se não apenas de algumas máfias, mas de uma atividade agro-industrial-comercial e financeira integrada verticalmente, de alcance planetário, que não paga impostos e gera os maiores lucros, ou seja, a “face oculta do capitalismo neoliberal de nosso tempo”.²³⁶ Santana afirma que mais de 2 milhões de pessoas estão diretamente empregadas na produção e no comércio de drogas, o

²³⁴ ONU-ODCCP (Office for Drug Control and Crime Prevention). *Financial Havens, Banking Secrecy and Money Laundering*. ONU, 1998.

²³⁵ Op Cit.

²³⁶ Santana, Adalberto. “A Globalização do Narcotráfico”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 42, nº 2, 1999, pp. 99-116.

que, segundo ele “contribui em grande medida para as economias das nações que as produzem”. Na verdade, deixando de lado os custos e a ética, trata-se sim de uma atividade que gera renda em países pobres.

Estimava-se²³⁷ que na média dos anos de 1988 a 1993 o *mercado* mundial de cocaína girasse em torno de um *consumo* de 294 toneladas anuais, com *despesas* de 32,7 bilhões de dólares anuais para 2,39 milhões de dependentes e 5,54 milhões de *consumidores* ocasionais. Atualmente, para a ONU,²³⁸ somente na Colômbia a *exportação* estimada de 450 toneladas anuais de cocaína (80% do total da *produção* mundial) gera US\$ 12,75 bilhões que, somados a US\$ 900 milhões de heroína e de US\$ 250 milhões de maconha, resulta – descontando 20% de *custos de produção* – numa *renda líquida* de US\$ 11,12 bilhões, *lucro* que fica na sua maior parte no exterior. O *mercado consumidor* de drogas ilícitas é estimado hoje em dia em 180 milhões de *consumidores* (3% da população mundial ou 4,2% da população mundial de 15 anos ou mais), dos quais: 144,4 milhões para maconha; 28,7 milhões para estimulantes anfetamínicos (incluindo *ecstasy*); 14 milhões para cocaína e 13,5 milhões para opiáceos (incluindo 9,2 milhões para heroína). Como então corroborar o *discurso ideológico* institucionalizado nos Estados Unidos e noutros países desenvolvidos que afirma que o *consumo* de drogas que se desenvolve no seu território não é um problema gerado pela própria *sociedade capitalista*?

Trata-se na verdade de uma atividade ilegal ou *economia submersa*²³⁹ que emprega desde produtores de folhas de coca, a traficantes dos mais diversos calibres e condições; passando por uma rede de corrupção que financia advogados, estabelecimentos comerciais, etc.; e chegando com uma massa de dinheiro impressionante até o sistema financeiro. Pode ser considerado um produto da articulação entre o capitalismo financeiro e formas não-capitalistas de produção e exploração. É uma indústria capitalista que se aproveita das condições de pobreza e de falta de estrutura social dos países dependentes para produzir uma mercadoria de alto valor direcionada para os países desenvolvidos. Os recursos que mobiliza potencializam diversos negócios no mundo todo e aumentam a concentração de renda e riqueza. É um *empreendimento transnacional* baseado numa atividade nociva à saúde dos consumidores que por sua vez serão tratados por clínicas especializadas e medicamentos da indústria farmacêutica. Assim, o consumo de drogas é duplamente funcional ao sistema: atua como instrumento de *controle social* e dinamiza as economias do planeta.

Este é apenas um dos negócios ilegais que se tornaram *empreendimentos transnacionais capitalistas*. Para ilustrar podemos dizer que o FMI estimava que são lavados no sistema financeiro entre US\$ 500 bilhões a US\$ 1,5 trilhão gerado por atividades ilegais por ano (o equivalente a 1,5% até 4,5% do PIB mundial). Os assim chamados “*offshore centres*” são considerados os principais alvos da lavagem de dinheiro. Em 1998 havia cerca de 4.000 “*offshore banks*” licenciados em cerca de 60 jurisdições: 44% deles na América Latina e Caribe, 28% na Europa, 18% na Ásia e 10% no Oriente Médio e África.²⁴⁰

²³⁷ Estimativas de Steiner (1997) com dados da ONDCP in Salama, Pierre. *Pobreza e Exploração do Trabalho na América Latina*. São Paulo, Boitempo, 1999, p. 131.

²³⁸ ONU-ODCCP (Office for Drug Control and Crime Prevention). *World Drug Report*. ONU, 2000.

²³⁹ Cacciamali mantém “a denominação de *setor informal*, segundo o sentido original [forma de organização da produção], para as atividades que operam com base no trabalho do proprietário do instrumento de trabalho, ajudado por mão-de-obra familiar e/ou alguns auxiliares, e o conjunto de atividades ilegais passa a ser chamado de *economia submersa*”. Cacciamali, Maria C. “As Economias Informal e Submersa: Conceitos e Distribuição de Renda” in: Camargo. José M. e Giambiagi, Fábio. *Distribuição de Renda no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991, p. 131.

²⁴⁰ *The Economist*, 21 de junho de 2001.

Outro indicador da voracidade de alguns *empreendimentos capitalistas* – naturalmente que não são exclusivos do capitalismo, uma vez que existe exploração em outros *modos de produção*, mas o capitalismo transforma estas atividades na medida em que as vincula ao mercado como *mercadorias* – que cabe mencionar aqui são as formas de exploração de menores realizadas tanto pelo crime organizado quanto pelas indústrias legalizadas. Para o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966)²⁴¹ das Nações Unidas constitui grave violação de direitos de crianças e adolescentes a *exploração sexual* e o *trabalho infantil*. Segundo o relatório²⁴² que verifica o cumprimento do Pacto, existe hoje em dia em larga escala:

A) *exploração sexual comercial de crianças e adolescentes*: “É importante ressaltar que a exploração sexual se define como uma violência contra crianças e adolescentes que se contextualiza em função do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado”. A exploração sexual comercial de crianças e de adolescentes, é compreendida em quatro modalidades: 1) *prostituição infantil* – “que se apresenta sob formas bárbaras, como cárcere privado, venda, tráfico, leilões de virgens, mutilações e desaparecimento”. Há também prostituição nas estradas e portos. 2) *pornografia* – que assinala a violência sofrida por crianças e adolescentes em situação de rua que passaram a sobreviver nas ruas usando o corpo como mercadoria para obter afeto e sustento. 3) *turismo sexual* inclui a pornografia, principalmente nas regiões litorâneas de intenso turismo, como as capitais da Região Nordeste do Brasil. É marcadamente comercial, organizado numa rede de aliciamento que inclui agências de turismo nacionais e estrangeiras, hotéis, comércio de pornografia, taxistas e outros. Inclui o tráfico para países estrangeiros. 4) *turismo portuário e de fronteiras* acontece em regiões banhadas por rios navegáveis da Região Norte do Brasil. A própria população local é a principal usuária da prostituição de crianças e adolescentes.

B) *trabalho infantil* ou inserção precoce das crianças e dos adolescentes no mercado de trabalho: Segundo Cipola,²⁴³ Em 1998 a OIT estimava para esta categoria (excluindo a exploração sexual) o número de 250 milhões de crianças que trabalham no mundo.

Na América Latina são 7,6 milhões de crianças entre 10 e 14 anos trabalhando, o que significa 1/5 da população nessa faixa etária, ou 4% da população economicamente ativa (PEA).

No Brasil a proporção das crianças que trabalham é de 1/10 da população na faixa dos 10 aos 14 anos, ou 2.532.065 crianças que, somadas a outras 375 mil na faixa dos 5 aos 9 anos, totalizam 36,8% da mão-de-obra infantil da América Latina.

Para a UNICEF existe uma correlação entre o grau de escolaridade e o nível de renda dos pais com o trabalho infantil. Segundo a PNAD, há nas áreas urbanas do país crianças trabalhando em lixões (100 mil), atividades ilícitas como o tráfico de drogas (73 mil) e comércio de rua (50 mil).²⁴⁴

²⁴¹ Decreto Legislativo: 000226 de 12.12.91; Promulgação: Dec-000592 DOFC 07.07.92 008716.

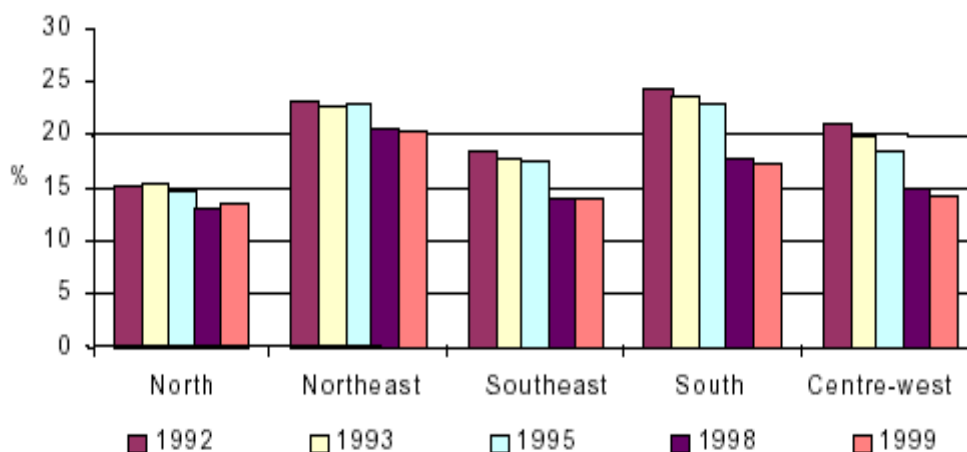
²⁴² Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (Coords.). *Brasil e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Relatório da Sociedade Civil sobre o Cumprimento, pelo Brasil, do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais)*. Brasília, abr 2000.

²⁴³ Cipola, Ari. *O Trabalho Infantil*. São Paulo, Publifolha, 2001, pp. 22-28.

²⁴⁴ Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (Coords.). Op Cit.

Podemos constatar, no gráfico abaixo, os altos níveis de participação da População Economicamente Ativa (PEA) entre 5 e 17 anos nas regiões do Brasil. Observamos que, embora declinante, o trabalho infantil se mantém em níveis extremamente altos.

Economically active population aged 5-17 year rate evolution



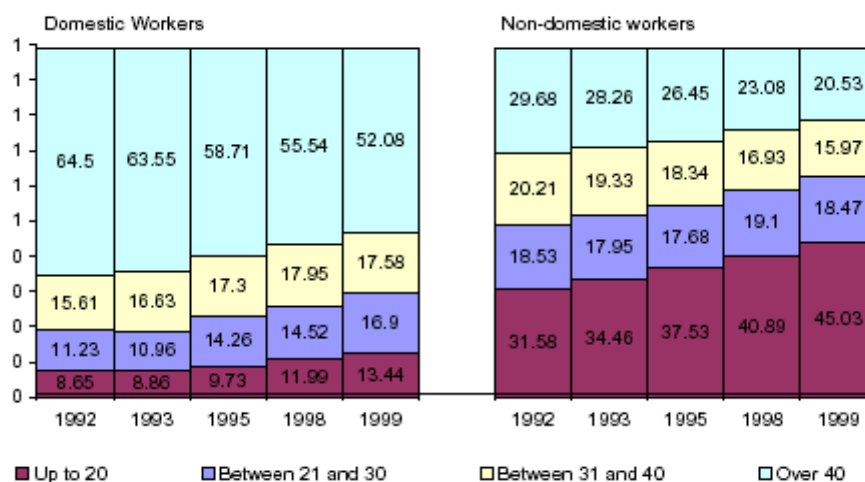
Source: Elaborated by Lumen/ICA PUC Minas on data from IBGE: NHSS 1992, 1993, 1995, 1998, 1999

“Child labour in Brazil, in general, despite showing a decrease during the 1990s, still presents extremely high and unacceptable rates. Out of the total number of children between 5-17 years old (43,308,788), considered in the period 1992-1999, about 17% (7,622,095) did some kind of work. This research has indicated that the Northeast region, besides presenting the highest activity rates in 1998 and 1999, is also the one to present, on average, the highest absolute number of child labourers, while the South presents the highest rates of activity between 1992 and 1995. It was also detected that, during the 1990s, on average, the State of Maranhão shows the highest activity rates, closely followed by Piauí and Tocantins”.²⁴⁵

Além da longa jornada de trabalho como vemos abaixo (principalmente no trabalho doméstico) essas crianças têm de enfrentar o baixo salário e da falta de estudo, a insalubridade, o excesso de força empregada, bem como outros riscos das atividades nas quais se utiliza mão-de-obra infantil e que deixam danos e seqüelas em 20% desses trabalhadores.

²⁴⁵ Haas, Francisco, Muniz, Jerônimo Oliveira e Lima, Joab de Oliveira. *Brazil: Child and Adolescent Domestic Work in Selected Years from 1992 to 1999: A National Report*. Genebra, Organização Internacional do Trabalho (ILO/OIT). International Programme on the Elimination of Child Labour (IPEC), jan 2003.

Children between 5-17 years of age, according to the number of hours worked per week and the kind of work



Source: Elaboration Lumen/CA PUC Minas from data from IBGE: NHSS 1992, 1993, 1995, 1998, 1999

“Do ponto de vista do empregador, a utilização desse tipo de mão-de-obra é conveniente pelo seu baixo custo, além de outras características como docilidade, agilidade e destreza. [...] No entanto, todos os tipos de trabalho acabam sendo exploração e violência ao desenvolvimento psico-social – [...]com] comprometimentos à saúde, provocados pelo trabalho precoce, em atividades incompatíveis com o estágio biológico e psíquico das crianças. A perda da infância deve ser vista como forma de violência. O trabalho infantil é a expressão da dificuldade de sobrevivência da família e vem sendo visto como única opção para o aumento da renda familiar”.²⁴⁶

Na verdade, o problema das seqüelas (ou morte) não é exclusivo dos trabalhadores infantis, pois atinge uma massa crescente de trabalhadores, como vemos pelos seguintes dados:

ACIDENTES DE TRABALHO NO BRASIL, 1995-1997		
	1995	1997
INCAPACIDADE PARCIAL PERMANENTE	7.316	9.758
INCAPACIDADE TOTAL PERMANENTE	2.797	5.386
MORTALIDADE	3.125	2.465

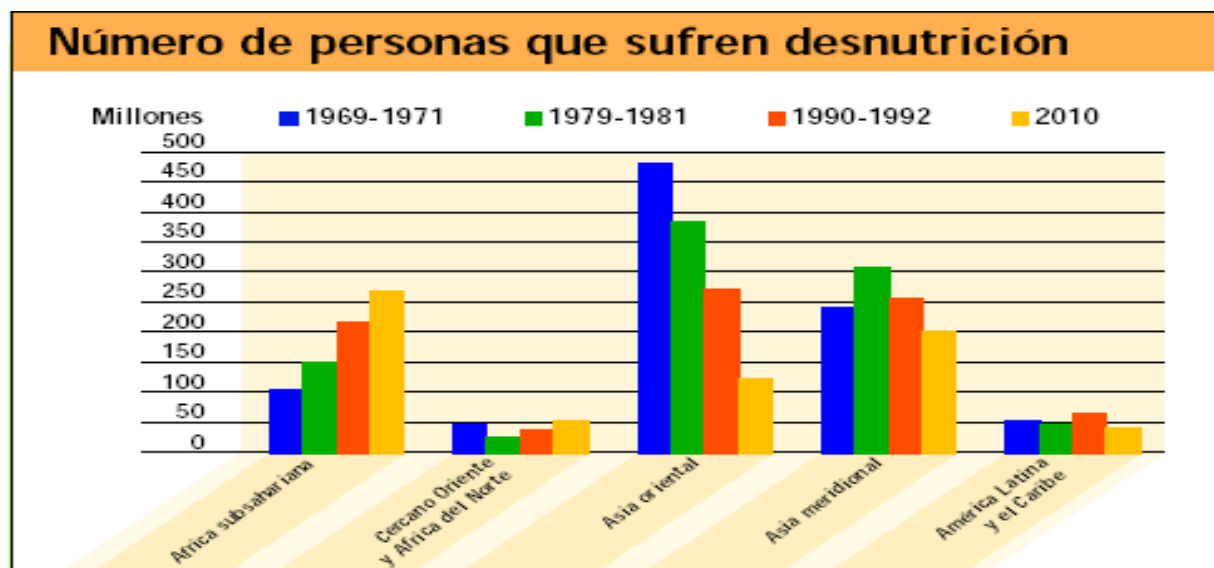
Fonte: Governo Federal do Brasil (Ministério da Previdência e Assistência Social).

Temos então um emaranhado *capitalista e globalizado* de redes de narcotráfico, corrupção, crime organizado, lavagem de dinheiro, exploração de crianças, que juntamente com os processos que aumentam a precariedade e a periculosidade no trabalho, as transferências e fluxos de recursos da periferia para o centro do sistema, a concentração dos processos de decisão, e a financeirização da economia, resultam em mais centralização e concentração de capital, por um lado, e mais desigualdade, pobreza e fome, de outro.

Sobre a fome podemos ter uma dimensão do problema no mundo com o gráfico abaixo com dados que nos mostram que na América Latina – segundo a FAO – são mais de

²⁴⁶ Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (Coords.). Op Cit.

50 milhões de pessoas subnutridas. Número bem menor do observado na Ásia, aonde o problema vem diminuindo, ou do observado na África subsahariana, aonde a fome vem aumentando.



Fonte: FAO. *Cumbre Mundial sobre Alimentación*, Roma, FAO, 1996.

Assim, diante de processos como os de *concentração de capital* (crescimento pelo reinvestimento dos lucros), *centralização do capital* (crescimento pelo aumento da escala de produção decorrente da fusão de capitais), concentração espacial da riqueza, concentração do processo decisório das empresas bem como de outras formas de tomada de decisões econômicas, podemos afirmar que os *mecanismos de reprodução social* que reproduzem a *estrutura social*, repondo os *meios de produção*, perpetuam a subordinação não somente de uma classe à outra, mas da maioria da população mundial a um *sistema de poder* opressivo na medida em que garante a manutenção dos mecanismos de exclusão social.

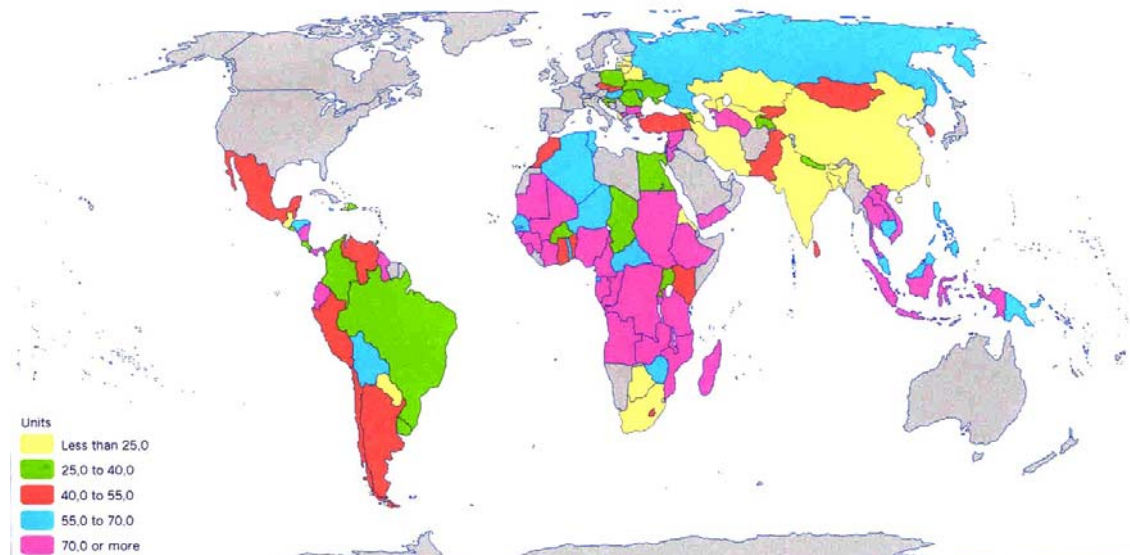
Desta forma, o *capital monopolista* (o próprio *imperialismo* em busca de “*mercados externos*”), o *padrão de acumulação* (isto é, o “*caráter*” *dependente do desenvolvimento periférico*), e a coalizão sócio-econômica que comanda a *globalização neoliberal* (a burguesia internacional e as classes aliadas locais, com todo o *establishment* envolvido) impedem – até mesmo militarmente²⁴⁷ – que projetos alternativos se estruturarem nas sociedades periféricas.

Assim, a *economia mundial* (mercados nacionais integrados aos fluxos comerciais e financeiros internacionais, com a participação das *corporações transnacionais*) e o *sistema internacional* (conjunto dos *Estados Nacionais* e das *organizações internacionais governamentais*) formam um *sistema de poder* que não se submete à deliberação democrática direta da *sociedade global*, entendida como um *sistema democrático de sociedades* do planeta. É por meio desta articulação de fatores que a *modernização conservadora* avança e se refina num discurso neoliberal hegemônico, esotérico e enviesado, *administrando* a exploração e a *pilhagem* legalizada dos povos do Terceiro Mundo.

²⁴⁷ Passam de 20 os países do mundo que foram vítimas de **intervenções militares diretas** – clandestinas ou não – dos EUA somente no pós-guerra: China (1945-1949); Grécia (1946-1949); Filipinas (1948-1953); Coréia (1950-1953); Iran (1953); Guatemala (1954); Líbano (1958); Cuba (1961); Vietnã (1964-1973); República Dominicana (1965); Golpes de Estado da Bolívia, Chile e El Salvador com apoio da CIA (1971-1973); Líbano (1982); Granada (1983); Panamá (1989); Libéria (1990); Iraque e Kuwait (1991); Somália (1992); Haiti (1994); Iraque (1998); Iugoslávia (1999); Afeganistão (2001); e, acrescentamos agora, o Iraque novamente (2003). <http://www.prensa-latina.cu/>

Vejamos um caso particular: a *crise da dívida externa*, que consiste na impossibilidade das nações da periferia de pagarem sequer os juros dessa dívida. Trata-se de um nítido mecanismo de transferência de *excedente* para o centro. Pela figura abaixo podemos ver o quanto estão endividados os países do Terceiro Mundo, com nunca menos de 10% do PIB comprometido. Em 1995 o Brasil tinha uma dívida equivalente a 23,1% do PIB, e outros países da América Latina estavam ainda mais endividados. A África tem a maioria dos seus países endividados em mais de 60% chegando até mais de 100% do PIB.

VALOR PRESENTE DA DÍVIDA EXTERNA COMO % DO PNB - 1998



Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators 2000 on CD-ROM*. Washington, Banco Mundial, 2000.

Abaixo temos o montante pago a título de serviço da dívida e o montante da dívida externa total para todos os países latino-americanos. Em 1998 o serviço da dívida externa latino-americana representava 6,5% do PNB da região e 33,6% das exportações de bens e serviços.²⁴⁸

DÍVIDA EXTERNA LATINO-AMERICANA, 1970-1998 (milhões de US\$)							
	1970	1975	1980	1985	1990	1995	1998
Serviço da Dívida	5.129	12.438	46.006	47.973	43.853	77.967	112.889
Dívida Total	32.552	82.740	257.266	408.525	474.892	636.594	786.019

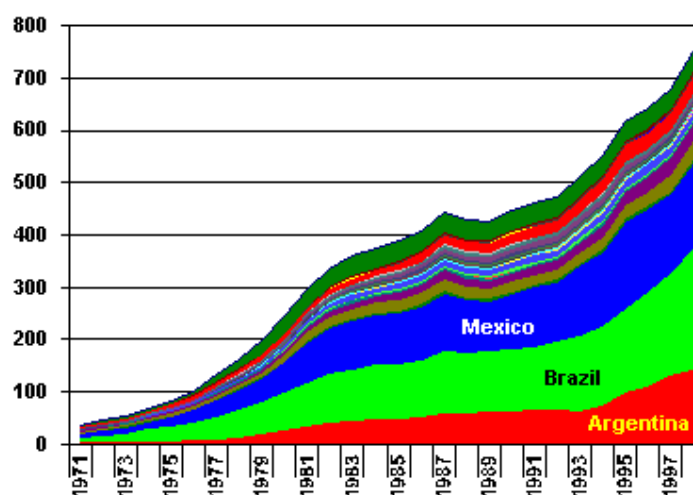
Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators on CD-ROM*. Washington, Banco Mundial, versões 1997 e 2000.

Esta dívida consiste numa sangria de recursos que poderiam ser utilizados nos programas de redução da *dívida social*. Como podemos ver acima, apesar dos pagamentos crescentes de juros, a dívida continua a aumentar até o ponto que, em 1995 representava quase vinte vezes mais do que em 1970. Essa drenagem de recursos somada a outras transferências (remessa de lucros, *royalties*, etc.), resulta numa situação de déficit crônico nas contas externas. Para saldar essas contas se insiste em exportar mais a qualquer custo, pois a *balança comercial* é vista como o principal item das contas externas que pode compensar o aumento das saídas de dólares para *pagamento de juros e remessa de lucros*. Poucas vezes se pensou em mexer nestes dois últimos para solucionar o problema. Falta, evidentemente, força e vontade políticas.

²⁴⁸ Banco Mundial. *World Development Indicators 2000*. Washington, Banco Mundial, 2000, pp. 248-255.

Não se pode negar que a evolução adversa de variáveis externas completamente fora do controle foi responsável por grande parte do problema. Batista Jr.²⁴⁹ menciona as seguintes: a *deterioração dos termos de troca*, não somente pela elevação dos preços do petróleo, mas também pela significativa redução nos preços dos produtos primários exportados pelo país; a dificuldade de gerar receitas de exportação pela *recessão* de 1980-82 e pelo *protecionismo* praticado pelos países centrais; a brutal elevação das *taxas de juros* internacionais no início dos anos 1980; e, finalmente, o completo fechamento do mercado voluntário de *crédito* na década de 1980. Os determinantes da *crise da dívida* para toda a América Latina não foram diferentes, e ocasionaram o aumento exponencial da dívida e do serviço da dívida pago pelos países – e povos²⁵⁰ – da região. Podemos ainda avaliar com os gráficos a seguir que esta crise somente se agravou e que ainda hoje não parece ser *solucionável* dentro dos padrões de *gestão neoliberal da globalização*.

América Latina - Dívida Externa, total (bilhões de US\$ correntes)



Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators 2000 on CD-ROM*. Washington, Banco Mundial, 2000.

Acima vemos que a dívida externa total da América Latina já ultrapassou os US\$ 700 bilhões, apesar do pagamento anual de até US\$ 130 bilhões aos bancos credores.

²⁴⁹ Batista Jr, Paulo Nogueira. *Da Crise Econômica Internacional à Moratória Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, pp. 72-73.

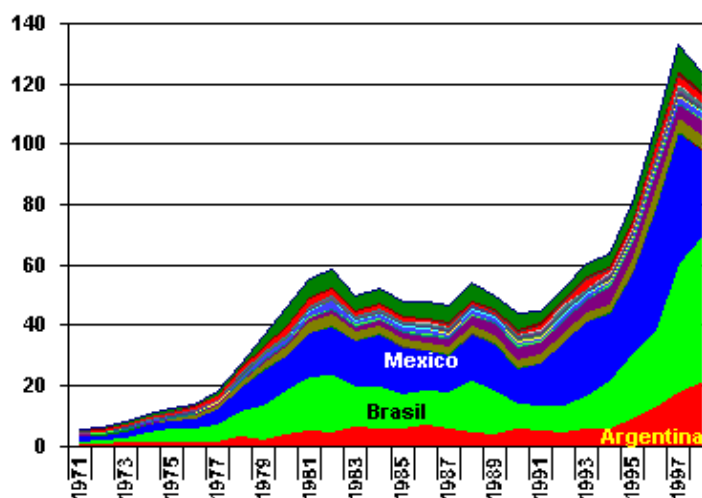
²⁵⁰ Segundo **Altimir**, após o ajuste externo e a recessão que reduziram em 10% o PIB *per capita* entre 1980 e 1983, a maior parte das economias da América Latina oscilou entre a inflação e a recessão, o que provocou concentração de renda e aumentou a pobreza na região, com a única exceção da Colômbia. Assim, para os grupos pobres e de renda baixos, a grave crise econômica dos anos oitenta significou uma deterioração da renda real e do acesso e qualidade dos serviços sociais. Vemos abaixo que a desigualdade e a pobreza aumentam enquanto os salários e a renda diminuem. Altimir, Oscar. “Distribución del Ingreso e Incidencia de la Pobreza a lo Largo del Ajuste”. *Revista de la CEPAL*, nº 52, abr 1994, pp. 7-32.

ÍNDICES DE DESIGUALDADE, POBREZA, RENDA E SALÁRIO NOS ANOS 1980							
	ano	ano base	coeficiente de Gini	pobreza urbana	renda real <i>per capita</i>	salários reais	salário mínimo
ARGENTINA	1990	1980=100	113	205	69	77	40
BRASIL	1990	1979=100	108	130	97	85	55
MÉXICO	1989	1977=100	100?	>95	106	54	41

Fonte: Altimir, Oscar. “Distribución del Ingreso e Incidencia de la Pobreza a lo Largo del Ajuste”. *Revista de la CEPAL*, nº 52, abr 1994.

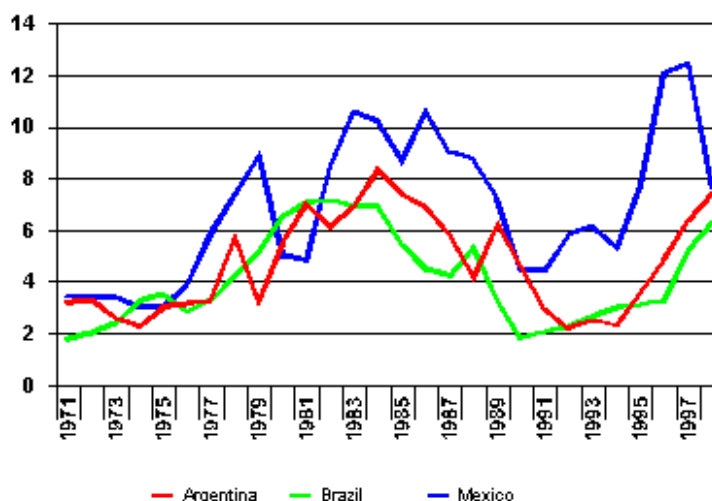
Podemos visualizar esse fluxo de recursos nos gráficos abaixo, o primeiro com o montante pago pelos países latino-americanos a título de serviço da dívida externa, e o segundo expressando esse montante pago como porcentagem do PIB de cada país. Trata-se na verdade de uma transferência dos três maiores pagadores da ordem de nunca menos 2% do PIB de cada economia nacional, chegando a picos de 12% do PIB ao ano. Em 2000, estavam entre os 10 maiores devedores a Argentina e o México com 6% cada um, e o Brasil com 10% da dívida total do Terceiro Mundo, que era de US\$ 2.492 bilhões.²⁵¹

América Latina - Serviço Total da Dívida (bilhões de US\$ correntes)



Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators 2000 on CD-ROM*. Washington, Banco Mundial, 2000.

Serviço Total da Dívida (% do PIB)



Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators 2000 on CD-ROM*. Washington, Banco Mundial, 2000.

Além dessa *crise da dívida*, ocorre um processo de financeirização sócio-econômica na América Latina. Ou seja, constitui-se a moldura na qual ocorre a consolidação da *acumulação sob dominância financeira* (com grande parte de dinheiro recém lavado) graças aos seguintes processos: a desregulamentação dos mercados financeiros, a

²⁵¹ Banco Mundial. *World Development Indicators 2002*. Washington, Banco Mundial, 2002.

liberalização do fluxo de capitais, medidas governamentais de toda ordem que contribuem para essa financeirização, além dos avanços das telecomunicações e da informática, bem como o processo de fusões, incorporações e privatizações dentro do quadro de abertura financeira que caracterizou as últimas décadas na América Latina.

No Brasil,²⁵² a partir dos anos 1970, os grandes conglomerados financeiros passaram pelo processo de concentração econômica (concentração de capital em poucas mãos e também concentração espacial na região sudeste) e ocuparam as primeiras posições entre os grandes grupos econômicos, que antes eram dos grupos industriais criados nas fases anteriores do desenvolvimento do país. Este crescimento está associado às políticas econômicas adotadas pelo Estado brasileiro e às próprias modificações profundas pelas quais passou a economia mundial nos últimos 30 anos, entre elas: a internacionalização dos fluxos financeiros; a aceleração do endividamento externo; e o endividamento das empresas estatais a partir do final dos anos 1970 pelo controle de tarifas e preços públicos, que contribuiu para a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro. Este grande endividamento público reforçou a posição estratégica dos grandes credores (nacionais e estrangeiros) e dos intermediários financeiros.

Assim, entre 1978 e 1990 o processo de concentração econômica no Brasil avança de maneira que os 100 maiores grupos econômicos privados que atuam no país passaram de uma participação no PIB de 21% para 50%. Entre estes, os grupos financeiros passam de 6,2% do PIB em 1978 para 25,5% em 1990. Ou seja, em 1990 os 22 principais grupos financeiros eram responsáveis por 50,6% da receita total do grupo de 100 maiores grupos privados. É preciso citar o processo inflacionário dos anos 1980 como elemento de “consolidação da posição estratégica do sistema financeiro na economia nacional, que vai lhe permitir uma significativa apropriação da renda gerada”.

“A combinação do endividamento público crescente com o processo inflacionário, também crescente, e uma política monetária caracterizada por juros altos, muito acima do nível de preços, constitui o ambiente propício para a expansão e hipertrofia do sistema financeiro presente no país”.²⁵³

Com o Plano Real e o fim da inflação, seguiu-se uma onda de centralização bancária que se assemelha àquela ocorrida durante o regime militar, inclusive também com instrumentos governamentais tais como o Programa de Estímulo, Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer). Por outro lado, a política de juros altos que continua até o fim do governo Cardoso contribuiu para o aumento brutal do endividamento público. Para Guimarães, este fato “possibilitou ao sistema financeiro uma compensação, provavelmente parcial, dos ganhos inflacionários perdidos”.²⁵⁴

Vejam aqui alguns processos que ocorrem para consolidar essa *hegemonia financeira*:²⁵⁵ 1) a constituição de *grupos financeiros*, conjunto de empresas interligadas entre si e que incluem a participação de uma ou mais instituições financeiras;²⁵⁶ 2) o controle

²⁵² Guimarães Neto, Leonardo. *A Trajetória Recente dos Grandes Grupos Financeiros na Economia Brasileira*. Fundação Joaquim Nabuco, mimeo, s/d, <http://www.fundaj.gov.br>.

²⁵³ Op Cit.

²⁵⁴ Além de aumentar o controle de ativos e seu patrimônio líquido, os cinco maiores bancos privados (Santander, Itaú, Bradesco, ABN-Amro Real e Unibanco) lucraram R\$ 9,417 bilhões em 2002. *Folha de São Paulo*, 12 de março de 2003.

²⁵⁵ Minella, Ary César. *Globalização Financeira e as Associações de Bancos na América Latina*. Apresentado na XXV ANPOCS, out 2001, <http://www.cas.northwestern.edu/cics/lasa/minelli-n01.doc>.

²⁵⁶ Em nível mundial, a centralização das instituições financeiras com processos de fusões e incorporações resultou numa **concentração no mercado de câmbio mundial** em cinco grandes bancos, que controlam hoje cerca de 38% de um mercado que movimenta diariamente US\$ 1,5 trilhão. Op Cit. p. 6.

crescente dos bancos sobre uma parte substantiva dos recursos e do fluxo de capitais na economia, que se verifica pela existência de uma grande concentração de recursos em algumas poucas instituições;²⁵⁷ 3) a extraordinária expansão dos bancos estrangeiros, cujo controle sobre ativos passou, no Brasil, de 9,64% em 1989 para 33,1% em dezembro de 2000;²⁵⁸ e finalmente 4) a questão central: essas poucas instituições não têm apenas poder econômico, mas também interesse político na definição de políticas macroeconômicas – que também são influenciadas pela lógica que rege estes fluxos de capital, dado que vez ou outra têm que passar pelo aval do Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional –, além de buscar inserir seus quadros em postos-chave do aparato estatal, financiar campanhas eleitorais, e organizar-se em *redes transassociativas*, (isto é, participação simultânea de um mesmo grupo econômico em várias associações de classe, inclusive em diferentes países), consolidando desta forma a sua *hegemonia financeira* na sociedade por meio do Estado.

Podemos então apontar duas tendências que acompanham esse processo de financeirização.²⁵⁹ 1) o deslocamento das funções de regulação da economia do Estado para os mercados financeiros, pelo qual todas as políticas públicas e macroeconômicas passam a se adequar ao imperativo de integrar as economias nacionais ao capital globalizado; e 2) o deslocamento dos organismos de representação da cidadania (parlamentos, etc.) para as empresas privadas, que determinam as prioridades de investimento, de organização e de gestão de recursos e atendimento das necessidades (que acabam sendo as do mercado, e não as da população, exatamente porque essas empresas representam o proprietário do capital). Esses dois processos acompanham a expansão do fluxo de capitais no mercado global e os fluxos de investimento externo direto (IED), bem como dos movimentos de integração que se multiplicam pelo mundo, fraturando a globalidade em blocos comerciais, ou melhor, construindo um mercado global por partes. Enfim, *globalização e regionalização* a serviço da acumulação de capital.

Assim se dá com a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que pretende integrar a maior potência econômica do planeta com um Extremo Ocidente periférico. Não se trata apenas de uma proposta de liberalização comercial, pois a agenda de negociações cobre desde a regulamentação do fluxo de capitais estrangeiros até a regulamentação da propriedade intelectual, configurando a ALCA como um “projeto estratégico de consolidação da dominação americana sobre a América Latina, através da criação de um espaço cativo para expansão de sua economia”.²⁶⁰ Como o nível de integração do sistema produtivo latino-americano e com as escalas de produção e a capacidade própria de desenvolvimento tecnológico são muito menores do que as da economia norte-americana – além da infraestrutura básica da América Latina ser deficiente –, ficamos em inferioridade de condições quanto à produtividade e competitividade global das economias da região. Nessas condições a liberalização dos fluxos de mercadorias, serviços e capitais tende a ter um grande impacto destrutivo sobre a estrutura e a dinâmica das economias. Está em jogo então a integração *soberana* ou *subordinada* ao mercado mundial.²⁶¹

²⁵⁷ Em março de 2001, os 10 **maiores bancos brasileiros** controlavam 72,14% dos ativos totais de todo o sistema financeiro, 65,47% dos títulos e valores mobiliários e 73,96% das operações de crédito e arrendamento mercantil. Os 10 **maiores bancos privados** controlavam respectivamente: 41,05%; 43,49% e 40%. Desta forma quando se fala em “mercado financeiro” deve-se levar em conta esta concentração. Op Cit, p. 5-6.

²⁵⁸ Dados do Banco Central citados por Minella, Op Cit.

²⁵⁹ Mercadante, Aloizio. “Globalização e Desarmamento Financeiro”. *Folha de São Paulo*, 11 de julho de 1999.

²⁶⁰ Mercadante, Aloizio. “A Opção Brasileira” *O Globo*, 17 de abril de 2001; _____. “O Plebiscito sobre a Alca”. *Folha de São Paulo*, 18 de março de 2001.

²⁶¹ Sader, Emir. “O Brasil Fora da Alca”. *Folha de São Paulo*, 3 de abril de 2001.

“Nos termos em que está sendo colocada, a ALCA significará para o Brasil a desorganização do seu sistema produtivo e a desnacionalização de suas empresas e recursos naturais; o aumento da sua vulnerabilidade e dependência externas; a liquidação do que resta de capacidade de regulação e investimento do Estado; o agravamento das condições de vida e trabalho da população; e a perpetuação do nosso atraso tecnológico²⁶² e de nossa condição de periferia subdesenvolvida”.²⁶³

Politicamente, pode-se dizer que a novidade da Iniciativa para as Américas e subsequente proposta da ALCA está em que não há preocupação em buscar coesão continental em torno de um projeto político hegemônico liderado pelos EUA, mesmo porque estes não estão sendo ameaçados política e militarmente como nos casos da *Política da Boa Vizinhança* (pelo fascismo) e da *Guerra Fria e Aliança para o Progresso* (pelo comunismo). Pretende-se apenas, com menos disposição para programas de ajuda, celebrar a associação – discutível – entre a democracia política e o liberalismo econômico ou, mais especificamente, o livre comércio. Ora, diante deste quadro, a América Latina, particularmente o Brasil, precisa

“[...] afirmar claramente a necessidade de construir um projeto nacional de desenvolvimento que enfrente as questões do crescimento, que combata as múltiplas formas de desigualdade social e que se assuma como radicalmente democrático. [...] Além de] projetar na esfera internacional uma política capaz de contribuir para a paz, a redução das desigualdades econômicas e sociais e para a democratização das relações internacionais”.²⁶⁴

Para ilustrar o que poderia acontecer na América Latina com a ALCA, podemos citar o exemplo do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), que tem sido um sucesso somente para algumas pessoas e alguns setores. Com o NAFTA, o Canadá e o México rapidamente passaram a depender do mercado dos EUA para mais de 80% de suas exportações, além de ter um impacto grande sobre o mercado de trabalho dos três países, aumentando a pobreza no México de 15% (1994) para 18% (1999). Na verdade, o NAFTA estendeu proteções aos investidores de capital²⁶⁵, excluindo quaisquer proteções para trabalhadores na forma de regulamentações e direitos trabalhistas, além de descontinuar os investimentos sociais. Por exemplo, se por um lado a taxa oficial de desemprego no México caiu desde a entrada em vigor do NAFTA – o que reflete também simplesmente a falta de seguro-desemprego no país –, por outro lado, entre 1991 e 1998 a renda dos trabalhadores caiu 25%, enquanto que a dos trabalhadores por conta-própria caiu 40%. Desde 1993 até

²⁶² Este **atraso tecnológico** é imenso e atinge todas as nações do Terceiro Mundo, por exemplo: apenas cinco (5) nações que representam 10,4% da população mundial de 5,7 bilhões de pessoas e que comandavam 41,3% do PIB mundial de US\$ 33,8 trilhões, detinham a propriedade de 87,2% de todas as patentes registradas nos EUA até 1997 (111.906). Configura-se assim um mapa geo-tecnológico baseado em patentes, onde as regiões tecnologicamente excluídas estão aferradas à pobreza. Esta extrema concentração da inovação tecnológica representa em termos de concentração de renda, transferência de recursos da periferia para o centro, remessa de lucros e *royalties* uma massa de recursos que dificilmente será gerada sem mais pobreza, destituição, exclusão, marginalização e desigualdade. Sachs, Jeffrey. “A New Map of the World”. *The Economist*, 22 de junho de 2000.

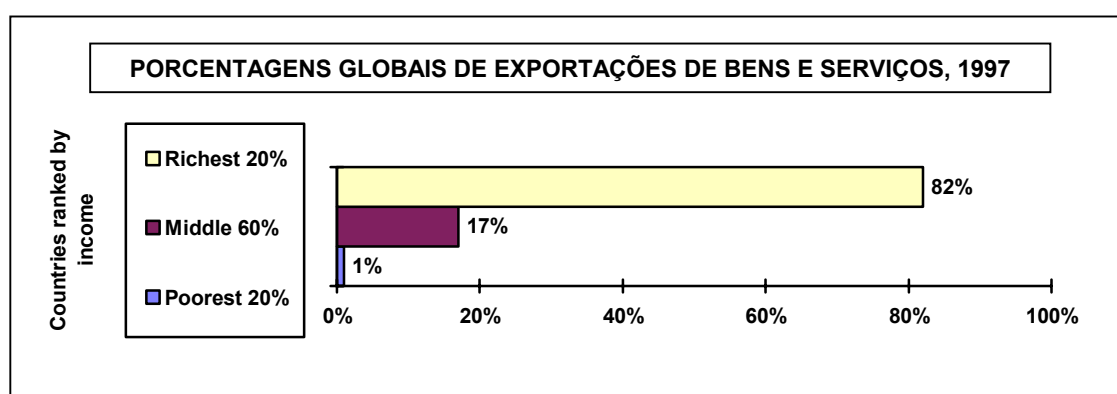
²⁶³ Mercadante, 2001, Op Cit..

²⁶⁴ Garcia, Marco Aurélio. *O Brasil e a ALCA: Regionalização e Projeto Nacional de Desenvolvimento*. IPRI, Seminário ALCA: Riscos e Oportunidades para o Brasil, mai 1998, <http://www.mre.gov.br/ipri>.

²⁶⁵ Para Jakobsen, “Nos acordos de investimentos, como no capítulo 11 do NAFTA ou naqueles que ainda são apenas intenções, tenta-se introduzir o princípio da não discriminação contra investimentos estrangeiros; a obrigação do Estado de assegurar retornos favoráveis aos investimentos e a criação de instâncias jurídicas internacionais para resolver contenciosos entre investidores e governos. Respectivamente analisados, estes fatores impedem que as regras nacionais sobre investimentos estejam condicionadas à indução de processos locais de desenvolvimento, definidos pelo Estado.” Jakobsen, Kjeld. “A ALCA é a extensão do NAFTA”. *Teoria e Debate*, nº 50, fev-mar-abr 2002, pp. 48-51.

1999, o salário mínimo caiu 17,9%. Assim, enquanto o NAFTA beneficiou poucos setores da economia, na sua maior parte as *indústrias maquiladoras* e os muito ricos, ele tem aumentado também a desigualdade e reduzido a renda e a qualidade dos empregos da vasta maioria dos trabalhadores do México.²⁶⁶

Desta forma a desigualdade *dentro dos países* aumenta: no México os ganhos do crescimento criado pelo NAFTA estão concentrados no norte do país, sem chegar às regiões pobres do sul. Na China, as regiões costeiras atraíram a maior parte dos investimentos ligados ao comércio graças às zonas especiais de exportação, enquanto que o interior pode beneficiar-se somente na medida em que exporta migrantes para a costa. Assim, enquanto nos países pobres são as regiões mais ricas que se beneficiam da liberalização do comércio, aumentando a desigualdade interna, no plano mundial os países mais ricos continuam controlando a maior parte do comércio (gráfico abaixo) e desta forma concentram também a maior parte dos benefícios deste comércio.²⁶⁷



Fonte: PNUD. *Human Development Report 1999*, in Oxfam, Op. Cit.

Além disso, ainda podemos dizer que a desigualdade *entre países* tem aumentado paralelamente ao aumento do comércio mundial.

“Inequality between countries is rising alongside the expansion of world trade. Between 1990 and 1997, global GDP per capita increased at an average annual rate of more than one per cent, yet 60 countries have grown steadily poorer since 1980, and more than 80 countries still have per capita incomes lower than they were a decade ago. More than 800 million people are malnourished, despite an increase of nearly 25 per cent in global food production per capita between 1990 and 1997. The assets of the three richest

²⁶⁶ Salas, Carlos. “The Impact of Nafta on Wages and Incomes in México”. *Briefing Paper*, Economic Policy Institute, Washington, 2001, <http://epinet.org>.

²⁶⁷ Para Mercadante, a Organização Mundial do Comércio (OMC) é um marco institucional que, inspirado na ideologia neoliberal, fez que prevalecessem os interesses e critérios das grandes corporações e dos países mais desenvolvidos. A maior evidência dessa distorção é o tratamento diferenciado dado aos bens industriais e aos serviços em relação aos produtos agrícolas. Com relação aos primeiros, a liberalização do comércio avançou substancialmente; porém, com relação aos produtos agrícolas, praticamente não se alteraram as medidas e políticas protecionistas dos EUA e União Européia. Mas este não é o único contencioso importante: há ainda o Acordo sobre Medidas de Investimento Relacionadas ao Comércio (TRIMS) e o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias. No primeiro, se proíbe “qualquer política pública que exija do investidor externo o cumprimento de metas de exportação ou a utilização de componentes de origem local.” Assim, o TRIMS praticamente impede a superação da vulnerabilidade externa no que tange ao direcionamento do processo de substituição de importações para setores específicos, seja para fins de equilíbrio da balança comercial, seja para transferência de tecnologia. Já o Acordo sobre Subsídios “representou a eliminação dos subsídios específicos a diversos setores industriais, especialmente os vinculados a exportações”. Em suma, está consolidado nas regras da OMC um “tratamento especial e diferenciado” em favor dos países desenvolvidos. Mercadante, Aloizio. “A Outra Batalha na OMC”. *Folha de São Paulo*, 9 de março de 2003.

people in the world are greater than the combined wealth of all 48 least-developed countries, with a population of 600 million”.²⁶⁸

Na verdade, o comércio é considerado um mecanismo de transferência de recursos. Por exemplo, segundo a tese cepalina sobre a *tendência à deterioração dos termos de troca* (tese Prebisch-Singer) as desigualdades entre o centro desenvolvido e a periferia subdesenvolvida se reproduzem pelo comércio internacional, isto é, os problemas da periferia são resultantes do funcionamento da economia mundial, na qual centro e periferia estão inter-relacionados. A periferia produz mercadorias cujo preço se deteriora ao longo do tempo em relação aos produtos produzidos pelo centro, dada a divisão internacional do trabalho e a concentração da inovação tecnológica.. A luta pelo *mercado comum latino-americano* consiste exatamente em promover uma área ampliada própria para que os produtos latino-americanos tivessem uma escala econômica maior e se pudesse assim alavancar a industrialização e dinamizar a economia. Embora a *deterioração dos termos de troca* não causasse diretamente a pobreza da periferia, os estruturalistas argumentavam que esta troca desigual reduzia o *excedente* – ou a *capacidade de acumulação* da periferia – que estaria disponível para combater a pobreza.

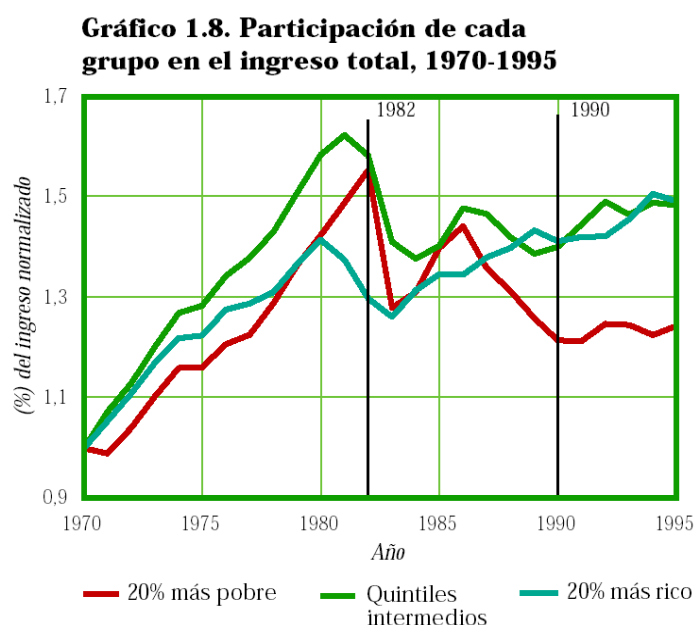
Este raciocínio na verdade serve para todos os processos de transferência que citamos aqui entre a periferia e centro: todos estes recursos poderiam ser usados na erradicação da pobreza. Porém, pela sua rigidez e persistência, esses processos nos dão a dimensão da dificuldade em reverter o *padrão de acumulação* concentrador e excludente. Contudo – hipoteticamente – a pobreza absoluta *poderia* ainda ser erradicada dentro do sistema capitalista, desde que essa imensa transferência de recursos para os países centrais e corporações transnacionais cessasse e se redirecionasse para o desenvolvimento social nos países mais pobres. É uma questão de vontade política. No entanto, é improvável que ocorra uma diminuição significativa da pobreza relativa ou *desigualdade* dentro deste sistema. Expliquemo-nos. Trata-se de dois problemas a enfrentar: de um lado, um **modelo de crescimento** ao qual corresponde um *modo (liberal) de combate à pobreza*; e de outro lado, um **sistema econômico** – dizemos “sistema” porque se trata da *hegemonia* de um *modo de produção (capitalismo)* no planeta – que por sua lógica interna produz a concentração de renda e riqueza dentro dos países e em nível mundial. Temos, em primeiro lugar, uma coalizão sócio-econômica e política em torno da redução da intervenção dos Estados na economia e pela desregulamentação dos mercados – o chamado **neoliberalismo** –, que representa os interesses não somente das empresas transnacionais (ETNs), mas também do mercado financeiro internacional. É esta coalizão que vai comandar um tipo de intervenção governamental para combater a pobreza, com o apoio dos organismos internacionais. Em segundo lugar, temos o próprio **sistema capitalista** que, com suas estruturas e mecanismos, é o principal gerador da desigualdade nos países e na economia internacional. Na nossa opinião, o *modelo de crescimento neoliberal* aumenta a *pobreza* e o *sistema capitalista* perpetua a *desigualdade*, tanto interna quanto entre as nações.

Para Salama e Valier, os *padrões de inserção na economia mundial* das regiões periféricas (basicamente, na América Latina: economia primário-exportadora e industrialização por substituição de importações) foram os responsáveis pela distribuição de renda vertical que deu origem à dinamização do crescimento. Isto é, houve a instauração de um *regime de acumulação* que harmonizava o perfil da distribuição de renda com o da produção: “uma distribuição de renda que favorecia as classes médias, excluindo ainda mais os de renda menor; uma produção dinamizada pela expansão do setor de bens de consumo

²⁶⁸ Oxfam. *Loaded Against the Poor: World Trade Organization*. Oxfam Policy Department, nov 1999, position paper, <http://www.oxfam.org.uk>.

duráveis destinados principalmente a essas classes médias [...] e as camadas superiores, bem como pela demanda induzida dirigida ao setor de bens de capital”.²⁶⁹ Ou seja, trata-se de um *regime de acumulação excludente*. A situação dos excluídos dos benefícios da acumulação se agravou com a inflação, as crises econômicas e a expansão do *domínio financeiro*.

Segundo estes autores, a um *saneamento liberal* da situação econômica (estabilização e controle do déficit público, basicamente) corresponde um *padrão de combate à pobreza* que depende: a) do estado de saneamento das finanças públicas, b) dos recursos provenientes da privatização de empresas públicas e c) da destinação focalizada das despesas sociais do governo. Essas políticas permitem uma diminuição do empobrecimento crescente, embora aumentem a parcela da população concentrada em torno da *linha de pobreza* devido a dois processos: a) desigualdade crescente entre aqueles que se beneficiam da renda do trabalho com os que se beneficiam da renda do capital; e b) distribuição diferente da renda do trabalho entre os que são qualificados e os que não o são, e entre os que tem emprego e os desempregados. Além disso, os cortes no orçamento, resultantes do desmonte do Estado do Bem Estar Social promovido pelas políticas neoliberais, geralmente afetam setores como educação e saúde, que são voltados para as pessoas mais carentes.



Na verdade, afirmam Salama e Valier,²⁷⁰ na América Latina, os sistemas de proteção social são, simultaneamente, *economicamente ineficientes* e *socialmente injustos*. Primeiro porque têm um grau de universalização muito fraco: muitos ficam de fora, principalmente os informais. Segundo porque não são sistemas uniformes: os benefícios são extremamente diferenciados de acordo com o grupo social ou região. Essa realidade faz com que o discurso antiestatal do liberalismo que se quer social se traduza em políticas sociais que são: orientadas aos “extremamente pobres”, assistencialistas, privatizantes, descentralizadas, e com apelo à mobilização “solidária” da população. O resultado econômico é que ao lado de uma *diminuição provisória do empobrecimento*, uma *consolidação e aprofundamento da desigualdade social*, e *nenhuma redução da pobreza absoluta*. Como podemos ver acima, os

²⁶⁹ “Os padrões de inserção na economia mundial constituem [...um dos] fatores explicativos da pobreza.” Salama e Valier (1997), Op Cit., pp. 15-19.

²⁷⁰ Op Cit., pp. 123-128.

20% mais pobres da população da América Latina perdem renda em termos proporcionais justamente a partir da *crise da dívida* e da implantação da *via liberal de combate à pobreza*.

Ora, diante disto estamos em condições de entender a dificuldade dos governos em cumprir seus próprios prazos. Senão vejamos: a ONU, conjuntamente com as principais lideranças mundiais reunidas em diversas cúpulas planetárias,²⁷¹ estabeleceu como objetivo cortar pela metade o número de miseráveis em todo o planeta até 2015. Deste ponto de vista, não se trata apenas de incentivar o crescimento econômico – dado que sem ele ficaria impossível – mas também de incentivar o crescimento voltado para os mais pobres. Mais ainda, é preciso diminuir a desigualdade para tornar a promessa viável. Assim, as condições do crescimento econômico e o grau de desigualdade são dois fatores-chave que determinam a extensão da redução da pobreza em cada país. Conseguir um bom desempenho em ambos seria o mínimo a ser feito para aliviar a pobreza de 57% da população mundial que vive com menos de US\$ 2 por dia, isto é, para reduzir pela metade a população abaixo de US\$ 1 por dia, massa humana que hoje representa ¼ da população mundial.

²⁷¹ Para checar se os compromissos assumidos por Chefes de Estado na **Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social de Copenhagen em 1995** estão sendo implementados ou não, convidamos o leitor para avaliar e contrastar cada um desses enunciados com a realidade atual do capitalismo globalizado, da dependência estrutural e das políticas neoliberais. Como plataforma de valores éticos este conjunto de compromissos é quase insuperável, mas como política de planejamento social tem enfrentado sérios impedimentos, pois – para além de todos os mecanismos econômicos e sociais perversos que descrevemos aqui – existe a **falta de real vontade política** para promover a *mudança social transformadora* necessária a um desenvolvimento mais igualitário. Talvez coubesse falar de um “*internacionalismo de etiqueta*”, como se referia Mariátegui à Sociedade das Nações, ou seja, um internacionalismo de fachada, sem base na *realidade histórica* para promover as mudanças que discursa. Por isso os compromissos não estão sendo cumpridos.

“Primer compromiso: Nos comprometemos a crear un entorno económico, político, social, cultural y jurídico, que permita el logro del desarrollo social.

Segundo compromiso: Nos comprometemos, como imperativo ético, social, político y económico de la humanidad, a lograr el objetivo de erradicar la pobreza en el mundo mediante una acción nacional enérgica y la cooperación internacional.

Tercer compromiso: Nos comprometemos a promover el objetivo del pleno empleo como prioridad básica de nuestras políticas económicas y sociales y a preparar a todas las mujeres y hombres para conseguir medios de vida seguros y sostenibles mediante el trabajo y el empleo productivos elegidos libremente.

Cuarto compromiso: Nos comprometemos a promover la integración social fomentando sociedades estables, seguras y justas, y que estén basadas en la promoción y protección de todos los derechos humanos, así como en la no discriminación, la tolerancia, el respeto de la diversidad, la igualdad de oportunidad, la solidaridad, la seguridad y la participación de todas las personas, incluidos los grupos y las personas desfavorecidos y vulnerables.

Quinto compromiso: Nos comprometemos a promover el pleno respeto de la dignidad humana y a lograr la igualdad y la equidad entre el hombre y la mujer y a reconocer y aumentar la participación y la función directiva de la mujer en la vida política, civil, económica, social y cultural, y en el desarrollo.

Sexto compromiso: Nos comprometemos a promover y a lograr los objetivos del acceso universal y equitativo a una educación de calidad, el nivel más alto posible de salud física y mental, y el acceso de todas las personas a la atención primaria de la salud, procurando de modo especial rectificar las desigualdades relacionadas con la situación social sin hacer distinción de raza, origen nacional, sexo, edad o discapacidad; a respetar y promover nuestras culturas comunes y particulares; a procurar fortalecer la función de la cultura en el desarrollo; a preservar las bases esenciales de un desarrollo sostenible centrado en las personas; y a contribuir al pleno desarrollo de los recursos humanos y al desarrollo social. El fin de estas actividades es erradicar la pobreza, promover un empleo pleno y productivo y fomentar la integración social.

Séptimo compromiso: Nos comprometemos a acelerar el desarrollo económico, social y humano de África y de los países menos adelantados.

Octavo compromiso: Nos comprometemos a velar por que los programas de ajuste estructural que se acuerden incluyan objetivos de desarrollo social, en particular, la erradicación de la pobreza, la generación de empleo pleno y productivo y la promoción de la integración social.

Noveno compromiso: Nos comprometemos a aumentar sustancialmente o a utilizar con mayor eficacia los recursos asignados al desarrollo social con objeto de alcanzar los objetivos de la Cumbre mediante la acción nacional y la cooperación regional e internacional.

Décimo compromiso: Nos comprometemos a mejorar y fortalecer con espíritu de coparticipación, el marco de la cooperación internacional, regional y subregional para el desarrollo social por medio de las Naciones Unidas y de otras instituciones multilaterales.”

Ver: Organização das Nações Unidas. *Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social*. Copenhagen, PNUD, 1995

gopher://gopher.undp.org/00/unconfs/wssd/summit/off/a--9.sp

O *desenvolvimento social* é uma noção que não constava originalmente da Carta das Nações Unidas, e que surge na década de 1960 envolvendo: educação, saúde, trabalho, moradia, serviços sociais, previdência social e avaliação do funcionamento geral das sociedades. O conceito de *desenvolvimento social*, tal como definido pela Cúpula Mundial do Desenvolvimento Social de Copenhagen (Resolução nº 47/92), denominada a “Cúpula da Pobreza”, envolve:²⁷²

- equilíbrio necessário entre eficiência econômica e justiça social, num ambiente de desenvolvimento equânime e sustentável, voltado para o crescimento, de acordo com prioridades definidas no âmbito nacional;
- interação entre a função social do Estado, as respostas do mercado às demandas sociais e os imperativos do desenvolvimento sustentável; e
- identificar problemas comuns dos grupos socialmente prejudicados e marginalizados e promover sua integração na sociedade.

A expressão *desenvolvimento social* passa a ter, então, um sentido claramente humanista, consensualmente definido e baseado na universalidade dos direitos humanos, consagrada na Cúpula dos Direitos Humanos de Viena em 1993. Inter-relaciona-se assim, democracia, direitos humanos e desenvolvimento. O *direito ao desenvolvimento* em suas vertentes individual e coletiva passa a ser a grande prioridade, com três grandes temas universais: integração social dos grupos marginalizados; redução da pobreza; e expansão do emprego produtivo.

Boutros Boutros-Ghali, secretário-geral das Nações Unidas na época, pretendia que a Cúpula Mundial de 1995 selasse um “*novo contrato social de nível global*”, renovando o projeto progressista do Iluminismo. Porém, segundo Alves, isso não foi possível porque “a *modernidade* discursiva apresenta-se contraditória com a realidade do mundo”.²⁷³ Com a Cúpula Mundial do Desenvolvimento Social não foi diferente, pois o Programa de Ação de Copenhagen apresenta-se extremamente conservador.²⁷⁴

- Reitera-se a chamada fórmula “20/20”, pela qual cada país doador destinaria 20% de seus fundos de assistência ao exterior a objetivos de *desenvolvimento social*, enquanto que os países em desenvolvimento devotariam 20% de seus orçamentos nacionais aos mesmos objetivos;
- Reitera-se a recomendação aos países ricos de aumentarem os montantes da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA), doações dos países ricos aos 49 países mais pobres do mundo, que ainda não é honrada na sua percentagem conveniada de 0,7% do PIB de cada país, de acordo com o que foi estabelecido em 1970;
- A proposta formulada pelo economista James Tobin em 1978 e endossada pelo relatório do PNUD de 1994, no sentido da criação de um fundo de ajuda aos países em desenvolvimento com base numa taxa de até 0,5% imposta internacionalmente sobre aplicações de capital de curto prazo nos mercados financeiros internacionais, não foi incorporada;

²⁷² Alves, Lindren. *Relações Internacionais e Temas Sociais: a Década das Conferências*. Brasília, IBRI, 2001, Cap. 6.

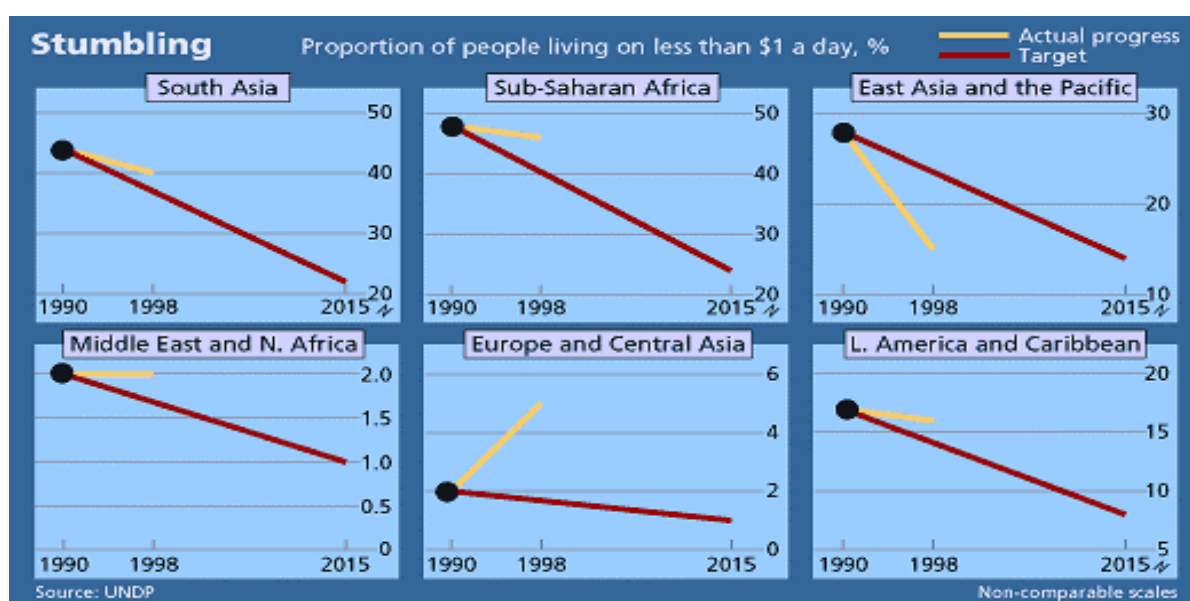
²⁷³ Op Cit., p. 186-187 e 195.

²⁷⁴ Idem, p. 192 e 196.

- Também não foi incorporada a idéia de se promover uma revisão dos mecanismos e instituições financeiras multilaterais com vistas ao estabelecimento de um sistema eficaz de controle sobre os capitais especulativos, num intento de diminuir a volatilidade dos mercados emergentes, proposta de vários países, inclusive do Brasil.

Como vimos, a desigualdade tende a aumentar, e o crescimento não é suficiente, nem é voltado para aliviar a pobreza onde ela é mais severa. Este fato aliado à inefetividade das convenções internacionais em promover um verdadeiro desenvolvimento econômico e social sustentável, têm como resultado o fato que não será possível cumprir o foi determinado e reiterado por várias vezes em diversas cúpulas de chefes de Estado.

Vemos nos gráficos abaixo que a Ásia Oriental é a única exceção positiva em todo o mundo no que concerne às metas de erradicação da pobreza, pelas que vimos sobre a China.



Fonte: *The Economist*, PNUD (UNDP).

Diante dessa situação crítica e utilizando o quadro teórico exposto, é natural que concordemos com Casanova,²⁷⁵ que identifica três tipos de crise:

a) a *crise hegemônica*: que requer uma *política hegemônica alternativa*, que, segundo Casanova, já vem sendo implantada por meio das políticas públicas de *focalização* de serviços para *populações-alvo*, dos investimentos Estatais em *nichos* do sistema, das políticas de *solidariedade* ou *caridade* transnacional e das políticas das agências internacionais que financiam estudos e projetos de erradicação da pobreza. Entendemos que essas políticas públicas representam uma *reformulação* das *políticas neoliberais* na sua versão mais crua, fruto da renovação de uma coalizão social e política de classes dominantes originária do assim chamado “Consenso de Washington”;

b) a *crise econômica*: que requer uma *política econômica alternativa* de gestão da crise que implique num modelo econômico alternativo de gestão do capitalismo, dado o desserviço dos programas neoliberais para a erradicação da miséria. Sinteticamente, pode-se dizer que é um modelo preocupado em eliminar desigualdades mais que somente acabar com a pobreza. Trata-se, na nossa opinião, de um manejo macroeconômico anticíclico que diz

²⁷⁵ Casanova (1999), Op Cit.

respeito aos *padrões de inserção internacional e aos regimes de acumulação* das diferentes regiões do planeta, e que acabam conformando *modos de desenvolvimento* em cada conjunto observado de países; e finalmente

c) a *crise sistêmica*: que requer uma *política anti-sistêmica alternativa* e que, conforme acreditamos, se refere diretamente ao *modo de produção capitalista* enquanto sistema sócio-econômico que deve ser superado. Nestas possibilidades abertas de lutas múltiplas lançadas ao mesmo tempo, a *luta alternativa* para enfrentar a crise econômica se transforma numa *luta hegemônica* da sociedade civil organizada e esta se desdobra numa *luta hegemônica* pela gestão democrática dos sistemas de dominação, de acumulação, de apropriação e de distribuição, apontando na direção daquilo que Casanova e o Subcomandante Marcos chamam de *democracia de todos*,²⁷⁶ isto é, uma universalidade que visa uma melhor repartição do produto, dos sistemas de produção de bens e serviços, além de uma desconcentração deste *sistema de poder* atual.

São três níveis de resolução da crise no capitalismo que têm seus graus de alcance diferenciados na possibilidade de modificar a situação de pobreza e desigualdade da população mundial e particularmente da América Latina. Pode-se identificar uma *política alternativa à gestão neoliberal* que já vem sendo pensada e implantada por meio das políticas públicas locais, dos investimentos dos Estados Nacionais, das políticas de solidariedade ou caridade transnacional e de algumas políticas das agências internacionais, todas estas voltadas para o combate à pobreza e à desigualdade, seja nas suas causas ou nos seus efeitos. Trata-se de uma acumulação de experiências cujo ápice foi sem dúvida a articulação progressista em torno do Fórum Social Mundial nas suas três versões até agora. Essas políticas diversificadas, plurais e inovadoras, representam uma reação às políticas neoliberais até então dominantes, e se cristalizam numa nova formulação da coalizão social e política de classes, o que se dá de maneira variada em cada país.

No Brasil, por exemplo, Furtado já raciocinava no sentido de criar um consenso que estabelecesse uma política de Estado cujos objetivos mínimos fossem: modificar a tendência à concentração de renda, proteger as identidades culturais nacionais, e promover a equidade entre as nações no que concerne aos frutos do trabalho. Neste sentido Furtado elabora uma “agenda para o futuro”, uma *agenda mínima*²⁷⁷ cabal para qualquer governo latino-americano:

²⁷⁶ Para Casanova, até agora a democracia tem sido definida a partir: 1) do liberalismo e conservadorismo; 2) da social-democracia; 3) do comunismo; 4) do nacionalismo revolucionário. As limitações destes quatro movimentos a sua refuncionalização pelo sistema dominante tornou-os co-participantes destas mesmas formas de dominação, constituindo-os como sistemas de exclusão política e social. Casanova considera a justiça social como um projeto de democracia não excludente. “O projeto de uma democracia não excludente e universal considera, com maior profundidade possível, a luta contra as mediações que são funcionais para o sistema dominante; mas dá ênfase à construção de suas próprias mediações alternativas para o êxito na luta pela democracia. Desta forma, destaca o valor da democracia plural, eleitoral, participativa e incluyente, e ao mesmo tempo traz o problema de uma ordem social na qual desapareçam a exploração, a marginalização e a exclusão”. Assim, a reestruturação e construção do conceito de democracia a entendem: 1) como universal no sentido de uma democracia planetária não-excludente; 2) como rede de governos de povos do mundo com o mais amplo pluralismo e com sistemas de participação e representação incluyente; 3) como rede de governos que respeitem a soberania e a autonomia dos povos, etnias e organizações das sociedades civis; 4) como controle dos mercados e dos Estados pelas sociedades civis; 5) como processo de democratização permanente; 6) como redes de conhecimento e ação, de comunicação e informação. Esta “democracia de todos”, como os zapatistas do EZLN a chamam, compreende valores como a justiça social e a liberdade, a tolerância e a solidariedade que deverão ser determinados como parte de um projeto universal de democracia de todos com mediações a serem incentivadas e criadas a partir da sociedade civil. “A alternativa hoje (...) é uma revolução democrática, preferencialmente pacífica, que irá enfrentar obstáculos e violência e que oscilará entre o conflito e o consenso, enquanto constrói a alternativa”. Casanova, Pablo González. *Exploração, Colonialismo e Luta pela Democracia na América Latina*. Petrópolis, Vozes, 2002, pp. 275-306.

²⁷⁷ Furtado (1987), Op Cit., pp. 151-159

- Necessidade de reformulação da estrutura supervisora das atividades inter e transnacionais (reformulação do sistema econômico internacional com origem em Bretton Woods, 1944).
- Necessidade de elevar o valor do trabalho na periferia (“Não estamos falando em redistribuição de renda [...] estamos fazendo referência tão-somente ao trabalho que se incorpora aos produtos que circulam internacionalmente, ao qual caberia reconhecer um valor correspondente à produtividade média das economias que participam dessas transações.”).
- Necessidade de colocar a criação de liquidez internacional a serviço da solução dos problemas mais prementes da humanidade (controlar a ação dos especuladores para reduzir instabilidades e reorientar os recursos em direção dos povos de maior pobreza relativa).
- Necessidade de desconcentrar o sistema industrial em benefício da periferia (como parte de uma política global de valorizar a mão-de-obra na periferia, e não como um projeto de empresas transnacionais que aí encontram uma fonte adicional de *mais-valia*).
- Necessidade de modificar o estilo de desenvolvimento (isto porque o estilo de vida que prevalece no centro de sistema capitalista não está ao alcance dos povos da periferia, ou seja, não é um estilo de desenvolvimento generalizável, além de, dentro da atual Ordem Econômica Internacional, operar “inexoravelmente” no sentido da agravação das desigualdades sociais nos países periféricos).

Trata-se²⁷⁸ de uma agenda mínima para recriar na realidade os conceitos de **sistema econômico nacional brasileiro**, enquanto “*persistência de centros nacionais de decisão como marco básico para definição de critérios valorativos*”,²⁷⁹ pertinentes às suas economias, e de **subsistema regional latino-americano**, enquanto “*espaço econômico com mobilidade de fatores e coordenação das decisões políticas com repercussão no plano econômico*”,²⁸⁰ ambos em contraposição à ação dos centros hegemônicos e seus conglomerados transnacionais.

²⁷⁸ Op Cit., pp. 34-35 e 56-57.

²⁷⁹ Para Florestan Fernandes, **desenvolvimento** significa o modo pelo qual os homens transformam socialmente a organização da sociedade, processo que se apresenta como um **valor social** tanto no comportamento dos indivíduos, quanto nos movimentos sociais. Fernandes, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968, p. 166.

²⁸⁰ Barbosa identifica uma fase romântica (voluntarista, retórica e tecnocrática) no **processo de integração da América Latina**, seguida de uma fase pragmática (interdependência ativa dos países da região, num contexto de crescente abertura internacional e liberalização econômica interna). Assim, originalmente pensado como instrumento para defender os países latino-americanos contra o exterior, transformou-se num fator adicional para melhor inserção internacional do continente. Nesta trajetória, certamente não conseguiu ser um “espaço econômico com mobilidade de fatores”, muito menos conseguiu “coordenar decisões políticas com repercussão no plano econômico”. Barbosa, Rubens Antonio. *América Latina em Perspectiva: a Integração Regional da Retórica à Realidade*. São Paulo, Aduaneiras, 1991, 58-78.

B. Análise Regional (CEPAL, BID, BIRD, PNUD)

A CEPAL,²⁸¹ usando linhas de pobreza baseadas nas *necessidades básicas* estimou que, por volta de 1960, 50% da população da América Latina era pobre. Essa porcentagem passou para 40% em 1970, quando o Brasil teria 49%, o México 34% e a Argentina 8%. Já em 1980, a CEPAL²⁸² calculou que na América Latina 35% dos *domicílios* eram pobres e 15% indigentes. Depois de aumentar para 41% os domicílios pobres e 18% os indigentes em 1990, o quadro voltou a ser, em 1999, praticamente o mesmo que em 1980 em termos percentuais. Porém, enquanto a pobreza rural cresceu pouco (59,9% para 63,7%), a pobreza urbana aumentou de 29,8% para 37,1% da *população* das cidades, o que, com o crescimento populacional significou a duplicação do número de pobres urbanos: de 62,9 milhões em 1980 para 134,2 milhões em 1999. Somados aos rurais, o número de pobres na América Latina em 1999, conforme calculado pela CEPAL,²⁸³ salta para 211,4 milhões de pessoas. Então, se medida pela *porcentagem* de indivíduos abaixo da linha de pobreza há uma estagnação da pobreza, ou até uma melhoria se considerado o período 1990-1999. Mas o fato é que o *número de pobres* em termos absolutos saltou de 135,9 milhões em 1980 (40,5%) para 211,4 milhões em 1999 (43,8%). O *número de indigentes* aumentou de 62,4 milhões de pessoas em 1980 (18,6%) para 89,4 milhões em 1999 (18,5%). Dito de outra forma: 35% dos *domicílios* latino-americanos são pobres e 14% dos *domicílios* são indigentes.

A CEPAL dividiu os países da América Latina em grupos de alta incidência de pobreza (Honduras, Nicarágua, Equador, Guatemala, Bolívia e Paraguai), média incidência de pobreza (Venezuela, Colômbia, El Salvador, República Dominicana, México, Brasil, Peru e Panamá) e baixa incidência de pobreza (Chile, Costa Rica, Argentina e Uruguai). Alta incidência de pobreza significa que uma porcentagem não inferior a 40% da população está vivendo na pobreza. Segundo a CEPAL esse grupo não poderia superar a pobreza sem “una decidida y especial cooperación internacional y particularmente regional”.²⁸⁴ Uma baixa incidência significa que menos de 20% da população é pobre. O restante (8 países, inclusive o Brasil) está na faixa intermediária (20%-40%). O Brasil diminuiu a população pobre de 41% para 29% entre 1990 e 1996, sendo que a pobreza rural diminuiu mais do que a urbana, o que é importante dado que a pobreza em números absolutos é um fenômeno urbano, mas a indigência é um fenômeno basicamente rural na América Latina. Foi o acelerado processo de urbanização na região que provocou a mudança espacial da pobreza do campo para a cidade.

Pode-se apontar já para 1970 algumas tendências que perduram na caracterização da pobreza latino-americana:²⁸⁵ a) por volta de 55% do total de pobres eram menores de 15 anos, sendo que na época essa faixa etária representava 40% da população; b) um em cada quatro pobres era menor de 6 anos, e metade desta faixa etária era pobre; c) a renda dos domicílios pobres vem quase que exclusivamente do trabalho, existindo estreita relação entre pobreza e desemprego, e também entre pobreza e uma situação de subemprego; d) os domicílios encabeçados por mulheres têm alta probabilidade de serem indigentes; e) o nível de educação é uma variável altamente correlacionada com a pobreza, sendo que a maioria dos chefes de família pobres e indigentes tinha menos de 3 anos de estudo; f) a

²⁸¹ CEPAL. *La Pobreza en América Latina: Dimensiones y Políticas*. Santiago, ONU, 1985, pp. 11-49.

²⁸² CEPAL. *Panorama Social de América Latina*. Santiago, CEPAL, 1998.

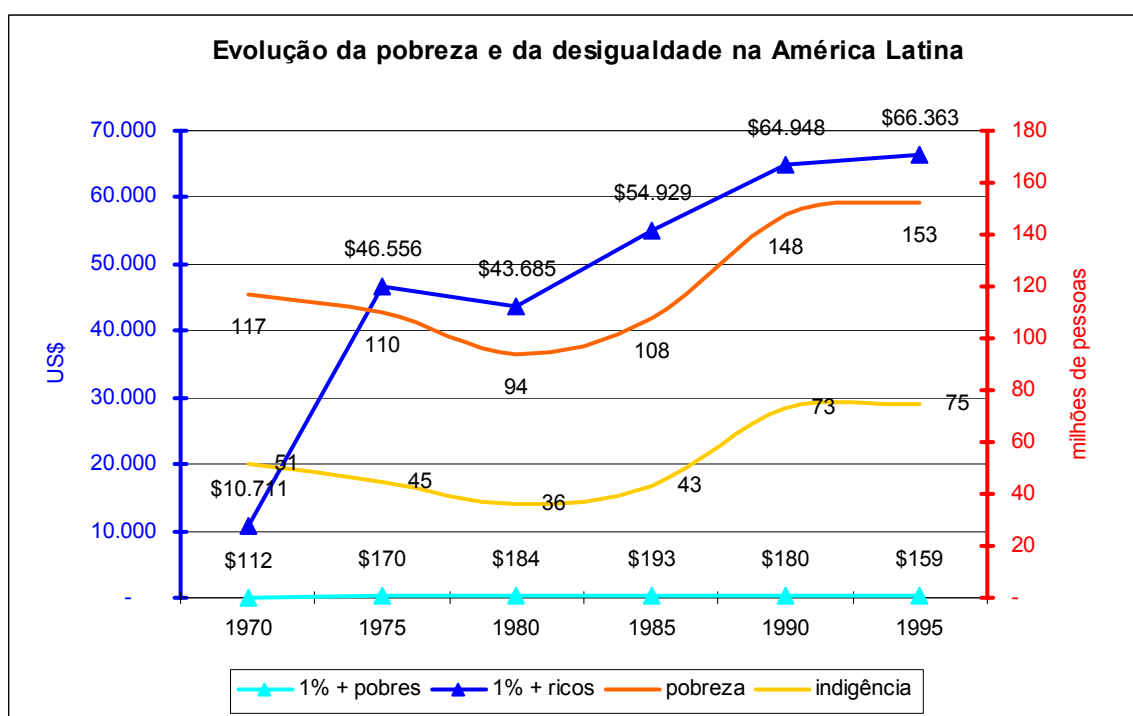
²⁸³ CEPAL. *Panorama Social de América Latina 2000-2001*. Santiago, CEPAL, 2001.

²⁸⁴ CEPAL (1985), Op Cit., p. 48.

²⁸⁵ Idem, pp. 28-49.

pobreza rural é mais intensa, afetando mais as populações indígenas e os trabalhadores temporários; g) o crescimento econômico é uma condição necessária mas não suficiente para superar a pobreza.

Mesmo assim, um estudo do BID²⁸⁶ afirma que “contrariamente às nossas expectativas” a pobreza e a desigualdade não declinaram significativamente na região apesar do crescimento e estabilidade havidos na década de 1990. Fato que sugere que embora um cenário macroeconômico favorável possa ocasionar o alívio da pobreza e melhorias na distribuição da renda, não é uma condição suficiente para que ambas aconteçam. As tendências observadas para toda a região são basicamente as mesmas para cada um dos países. Dados deste mesmo estudo mostram que a proporção da pobreza caiu durante a década de 1970 – de 43,6% para 27,5% - graças ao crescimento econômico e às melhorias na distribuição de renda. Na segunda metade da década de 1980 houve o movimento contrário, atingindo um pico de 35,2% em 1990. “Surpreendentemente”, para Londoño e Székely, a proporção da pobreza não declinou durante a recuperação dos anos 1990, permanecendo em 33%. A tendência da *pobreza extrema* (indigência) é muito similar. No gráfico abaixo, a desigualdade extrema está estampada na diferença entre a renda média dos 1% mais ricos e 1% mais pobres, que chega à razão de 417 em 1995.



Fonte: A partir de Londoño e Székely, *Persistent Poverty and Excess Inequality Latin America, 1970-1995*. Washington, BID, 1997. O estudo assume que os números de 13 países, correspondentes a 83% da população latino-americana, representam o total.

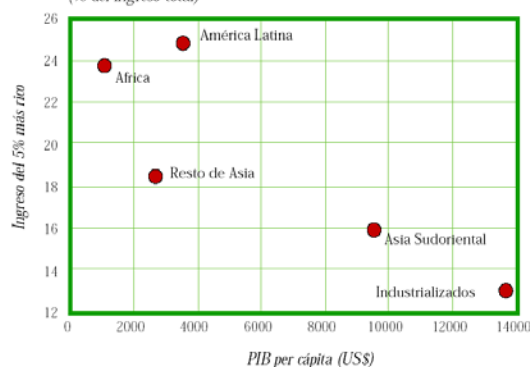
“So, it seems that inequality levels in LAC are so high that poverty will not decline substantially as a natural outcome of growth, even in periods of economic recovery. (...) According to our estimates, LAC registered an ‘excess’ of poverty of around 50% during the 1990s. In other words, if income distribution corresponded to what one would expect given the level of development of the region, the number of poor would be half the number

²⁸⁶ Londoño e Székely, *Persistent Poverty and Excess Inequality: Latin America, 1970-1995*. Washington, BID, 1997

actually observe. (...) By looking at the previous result, it seems quite obvious that poverty in LAC is to a large extent a distributive problem”.²⁸⁷

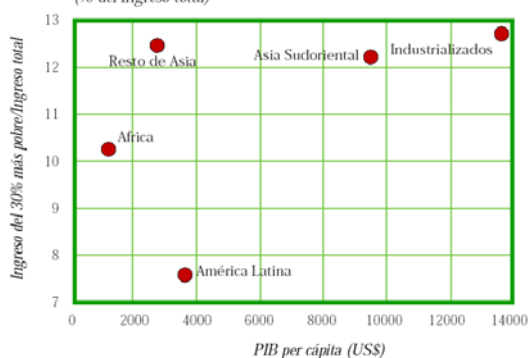
Difícil aceitar esse conceito de “excesso” de pobreza (de 50%) e de “excesso” de desigualdade (que seria de 25% e aumentando). Parece que dizemos que há uma pobreza “aceitável” e uma desigualdade “normal”... De qualquer forma, em termos de distribuição de renda, a América Latina é a região do planeta onde existem as maiores desigualdades e onde os mais ricos recebem uma maior proporção da renda. Segundo o BID,²⁸⁸ 5% da população recebe 25% do total nacional. Por outro lado, os 30% mais pobres recebem 7,5% da renda total. Em qualquer outra parte do mundo esta cifra é superior aos 10%, o que demonstra a extrema concentração da renda na região. Mais ainda, apesar de ter um PIB *per capita* intermediário, a América Latina apresenta a maior porcentagem de renda para os 5% mais ricos e a menor porcentagem de renda para os 30% mais pobres entre todas as regiões do planeta.

Gráfico 1.1. Ingreso que recibe el 5% más rico
(% del ingreso total)



Fuentes: cálculos del BID a partir de Deininger y Squire (1996a).

Gráfico 1.2. Ingreso que recibe el 30% más pobre
(% del ingreso total)



Fuentes: cálculos del BID a partir de Deininger y Squire (1996a).

Fonte: BID (1998)

Gráfico 1.7. Concentración del ingreso y pobreza en América Latina, 1970-1995

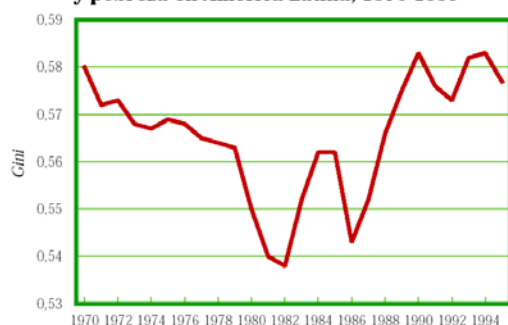


Gráfico 1. Curva de Lorenz típica de América Latina
(Porcentajes)

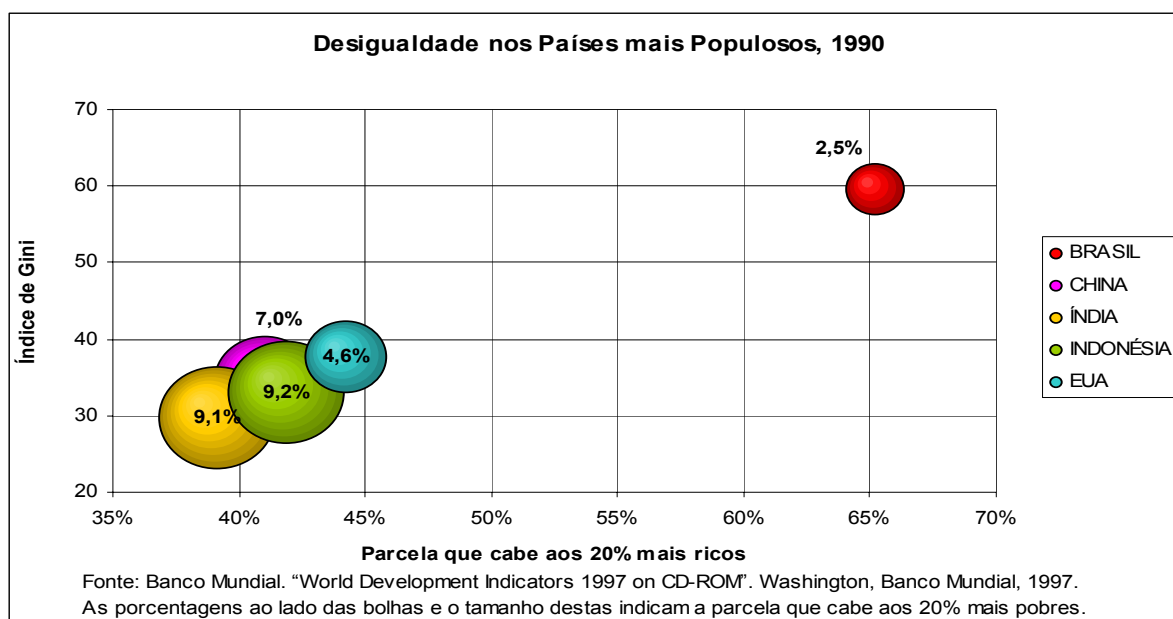


Como vemos acima, numa curva de Lorenz tipicamente latino-americana, os 20% mais pobres recebem 4% da renda e os 10% mais ricos recebem 40% da renda nacional. O coeficiente de Gini, que pode variar de 0 (perfeita distribuição) a 1 (total concentração), oscila entre 0,25 a 0,60 para os países do mundo. Na América Latina a média do índice de Gini é 0,52, com um mínimo de 0,43 para o Uruguai e um máximo de 0,59 para o Brasil. No gráfico acima vemos que nos anos 1990 o Gini da região volta a crescer e se mantém em torno de 0,58. Abaixo temos uma comparação da desigualdade entre os cinco países mais

²⁸⁷ Londoño e Székely, Op Cit., p. 21.

²⁸⁸ BID, *Informe Progreso Económico y Social de América Latina. América Latina Frente a la Desigualdad*, Washington, BID, 1998.

populosos do planeta para podermos avaliar a disparidade com relação ao Brasil, *proxy* da América Latina.



No Brasil, o crescimento econômico iniciado nos anos 1960 e que atravessou os 1970 até a crise da dívida em 1982, reverteu-se numa melhoria da distribuição de renda: o coeficiente de Gini da região melhorou 10% entre 1970 e 1982. Porém, na década de 1980, o decil mais rico aumentou sua participação em 10% às custas dos outros decis, e o decil mais pobre sofreu perdas de 15%.²⁸⁹ Durante os anos noventa, com todas as reformas havidas na economia, a distribuição da renda não melhorou na região. O BID²⁹⁰ explica esta "aparente contradição" pelas mudanças que afetaram de maneira heterogênea os diversos grupos de renda: perderam em termos relativos os 10% mais ricos e os 20% mais pobres e ganharam os grupos intermediários. Portanto, por trás da manutenção dos índices de concentração, não houve estabilidade distributiva.

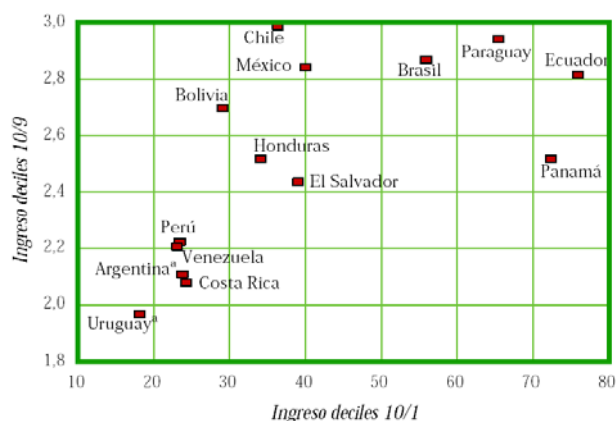
O BID chama a atenção para a distribuição entre ricos como um fator que agrava a distribuição de renda. Embora haja uma diferença não muito pronunciada entre os decis intermediários, há uma enorme brecha entre o decil mais rico e o imediatamente abaixo. No Chile a diferença chega a ser 3 vezes entre os decis mais ricos e mais de 30 entre o decil mais rico e o mais pobre. Notemos abaixo que o Brasil, que tem um dos maiores índices de Gini da região, perde para o Paraguai, Equador e Panamá em termos de desigualdade entre o decil mais rico e o decil mais pobre; e para o Paraguai novamente e para o Chile em termos de desigualdade entre ricos.

²⁸⁹ As perdas / ganhos dos decis mais pobre e mais rico na América Latina são os seguintes:

América Latina	Participação na Renda (%)		Variação percentual (%)		
	1970	1995	1970-80	1980-90	1990-95
Decil mais pobre	1,0	0,8	10,1	-15,2	-14,6
Decil mais rico	45,2	45,4	-6,4	10,6	-3,0

Fonte: Londoño e Székely, Op Cit., p. 10.

²⁹⁰ BID (1998), Op Cit.

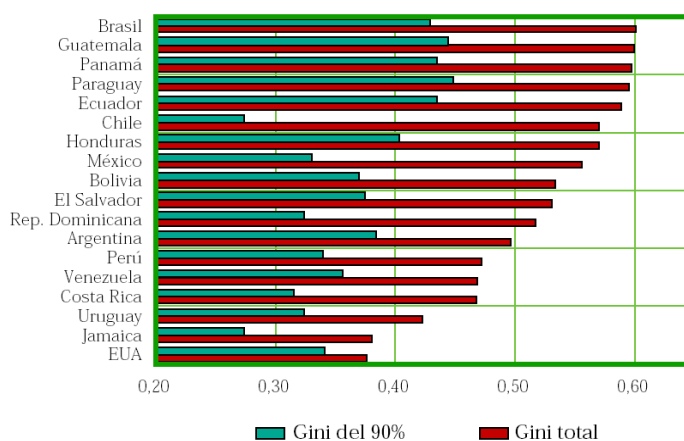
Gráfico 1.9a. Brechas de ingreso

^a Países con datos urbanos solamente.

Fuente: BID, a partir de encuestas de hogares.

“Es posible que estas diferencias sean incluso mayores, ya que los ingresos de capital, que son más importantes en el decil más rico de la población, muy seguramente se reportan por debajo de sus valores verdaderos en las encuestas de ingresos de donde provienen estos cálculos”.²⁹¹

Mesmo com este alerta do próprio BID de que o grau de concentração é maior do que o indicado, a conclusão é que a concentração total de renda dos países latino-americanos está estreitamente associada com a magnitude das brechas de renda entre os decis mais ricos da população. Abaixo, uma interessante análise do BID sobre como seria o coeficiente de Gini se tirássemos os 10% mais ricos e considerássemos apenas os 90% restantes. Chega-se à conclusão que o Gini desses 90% seria de apenas 0,36, o que é sem dúvida mais igualitário que o Gini de 0,52 médio da América Latina. Isto prova que qualquer política de combate à pobreza na América Latina tem de enfrentar a desigualdade de renda e riqueza concentrando seus esforços em promover uma redistribuição dos recursos existentes no decil mais rico, principalmente.

Gráfico 1.11. Concentración del ingreso total y excluyendo al 10% más rico

Fuente: BID, a partir de encuestas de hogares.

²⁹¹ Idem, p. 18.

Assim, deve-se levar em conta essa desigualdade inicial quando se pensa em crescimento. O crescimento econômico sem dúvida favorece a diminuição da pobreza, porém alguns fatores devem ser destacados para se entender a maneira como esse crescimento beneficia os pobres. Os dados da CEPAL²⁹² mostram claramente que o desemprego é proporcionalmente maior nas camadas mais pobres da população. A densidade ocupacional (porcentagem de ocupados num domicílio) também é menor nessas camadas. A crescente incorporação da mulher no mercado de trabalho tende a diminuir a produtividade do trabalho, devido às piores condições em que se dá esta incorporação.

Apesar de concluir que no período 1990-1997 existiu uma clara relação positiva entre a taxa de crescimento da renda nacional bruta real por habitante e a taxa média anual de diminuição da pobreza, a CEPAL adverte que uma mesma taxa de crescimento econômico pode ter efeitos muito diferentes na pobreza de acordo com o modelo de crescimento. Sabemos que a melhor forma de diminuir a pobreza é criando fontes de renda para os pobres, isto é, basicamente, empregos. “La evolución del mercado de trabajo que acompaña al desarrollo pone de manifiesto diferencias entre los países, y potencia el efecto del dinamismo económico sobre la reducción de la pobreza cuando origina expansión en la densidad ocupacional de los hogares y genera empleos de mayor productividad e ingresos”²⁹³. Ou seja, além das diferenças entre os países, devemos observar se o crescimento econômico está agindo sobre o mercado de trabalho de modo a criar empregos para os pobres, e se esses empregos são de maior produtividade e fonte de maior renda para os pobres. Segundo a CEPAL, quando se combina um elevado crescimento econômico com uma rápida expansão do emprego (em quantidade, qualidade e renda), os efeitos se revertem para a diminuição da pobreza, pois a tendência é diminuir a *heterogeneidade estrutural*,²⁹⁴ aumentar a densidade ocupacional e aumentar também a renda do domicílio.

Além do crescimento, podemos citar também a inflação e as transferências (previdência social) como fatores importantes na diminuição da pobreza. Naturalmente que uma inflação baixa aumenta o poder aquisitivo do salário perante a cesta de consumo do trabalhador, mas, diz a CEPAL, não é automática a correlação entre inflação baixa e diminuição da pobreza. Já as transferências, aposentadorias e pensões, são uma grande fonte de renda para domicílios pobres. A heterogênea cobertura dos sistemas de seguridade social nos diversos países da América Latina tem o seu papel na explicação da magnitude e evolução das situações de pobreza.

O crescimento entre 1990 e 1997 aumentou a renda nacional bruta real por habitante na América Latina como um todo. Isto reduziu a incidência de pobreza e indigência, mas à revelia dos indicadores de equidade, pois a distribuição de renda piorou durante a década. A CEPAL explica este fenômeno pela evolução do emprego e do perfil de distribuição dos salários, que acentuaram suas tendências regressivas, com uma deterioração

²⁹² CEPAL (1998), Op Cit.

²⁹³ Idem, p. 42.

²⁹⁴ Para Faletto, a desigualdade social se agrava muito mais com a *heterogeneidade estrutural*, que é a diferença de produtividade dos diversos empregos nas economias latino-americanas. “En el interior de cada sector económico hay diferencias en cuanto al nivel de productividad, lo cual incide sobre los niveles de salario o de ingreso y, como es evidente, los desarrollos más regresivos en términos de distribución de ingresos tienen lugar en los sectores más primitivos de la actividad económica”. Na economia da região criaram-se *pólos modernos* que vertem o seu potencial de acumulação para a sociedade de consumo, além de serem drenados pelos centros econômicos no exterior, resultando na incapacidade que estes pólos modernos têm de arrastar o resto economia rumo a um maior desenvolvimento. Faletto, Enzo. “Problemas de la Transformación Social en América Latina” in: Kliksberg, Bernardo (org.). “Cómo enfrentar la Pobreza? Aportes para la Acción”. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1992, pp. 83-90.

comparativamente maior dos salários das ocupações de baixa produtividade, nas quais se concentra o maior número de empregos.

Isto é, o crescimento econômico pode gerar desigualdade, embora se possa afirmar que esta relação não é necessariamente assim. A estabilidade dos coeficientes de Gini de cada uma das regiões do planeta em patamares próximos aos de 30 anos atrás, apesar das variadas oscilações das taxas de crescimento, sugerem que o crescimento não implica necessariamente num aumento da desigualdade.²⁹⁵ Cabe analisar, ao contrário, porquê países de renda desigualmente distribuída – como são os da América Latina – têm um crescimento menor. Pode-se dizer que países onde há maior desigualdade (o fator terra, por exemplo, pode estar desigualmente distribuído) tendem a ter um crescimento menor. Assim, para qualquer nível de PIB *per capita*, o país com distribuição de renda ou riqueza mais desigual terá uma maior proporção de pobres.

Então, sabendo que a desigualdade na América Latina inibe o crescimento, porquê o crescimento que ocorre aqui gera mais desigualdade? Segundo *The Economist*,²⁹⁶ a resposta da CEPAL é que as reformas econômicas trouxeram esse aumento da desigualdade social, pois o número absoluto de pobres vem crescendo desde o início dos anos 1990. Já o BID afirma o contrário baseado na proporção de pobres da região, que vem baixando no período. Parece que o BID apóia mais as reformas econômicas adotadas na América Latina na última década. Ora, como a distribuição da renda, que além de ser muito desigual, tornou-se pior nesse período, como vimos acima, não podemos deixar de dar razão à CEPAL: trata-se do modelo de crescimento adotado que está gerando pobreza absoluta e desigualdade. Se levarmos em conta o raciocínio acima da CEPAL sobre desigualdade, veremos que a análise sobre o modelo de crescimento vigente passa mesmo pela estrutura de distribuição de renda, via mercado de trabalho. Pois bem, foi justamente esse um dos principais alvos das reformas econômicas, por meio das políticas salariais e da promoção da desregulamentação do mercado de trabalho. A CEPAL parece estar se debruçando exatamente sobre o centro do problema. Já o BID se concentra mais no papel da educação (*capital humano*), do acesso ao crédito (concentração da riqueza) e nos mecanismos políticos-econômicos que condicionam políticas públicas (participação política, instabilidade distributiva e social, e a atuação de grupos de poder do tipo *rent-seekers*), como canais por meio dos quais a distribuição da renda se relaciona com o crescimento.

A CEPAL²⁹⁷ preocupa-se com o processo de transformação econômica recente, que inclui estabilidade, inserção internacional e integração regional, e que revela insuficiências nas taxas de crescimento do PIB, na vulnerabilidade aos capitais voláteis e na fragilidade dos sistemas financeiros, além da queda nos coeficientes de investimento. Como resultado, a *heterogeneidade estrutural* – característica dos sistemas produtivos da América Latina que consiste em diferenças de produtividade entre empresas líderes do processo de modernização e as atividades marginalizadas, que empregam mais mão-de-obra – se acentua e cria bases materiais para ampliar as grandes desigualdades sociais da região. A visão de conjunto que a CEPAL quer estimular trata-se de um enfoque integrado das políticas econômicas e sociais que permita a complementação entre as medidas de incentivo à competitividade e aquelas que estimulam a coesão social. Isto é, uma gestão macroeconômica

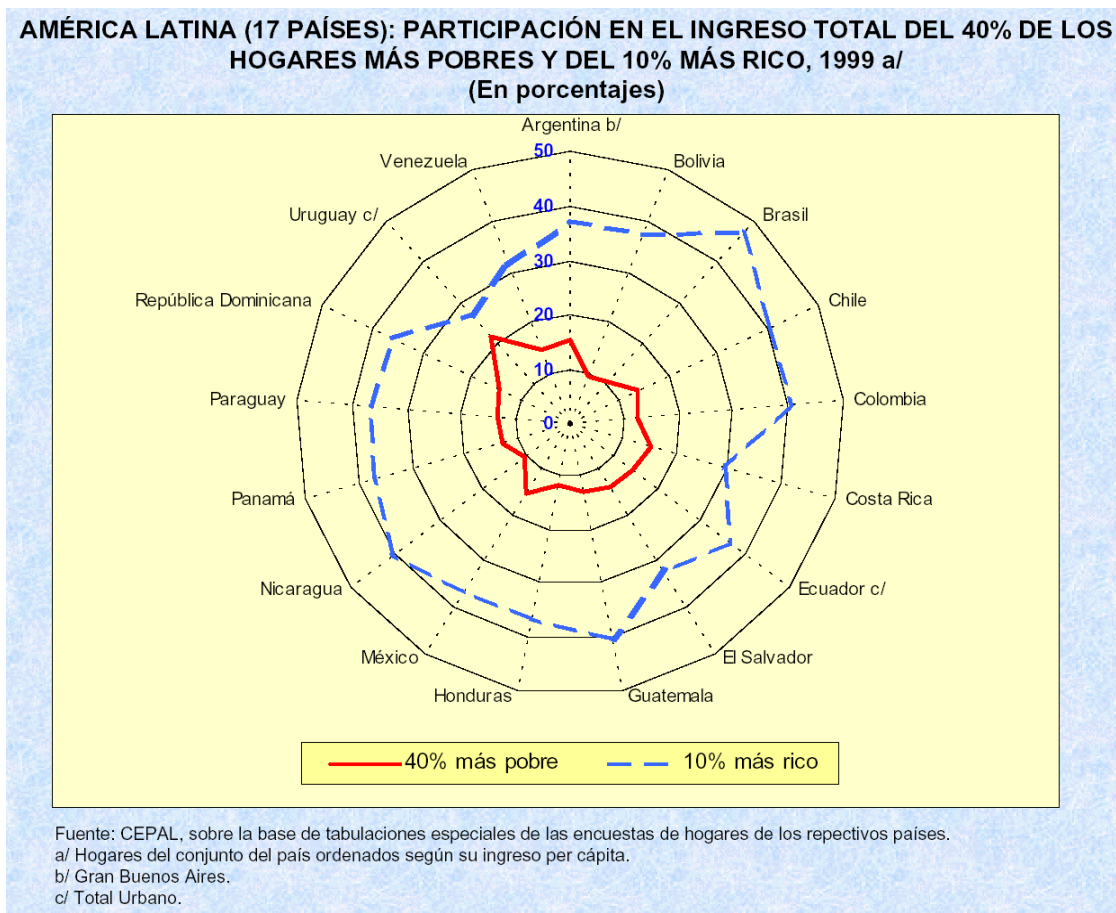
²⁹⁵ *The Economist*, 19 de outubro de 1996, p.132.

²⁹⁶ *The Economist*, 20 de setembro de 1997, p.38.

²⁹⁷ CEPAL. *La Brecha Social de la Equidad. América Latina, el Caribe y la Cumbre Social*. CEPAL, Santiago, Presentación, Resumen y Conclusiones, <http://www.eclac.cl/espanol/TextosFund/brecha.htm>.

que se centre no crescimento elevado e estável, no incentivo à competitividade e em políticas públicas que reforcem o impacto do crescimento no emprego de qualidade.

Quanto à distribuição da renda, a CEPAL²⁹⁸ afirma que a participação dos 10% mais ricos é muito elevada e que em alguns países captam mais de 35% da renda total, superando em muitos casos em mais de 20 vezes a renda dos 40% mais pobres, como vemos abaixo. Por sua vez, cerca de 70% dos habitantes da região vivem em domicílios com renda inferior à média. Durante os anos 1990, apesar de muitos países terem expandido a economia e aumentado o gasto social, a região não conseguiu melhorar a distribuição de renda. A exceção foi o Uruguai (Gini de 49,2 em 1990 e 44,0 em 1999). O coeficiente de Gini aumentou entre 1990 e 1999 no Brasil (62,7 para 64,0) e na Argentina (50,1 para 54,2), enquanto que no México ficou estável (53,6 e 53,9).



Como vemos acima, somente no Uruguai os 40% mais pobres detêm pouco mais do que 20% da renda nacional, nos outros países a renda é sempre menor. Enquanto isso, os 10% mais ricos da América Latina recebem entre 30% e 40% da renda, chegando a quase 50% no caso brasileiro.

Os determinantes dessa desigualdade são explicados pelo BID²⁹⁹ como resultado de desigualdade nas características pessoais (educação, gênero e idade, principalmente) e nas características do trabalho dos indivíduos (setor econômico, tipo de emprego, área). Assim, os ricos têm mais anos de estudo, tendem a ser empregadores, possuir cargos mais altos, além de a probabilidade da mulher trabalhar ser maior. A probabilidade de

²⁹⁸ CEPAL (2001), Op Cit.

²⁹⁹ BID (1998), Op Cit., pp. 11-86.

uma família ser pobre, por sua vez, estaria associada com fatores como o fato de a família estar localizada num meio rural, possuir um grande número de filhos, ter um maior número de pessoas por domicílio ou trabalhar no setor informal. No mercado de trabalho, as grandes diferenças são atribuídas ao nível educacional, sendo que estas diferenças crescem com a idade. Além disso, as mulheres tendem a ganhar menos; os trabalhadores ganham menos em áreas rurais; a agricultura tende a remunerar menos os trabalhadores, enquanto que os setores financeiros pagam mais.

Enfim o poder explicativo dos vários determinantes potenciais da desigualdade de renda na América Latina é quantificado abaixo, tabela na qual o BID curiosamente inseriu a latitude como valor explicativo. Mais curioso ainda foi o BID não ter sugerido nenhuma política pública para minorar os efeitos dessa variável.

VALOR EXPLICATIVO DOS DETERMINANTES DA DESIGUALDADE DE RENDA AMÉRICA LATINA, 1998	
Latitude (distância do equador)	0,532
Estado de desenvolvimento (ingresso <i>per capita</i> ao quadrado)	0,442
Taxa de crescimento demográfico	0,430
Nível médio de escolaridade	0,396
Intensidade de capital (logaritmo do volume de capital por trabalhador)	0,280
Urbanização (população urbana vezes um menos a população urbana)	0,275
Profundidade financeira (relação entre a oferta monetária em sentido amplo e o PIB)	0,272
Setor Informal (proporção do emprego não salarial nos serviços industriais)	0,261
Intensidade da terra (logaritmo das terras agrícolas <i>per capita</i>)	0,207
Desvio padrão do nível de escolaridade	0,202
Volatilidade do PIB Real (desvio padrão da taxa de crescimento do PIB real)	0,198
Volatilidade dos termos de intercâmbio (desvio padrão da variação % dos mesmos)	0,198
Desigualdade na propriedade da terra (coeficiente de Gini)	0,197
Exportações de produtos básicos como porcentagem do PIB	0,144

Fonte: BID (1998), Op Cit., p. 104.

Quanto ao mercado de trabalho, a CEPAL³⁰⁰ nos fornece dados que indicam porquê a população da região com *renda inferior à metade da média* continua aumentando, chegando em 1999 a 43,1% no México, 44,2% na Argentina e 54,8% no Brasil. Os dados são os seguintes: 10,8 milhões de pessoas das quase 40 milhões que se incorporaram à força de trabalho entre 1990 e 1999 não encontraram emprego ou o perderam. E dos 29 milhões de novos empregos gerados no mesmo período, 19,9 milhões correspondem ao setor informal. O desemprego, que em 1999 atingia mais de 18 milhões de latino-americanos (taxa média de desemprego de 8,6%), continua afetando relativamente mais as mulheres, os jovens e as pessoas de estratos de renda baixa e média. Em 1999, para 8 países sul-americanos, o quintil mais pobre da população tinha um desemprego de 27,8% enquanto que no quintil mais rico este era de somente 4,6%. Este aumento do desemprego foi acompanhado de maior duração do mesmo e de perdas salariais para os que conseguiram se recontratar.

Ainda segundo a CEPAL,³⁰¹ a magnitude do setor informal na “modalidade financeira de desenvolvimento” se explica pelas seguintes causas: 1) incapacidade do setor moderno de absorver na sua totalidade a oferta de mão-de-obra; 2) alta instabilidade ocupacional que geram algumas atividades desta modalidade de desenvolvimento; e 3) a existência de espaços econômicos não cobertos pela modernização. O setor informal na América Latina era estimado, em 1999, em 66 milhões de pessoas ou 48,4% da economia da região.

³⁰⁰ CEPAL (2001), Op Cit.

³⁰¹ Rosenbluth, Guillermo. “Informalidad y pobreza en América Latina”. *Revista da CEPAL*, nº 52, abr 1994, pp 157-177.

Para o PNUD,³⁰² a inevitabilidade da *globalização*, isto é, de uma expansão e aprofundamento dos fluxos internacionais de comércio, finanças e informação, num mercado global único e integrado, não significa que este processo esteja conduzindo ao melhor resultado em termos de crescimento e desenvolvimento humano, principalmente se observarmos que ele ocorre de maneira discriminatória e prejudicial para os países pobres. O PNUD aponta os erros: a má política macroeconômica que envolve os déficits fiscais e as dívidas externas e cria instabilidades, o protecionismo, a deterioração dos termos de troca (desde o início da década de 70 os países menos desenvolvidos têm sofrido um declínio cumulativo de 50% nos seus termos de troca)³⁰³, a falta de crédito e o problema continuado da transferência de recursos via dívida externa, as regras “enviesadas” do comércio internacional (o PNUD é francamente favorável ao livre comércio, mas reconhece que na América Latina “a liberalização tem sido acompanhada por um agravar das desigualdades”, expressão cuja explicação passa pela estrutura do mercado de trabalho e da economia, cindidas entre empresas formais que pagam salários altos para trabalhadores com empregos de alta produtividade e qualificação, e um mercado informal que resulta ser o inverso). Enfim, para garantir que os benefícios da integração global sejam partilhados de forma mais equitativa entre os países, o PNUD sugere uma política levada a cabo pelos governos que privilegie as medidas de redução da pobreza e capacitação dos pobres como parte de uma estratégia para a capacitação das nações menos desenvolvidas para um mundo globalizado.

O PNUD³⁰⁴ afirma categoricamente: “O desenvolvimento humano é o fim – o crescimento econômico é um meio [...]. Não existe nenhuma regra automática entre crescimento e desenvolvimento humano. E, mesmo quando as ligações são estabelecidas, podem ser gradualmente corroídas – a não ser que sejam fortalecidas regularmente através de uma gestão política inteligente”. Assim, não basta haver crescimento, é preciso que seja duradouro, de qualidade e com estrutura adequada. Ou seja, o crescimento deve ser *pró-pobre* (com criação de empregos), *humano* (com equidade), *democrático* (com direito à opinião e participação), *enraizado* (reconhecendo a diversidade cultural e descentralizando a “governança” econômica) e *sustentável* (preservando recursos para as gerações futuras).

Sendo que se entende que o objetivo não é o crescimento mas aumentar a oportunidade e as *capacidades* das pessoas, é preciso sempre se perguntar diante de um processo de crescimento econômico quantas pessoas estão tendo aumento da renda, se a desigualdade entre os estratos sociais está diminuindo e o que está significando para os pobres este crescimento. Categoricamente também o PNUD afirma que os benefícios do crescimento econômico não revertem automaticamente na vida das pessoas. Assim uma associação entre crescimento econômico e desenvolvimento humano não implica uma ligação automática entre ambos.

Os dados que o PNUD³⁰⁵ apresenta são contundentes. Entre 1960 e 1993 o rendimento mundial cresceu de 4 trilhões para 23 trilhões de dólares, e o rendimento *per capita* mais que triplicou. Nesse período os países em desenvolvimento, no seu conjunto, se

³⁰² PNUD (1997), Op Cit.

³⁰³ “Para o conjunto dos países em desenvolvimento, as perdas cumulativas foram de 290 mil milhões de dólares entre 1980 e 1991. Grande parte desta queda catastrófica foi devida a uma redução de 45% nos preços reais dos bens – o seu nível, em 1990, era 45% mais baixo que em 1980 e 10% abaixo dos preços mais baixos registrados durante a Grande Depressão, em 1932. Os termos de troca dos países em desenvolvimento referentes ao comércio de bens manufacturados também caiu – 35% entre 1970 e 1991.” PNUD (1997), Op Cit., p. 84.

³⁰⁴ PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1996*. Lisboa, Tricontinental, 1996.

³⁰⁵ Op Cit

beneficiaram de um crescimento do rendimento *per capita* médio anual de 3,5%. Desde 1980, cerca de 15 países com população de 1,5 bilhão de pessoas têm tido um rápido crescimento do rendimento *per capita*, mas a estagnação econômica afetou cerca de 100 outros países, reduzindo o rendimento de outros 1,6 bilhões de pessoas.

CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL DA RENDA REAL PER CAPITA (%)				
	1960-70	1970-80	1980-90	1990-93
Países menos desenvolvidos	0,8	-0,1	-0,1	-1,0
Países em desenvolvimento	2,0	2,8	3,5	4,3
América Latina e Caribe	2,9	3,7	-0,7	1,0
Países industrializados	4,6	2,9	1,9	-3,1
Mundo	2,6	2,8	3,0	2,4

Fonte: PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1996*. Lisboa, Tricontinental, 1996, p.14.

Como vemos na tabela acima, os países menos desenvolvidos têm tido um crescimento negativo desde a década de 1970. A América Latina experimentou crescimento negativo apenas na década de 1980. Apesar destes dados o crescimento mundial oscila entre 2,5 e 3,0%, o que sugere uma aparente prosperidade. No entanto, lembremos que se trata de crescimento médio anual da renda real *per capita*, isto é, não se leva em conta a concentração de renda! Na realidade, convivemos com os dados apresentados abaixo pelo próprio PNUD, que indicam um contraste entre essa aparente prosperidade e a desigualdade mundial:

“O mundo tornou-se mais polarizado e a separação entre pobres e ricos alargou-se ainda mais. Dos 23 biliões [trilhões] de dólares do PIB mundial em 1993, 18 biliões [trilhões] são dos países industrializados – e só 5 biliões [trilhões] são dos países em desenvolvimento, apesar de terem c. 80% da população mundial.

Os 20% mais pobres da população mundial viram a sua parte do rendimento global diminuir de 2,3% para 1,4% nos últimos 30 anos. Entretanto, a parte dos 20% mais ricos aumentou de 70% para 85%. Isso duplicou o rácio entre as partes dos mais ricos e dos mais pobres – de 30:1 para 61:1. Os activos dos 358 milionários do mundo excedem os rendimentos anuais conjuntos de países com 45% da população mundial.

Nas últimas três décadas, a proporção da população que gozou de um crescimento do rendimento per capita de pelo menos 5% ao ano mais do que duplicou, de 12% para 27%, enquanto que a proporção da população com um crescimento negativo mais que triplicou, de 5% para 18%.

O hiato do rendimento per capita entre os mundos industrializado e em desenvolvimento triplicou, de 5.700 dólares em 1960 para 15.400 em 93”³⁰⁶.

Toda esta desigualdade resulta em muita pobreza e privações experimentadas pela população dos países em desenvolvimento.³⁰⁷

- **Saúde:** 968 milhões de pessoas sem acesso à água potável (1998), 2,4 bilhões sem acesso a saneamento básico (1998), 34 milhões vivendo com HIV/AIDS (2000), 2,2 milhões morrendo anualmente de poluição do ar dentro de estabelecimentos (1996);
- **Educação:** 854 milhões de adultos analfabetos (2000), 325 milhões de crianças fora da escola (2000);
- **Crianças:** 163 milhões de crianças subnutridas com menos de cinco anos (1998), 11 milhões de crianças com menos de cinco anos morrendo de doenças curáveis (1998);

³⁰⁶ Idem, p. 2.

³⁰⁷ PNUD. *Human Development Report 2001*. New York, Oxford University Press, 2001, p. 9.

- **Pobreza:** 1,2 bilhões de pessoas vivendo com menos de US\$ 1 por dia (1993 PPP US\$) e 2,8 bilhões com menos de US\$ 2 por dia (1998).

Em 1996 havia 33% da população mundial abaixo da linha de pobreza de US\$ 1 por pessoa. Porém, pela *Medida de Privação de Capacidades* (MPC), usado pelo PNUD em 1996, o número correspondente era de 37%, ou seja, um 1,6 bilhão de pessoas sofrendo privação de *capacidades* (alimentação, saúde, reprodução saudável e educação). Vários países da América Latina desenvolveram as *capacidades* das suas populações de forma bastante eficaz entre 1960 e 1990, como reflete o quadro abaixo com o IDH, porém fracassaram ao diminuir a privação do rendimento. Na América Latina, entre 1960 e 1990, a distribuição de renda melhorou apenas na Colômbia, Costa Rica e Uruguai e deteriorou-se na Argentina, Bolívia, Brasil, Peru e Venezuela.

MELHORIAS NO IDH MUNDIAL E REGIONAL, 1960-1999					
	IDH 1960	IDH 1970	IDH 1980	IDH 1990	IDH 1999*
Países menos desenvolvidos	0,161	0,205	0,245	0,331	0,442
Países em desenvolvimento	0,260	0,347	0,428	0,563	0,647
América Latina e Caribe	0,456	0,566	0,679	0,824	0,760
Países desenvolvidos	0,798	0,859	0,889	0,909	0,914
Mundo	0,392	0,459	0,518	0,746	0,716

Fonte: PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1996*. Lisboa, Tricontinental, 1996, p.15.

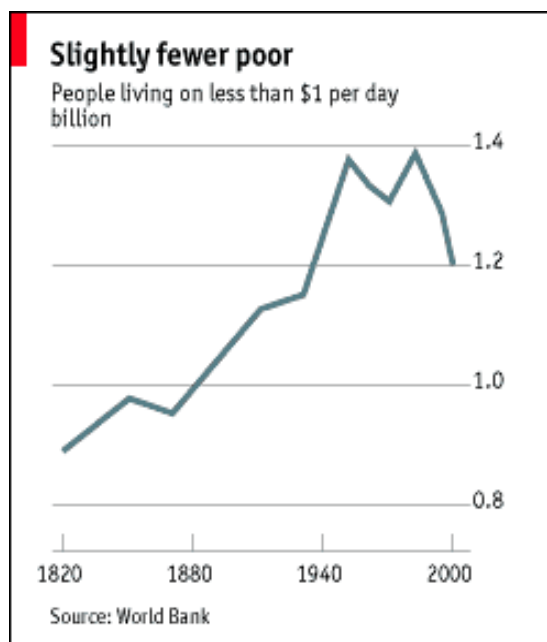
* PNUD. *Human Development Report 2001*, Nova York, Oxford University Press, 2001, p. 144.

Em suma, a pobreza e a desigualdade permanecem elevadas na América Latina apesar do crescimento e da melhoria das condições de vida. Porquê? Uma primeira razão já apontada é o acesso à terra: segundo o próprio PNUD, o coeficiente de Gini da distribuição de terra na América Latina é mais de 0,75, isto é algo muito mais desigual do que a distribuição de renda.³⁰⁸ Outra razão apontada é o acesso à educação e a própria estrutura educacional deficiente, com muita repetência, evasão escolar, má qualidade do ensino. A centralização e aplicação dos benefícios do crescimento em favor das cidades e em detrimento do campo também influem. Veremos algumas destas questões no capítulo seguinte.

O que o PNUD considera fundamental para alterar este quadro é a ação dos governos, que devem ter uma atuação deliberada de redistribuir os frutos do crescimento de forma mais igualitária, pois isto não acontece por si só. No entanto, argumenta-se que o principal problema relativo à pobreza, desigualdade, privação e *capacidades* é sem dúvida a falta de empregos produtivos e remuneradores. A figura do desempregado, que não trabalha e recebe seguro social, é característica do primeiro mundo, o que há na periferia do capitalismo são os “pobres que trabalham” (*working poor*), e o fazem por muitas horas, baixa remuneração, com baixa produtividade e “informalmente”. Portanto, o crescimento que requer a América Latina é basicamente um crescimento que gere empregos de qualidade. Mais ainda, a atuação dos governos para incentivar esse crescimento é indispensável:

³⁰⁸ O estudo de Robinson aponta um Gini de 69,4 para a **distribuição da terra** em 1960 no México, 84,5 no Brasil, 86,7 na Argentina e chegando até 93,3 para a distribuição de terra no Peru. Muito acima das outras regiões (por exemplo, 46,5 no Japão; 38,7 na Coreia do Sul; 66,8 na Alemanha Ocidental; 71,0 nos EUA; e 73,2 na Itália). Já a CEPAL aponta um índice de Gini de concentração da terra de 0,93 para o México (1970); 0,89 para a Venezuela (1985); 0,92 para o Chile; 0,93 para o Paraguai; 0,81 para o Brasil; 0,86 para o Peru; 0,79 para a Colômbia; e 0,76 para o Uruguai, todos estes em dados de 1994. Robinson, James. *Where does Inequality Come From? Ideas and Implications for Latin America*. OECD Development Centre, Technical Paper nº 188, dez 2001, <http://www.oecd.org/dev/technics>; CEPAL. *La Brecha de la Equidad: una Segunda Evaluación*. Santiago, CEPAL, 2000.

aumentar o gasto social e gastar melhor os recursos, concentrando-os nas necessidades dos pobres.



Baseado nos dados expressos no gráfico acima publicado pelo The Economist, o PNUD afirma que houve um “grande sucesso” na redução da pobreza no século XX, com cada vez mais pessoas se beneficiando das melhorias em saúde, educação e segurança social a partir da Revolução Industrial. Na verdade, ocorreu um grande aumento da população pobre desde o século XIX, com reduções parciais devido à melhoria das condições de vida nos países desenvolvidos depois da Segunda Guerra Mundial e devido à melhoria dos padrões de vida de parte da população do Terceiro Mundo nas décadas posteriores à descolonização. Mesmo assim, o PNUD³⁰⁹ aposta que “a erradicação da pobreza extrema nas primeiras décadas do século XXI é realizável”. Entendendo a pobreza como uma negação de escolhas e oportunidades para viver uma vida aceitável, pode-se afirmar realmente que os indicadores fundamentais do *desenvolvimento humano* evoluíram fortemente nas últimas décadas. Porém, erradicar a pobreza extrema significa melhorar a vida de ¼ da população mundial – uma vez que o PNUD enfoca este problema mundial da pobreza sob a perspectiva do *desenvolvimento humano* (pobreza humana estimada em ¼ da população mundial) e não sob o ponto de vista da *privação do rendimento* (pobreza estimada em 1/3 da população mundial). Adiante vamos ver a possibilidade de se realizar essa tarefa em 3 países: Argentina, Brasil e México.

Além do *Índice de Desenvolvimento Humano* (IDH), o PNUD criou em 1997 o *Índice da Pobreza Humana* (IPH) que utiliza indicadores das medidas de privação mais elementares: esperança de vida reduzida, falta de acesso à educação básica e aos recursos públicos e privados, mas não considera o rendimento. “Enquanto que o desenvolvimento humano foca o progresso da comunidade como um todo, a pobreza humana centra-se na situação e progresso das pessoas mais pobres da comunidade”.³¹⁰ Sendo assim, o IPH também revela contrastes com a *linha de pobreza* do Banco Mundial. Para a América Latina o IPH é de 15% enquanto que a privação de rendimento é ainda de 24%.

³⁰⁹ PNUD (1997), Op Cit., pp. 2-23.

³¹⁰ Op Cit., p. 20.

As novas teorias do crescimento sobre *capital humano* e pesquisa e desenvolvimento – comuns em textos do Banco Mundial – são entendidas pelo PNUD como que confirmando a posição do *desenvolvimento humano* de que a força motriz de todo crescimento é humana, constituída pelas pessoas. Se há pessoas mais instruídas pode haver mais desenvolvimento, pois quando há um aumento do nível de educação ocorre um aumento na eficiência de todos os fatores de produção. Mas certamente o *capital humano* tem mais impacto no crescimento se estiver equitativamente distribuído. No entanto, as novas teorias do crescimento sobre *capital humano* diferem visceralmente da teoria do *desenvolvimento humano* centrada nas *capacidades humanas*. É uma questão de meios e fins. As *capacidades humanas* são fins em si mesmo, já que são mais amplas que as capacidades produtivas, que são um meio para o crescimento econômico.

“A principal distinção a ser feita é entre meios e fins. O desenvolvimento dos recursos humanos vê os seres humanos apenas como um meio para uma maior produção de bens. O desenvolvimento humano, ao invés, vê as pessoas como um fim – vendo o seu bem-estar como o objectivo último do desenvolvimento. [...] As capacidades humanas, tais como o saber e a saúde, são mais do que meios para atingir o bem-estar humano. São componentes essenciais do bem-estar humano”.³¹¹

Esta distinção tem conseqüências importantes: por exemplo, a perspectiva do *desenvolvimento humano* se preocupa com todos os membros da sociedade, sejam eles produtivos ou improdutivos. Isto afeta idosos, doentes e deficientes. Também na educação podem-se citar diferentes entendimentos: a abordagem do *capital humano* vê a educação como uma forma de tornar as pessoas aptas a trabalhar e, por isso, favorece disciplinas técnicas e vocacionais. O *desenvolvimento humano*, pelo contrário, defende que a aprendizagem tem valor em si mesmo, como forma de aprofundar a compreensão do mundo.

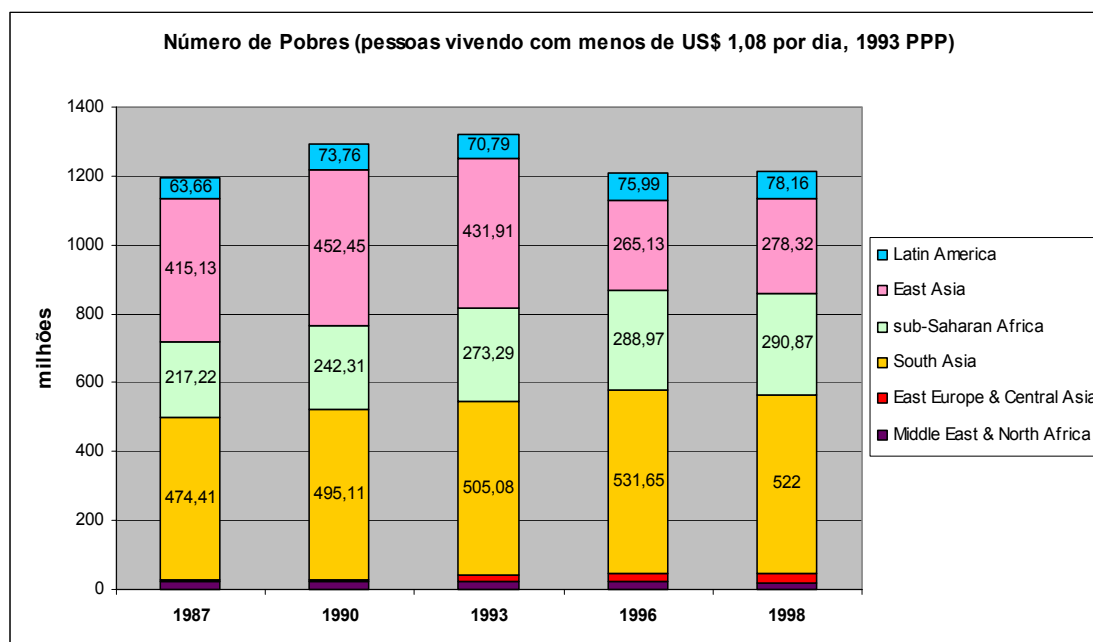
Assim, um “bom” crescimento econômico, para o PNUD, é um crescimento que promova o *desenvolvimento humano* em todas as suas dimensões: 1) crescimento que gera pleno emprego e segurança dos meios de subsistência; 2) encoraja a liberdade e o poder dos indivíduos; 3) distribui benefícios equitativamente; 4) promove a coesão social e cooperação; e 5) salvaguarda o desenvolvimento humano futuro. Na verdade, apenas a reestruturação de prioridades em favor dos pobres já conseguiria mobilizar os recursos necessários para cobrir os custos de erradicação da pobreza no mundo, como vemos a seguir:

“Os custos de erradicação da pobreza são inferiores ao que as pessoas pensam – cerca de 1% do rendimento mundial e não mais de 2%-3% do rendimento nacional de todos os países excepto os mais pobres. Maiores reduções da despesa militar, com as poupanças a serem canalizadas para a redução da pobreza e para o crescimento a favor dos pobres, deveriam prosseguir de forma a providenciar os recursos necessários. O desafio da mobilização dos recursos é, assim, principalmente um desafio de reestruturação das prioridades – e de firmemente conduzir estas prioridades para um novo padrão de crescimento a favor dos pobres”.³¹²

Essa confiança de que o problema da pobreza pode ser resolvido nos marcos do sistema capitalista atual também acompanha as publicações do Banco Mundial (BIRD). No o Relatório de Desenvolvimento Mundial de 1990, o Banco calculava que o número de pobres no mundo poderia ser reduzido em mais de 300 milhões até o ano 2000. Ora, como podemos ver pelo gráfico abaixo baseado em números do próprio Banco Mundial, decididamente não foi isso que aconteceu.

³¹¹ PNUD (1996), Op Cit., p. 54.

³¹² PNUD (1997), Op Cit, p. 12.



Fonte: A partir de Banco Mundial. *World Development Report 2000/2001*. Washington, Banco Mundial, 2001.

O Banco Mundial argumenta que quando os países se tornam mais ricos a incidência de pobreza diminui; que quando a média anual de crescimento no consumo *per capita* cresce, também cresce a média de consumo dos 20% mais pobres, o que significa dizer que quando há crescimento econômico a incidência de pobreza diminui; que a desigualdade teria mostrado uma “associação sistemática” com o crescimento, isto é, estatisticamente não haveria discrepância entre a média anual de crescimento do consumo *per capita* e a média anual de crescimento do coeficiente de Gini, enfim, o Banco faz uma série de correlações estatísticas³¹³ – com taxas de crescimento, principalmente, o que encobre a disposição desigual inicial dos recursos – para revigorar sua confiança generalizada no crescimento como fator fundamental para reduzir a pobreza.

Assim, o Banco Mundial prega o “uso eficiente do fator trabalho” e “investimentos em capital humano” dos pobres como parte de uma estratégia de redução da pobreza no mundo em desenvolvimento. A redistribuição de terras e um gasto maior em educação também são citados. Com essa estratégia seria possível conciliar crescimento econômico com progresso social.

No entanto, as evidências de que a desigualdade inicial complica esta situação aparecem no texto de 1990, por exemplo: no caso brasileiro, o aumento da desigualdade é reconhecido como tendo tido influência determinante no comportamento da pobreza. Assim, o crescimento econômico brasileiro não reduziu a pobreza tanto quanto em outros países. Diz o próprio Banco Mundial, que se entre 1960 e 1980 a desigualdade no Brasil tivesse declinado como na Malásia, a pobreza brasileira teria caído numa porcentagem de 43 pontos e não em apenas 29 pontos. Ainda segundo o Banco Mundial, transferências da ordem de apenas 1,1 % do PIB seriam suficientes para erradicar a pobreza no Brasil (1990).

Por outro lado, o Banco Mundial já afirmava naquela época que o combate à pobreza não deveria ser priorizado com projetos antipobreza focalizados, mas que o combate à pobreza seria tarefa para a política econômica – o que resulta ser um avanço em relação ao discurso atual. Porém, é verdade que também anunciava uma *via crucis*: segundo o Banco

³¹³ Banco Mundial. *World Development Report 2000-2001. Attacking Poverty*. New York, Oxford University Press, 2001, pp. 45-59.

Mundial, os países que passassem por um ajuste macroeconômico “inevitável” teriam que promover um “período de transição” no qual os pobres seriam protegidos por políticas macroeconômicas para moderar o declínio do consumo privado. “In short term, however, many of the poor are at risk”.³¹⁴

Quem são estas pessoas que ficariam vulneráveis nestas décadas de ajuste neoliberal? A possibilidade das pessoas serem pobres na América Latina depende da sua situação no mercado de trabalho e do grau de educação do chefe do domicílio, enquanto principal provedor de recursos. O desemprego do chefe do domicílio ocasiona nos 71% dos casos uma situação de pobreza. Porém, somente 5,3% dos pobres se encontra nesta situação. Assim, segundo a CEPAL,³¹⁵ por mais que os programas de geração de empregos estejam focalizados nos mais pobres, sua capacidade para afetar significativamente os resultados globais da pobreza é limitada. Para isto, seria necessário aumentar a remuneração dos trabalhadores empregados, seja por políticas salariais ou por programas de capacitação. Por outro lado, deficiências educativas de menores de idade conduzem à pobreza. Efetivamente, crianças que não assistem às aulas têm 76,5% de chances de serem pobres. Incorporar-se ao mercado de trabalho largando os estudos também conduz à pobreza.

Vemos pela tabela a seguir a probabilidade – organizada em ordem decrescente – de ser pobre ou indigente dos vários segmentos sociais que compõe o universo de excluídos que escorregam para a pobreza e desta para a indigência devido às crises econômicas, aos modelos econômicos de ajuste estrutural e ao sistema capitalista.

³¹⁴ Banco Mundial (1990), pp. 1-54.

³¹⁵ CEPAL (2001), Op Cit., p. 54.

AMÉRICA LATINA: PERFIL DA POBREZA, 1999 ³¹⁶				
População em domicílios	Número de pessoas (milhares)	Porcentagem da população total (%)	Probabilidade de	
			Pobreza (%)	Indigência (%)
Total	482.727	100,0	43,1	18,4
Pobre (linha de pobreza CEPAL)	211.392	43,8	100,0	42,3
Indigente (linha de indigência CEPAL)	89.368	18,5	100,0	100,0
Com menos de US\$ 1 <i>per capita</i> ao dia (linha de pobreza Banco Mundial)	76.415	15,8	100,0	88,1
Com menos de US\$ 2 <i>per capita</i> ao dia (linha de pobreza BID)	175.189	36,3	95,1	50,0
Crianças que não vão à escola	5.972	1,2 (7,9)*	76,5	48,2
Domicílios com chefes desempregados	15.825	3,3	71,2	43,6
Domicílios com chefes que trabalham na agricultura	100.696	20,9	65,1	36,8
Domicílios sem água potável	164.506	34,1	66,7	34,9
Domicílios com chefes com menos de 3 anos de estudo	130.465	27,0	63,3	31,8
Domicílios com chefes com trabalhos de baixa produtividade	152.615	31,6	48,7	23,4
Domicílios com chefes com menos de 10 anos de estudo	375.636	77,8	51,7	22,3
Jovens de 15 a 19 anos que trabalham	18.655	3,9 (36,6)*	46,9	18,6
Domicílios com chefes mulheres	90.677	18,8	43,1	17,5

Fonte: CEPAL. *Panorama Social de América Latina 2000-2001*. Santiago, CEPAL, 2001. *Entre parêntesis se indica a porcentagem de pessoas com aquele atributo com relação ao total de pessoas daquele grupo específico.

³¹⁶ Pelos cálculos da CEPAL, teríamos no Brasil, em 1999, 40 milhões de pobres (26,4% dos domicílios) e 14 milhões de indigentes (9,9% dos domicílios). Em 2002, o Banco Mundial estimava em 15 milhões (9% da população) a miséria no Brasil; contra 22 milhões (13%) segundo o IPEA; e, mais próximo à CEPAL, os 44 milhões (27,8%) do Instituto da Cidadania. A FGV estimou ainda em 50 milhões (29,3% da população) o número de miseráveis. No entanto, ao contrário de Neri, da FGV, não acreditamos que uma definição de uma *linha oficial de miséria* seja “indispensável” para o combate à pobreza, uma vez que sustentamos aqui que esta **pobreza é estrutural** e deve ser combatida com uma perspectiva global ajustada à natureza multifacetada das carências e necessidades desta situação de pobreza, que apenas acessamos por meio de estimativas de renda, principalmente. Ver: Neri, Marcelo. “Por uma linha oficial de miséria”. *Conjuntura Econômica*, dez 2002, pp. 56-57; ver também *Folha de São Paulo*, 31 de maio de 2002.

Podemos observar que a linha de pobreza da CEPAL inclui 20% mais pobres que a linha do BID e representa mais de duas vezes e meia o número de pessoas pobres incluídas na linha do Banco Mundial. Reforça-se também aquilo que já foi mencionado: os mais vulneráveis são as crianças, os desempregados (dado que a rede de seguridade social é ainda precária), os que têm menos estudo, os que trabalham na agricultura ou em setores de baixa produtividade, e as mulheres chefes de domicílio.

Como vimos, há nuances e até divergências entre as análises da CEPAL, do BID, do Banco Mundial e do PNUD, embora se possa dizer que todas tendem a convergir devido à própria natureza dessas organizações internacionais que se situam dentro das esferas de poder estatal intergovernamental. Claro, na medida em que fazem análises da pobreza e da desigualdade baseadas em dados numéricos da realidade, estas agências não podem deixar de apontar o óbvio. No entanto, de acordo com as perspectivas adotadas pelas agências internacionais, podemos dizer que temos três abordagens sobre a pobreza.³¹⁷

- **A perspectiva do rendimento**, do Banco Mundial e do BID, onde uma pessoa é pobre se e somente se seu nível de rendimento se situa abaixo da *linha de pobreza*, definida geralmente em termos de posse de rendimento suficiente para uma quantidade determinada de alimentos. Pode-se dizer que esta abordagem adota a perspectiva das teorias sobre *capital humano* quando pensa na superação da situação de pobreza. No caso do Banco Mundial a linha de pobreza é US\$ 1 por dia por pessoa. Para a América Latina, o BID considera US\$ 2 por dia por pessoa;
- **A perspectiva das necessidades básicas**, da CEPAL, onde a pobreza é privação de condições materiais para uma satisfação minimamente aceitável das *necessidades humanas*, incluindo alimentação, saúde, educação, bem como outros serviços, além de emprego e participação. Trata-se de uma abordagem mais abrangente sobre o que significa enfrentar uma situação de pobreza; e
- **A perspectiva das capacidades**, do PNUD, onde a pobreza representa a ausência de algumas *capacidades básicas (capabilities)* para realizar alguns “funcionamentos” (*functionings*),³¹⁸ isto é, interagir socialmente, desde alimentar-se, vestir-se adequadamente, estar abrigado e livre de doenças, até participar socialmente. Desta forma a abordagem das *capacidades* reconcilia as noções de *pobreza absoluta e relativa*, já que a privação relativa de rendimento e de bens pode conduzir a uma privação absoluta das *capacidades* mínimas.

Sem dúvida que a abordagem mais recriminada entre estas três é a do Banco Mundial, cuja metodologia, isto é, suas ferramentas para produzir um diagnóstico sobre a pobreza mundial, tem sido criticada pela sua inexatidão – que contrasta com a pretensa qualidade técnica das suas análises – e por subestimar o número real de pessoas que podem ser consideradas pobres. Reddy e Pogge³¹⁹, por exemplo, acusam o Banco Mundial de estimar a pobreza de maneira que “não faz sentido nem é confiável”. A sua linha de pobreza não estaria ligada a qualquer concepção clara do que seja pobreza, além disso, o Banco empregaria uma imprecisa medida de “equivalência” de poder de compra que criaria sérias dificuldades para a comparação intertemporal e internacional. Toda esta “distorção

³¹⁷ PNUD (1997), Op Cit., p. 16.

³¹⁸ No capítulo seguinte analisaremos os conceitos de Amartya Sen, prêmio Nobel de economia e um dos criadores da metodologia de estimação da pobreza baseada no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), hoje utilizada pelo PNUD.

³¹⁹ Reddy, Sanjay e Pogge, Thomas. *How Not To Count The Poor*. 15 ago 2002, <http://www.socialanalysis.org>, Version 4.4.

sistemática” estaria levando a crer que a pobreza no mundo estaria declinando, o que seria uma inferência equivocada.

Assim, os autores contestam o nível, distribuição e tendências das estimações do Banco Mundial relacionadas à pobreza, segundo eles por três tipos de erros: 1) fracasso na definição de uma linha de pobreza mundial que corresponda a um critério transparente de pobreza; 2) erro no modo de emprego da paridade de poder de compra (*purchasing power parity* – PPP) pois a metodologia do Banco Mundial não permite uma identificação precisa dos equivalentes em moeda nacional da linha de pobreza indicada; 3) incorreta extrapolação a partir de dados limitados, criando uma aparência de precisão que mascara os erros cometidos. Estes erros teriam levado a apontar uma falsa tendência de queda na pobreza global medida a partir da renda.

Analisando o Relatório do Desenvolvimento Mundial sobre a pobreza (WDR 2000/2001), Braathen³²⁰ o classifica como uma “peça tecnocrática” de um “projeto hegemônico” que visa *construir um discurso hegemônico* e, como resultado de um processo discursivo, *produzir legitimidade*. Dentro de uma visão Foucaultiana de *eventos e atos discursivos*, o WDR 2000/2001 representa um *ato discursivo* de um discurso hegemônico que envolve representantes de grupos dominantes que podem extrair legitimidade desse processo discursivo para suas ações futuras.

Segundo Braathen, neste novo Relatório, o Banco Mundial abandona o característico discurso “**Social-paternalista**” do Relatório de 1990 (WDR 1990, “Poverty”) de que a pobreza seria derivada de condições individuais, culturais ou resultado de superpopulação, para adotar um discurso “**Social-corporativista**” de crítica às elites e governos corruptos. Deixa-se assim um discurso *unidimensional* baseado na mensuração pelo fator monetário da pobreza individual, que tem como alternativa a *caridade* internacional, para assumir uma perspectiva de *empowerment*, ou empoderamento do *capital social* de modo a superar a *exclusão* que agora é vista como *social*. Neste sentido, o WDR 2000/2001 ataca a ideologia de direita que joga a responsabilidade da pobreza nos próprios pobres.

Pode-se dizer que o denominador comum dos dois Relatórios é o “**Social-liberalismo**”, discurso baseado nos direitos econômicos e sociais, crítico com as imperfeições do mercado e que tem o foco na desigualdade individual e na questão da *oportunidade* como forma de superar a pobreza multidimensional. Abraçando o conceito de *cidadania social*, isto é, direitos garantidos pelos Estados Nacionais e pela comunidade global, o WDR 2000/2001 chega a expor falhas de políticas liberais, e a sugerir formas de coalizão e tipos de *contratos sociais* “pró-pobres”, embora não adote uma visão “**Social-radical**” mais próxima à social-democracia. Despolitizando a maioria das questões a que se refere, o WDR apóia-se numa racionalidade expressa nas prescrições e soluções das abordagens de engenharia social. Desta forma, estrutura-se um discurso que ajuda a assegurar estabilidade política para a ordem social vigente.

Quanto às políticas de redução da pobreza promovidas pelo Banco Mundial, é sabido³²¹ que tendem a *focalizar* o problema em grupos-alvo e que, juntamente com a política de liberação de empréstimos, costumam impor *condicionalidades*. Desta maneira, para tratar as crises do capitalismo, receitam-se remédios e fórmulas tais como a privatização das

³²⁰ Braathen, Einar. “New Social Corporatism. A Discursive-Comparative Perspective on World Development Report 2000/1, ‘Attacking Poverty’” in: VVAA. *Critical Review on World Bank Report*, CROP, 2000, <http://www.crop.org/publications/reports.cfm>.

³²¹ Chossudovsky, Michel. *A Globalização da Pobreza. Impactos das Reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo, Moderna, 1999, pp. 58-59 e 170-183.

empresas públicas, em especial dos serviços sociais, e os inescapáveis cortes nos orçamentos do setor social. Essa *administração da pobreza* é controlada pelo Banco Mundial com mecanismos e linhas de crédito como o Programa de Ajuste Estrutural (PAE) e o Fundo Social de Emergência (FSE). Esta profusão de imperativos “técnicos” que acompanham esses recursos, que são preciosos para os países mais pobres, exige uma determinada abordagem de “engenharia social”: um *esquema político* para aliviar a inquietação social a um custo mínimo para os credores. Para gerir as áreas sociais criam-se então estruturas paralelas, geralmente com a participação de ONGs, que administram os “programas de ajuda” aos pobres, que são sempre entendidos e tratados como “grupo minoritário”. O pior é que essas políticas – diminuição da pobreza como subproduto do crescimento juntamente com políticas focalizadas de combate à pobreza – tiveram efeitos negativos na distribuição de renda.³²²

Segundo o Banco Mundial,³²³ por exemplo, os três fatores mais associados às prováveis causas da pobreza são: localização numa área pobre (Nordeste, por exemplo); baixa escolaridade (45% dos pobres têm menos de um ano de escolaridade); e família numerosa (as taxas de pobreza aumentam com o *coeficiente de dependência*, isto é, a razão entre pessoas que geram renda no domicílio e os que não geram renda). Ora, estas correlações não são causalidades, pelo contrário, são conseqüências de mecanismos e relações sociais constitutivos da sociedade brasileira e do capitalismo no Brasil! O relatório continua dizendo que a forte desigualdade de renda no Brasil significa que o hiato de renda dos pobres é relativamente pequeno se comparado com os agregados macroeconômicos.³²⁴

“Em outras palavras, teoricamente e em termos agregados, o Brasil tem os recursos necessários para resolver o problema da pobreza”.³²⁵

Ora, o problema, na verdade, é exatamente esse: como será possível transferir esses recursos já existentes para os mais pobres, isto é, como se extrai dos 10% mais ricos os 5% de sua renda necessários para acabar com a pobreza no país. Não há nenhum comentário a respeito, pois afinal, o problema já está resolvido... “teoricamente e em termos agregados”. Contudo, o relatório nos dá esperanças de que a ação do Governo reduza em 50% a taxa de pobreza extrema – até 2015. Isso é claro se ele atuar de forma “decisiva”.

Contudo, sabemos que os projetos governamentais até agora têm se tratado de programas compensatórios, focalizados e residuais. Isto porque não consideram um componente essencial da realidade do nosso sistema social, particularmente das formações sociais do Terceiro Mundo: o *caráter estrutural* da pobreza e principalmente da desigualdade. Em outras palavras, minimiza-se a *extensão*, a *profundidade* e a *severidade* dos problemas sociais da pobreza e da desigualdade enquanto fenômenos produzidos e reproduzidos pelas sociedades atuais.

É claro que os organismos internacionais estão sendo pressionados por movimentos anti-sistêmicos, inclusive pelo assim chamado “movimento anti-globalização”, o

³²² “O modo específico que o Estado tem para combater a pobreza desde o final dos anos 80 na maioria dos países subdesenvolvidos, de acordo com as recomendações do Banco Mundial [...] tem claramente a marca do liberalismo econômico, mesmo que constitua também o sinal da ruptura com o liberalismo desenfreado. Essas políticas de combate a pobreza, embora tenham resultado em alguns êxitos políticos relevantes, [...], tiveram resultados sociais fracos e, pior ainda, reforçaram e até aprofundaram as desigualdades sociais”. Salama e Valier (1997), Op Cit., p128.

³²³ Banco Mundial. *O Combate à Pobreza no Brasil*. Relatório do Setor de Redução da Pobreza e Manejo Econômico, Deptº do Brasil, 31 de março de 2001, nº 20475-BR.

³²⁴ O hiato de renda dos pobres no Brasil foi de R\$ 12 bilhões em 1996, o que corresponde a 1,6% do PIB de R\$ 750 bilhões, ou menos de 5% da renda dos 10% mais ricos da população brasileira. Op Cit.

³²⁵ Idem.

que faz com que algo comece a se mexer nessas agências.³²⁶ Vejamos o diagnóstico do Banco Mundial em 2001, para o qual as *desigualdades estruturais* de saúde, educação e renda no Brasil pioraram devido à seca do Nordeste e à Crise Asiática, mas que devem ser combatidas com *reformas estruturais* tais como reforma agrária, reforma educacional, bem como investimento produtivo para a criação de empregos:

“Brazil has made impressive improvements in social indicators. (...) Despite the advances, the inequalities in health and education remain great (...). And reducing income poverty has proved difficult. Indeed, in the unstable macroeconomic environment of the 1980s and early 1990s, poverty rose. Two recent events confirm that the groups most vulnerable to economic insecurity are those with the highest incidence of poverty. **Drought in the Northeast** hit poor rural workers severely, and the ripple effects of the **East Asian crisis**, though more benign than expected, reduced the income of workers with the least education. Some illustrative priorities for action: job growth through productive investment and prudent macroeconomic management is clearly central to increasing income opportunities. But unless **structural inequalities** are tackled effectively, the gains for poor people will be modest. To reduce structural inequalities, a large **land reform** program is under way (...). In the ongoing **education** effort the next steps will probably require even broader, deeper, and more participatory reforms (...).³²⁷”

O PNUD³²⁸ tem um diagnóstico semelhante: no Brasil, a incidência de pobreza segue tão elevada como em fins dos anos 1970 devido a um “elevadíssimo” nível de desigualdade. A distribuição do gasto social realimenta essa desigualdade e, conseqüentemente a pobreza. Na sua maior parte, os gastos em educação, saúde, seguridade social, assistência social e trabalho vão para a classe média e os ricos. Dois terços dos gastos previdenciários vão para os 20% mais ricos. Assim, embora a persistência da pobreza no Brasil se deva a um crescimento medíocre nos últimos 20 anos, a razão mais importante é a “distribuição sumamente concentrada dos ingressos, que se agrava pela desigualdade do gasto social”.³²⁹ O PNUD aconselha que se ampliem e se criem novos programas para os pobres tais como renda mínima e bolsa-escola, programas hoje sendo implantados em todo o Brasil.

Aliás, a origem estrutural da pobreza na América Latina já era reconhecida há tempos pelo PNUD, que elaborou em 1990 uma *estratégia para a superação da pobreza* na região. Dizia o PNUD³³⁰ que, exatamente por ter uma origem estrutural, a pobreza não poderia continuar sendo uma tarefa parcial das políticas sociais, mas sim um objetivo central do desenvolvimento. Este desenvolvimento era entendido como um crescimento econômico que colocasse crescentes recursos socialmente disponíveis orientados para satisfação das necessidades básicas dos pobres. A tentativa de eliminar a pobreza apenas com o crescimento, mesmo que a 6% ao ano, seria “totalmente inviável”. Os componentes dessa estratégia do PNUD, que permanece atual e apropriada para a região, são:

1. Crescimento sustentado com equidade, o que implica:

- a. reativação econômica,

³²⁶ Ao posicionar-se ultimamente por um crescimento mais inclusivo e sustentável, apesar de continuar baseando suas análises na teoria neoclássica e na teoria dos jogos, o **Banco Mundial** estaria, para alguns, adotando uma “versão neomarxista de distribuição de recursos (*assets*)”. Ver: “Sustaining hope. Is the World Bank Turning Marxist?” *The Economist*, 22 ago 2002.

³²⁷ Banco Mundial (2001), *World Development Report 2000/2001*, Op Cit., p. 32, (Grifos nossos).

³²⁸ PNUD. *Superar la Pobreza Humana. Informe Del PNUD sobre la Pobreza*. Nova York, PNUD, 2000.

³²⁹ PNUD (2000), Op Cit., “Perfiles: Brasil”.

³³⁰ PNUD. “Uma Estratégia para a Superação da Pobreza na América Latina”. *Estudos Avançados*, 6(16), 1992, pp.157-182.

- b. transformação produtiva das economias latino-americanas, e
 - c. incrementos significativos nos salários reais.
2. Apoio maciço à economia popular, via:
 - a. promoção,
 - b. assistência técnica,
 - c. crédito, e
 - d. apoio à comercialização.
 3. Política de satisfação das necessidades básicas específicas, transformando as políticas sociais e setoriais de modo a superar a pobreza.
 4. Reforma e modernização do Estado, para poder desenvolver um “estilo gerencial pró-participativo”.
 5. Essas políticas deveriam compreender também a dimensão de gênero e a dimensão tecnológica.

Percebemos, então, uma plataforma progressista de combate à pobreza. Na verdade, é preciso reconhecer que a luta contra a pobreza encontrou nesses organismos internacionais, inclusive no Banco Mundial, um reforço para prosseguir, pois – mesmo que com mal-entendidos e manipulações – o tema do combate à pobreza teve maior repercussão e ganhou dimensão internacional. Sorj, por exemplo, afirma que esses organismos internacionais conseguiram criar um campo compartilhado para o debate sobre pobreza e desigualdade:

“O tema da distribuição de renda teve sua legitimidade renovada na medida em que foi assumido pelos organismos internacionais, que passaram a financiar estudos com novas metodologias, orientadas por uma visão que procura conjugar mercado com ética. Assim, hoje, por exemplo, os informes elaborados em torno a índices de desenvolvimento humano se transformaram no referencial compartilhado, uma espécie de horizonte comum e legítimo para as mais variadas tendências políticas e ideológicas”.³³¹

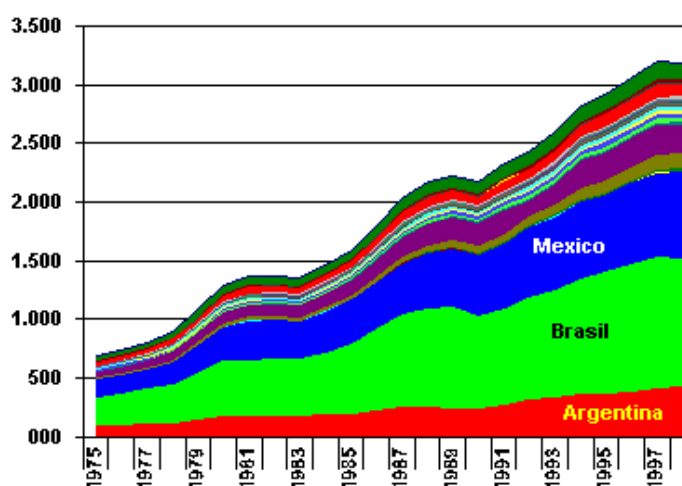
Contudo, segundo Sorj, esses trabalhos não constituem nem substituem uma visão ou discussão sociológica da desigualdade social. Pois esta discussão sobre desigualdade se refere à análise dos mecanismos de poder pelos quais se estruturam, reproduzem e transformam as relações entre grupos e classes sociais. De fato, conceitos como *dominação* e *exploração* estão ausentes desses relatórios, bem como pouco se vê a análise das populações afetadas pela pobreza como *sujeitos históricos* capazes de se auto-organizar e constituir-se em fonte de *mudanças sociais*.

³³¹ Sorj, Bernardo. *Uma Nota sobre os Estudos de Desigualdade Social no Brasil*. Apresentado na XXV ANPOCS, out 2001, Caxambu, MG.

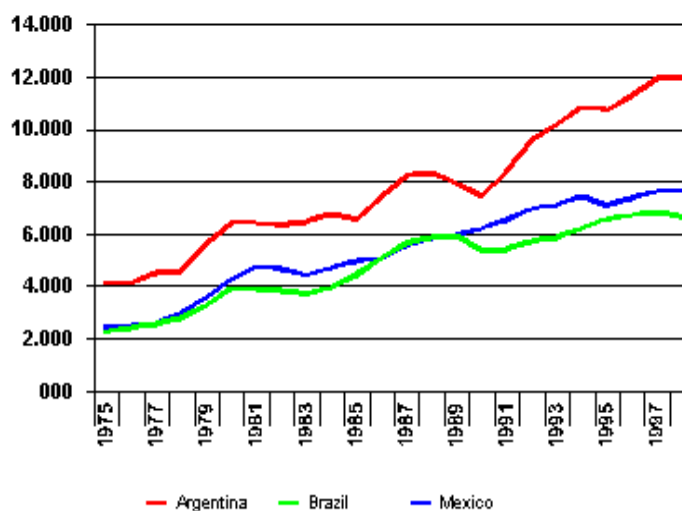
C. Argentina, Brasil e México

Argentina, Brasil e México são os três maiores países da América Latina em termos econômicos e com uma população que representava, em 1995, 60% do total de latino-americanos. Veremos estes países agora na sua problemática e dados particulares. É sempre bom lembrar que, pelas suas dimensões, os três países têm no seu interior regiões diferenciadas, fato que deve ser levado em conta, embora neste estudo estejamos analisando dados agregados. A questão central é entender porquê a pobreza e a desigualdade persistem apesar do crescimento econômico registrado. Na verdade, a proteção social continua insuficiente diante de uma situação de exclusão de grupos e setores sociais representativos. Verifica-se, portanto, que existem extensos grupos que simplesmente não participam do aumento continuado do PIB e do PIB *per capita*, cuja progressão vemos abaixo.

América Latina - PIB, PPP (bilhões de US\$ internacionais correntes)



PIB per capita, PPP (US\$ internacionais correntes)



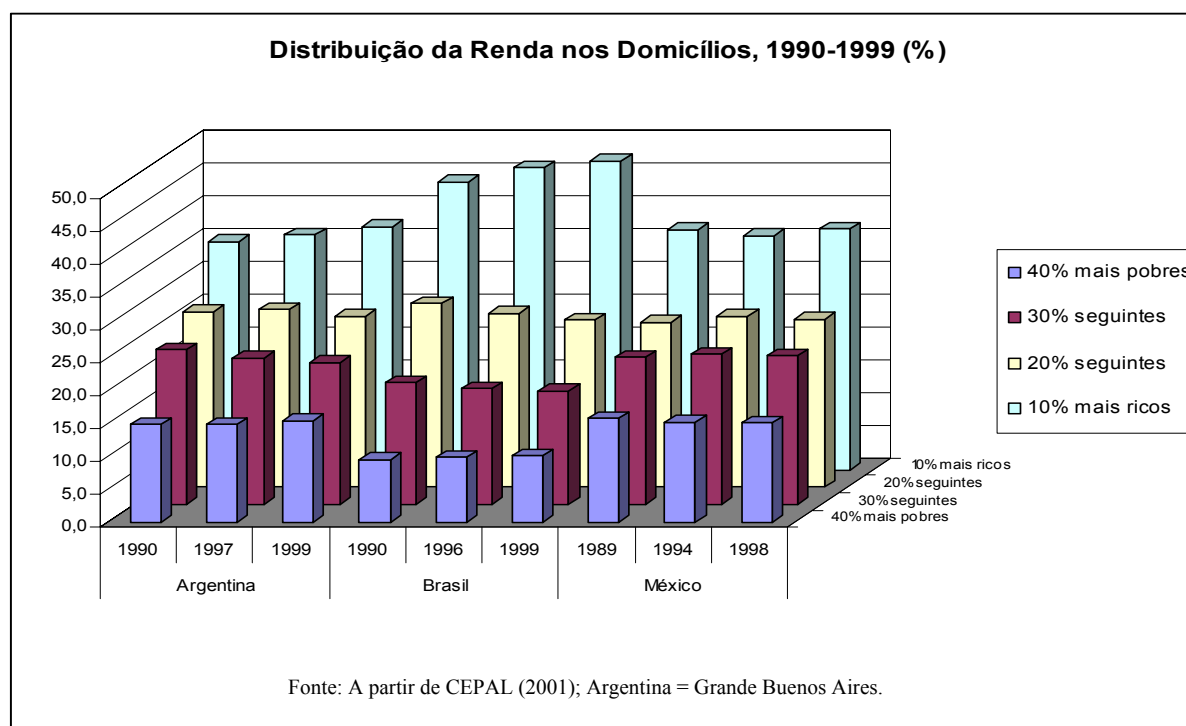
Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators 2000 on CD-ROM*. Washington, Banco Mundial, 2000.

AMÉRICA LATINA: EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA POBREZA (%)					
	1960	1970	1980	1990	1999
Pobreza em domicílios	51%	40%	34,7%	41,0%	35,3%
Número de pobres (milhões)	-	-	135,9	200,2	211,4
Porcentagem de pobres	-	47%	40,5%	48,3%	43,8%
Indigência em domicílios	26%	19%	15,0%	17,7%	13,9%
Número indigentes (milhões)	-	-	62,4	93,4	89,4
Porcentagem de indigentes	-	-	18,6%	22,5%	18,5%

Fonte: CEPAL (2001) e Tokman (1995). Estimação de 19 países da região; Porcentagem relativa aos pobres inclui os indigentes

Vemos que na evolução da pobreza na América Latina existe uma clara ruptura, durante os anos 1980, na tendência declinante que vinha seguindo. Depois de aumentar até 1990, a pobreza e a indigência voltam aos patamares próximos dos de 1980. Porém, é importante notar que este progresso relativo não é suficiente para determinar uma redução no número absoluto de pobres. Portanto, podemos afirmar que a evolução da pobreza e da indigência não é compatível com o aumento continuado do PIB e do PIB *per capita* na América Latina, ou seja o crescimento econômico não está sendo revertido para quem mais precisa.

A mais evidente causadora desse desequilíbrio é a desigualdade social, que pode ser avaliada abaixo. O conceito de *dívida social* que foi usado para apontar a pobreza resultante dos mecanismos de *ajuste estrutural neoliberal* dos anos 1980, pode ser entendido na verdade como a persistência histórica de altas taxas de pobreza na América Latina devido a uma estrutura de distribuição de renda extremamente desigual que diz respeito ao próprio sistema capitalista da maneira como ele se implantou nas *formações sociais* da periferia latino-americana.



Como vemos acima, a renda é menor para a maioria da população, o que também podemos constatar na tabela abaixo, onde percebemos uma estrutura de renda muito

concentrada no quintil superior, principalmente, em detrimento das camadas mais pobres da população. A razão entre os quintis extremos chega a ser de 26,44 no Brasil, onde os mais ricos ficam com 63,7% da renda contra os mais pobres que têm apenas 2,4% da renda nacional. Nos três países, o quintil superior tem mais de 50% da renda, enquanto que o quintil inferior não chega a 5% do total da renda *per capita* nacional.

RENDA MÉDIA PER CAPITA POR QUINTIS, 1996 (%)							
%	I	II	III	IV	V	RazãoV/I	TOTAL
Argentina*	4,0	8,3	13,1	21,0	53,7	13,56	100,0
Brasil	2,4	5,6	10,0	18,2	63,7	26,44	100,0
México	3,5	7,4	11,8	18,9	58,4	16,60	100,0

Fonte: BID. *Grande Buenos Aires.

A noção original de *dívida social* se refere à repercussão da crise nos níveis de pobreza e à distribuição do custo do ajuste das economias locais à economia internacional. Essa *dívida social* cresce por meio de três transformações registradas no mercado de trabalho³³²: 1) perda do dinamismo no processo de criação do emprego, o que, ante o crescimento acelerado da economia, resulta em desemprego e informalidade; 2) deterioração da qualidade dos postos de trabalho, devido à informalização, flexibilização e precarização da estrutura do emprego; e 3) deterioração generalizada da renda resultante do trabalho, tanto dos assalariados quanto, com maior intensidade, dos informais. Segundo Tokman, este último fator afeta a distribuição funcional da renda, de modo que o custo do ajuste termina recaindo com maior intensidade naqueles cuja renda depende do seu trabalho, tanto os pobres quanto os de renda média.

Algumas observações sobre crescimento e pobreza também são feitas por Tokman: a) está empiricamente provado que o crescimento não é suficiente para reduzir a pobreza (exemplo: Brasil de 1960 a 1980, quando a pobreza diminuiu menos do que o esperado); b) um maior nível de renda do país não assegura melhores níveis de desenvolvimento humano (comparar Sri Lanka com Brasil); c) políticas antipobreza baseadas exclusivamente na redistribuição de renda ou ativos não são sustentáveis a longo prazo; e d) na ausência de políticas redistributivas, os desequilíbrios macroeconômicos afetam em maior medida os pobres. Conclui-se então que o crescimento econômico, embora seja uma **condição necessária**, não é uma **condição suficiente** para a erradicação da pobreza. Além disso, o crescimento econômico tem maior efetividade na redução da pobreza quando é acompanhado de uma melhoria na distribuição de renda. O gasto social também pode contribuir para diminuir a pobreza.

Tokman observa igualmente que se, por um lado, procura-se superar a quebra sistêmica dos vínculos de solidariedade e também se busca alimentar esses vínculos que surgiram nas situações de extrema necessidade, por outro, o contexto dos países latino-americanos é de crescente modernização, o que resulta no aumento da diferenciação econômico-social. “La contradicción básica será entonces entre economías cada vez más modernas y un todavía alto nivel de pobreza”³³³ Este modelo seria insustentável num contexto democrático. Portanto, não basta que o governo enfrente a questão da pobreza com *vontade política*, isto é, políticas macroeconômicas favoráveis aos pobres e políticas de combate à pobreza. É necessário também eliminar a pobreza extrema com aumento do capital humano,

³³² Tokman, Victor. “Pobreza y Homogeneización Social: Tareas para los Noventa” in: Reyna (1995), Op Cit., pp. 217-241.

³³³ Op Cit., p. 236.

criação de empregos, além de assegurar que os frutos do progresso revertam para os pobres. Assim, segundo Tokman, a resposta estaria na busca de um modelo de modernização para todos os cidadãos.

Abaixo vemos que a porcentagem de pobres na população da Argentina, do Brasil e do México é superior a 20% chegando a quase 50%. A Argentina percorreu esse intervalo em poucos anos, como veremos. A desigualdade que observamos na relação entre os 10% mais ricos sobre os 40% mais pobres é maior no Brasil, e o índice de Gini é crescente na Argentina e no Brasil. O quadro de *pobreza estrutural* pode ser avaliado aqui pela porcentagem alta, sempre acima de 70%, das pessoas com renda menor que a média. Se em alguns países ocorre uma diminuição da pobreza, não deixa de haver também – como nos países restantes – uma deterioração da equidade social.

INDICADORES DE POBREZA E DESIGUALDADE			
	ARGENTINA *	BRASIL	MEXICO
Porcentagem de pobres na população, 1999 (%)	19,70	37,50	46,90
Porcentagem de indigentes na população, 1999 (%)	4,80	12,90	18,50
Índice de Gini***, 1990	0,501	0,627	0,536**
Índice de Gini***, 1999	0,542	0,640	0,539**
Relação da renda média <i>per capita</i> entre os 20% + ricos sobre 20% + pobres, 1999	16,50	35,60	18,50
Relação da renda média <i>per capita</i> entre os 10% + ricos sobre 40% + pobres, 1999	16,40	32,00	18,40
Porcentagem de pessoas com renda menor que a média, 1999	72,50	77,10	72,80

Fonte: CEPAL, *Panorama Social de América Latina 2000-2001*. Santiago, CEPAL, 2001.

*Grande Buenos Aires; ** Dados de 1989 e 1998.

Mais ainda, a população latino-americana está submetida a flutuações econômicas onde os que mais penalizados são os mais pobres. Como vemos na tabela abaixo, o desemprego³³⁴ atinge principalmente os quintis inferiores, formando um *exército industrial de reserva* que cai na informalidade para sobreviver, uma vez que não temos um Estado de Bem-Estar Social desenvolvido. Na verdade, não há sequer um mercado de trabalho bem estruturado que garanta os direitos que a lei dá ao trabalhador³³⁵.

³³⁴ A OIT estima que dois anos de recessão econômica foram suficientes para aumentar o número mundial de **desempregados**, ou “working poor”, em cerca de 20 milhões desde o ano 2000, deteriorando a situação do emprego e elevando a cifra de desempregados para 180 milhões no final de 2002, inclusive revertendo algumas conquistas dos anos 1990 com relação aos “working poor”. OIT. <http://www.ilo.org/public/english/bureau/inf/pr/2003/1.htm>.

³³⁵ Sobre os **direitos dos trabalhadores**, o Datafolha apurou que, em 2002, apenas 46% dos trabalhadores recebiam 13º salário, 45% gozavam de férias remuneradas, 19% tinham plano de saúde, 24% vale transporte, 15% vale-refeição, 16% participação nos lucros, e somente 6% podiam dispor de uma creche. Muito dessa situação pode ser creditada ao baixo nível de organização dos trabalhadores, dos quais apenas 17% eram sindicalizados a um dos 18 mil sindicatos estimados pelo Ministério do Trabalho (3.147 eram sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores, CUT, 1.600 da Força Sindical, 2.000 da Social-Democracia Sindical, SDS, e 1.076 da Confederação Geral dos trabalhadores, CGT). Datafolha. “O País dos Direitos de Papel”. *Folha de São Paulo*, 24 de março de 2002.

TAXAS DE DESEMPREGO E SUA DISTRIBUIÇÃO POR QUINTIS, 1996						
Taxas (%)	I	II	III	IV	V	TOTAL
Argentina*	34,8	21,6	18,2	11,8	6,4	16,8
Brasil	9,1	8,4	7,0	5,3	3,3	6,3
México	5,2	6,4	4,8	4,2	2,0	4,3
Distribuição	I	II	III	IV	V	TOTAL
Argentina*	31,2	22,8	20,1	16,1	9,8	100,0
Brasil	21,7	23,5	22,7	19,3	12,8	100,0
México	18,9	26,4	21,6	21,2	11,9	100,0

Fonte: BID. *Grande Buenos Aires.

Além disso, a *exclusão social* se manifesta em dados que podemos verificar como, por exemplo, o acesso à seguridade social³³⁶ que é bem diferenciado segundo a estrutura de renda, sendo menor nos quintis inferiores, assim como a escolaridade³³⁷, que também é menor nos quintis inferiores, para não falar em cultura³³⁸. O elemento agravante deste quadro é que constatamos que esses quintis inferiores são constituídos majoritariamente por crianças de 0 a 14 anos de idade.³³⁹ Não é preciso frisar que esta situação implica em mais pobreza e, conseqüentemente, mais exploração tendo como alvo crianças expostas ao trabalho infantil.³⁴⁰

³³⁶ Segundo o BID, em 1996, possuíam algum tipo de **seguridade social** no Brasil 29,1% das pessoas no primeiro quintil (para uma média de 58,3% no país), representando apenas 5,5% do total de segurados, contra 74,6% no quintil das pessoas com maior renda, constituindo 29,4% dos segurados; no mesmo ano, no México: 13,2% no primeiro quintil (para uma média de 56,4%), representando 2,7% do total de segurados, contra 81,4% no quintil superior, que eram 40,2% dos segurados do país.

³³⁷ Segundo o BID, em 1996, no Brasil, o quintil inferior tinha 2,9 anos de **estudo** em média (para uma média nacional de 5,7), enquanto que o quintil superior atingia uma média de estudo de 9,3 anos; na Argentina (dados da Grande Buenos Aires), no mesmo ano, o quintil inferior tinha uma média de 7,6 anos de estudo contra 12,4 do quintil superior, para uma média de 9,6 anos de estudo; segundo o Censo de 2000 no Brasil, 34,7% (cerca de 8 milhões) das famílias do país são chefiadas por um analfabeto funcional.

³³⁸ Segundo o IBGE, até 1999 a imensa maioria dos municípios brasileiros estava privada **cultura**: cinemas, museus, teatros e livrarias: 92% dos municípios do país não contavam com salas de projeção de cinema; 83% não tinham museus; 85% nenhum teatro, sala ou espaço para apresentações musicais; e 64,5% não registravam a existência de nenhuma livraria. Um em cada cinco municípios não possuía sequer uma biblioteca pública. *Folha de São Paulo*, 18 de abril de 2001.

³³⁹ Segundo o BID, em 1996, no Brasil, 47,3% do quintil inferior era composto por crianças de 0 a 14 anos de idade, representando 30,5% do total de **crianças** no país, contra 19,6% de crianças no quintil superior, respondendo por 12,6% do total; no mesmo ano, na Argentina (dados da Grande Buenos Aires), 41,4% do quintil inferior era constituído de crianças, representando 32,5% do total de crianças do país, contra 13,3% no quintil superior, que respondia por 10,8% do total; também em 1996, no México, 49,9% do quintil mais pobre era de crianças, representando 27,7% do total de crianças no país, contra 24,3% no quintil mais rico, respondendo por 13,5% do total de crianças de 0 a 14 anos no país.

³⁴⁰ Segundo a PNAD de 1995, do total de 17.588.115 crianças de 0 (zero) a 14 anos no Brasil, um contingente de 3.289.262 (18,7%) estava trabalhando, sendo que a maioria (92,3%) das crianças de cinco a nove anos sequer recebia renda alguma pelo seu trabalho; pelo Censo de 2000, ainda havia um exército de 1.049.939 crianças entre 10 (dez) e 14 anos que trabalhava, 39% dos quais trabalhavam entre 15 e 29 horas semanais e 9% mais de 49 horas semanais; segundo o IBGE, 11 milhões de brasileiros de até 6 anos são criados por responsáveis que recebem no máximo dois salários mínimos mensais, representando 48,6% do total da população dessa faixa etária no país, sendo que há dez anos esse percentual era ainda maior: 60,5%; pelas estimativas de Marcelo Neri (FGV), 45% dos indigentes do país têm menos de 15 anos de idade, embora essa faixa etária represente apenas 30% da população; segundo Kliksberg do BID, a OIT afirma que cerca de 20 milhões de crianças adolescentes trabalham, sendo que, na América Latina, 54 % da massa de destituídos é composta por **crianças e adolescentes pobres**. Gonçalves, Renato. *O Trabalho Infantil e a Agenda Social*. Departamento do Trabalho do BNDES, s/d; <http://www.estado.com.br/agestado/noticias/2002/nov/29/321.htm>; *Folha de São Paulo*, 20 de dezembro de 2001; e <http://www.panoramabrasil.com.br/txt/2000/11/24/16258977.htm>.

Além desse quadro grave em países significativos, o sistema de proteção social na região deixa a desejar. Tanto o sistema de saúde, quanto a seguridade social (previdência) e a assistência social não têm a cobertura e dimensão necessárias para garantir as necessidades mais elementares para os latino-americanos. Ao ponto que em 1990 a Organização Pan-Americana de Saúde estimava que havia 130 milhões de pessoas (70% do total) que não tinham acesso ao sistema de saúde na região.³⁴¹

Na América Latina há um sistema dual de saúde: por um lado, a seguridade social dos planos de saúde privados, que cobrem aqueles que têm renda e, por outro, a saúde pública para os não assegurados e população de baixa renda.³⁴² A cobertura legal na saúde é estendida a todos os cidadãos somente no Caribe anglo-saxão e em Cuba, onde há um sistema universal, unificado e padronizado de saúde. Nos outros países a base são os assalariados (todos ou parte deles) e a cobertura é limitada para os grupos potencialmente pobres (trabalhadores por conta própria, domésticos e rurais). Em alguns países como Argentina e Brasil a cobertura desse sistema dual é entre 92% e 96% (79% no México), mas nos países onde a incidência da pobreza é maior a cobertura se apresenta reduzida (34% a 59%).³⁴³ Importante notar que estamos falando de *cobertura legal* do sistema de saúde, mas não de *eficácia ou condições do atendimento*. Podemos fazer uma comparação internacional abaixo.

SERVIÇOS E GASTOS EM SAÚDE – Anos 1990					
PAÍS	SERVIÇOS EM SAÚDE - Taxas por mil habitantes			GASTOS EM SAÚDE	
	Médicos	Enfermeiros	Leitos	% PIB	PPP p/habitantes
ARGENTINA	2,7	0,5	4,6	9,7	931
BRASIL	1,3	0,4	3,3	6,8	382
MÉXICO	1,1	0,4	0,8	4,7	373
JAPÃO	1,8	6,4	16,0	7,0	1.484
FRANÇA	2,8	3,9	9,7	9,7	1.962
EUA	2,5	8,8	4,7	14,1	3.683

Fonte: A partir de OMS e BIRD in Dowbor, L. e Kilsztajn, S. (orgs.). *Economia Social no Brasil*. São Paulo, SENAC, 2001, p. 234.

Por sua vez, a cobertura da previdência (pensões e aposentadorias) é menor ainda, porque o emprego é pré-condição para o recebimento. No continente, em 1997, somente Cuba, Nicarágua e Uruguai (e mais 3 países do Caribe anglo-saxão; Nicarágua depois abandonou o programa) dispunham de assistência social ou pensões para os pobres

³⁴¹ Mesa-Lago, Carmelo. *Old-Age Security and Health Care for the Poor in Latin América and the Caribbean*. Washington, BID, 5 de fevereiro de 1999.

³⁴² Rocha, Simões e Guedes sugerem que a **assistência hospitalar** pode ser objeto de estudo para inferir desigualdades sociais. De fato, com indicadores como idade média da hospitalização, condição de saída dos pacientes, coeficientes de mortalidade, tipo de doença que ocorre e que leva à morte com mais frequência, etc. pode-se confirmar uma grande desigualdade entre as hospitalizações por sistemas privados e pelo sistema público. Ora, o tipo de sistema escolhido reflete a condição social do paciente. Assim, a desigualdade social evidencia-se numa polarização da assistência hospitalar, que por sua vez aparece até na idade média dos atendidos, no perfil de morbidade hospitalar e na idade de morte dos pacientes (uma década de diferença entre o sistema privado e o público). Rocha, Juan, Simões, Breno e Guedes, Geraldo. “Assistência Hospitalar como Indicador da Desigualdade Social”. *Revista de Saúde Pública*. v. 31, nº 5, out 1997, pp. 479-487.

³⁴³ Mesa-Lago, Op Cit.

desvinculadas de contribuição compulsória. Atualmente, pode-se dizer que são 10 os países que têm esse programa, incluindo Brasil³⁴⁴ e Argentina.

O gasto público pode ser avaliado nas tabelas abaixo, onde percebemos que os gastos que mais beneficiam os pobres são aqueles em educação, saúde e habitação. Porém, a educação terciária (universidades) e a seguridade social têm na verdade uma estrutura regressiva beneficiando mais aos mais ricos e menos aos pobres. Notemos como a estrutura dos gastos por quintil destes dois itens se aproxima mais da estrutura da distribuição de renda destes oito países latino-americanos.

AMÉRICA LATINA (8 PAÍSES): DISTRIBUIÇÃO DO GASTO SOCIAL POR FAIXAS DE RENDA							
	I MAIS POBRE	II	III	IV	V MAIS RICO	COEF. DE GINI	ÍNDICE DE PROGRESSIVIDADE DO GASTO SOCIAL
EDUCAÇÃO	27,9	23,1	19,5	16,2	13,2	-0,14	3,66
PRIMÁRIA	38,0	25,4	19,0	11,8	5,8	-0,31	4,44
SECUNDÁRIA	25,8	25,9	21,8	16,8	9,7	-0,17	3,57
TERCIÁRIA	8,5	14,3	21,7	24,4	31,0	0,22	1,63
SAÚDE E NUTRIÇÃO	26,9	23,3	22,0	16,7	11,1	-0,15	3,54
HABITAÇÃO	22,1	20,1	19,0	18,1	20,7	-0,02	3,18
SEGURIDADE SOCIAL	15,0	14,3	17,4	20,8	32,6	0,17	2,11
GASTO SOCIAL SEM SEGURIDADE SOCIAL	28,2	22,9	20,5	16,0	12,4	-0,15	3,65
GASTO SOCIAL COM SEGURIDADE SOCIAL	22,1	19,3	19,4	18,4	20,6	-0,01	3,03
DISTRIBUIÇÃO DA RENDA DOMICILIAR	4,8	9,4	13,7	21,4	50,7	0,41	

Fonte: CEPAL (2001).

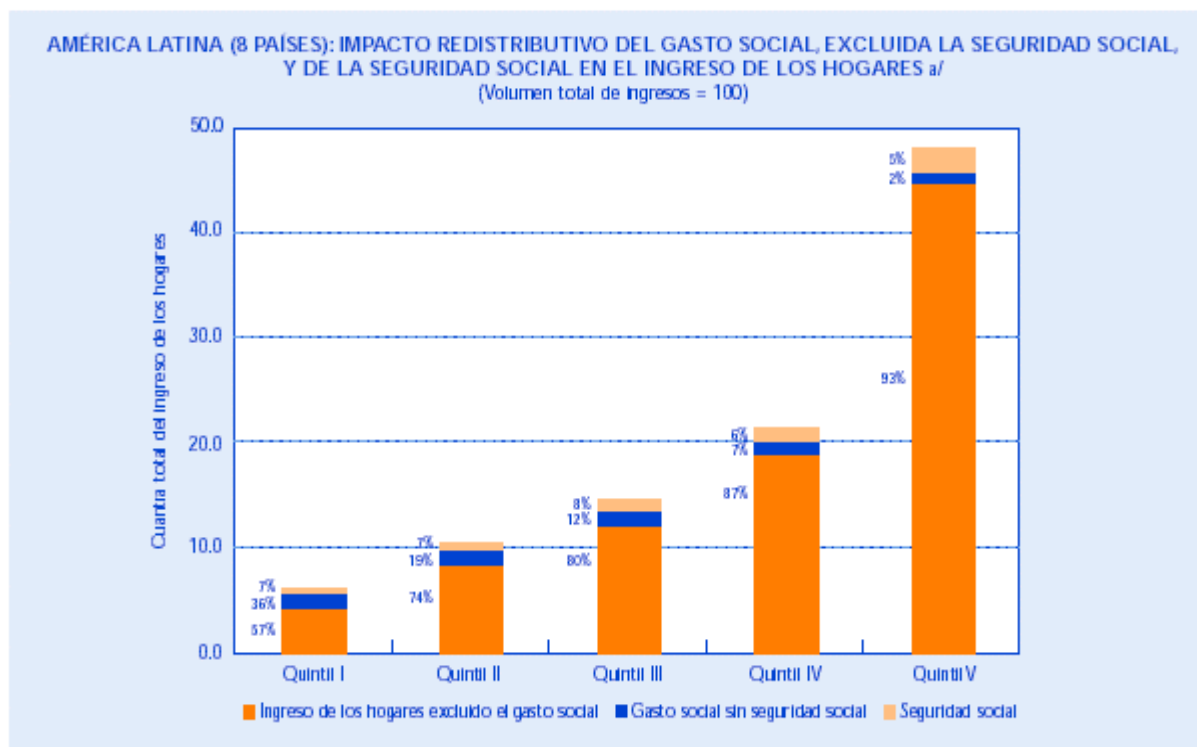
Abaixo podemos ver que, embora o gasto público *per capita* tenha aumentado na década de 1990, assim como o gasto público social, muito foi em decorrência dos gastos com a seguridade social, que representa a maior parte desses gastos sociais e tem um efeito regressivo na distribuição de renda, como podemos constatar acima.

AMÉRICA LATINA (17 PAÍSES)	1990-1991	1998-1999
Gasto público social <i>per capita</i> (US\$ de 1997)	360	540
Gasto público social como porcentagem do gasto público total	41,8%	47,8%
Gasto público social como porcentagem do PIB	10,4%	13,1%
Gasto social real <i>per capita</i> sem seguridade social	212	304
Gasto social sem seguridade social como porcentagem do PIB	6,5%	8,0%
Seguridade social como porcentagem do gasto social	30,5%	33,1%

Fonte: CEPAL (2001).

³⁴⁴ Em 2000, dos 65 milhões de trabalhadores do setor privado no Brasil, 38,7 milhões (60%) não estavam cobertos pela **Previdência Social**. Entre estes havia 21,3 milhões excluídos dos planos de aposentadoria ou proteção em caso de doença por absoluta insuficiência de renda. <http://www.estado.com.br/editorias/2000/07/10/eco409.html>.

No gráfico a seguir podemos ver que os gastos sociais, cuja maior parte é a previdência, representam uma parcela muito pequena na renda das pessoas, mesmo as mais pobres, tendo portanto um impacto redistributivo muito limitado.



Fonte: CEPAL (2001)

a/ Promedio simple de datos correspondientes a ocho países: Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Ecuador y Uruguay.

Existem ainda fatores raciais ou étnicos que agravam ainda mais a situação de quem já é excluído. É o caso do pertencimento a uma etnia não-européia ou raça não-branca. No Brasil, os afrodescendentes (negros ou pardos) que representam 45% da população, são 64% dos pobres e 69% dos indigentes. Pior ainda, as perdas para essa população são cumulativas: de origem social pior, têm menos acesso à escola, maior evasão escolar e mais dificuldade em transformar o estudo em renda. Além disso, 8,3% dos brancos são analfabetos, contra 21% dos negros. Os brancos também estudam dois anos a mais. Por esta interpretação³⁴⁵, o núcleo das desigualdades não estaria no mercado de trabalho, mas na educação.

Outra pesquisa³⁴⁶ corrobora a afirmação que a educação é o fator de maior diferença entre negros e brancos e o principal motivo da distância da qualidade de vida entre eles. A pesquisa mostra que as condições de vida medidas pelo IDH diferem quando se consideram os afrodescendentes e os brancos separadamente. No *ranking* de 1999 da ONU com 162 países o Brasil estava em 69º lugar. Porém, enquanto os afrodescendentes ocupavam a 101ª colocação, os brancos estavam em 46º posto.

Para o IBGE³⁴⁷, o quadro geral das desigualdades raciais tende a se manter inalterado apesar dos avanços conquistados em educação e renda. Se as taxas de

³⁴⁵ Estudo de Nelson Valle e Silva (Iuperj). *Folha de São Paulo*, 22 de outubro de 2001.

³⁴⁶ Estudo de Marcelo Paixão (UFRJ) com dados das PNADs do IBGE e metodologia do PNUD. *Folha de São Paulo*, 6 de janeiro de 2002.

³⁴⁷ IBGE. *Síntese dos Indicadores Sociais em CD-ROM 2001*. Brasília, IBGE, 2001.

analfabetismo são duas vezes superiores para os afrodescendentes do que para os brancos, o analfabetismo funcional (pessoas com menos de 4 anos de estudo) atingia em 1999 cerca de 40% da população preta e parda de 15 anos ou mais, enquanto que incidia sobre 21% da população branca da mesma faixa etária. No mesmo ano, enquanto que 26% das famílias negras e 30% das pardas viviam com até ½ salário mínimo *per capita*, apenas 12% das famílias brancas se encontravam na mesma situação. Na crescente proporção do número de famílias sem rendimento (elevação de 40% entre 1992 e 1999) as famílias negras e pardas representavam 4,5% do total do grupo, enquanto que apenas 2,6% das famílias brancas se encontravam nessa situação. Na estrutura ocupacional também se manifesta a desigualdade: os brancos ocupavam 6,1% do emprego doméstico e eram 5,7% dos empregadores, os pardos eram 8,4% e 2,1%, e os negros 14,6% e 1,1%, respectivamente. “Finalmente, [...] uma associação entre um indicador de rendimento médio em salários mínimos e anos médios de estudo, revela que, no Brasil, entre 1992 e 1999, em média, mais um ano de estudo eleva em 1,25 salários o rendimento dos brancos e em 0,53 salários o rendimento de pretos e pardos”³⁴⁸.

DIFERENÇAS POR COR OU RAÇA NO BRASIL, 1992/1999						
ESTUDO E RENDA*						
Anos	Anos médios de estudos			Rendimento médio em salário mínimo		
	Branca	Preta	Parda	Branca	Preta	Parda
1992	6,7	4,0	4,4	4,00	1,90	2,00
1999	7,6	5,2	5,2	5,25	2,43	2,54
CLASSES DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR <i>PER CAPITA</i>						
Famílias com chefe de cor ou raça	Total**	Classes de rendimento mensal familiar per capita (%)				
		Até 1/2	Mais de 1/2 a 1	Mais de 1 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5
		1992				
Branca	21.523.825	17,3	22,8	37,9	8,8	8,8
Preta	2.401.881	34,2	27,0	28,2	2,8	1,4
Parda	14.459.906	37,5	26,3	24,4	3,0	1,7
		1999				
Branca	25.822.498	12,7	20,0	37,3	11,1	14,1
Preta	2.920.974	26,2	28,6	31,1	4,3	3,4
Parda	17.236.719	30,4	27,7	27,7	4,4	3,2

Fonte: A partir de IBGE. *Síntese dos Indicadores Sociais 2000 CD-ROM. Rio de Janeiro, IBGE, 2001.*

*População ocupada das regiões metropolitanas. **Inclusive as pessoas sem rendimento e sem declaração de rendimento. Excluídas as pessoas cuja condição na família era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico. Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Em 1992, valores inflacionados pelo INPC com base em set.1999 e expressos em salários mínimos de 1999.

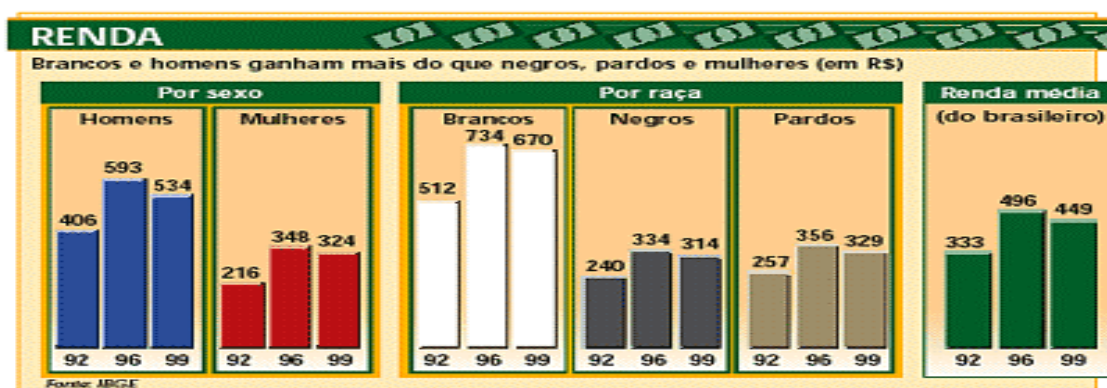
Na tabela acima vemos que as desigualdades estruturais persistem e apenas são atenuadas. Ora, isto revela que as causas da desigualdade racial não se limitam apenas ao fator educação. Na verdade, há estudos³⁴⁹ que indicam claramente um alargamento do fosso

³⁴⁸ Op Cit.

³⁴⁹ Pesquisa de Ricardo Henriques (IPEA). *Carta Capital*, 6 de fevereiro de 2002, www.cartacapital.com.br

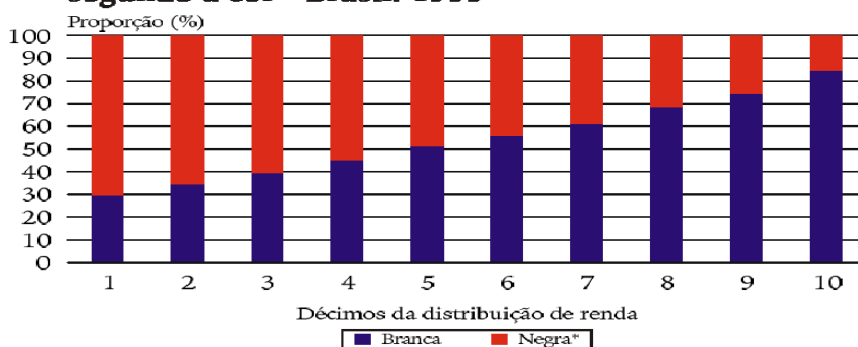
racial no Brasil. Dado que entre as crianças de 0 a 6 anos pobres (51% do total, índice alto se comparado com os 34% de brasileiros pobres admitidos pela mesma metodologia), é sintomático que 38% das crianças brancas sejam pobres e 66% das crianças afrodescendentes sejam pobres. Isto limita e compromete a capacidade de aprendizado dessa população e prejudica suas chances de ascensão social, mesmo com oportunidades iguais.

A discriminação racial no Brasil se expressa materialmente na forma de desigualdades raciais estatisticamente mensuráveis, que vão desde a porcentagem diferenciada de afrodescendentes e brancos que estão desempregados, passando pela porcentagem pequena de negros e pardos que se formam em universidades, até o fato dos negros brasileiros receberem em média salários cerca de 20% mais baixos. Além de uma desvantagem inicial derivada da escravidão, é preciso admitir que as evidências apontam para uma reprodução continuada das desigualdades raciais na estrutura social e econômica brasileira. Como vemos abaixo a diferença de rendimentos é maior entre raças do que a desigualdade de gênero.



Na tabela seguinte percebemos um fenômeno denominado “embranquecimento da riqueza” no Brasil, que consiste na evidente concentração da renda pelos brancos em detrimento dos negros (pretos e pardos), conforme demonstrado pelo afunilamento da presença negra na medida em que se sobe para o decil com renda maior.

Distribuição da população por décimos da renda, segundo a cor - Brasil: 1999



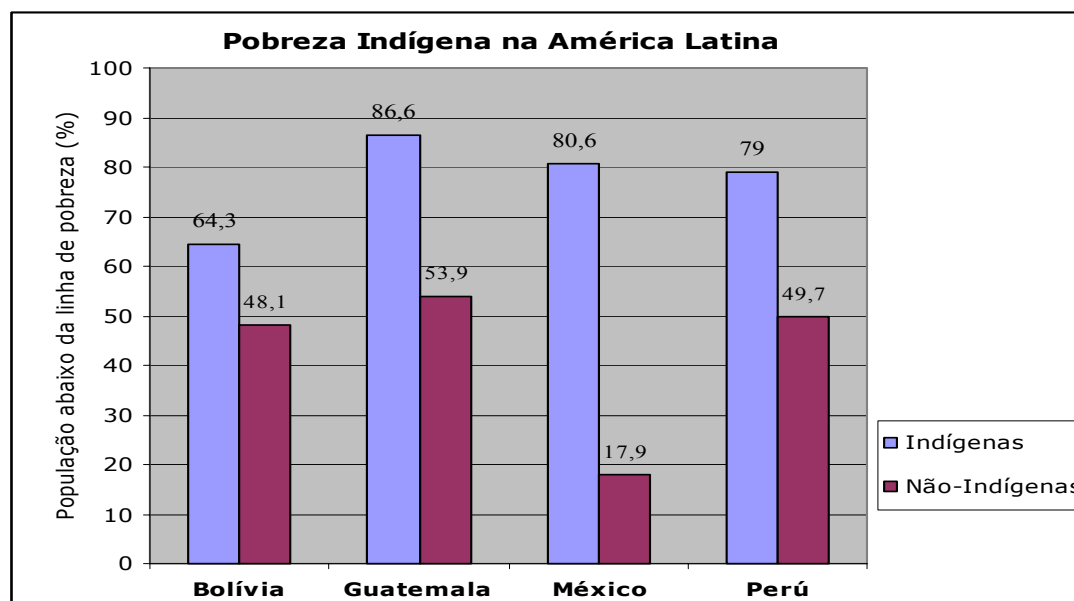
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1999.
Nota: *A população negra é composta por pardos e pretos.

Fonte: Henriques, Ricardo. *Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90*. Rio de Janeiro, IPEA, jul 2001, Texto para Discussão nº 807.

Vejam agora a situação da população indígena latino-americana. Estimava-se³⁵⁰ que em 1992 havia 5,6 milhões de indígenas na Bolívia, 3,8 milhões no Equador, 4,6

³⁵⁰ Bello, Álvaro e Rangel, Marta. *Etnicidad, 'Raza' y Equidad en América Latina y el Caribe*. Santiago, CEPAL, 7 de agosto de 2000.

milhões na Guatemala, 10,9 milhões no México e 9 milhões no Peru, para citar apenas as maiores concentrações nacionais de indígenas de diversas etnias e línguas. A pobreza, que atinge mais severamente os grupos indígenas do que os não-indígenas como vemos abaixo, é creditada principalmente às reformas liberais do século XIX que tiveram como objetivo a introdução da propriedade privada da terra, processo no qual a perda de terras e a desorganização das economias comunitárias forçaram os indígenas a se inserirem na estrutura e dinâmica do mercado de trabalho em condições desiguais, seja no próprio campo ou migrando para as cidades. O México é o país com maior número de indígenas e tem a maior diferença entre a *incidência de pobreza* entre os indígenas (80,6%) e os não-indígenas (17,9%).



Fonte: A partir de Psacharopoulos e Patrinos (1994), in Bello e Rangel (2000), Op Cit.

Desnecessário dizer que essas populações sofrem de todas as privações próprias de uma situação de pobreza com acréscimos:³⁵¹ deterioração das condições de vida; crescente marginalidade; conflito de terras e águas nas comunidades indígenas, fruto de divisão, usurpação, fraudes etc.; forte migração para as cidades; baixo nível de oportunidades e falta de acesso ao sistema escolar; baixa qualidade da educação e falta de pertinência da mesma com a realidade e cultura indígena; falta de acesso a sistemas de capacitação técnico-profissional e universitário; e falta de acesso à justiça. Na verdade, a situação étnica consiste em grande parte um universo basicamente rural.³⁵²

Como vimos, a redução da porcentagem de pobres rurais relativamente à porcentagem de pobres urbanos que ocorreu nas últimas décadas, esconde o fato do campo permanecer subdesenvolvido. A migração e o crescimento inflado das cidades encobrem o fracasso de um verdadeiro desenvolvimento regional, descentralizado e participativo. A redução da pobreza rural tem ocorrido em poucos pontos da região, principalmente no Brasil,

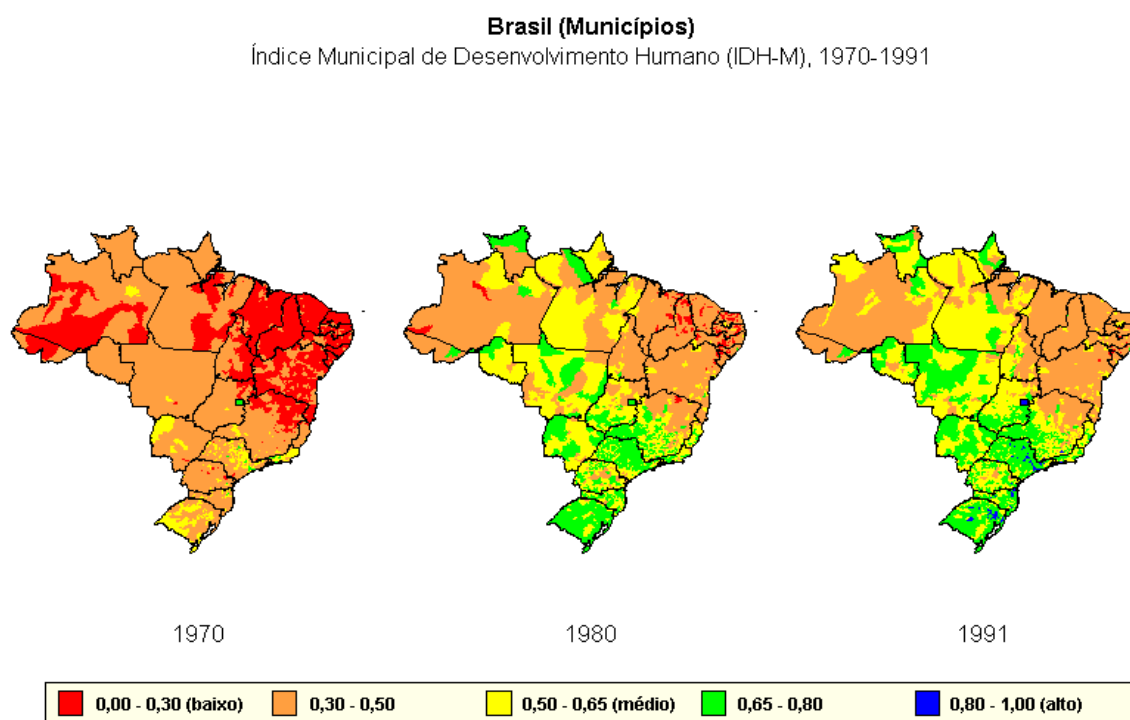
³⁵¹ Op Cit., p. 19.

³⁵² Singer aponta a **interação de fatores estruturais como o racial e o regional para os negros brasileiros**. No Brasil, o desenvolvimento foi muito concentrado regionalmente ocasionando uma probabilidade estruturalmente maior de serem excluídos os que permanecem nas áreas pobres: “Durante essas três décadas de desenvolvimento intenso [1950-1980], a população branca concentrou-se na área mais desenvolvida: 71,7% dela já viviam aí em 1950 e 77,6% estavam em 1980; mas os negros e pardos viviam principalmente na área menos desenvolvida e *permaneceram lá*: 63,9% em 1950 e 63,4% trinta anos depois.” Podemos afirmar que a situação da população indígena tem características semelhantes. Singer, Paul. *Globalização e Desemprego. Diagnóstico e Alternativas*. São Paulo, Contexto, 1998, pp. 90-91.

mas não no resto da América Latina. No total, a pobreza rural na América Latina em 1997 permanecia na casa dos 51%.

Podemos afirmar que a pobreza rural é **extensa**, com uma **incidência maior** do que nas cidades, **mais profunda** e **menos sensível às variações da renda** agregada do que a pobreza urbana. A pobreza rural também é **multidimensional**, isto é, não é somente uma carência de rendimento, inclusive porque é também **heterogênea**, ou seja, inclui pessoas com recursos (*assets*) diversos. Estas diferenças em recursos humanos, econômicos, sociais, institucionais ou geográficos fazem com que as estratégias de sobrevivência e os impactos institucionais e econômicos (crises) sejam também diferenciados. Entretanto, há evidências que a desigualdade rural cresce com a recessão (anos 1980) mas pode não declinar com o crescimento econômico (anos 1990).³⁵³

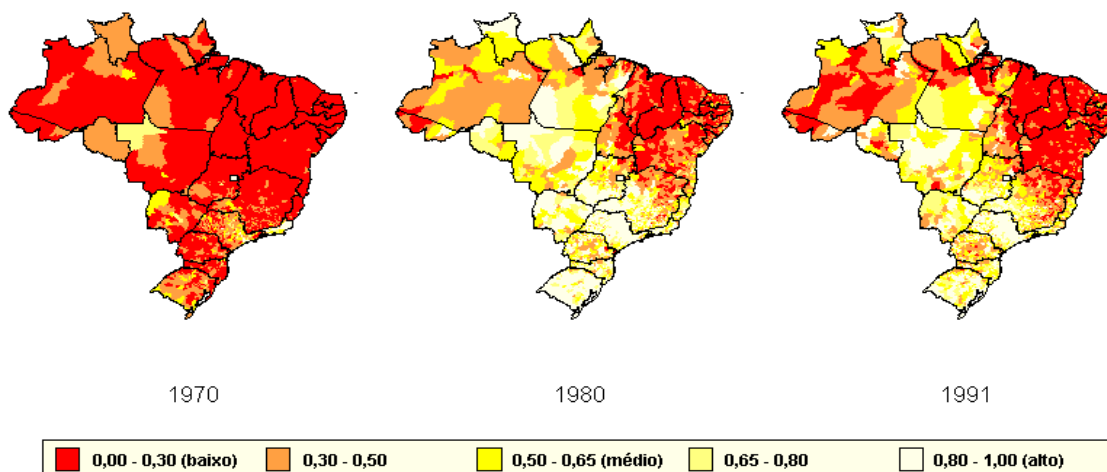
Utilizando agora o Brasil como estimativa aproximada para a América Latina, observamos abaixo que houve uma melhora no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)³⁵⁴, índice que segue os padrões do IDH elaborado pelo PNUD. As áreas mais pobres (em vermelho) praticamente desaparecem com a evolução dos indicadores sociais ao longo do tempo. Porém, considerando-se apenas o fator renda (IDH-M Renda), como exposto no gráfico seguinte, houve uma involução clara durante a “década perdida”, principalmente nas áreas mais pobres (Nordeste).



³⁵³ Janvry, Alain e Sadoulet, Elisabeth. “Rural Poverty in Latin America. Determinants and Exit Paths”. *Food Policy*, nº 25, 2000, pp. 389-409.

³⁵⁴ IBGE/IPEA/Fundação João Pinheiro. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, 1996.

Brasil (Municípios)
IDH-M Renda, 1970-1991



Todos os fatores expostos até aqui nos permitem identificar algumas “dinâmicas da desigualdade”, isto é, as *brechas de capacidades de funcionamento básicas* que alcançam níveis muito significativos, devido a persistência de altos índices de pobreza e desigualdade por longos períodos. Segundo Kliksberg³⁵⁵, essas *dinâmicas da desigualdade* criam *brechas de capacidades de funcionamento* quando:

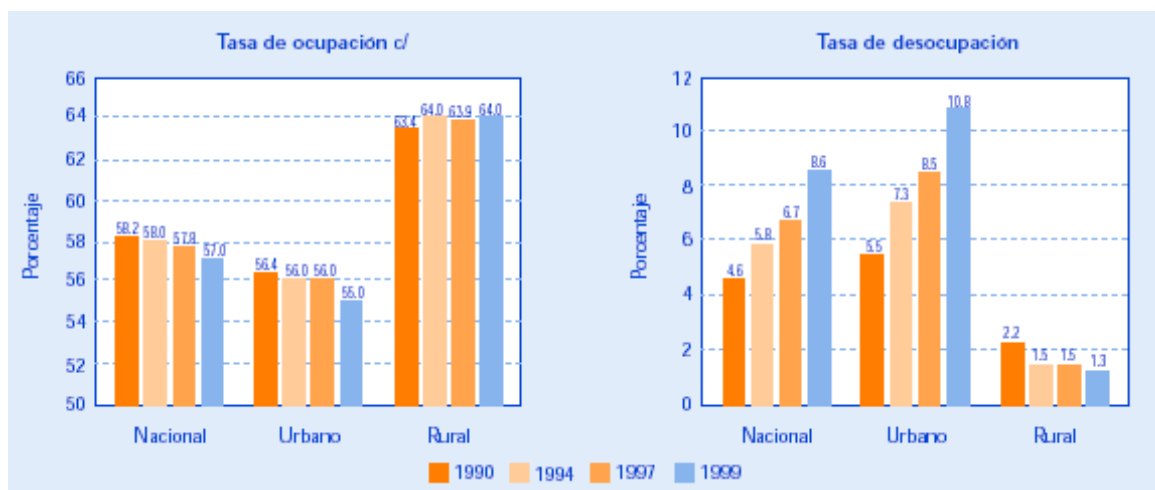
- Os índices de acesso à **propriedade** de ativos básicos, como a terra, são muito altos, superiores aos de outras regiões (O Coeficiente de Gini de distribuição inicial de terra por região nos anos 1990 registrou 41,12 para a Ásia; 59,03 para a OECD e países de renda alta; e 77,42 para a América Latina).
- As desigualdades na possibilidade de acesso à formação de **capital humano** (enquanto ativo decisivo nos mercados de trabalho) são muito severas na região, pois tanto na educação³⁵⁶ quanto na esfera familiar (clima educativo do lar, renda familiar, grau de superlotação e organicidade do núcleo familiar), os setores mais desfavorecidos economicamente apresentam desvantagens.

³⁵⁵ Kliksberg (2000), Op Cit., pp. 39-48.

³⁵⁶ Segundo Rama, os setores médios, os operários e os setores populares urbanos e rurais foram os que demandaram uma ampliação do ensino na América Latina, ao contrário dos marginalizados urbanos e dos camponeses. A educação institucionalizada constituiu na região a grande instância de socialização de massas mais organizadas e de criação de uma identidade nacional. Contudo, a **socialização da educação** não visou mudar as relações de poder na sociedade, embora constituísse fator de mobilidade social, dado que uma melhor educação representasse um *ativo* que comandava *renda*, sendo portanto encarada como um *investimento*. Neste sentido é que se pode falar em educação sendo introduzida na América Latina como fator de elevação do **capital humano** e, conseqüentemente, vinculada mais à diferenciação técnica e social e às mudanças do consumo e da produção do que resultante de uma mobilização social por maior participação do povo na educação e cultura. Como corolário temos que passa a haver uma associação entre o padrão de distribuição de renda dos assalariados com o nível de educação dos mesmos, o que significa apontar uma desigualdade muito grande nas faixas salariais dada a extrema desigualdade nestas sociedades. Significa também dizer que a educação é um *ativo* disputado socialmente, o que sugere que tem curso um “*controle social da democratização da educação*” com controles exercidos por políticas públicas populistas e pelo mercado de trabalho e suas novas necessidades tecnológicas. Rama, Germán. “La Educación y los Cambios en la Estructura Social de América Latina” in: Reyna, José Luis (org.). *América Latina a Fines de Siglo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1995, pp. 242-275.

- A capacidade de acesso ao **crédito** por parte das micro e pequenas empresas que, apesar de serem a maioria das empresas (90%) e os maiores empregadores, principalmente de trabalhadores mais pobres, não conseguem mais do que 5% do crédito da região.
- Há possibilidades diferenciadas de ingresso no **mercado de trabalho**, sendo que “as altas taxas de desemprego aberto na região estão estreitamente correlacionadas com os estratos sociais, demonstrando o funcionamento ativo de padrões de desigualdade subjacentes e reforçando-os”. Além de o desemprego ser maior nas camadas inferiores, existe uma “brecha de oportunidades” discriminando particularmente os jovens, que tende a aumentar com a segmentação do mercado.

Como podemos ver abaixo a taxa de ocupação geral da América Latina tem diminuído, enquanto que a de desemprego aumenta principalmente nas zonas urbanas, passando de 7,6 milhões de desempregados totais em 1990 para 18,1 milhões em 1999. Segundo a CEPAL (2001), A informalidade também tem crescido, passando de 43,0% da economia latino-americana em 1990 para 48,4% em 1999, compreendendo 66,1 milhões dos 136,6 milhões de ocupados. Importante notar que por volta de 70% dos novos empregos são informais.



Fonte: CEPAL (2001), Op Cit., p. 90. “Tasa de ocupación” = População ocupada sobre população em idade de trabalhar (de 15 anos ou mais)

Mas essas *dinâmicas da desigualdade* não são apenas heranças históricas ou situações estáticas, são principalmente produtos de processos sociais e econômicos modernos, tais como a chamada *modernização conservadora*, cujo caráter está dado pelo agravamento que provoca nas desigualdades existentes e pela produção de exclusão social em massa. As *brechas nas capacidades de funcionamento* acontecem em grande parte devido à distribuição desigual dos frutos do progresso tecnológico, bem como pelos custos sociais das políticas de ajuste estrutural e reestruturação econômica.³⁵⁷

³⁵⁷ Na maioria dos países latino-americanos, houve retrocesso pronunciado em matéria de equidade durante a crise dos anos 1980 devido aos processos de *ajuste estrutural*. As políticas sociais que foram lançadas pelos governos da época na região seguiram a sugestão do FMI de “combater a pobreza sem comprometer o ajuste”, trazendo resultados realmente admiráveis para qualquer observador. Soares demonstra, com dados, que – exatamente porque a qualquer política social acompanha uma determinada política econômica – houve, em consequência de políticas governamentais deliberadas, uma deterioração dos serviços públicos nos países latino-americanos, que já sofriam com a deterioração social que as políticas neoliberais do ajuste estrutural provocavam nas sociedades do continente. Soares, Laura T. R. *Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1998.

* * *

“Porque quando ainda convosco vos ordenamos isto:
Se alguém não quer trabalhar, também não coma”.
2 Tessalonicenses 3, 10.

Invocado pelo Imperador Haile Selassie quando da
grande fome da Etiópia em 1973.

Esta terminologia utilizada acima (*funcionamentos, capacidades*) está associada com o Prêmio Nobel Amartya Sen, que diante do desafio de conciliar os imperativos de justiça (entendida não apenas como equidade, mas também como ampliação de liberdades) com os da eficiência econômica, promove a “cooperação interdiscursiva entre o raciocínio ético e o raciocínio econômico”.³⁵⁸ Mais ainda, trata-se, por parte de Sen, da admissão da existência de conflitos de valor ou dilemas morais, que levam o pragmatismo da sua teoria normativa a recuperar a importância da *teoria social* para os sistemas de *filosofia moral*. Tributária de Adam Smith e adotando a concepção de justiça de John Rawls, a reflexão de Sen sobre pobreza e desigualdade “manteve-se a meio caminho entre a teoria normativa pura e a análise sociológica contemporânea”. Tendo como centro a qualidade de vida (“o padrão de vida repousa na vida e não na posse de mercadorias”) que uma pessoa pode levar, Sen admite que além das variações puramente individuais (desejos e preferências individuais, além das variações interindividuais na capacidade de “converter” bens primários em bem-estar), haja também contrastes sistemáticos entre grupos (aí incluídas as classes sociais).

Neste sentido, “o que Sen propõe não é propriamente uma teoria da justiça e sim uma concepção de justiça distributiva em sentido restrito”.³⁵⁹ Sen se esforça para identificar um espaço de avaliação normativa intermediário entre a concepção *objetiva* de bem-estar (*teoria do valor-trabalho*) e a concepção *subjetiva* de bem-estar (*utilitarismo e welfarismo*). Encontra aí o fundamento normativo para sua teoria na *diversidade humana*: as pessoas diferem em suas circunstâncias, em seus talentos e capacidades naturais, em seus gostos e preferências e em seus valores. Assim, “as comparações interpessoais de vantagem deveriam se basear sobretudo na *liberdade* de alcançar bem-estar”. Sen não valoriza um tipo de vida específico, mas a *capacidade (capability)* de escolher entre tipos de vida ou combinações de *funcionamentos (functionings)* que as pessoas valorizam. Trata-se de uma liberdade substantiva. O que Sen enfoca é um espaço avaliatório que é posterior à *titularidade (entitlement)* de bens, mercadorias e serviços e anterior à *utilidade* (prazer) que essas *titularidades* geram. Assim, entre a posse (*entitlement*) e o prazer (*utilidade*) que essa posse traz, está o *funcionamento* ou usufruto que se faz daquela mercadoria ou serviço.

Estabelece-se então uma “ligação entre a liberdade individual e a realização do desenvolvimento social”,³⁶⁰ pois “as liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais”.³⁶¹ Sen acrescenta que uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir além da acumulação de riqueza, do crescimento do PIB e de outras variáveis relacionadas à renda. Nesta abordagem, o *subdesenvolvimento* seria uma

³⁵⁸ Kerstenetzky, Cecília. “Desigualdade e Pobreza: Lições de Sen”. *RBCS*, vol. 15, nº 42, fev 2000.

³⁵⁹ Vita, Álvaro de. *Justiça Distributiva: o Enfoque Normativo de Sen*. Apresentado na XXIII ANPOCS, out 1999, Caxambu-MG.

³⁶⁰ Sen, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000, p. 19.

³⁶¹ Op Cit., p. 25.

forma de privação de liberdades e o *desenvolvimento*, além da eliminação das privações, seria um processo de ampliação de liberdades substantivas de diferentes tipos e que as pessoas tem razão para valorizar. Se a *capacidade* é uma liberdade substantiva para levar o tipo de vida que se deseja, a *pobreza* é entendida como privação de *capacidade*, o que não implica em negar que “a baixa renda é claramente uma das causas principais da pobreza”.³⁶² Por outro lado, a privação *relativa* de renda (desigualdade) pode resultar em privação *absoluta* de *capacidades*, pois, por exemplo, em um país mais rico é preciso mais renda para comprar mercadorias suficientes para realizar o mesmo *funcionamento* social.³⁶³ A renda é, portanto, um meio importante de se obter *capacidades*.

Na verdade, podemos dizer que a renda é um *meio*, que diz respeito ao *desenvolvimento*, para alcançar o *fim* que é a *capacidade*, que diz respeito à *liberdade*. Daí o seu entendimento de “desenvolvimento como liberdade”. Desta forma, Sen valoriza, além da desigualdade de renda, outras privações tais como desemprego, doença, baixo nível de instrução e exclusão social. Para Sen, *desigualdade econômica* não é *desigualdade de renda*. A incapacidade (idade, doença, deficiência) pode justificar que se dê mais renda a uma pessoa do que a outra, o que pode ser visto como contrário ao princípio de igualar as rendas. Além disso, diferentes tipos de contingências acarretam variações sistemáticas na *conversão* das rendas em *funcionamentos* distintos que afetam os estilos de vida que se pode ter.

Sen entende que Marx tem o mesmo tipo de compreensão da questão, quando viu na insistência de uma recompensa igual pelo trabalho igual - sem consideração das *necessidades* - uma extensão do direito burguês que concebe os seres humanos apenas como produtores. Para Marx havia diferenças *dentro* da classe operária, diferenças de *produtividade* e diferenças de *necessidade*. Daí o célebre “de cada um de acordo com sua capacidade (*ability*), a cada um de acordo com suas necessidades (*needs*)”. Assim, para Sen:

“Buscando as exigências da igualdade no espaço de bem-estar, ou satisfação de necessidades (*need-fulfilment*), temos de ir além das categorias baseadas em renda e também das assim ditas classes marxistas (aliás como Marx mesmo tinha sustentado)”.³⁶⁴

Temos então uma teoria *universalista, smithiana, rawlsiana*, de justiça distributiva com categorias próprias (*funcionamentos, capacidades*) que intenta abrir espaço entre a esquerda (*marxismo*) e a direita (*utilitarismo*). Trata-se de uma centro-esquerda social-democrata que promove o conceito de *desenvolvimento humano sustentável*, isto é, a *qualidade de vida* baseada em *liberdades*. A participação de Sen na elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) consiste exatamente na ampliação dos instrumentos de avaliação relacionados com sua teoria. Para concluir, é possível afirmar que sua filiação a Adam Smith não é casual, afinal não é Smith, o clássico da Economia Política, que influenciou os *utilitaristas*, precursores dos *neoliberais*, como também Marx, pai de todos os *marxismos*?

³⁶² Idem, p. 108-109.

³⁶³ Idem, p. 111.

³⁶⁴ Sen, Amartya. *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro, Record, 2001, p. 189.

* * *

Abaixo temos dados sobre os três países de que tratamos a seguir.

CONDIÇÕES DE VIDA NA AMÉRICA LATINA, 2000				
	ARGENTINA	BRASIL	MÉXICO	AMÉRICA LATINA
POPULAÇÃO (MILHÕES)	37,0	170,4	98,0	516,0
EXPECTATIVA DE VIDA (ANOS)	74	68	73	70
MORTALIDADE INFANTIL (POR 1.000 NASC.)	17	32	29	29
DESNUTRIÇÃO INFANTIL (% ATÉ 5 ANOS)	5	6	8	9
ACESSO À ÁGUA POTÁVEL (% DA POPULAÇÃO)	79	87	86	85
ANALFABETISMO (% DA POPULAÇÃO > 15)	3	15	9	12

Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators 2002 on CD-ROM*. Washington, Banco Mundial, 2002.

DADOS ECONÔMICOS, ARGENTINA, BRASIL E MÉXICO									
	ARGENTINA			BRASIL			MÉXICO		
	1980	1990	2000	1980	1990	2000	1980	1990	2000
PIB (Bilhões de US\$)	77,0	141,4	285,0	235,0	456,0	595,5	223,5	262,7	574,5
Formação Bruta de Capital/PIB	25,3	14,0	15,9	23,3	20,2	20,5	27,2	23,1	23,3
Exportações de Bens e Serviços/PIB	5,1	10,4	10,8	9,1	8,2	10,9	10,7	18,6	31,4
Poupança Bruta Doméstica/PIB	23,8	19,7	15,3	21,1	21,4	19,2	24,9	22,0	21,5
Dívida Total (US\$ Bilhões)	27,1	62,2	146,1	71,5	119,9	237,9	57,3	104,4	150,2
Serviço Total Dívida (US\$ Bilhões)	4,18	6,15	27,34	14,75	8,17	62,78	10,96	11,31	58,25
Pagamentos de Juros/PIB	1,7	1,6	3,4	2,7	0,4	2,2	2,0	2,2	2,0
Dívida Total/PIB	35,3	44,0	51,3	30,4	25,8	40,0	25,7	39,8	26,2
Serviço Total da Dívida/ Exportações	37,3	37,0	71,3	63,3	22,2	90,7	44,4	20,7	30,2

Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators 2002 on CD-ROM*. Washington, Banco Mundial, 2002.

MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO, ARGENTINA, BRASIL E MÉXICO (%)						
	ARGENTINA		BRASIL		MÉXICO	
	1980-90	1990-00	1980-90	1990-00	1980-90	1990-00
PIB	-0,7	4,3	2,7	2,9	1,1	3,1
PIB PER CAPITA	-2,1	3,0	0,8	1,5	-1,0	1,4
EXPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS	3,8	8,6	7,5	5,5	7,0	14,6

Fonte: Banco Mundial. *World Development Indicators 2002 on CD-ROM*. Washington, Banco Mundial, 2002.

1. Argentina

I have arrived at these conclusions in my capacity as head of state and political leader. Today, as we face the future, we should be more optimistic about the crisis and how it will develop; (...). I am firmly convinced that with the support of all the world's nations, and with the leadership of the United States and the G-7, it will be possible for us to meet these global challenges head-on. I have every confidence that at our next annual meetings, we shall be applauding the success of our concerted policy efforts. As we stand on the threshold of a new millennium, we should reaffirm our goal, which must be to establish in all countries of the world a political leadership that can overcome the difficulties that arise after the collapse of all ideologisms. (...) We are convinced that in order to address the serious problems facing the world, the Argentine program, adapted to the special circumstances of each nation, is the path that leads us out of the current crisis. May God bless you.

*Carlos Saul Menem,
Presidente da Argentina,
Encontro Anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial
6 a 8 de outubro de 1998*

Com o golpe militar de 1976 inicia-se na Argentina a predominância do discurso neoliberal, protagonizado inicialmente pelo ministro Martínez de Hoz, e começa a hegemonia das políticas de liberalização financeira e de reestruturação do capitalismo. Ambas tiveram como consequência a conformação de grandes conglomerados com interesses nos principais setores econômicos. O desaparecimento de lideranças sociais (30 mil vítimas) fez parte da estratégia de *controle social* associada ao incentivo desta *ideologia* contrária ao protecionismo, aos subsídios e à intervenção do Estado na economia.

O fim da ditadura militar em 1983 e a chegada do Partido Radical ao poder não significaram uma reversão desse processo principalmente pelo fracasso do Plano Austral e pela falta de apoio político interno ao presidente Raúl Alfonsín (UCR, radical). O seu sucessor foi Carlos Menem do Partido Justicialista (PJ, peronista) que aprofundou as reformas neoliberais de maneira radical, concretizando assim o programa econômico da ditadura. O fim da hiperinflação lhe rendeu a reeleição e o posto de “grande dirigente de massas do neoliberalismo” no continente.³⁶⁵ Essa política neoliberal bem como o *alinhamento incondicional* com os EUA, características do governo Menem, perduram no governo da Alianza³⁶⁶, frustrando assim o voto pela mudança que recebera em 1999. O resultado é uma crise social e política que culmina com a derrubada do presidente Fernando De la Rúa. O peronista Duhalde, que fora candidato contra a Alianza, administra a transição até a eleição do presidente Néstor Kichner (PJ), que derrota o concorrente Menem e assume com uma linha estruturalista e neokeynesiana³⁶⁷ e disposição de aproximar-se do Brasil.

Foi a ditadura militar (1976-1983) que, baseada na ideologia neoliberal (“monetarista”), patrocinou a entrada de investimento externo e facilitou por meios legais as

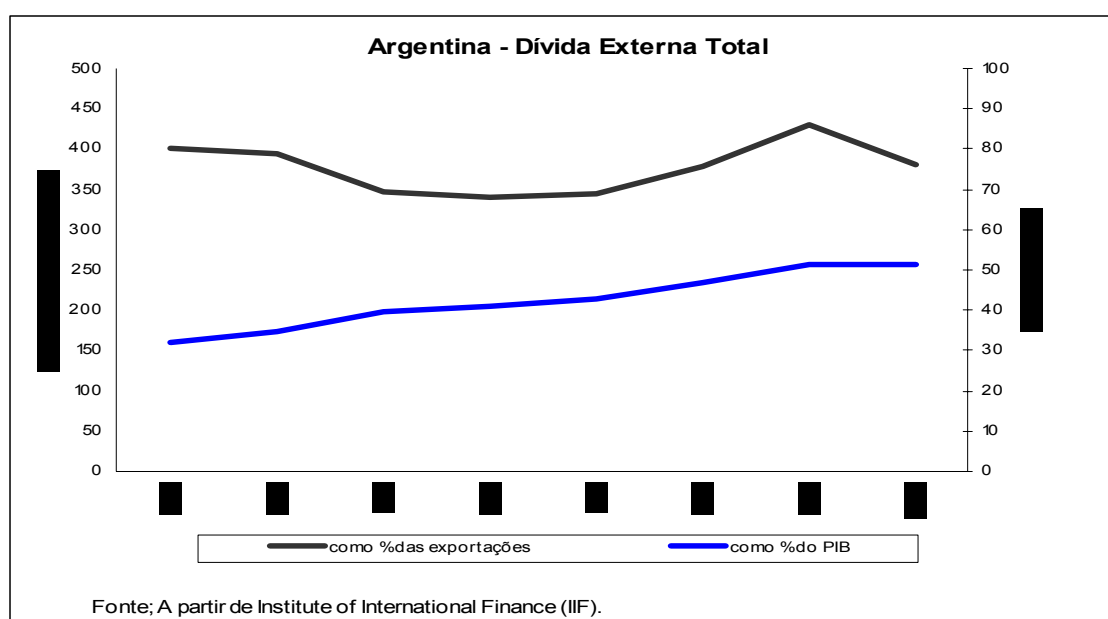
³⁶⁵ Atilio Boron. Entrevista. *Teoria e Debate*, nº 49, out-dez 2001, pp. 54-59.

³⁶⁶ A Alianza é constituída pela UCR, União Cívica Radical, e Frepaso, Frente País Solidário, centro-esquerda formada pela Frente Grande, ex-peronistas antimenemistas, e partidos menores: os socialistas PSP e PSD entre outros.

³⁶⁷ “Nosotros proponemos un plan neokeynesiano sin déficit fiscal de mucha inversión pública. Lo hice en Santa Cruz y lo voy a llevar a todo el país. No es invento nuestro, se hizo en Estados Unidos en los años 30, en Italia en los 80 y en España en la transición posfranquista”. Kichner, Néstor. “Reemplazaré los subsidios com trabajo y producción”. *Clarín*, 23 de fevereiro de 2003.

aquisições de empresas e financiamentos feitos pelos capitais externos. Este quadro não teria sido fácil sem a exterminação física de ativistas das forças populares. De todas as formas, a ditadura militar promoveu uma aliança estreita entre as empresas transnacionais, o capital financeiro e a burguesia argentina. Esta aliança se tornou predominante nos anos 1980 e, além de reverter a estratégia de substituição de importações, endividou o país de maneira galopante.

A dívida externa era de US\$ 8,2 bilhões em 1976 e passou a US\$ 45,6 bilhões em 1983, US\$ 65,2 bilhões em 1989, e US\$ 147,8 bilhões em 1999.³⁶⁸ Durante a ditadura houve uma política explícita de absorção do endividamento privado externo pelo Estado. Esta *política de socialização da dívida externa* subsiste com outros mecanismos no governo Alfonsín causando a hiperinflação (1.000% em 1985), pois o governo, cada vez mais endividado, se via obrigado a imprimir dinheiro para pagar os gastos domésticos. Resultado: entre 1981 e 1988 o PIB encolheu 5% e o PIB *per capita* 15%. Menem promoveu a mudança desse quadro de hiperinflação e estagnação com a instauração da paridade cambial do dólar com o peso, o que teoricamente acabaria com o aumento da dívida externa devido às desvalorizações do peso. Porém, o que se viu foi um aumento espetacular da dívida externa devido ao seguimento da *política de socialização da dívida*: o Estado absorve a dívida das empresas privadas e para saldar os compromissos externos privatiza empresas e serviços públicos. Isto gera lucros para as corporações nacionais e estrangeiras enquanto o peso da dívida é repassado à toda a economia via salários mais baixos, tarifas públicas mais altas e diminuição do investimento público. Os assalariados sofrem com essa política, inclusive os da classe média.³⁶⁹ Vemos abaixo que a dívida externa total equivalia a 30% do PIB em 1993 e passa a representar 50% em 2000, ou o equivalente a 400% das exportações.



³⁶⁸ Toussaint, Eric. "Crisis financiera en Argentina: el origen de la deuda", jan 2002, <http://www.rcci.net/globalizacion/2002/fg214.htm>

³⁶⁹ Dos 4 milhões de argentinos abaixo da linha de pobreza em 2002, cerca de 60% (2,4 milhões) pertenciam à **classe média**. Em 1970, 65% da população pertencia à classe média, em 2002 somente 45%. Enquanto os "pobres estruturais" perderam 32,8% da renda em duas décadas, os "novos pobres" da classe média perderam 12,5% da sua renda. *Folha de São Paulo*, 29 de janeiro de 2002.

Segundo Rock,³⁷⁰ Menem implantou à risca o receituário do “Consenso de Washington”: fim das barreiras aos fluxos de capitais (não há controle dos capitais de curto prazo), privatizações (que renderam US\$ 31 bilhões até 1995), flexibilização do mercado de trabalho, cortes no orçamento social, independência do Banco Central, entre outras medidas. O “milagre” do crescimento da economia no governo Menem deveu-se à recessão nos EUA e às baixas taxas de juros naquele país até 1994, que produziram a conseqüente migração dos capitais financeiros para os “mercados emergentes”. Na Argentina, o IED passou de US\$ 3,2 bilhões em 1991 para US\$ 10,7 bilhões em 1993.

Evidente que a pré-condição para o sucesso dessa política eram as baixas taxas de juros nos EUA. Contudo, estas subiram de golpe em dezembro de 1994, provocando inclusive a desvalorização do peso mexicano. O “efeito Tequila”, como ficou conhecida a fuga dos capitais de curto prazo (*capital golondrina*) da América Latina, teve conseqüências recessivas na Argentina: o PIB se contraiu 7,6 % entre 1994 e 1996. O custo de financiar o déficit público foi sustentado pelas exportações para o Mercosul, particularmente o Brasil, que mantinha o real apreciado e os juros altos. No entanto, apesar de conseguir um superávit primário durante esse período, o governo argentino assistiu impotente o aumento dos custos da dívida externa devido à apreciação do dólar e à nova alta dos juros internacionais. Quando em 1998 o Brasil abandonou a âncora cambial, o governo argentino equivocadamente insistiu em manter a convertibilidade dólar-peso, devastando as exportações do país. A pressão do FMI e do Tesouro Norte-americano para que continuassem as políticas de austeridade levaram a colocar os ativos da Argentina em liquidação.

“The class-based connection between international and local finance capital can be seen from the fact that the entire adjustment of the external debt burden was imposed on the real economy, while capital was enticed with promises of easy gains through privatizations, monopolistic rates indexed to the dollar in the event of devaluation (in utilities, for example), and the freedom to exit the country quickly”.³⁷¹

Em 2000, com o estouro da “bolha” da Nasdaq, ocorre o fim do *boom* da economia norte-americana e uma conseqüente deterioração da economia mundial, que dependia deste crescimento econômico nos EUA, pois todas as outras regiões já estavam em recessão. Na Argentina, o risco-país continuava subindo e as expectativas prognosticavam um *default* cada vez mais inevitável. O FMI, tipicamente, exigiu do governo um *déficit zero* como condição para novos empréstimos. Houve uma corrida aos bancos na Argentina e instituiu-se o *corralito*, para evitar saques maiores e a quebra do sistema financeiro nacional. Porém, estima-se que nos meses que antecederam a crise, os dez principais bancos retiraram aproximadamente 27 bilhões de dólares³⁷² do sistema financeiro argentino, comprometendo-o. O descontentamento popular tornou-se rebelião e transformou a crise econômica em crise política. De la Rúa foi obrigado a renunciar em dezembro de 2001. Rodríguez Saá, presidente por 3 dias, abandona a convertibilidade e anuncia um *default* de US\$ 130 bilhões, o maior da história. O PIB argentino caiu 16,3% nos primeiros meses de 2002. Mas a transformação é estrutural: 90% dos bancos e 40% da indústria já estavam nas mãos de capitais internacionais.³⁷³

³⁷⁰ Rock, David. “Racking Argentina”. *New Left Review*, n° 17, set-out 2002, pp. 55-86.

³⁷¹ Halevi, Joseph. “The Argentina Crisis”. *Monthly Review*, vol. 53, n° 11, abr 2002, <http://www.monthlyreview.org/0402halevi.htm>

³⁷² Petras, James. “Argentina y el Hambre”. Mimeo, 2002.

³⁷³ Gabetta, Carlos. “Crise totale en Argentina”. *Le Monde Diplomatique*, jan 2002.

Segundo Halevi, a crise atual da Argentina deveu-se a uma completa implosão das relações econômicas e monetárias devido à hiperdeflação, isto é, o estrangulamento da economia pela necessidade de pagar uma dívida insustentável. Mas devido à presença do capital monopolista a hiperdeflação não provocava queda dos preços. Gerava-se até uma pequena inflação quando se aumentavam os preços públicos para diminuir o déficit orçamentário. O governo insistiu em praticar uma política de austeridade (corte de gastos e aumento de tarifas públicas) para pagar uma dívida externa crescente. Nesse quadro de austeridade, os salários foram congelados (o governo De la Rúa promoveu até reduções salariais), e houve um colapso na demanda real, na produção e no emprego. Esta situação da Argentina resulta da convergência dos interesses da classe dominante local com os interesses financeiros internacionais, apoiados pelo Tesouro dos EUA e pelo FMI.

“The Argentine hyperdeflation is the direct result of attempting to integrate the economy into the international financial capitalist system by permanently enforcing an anti-inflationary and anti-expansionary policy”.³⁷⁴

Ainda segundo Halevi, a reversão da estratégia de substituição de importações, que caracterizara a Argentina no período de crescimento industrial nos anos 1960, aconteceu sob a aliança de elites locais com os capitais externos e provocou a desindustrialização do país, comprometendo inclusive o aparato produtivo (a importação de bens de capital pulou de 25% em 1991 para 45% em 1998). Por outro lado, apesar do aumento da produtividade do trabalho em 45% entre 1992 e 2000, os salários nominais não aumentaram e os salários reais caíram. Assim, mesmo durante o crescimento registrado no governo Menem, o desemprego e o subemprego cresceram, chegando a afetar 40% da população economicamente ativa.

Para Petras,³⁷⁵ a Argentina foi o laboratório por excelência de políticas neoliberais por 27 anos em condições ótimas: governo complacente, economia bastante desenvolvida, força de trabalho qualificada, antigos vínculos com mercados mundiais e uma classe média significativa e com padrões de consumo euro-americanos. Foram essas políticas e as forças sócio-econômicas que as implementaram – fundamentalmente a grande burguesia argentina – as causas diretas da “desintegração do país”.

“Para el presidente Menem y su zar económico Cavallo, estos grandes grupos económicos y sus circuitos internacionales y asociados constituían la realidad económica: el objetivo del Estado era velar por sus intereses, consolidar sus estructuras y expandir sus oportunidades. La neoliberalización significaba el desarrollo de políticas que facilitarían la adquisición de empresas públicas por parte de los grandes grupos económicos, la fácil transferencia de capitales al exterior, el acceso ventajoso a créditos extranjeros y la socialización por parte del Estado de las pérdidas privadas”.³⁷⁶

Assim, a crise mexicana de 1995 causou uma recessão na economia argentina, superada de maneira temporária com a expansão comercial dentro do Mercosul, o que se manteve até a desvalorização do Real em 1998. A recessão, que começa em 1998, agravada pela desindustrialização, por sua vez provocada com a liberalização comercial e pelas privatizações das empresas e serviços públicos, somou-se à privatização prévia do sistema de seguridade social (exigido pelo FMI e aceito por De la Rúa) e o desmantelamento da rede de proteção social, e resultou num processo de concentração de renda e aumento do desemprego e subemprego que conduziu a Argentina a bater recordes históricos de pobreza e indigência.

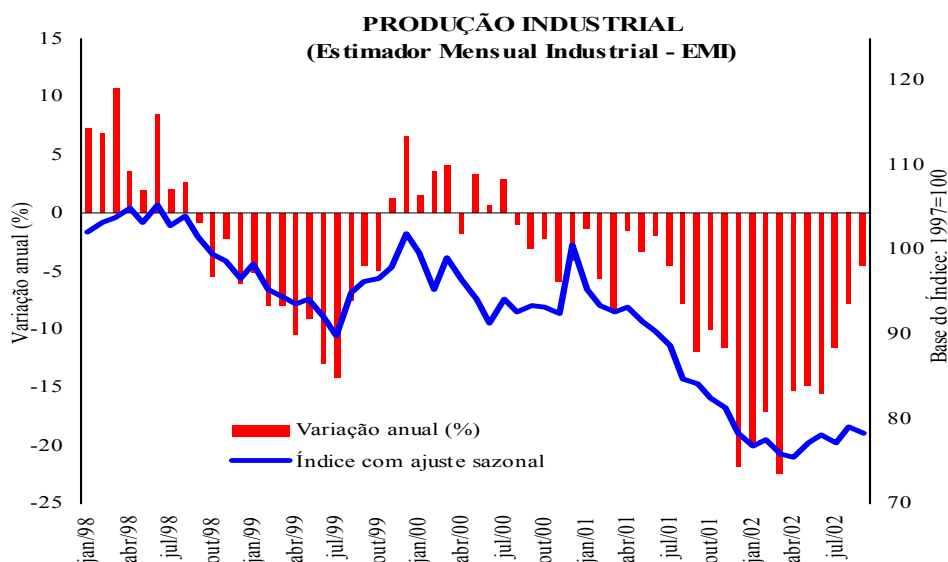
³⁷⁴ Halevi, Op Cit.

³⁷⁵ Petras, Op Cit.

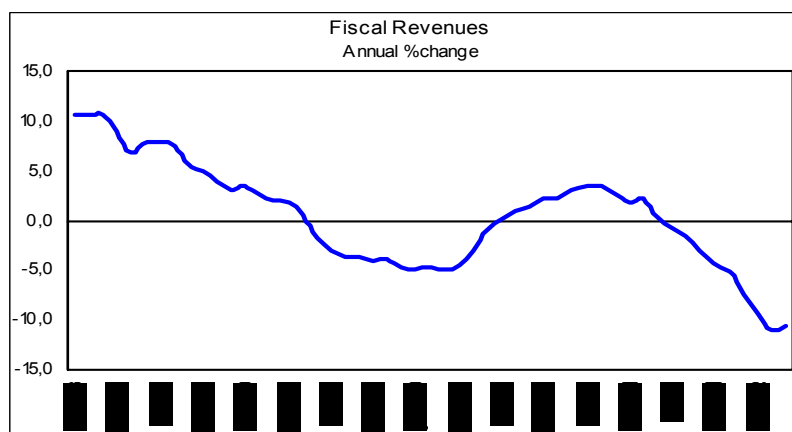
³⁷⁶ Idem.

Trata-se, na verdade, de um *novo modelo de acumulação* forjado por um processo de crescente abertura comercial e financeira, que substitui o esquema centrado na industrialização “*hacia adentro*”, por um crescente endividamento, privilégio da valorização financeira do capital e conseqüente desestruturação produtiva, gerando um aumento significativo na concentração econômica, concentração de renda, centralização do capital e “fenomenal” transferência de recursos ao exterior.³⁷⁷

Abaixo podemos ver a evolução da desindustrialização Argentina e da queda das receitas do Estado argentino devido à contração econômica do período 1998-2002.



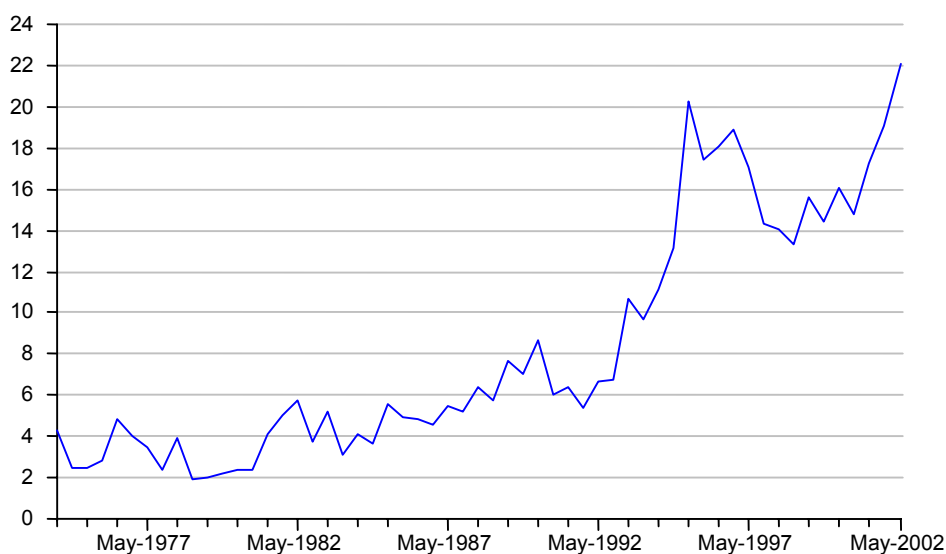
Fonte: INDEC - Mecon.



Fonte: BBVA/Mecon.

³⁷⁷ Lozano, Cláudio e Manjovsky, Eduardo. *La economía Argentina luego de la dictadura*. Buenos Aires, Global policy Network, abr 2001, <http://www.globalpolicynetwork.org>.

Argentina: Taxa de desemprego: Grande Buenos Aires (GBA)%



Fonte : INDEC – Emerging Markets Economic Data (EMED) ,

Acima vemos a evolução da taxa de desemprego desde 1977 e abaixo temos a comparação dos índices da dívida externa e dos salários reais médios desde 1975.

ÍNDICES DA DÍVIDA EXTERNA E DOS SALÁRIOS REAIS MÉDIOS, 1975-1999 (1975=100)						
	1975	1980	1985	1990	1995	1999
DÍVIDA EXTERNA	100	336	610	764	1.285	2.170
SALÁRIOS REAIS MÉDIOS	100	66,3	68,8	49,3	41,0	38,5

Fonte: Lozano, Cláudio e Manjovsky, Eduardo. *La economía Argentina luego de la dictadura*. Op Cit .

Com a abertura comercial ocorreu a substituição da produção interna pelas importações, conformando um processo de desindustrialização no qual as mais prejudicadas foram as médias e pequenas empresas, grandes empregadoras de mão-de-obra, gerando uma considerável contração no emprego. Portanto, apesar do crescimento econômico do governo Menem, a abertura comercial indiscriminada causava a falência de empresas argentinas, que por sua vez, levava à demissão de trabalhadores em massa. Esse desemprego foi determinante para a escalada da pobreza e da indigência.

No mercado de trabalho argentino das últimas décadas registrou-se processos concomitantes de aumento do trabalho feminino, diminuição dos postos de trabalho e aumento do subemprego. Por um lado, o aumento do desemprego diminuiu o número de perceptores de renda (geralmente chefes de família), sendo que a diminuição da quantidade dos postos de trabalho foi maior nos domicílios de menor renda. Por outro lado, a taxa de desemprego maior induziu uma queda nas remunerações (ver salários reais médios acima). Finalmente, o número de horas ocupadas por subempregado também caiu.³⁷⁸ Como resultado

³⁷⁸ Damill, Mario, Frenkel, Roberto e Maurizio, Roxana. *Argentina: Una década de convertibilidad*. Santiago, OIT, 2002, Síntesis y Conclusiones.

temos um aumento da pobreza e da indigência, sendo que quase metade dos 8,2 milhões de pobres em 2002 era de crianças e adolescentes.³⁷⁹

Percebemos então que a perda de relevância da demanda interna no *novo modelo de acumulação* opera na economia argentina uma brutal queda na participação dos setores populares na renda nacional. A distribuição funcional do ingresso, por exemplo, indica que os assalariados recebiam em 1975 o equivalente a 43% do total da renda, e em 2001 recebiam apenas 20%. A iniquidade distributiva pode ser observada também no aumento da renda dos 20% mais ricos da população que, em 1974, tinham 39,7% e em 1999 possuíam 52,3% da renda total; sendo que os 10% mais ricos aumentaram sua participação de 23,6% em 1974 para 36,1% em 1999, enquanto que os 10% mais pobres tiveram sua participação reduzida de 4,4% em 1974 para 1,5% em 1999. Ou seja produziu-se uma monumental transferência de renda no interior da sociedade argentina estimada em US\$ 132 bilhões no período de 1976 a 1989, segundo Lozano e Manjovsky.

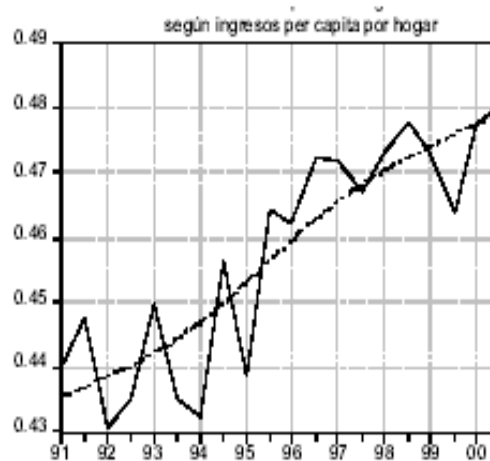
“El comportamiento de la economía argentina indica que esta notable modificación distributiva está directamente vinculada con una compulsiva transferencia de ingresos desde los asalariados hacia los no asalariados y, en particular, hacia los propietarios de las empresas más grandes de la economía argentina. Dicha transferencia alcanzó a los US\$ 52.000 millones en el período de 1976-1980 y llegó a los US\$ 80.000 millones entre 1980 y 1989.”³⁸⁰

Abaixo podemos visualizar o aumento da desigualdade nos anos 1990 e inferir que esta transferência de recursos tenha continuado na mesma escala durante a última década o século. Vemos que os nove primeiros decis da população perderam renda, fazendo com que a proporção entre o primeiro decil e o último (mais rico) tenha saltado de 23,6 para 38,0. Portanto, a brecha entre ambos estratos aumenta 60% apenas durante a década de 1990. (aproximação baseada nos dados de Damill, Frenkel e Maurizio com os de Lozano e Manjovsky). Podemos observar abaixo também o índice de Gini domiciliar *per capita*.

DISTRIBUCIÓN DEL INGRESO DE LOS HOGARES
(por deciles según el ingreso per cápita del hogar)

Deciles	Porcentaje acumulado del ingreso total			
	1991:1	1994:1	1998:1	2000:2
1	1.50	1.55	1.21	1.06
2	4.35	4.61	3.76	3.44
3	8.31	8.60	7.24	6.90
4	13.43	13.62	11.66	11.36
5	19.34	19.84	17.18	16.94
6	26.56	27.41	24.23	23.93
7	35.76	36.68	33.27	32.91
8	47.73	48.70	45.14	44.84
9	64.66	65.09	62.00	59.71
10	100.00	100.00	100.00	100.00
Coefficiente de Gini	0.440	0.432	0.473	0.481
10 decil/1 decil	23.6	22.5	31.4	38.0

ÍNDICE DE GINI PARA LOS HOGARES
SEGÚN INGRESOS PER CÁPITA POR HOGAR



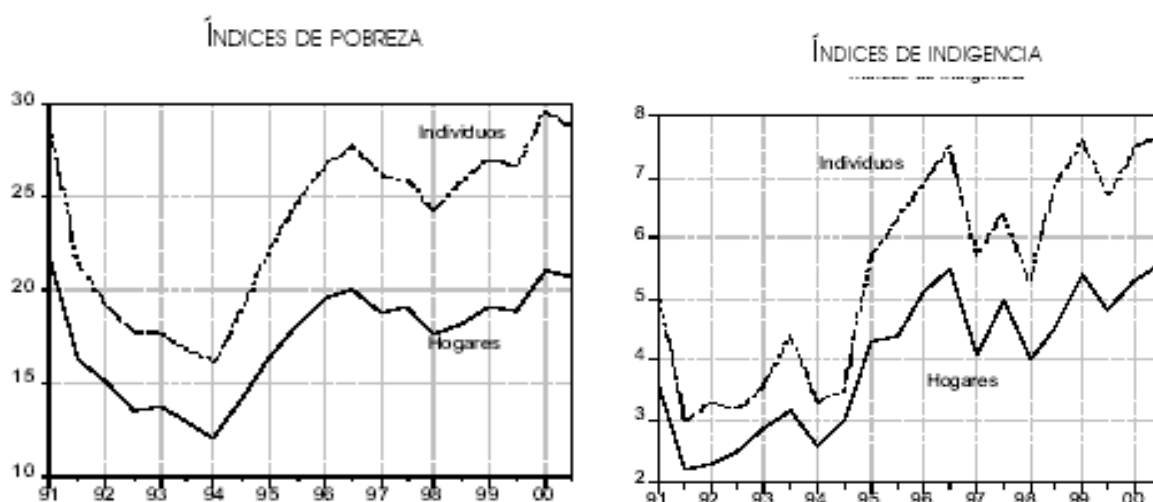
Fonte: Damill, Mario, Frenkel, Roberto e Maurizio, Roxana. *Argentina: Una década de convertibilidad*. Santiago, OIT, 2002.

³⁷⁹ Petras, Op Cit.

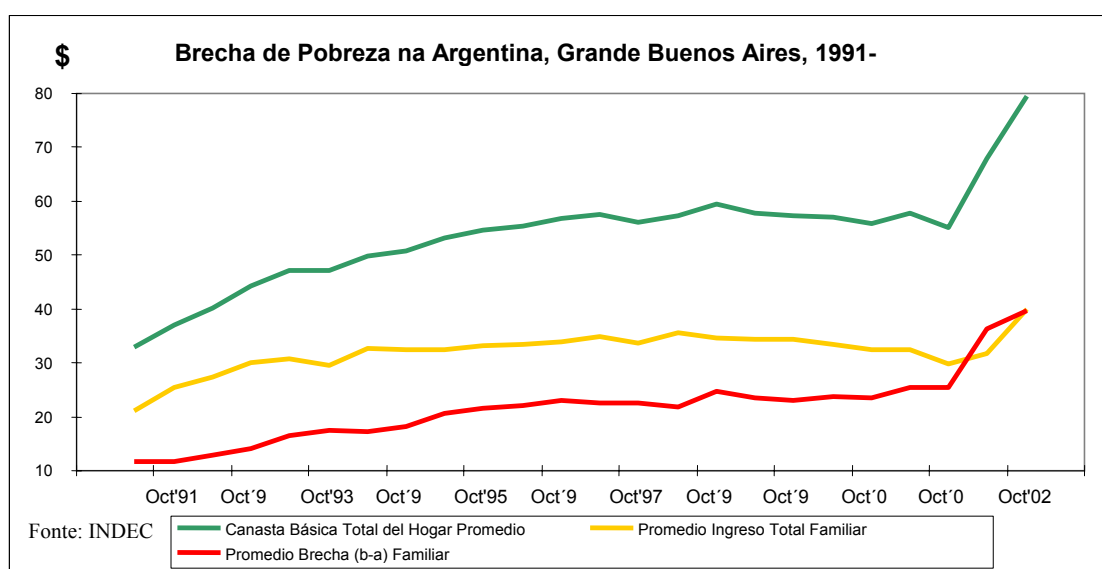
³⁸⁰ Lozano e Manjovsky (2001), Op Cit.

Lozano e Manjovsky não têm dúvida que esta deterioração distributiva está estreitamente vinculada à evolução do salário real, cuja queda em índices foi de 61,5% entre 1975 (100) e 1999 (38,5). O salário real, portanto, não acompanha o aumento da produtividade ocorrida na economia argentina nos anos 1990, caracterizando o crescimento havido como “socialmente regressivo”, isto é, de caráter marcadamente “classista”, porque significou que classe empresarial apropriou-se da maior parte dos recursos gerados pelo aumento da produtividade dos trabalhadores (que salta de 100 em 1993 para 149,2 em 1998).

Como resultado temos um aumento da pobreza e da indigência nesse período, como vemos abaixo. Particularmente esta situação irá se tornar crítica no final do governo De la Rúa: se a renda média total familiar já cobria apenas parte da cesta básica média dos domicílios, com a crise e a inflação a diferença entre ambas, isto é, a parte que não é coberta pela renda, ficou maior do que a parte que é coberta pela renda média total familiar. Ou seja, o que as famílias precisam receber para completar a cesta básica passou a ser mais do que o que elas realmente recebem. Isto já não significa apenas pobreza ou mesmo indigência, mas significa certamente fome.



Fonte: Damill, Mario, Frenkel, Roberto e Maurizio, Roxana. *Argentina: Una década de convertibilidad*. Santiago, OIT, 2002.



Como sabemos, a probabilidade de ser pobre é maior nos domicílios com mais pessoas e nos domicílios com mais crianças, o que ocasiona o aumento da pobreza entre as

crianças e também o aumento do trabalho infantil. Entretanto, se o chefe da família for analfabeto ou desempregado também há maior probabilidade do domicílio ser pobre. Lembremos que o desemprego e falta de escolaridade atingem os estratos sociais de maneira diferenciada, sendo sempre maiores nos estratos mais pobres. A pobreza na Argentina não é diferente nesses aspectos da do resto da América Latina.

O desemprego alcançava em 2002 a 21,5% da população economicamente ativa (PEA) e, como já foi dito, com incidência maior nas classes com poucos recursos econômicos, chegando a 34,2% a taxa de desemprego entre os que estão por debaixo da linha de pobreza. Do total de desempregados na Grande Buenos Aires em 2002, 63,6% estava em situação de pobreza. Entre os indigentes a taxa de desemprego era de 44,4% em todo o país e de 45,1% na Grande Buenos Aires. Segundo o INDEC, 70,3% das crianças e adolescentes era pobre na Argentina em 2002. Em números absolutos, do total de crianças no país (5.713.380), 4.016.506 eram pobres e somente 1.696.874 não o eram. Abaixo da linha de indigência havia 2.108.237 crianças.³⁸¹

Como vimos no gráfico acima, a pobreza estava no patamar de 30% em 2000. Pois bem, ela passa para 35% em maio de 2001, 38,3% em outubro de 2001, 53,0% em maio de 2002 e 57,8% em outubro de 2002. Nessa data, o número de pobres era de 20,8 milhões de pessoas, com quase 10 milhões de indigentes. Como vimos também, houve um grande incremento de preços dos alimentos básicos (75% ao longo de 2002, até outubro), sendo que os salários, aposentadorias e renda ficaram congelados. Esse fato determinou a passagem de milhões de pessoas para a situação de pobreza e indigência, pois 80% dos lares estavam abaixo da linha de cesta básica familiar aceitável de US\$ 440 por mês (1.600 pesos, com o fim da convertibilidade).³⁸²

Para combater a pobreza foi criado o “*Plan de Jefes y Jefas de Hogar*”, que dava 150 pesos/lecops (metade da cesta básica) de ajuda para aproximadamente 2 milhões de pessoas. Isto ajudou para que as cifras da pobreza fossem menores, pois sem eles, em lugar de 57,5% a pobreza atingiria 58,1% da população, e a indigência passaria dos 27,5% para 30,5%. Em 2002, os maiores índices de pobreza (71,5% de pobreza e 41,9% de indigência) se situavam no Nordeste do país (Corrientes, Misiones, Formosa e Chaco); e os menores na região da Patagônia (56,7% de pobreza e 27,2% de indigência). A cidade de Buenos Aires tinha um índice de pobreza de 21,2%, enquanto que na Grande Buenos Aires era 64,4%.³⁸³

Trata-se sem dúvida de uma situação de pobreza estrutural agravada por uma conjuntura impiedosa. As conseqüências se fazem sentir em todos os níveis e planos da vida econômica, social, política e cultural argentina. O empobrecimento das pessoas, mesmo que hoje esteja sendo minimizado, implica em perdas de *capacidades* humanas, estruturais e produtivas que afetam o conjunto da sociedade. Cabe destacar a importância da eleição democrática que permite agora ao presidente Kichner encaminhar uma possível solução pelo menos para o setor mais afetado pela crise. Nesse sentido, há entendimentos com o Brasil para efetivar o intercâmbio de experiências para erradicação da fome e da pobreza.

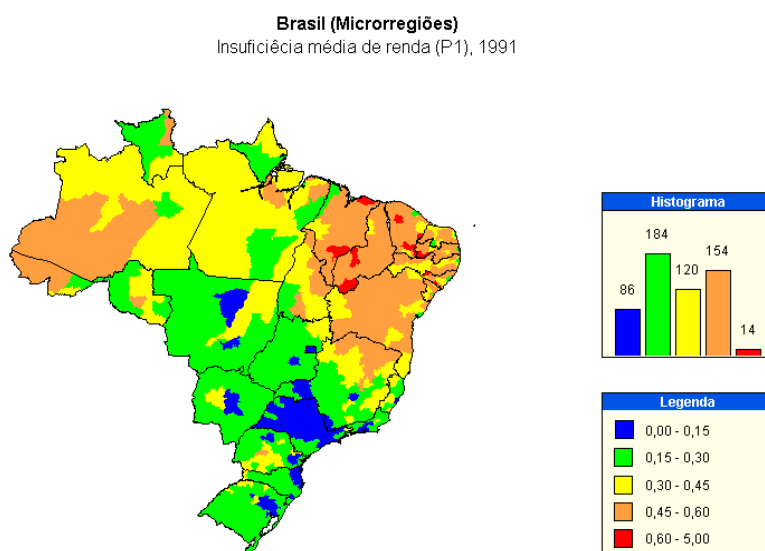
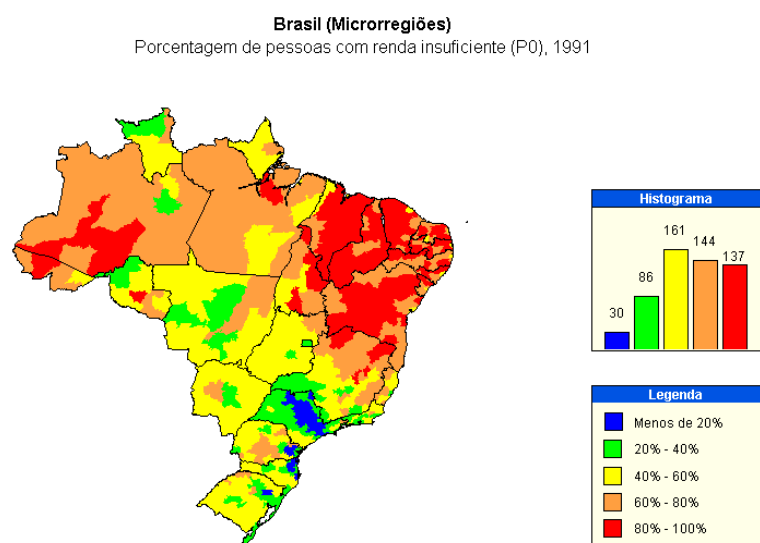
³⁸¹ *La Nación*, 22 de agosto de 2002.

³⁸² *Reuters*, 29 de novembro de 2002.

³⁸³ *Clarín*, 1º de fevereiro de 2003.

2. Brasil

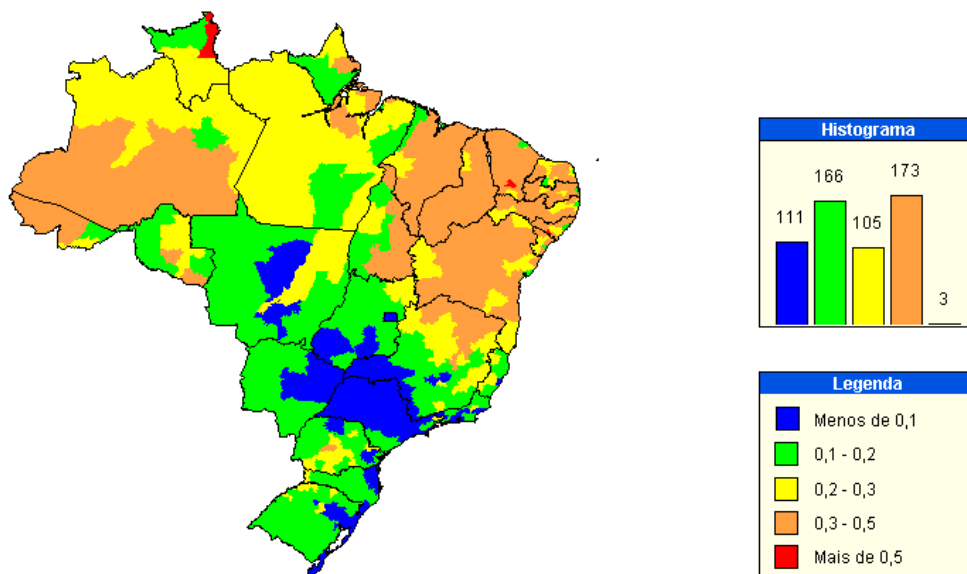
Vemos abaixo três gráficos nos quais podemos constatar por microrregiões a *extensão da pobreza* (P0), ou a quantidade de pobres existente como proporção do total da população (nas áreas vermelhas do gráfico P0 a população pobre constitui 80% a 100% da população total); a *intensidade da pobreza* (P1), que mede a insuficiência média de renda, isto é, a profundidade com que a pobreza atinge uma população (no gráfico da P1 notamos claramente o contraste entre Norte-Nordeste e Sul-Sudeste); e a *severidade da pobreza* (P2), que representa a desigualdade entre os próprios pobres, mostrando as áreas mais críticas de miséria. Todos estes gráficos³⁸⁴ revelam que o desenvolvimento capitalista ocorre apenas em *ilhas de progresso* (microrregiões em azul no mapa) na América Latina, uma vez que na maior parte do Brasil – que é a maior economia da região – a pobreza é extensa, profunda e severa.



³⁸⁴ Todos os mapas do Brasil apresentados nesta seção foram gerados a partir do seguinte CD-ROM: IBGE/ IPEA/ Fundação João Pinheiro. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, 1996.

Brasil (Microrregiões)

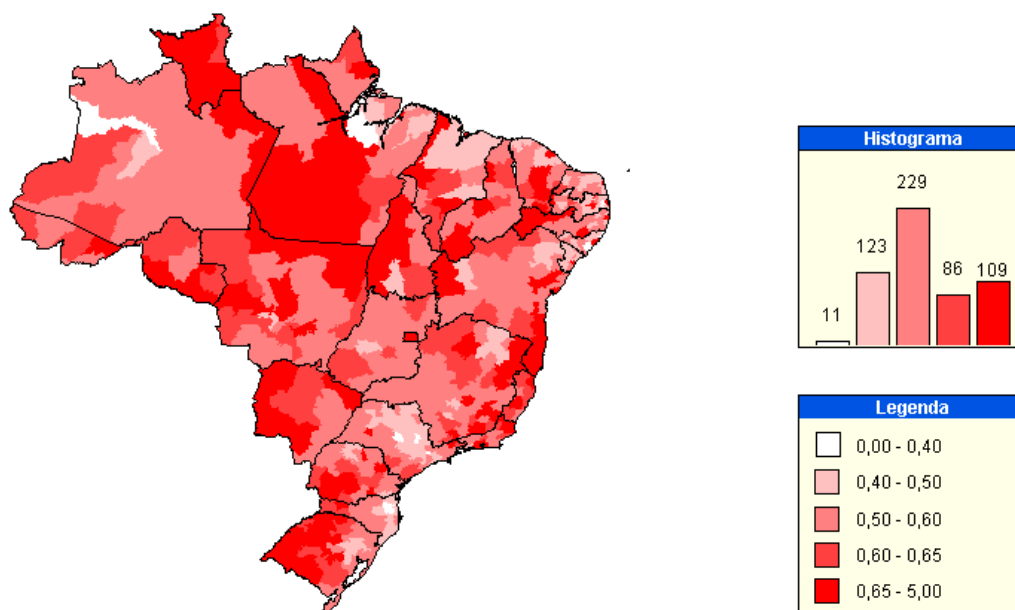
Grau de desigualdade na população com renda insuficiente (P2), 1991

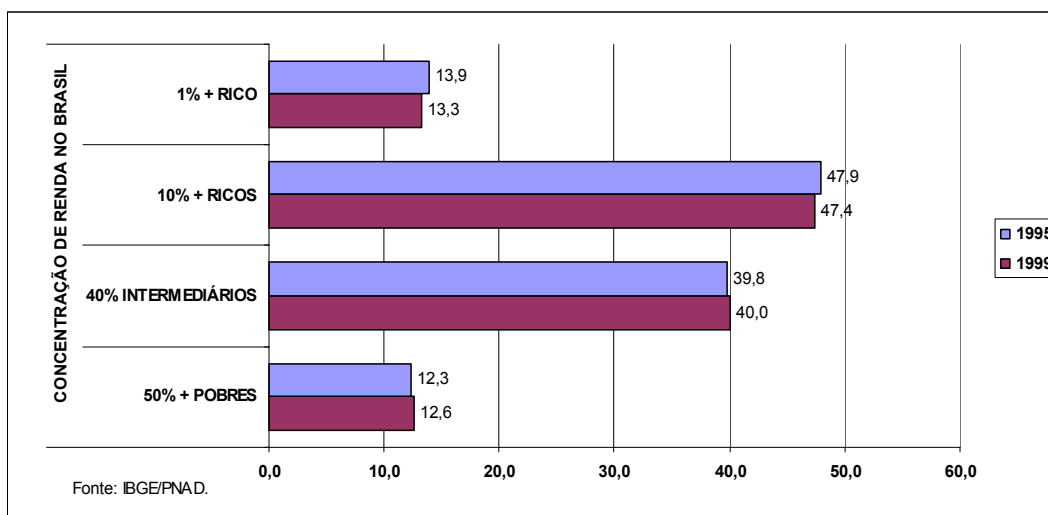


Sabemos que o crescimento econômico pode amenizar em parte esta situação mas, embora o crescimento possa reduzir a pobreza, os aumentos da renda não se reverterem numa maior redução da pobreza por causa da alta e persistente desigualdade constatada nos gráficos abaixo, o primeiro com visualização espacial da desigualdade e o segundo contabilizando a porcentagem da população em faixas de renda. No primeiro vemos que praticamente o Brasil inteiro é muito desigual, e no segundo podemos reparar que o 1% mais rico detém mais renda do que os 50% mais pobres.

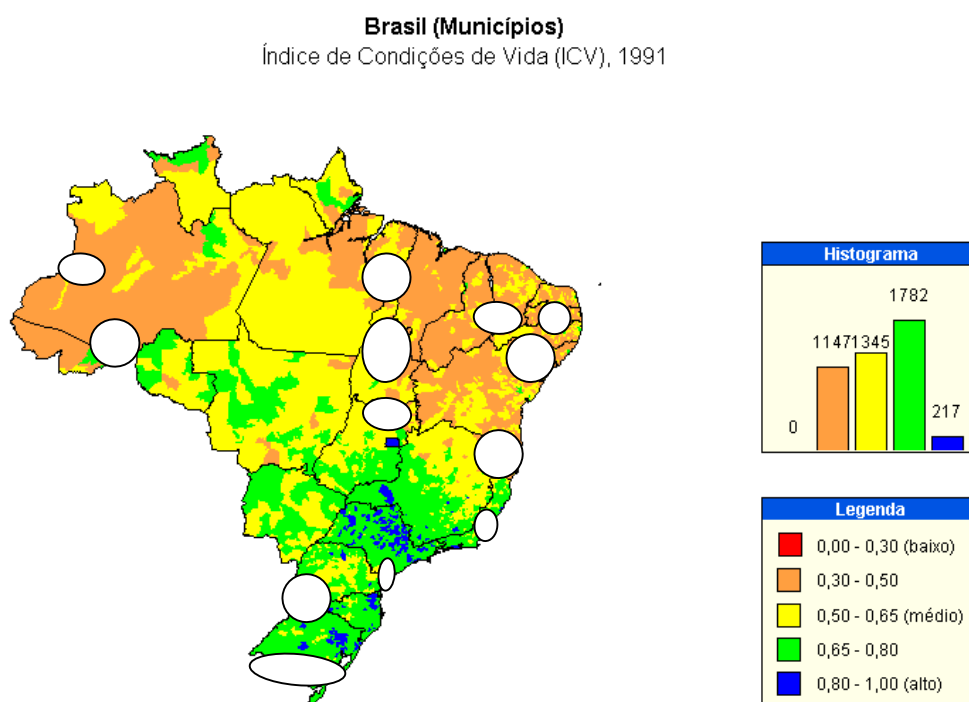
Brasil (Microrregiões)

Grau de desigualdade (Theil-L), 1991





Na verdade, podemos reiterar que as condições de vida digna, medidas pelo Índice de Condições de Vida (ICV), de 1991, se localizam em *ilhas de progresso*: apenas 217 municípios (4,83% do total) atingiram o nível alto em termos de condições de vida (municípios em azul no mapa). Esta realidade de pobreza generalizada e de precariedade multifacetada contraria as impressões que enxergam apenas *bolsões de pobreza*³⁸⁵ no país, como representado pelas áreas brancas inseridas por nós no gráfico.



³⁸⁵ Em 1999, o Ministério da Integração Nacional do Governo Fernando Henrique Cardoso identificou **treze áreas com índices insuficientes de desenvolvimento humano**, totalizando 600 municípios onde viviam 26 milhões de pessoas. Com IDH semelhante ao de Uganda, esses bolsões de miséria seriam os seguintes: **Região Norte**: Alto Solimões (AM), Vale do rio Acre (AM-AC), Bico do Papagaio (PA-MA) e Chapada das Mangabeiras (TO); **Região Centro-Oeste**: Águas Emendadas (GO); **Região Nordeste**: Chapada do Araripe (PI-CE-PE), Zona da Mata Canavieira (PE-PB), e Xingó (PE-AL-SE-BA); **Região Sudeste**: Portal do Descobrimto (BA-MG-ES), Bacia do Itabapoana (RJ-ES), e Ribeira/Guaraqueçaba (SP-PR); **Região Sul**: Missões/Contestado (PR-SC-RS); e Metade Sul do Rio Grande do Sul (RS). *Veja*, 10 de novembro 1999, p. 196.

Barros, Henriques e Mendonça³⁸⁶ entendem que os elevados níveis de pobreza que afligem a sociedade brasileira encontram seu principal determinante na estrutura da desigualdade brasileira – desigualdade na distribuição de renda e das oportunidades de inclusão social. Sem descartar o crescimento econômico, propõem uma estratégia de redistribuição de renda que combata a desigualdade, pois a pobreza no Brasil não estaria associada à escassez absoluta ou relativa de recursos. Dado que 77% da população mundial vive em países com renda *per capita* inferior a do Brasil, a população brasileira não está entre as mais pobres do mundo, embora seja um país com muitos pobres. O grau de pobreza no Brasil é significativamente superior à média dos países com renda *per capita* semelhante, “sugerindo a relevância da má distribuição dos recursos para explicar a intensidade da pobreza. [...] Assim, caso o grau de desigualdade de renda no Brasil correspondesse à desigualdade mundial média associada à cada nível de renda *per capita*, apenas 8% da população brasileira deveria ser pobre.” E não os 34% atuais. Como exemplo dessa desigualdade, citam o índice de Gini, que “a despeito de pequenos soluços, mantém-se impassível no incômodo patamar de 0,60”; e também a linha da proporção, que mostra que os 10% mais ricos dispõem de uma renda entre 22 e 31 vezes maior que a renda dos 40% mais pobres no período 1977-1998.

Sem dúvida, a análise do período 1977-1998 revela que muito mais importante que as flutuações observadas na desigualdade é a “inacreditável” estabilidade da intensa desigualdade de renda da sociedade brasileira, onde os 20% mais ricos se apropriam de uma renda 24 a 35 vezes superior à dos 20% mais pobres, e onde o 1% mais rico detém uma parcela de renda superior à apropriada por metade de toda a população. Como dissemos antes, estes dados se referem à *renda*. Quando acrescentamos a *riqueza* a esta análise vemos que o problema da concentração de recursos é mais sério ainda. Abaixo temos uma tabela com a porcentagem da *riqueza* acumulada pelo 1% mais ricos do Brasil, que chega a ser de 17% em termos de renda *nacional*, mas que atinge 53,1% da *riqueza total do país*, com picos de 85,1% do patrimônio líquido das empresas e 62,7% das terras do país.

RIQUEZA PESSOAL ESTIMADA DO 1% MAIS RICO DA POPULAÇÃO DO BRASIL, 1989.		
TIPO DE RIQUEZA	Valor (bilhões US\$)	% sobre o total
ATIVOS FÍSICOS		
Terras	170	62,7%
Imóveis rurais	129	62,9%
Imóveis urbanos	92	25,2%
SUBTOTAL	391	46,5%
ATIVOS FINANCEIROS		
Moeda	3	33,3%
Depósitos em poupança	19	42,2%
Títulos públicos federais	44	72,0%
Outros	11	90,0%
SUBTOTAL	77	60,2%
Patrimônio líquido das empresas privadas	171	85,1%
Bens de consumo duráveis	8	16,3%
TOTAL	647	53,1%

Fonte: Gonçalves, Reinaldo T. “Distribuição de Riqueza: Alternativa para a Crise Brasileira” in: Mercadante, Aloizio. *Uma Economia de Justiça e Solidariedade. Propostas Alternativas para o Combate à Pobreza e à Desigualdade Social*. Documento da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal. Brasília, setembro de 1999.

³⁸⁶ Barros, Ricardo Paes, Henriques Ricardo e Mendonça Rosane. *Desigualdade e Pobreza no Brasil: a Estabilidade Inaceitável*. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.

Baseado nestes dados, Mercadante³⁸⁷ afirma que a pobreza não é um fenômeno isolado, conjuntural ou residual, mas sim uma manifestação inerente à dinâmica de um processo: o desenvolvimento do capitalismo nas condições específicas da realidade do país. A geração e reprodução continuada de modalidades de pobreza, exclusão social, desigualdade e marginalidade é determinada pelas características estruturais da sociedade brasileira: passado colonial e escravocrata; padrão de inserção subordinada e dependente; organização social interna calcada no monopólio da terra, na concentração brutal da riqueza e em profundas desigualdades sociais e regionais; bem como um padrão autoritário de intervenção do Estado na economia e na sociedade.

“Nesta perspectiva, o eixo central da problemática da pobreza é a desigualdade na distribuição da riqueza e, em grande medida como subproduto desta, a concentração da renda. Outros vetores – a estrutura altamente regressiva do sistema tributário vigente no país, o padrão de acumulação historicamente baseado no arrocho salarial, o mercado de trabalho fundado na precarização do emprego, o padrão do gasto público que reproduz a exclusão social, o baixo grau de escolaridade e a precariedade do ensino público, e os efeitos da inflação, por exemplo – amplificam e realimentam o processo de concentração e polarização da estrutura distributiva. Dentro deste contexto, a pobreza é a expressão extrema da desigualdade social. É a ausência total de garantias de direitos básicos”.³⁸⁸

Os direitos constituem a cidadania, que por sua vez funda a democracia econômica, que promove o desenvolvimento social, que hoje se incorpora no imperativo de erradicar a pobreza, que decorre da desigualdade de renda, que tem como subproduto a concentração de riqueza, que está na sua maior parte nas mãos de 1% da população brasileira. É assim que chegamos a esses **1% mais ricos do Brasil**, pouco mais que 1,5 milhão de pessoas ou 400 mil famílias, que controlam **17% da renda nacional** e possuem **53% do estoque líquido de riqueza privada do país**. Nos EUA, o 1% mais rico da população tem 8% da renda e 26% da riqueza nacional.

“A pobreza é resultante de um padrão de organização social da produção e de acumulação de capital de caráter estruturalmente dependente e excludente, cuja dinâmica conduziu historicamente à conformação de uma estrutura social injusta, marcada pela concentração de riqueza, da renda, do poder político e dos direitos de cidadãos em mãos de uma elite carente de um projeto consistente de nação e autocentrada na defesa e ampliação de seus privilégios.”³⁸⁹

Segundo Mercadante, “A renda familiar média deste grupo atinge US\$ 400.000 por ano – 25 vezes maior que a renda média dos restantes 99% da população – e sua riqueza familiar alcança US\$ 2.700.000 – equivalente a cerca de 110 vezes a riqueza média do restante da população”.³⁹⁰ Impressiona também a estabilidade desta distribuição da renda ao longo do período considerado, como revela o gráfico abaixo.

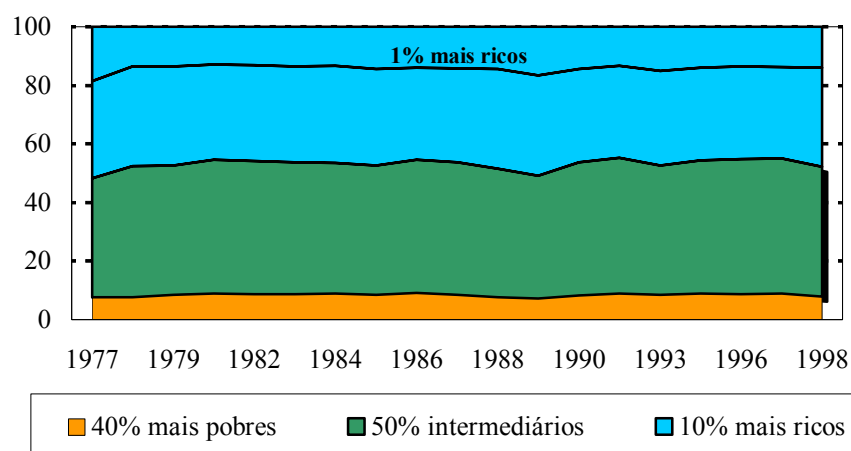
³⁸⁷ Mercadante, Aloizio. *Uma Economia de Justiça e Solidariedade. Propostas Alternativas para o Combate à Pobreza e à Desigualdade Social*. Documento da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal. Brasília, set 1999.

³⁸⁸ Op Cit., p. 4.

³⁸⁹ Mercadante, Aloizio. “Fome o Prato do Dia”. *Folha de São Paulo*, 28 de outubro de 2001.

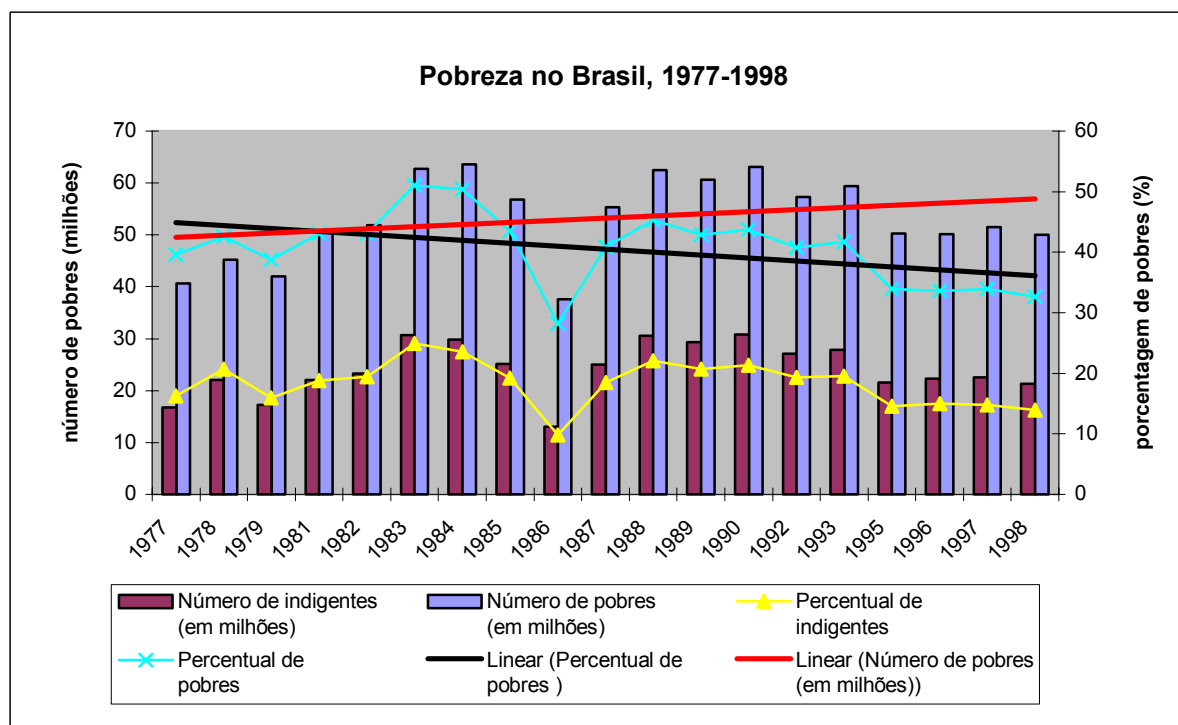
³⁹⁰ Mercadante (1999), Op Cit.

**Proporção da renda apropriada pelos
10% mais ricos, 50% seguintes e 40% mais pobres**



Fonte: Construído com base nas informações contidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), in: Barros, Henriques e Mendonça (2000), Op Cit.

Para o mesmo período, podemos ver a seguir que o grau de pobreza atingiu seus valores máximos durante os anos de 1983 e 1984 (proporção de pobres superior a 50%) e teve suas maiores quedas com os Planos Cruzado e Real (30% e 35%, respectivamente). Apesar da porcentagem de pobres ter declinado de 39% em 1977 para 33% em 1998, o número de pobres passou de 40 para 50 milhões no período, em decorrência do crescimento populacional. A linha preta do gráfico mostra a tendência da *proporção de pobres*, enquanto que a linha vermelha mostra a tendência observada de *quantidade de pobres*.



Fonte: A partir dos dados de Barros, Henriques e Mendonça (2000), Op Cit.

Klikberg³⁹¹ reúne elementos para afirmar que, segundo a evidência empírica, uma elevada desigualdade pode constituir em si mesma um obstáculo para o crescimento. Assim, uma desigualdade inicial alta num ativo como a terra³⁹² pode determinar um crescimento menor, mais lento ou deficiente. Pode-se dizer que há uma correlação negativa entre uma desigualdade inicial e o crescimento a longo prazo. Não apenas o desenvolvimento econômico, mas também o desenvolvimento social se ressentem: “A desigualdade constitui um entrave fundamental para a possibilidade de fazer chegar educação de qualidade apropriada ao conjunto da população”.³⁹³

Na verdade, a evidência empírica (inclusive a baseada no modelo de desenvolvimento de países como Japão, Canadá, países nórdicos, europeus e até do sudeste asiático) afirma que há uma correlação positiva entre crescimento e igualdade, na qual um fator reforça o outro. Entre as principais razões para essa relação estão:³⁹⁴ 1) as condições para melhorar a situação dos pobres numa sociedade mais igualitária são maiores; 2) a redução da desigualdade cria condições propícias para o investimento em *capital humano* (nutrição, saúde e educação) e fortalecimento do *capital social* (“que compreende aspectos como valores compartilhados, o grau de associatividade de uma sociedade, sua capacidade de promover acordos, sinergias, construir redes, o clima de confiança mútua entre seus componentes, as normas sociais e instituições”); 3) uma estratégia de crescimento de “baixo para cima”,³⁹⁵ com melhoria da equidade, pode aumentar as taxas de poupança nacional e ter efeitos positivos sobre as possibilidades de desenvolvimento tecnológico e certamente contribuir para a *governabilidade democrática*³⁹⁶ do país, na medida em que evita uma forma social de *apartheid* devido à exclusão social.

A relação inquestionável entre igualdade e crescimento, bem como as conseqüências desastrosas da desigualdade na América Latina em particular, permitiram que a Teoria Econômica alertasse para a “evidência empírica das realizações incompletas do potencial econômico e produtivo” em sociedades desiguais, onde grupos extensos de pessoas excluídas de oportunidades que outros têm terminam por afetar o produto agregado e as taxas de crescimento.

“In sum, income and wealth distributions can no longer be seen as mere *outcomes* of the general equilibrium of an economy. The central

³⁹¹ Klikberg, Bernardo. *Desigualdade na América Latina. O Debate Adiado*. São Paulo, Cortez, 2000.

³⁹² Hoffmann e Graziano não vêm nenhuma indicação de tendência de redução da **desigualdade da distribuição da posse de terra** no período 1975-1996 no Brasil. Hoffmann, Rodolfo e Graziano da Silva, José. *O Censo Agropecuário de 1995-1996 e a Distribuição da Posse da Terra no Brasil*. www.eco.unicamp.br/pesquisa.

³⁹³ Klikberg Op Cit., p. 19.

³⁹⁴ Idem., pp. 21-25.

³⁹⁵ Trata-se de inverter a situação atual, onde no Brasil as Classes A e B (renda familiar acima de 10 salários mínimos) representavam somente 19% dos domicílios, mas 52% do **consumo nacional**; enquanto que as Classes D e E (renda familiar abaixo de 4 salários mínimos) representavam 51% dos domicílios, porém apenas 20% do consumo nacional, segundo a Confederação Nacional das Indústrias (CNI). *Folha de São Paulo*, 25 de out 2002.

³⁹⁶ O poder público deve esforçar-se por construir uma **governabilidade democrática**, entendida como uma “capacidade de orientar o setor público para atender demandas e se articular com setores organizados da sociedade civil”. É natural que a articulação do poder público com a sociedade civil crie mais possibilidades para que as demandas sociais e as necessidades da população sejam atendidas. Assim, nas gestões democráticas locais preocupadas com a inclusão social, o interesse do governo deve ser o de promover a democracia participativa, o controle social democrático do Estado e das políticas públicas pela população. Quando não for possível a participação direta, que seja por meio de suas organizações e movimentos populares. Desta forma, mais do que exercer a governabilidade, o governo deve liderar a construção dessa governabilidade. Singer, Paul. “Poder Público e Organizações Populares no Combate à Pobreza” in: Valladares, Licia e Coelho, Magda (orgs.). *Governabilidade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, pp. 264-335

processes that determine resource allocation – through capital markets, through the political system, and through social circumstances – are influenced by the distribution of wealth in important ways. More unequal societies tend to develop larger groups of people who are excluded from opportunities others enjoy – be they a better education, access to loans, or to insurance – and who therefore do not develop their full productive potentials. Both theory and empirical evidence suggest that these incomplete realizations of economic potential are not of concern only to those who care about equity per se. They also affect aggregate economic potential, and therefore aggregate output and its rate of growth”.³⁹⁷

Após analisar os dados, Singer³⁹⁸ conclui que a extrema desigualdade no Brasil não é determinada pelo fator educação, como sugerem alguns estudos,³⁹⁹ mas pela extrema concentração de renda nas mãos do 1% (ou 5%) mais ricos da população. Aqueles que são excluídos de um salário, de prestígio social ou de direitos legais são precisamente aqueles que tem menos recursos precisamente porque outros têm demais. Também refuta o argumento que os encargos trabalhistas e a indexação dos salários seriam a causa da ampliação do mercado informal de trabalho e do número de autônomos, apontando como causa desta tendência a própria *desproletarização* (diminuição do emprego formal) perpetrada por uma grande *mudança estrutural* de alcance mundial associada com a Terceira Revolução Industrial.

Ao assinalar que os marxistas diferenciam entre *exploração* e *exclusão*, Singer não deixa de dizer que o importante é que **a exclusão de alguns intensifica a exploração de outros**. A sobre-oferta de mão-de-obra desqualificada pressiona os salários dos trabalhadores para baixo, assim como o crescimento da *terciarização* e da *informalização* das relações de trabalho já afeta trabalhadores qualificados e empregados com diploma universitário, bem como a longa jornada de trabalho de alguns implica no desemprego de outros. Uma vez que a perda do emprego formal representa o mais importante processo de exclusão social, é possível dizer que a abertura do mercado brasileiro à competição externa, que começou em 1990 e se acelerou em 1994, “está altamente correlacionada com essa exclusão”. A desregulamentação do mercado de trabalho tem reforçado também essa tendência para a informalidade.

Para Urani,⁴⁰⁰ o mercado de trabalho brasileiro se caracteriza pelo elevado grau de informalidade das relações de trabalho e a ausência de um sistema de seguro desemprego, bem como pelo incentivo indireto que uma série de mecanismos institucionais dá à alta

³⁹⁷ Ferreira, Francisco. *Inequality and Economic Performance. A Brief Overview to Theories of Growth and Distribution*. Jun 1999, Texto para o site do Banco Mundial sobre Desigualdade, Pobreza e Performance Sócio-econômica: <http://www.worldbank.org/poverty/inequal/index.htm>.

³⁹⁸ Singer (1997), Op Cit

³⁹⁹ Para Ramos e Vieira, “o mercado de trabalho contribui para essa realidade [extrema desigualdade no Brasil] na medida em que gera parte dessa desigualdade via segmentação (por tipo de inserção no mercado e, em menor escala, por região e por setor de atividade) e discriminação (gênero e cor). O funcionamento desse mercado, todavia, tem um papel de muito maior importância como revelador de desigualdades ou estratificações preexistentes, uma vez que a heterogeneidade dos trabalhadores foi identificada como a mais importante fonte de dispersão dos rendimentos. A **educação** assume um papel de destaque, sendo responsável por entre a quarta e a terça parte da desigualdade total, quando considerada isoladamente. Quando a sua correlação com as demais variáveis é levada em conta, essa capacidade de explicação é ligeiramente menor e diminui um pouco ao longo do tempo, mas mesmo assim permanece bastante elevada, mesmo para os padrões latino-americanos. Dessa forma parece inescapável a conclusão de que a tarefa de melhorar a distribuição de rendimentos no Brasil passa, forçosamente, pela concepção e implementação de políticas educacionais efetivas no que concerne à redução das desigualdades nesse campo, seja em termos de propiciar maior igualdade de oportunidades no acesso à escola, ou de prover mais incentivos para reter os jovens nos estabelecimentos de ensino”. Ramos, Lauro e Vieira, Maria Lucia. *Desigualdade de Rendimentos no Brasil nas Décadas de 80 e 90: Evolução e Principais Determinantes*. Rio de Janeiro, IPEA, jun 2001, Texto para Discussão nº 803

⁴⁰⁰ Urani, André. “Crescimento e geração de emprego e renda no Brasil”. *Lua Nova*, nº 35, 1995, pp. 5-38.

rotatividade da mão-de-obra – sobretudo para trabalhadores menos qualificados –, e que resulta ser um dos principais processos de impedimento da cidadania.⁴⁰¹ Outras características do mercado de trabalho brasileiro são a baixa intensidade e a forte desigualdade em termos de *capital humano*. Ao contrário de Singer, Urani acredita que a desigualdade de oportunidades de permanência e de êxito no sistema educacional resulta ser a principal causa da desigualdade de renda no Brasil. “Em outras palavras, o mercado de trabalho não pode ser responsabilizado pela totalidade da desigualdade de renda no Brasil, visto que ele absorve pessoas cujas capacidades de produzir são extremamente diferenciadas”.⁴⁰²

Apesar da melhoria das condições de vida dos pobres estar associada “sistematicamente” ao crescimento econômico, a velocidade em que se deu o *desenvolvimento social* foi sempre muito menor que a do *desenvolvimento econômico*. Urani se pergunta se é preciso aumentar a taxa de crescimento do PIB para gerar renda, e se é preciso gerar mais empregos e mais renda para aumentar o grau de *desenvolvimento social* no Brasil. Mais ainda, afirma que o crescimento econômico pode não ser considerado como necessário e muito menos como suficiente para reduzir a pobreza. Vejamos seu argumento.

Urani tenta mostrar que de 1980 a 1995 o estancamento do crescimento econômico não inibiu o processo de criação de empregos na economia brasileira, embora tenha comprometido a qualidade dos empregos gerados, pois ocorreu uma expansão do mercado de trabalho com empregos desprotegidos, precarizados e informais. O preço de um mercado flexível, que gera empregos apesar do pouco crescimento, foi a queda na produtividade média do trabalho e no salário real médio registradas na década de 1980.

Assim, o principal problema da economia brasileira “definitivamente” não é a incapacidade de gerar empregos. Pelo contrário, muitos dos empregos de má qualidade que estão sendo gerados estão sendo destinados a crianças e adolescentes que deveriam estar no sistema escolar. Para colocar essas crianças na escola, em primeiro lugar seria preciso uma melhoria da qualidade do ensino, e depois um programa de transferências maciças em dinheiro às famílias ou aos indivíduos mais pobres, nos moldes do *imposto de renda negativo*.

Ainda segundo Urani, é preciso também melhorar a qualidade do emprego, com reformas institucionais e aumento do grau de formalização das relações trabalhistas, bem como incentivar o crescimento sustentável, por meio de instrumentos de planejamento econômico para direcionar políticas públicas (redirecionando o gasto público para setores que geram mais empregos para mão-de-obra menos qualificada) e a própria política macroeconômica (com uma política voltada para a eficiência e produtividade de setores chave, como o alimentar). A existência de um padrão de crescimento não-concentrador, que se traduza em aumentos de salários reais, ao mesmo tempo em que aumenta a parcela dos salários no PIB, é fundamental.

⁴⁰¹ Telles quer reativar o sentido político das mediações entre o mundo do trabalho e a cidadania. Se a pobreza é projetada para fora de uma esfera propriamente política de deliberação, caindo nas malhas das “supostas leis inescapáveis da economia”, ela não deixa de estar incrustada no interior mesmo da sociedade organizada. Isso significa concretamente que as condições espoliativas de trabalho podem ser percebidas em práticas recorrentes como a **demissão**, ponto nodal que une a tradição regulatória e burocrática de organização do trabalho, com o impedimento real que o trabalhador tem, na América Latina, de estabelecer um vínculo com o seu trabalho. Ao enfatizar a vulnerabilidade dos trabalhadores diante do modo como o mercado opera – a demissão lança o trabalhador no mercado de trabalho informal ou no desemprego, que juntos, em 1994, compreendiam cerca de metade da População Economicamente Ativa (PEA) – Telles acredita ter encontrado o ralo por onde se esvai toda a efetividade da cidadania, pois é a própria institucionalidade que, ao articular o mundo do trabalho com o universo da cidadania, permite esse curto-circuito no vínculo que os trabalhadores chegam a estabelecer com o mercado. Telles, Vera da Silva. “Questão Social: Afinal de que se Trata?”. *São Paulo em Perspectiva*, v. 10, nº 4, out-dez 1996, pp. 85-95.

⁴⁰² Urani (1995), Op Cit.

Em suma, as conseqüências desta análise para uma política de combate à pobreza, caminham em outra direção do que as anteriores, visto que descarta a possibilidade de se acabar com a pobreza via crescimento econômico. Em primeiro lugar, porque demoraria décadas. Em segundo lugar, porque o Brasil tem condições de promover o *desenvolvimento humano* com a riqueza já acumulada: “bastaria transferir dos não-pobres para os pobres cerca de 3,5% do PIB (menos de 15% da renda do trabalho dos 10% mais ricos) para fazer com que todos os pobres se tornassem capazes de satisfazer suas necessidades básicas de consumo”.⁴⁰³ O *desenvolvimento social* pode e deve acontecer mesmo que não haja crescimento econômico.

Esta proposta faz sentido quando se leva em conta o argumento que não há excedente na América Latina para financiar o déficit social, exatamente porque a base de financiamento de políticas sociais é o mercado de trabalho formal. Assim, mesmo políticas compensatórias e localizadas para redução da pobreza encontram enormes resistências políticas e sociais para serem implementadas. Claro, sem promover reformas (agrária, tributária, trabalhista, política) e sem promover a saúde, a educação e o emprego, a região tende a perpetuar uma estrutura tributária regressiva (principalmente sobre o consumo), uma desigualdade acentuada pelos fatores educação, saúde e propriedade, e inexoravelmente seus Estados passam a concentrar a extração de recursos para políticas públicas na classe média, nos trabalhadores e nas empresas do setor formal. Desta forma, empreendimentos ilegais (narcotráfico, jogo, prostituição, contrabando, etc.), micro e pequenas empresas que querem fugir dos impostos, autônomos, ambulantes, ou negócios irregulares de empresas legais entram na chamada economia informal. Na verdade, a informalidade, que é, do ponto de vista dos trabalhadores, uma forma histórica de trabalho na região, hoje se aprofunda por meio da *exclusão social*, isto é, pela *inclusão desigual e subordinada* das pessoas no mercado de trabalho.

Compreendemos então que a informalidade, e conseqüentemente a pobreza, não são necessariamente uma disfunção do sistema e podem ser tratadas como um desdobramento do próprio sistema capitalista, pois há diferentes formas de apropriação e exploração capitalista. Todos os setores da economia se relacionam, todos estão no circuito do capital: formais e informais, organizados e desorganizados, estão todos dentro da esfera de influência do capital. Se o capitalismo atual tem um *exército industrial de reserva* que é funcional ao sistema, tem também um *lumpemproletariado* que, **sem função no sistema**, não deixa de estar **em função do mesmo sistema** capitalista. Então, existe o sistema e os excluídos do sistema, os marginalizados.

Se o crescimento perpetua a pobreza, variando de acordo com o padrão adotado, então nada mais natural que pensar alternativas de *desenvolvimento social* como propostas de redistribuição de recursos por meio da implementação das reformas acima citadas e também por um processo de transferência de renda como o exposto por Urani. Certamente que uma redistribuição de renda e riqueza da ordem que se está cogitando poderá diminuir a pobreza e amenizar a desigualdade, porém como viabilizá-la? Será que a possibilidade econômica de se erradicar a pobreza no mundo é correspondida por uma possibilidade político-social, isto é, será que a estrutura de classes e o comportamento das mesmas permitem que se alcance este objetivo? Será que a desigualdade (pobreza relativa), enquanto problema econômico-social diferente da pobreza absoluta, pode ser reduzida a níveis nacionais e internacionais aceitáveis sem se alterar a própria lógica do sistema capitalista?

⁴⁰³ Op Cit. p. 34.

Pode-se afirmar que, no Brasil, a unanimidade que é a bandeira da erradicação da pobreza foi objeto de um debate intenso – que contemplou os diversos grupos e classes da sociedade – e que antecedeu a eleição de Luis Inácio Lula da Silva. Posicionaram-se nesse debate, entre outros, da direita para a esquerda:

1) Mailson da Nóbrega⁴⁰⁴ é contrário à proposta de criação de um Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza por vincular recursos públicos e exigir aumento de impostos, que poderiam levar à inflação e queda do desenvolvimento do país. Posiciona-se a favor da redução da pobreza pelo crescimento e políticas compensatórias.

2) Gustavo Franco⁴⁰⁵ defende que o maior inimigo dos pobres é a inflação, o chamado “imposto inflacionário”. A arma de defesa é a estabilidade monetária, disciplina fiscal e juros menores. A mais eficiente de todas as políticas contra a pobreza é a criação de empregos.

3) José Marcio Camargo⁴⁰⁶ argumenta que, no longo prazo, a solução definitiva para a pobreza exige um aumento do capital físico e humano (educação) em poder dos pobres. No curto prazo, a solução do problema depende de programas de transferência de renda dos não-pobres para os pobres. Atualmente ocorre o inverso: uma parcela substancial dos recursos gastos nos programas de transferência de renda é apropriada pelos não-pobres. Entre eles estaria a educação pública superior, que é utilizada na sua maioria pelos não pobres.⁴⁰⁷

4) Sérgio Abranches⁴⁰⁸ acredita que a desigualdade é um fenômeno de longa duração, ao contrário do que ocorre com as medidas de renda, que variam entre cada período (inclusive variam pelo caráter informal da renda, o que explica a existência de aumentos do bem-estar e do consumo não compatíveis com o nível de renda). Esta “desigualdade durável” teria pelo menos quatro pilares no Brasil: a segregação racial, a discriminação das mulheres, os privilégios conferidos pelo Estado aos mais ricos e a inflação prolongada.

“Pobreza e desigualdade são fenômenos ética e socialmente similares, mas econômica e politicamente diversos. **Eticamente**, a destituição, absoluta ou relativa, reflete dimensões correlatas do mesmo problema, de justiça social e integridade da cidadania. **Socialmente**, constitui a face histórica de um mesmo movimento: a privação absoluta deságua na privação relativa e recompõe, em um novo patamar, o dilema das distâncias sociais extremadas; da frustração de expectativas individuais e grupais de ascensão social ou da insatisfação de grupos sociais, acentuada pela percepção de barreiras intransponíveis à mobilidade social e pela consciência crescente da existência de privilégios e discriminações de todo tipo. **Politicamente**, as escolhas e as ações voltadas para um e outro objetivo dependem da correlação predominante de interesses e poder. Pode-se constituir uma coalizão favorável ao combate à pobreza absoluta, mas que bloqueie cursos de ação que alterem significativamente o perfil distributivo”.⁴⁰⁹

⁴⁰⁴ Nóbrega, Mailson. “O Fundo pela Pobreza pode Aumentar a Pobreza?”. *Folha de São Paulo*, 30 julho de 1999.

⁴⁰⁵ Franco, Gustavo. “O Maior Inimigo da Pobreza?”. *Folha de São Paulo*, 8 de agosto de 1999.

⁴⁰⁶ Camargo, José Márcio. “Mãos à Obra, Senador!”. *Folha de São Paulo*, 11 de agosto de 1999.

⁴⁰⁷ Detecta-se a existência de um **modelo concentrador**: 21% do PIB é gasto na área social, mas os pobres ficam com a menor fatia, uma vez que os 10% mais ricos recebem quase a metade dos recursos dos aposentados, e 60% do gasto com educação financia as universidades federais, onde estudam os mais ricos. *Veja*, 23 de janeiro de 2002.

⁴⁰⁸ Abranches, Sérgio. “Desigualdade Durável”. *Veja*, 10 de novembro de 1999; e Sérgio Abranches. Entrevista. *Veja*, 19 de agosto de 1998.

⁴⁰⁹ Abranches, Sérgio. “Política Social e Combate à Pobreza. A Teoria da Prática.” in: Abranches, Sérgio, Santos, Wanderley G. e Coimbra, Antônio. *Política Social e Combate à Pobreza*. Rio de Janeiro, Zahar, 1987, p. 22.

5) Ricardo Paes de Barros⁴¹⁰ entende que o mercado de trabalho não cria nenhuma desigualdade, mas apenas expressa uma desigualdade anterior: a desigualdade educacional. Cada ano a mais na escola eleva a renda em 16% e a probabilidade de uma pessoa com menos de um ano de escolaridade ser pobre é de 75%. Além disso, medidas como a incorporação dos trabalhadores rurais à Previdência, transferência da ordem de R\$ 10 bilhões por ano, ainda não teriam atingido o “núcleo duro da pobreza”, isto é os 15% mais pobres, que estão participando com um pedaço cada vez menor da renda total.

”Em suma, o Brasil não é somente um dos países do mundo com o mais alto grau de desigualdade em educação, mas também é um dos países com a maior sensibilidade dos salários ao nível educacional do trabalhador. Estes dois fatores em conjunto levam a que a contribuição da desigualdade educacional para a desigualdade salarial no Brasil seja, também, uma das mais elevadas no mundo”.⁴¹¹

6) Francisco Ferreira⁴¹² afirma que a o sistema educacional reproduz a pobreza, pois o dinheiro público das universidades estaria sendo apropriado pelos filhos dos ricos. A escolaridade também influi na desigualdade regional, pois repercute na diferença de probabilidade de um nordestino ser pobre (75%) e a de alguém na região sudeste ser pobre (28%). Já a probabilidade de alguém ser pobre na zona rural (36%) é alta, principalmente quando se considera que quase metade do total dos indigentes está na zona rural, apesar de 77% da população viver em cidades. Considerando o período 1976-96, afirma que se tratam de fato de duas décadas perdidas, “se formos o suficientemente estreitos para considerar bem-estar medido apenas monetariamente”.

“In particular, we have found that, despite a small fall in measured inequality (although the Lorenz curves cross as expected) and a small increase in mean income, extreme poverty has increased, for sufficiently low poverty lines or sufficiently poverty aversion parameters. This seems to have been caused by outcomes related to participation decisions and occupational choices, in combination with declines in the labour market returns to education and experience. (...) It may well be, as many now claim, that an investigation of non-monetary indicators - such as access to services, or life-expectancy at birth - should lead us to consider the epithet of ‘a lost decade’ as too harsh for the 1980s. Unfortunately, we find that if one is sufficiently narrow-minded to consider only money-metric welfare, urban Brazil has in fact experienced two, rather than one, lost decades”.⁴¹³

7) Marcelo Neri⁴¹⁴ crê que focalizando as políticas sociais nos grupos mais pobres da população pode-se melhorar a distribuição de renda no país. O problema da pobreza no Brasil não é a falta de recursos, mas a má distribuição de renda. Além disso, mostra que a renda domiciliar *per capita* é elástica à taxa de desemprego em 0,75, o que significa dizer que uma diminuição do desemprego irá certamente aumentar a renda, o que parece óbvio. Porém, diz Neri, o problema do trabalho no Brasil não se restringe ao desemprego, mas está ligado à qualidade dos postos de trabalho. Sim, porque muitos deles são precários, isto é, informais. Este setor informal contribui como nenhum outro para a pobreza brasileira: 51,3% dos pobres

⁴¹⁰ “A Pobreza do Debate”. *Exame*, 6 de outubro de 1999, pp. 136-143.

⁴¹¹ Barros, Ricardo Paes e Mendonça, Rosane. *Os Determinantes da Desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, jul 1995, Texto para Discussão n° 377.

⁴¹² *Exame*, 6 de outubro de 1999, Op Cit.

⁴¹³ Ferreira, Francisco e Barros, Ricardo Paes. *The Slippery Slope: Explaining the Increase in Extreme Poverty in Urban Brazil, 1976-1996*. Mimeo, s/d.

⁴¹⁴ Neri, Marcelo. “Desemprego, Informalidade e Pobreza” in: *Conjuntura Econômica*, abril de 2001; e “País tem 50 Milhões de Indigentes, diz FGV”. *Folha de São Paulo*, 10 de julho de 2001.

estão em famílias chefiadas por um trabalhador informal, enquanto que os chefes desempregados contribuem apenas em 5,4% para a pobreza no Brasil. Portanto, o grande depositário de pobres brasileiros não é o desemprego, mas a informalidade.

8) Rodolfo Hoffmann⁴¹⁵ utiliza linhas de pobreza com valor real igual a um ou dois salários mínimos, com o INPC como deflator, para correlacionar medidas de pobreza (proporção de pobres, índice de Sen e índice de Foster, Greer e Thorbecke, FGT) com medidas de desigualdade (além do índice de Gini, são utilizadas também as medidas de desigualdade de Theil). Sua equação de regressão comprova que as variações no grau de desigualdade na distribuição da renda no Brasil, no período 1979-98, tiveram papel fundamental na determinação das oscilações no nível de pobreza absoluta.

9) Sonia Rocha⁴¹⁶ afirma que o uso de uma única linha de pobreza para todo o país, ignorando que o custo de vida é menor na área rural, leva a uma super estimativa da pobreza rural e subestimação de uma tendência crucial da pobreza no Brasil que é o fato desta estar se tornando crescentemente urbana e metropolitana em decorrência da urbanização acelerada. Ainda assim, a pobreza rural é crítica no Brasil, especialmente no Nordeste, onde os pobres representam 32% do total da população, constituindo-se em 55% dos brasileiros pobres (1995). Combater a pobreza no Nordeste significa atacar o problema agrário em particular, bem como lidar com assuntos gerais relacionados com a economia regional e o *desenvolvimento social*. Já para as concentrações metropolitanas de pobreza, o combate deve centrar-se na garantia de uma infra-estrutura urbana adequada e criação de empregos para os pobres no cada vez mais complexo mercado de trabalho. A especialização acelerada do mercado de trabalho tem resultado na expansão da informalidade e na exclusão nesse mercado dos trabalhadores com baixo nível de escolaridade. Neste sentido, a redução da pobreza e da desigualdade passa necessariamente pela democratização do ensino de qualidade. Assim, trata-se de criar uma “dualidade positiva”, ou seja, manter os pobres no mercado de trabalho no curto prazo, enquanto se combatem as raízes da pobreza absoluta e relativa, tais como educação, no longo prazo. Sobre os anos 1980, Rocha diz que houve uma clara ruptura da tendência observada nos anos 1970 de redução da incidência de pobreza. Apesar disso, os indicadores sociais no Brasil melhoraram durante todo o pós-guerra. Para Rocha,⁴¹⁷ a pobreza absoluta não se agravou (aumentou a incidência mas diminuiu a proporção) e a condição de vida melhorou no Brasil no início dos anos 1990. A indignação da sociedade com a pobreza deriva, então, do fato da pobreza relativa (desigualdade de renda) indiscutivelmente ter se aprofundado, em meio a uma situação de estancamento do crescimento econômico, de renda e de mobilidade social numa sociedade acostumada ao *milagre brasileiro*. Além disso, “os contrastes de renda, riqueza e poder tornam potencialmente explosivas as relações entre pobres e não-pobres. Déficits graves de infra-estrutura urbana (habitação, saneamento, transporte) em condições de alta densidade e segregação residencial agravam as condições de marginalidade social que conduzem à violência e à criminalidade”. Uma terceira e última razão para essa indignação é a constatação de que as condições de vida de uma parcela ponderável da população brasileira são inaceitáveis, dado o nível de renda que o Brasil possui.

“Embora a redução da pobreza absoluta dependa tanto do crescimento da renda como da melhoria distributiva, este último componente assume

⁴¹⁵ Hoffmann, Rodolfo. *Desigualdade e Pobreza no Brasil no Período 1979-97 e a Influência da Inflação e do Salário Mínimo*. IE-UNICAMP, jan 2000.

⁴¹⁶ Rocha, Sonia. *Poverty in Brazil in the Eighties - A Review*. IPEA, Texto apresentado no “Seminar on Poverty Statistics”, Santiago, 7-9 de mai 1997.

⁴¹⁷ Rocha, Sonia. “Governabilidade e Pobreza. Desafio dos Números”. in: Valladares e Coelho (1995), Op Cit., pp. 221-265.

papel estratégico no Brasil por três razões. Primeiramente porque as possibilidades de crescimento da renda por si só postergam para um horizonte inaceitavelmente longo a eliminação da pobreza absoluta no país. Em segundo lugar, pelo nível explosivo de desigualdade de renda já atingido, que gera, inevitavelmente, níveis de conflito insustentáveis, em especial onde os contrastes de renda, riqueza e poder são mais críticos. Em terceiro lugar, porque as oportunidades ‘naturais’ de crescimento econômico são predominantemente concentradoras, o que exige ações específicas do poder público no sentido não só de evitar o agravamento, mas também no de promover a diminuição da desigualdade de renda objetivando especificamente a redução da incidência de pobreza absoluta no país”.⁴¹⁸

10) André Urani⁴¹⁹ observa que a economia latino-americana cresceu na primeira metade dos anos 1990, deixando para trás a “década perdida”, que continha uma combinação de estagnação ou mesmo queda do PIB, hiperinflação, aumento da desigualdade e, conseqüentemente, aumento da pobreza. As reformas liberalizantes que reagiram a esta situação, simultaneamente com políticas de estabilização, tiveram impactos sociais variados dependendo da sua profundidade e das condições estruturais e institucionais específicas de cada país. Assim, a liberalização do comércio, a liberalização financeira, as privatizações, a reforma fiscal, a reforma tributária, bem como as políticas de câmbio e a desregulamentação do mercado de trabalho teriam levado a uma performance macroeconômica heterogênea no continente durante os anos 1990. O déficit orçamentário do governo, a inflação, o crescimento, o balanço de pagamentos tiveram resultados diversos que influenciaram o mercado de trabalho no seu nível de desemprego, no tamanho do mercado informal, e nos rendimentos dos indivíduos. Como resultados sociais temos que: a desigualdade de renda tenderia a diminuir seu ritmo ascendente dos anos 1980 e poderia até cair; e a pobreza poderia ser reduzida no longo prazo, uma vez que os custos sociais das reformas estruturais fossem compensados pelos efeitos benéficos dos programas de estabilização. Ele quer dizer que mesmo acompanhadas de programas de estabilização, as reformas estruturais poderiam ter efeitos negativos sobre a pobreza no curto prazo. O diferencial seria a alternativa de crescimento da economia que estas reformas estariam trazendo o que, segundo Urani, já não estaria acontecendo dentro do modelo de substituição de importações.

11) Waldir Quadros⁴²⁰ constata que a concentração de renda aumentou nos anos 1990, comprometendo o governo Cardoso. Com dados da PNAD do IBGE, dividiu a população brasileira em quatro camadas de ocupação. As duas primeiras tiveram aumento de renda (41,1% e 17,1% do total da renda em 1992, para 45,1% e 18,0% em 1998) e as duas últimas viram seus ganhos diminuir (33,4% e 8,4% para 30,0% e 6,9%). A primeira camada (15,3% do total da população) reúne proprietários empregadores, profissionais liberais, e a alta classe média tais como gerentes e administradores. A segunda camada (15,6% da população) é composta pela média classe média tais como técnicos, professores, auxiliares de saúde e profissionais diversos além de proprietários por conta própria não empregadores de mão-de-obra. A terceira camada (44,8% dos brasileiros) compreende operários e assalariados populares, baixa classe média assalariada tais como balconistas e auxiliares de escritório, bem como autônomos tais como carpinteiros, além de trabalhadores autônomos braçais. A última camada (24,3% do total da população) consiste na camada baixa dos trabalhadores autônomos

⁴¹⁸ Rocha, Sonia. “Alguns Consensos sobre a Questão da Pobreza no Brasil” in: Dowbor, Ladislau e Kilsztajn, Samuel (orgs.). *Economia Social no Brasil*. São Paulo, SENAC, 2001, pp. 71-88.

⁴¹⁹ Urani, André. *Liberalization, Stabilization and Poverty in Latin America During the 1990's*. Rio de Janeiro, IPEA, out 1996, Texto para Discussão nº 445.

⁴²⁰ Quadros, Waldir e Antunes, Davi. “Classes Sociais e Distribuição de Renda no Brasil dos Anos Noventa”. *Cadernos do CESIT*, nº 30, out 2001; e “Brasil é mais Desigual sob FHC, diz Pesquisa”. *Folha de São Paulo*, 7 de outubro de 2001.

(ocupações na indústria têxtil, etc.), na camada baixa dos operários e assalariados populares (serventes de pedreiro, ambulantes, etc.), trabalhadores domésticos, assalariados rurais, proprietários por conta própria rurais, trabalhadores autônomos rurais e os sem ocupação. Ponderando o crescimento de cada camada com o crescimento da renda das mesmas, constata-se que os participantes da primeira camada foram os únicos a ter um crescimento real da renda. Capta-se assim um movimento contrário ao registrado pelo IDH do PNUD que aponta que o Brasil passou de 79º colocado para 74º entre 174 nações; bem como do índice de Gini, que permaneceu estável no período 1992-1998: 0,575 e 0,584, respectivamente.

12) Marcio Pochmann⁴²¹ filia-se à corrente que entende que é impossível separar a profundidade das desigualdades sociais e regionais que assolam os brasileiros da forma dependente como o país se insere na divisão internacional do trabalho. “As referências de modernidade introduzidas pelo avanço do capitalismo tardio estiveram a serviço de um segmento social relativamente reduzido”. Assim, no Brasil, a exclusão reúne segmentos sociais deserdados de uma condição digna de vida, mas que anteriormente tinham emprego adequado e renda suficiente, bem como segmentos sociais que nunca tiveram uma situação prévia de inclusão social. Existe, portanto, uma combinação da “nova” e da “velha” exclusão. Pochmann afirma que 41,6% do total dos municípios (21% da população) está numa situação de exclusão social. Quase todos estes municípios pertencem às Regiões Norte e Nordeste. Por outro lado, apenas 3,6% do total dos municípios brasileiros (26% do total da população) apresentam um padrão de vida adequado. Estes são somente 200 municípios entre 5.507. Temos então alguns “acampamentos” em meio a uma ampla “selva” de exclusão intensa e generalizada.

13) Paul Singer⁴²² ressalta que o Brasil é a terra da desigualdade, e que esta é apenas o outro lado da exclusão social. Os excluídos em termos de renda, prestígio ou direitos são os que têm menos por que outros têm mais. Outras formas de exclusão social fortemente associadas com pobreza são: o analfabetismo, a ausência de escolaridade e o trabalho infantil. A discriminação de gênero e cor é também um poderoso fator de exclusão social no Brasil, uma vez que os discriminados têm uma renda média que é a metade daquela dos não discriminados. Sobre a questão de por quê as diferenças de renda por níveis educacionais não diminuem, a resposta provavelmente é que a educação não é o mais importante e persistente determinante da desigualdade de renda. “Esse papel é antes desempenhado pela riqueza herdada ou acumulada através de lucros, outros rendimentos de propriedade e/ou remuneração por serviços administrativos de altíssimo nível.” Além disso, “a exclusão do emprego formal é particularmente importante no Brasil, primeiro pela quantidade da população que é atingida e segundo por *provavelmente estar crescendo*”. Para Singer, não parece provável que as outras formas de exclusão (pobreza e discriminação) estejam se expandindo. Singer⁴²³ estimava, com base na PNAD de 1972, que a classe capitalista (empresários, profissionais liberais, proprietários rurais, e rentistas) constituía cerca de 7,7%

⁴²¹ Combinando indicadores de pobreza, emprego formal, desigualdade, anos de estudo, alfabetização, concentração de jovens e violência, Pochmann e Amorin desenvolvem para todo o Brasil uma ferramenta para implementação de políticas sociais utilizando metodologias do IDH do PNUD (no *Índice Padrão de Vida Digno*); do IPEA e do IBGE (no *Índice de Conhecimento*); e do SEADE e da iniciativa coordenada por Aldaíza Sposati de mensurar a exclusão social da cidade de São Paulo por meio de um Mapa da Exclusão/Inclusão Social (no *Índice de Risco Juvenil*). Combinando os três índices chegam ao *Índice de Exclusão Social*. Pochmann, Marcio e Amorin, Ricardo (orgs.). *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2003.

⁴²² Singer, Paul. “Um Mapa da Exclusão Social no Brasil” in Passetti, Edson et alii. *Modernidade, Globalização e Exclusão*. São Paulo, Imaginário, 1996, pp. 75-113.

⁴²³ Singer, Paul. *Dominação e Desigualdade. Estrutura de Classes e Repartição da renda no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, Cap. II.

das pessoas com rendimento monetário, sendo que 5,2% trabalhavam e 2,5% eram rentistas; a pequena burguesia representada pelos autônomos era de 28,8% do total, com 14,5% ligados à agricultura e 14,3% às atividades urbanas; e, finalmente, a classe assalariada, que tinha de 63,5% das pessoas com rendimento monetário, com cerca de 15,2% ligados à agropecuária e 48,3% a atividades urbanas. Observando o crescimento econômico dos anos 1970, percebemos que este foi eficaz em reduzir a incidência de pobreza, mas que essa redução foi perdida na sua maior parte nos anos 1980. A estratégia de ajuste que requereu um decréscimo dos salários reais em 1980-83 que pode ser observada no fato de a renda média da população ter decrescido 15,4%, embora os 40% mais pobres tivessem perdido 43%. Por isso é que a pobreza voltou a níveis de 1960, mesmo com o PIB sendo o dobro. Entre 1986 e 1991, aplicaram-se cinco planos econômicos que fracassaram, pois no limitado tempo em que se reduzia a inflação a pobreza recuava para depois voltar juntamente com a inflação. Resultado: a pobreza foi de 28% a 40%. Abaixo constatamos que a tendência continuou, apesar da estabilidade dos anos recentes.

FAVELAS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, 1991-2000			
	1991	2000	Crescimento
Número de favelas	1.975	2.018	2,2%
Área favelada (km2)	24,71	30,62	23,9%
Domicílios	196.389	286.954	46,1%
População favelada	891.673	1.160.590	30,2%

Fonte: *Folha de São Paulo*, 12 de fevereiro de 2003.

13) Eduardo Suplicy⁴²⁴ destaca o elevado grau de concentração de renda e de riqueza nas últimas décadas no Brasil (a renda média dos 10% mais ricos supera em 28 vezes a renda média dos 40% mais pobres; o 1% mais ricos tem participação na renda agregada maior que os 50% mais pobres; além do índice de Gini de 0,60 em 1995, um dos maiores do mundo). Apesar da diminuição significativa da inflação o fenômeno da intensa desigualdade persiste devido à política governamental do governo Cardoso: taxas de juros altas;⁴²⁵ sobrevalorização cambial; abertura comercial e financeira; e privatização. Mais ainda: a política de créditos pública, que privilegiou bancos e grandes empresas; a política agrícola e a reforma agrária mal estruturadas; bem como a debilidade das políticas sociais. Suplicy cita também o estrangulamento de todas as instâncias do setor público devido ao serviço da dívida crescente (1,7% para 3,4% do PIB entre 1995 e 1999), inibindo políticas em educação, saúde, etc. e seus efeitos redistributivos. Suplicy não se esquece do crescimento do endividamento interno (que passou de 24,5% para 37% do PIB entre 1995 e 1999) e externo (22,2% para 38,5% do PIB no mesmo período).⁴²⁶ Ora, sabemos que os beneficiários desse tipo de

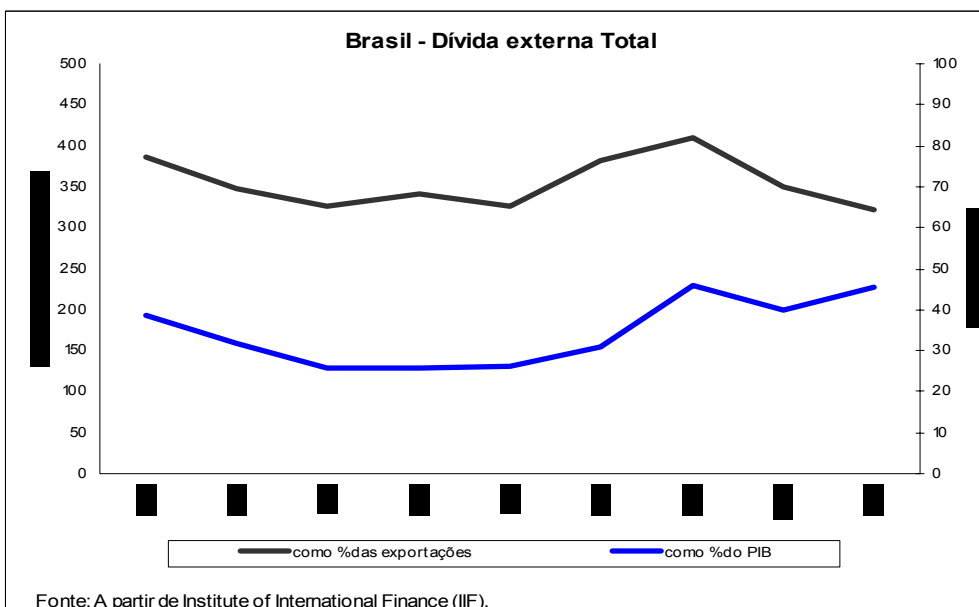
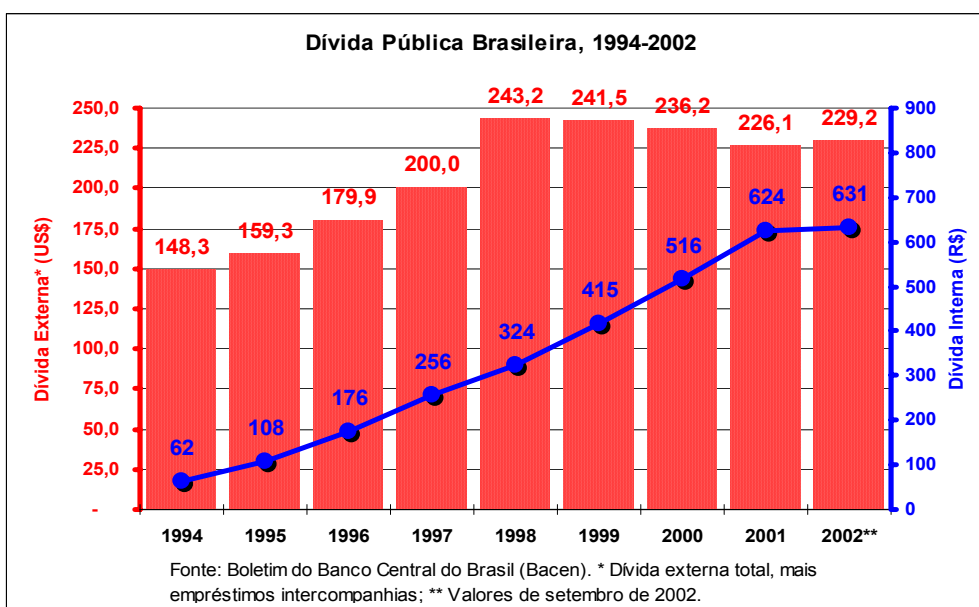
⁴²⁴ Suplicy, Eduardo Matarazzo. "A Persistência da Desigualdade, o Endividamento Crescente e o Caminho da Equidade". *Estudos Avançados*, 14 (40): 23-41, set-dez 2000.

⁴²⁵ A taxa Selic de juros (em % ao ano) era de 15,25% em janeiro de 2001 e foi para 25% em dezembro de 2002. *O Estado de São Paulo*, 20 de fevereiro de 2003.

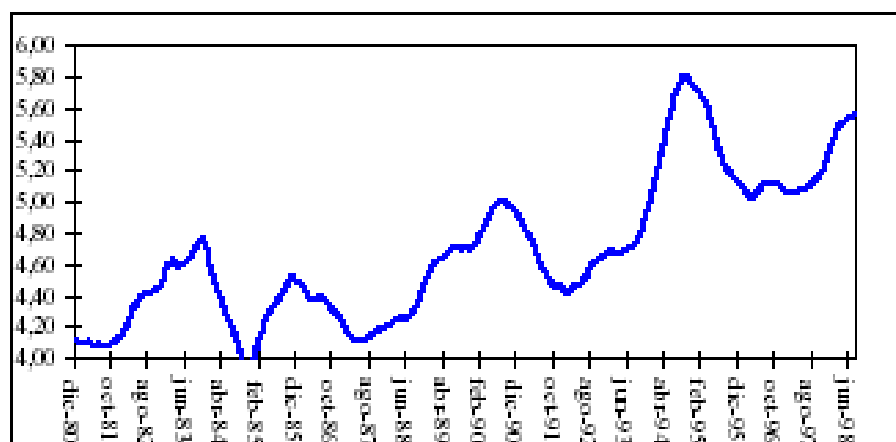
⁴²⁶ Podemos observar abaixo o crescimento explosivo com FHC da **dívida pública brasileira**, externa e interna (Graf. 1), onde vemos que a dívida interna aumenta mais de 1.000%; e no Graf. 2. a **dívida externa** com relação às exportações (linha preta) e ao PIB (azul) Na média, a dívida externa total do país gira em torno de 40% do PIB e 400% das exportações, tendendo a aumentar conforme a linha azul, apesar do esforço exportador verificado na linha preta.

rendimentos em forma de juros, títulos públicos e depósitos bancários são, naturalmente, os não-pobres. Uma maior concentração de renda aconteceu ainda pelo aumento do desemprego (4,83% em 1991 e 8,94% em 2000, IBGE). Este conjunto de fatores provocou a queda da participação dos empregados no PIB (45% em 1993 para 36% em 1998) e em contrapartida aumentou a remuneração do capital (aluguéis, lucros e juros). Apesar das 400 mil famílias assentadas entre 1995 e 2000 a estrutura agrária permaneceu inalterada (as maiores propriedades representavam 2,8% do total e detinham 55,3% da área agricultável em 1992, e em 1998 eram 2,9% e tinham 57,4%). Para superar estes problemas, entre uma lista de medidas e políticas a serem implementadas, Suplicy sugere o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) com um desenho que contribua para, simultaneamente, erradicar a pobreza absoluta e o trabalho infantil, elevar o nível de emprego e a atividade econômica, e melhorar a distribuição de renda.

Com estas análises e posições podemos entender melhor o inter-relacionamento entre desigualdade na distribuição de renda e riqueza e o caráter estrutural da pobreza numa economia periférica e dependente. Abaixo podemos acompanhar o crescimento



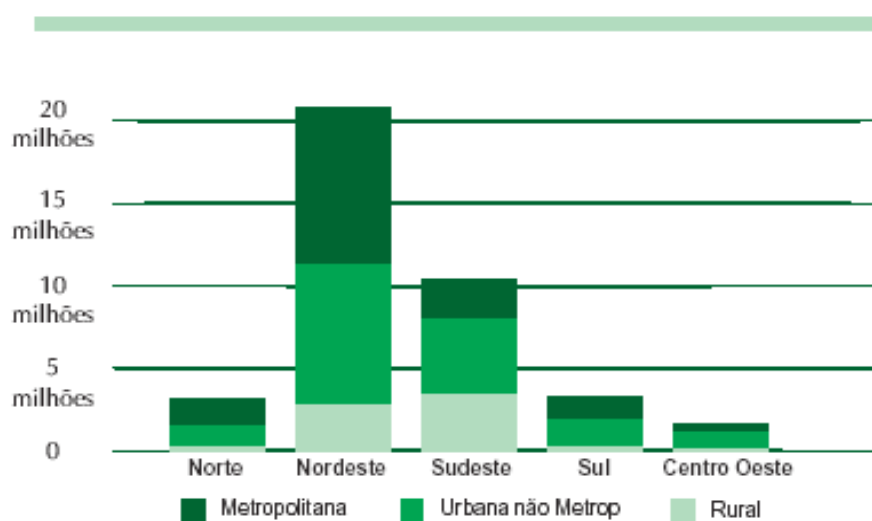
da desigualdade no Brasil pela proporção dos 20% mais ricos sobre os 50% mais pobres e a distribuição espacial da pobreza por regiões do Brasil. Na página seguinte acompanhamos a evolução dos gastos sociais no Brasil.



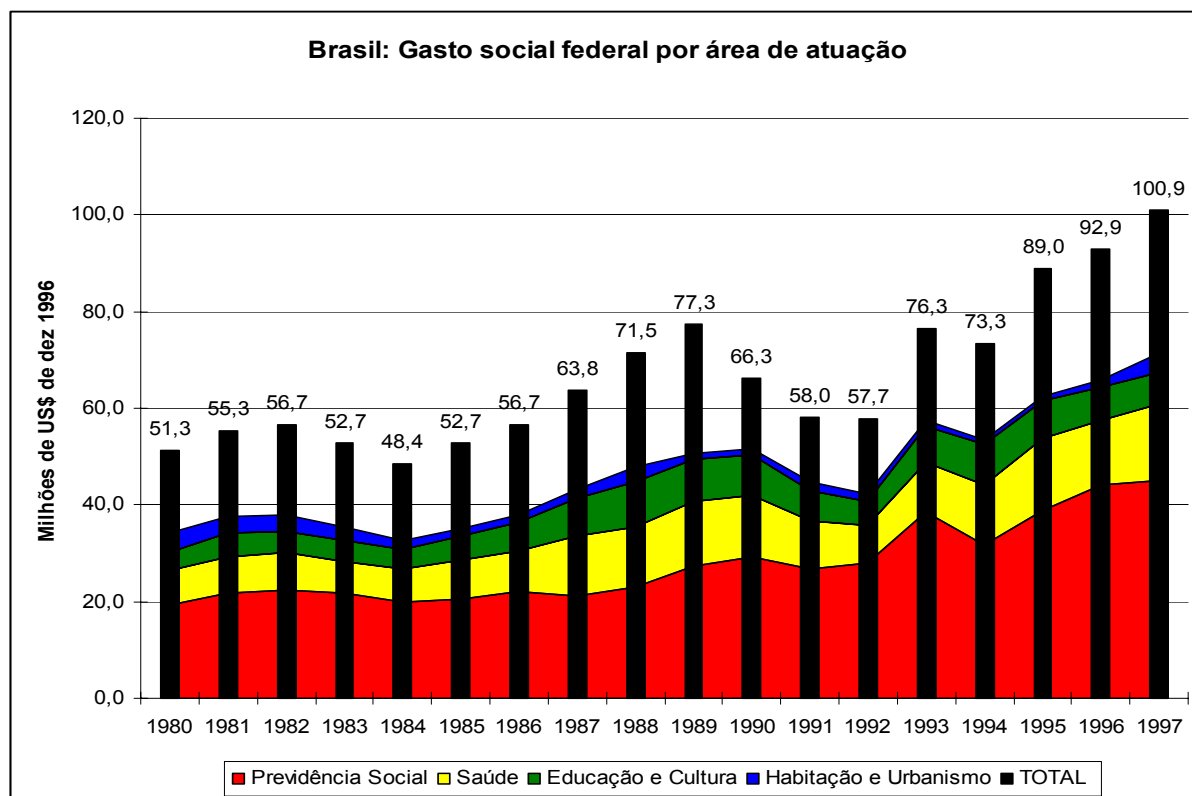
Desigualdad (20+/50-)

Fonte: Neri *et alii*. "Brasil". IPEA

PESSOAS POBRES NO BRASIL POR ÁREAS DE RESIDÊNCIA



Fonte: Cartilha do Programa Fome Zero.



Como vemos pelo gráfico acima, o gasto social federal tem crescido desde 1980, com flutuações para baixo, marcadamente na crise de 1983 e no governo Collor. No entanto, podemos perceber que este crescimento muito se deve ao aumento dos gastos com a Previdência Social. Neri analisa esse gasto como tendo uma porcentagem pequena destinada aos serviços sociais básicos: nos três níveis de governo somente 14% do gasto social total (2,7% do PIB) vai para estes serviços. Ou seja, além de gastar pouco relativamente e em termos absolutos na área social, o Brasil destina poucos recursos aos serviços sociais básicos

“Por una parte, la proporción del gasto social respecto al PIB se presenta como la más alta de América Latina. En 1995, el país destinaba 20.9% de su PIB al gasto social frente a una media de 10.8% entre 17 países de la región, superando incluso a países de reconocida tradición en materia de gasto social como Costa Rica, por ejemplo. (...) Como proporción del gasto público directo, o sea, el gasto efectivo del gobierno una vez descontado el gasto financiero y las transferencias intergubernamentales, el país destina 63% del flujo público directo al área social. Sin embargo, sólo una pequeña parte del gasto social se destina a los llamados servicios sociales básicos. Si agregamos los tres niveles de gobierno, cerca de 2.7% del PIB se destina a los llamados servicios sociales básicos, es decir, sólo 14% del gasto social total. Respecto al gasto directo de los gobiernos, 8.2% se destina al gasto social básico, pero sin lograr la cobertura universal de los servicios básicos. En suma, las principales conclusiones del diagnóstico agregado formulado por este trabajo son dos: i) Brasil no gasta poco en el área social, tanto en términos relativos como en términos absolutos; y ii) el país destina relativamente pocos recursos al área de servicios sociales básicos”.⁴²⁷

O Partido dos Trabalhadores (PT), partido do Senador Suplicy e do Presidente Luis Inácio Lula da Silva, afirma que é preciso estabelecer uma diferença entre *situações temporárias de crise social* e *situações crônicas de miséria*. Para as primeiras seriam

⁴²⁷ Neri, Marcelo *et alii*. *Brasil*. IPEA, s/d

destinadas políticas emergenciais, enquanto que para as outras, políticas duradouras. A crítica⁴²⁸ feita inicialmente é quanto à característica **focal** das políticas assistenciais temporárias do governo Cardoso,⁴²⁹ que, no seu segundo mandato, estariam tendo o seu foco ampliado e sendo transformadas para um padrão permanente na tentativa de criar uma rede de políticas com caráter **compensatório**. Neste quadro, a política social aparece desvinculada das grandes opções macroeconômicas e outras medidas de caráter estrutural.⁴³⁰ Ora, num quadro de *pobreza estrutural*, que afeta 20 milhões de pessoas no Nordeste e 10 milhões no Sudeste como vimos acima, políticas focalizadas e compensatórias não são suficientes.

FOME ZERO: ESTIMATIVA DE POBRES NO BRASIL, 1999				
REGIÕES	n° de pessoas, 1.000	% pessoas pobres	n° de famílias, 1.000	% família pobres
BRASIL	44.043	27,8	9.324	21,9
Metropolitana	9.003	19,1	2.067	15,6
Urbana Não Metro.	20.027	25,5	4.324	20,3
Rural	15.012	46,1	2.933	36,8
COMPARAÇÃO DA PROPORÇÃO DE POBRES SEGUNDO AUTORES SELECIONADOS, (%)				
REGIÕES	Rocha, 1999*	Ferreira et al., 1996*	Hoffmann, 1999*	Fome Zero, 1999*
NORTE	39,7	30,1	22,3	29,8
NORDESTE	50,9	47,9	35,0	40,6
SUDESTE	28,6	9,2	9,6	13,5
SUL	19,7	12,1	11,3	14,3
CENTRO-OESTE	37,4	16,6	12,9	18,5
BRASIL	35,0	22,6	18,1	21,9

Fonte: Instituto da Cidadania. *Projeto Fome Zero*. São Paulo, Instituto da Cidadania, out 2001. * Ano base da estimativa.

O **Programa Fome Zero**,⁴³¹ formulado pelo PT e que está sendo implementado pelo governo Lula no país no momento, prevê *políticas emergenciais*

⁴²⁸ Secretaria de Formação Política do PT. “Um Novo Pai dos Pobres”. *Periscópio*, Fundação Perseu Abramo, nº 13, jan 2002, <http://www.fpabramo.org.br/periscopio/periscopio13/texto04.htm>.

⁴²⁹ Com recursos para 17 projetos sociais da ordem de R\$ 11,6 bilhões para o período 2000-2002, provenientes da União, de empréstimos e do Fundo de Combate à Pobreza, o programa de combate à pobreza “IDH-14” ou “**Projeto Alvorada**”, lançado em 2000, que beneficiaria 14 Estados do Brasil com IDH mais baixos, foi estendido a todos os municípios com IDH menor de 500, isto é, mais 389 municípios de outros Estados. Atualmente são atendidos no total 2.313 municípios em 23 Estados, incorporando 38,3 milhões de pessoas. Na verdade, este projeto vem complementar o programa “**Comunidade Solidária**” que existia desde o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, e ao qual faltava direcionamento eficiente das políticas e gastos, ao mesmo tempo em que carecia de coordenação entre seus distintos programas sociais. Com o Projeto Alvorada tenta-se suprir essas deficiências, direcionar melhor os gastos e integrar os programas. <http://www.bol.com.br/noticias/destaques/2000/09/14/0015.html>; <http://www.brasil.gov.br/>.

⁴³⁰ Entre estas alternativas está a possibilidade pura e simples de redistribuição de renda, que pode ser estimada na medida necessária para erradicar a pobreza por meio de uma **linha de riqueza**, definida como a fronteira que delimita a riqueza acumulada necessária para a eliminação da pobreza usando-se apenas a redução da desigualdade de renda, assumindo que as transferências devam beneficiar os pobres. Pelos dados da PNAD de 1999, Medeiros estimou duas linhas de riqueza: uma de R\$ 2.816,47 de renda domiciliar *per capita*, correspondente a uma linha de pobreza de R\$ 68,00; e outra de R\$ 2.129,51 de renda domiciliar *per capita*, correspondente a uma linha de pobreza de R\$ 84,00. O total de ricos e pobres para cada alternativa seria, respectivamente: 0,8 milhão de ricos (0,5% da população de 156,4 milhões) para 41,6 milhões de pobres (26,6%); e 1,5 milhão de ricos (1,0%) para 53,1 milhões de pobres (34,0%). O hiato de pobreza, isto é, o montante das transferências necessárias, seria de, respectivamente, R\$ 1,2 bilhão e R\$ 2,0 bilhões. “Hipoteticamente, se os indivíduos mais ricos tivessem seus rendimentos limitados a esses patamares e o excedente de sua riqueza fosse integralmente distribuído aos indivíduos mais pobres sem nenhum tipo de perda na transação, esses seriam os valores para os quais, reduzida a desigualdade no Brasil, inexistiriam pobres”. Medeiros, Marcelo. *A Construção de uma Linha de Riqueza a Partir da Linha de Pobreza*. Brasília, IPEA, jul 2001, Texto p/ Discussão nº 812.

⁴³¹ Embora fome, desnutrição e pobreza não sejam sinônimas, o **Programa Fome Zero** estima a quantidade da população em situação de carência alimentar ou vulnerável a ela definindo-a como aquela parcela da população que não possui renda suficiente para garantir sua segurança alimentar. A partir daí, o programa estima a população vulnerável à fome utilizando

combinadas com *iniciativas econômicas estratégicas* (geração de emprego e renda, previdência social universal, escolarização, qualificação de jovens e adultos, reforma agrária e incentivo à agricultura familiar). Desta forma, a questão alimentar deve ser equacionada por três grandes eixos de políticas: programas emergenciais, ampliação da demanda efetiva de alimentos, e barateamento dos alimentos. O Programa alerta para a necessidade de um novo modelo de desenvolvimento que privilegie o crescimento com distribuição de renda, de modo a ampliar o mercado interno do país com geração de empregos, melhoria dos salários e recuperação do salário mínimo, porque não há dúvida que a causa da falta de acesso aos alimentos e da desnutrição infantil é o baixo nível de renda. Na verdade, o PT diz o seguinte no seu programa de governo de 2002:

“O desenvolvimento com justiça social implica uma ruptura com duas tendências históricas da sociedade brasileira: a excessiva dependência externa e a aguda concentração de renda, que gera forte exclusão social. Por isso mesmo, **a dimensão social tem de ser o eixo do desenvolvimento** e não mero apêndice ou um suposto resultado natural do crescimento econômico. A recuperação da capacidade de definir e operar políticas econômicas ativas, a ampliação do mercado interno de massas, o aumento da competitividade brasileira e o impulso às exportações constituem aspectos indissociáveis do novo **estilo de desenvolvimento**, voltado para o fortalecimento da economia nacional”.⁴³²

Como vemos, este “estilo de desenvolvimento” consiste num conjunto de objetivos macro-econômicos entrosados com um desenho de política externa exercida nas suas dimensões de relações econômicas internacionais e de integração econômica. Assim, esboça-se uma *política internacional de relações econômicas* fundamentalmente diferente do governo anterior. Pretende-se⁴³³ conseguir a redução da *vulnerabilidade* e da *dependência* externas⁴³⁴ da economia: em primeiro lugar, alterando as políticas de abertura e desregulamentação dos governos Collor e Cardoso; e em segundo lugar, implementando políticas articuladas nas áreas comercial, agrícola e industrial para recuperar o saldo comercial, e reduzir o déficit na conta de serviços do balanço de pagamentos (em 2002,

a linha de pobreza do Banco Mundial, regionalizada, sobre os dados PNAD de 1999. Chega à conclusão que os Estados brasileiros onde há maior número de pobres vulneráveis à fome são, em ordem decrescente: Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Pernambuco e Maranhão. Por outro lado, os mais jovens, as pessoas com menor escolaridade, os pardos e os ocupados na agricultura constituem as maiores porcentagens entre os pobres e portanto mais vulneráveis a uma situação de carência alimentar. “O Projeto Fome Zero propõe que uma Política de Segurança Alimentar para o Brasil deve tomar como base a associação de três grupos de políticas. *Políticas estruturais*, voltadas para as causas mais profundas da fome e da pobreza. *Políticas locais*, que podem ser implantadas já, através das prefeituras e da sociedade civil. Nas regiões metropolitanas, nas pequenas e médias cidades e nas áreas rurais. *Políticas específicas*, que devem atender diretamente a todas famílias que não têm segurança alimentar [...]” Instituto da Cidadania. *Projeto Fome Zero – Uma Proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil*. São Paulo, Instituto da Cidadania, out 2001.

⁴³² Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores 2002, Capítulo do “Desenvolvimento, Distribuição de Renda e Estabilidade”, <http://www.lula.org.br>. (Grifos nossos).

⁴³³ Mercadante, Aloizio. “Uma Nova Política Externa”. *Boletim da Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores*, ano II, nº 32, jul 2002.

⁴³⁴ Os indicadores do Banco Central mostravam a economia brasileira cada vez mais **vulnerável** às crises externas, e **dependente** do capital externo no decorrer do governo Fernando Henrique Cardoso, senão vejamos: os gastos da dívida externa representavam 3% do PIB em 1995 e passaram a 9,4% em 2000; nesse período, a dívida externa bruta passou de 22,6% para 39,6% do PIB; a dívida externa líquida representava 13,1% do PIB em 1995 e passou a 31,9% em 2000; a razão entre reservas internacionais e gastos com juros da dívida externa passou de 4,9 para 1,9 no mesmo período; a parcela das exportações comprometida pelos gastos da dívida externa subiu 120,6%, atingindo mais de 101,7% das exportações em 2000; finalmente, a dívida líquida consolidada do setor público aumentou de 153,2 bilhões de reais em dezembro de 1994 para 684,6 bilhões em abril de 2002, representando um aumento na relação dívida pública / PIB de 30% para 54,5% no mesmo período. *Folha de São Paulo*, 20 de agosto de 2001 e 16 de junho de 2002.

superior a 4% do PIB). Além disso, a realização de parcerias estratégicas com outros países (Mercosul, China, Índia, África do Sul...)

Na agenda internacional do PT ainda consta a abordagem de temas como: o protecionismo dos países ricos; os desequilíbrios crescentes entre países ricos e pobres, as regras do comércio internacional, envolvendo também as questões das patentes e da propriedade intelectual; e, naturalmente, a questão ambiental e o tema da pobreza.

Assim, segundo o programa de governo de Lula,⁴³⁵ tendo o social como eixo do desenvolvimento, e visando o desenvolvimento sustentável com distribuição de renda e estabilidade, pretende promover a ampliação do mercado interno, a melhoria da infraestrutura, a geração de emprego e renda, a promoção da justiça ambiental e a diminuição da vulnerabilidade da nossa economia com reformas (tributária, previdenciária, agrária, trabalhista e política), com políticas (industrial e agrária) transparentes, além de políticas de inclusão social (renda mínima, combate à fome, educação e saúde).

Trata-se, portanto, de construir um *projeto alternativo* contra o modelo econômico neoliberal que seja politicamente eficaz (ampliando alianças) e que assegure a sustentação de políticas transformadoras. A **ruptura** com o atual modelo deveria acontecer em vários níveis: na inversão das prioridades da política econômica; na mudança do padrão de crescimento; na reorientação do modelo de financiamento da economia; e na modificação do padrão de intervenção do Estado na economia. Esta proposta está estruturada em torno de três eixos estratégicos articulados, que formam o embrião de um novo projeto de desenvolvimento na “construção de um futuro sem exclusão, sem exploração e sem opressão”:⁴³⁶

- *O social como essência.* Pretende-se combater a pobreza e a desigualdade na distribuição de renda não somente pela retomada do crescimento e estabilidade econômica, mas também pelos outros determinantes dos padrões de apropriação e distribuição de renda e riqueza, a saber: as relações de propriedade da terra e do capital, as relações de trabalho, as modalidades de organização e de integração do setor produtivo, e ainda o caráter do Estado e seus reflexos no sistema tributário e na utilização dos recursos públicos. Visa-se assim: a inclusão social dos milhões de “subcidadãos” que sobrevivem em condições precárias, preservação do direito ao trabalho e proteção social dos assalariados, e universalização dos serviços e direitos básicos, com elevação da qualidade e gestão participativa da população nos mesmos. Para isso, medidas redistributivas devem ser acompanhadas de transformações que dêem lugar a um amplo mercado consumo de massa;
- *A redução da dependência.* Políticas específicas orientadas à redução da *vulnerabilidade e dependência* externa se projetam em cinco dimensões: 1) a recuperação do saldo comercial e a redução do déficit na conta de serviços do balanço de pagamentos; 2) a correção dos desequilíbrios advindos da abertura comercial; 3) a consolidação da vocação de multilateralidade do comércio exterior brasileiro; 4) a adequação da política relativa ao capital estrangeiro às diretrizes e prioridades do novo modelo econômico; e 5) a regulamentação do processo de abertura do setor financeiro. Enfim, busca-se um novo

⁴³⁵ Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores (2002), Op Cit.

⁴³⁶ Trata-se do documento “Um Outro Brasil é Possível” elaborado pela equipe de economistas do PT e que é sintetizado pelo artigo de Mercadante, Aloizio e Tavares, Maria da Conceição. “Eixos de um Novo Modelo”. *Teoria e Debate*, nº 49, out-nov-dez 2001.

padrão de inserção internacional, no qual não cabe a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), pois é vista como um projeto de “anexação política e econômica”; e

- *Desprivatização do Estado*. Para transformar o caráter do Estado brasileiro, a proposta supõe três planos interligados: 1) reconstrução da capacidade estatal de regulação e suporte ao desenvolvimento (combate à pobreza, ao desemprego e à desigualdade, resgate da dívida social e universalização dos serviços básicos, via planejamento econômico); 2) reversão da fragilidade fiscal (preservação do papel anticíclico e estimulador do gasto público, e preservação da solvência do Estado por meio da revisão de políticas e de uma reforma tributária); e 3) desenvolvimento de mecanismos de participação democrática na gestão estatal de forma a “superar o processo de despolitização das relações sociais, no qual o social é substituído pelo econômico e o econômico pelo mercado”.

Neste texto já não se nota afirmações como as de Cano⁴³⁷ de que não há como “reformular” parcialmente o modelo, pois se os juros baixam o capital externo foge e implode o modelo, se os gastos sociais crescem o orçamento explode por causa dos juros altos. Segundo Cano, a opção de restringir importações também é difícil pois desestruturaria as cadeias produtivas, por outro lado, estimular as exportações poderá acarretar retaliações externas.

“Por isso propomos a **ruptura** com o modelo atual, retomando a soberania nacional e o manejo da política econômica, transitando para outro modelo com alto crescimento da renda e do emprego, voltado principalmente (mas não exclusivamente) para o mercado interno e a população de baixa e média rendas”.⁴³⁸

Neste outro enfoque, podemos concluir que, sendo a pobreza um resultado de um “*padrão de organização social* da produção e de *acumulação de capital* de caráter estruturalmente *dependente e excludente*”⁴³⁹ (portanto, produto de um *sistema econômico capitalista* e de um *modelo econômico* aplicado na periferia do sistema), que conduziu a uma “estrutura social polarizada e marcada pela concentração de recursos”⁴⁴⁰ (*desigualdade* como matriz do *empobrecimento*), será preciso mirar a política econômica e a estrutura estatal na direção de uma transformação social que promova a inclusão social.

Isto é, a construção de um **novo modelo de desenvolvimento** para o país centrado numa *coalizão ética* para erradicar a pobreza como programa primordial a ser enfrentado pelo Estado, e não como subproduto do crescimento econômico, passa por um requisito inicial básico que consiste na **ruptura**⁴⁴¹ **com o modelo econômico neoliberal**.⁴⁴²

Para Mercadante,⁴⁴³ essa *coalizão ética para repartir a riqueza do país* deveria inspirar-se na coalizão ética que erradicou a escravidão, e poderia centrar-se numa reforma

⁴³⁷ Cano, Wilson. “Notas para Um Projeto Nacional de Desenvolvimento”. *Teoria e Debate*, ano 13, nº 45, jul-ago-set 2000, pp. 46-52.

⁴³⁸ Cano (2000), Op Cit. (Grifos nossos)

⁴³⁹ Mercadante (2001), Op Cit.

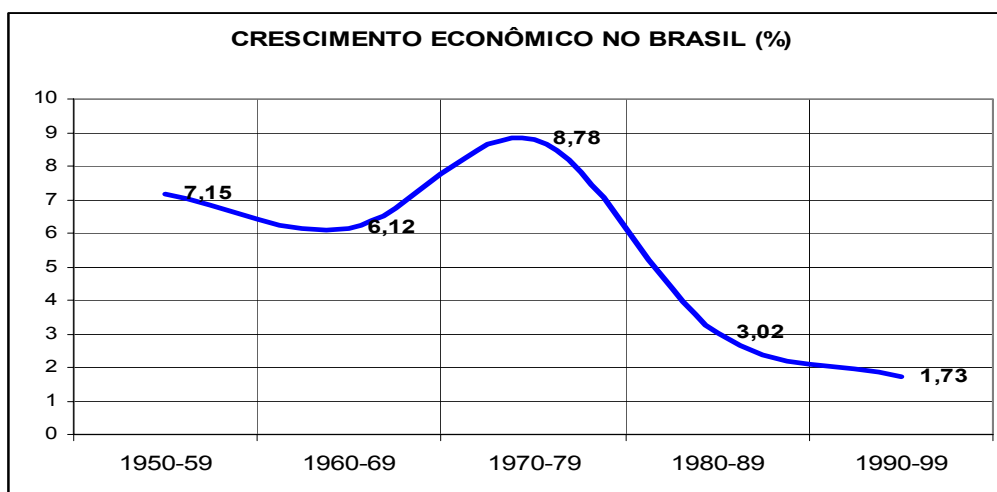
⁴⁴⁰ Idem Ibidem.

⁴⁴¹ “Por se estrutural, nesses países [África, América Latina e Ásia], a pobreza só pode ser erradicada, a médio prazo, se forem implementadas reformas estruturais para combatê-la. Por ser profundamente enraizada, a pobreza impõe **rupturas**, tanto nas formas de solidariedade quanto nos padrões de inserção internacional”. Salama e Valier (1997), p. 12.

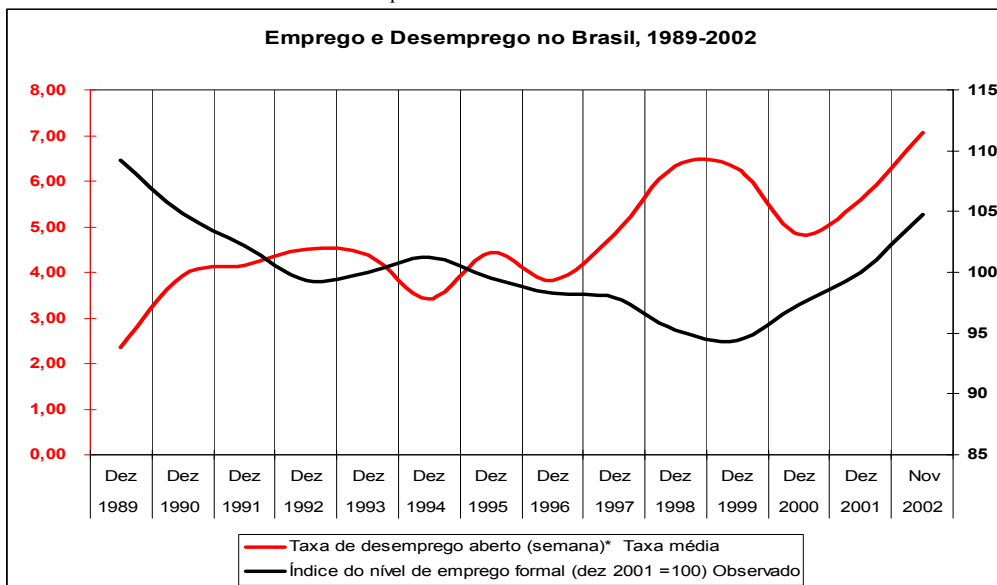
⁴⁴² Como sabemos, na América Latina este **modelo econômico neoliberal** foi protagonizado por governos impolutos como os de Collor de Mello no Brasil, Alberto Fujimori no Peru, Carlos Menem na Argentina e Salinas de Gortari no México.

⁴⁴³ Participação de Aloizio Mercadante no seminário “Caminhos do Desenvolvimento e Combate à Pobreza”, organizado pelo Instituto da Cidadania em 18 de outubro de 1999, em São Paulo.

tributária, na ampliação do programa Bolsa-Escola, na instituição em todo o território nacional do programa de Renda Mínima ou na erradicação da fome no Brasil. O ideal é que se abrissem todas essas frentes de combate simultaneamente. Trata-se de incorporar aos objetivos da política econômica, além do controle da inflação, das contas públicas e das contas externas, também a melhora da distribuição de renda. O certo é que não se pode mais esperar que o crescimento acabe com a miséria. Como podemos comprovar pelos dados abaixo o crescimento tem sido decrescente e tem gerado menos empregos, o que reforça a necessidade de se promover um *novo modelo de desenvolvimento* rompendo com o atual. Em 2002, o crescimento foi de 1,52%, sendo que apenas para incorporar os novos contingentes de mão-de-obra que ingressa no mercado de trabalho e para sustentar os níveis de emprego existentes, o país precisa crescer a uma média de 4% ao ano nas próximas décadas.



Fonte: A partir de Senador Aloizio Mercadante

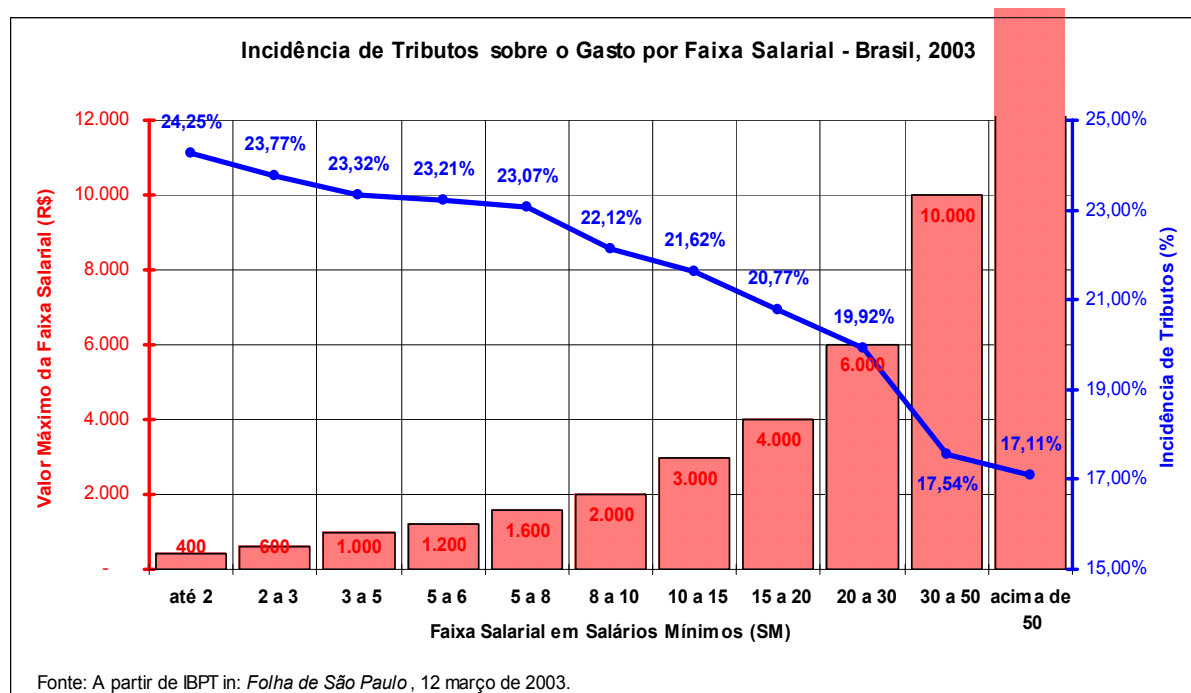


Fonte: A partir de Boletim do Banco Central. * Relação entre o número de pessoas que estavam procurando emprego ou aguardando o resultado de proposta para ingresso no trabalho à época da pesquisa e o número de pessoas economicamente ativas, com idade igual ou superior a 15 anos.

O atual governo Lula teria condições de promover essa *ruptura*? Que tipos de medidas e políticas representariam uma *ruptura* com o modelo econômico neoliberal? Que tipos de medidas podem obter espaço para concretizar-se na correlação de forças do governo

Lula? Será que neste governo poderiam ser aplicadas algumas medidas sugeridas anteriormente por personalidades importantes do Partido dos Trabalhadores? Tais como:⁴⁴⁴

- *controle de capitais* (centralização do câmbio); e *renegociação da dívida externa*;
- *redistribuição da renda e do patrimônio produtivo* por meio de: implantação da *renda cidadã* (renda básica para todos os brasileiros), *reforma agrária*, *soluções cooperativas*, e *microcrédito*;
- reforma do *sistema financeiro*;
- *reforma tributária*⁴⁴⁵ (ver gráfico abaixo) por meio de: aumento de *tributação sobre propriedades grandes e rendas elevadas*;
- instituição da prática, em todos os níveis, do *orçamento participativo*; e
- *controle de preços e salários* para neutralizar pressões inflacionárias.



Não parece, inicialmente, que a tendência do governo seja uma “ruptura” unilateral do padrão de inserção brasileiro na economia mundial nem na condução da política econômica. Pelo contrário, a substituição do “estilo de desenvolvimento” no país, buscando

⁴⁴⁴ Mantega, G., Mattoso, J., Singer, P., e Gonçalves, R. “A Reconstrução da Nação”. *Teoria e Debate*, ano 13, nº 43, jan-fev-mar 2000, pp. 34-39.

⁴⁴⁵ A injustiça tributária atual (2003) no Brasil é evidente: a carga tributária sobre o salário bruto chega a 41,7%, sendo a segunda maior do mundo; esta mesma carga tributária representa 36,45% do PIB, sendo a terceira maior do mundo por esse critério. Portanto, a carga tributária no Brasil é alta. Por outro lado, 75,7% de toda a arrecadação fiscal brasileira incide sobre bens, serviços e salários, comprometendo, portanto, a renda e o consumo. Os tributos sobre bens e serviços representam 48,32% da arrecadação tributária do Brasil; os tributos sobre salários, 27,42%; capital e demais rendas, 16,48%; patrimônio, 3,41%; comércio exterior, 1,67%; e outras fontes, 2,7%. Constatamos, então, que a riqueza (capital e patrimônio) é protegida de uma taxa maior, enquanto que o consumo e a renda dos trabalhadores e da classe média são supertaxados, sendo os que sustentam o Estado brasileiro. Como consequência temos mais concentração de renda, pois quanto menor a renda, maior o imposto pago: as pessoas com até dois (2) salários mínimos têm uma incidência de tributos nos seus gastos de 24,25%; enquanto que quem ganha acima de cinquenta (50) salários mínimos tem uma incidência de 17,11%. A tributação no Brasil é, portanto, regressiva. *Folha de São Paulo*, 12 de março de 2003.

conformar um *consenso negociado*⁴⁴⁶ para elevar os padrões desenvolvimento, aproxima mais o “novo modelo” da promessa de “realizar as vastas possibilidades do mercado interno”, no dizer de Tarso Genro,⁴⁴⁷ do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

Se, por um lado, o “estilo” do governo não seja de “rupturas”, por outro lado é interessante esclarecer que esse “*novo contrato social*”, *pacto social* ou *consenso negociado*, não se confunde com a “*transição pactuada*” que o próprio Diretório Nacional do PT diz que o governo Lula assumiu para “dirimir desconfianças” durante a transição e que momentaneamente lhe deixaria “estreita margem de manobra”. Temos então um governo de centro-esquerda – “com clara hegemonia da esquerda” – que poderá transformar o modelo econômico, fazer uma reforma agrária “ampla, democrática, participativa e pacífica”, e avançar nas reformas tributária, previdenciária e trabalhista levando em consideração “a instituição de uma Renda Básica de Cidadania como base de rendimento a que todo (a) brasileiro (a) deve ter acesso como direito de participar da riqueza da nação”. A intenção é gerar “um novo ciclo de desenvolvimento”, “sob condições democráticas”, e centrado no “objetivo de elevar as condições de vida da maioria do povo brasileiro”.⁴⁴⁸ Ora, dadas as carências dos milhões de brasileiros destituídos, este seria um **novo contrato social** na prática. Seria uma *mudança estrutural*, uma *transformação social* qualitativamente significativa que poderia ser qualificada como um avanço muito grande em relação à ordem anterior.

Na verdade, no governo Lula coexistem projetos de *política hegemônica alternativa*, de *política econômica alternativa* e de *política anti-sistêmica alternativa*, que representam grupos e classes diferentes que compõe a coalizão extremamente ampla que chegou ao poder. Certamente coabitarão na medida em que representem uma acumulação de forças que contemple cada projeto. O processo político e social poderá transformar a realidade nacional exatamente por incluir uma *política hegemônica alternativa* capaz de substituir a *gestão neoliberal da globalização*, permitindo avanços futuros quanto às alternativas ao *padrão de inserção internacional* das economias da região e ao próprio *sistema capitalista*. Como sabemos, a meta do governo Lula é acabar com a fome, não com a pobreza ou a desigualdade. No entanto, caminha neste sentido, o que já é uma grande conquista.

⁴⁴⁶ “O ‘novo Contrato Social’, que dá conteúdo concreto à concertação social pretendida pelo governo, não será amarrado através de um ‘documento final’, firmado artificialmente por ‘representantes’ das organizações da sociedade civil, sindicatos e empresários. Ele deverá emergir como fato social – é o que se pretende – impulsionado pelas mudanças sociais e econômicas, que deverão ser levadas a cabo pelo governo e pela sociedade ao longo dos próximos quatro anos”. <http://www.presidencia.gov.br/cdes/>.

⁴⁴⁷ Com isso, mais que se opor ao capitalismo, como deseja a maioria dos participantes do Fórum Social Mundial, o governo Lula irá provavelmente enfrentar a visão estreita e conservadora do neoliberalismo existente neste sistema econômico, na tentativa de viabilizar a criação de mecanismos de uma incipiente Nova Ordem Econômica Internacional que favoreça os países subdesenvolvidos. “Lula’s Message for Two Worlds”. *The Economist*, 30 de Janeiro de 2003.

⁴⁴⁸ Neste sentido, “os diversos programas de transferência de renda, como os de renda mínima associada à educação ou à saúde, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Bolsa Renda, Cartão Alimentação e outros, devem ser vistos como passos na direção de uma Renda Básica da Cidadania”. Resolução aprovada na reunião do Diretório Nacional realizada nos dias 15 e 16 de março de 2003, em São Paulo.

3. México

Ao contrário da maioria dos países da América Latina, o México passou por um processo de reforma agrária: a Lei de Reforma Agrária é de 1915, logo após a Revolução de 1910. Com influência de utopistas comunistas como Enrique Flores Magón, procurou-se distribuir terra aos pobres rurais e limitar o tamanho das grandes propriedades. Assim, habitantes de qualquer aldeia poderiam reunir-se e solicitar terras ao governo coletivamente. A aldeia organizada, ou “*ejido*”, transformava-se no novo proprietário legal, que destinava aos *ejidatarios* parcelas de terra cultivável entre 5 ou 10 hectares. O *ejidatario* poderia passá-la aos filhos mas não poderia vendê-la. Há também o caso das “comunidades agrárias”, coletividades que trabalhavam a terra em comunidade e que a perderam durante o *porfiriato*, para recuperá-la com a Reforma Agrária. Estas comunidades ocupavam em 1992 somente 6,6% do total da superfície, enquanto que os *ejidos* ocupavam 43,3%.

Os *ejidos* e comunidades predominam nos Estados do centro e do sul do país. Em 1930 eram 4.189 e em 1970 eram 21.461 com uma área média de 2.821 hectares. A média de *ejidatarios* por *ejido* era de aproximadamente 100; em 1930 os *ejidatarios* eram 537 mil e em 1970 mais de 2 milhões. Maddison⁴⁴⁹ afirma que a partir dos anos 1960 somente estiveram disponíveis para transferência terras de baixa qualidade, o que freou a expansão da produção de alimentos; além disso, evidencia-se um conflito entre as políticas de crescimento econômico e as de uma distribuição mais igualitária da terra.

Segundo Cortés,⁴⁵⁰ apesar da reforma agrária a porcentagem de pobres rurais (88,9%) continua sendo significativamente maior do que a dos pobres urbanos (58,8%), revelando um claro viés da pobreza com relação ao fator de localização no meio rural (domicílios em localidades com menos de 2.500 habitantes). Outras associações são feitas para os domicílios com renda média (uma vez que as relações entre as variáveis para pobres ou ricos é retilínea): à medida que a instrução é maior, a probabilidade de ser pobre diminui (com mais de 4 anos de instrução a probabilidade de o domicílio ser pobre é menor que 50%); à medida que a taxa de dependência aumenta (proporção de pessoas que compartilhem um domicílio com relação ao número de perceptores de renda), maior a probabilidade de o domicílio ser pobre (domicílio de 6 ou mais pessoas tem uma probabilidade maior que 50% de ser pobre). Contudo, evidente que o fator que tem mais peso é a renda, pois seu impacto é muito maior:

“Su impacto es mucho más marcado que el de la educación formal del jefe o de la tasa de dependencia. Esto quiere decir que si el objetivo político es atacar frontalmente el flagelo de la pobreza, el golpe más fuerte provendría de las retribuciones que reciben los factores de producción, es decir: sueldos, salarios, jornales, ganancias de los trabajadores por cuenta propia y de los pequeños empresarios, que se traducen en mayor cantidad de recursos económicos a disposición de los hogares”⁴⁵¹.

Em outras palavras, a erradicação da pobreza requer esforços combinados que ataquem, além das causas culturais ou sociais, principalmente as causas econômicas. Neste

⁴⁴⁹ Maddison, Angus *et alii*. *La Economía Política de la Pobreza, La Equidad y el Crecimiento: Brasil y México*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992, pp. 188-190.

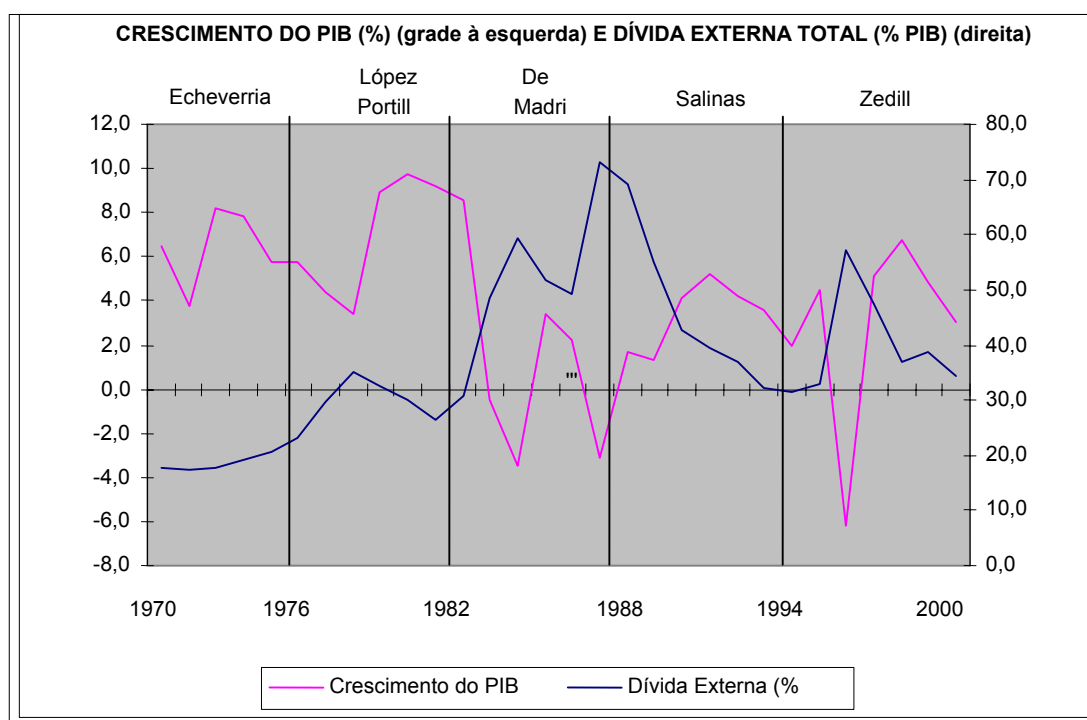
⁴⁵⁰ Cortés, Fernando. “Determinantes de la Pobreza de los Hogares. México, 1992.”. *Revista Mexicana de Sociología*, ano LIX, nº 2, abr-jun 1997, pp. 131-159.

⁴⁵¹ Op Cit.

contexto, torna-se relevante a implantação do “Novo Modelo Econômico” (NME)⁴⁵² a partir de 1982 no México, revertendo uma estratégia de desenvolvimento “*hacia adentro*” que remontava aos anos 1940. Nos governos Echeverría (1971-1976) e López Portillo (1977-1982) este modelo desenvolvimentista baseado nas idéias da CEPAL ainda apresentava taxas de crescimento altas e a dívida externa ainda não constituía um problema grave.

Como sabemos, o NME implica uma drástica redefinição do papel do Estado, um compromisso com a estabilidade macro-econômica e a adoção da liberalização do comércio como meio de fazer crescer a economia. Os teóricos do NME supõem que o crescimento em si reduz pobreza e que o controle da inflação é altamente progressivo.

Na primeira fase de implantação do NME (1983-1989), privatizou-se ou foram extintas 200 empresas do Estado, de um total de 1.155; e promoveu-se a liberalização comercial unilateral, sendo que o México ingressou no GATT em 1986. Nesse período do presidente De la Madrid, os preços internacionais do petróleo caíram, o que provocou um estancamento econômico; a inflação subiu aceleradamente; o peso mexicano se desvalorizou em 50%; e a dívida externa aumentou muito, como vemos abaixo.



Fonte: INEGI – SHCP/BBVA.

No Governo de Salinas de Gortari foram adotadas medidas adicionais para implantação do NME: liberalização do mercado financeiro, o que aumentou a taxa de juros; privatização de bancos e implantação de um novo sistema de fundos de pensões para a seguridade social; desregulamentação do investimento externo; e a criação do Programa Nacional de Solidariedade (*Pronasol*) em 1989, redefinindo a estratégia de alívio à pobreza. Além disso foi reforçada a liberalização comercial, o que contribuiu para o déficit da balança comercial devido ao aumento das importações.

Esta situação se consolidou quando o México assinou o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLC – NAFTA) em 1994. Em dezembro desse ano, todo o

⁴⁵² Pánuco-Laguette, Humberto e Székely, Miguel. “La Distribución Del Ingreso y la Pobreza en México” in: Bulmer-Thomas, Victor (org.). *El Nuevo Modelo Económico en América Latina*. México, Fondo de Cultura Económica, 1997, pp. 225-266.

conjunto de tensionamentos econômicos resultou na fuga de capitais e conseqüente desvalorização da moeda, com uma crise financeira subsequente devido à falta de reservas internacionais para cumprir obrigações de curto prazo. O México passava então de país modelo do NME para uma situação de crise econômica e financeira, da mesma forma que a Argentina o faria anos depois.

Entre 1984 e 1994 os ganhos reais mensais foram negativos para os dois decis mais pobres (-22,52% e -7,22%), para os decis intermediários 5-7 (-4,50% em média) e altamente positivos para os dois decis superiores (+13,81% e +52,92%).⁴⁵³ Isto demonstra que a desigualdade aumentou a partir de 1984, revertendo um período da história mexicana, que vai de 1969 a 1984, no qual a desigualdade se reduzira. Pánuco-Laguette e Székely⁴⁵⁴ estimam que somente entre 1984 e 1989 a desigualdade tenha aumentado em 63% em média. Como resultado, a pobreza extrema cresceu; aumentou também a brecha de pobreza (*poverty gap*) e intensificou-se a desigualdade dentro do grupo dos pobres (índice FGT).

Concluem os autores que se torna “óbvio” que o crescimento econômico não garante a redução da pobreza. Um fator importante que agravou essa situação foi o redirecionamento do gasto governamental, com a: 1) redução do gasto social; 2) diminuição dos subsídios ao consumo de produtos populares; e 3) redução constante dos gastos em desenvolvimento rural (produção agrícola, crédito rural e infraestrutura), ignorando o fato da pobreza mexicana ser marcadamente rural, como vimos.

DISTRIBUIÇÃO DE RENDA DOS DOMICÍLIOS MEXICANOS, 1984-2000				
ANOS	GINI*	10+/40-**	10+/10-***	20+/20-****
1984	43,0	2,29	19,18	10,28
1994	47,7	3,04	24,14	12,53
2000	48,1	3,13	25,51	13,18

* Coeficiente de Gini; ** 10% mais ricos sobre os 40% mais pobres; *** 10% mais ricos sobre os 10% mais pobres; **** 20% mais ricos sobre os 20% mais pobres. Fonte: Lustig e Székely in: Corbacho, Ana e Schwartz, Gerd. “México: Experiences with Pro-Poor Expenditure Policies”. Washington, FMI, jan 2002, Working Paper 02/12.

A liberalização comercial e financeira aliada à expansão econômica aumentou a diferença de renda entre ricos e pobres, principalmente pela redução dos salários reais nas indústrias. Essa evolução recente soma-se ao processo de recomposição da *distribuição funcional da renda*, onde os trabalhadores sem renda representavam, em 1950, apenas 0,8% do total da população economicamente ativa (PEA), mas saltaram para 4,5% em 2000. Houve também uma diminuição dos empregadores (de 11,8% para 2,5%) e dos “conta-própria” (41,1% para 23,0%), ao lado de um aumento dos assalariados (46,3% para 67,3%).⁴⁵⁵

Isso nos dá a dimensão que teve a deterioração do valor do salário mínimo e a queda nos salários reais. Se fixarmos um índice de 100 para o salário mínimo em 1994, ele será de 78,4 para o mesmo salário mínimo em 2001. Sendo que um terço dos trabalhadores ganham menos que um salário mínimo Entre 1990 e 1999, o cálculo de Salas⁴⁵⁶ assegura que o salário mínimo perdeu 50% do seu poder aquisitivo. Além disso, é preciso dizer que o governo mexicano não proporciona nenhum tipo de ajuda aos desempregados, que se vêm forçados a aceitar qualquer trabalho disponível sem reparar na remuneração, nas condições de

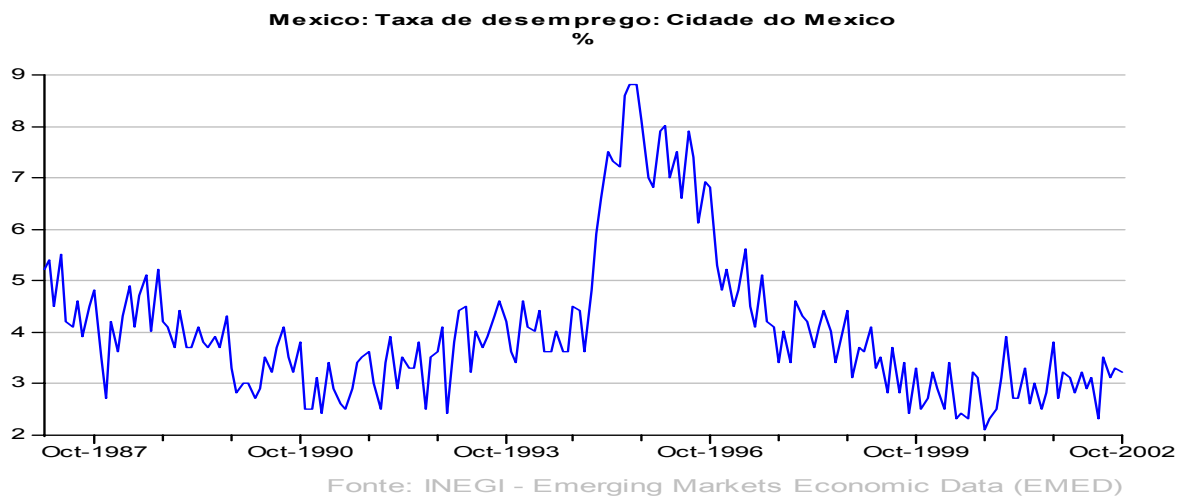
⁴⁵³ Boutillon, César, Legovini, Arianna e Lustig, Nora. *Can Education Explain Income Inequality Changes in México?*. Washington, Banco Mundial, jun 1999, draft.

⁴⁵⁴ Pánuco-Laguette e Székely (1997), Op Cit.

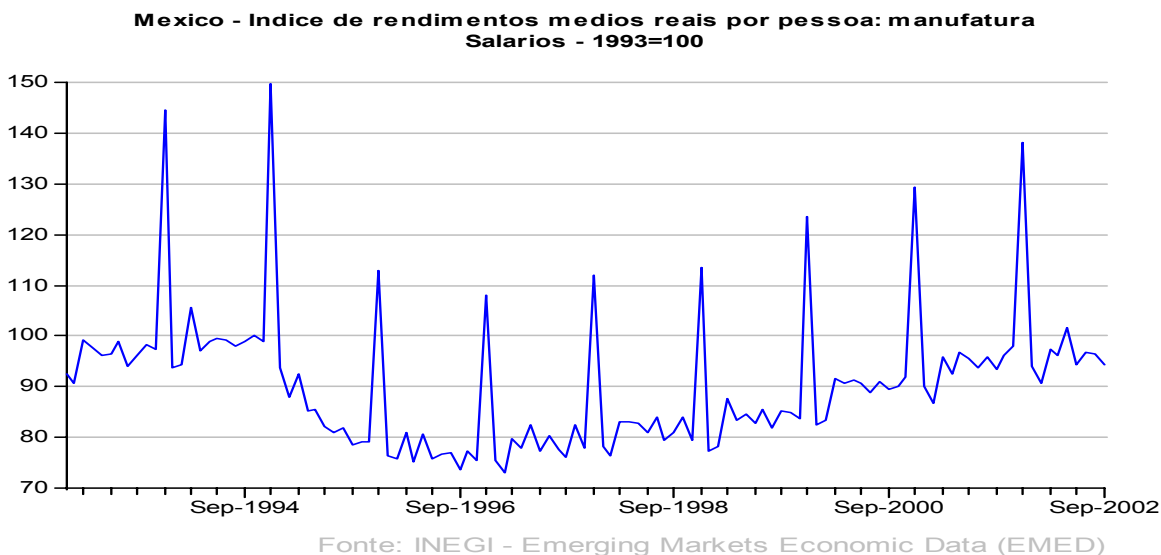
⁴⁵⁵ INEGI. *Indicadores Sociodemográficos de México (1930-2000)*. México, INEGI, 2000.

⁴⁵⁶ Salas, Carlos. *Tendencias Actuales del Mercado de Trabajo em México*. Global Policy Network/ RISEL, mai 2002, <http://www.globalpolicynetwork.org>

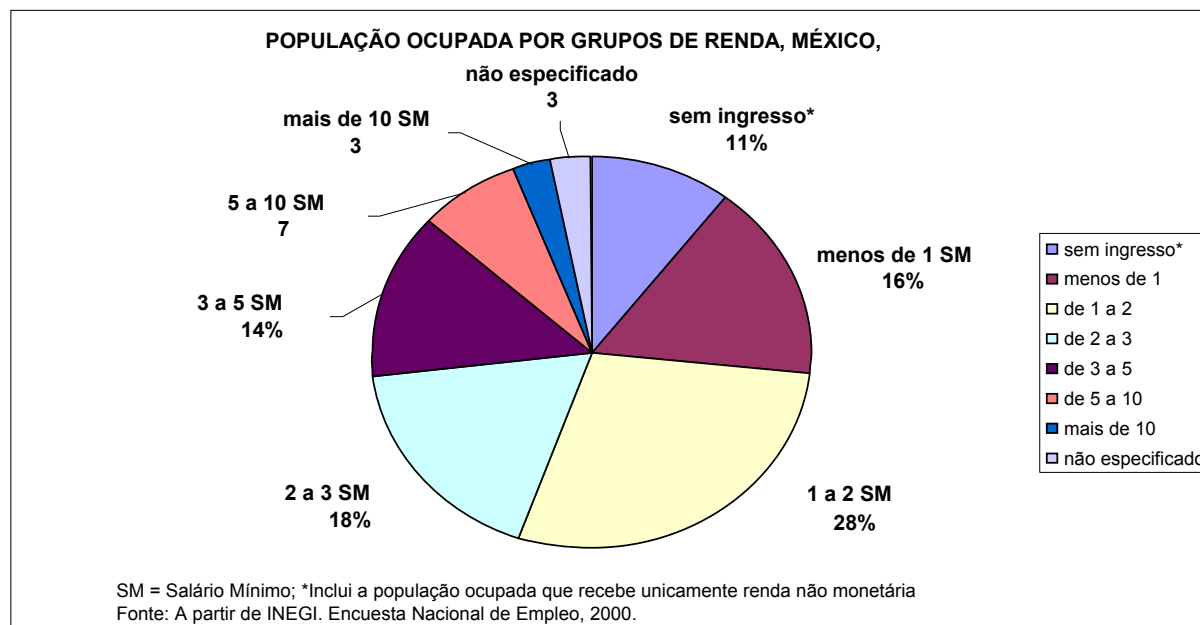
trabalho ou compatibilidade com suas capacidades e preparo. Abaixo podemos ver o alto índice de desemprego na crise de 1994.



Assim, o baixo índice de desemprego observado no México encobre o problema do emprego precário, mal pago, instável e de baixa produtividade. Este consiste, basicamente, no trabalho não-remunerado e nos micronegócios. Estima-se que estes últimos representassem nos anos 1990 cerca de 40% do total da mão-de-obra urbana, que, por sua vez, incorpora cada vez mais mulheres e crianças. Em suma, a permanência da desigualdade na distribuição de renda, bem como a queda do poder aquisitivo do salário e a falta de acesso a empregos estáveis e bem remunerados, são os problemas principais dos trabalhadores mexicanos. Abaixo podemos ver que o valor dos salários antes da crise de 1994 não foi recuperado até hoje.



A seguir constatamos que 55% dos trabalhadores ocupados no México recebem menos de dois salários mínimos, e que 73% recebem menos de três salários mínimos.



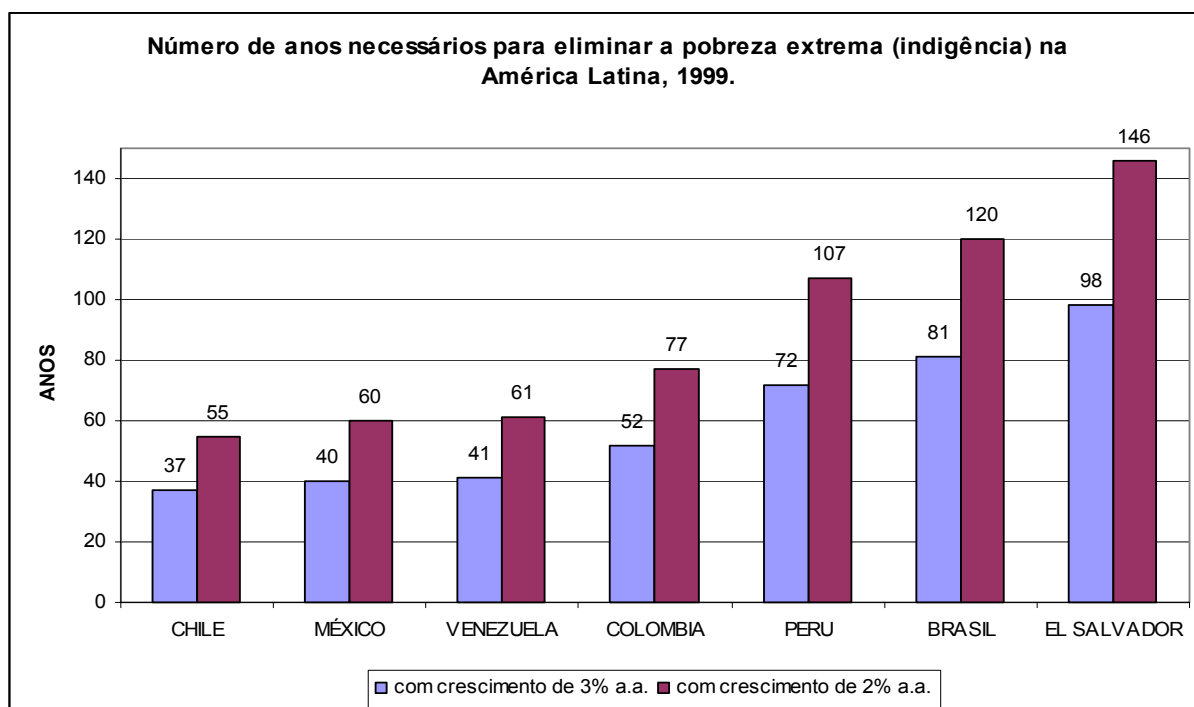
Para Lustig e Széquely⁴⁵⁷ o comportamento da pobreza e da desigualdade está associado ao processo de reformas estruturais iniciado nos anos 1980, e que teve seu ponto alto com a assinatura do TLC-NAFTA em 1994,⁴⁵⁸ bem como aos choques externos que ocasionaram as crises de 1976, 1982, 1986 e 1994. A estabilidade que caracterizava o México se perdeu por causa de decisões políticas equivocadas (por ex.: manutenção do câmbio apreciado) e pela vulnerabilidade da economia, que sofreu com as mudanças nos preços do petróleo, em 1982 e 1986, e com a taxa de juros e fuga de capitais, em 1994, obrigando a flutuação do câmbio. Os custos dessas crises recaíram sobre os mais pobres e os estratos médios, o que fica evidenciado pela queda dos ingressos salariais, que foi maior que a queda dos ingressos não-salariais.⁴⁵⁹

Pode-se dizer que essa expansão econômica gerou empregos, ainda que mal pagos. O problema é que o modelo de concentração de renda se manteve e ocorreu até uma crescente diferenciação no padrão de vida das populações rurais e urbanas, indígena e não indígena, e do norte e do sul do país (principalmente Chiapas, Guerrero e Oaxaca, onde atuam o Exército Zapatista e o Exército Popular Revolucionário). Essa desigualdade é tão intensa – a segunda da América Latina, depois do Brasil, e a que mais cresceu entre os países da região – que, mesmo crescendo a uma taxa de 5% ao ano, o país somente acabaria com a pobreza em 2033. Abaixo podemos verificar os cálculos para países da região com um crescimento de 2% e outro de 3% a.a.

⁴⁵⁷ Lustig, Nora e Széquely, Miguel. *México: Evolución Económica, Pobreza y Desigualdad*. Washington, BID, dez 1997.

⁴⁵⁸ O sucesso do TLC-NAFTA é discutível, pois depende do critério usado para avaliá-lo, e deve-se principalmente às *maquiladoras*. O termo *maquiladoras* é usado para caracterizar companhias que montam ou transformam componentes importados pelo México e a seguir exportados, geralmente para os EUA. Os trabalhadores vinculados a essas empresas são considerados a “elite dos pobres”: trata-se de 1,5 milhão de pessoas (2000), que propiciam a expansão econômica da economia mexicana, que entre 1995 e 2000 conseguiu aumentar de US\$ 79,5 bilhões para US\$ 150 bilhões as suas exportações e reduzir o desemprego no país de 5,5% para 2,1%. *Folha de São Paulo*, 30 de junho de 2000.

⁴⁵⁹ A crise e a recessão de 1995 fez o consumo cair 12,9% em 1995; o desemprego aberto aumentou mais do que na crise de 1983; em 1995 perderam-se mais de 1 milhão de empregos no setor formal e a remuneração média no setor manufatureiro caiu 12,5% ; entre 1995 e 1997 os salários reais do setor manufatureiro baixaram em 39%; em 1994 e 1995 houve um aumento de 20% da pobreza extrema e de 12% da pobreza “moderada”. Lustig e Széquely (1997), Op Cit.



Fonte: Lustig, Nora. "Erradicar la Pobreza: un Gran Desafío". Mimeo, abr 1999.

Outro fator citado por Lustig e Széquely é a reforma agrícola/agrária promulgada em 1991, que autoriza a privatização do *ejido* e promove o desmantelamento dos apoios institucionais e subsídios aos produtores rurais. Sem dúvida que também a queda dos preços dos produtos agrícolas nos mercados internacionais contribuiu para aumentar ainda mais os problemas e a pobreza do meio rural. Concretamente, entre 1984 e 1992, os preços do café e do cacau baixaram mais de 70% nos mercados internacionais. Para avaliar o impacto basta dizer que Chiapas, Veracruz e Oaxaca são os principais produtores de café no México; e que 65% de todos os produtores de café são indígenas.

Em 1995 calculou-se a população total indígena em 6,715 milhões. A população de falante de língua indígena era estimada em 1950 em 2,4 milhões (11,2% da população mexicana), e em 2000 em 6,3 milhões (7,3%). Desses, 32,5% falavam apenas sua língua nativa em 1950 e 16,8% em 2000. Do total da população falante de língua indígena que estava ocupada, 40,7% recebiam menos de um salário mínimo, e 24,1 entre um e dois salários mínimos. A porcentagem de estudantes na população não economicamente ativa entre os indígenas é de apenas 15,6%. Calculava-se ainda que cerca de 60% das moradias de indígenas era feita de materiais precários e tinha piso de terra.⁴⁶⁰

Em 1977 a pobreza extrema (indigência) no México era estimada em 17,5%; em 1978, estimava-se que 45% da população não recebia atenção médica gratuita; em 1979 calculava-se que 19 milhões de pessoas estavam desnutridas; a taxa de analfabetismo era de 16,6% em 1980; ainda em 1980, 50,1% das famílias mexicanas não tinham água corrente e 25% não tinham eletricidade. Para mudar esse quadro, nas últimas décadas o México dobrou o alcance do seu gasto social: em 1981, este correspondia a 30,4% do orçamento e em 2000 representava 61,5%, porém o orçamento encolheu em proporção ao PIB em 50% aproximadamente.⁴⁶¹

⁴⁶⁰ INEGI (2000), Op Cit.

⁴⁶¹ *The Economist*, 26 out 2000.

Em termos de programas sociais a iniciativa pioneira foi o já citado *Pronasol* em 1989. O *Progesa* (Programa de Educação, Saúde e Alimentação), por sua vez, foi criado em 1997 pelo o presidente Zedillo para compensar os custos sociais de uma economia aberta e vulnerável. O programa ajudava famílias pobres do meio rural (US\$ 10 por mês por pessoa em cada família selecionada), sob a condição que as suas crianças frequentassem a escola e visitassem centros de saúde regularmente. Em 2000, o *Progesa* atendia cerca de 2,6 milhões de famílias (10% das famílias mexicanas) a um custo de US\$ 800 milhões, ou 0,2% do PIB.⁴⁶²

O *Progesa* já faz parte dos programas que adotam as transferências monetárias condicionais (*conditional cash transfers*, CCT), isto é, programas que focalizam mais criteriosamente a elegibilidade para receber benefícios; que se centram nas crianças para quebrar o ciclo da pobreza, com preocupação por sua alimentação, educação e saúde; e que condicionam a continuidade dos pagamentos ao cumprimento de metas relacionadas ao investimento em capital humano. No governo do presidente Fox, o *Progesa* foi renomeado *Oportunidades* e expandiu-se, incorporando inclusive áreas urbanas. Em certa medida é similar aos programas brasileiros como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Bolsa Escola.

No final de 2002, o *Oportunidades* incluía 4,2 milhões de famílias em 72.000 localidades em todos os 31 estados. Este montante constituía 20% de todos os domicílios mexicanos e 77% daqueles em estado de indigência. Pode-se acrescentar que 82% dos domicílios nas condições de pobreza alimentaria recebiam ajuda. Em 2000, o total de gastos com os programas sociais era de 0,9% do PIB. Abaixo podemos constatar que os indicadores sociais de bem-estar no México têm melhorado mesmo nas condições de pobreza e crescente desigualdade.

INDICADORES DE BEM-ESTAR SOCIAL NO MÉXICO, 1940-2000							
	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000
Analfabetismo (%)	53,9	43,4	34,6	25,1	17,8	12,2	8,9*
Escolaridade média (em anos)	1,7	2,1	2,8	3,7	5,4	6,3	7,6
Mortalidade infantil (por 1.000)	159,5	126,6	94,5	79,0	53,0	23,9	14,5*
Expectativa de vida (em anos)	38,8	46,9	57,5	60,9	66,8	70,0	75,3

* 1999. Fonte: Corbacho, Ana e Schwartz, Gerd. "México: Experiences with Pro-Poor Expenditure Policies". Washington, FMI, jan 2002, Working Paper 02/12.

No entanto, sabemos que esse progresso é mal distribuído: os 20% mais ricos tinham 10,7 anos de escolaridade em média, enquanto que os 20% mais pobres apenas 3,9 anos. O acesso à seguridade social era de 56,4% nos 20% mais ricos e de 13,2% nos 20% mais pobres. De fato, mais de 40% da população mexicana não estava coberta pela seguridade social. As taxas de desemprego também estavam enviesadas, pois o desemprego era de 4,3% nos 20% mais ricos e 5,2% entre os mais pobres. Há também muita disparidade de qualidade e extensão da estrutura fragmentada dos serviços de saúde no México. Da mesma forma, enquanto a escolaridade dos 10% mais ricos aumentou 53% entre 1989 e 1994, a escolaridade dos 60% mais pobres apresentou uma queda. Ou seja, a pobreza permanece e a desigualdade aumenta apesar dos progressos dos indicadores sociais básicos e da expansão da economia.⁴⁶³

São características do Novo Modelo Econômico que vincula a economia mexicana com o Canadá e, principalmente, os EUA. Trata-se de uma vinculação seletiva, que

⁴⁶² Folha de São Paulo, 30 de junho de 2000.

⁴⁶³ Corbacho, Ana e Schwartz, Gerd. *México: Experiences with Pro-Poor Expenditure Policies*. Washington, FMI, jan 2002, Working Paper 02/12.

favorece certos setores e tipos de empresas e beneficia apenas uma parte da população. Vejamos o que diz Lustig:⁴⁶⁴

“Además, los estudios realizados indican que las empresas de propiedad extranjera, las que operan en los sectores más orientados a la exportación y las que utilizan tecnología moderna pagan salarios más altos a los trabajadores calificados. Como estas empresas se encuentran en una posición más favorable para competir en la economía mundial, tienen probabilidad de aumentar su producción y crecer en número a medida que se desarrolle y afiance el proceso de integración, sobre todo en el marco del TLC [NAFTA]. Por esto y dadas las tendencias de la tecnología mundial, cabría esperar que la demanda y la remuneración de los trabajadores calificados siga aumentando y, por consiguiente, se agrande aún más la brecha salarial entre la mano de obra calificada y la no calificada”.⁴⁶⁵

Este modelo de crescimento econômico requer investimentos em capital humano (basicamente: educação, saúde e nutrição) para fornecer mão-de-obra minimamente qualificada para as empresas *maquiladoras* ou empresas tecnologicamente avançadas, conformando uma “elite de pobres” que ganha mais do que a massa indigente e socialmente excluída. Neste contexto, faz sentido um programa massivo como o *Oportunidades*: aos pobres lhes é dada a *oportunidade* de integrar-se nestes setores econômicos que progridem, mesmo sabendo que somente alguns o conseguirão.

Da mesma forma, o sonho de muitos mexicanos – e latino-americanos – de entrar nos EUA para trabalhar permitiu que alguns conseguissem. Isto fez com que hoje em dia chegue a US\$ 11 bilhões a quantia anual remetida ao México pelos mexicanos que moram nos EUA. A falta de visto não permite a esses milhões de mexicanos obterem sequer uma conta em banco, fato que está sendo burlado com um cartão de registro do consulado mexicano comprovando residência nos EUA. Os bancos esperam com isto dobrar o número de contas bancárias de mexicanos nos EUA.⁴⁶⁶

Isto demonstra que as relações profundas que o México tem com os Estados Unidos foram potencializadas pelo TLC-NAFTA, com o México atrelando a sua economia aos EUA – economia vinte vezes maior que a mexicana – e permitindo a entrada de investimentos e produtos estrangeiros no país. Esta opção pela abertura econômica possibilitou o desenvolvimento do comércio exterior, que cresceu a um ritmo de 15% ao ano entre 1990 e 2000, a ponto de atualmente constituir-se em um terço do PIB. Na verdade, o México é responsável por quase metade do comércio exterior da América Latina.

Porém, todo esse crescimento está visceralmente vinculado aos EUA, pois 90% das exportações têm esse destino. Se por um lado isto permitiu ao México sair da crise de 1995, agora, com a recessão norte-americana, as repercussões são negativas.⁴⁶⁷ Cabe ressaltar que esta opção tão importante (TLC-NAFTA) foi tomada sob um governo centralizado, com avaliações tecnocráticas, sem maiores consultas, sem mesmo debates mais penetrantes na imprensa, sindicatos ou no congresso, e até com uma oposição armada (EZLN).

Pelos gráficos abaixo podemos inferir que a situação macroeconômica mexicana é mais estável: a dívida externa está sendo paga e vem se reduzindo; a taxa de

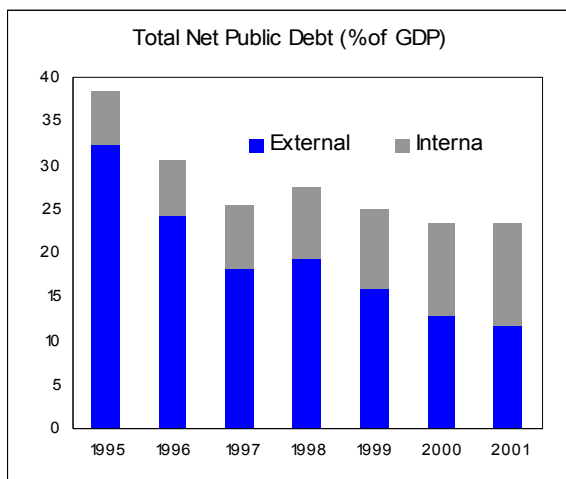
⁴⁶⁴ Lustig (1999), Op Cit.

⁴⁶⁵ Idem.

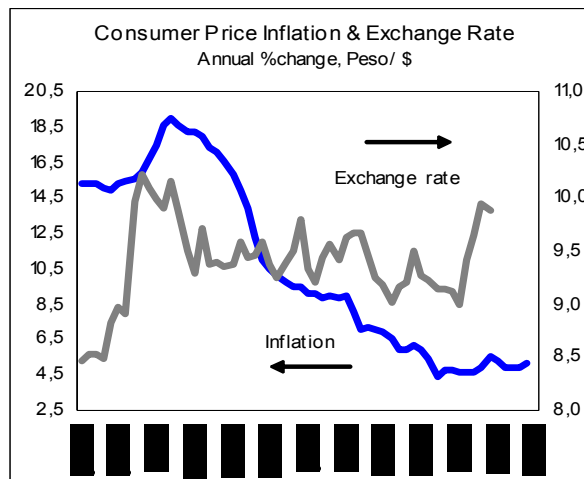
⁴⁶⁶ *The Economist*, 26 out 2000.

⁴⁶⁷ Hakim, Peter. “Brasil e México: Duas Maneiras de Ser Global”. *Política Externa*, vol 10, nº 4, mar-abr-mai 2002, pp. 94-107.

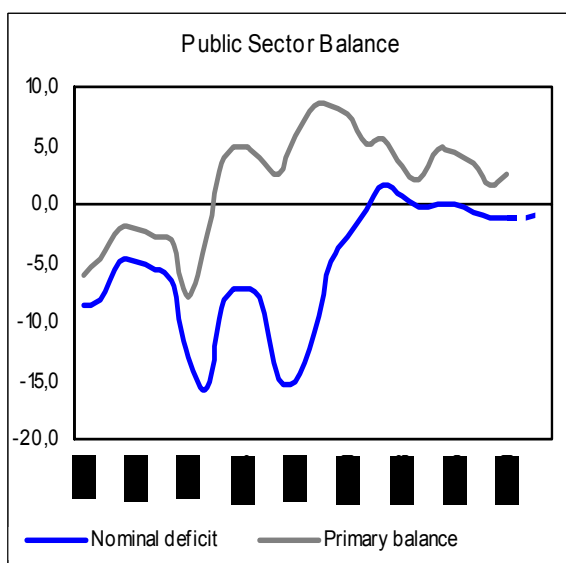
câmbio varia dentro de uma faixa estável; a inflação vem se reduzindo; e as contas governamentais estão passando a ser superavitárias. Porém, vemos também que o carro-chefe da economia mexicana, as exportações de produtos manufaturados para os EUA, acompanham o comportamento da economia norte-americana: observamos uma queda das exportações e da produção industrial em 2001; e o investimento tem se reduzido, fruto da migração de capitais principalmente para a China, ocasionando perda de empregos (-500 mil entre 2000 e 2002) e perda de mercado nos EUA.



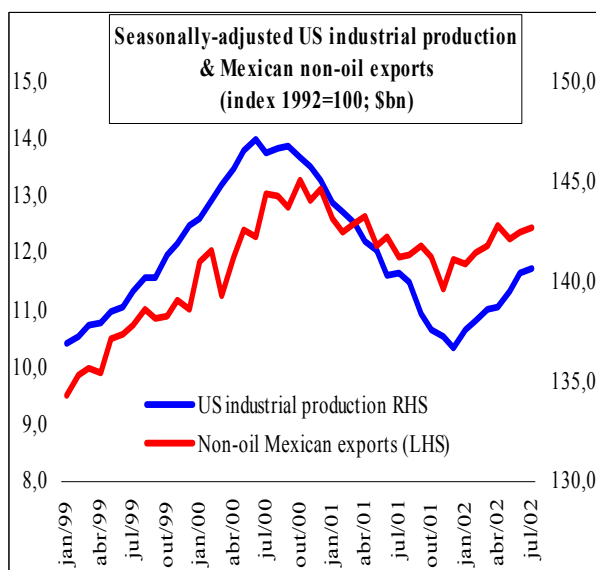
Fonte: INEGI – Reuters/BBVA.



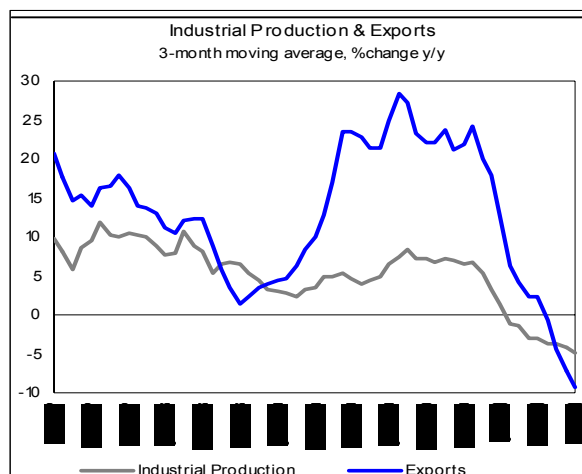
Fonte: Banco de México/BBVA



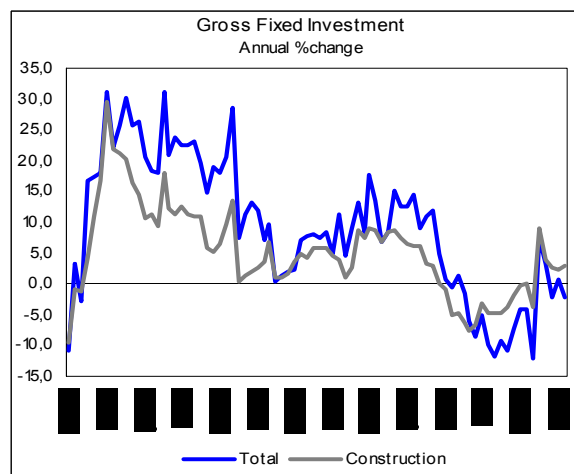
Fonte: SHCP/BBVA.



Fonte: US Census Bureau – INEGI/BBVA.



Fonte: INEGI/BBVA.



Fonte: INEGI/BBVA

Casanova⁴⁶⁸ interpreta a situação mexicana como tendo uma característica das sociedades subdesenvolvidas: a *ligação* entre a prosperidade de uma minoria da sociedade com a marginalidade da maioria – no sentido de estar à margem do desenvolvimento econômico, social e cultural – consubstanciada no fenômeno do *colonialismo interno*, ou o “domínio e exploração de uns grupos culturais por outros”. Existe portanto uma *relação* entre esses dois mundos da mesma realidade.

Segundo Casanova, existe um *marginalismo integral*, isto é, a população que é marginalizada em um aspecto tem altas probabilidades de sê-lo em todos os demais, “constituindo uma imensa quantidade de mexicanos que não têm nada de nada”. Se, por um lado, a população marginalizada vem diminuindo com relação à população total nos últimos cinquenta anos, por outro lado, ela vem crescendo em números absolutos.

O mesmo ocorre com a população indígena mexicana,⁴⁶⁹ que se localiza no campo, onde a pobreza impera, e que tende a ser a população mais marginalizada. Esta situação dos grupos indígenas é definida por Casanova como sendo de *colonialismo interno*, isto é, a comunidade indígena teria as mesmas características da sociedade colonizada, constituindo-se numa “colônia no interior dos limites nacionais”.

Assim, os processos econômicos e políticos do *colonialismo interno* ajudariam a explicar o *desenvolvimento desigual* nos países subdesenvolvidos, onde as *dinâmicas da desigualdade* são potencializadas pelas leis do mercado capitalista e pela baixa organização política dessas comunidades. Isto permite a *exploração estrutural* dessas populações – *subordinando-as economicamente ao sistema* –, ao mesmo tempo em que acontecem variados tipos de *discriminações* sistemáticas que permitem caracterizar a população indígena como *excluída* social e culturalmente.

⁴⁶⁸ Casanova (2002), Op Cit, pp. 43-109.

⁴⁶⁹ População de 5 anos ou mais de língua indígena segundo as principais línguas. Total: 6.044.000 (100%): Náhuatl: 1.448.000 (24.0%); Maya: 800.000 (13.2%); Mixteco: 437.000 (7.2%); Zapoteco: 421.000 (7.0%); Tzotzil: 297.000 (4.9%); Otomí: 291.000 (4.8%); Tzeltal: 284.000 (4.7%); Totonaca: 240.000 (4.0%); Mazateco: 214.000 (3.5%); Chol: 161.000 (2.7%); Huasteco: 150.000 (2.5%); Mazahua: 133.000 (2.2%); Chinanteco: 129.000 (2.1%); Purépecha: 12.000 (2.0%); Mixe: 118.000 (2.0%); Outras línguas: 791.000 (13.1%). Fonte: INEGI. *XII Censo General de Población y Vivienda*. México, INEGI, 2000.

III. Classes Sociais na Sociedade Global

A. Questão Social, Direitos Sociais e Exclusão Social

1. Pobreza e Questão Social

Être gouverné c'est être gardé à vue, inspecté, espionné, dirigé, légiféré, réglementé, parqué, endoctriné, prêché, contrôlé, estimé, apprécié, censuré, commandé, par des êtres qui n'ont ni titre, ni la science, ni la vertu... Être gouverné, c'est être, à chaque opération, à chaque transaction, à chaque mouvement, noté, enregistré, recensé, tarifé, timbré, toisé, coté, cotisé, patenté, licencié, autorisé, apostillé, admonesté, empêché, réformé, redressé, corrigé. C'est, sous prétexte d'utilité publique, et au nom de l'intérêt général, être mis à contribution, exercé, rançonné, exploité, monopolisé, concusionné, pressuré, mystifié, volé; puis, à la moindre révolte, au premier mot de plainte, réprimé, amendé, vilipendié, vexé, traqué, houspillé, assomé, désarmé, garotté, emprisonné, fusillé, mitraillé, jugé, condamné, déporté, sacrifié, vendu, trahi, et pour comble, joué, berné, outragé, déshonoré. Voilà le gouvernement, voilà sa justice, voilà sa morale! Et dire qu'il y a parmi nous des démocrates qui prétendent que le gouvernement a du bon; des socialistes qui soutiennent, au nom de la liberté, de l'égalité et de la fraternité, cette ignominie; des prolétaires qui posent leur candidature à la Présidence de la République!

Pierre-Joseph Proudhon
"Idée générale de la révolution du XIXème siècle", 1851

Mendigos e vagabundos foram durante séculos grupos-alvo de políticas públicas frequentemente de inspiração repressiva, pois sempre se ignorou o fato de serem eles apenas um ponto extremo de uma “vulnerabilidade de massa”⁴⁷⁰ que afeta grandes camadas populares. Por isso, a pobreza é percebida no século XX como algo surpreendente pois, apesar do crescimento econômico registrado, ela persiste. Na verdade, o progresso e o trabalho podem criar pobreza ao invés de suprimi-la. Surge então a questão da natureza da pobreza, isto é, do papel que desempenha na reprodução das sociedades. Isto está ligado a três questões interdependentes, que participam de toda política ou luta contra a pobreza: *para que servem os pobres? para que serve a pobreza? que fazer dos pobres?*⁴⁷¹

Segundo Castel,⁴⁷² “os velhos indigentes, crianças sem pais, estropiados de todos os tipos, cegos, paralíticos escrofulosos, idiotas” têm em comum o fato de não suprirem suas necessidades básicas porque não podem trabalhar para fazê-lo por si mesmos. Eram, na Idade Média, isentos da obrigação de trabalhar e tornavam-se clientes potenciais da ajuda das pessoas, da assistência da Igreja, da *caridade*. Se a existência desse tipo de população não questiona, de modo fundamental, a organização social, totalmente distinta é a condição daqueles que, capazes de trabalhar, não o fazem. Trata-se da figura do *indigente válido*, do carente, do forasteiro, que são proibidos de se beneficiarem das redes de proteção e auxílio. Sua situação será a do vagabundo, o *desfiliado* por excelência.

Há, portanto, uma “economia da salvação” que funda uma *percepção discriminatória dos pobres* que separa os que merecem assistência dos que não merecem. São

⁴⁷⁰ Castel, Robert. “As armadilhas da exclusão” in: Castel, Robert *et alii.* (1997), Op Cit., p. 31.

⁴⁷¹ Lautier, Bruno e Salama, Pierre. “De L’Histoire de la Pauvreté en Europe a la Pauvreté dans le Tiers Monde”. *Revue Tiers Monde*, t. XXXVI, n° 142, abr/jun 1995, p. 246.

⁴⁷² Castel, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social*. Petrópolis, Vozes, 1998, pp. 41-45.

excluídos os que se rebelam contra a ordem do mundo teologicamente justificada. “O pobre ruim é antes de tudo uma categoria teológica”.⁴⁷³ Já com o início da urbanização consolida-se essa política de separação dos bons pobres (humildes) e dos maus pobres (rebeldes) que culmina com o Grande Internamento do século XVII. O período do *Grande Internamento* começa com a inauguração em 1656, em Paris, do Hospital Geral que, juntamente com diversas outras casas de internação, é destinada “aos pobres de Paris, de todos os sexos, lugares e idades, de qualquer qualidade de nascimento, e seja qual for sua condição: válidos ou inválidos, doentes ou convalescentes, curáveis ou incuráveis”.⁴⁷⁴

Poderíamos acrescentar voluntários e involuntários, dado que para lá também são encaminhados libertinos de toda ordem; excêntricos; criminosos; prostitutas; devassos; homossexuais; profanadores; blasfemadores; hereges; ateus; suicidas; mágicos; feiticeiros; alquimistas; pobres e miseráveis; doentes em geral; doentes venéreos; e doentes mentais com todo tipo de insanidade: “parvos, imbecis, estúpidos e furiosos”. Poucos anos após a sua fundação, o único Hospital Geral de Paris abrigava 6.000 pessoas, ou seja, cerca de 1% da população da cidade.⁴⁷⁵ O Hospital Geral não é um estabelecimento médico, é uma entidade administrativa própria da ordem monárquica e burguesa com caráter semijurídico, pois julga e executa além dos tribunais. Desempenha ao mesmo tempo um papel de assistência e repressão. Assim, segundo Foucault, se a Idade Média inventara a *segregação* dos leprosos, o classicismo inventou o *internamento*, com personagens que ocupariam o lugar dos primeiros. Passa-se de uma experiência religiosa baseada na *caridade* que santifica a miséria e presta assistência aos bons pobres, para uma concepção moral que os condena, principalmente após Lutero e Calvino. Trabalho e pobreza doravante situam-se numa oposição simples.

“O gesto que, ao traçar o espaço de internamento, conferiu-lhe um poder de segregação e atribuiu à loucura uma nova pátria, por mais coerente e ordenado que seja esse gesto, não é simples. Ele organiza numa unidade complexa uma nova sensibilidade à miséria e aos deveres da assistência, novas formas de reação diante dos problemas econômicos do desemprego e da ociosidade, uma nova ética do trabalho e também o sonho de uma cidade onde a obrigação moral se uniria à lei civil, sob as formas autoritárias da coação”.⁴⁷⁶

A internação, criação institucional própria ao século XVII, é, em suma, uma tentativa de demonstrar que a ordem pode ser adequada à virtude, isto é, que a garantia da paz social está num determinado comportamento social das pessoas. Em outras palavras, aquele que não adere ao pacto ético da existência humana, que é o trabalho em primeiro lugar, está no limiar de uma situação de insanidade, pois “a loucura é percebida no horizonte social da pobreza, da incapacidade para o trabalho, da impossibilidade de integrar-se no grupo”.⁴⁷⁷

Posteriormente, diz Tönnies,⁴⁷⁸ ocorre uma evolução relacionada com a *questão social* graças à *revolução política* do Estado Francês, que adequou o Estado e a economia francesa à força de uma *nova sociedade*, cuja *revolução social* foi liderada por uma “nova classe de senhores” (a burguesia), e graças à *revolução espiritual* que proporciona ao Estado e à sociedade um conteúdo de consciência novo (não teológico). Movimentos estes

⁴⁷³ Castel (1998), Op Cit., pp. 64-66.

⁴⁷⁴ Foucault, Michel. *História da Loucura*. São Paulo, Perspectiva, 1997, p. 49.

⁴⁷⁵ Op Cit., p. 55.

⁴⁷⁶ Idem, pp. 55-56.

⁴⁷⁷ Idem, pp. 78-79.

⁴⁷⁸ Tönnies, Ferdinand. *Desarrollo de la Cuestión Social*. Barcelona, Labor, 1933.

que são “conseqüências lógicas e simultâneas de movimentos regulares de três séculos anteriores, mesmo quando, apareçam como catástrofes”. É desta forma que a questão social se relaciona a com sua força motora, que é a *luta de classes*, dentro da nova sociedade, do Estado e da consciência coletiva.

Conforme esta interpretação da tripla revolução que dá origem à *questão social*, Tönnies afirma que as lutas e os êxitos do proletariado têm na Inglaterra um caráter econômico (revolução industrial), com os sindicatos desempenhando o principal papel; na França um caráter político (revolução francesa), com a luta girando em torno de uma constituição republicana; e na Alemanha um caráter teórico e doutrinário (filosofia alemã), onde a luta espiritual se relaciona principalmente com a idéia do socialismo. É nesse contexto que a “classe inferior”, na qual domina o mais consciente proletariado industrial, irá lutar pelo que lhe pertence por justiça, isto é: “la equiparación de sus derechos para hacer valer su cualidad de personas libres y capaces, y para hacer respetar su voluntad y defender sus intereses”.⁴⁷⁹ Estes direitos incluem os direitos civis, direitos políticos e os direitos sociais, com a legislação trabalhista incluída.

Conseqüentemente, com as Revoluções de 1789 e 1848, houve uma ruptura no tratamento da pobreza. Aparece uma nova racionalidade política que se ocupa do fenômeno da pobreza do ponto de vista da sua *administração*, do *governo da miséria*, mais do que do seu internamento. Assim, passamos da Idade Média, onde a função dos pobres era definida em termos religiosos e onde a *princípio da caridade cristã* assumia um papel importante, pois era experimentado como expediente político; para um movimento de *laicização da pobreza*, onde esta passa a ser tratada política e operacionalmente: *de quantos pobres precisamos? quantos podemos (política e eticamente) suportar? qual é o custo (político e econômico) da passagem de um a outro desses limites?*⁴⁸⁰ Quando se recoloca então o problema da pobreza no século XIX, a questão premente é a idéia do “social”:

“Gouverner la misère, ce n’est pas l’éliminer; c’est avant tout constituer un champ, “le social”, dans lequel les pauvres pourront exister, agir librement, mais à l’intérieur de leur relation au pouvoir. Le social, et les “politiques sociales” apparaissent comme *une stratégie de dépolitisation des inégalités*, une façon de les traiter en termes d’organisation et de techniques, et non de pouvoir et de droits politiques”.⁴⁸¹

Trata-se de uma *tecnologia de governo* sobre os pobres que se desenvolve ao longo do século XIX quando a questão era: *qual pode ser a função social dos pobres?* Essa *tecnologia de governo*, segundo Foucault,⁴⁸² está ligada à expansão da medicina social que tem os pobres como objeto de medicalização. Essa transformação ocorrida no século XIX faz com que os pobres apareçam como *perigo* social e não mais como simples parte da *paisagem* urbana. Surge a idéia do cordão sanitário nas cidades separando pobres e ricos. A *Lei dos Pobres* aparece como uma assistência controlada que garante a segurança política da burguesia naquele período. Esta *tecnologia de governo* corresponde também ao aparecimento do hospital enquanto disciplinarização do espaço médico, com vigilância, controles, registros contínuos, documentos, enfim: “*mecanismos de gestão disciplinar dos corpos*”. Também está ligada ao desenvolvimento de um *mercado médico* privado e uma *política médica* apoiada na estrutura estatal, que revelam conjuntamente uma estratégia global de política de saúde que

⁴⁷⁹ Op Cit., p. 42.

⁴⁸⁰ Lautier e Salama, Op Cit., p. 246.

⁴⁸¹ Idem, p. 248. (Grifos nossos).

⁴⁸² Foucault, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979, caps. V, VI e XIII.

quer tornar os pobres novamente úteis, enquanto alivia o peso dos mesmos para o resto da sociedade. Esboça-se, então, uma *tecnologia da população*, baseada em estatísticas, estimativas, cálculos, estudos sobre os mais diversos temas, e que irá servir para montar o *dispositivo do poder*.⁴⁸³

Assim, os pobres passam a ser objeto de políticas sociais de Estado (*tecnologia de governo*) nas quais são identificados, enquanto grupo social visado pelo *dispositivo do poder*, como *mão-de-obra* a ser utilizada no processo de produção, e não apenas como grupo social merecedor de *caridade* (necessitado) ou de *internação* (ocioso, desviante). Sob o nome de *economia social* ou *filantropia*, esta *tecnologia de governo* se apoiou em três principais acepções:⁴⁸⁴

- 1) Separa-se o pobre “normal” do miserável, sendo que o miserável passa a ser visto como um sintoma de doença do corpo social;
- 2) Distingue-se o “bom pobre” do “mau pobre”, este último entendido como um *perigo social* quando resolve reivindicar seus direitos sociais; e
- 3) Não se vincula o dever de assistência que a sociedade tem para com os miseráveis com nenhum direito de cidadania dos mesmos. Ou seja, ocorre uma *infantilização dos pobres*.

No pós-guerra europeu, com a criação do Estado do Bem Estar Social, a questão da pobreza sai de cena até por volta de 1980, pois o operariado desses países, graças aos mecanismos de seguridade social, se consideraria nesse período “pobre mas não excluído”. Essa gestão integradora do social iria tirar do cenário político a questão da pobreza até a volta do desemprego durável e massivo e do reaparecimento, na Europa, de indivíduos excluídos dos direitos sociais. Assim, “d’une logique centripète de réincorporation dans le

⁴⁸³ *Dispositivo*, para **Foucault**, é um conjunto heterogêneo de discursos, instituições, organizações, enunciados científicos, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, proposições filosóficas, morais, filantrópicas, etc. O *dispositivo* é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. Entre esses elementos há uma espécie de jogo, mudanças de posição, modificações de funções. Respondendo a urgências de determinado momento histórico, o *dispositivo* tem uma função estratégica dominante. Enfim, *dispositivo* é uma estratégia sem sujeito. Ele está sempre inscrito em um *jogo de poder* e uma *configuração do saber* que dele nascem mas que igualmente o condicionam. A *épistémè* é um *dispositivo* especificamente discursivo, enquanto que o *dispositivo* de que trata Foucault é mais heterogêneo, sendo discursivo e não discursivo. “Temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é ‘privilégio’ adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas.” O pensamento de Foucault tenta intervir no círculo vicioso da conciliação da verdade com sua essência, isto é, no pensamento para o qual somente existe a exploração da contradição imanente, o que pressupõe uma noção de sujeito que irá, no final, conciliar as contradições. Esse mecanismo do poder, esta armadilha do discurso é desmascarada pela *arqueologia do saber* na medida em que mostra como os discursos se constituem, e é dissecada pela *genealogia do poder* na medida em que reflete acerca de porquê os discursos se constituem. Assim, percebemos que a *verdade*, enquanto reiteração de um *sujeito universal*, é produzida dentro de um *regime de poder*. Daí os métodos propostos: crítica do sujeito do saber (*arqueologia*) e crítica do sujeito do poder (*genealogia*), como meios para se construir, além de uma crítica linear da verdade (analítica da verdade), uma crítica descontínua do tempo presente (ontologia do presente) como desconstrução das verdades, como desconstrução do logocentrismo, como fim da possibilidade da razão situar-se enquanto centro estruturante de um sujeito único. Para **Habermas**, “na filosofia da consciência há basicamente duas, e apenas duas, espécies de relações que o sujeito pode adotar perante o mundo de objectos representáveis e manipuláveis: relações cognitivas que são reguladas pela *verdade* dos juízos e relações práticas que são reguladas pelo *sucesso* das acções. O poder é aquilo com que o sujeito actua sobre objectos em acções bem sucedidas. Assim, o sucesso da acção depende da verdade dos juízos que entram no projecto da acção. Através do critério de sucesso da acção, o poder permanece dependente da verdade. Ora, Foucault, bruscamente, faz inverter esta dependência da verdade relativamente ao poder numa dependência do poder relativamente à verdade. Então o poder fundador já não precisa de estar ligado às competências dos sujeitos actantes e julgadores - o poder deixa de ter sujeito.” Foucault (1979), Op Cit., Cap XVI; Foucault, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1987, pp. 25-26; Habermas, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa, Dom Quixote, 1990, pp. 258-259.

⁴⁸⁴ Lautier e Salama, Op Cit., pp. 249-251.

champ de l'Etat-providence, on passe à une logique de gestion de l'exclusion sociale".⁴⁸⁵ Esta *gestão da exclusão social* constitui num novo avatar para as políticas relacionadas à questão da pobreza depois da *caridade*, da *internação* e da *filantropia*. Naturalmente, pois o problema também havia se modificado:

“Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno”.⁴⁸⁶

Diante desse panorama, Lautier e Salama tiram alguns “ensinamentos”:⁴⁸⁷

1) Na relação entre pobreza e democratização, a questão dos direitos políticos fez, na Europa do século XIX, emergir a questão correlata dos *direitos sociais*. A questão central é: *como o pobre pode ser cidadão?* É essa questão que está colocada para o Terceiro Mundo hoje em dia;

2) O argumento neoliberal, muito utilizado pelo Banco Mundial, de superioridade ética da *justiça produtiva* sobre a *justiça distributiva*, aceitando que os pobres devem ser ajudados sim, mas pela Nação e não pelos ricos, tem prejudicado a erradicação da miséria em favor de uma economia “em marcha”; e

3) O terceiro ensinamento é que no debate sobre a pobreza no século XIX estavam ausentes os próprios pobres, situação que contrasta cada vez mais com a atualidade da questão no Terceiro Mundo, onde a atuação e profusão de iniciativas dos pobres pela sua sobrevivência impedem de acusá-los como responsáveis pela sua própria pobreza.

Na verdade, os *direitos sociais* já foram reconhecidos, juntamente com os direitos civis e os direitos políticos, no elenco dos direitos humanos promulgados pela ONU em 1948, os quais dizem respeito a quatro liberdades fundamentais: de opinião, de crença, de não submissão ao medo e à miséria. No Brasil eles foram incorporados à legislação pela constituição de 1988. No entanto, a lei e as desigualdades existentes na realidade contrastam visceralmente. É nesse sentido que se fala no campo social e nas políticas sociais como “estratégias de despolitização das desigualdades”, como vimos acima. Porém, Telles entende que é possível

“[...] reativar o sentido político inscrito nos direitos sociais [...pois,] para além das garantias formais inscritas na lei, os direitos estruturam uma linguagem pública que baliza os critérios pelos quais os dramas da existência são problematizados em suas exigências de equidade e justiça”.⁴⁸⁸

Desta forma, percebe-se como valores universais e abstratos penetram na realidade concreta por meio de normas, leis e regulamentos que estruturam as relações sociais. Não tanto pelo discurso humanitário que cerca os movimentos sociais, ou pelo discurso sociológico-técnico a respeito da pobreza, mas pelo poder de desestabilização de consensos estabelecidos que se dá quando os próprios pobres aparecem na cena política como cidadãos reivindicando *direitos sociais* é que se pode esperar reativar as exigências de igualdade e justiça. Em outras palavras, quando os pobres surgem como “sujeitos falantes” é que se pode questionar o consenso em torno da medida de **equidade** e da regra da **justiça** das

⁴⁸⁵ Idem Ibidem.

⁴⁸⁶ Castel (1998), Op Cit., p. 526.

⁴⁸⁷ Lautier e Salama, Op Cit., pp. 252-254.

⁴⁸⁸ Telles, Vera da Silva. “Direitos Sociais: afinal de que se trata?”. *Revista USP*, nº 37, mar/mai 1998, p. 38.

relações sociais ao criar um conflito que consiste na própria cifra do *mundo comum*,⁴⁸⁹ isto é, deste conjunto de referências partilhadas pela pluralidade de discursos e ações na esfera pública da sociedade.

É no contexto político, mais especificamente no debate democrático, que irá ressurgir a *questão social* na América Latina. A constituição de uma sociabilidade política democrática na experiência histórica, isto é, a constituição de um domínio público (*mundo comum*) nas sociedades da região, que se cristaliza, na década de 1970, com o aparecimento de novos movimentos sociais na cena política e social, o que provoca uma reformulação da noção de cidadania.

“Assim, o ponto crucial desta reformulação da noção de cidadania [...] pode ser sintetizada na questão: de que modo o ‘direito a conquistar o próprio direito à cidadania’ (Chauí) ou, em outros termos, o reconhecimento público do ‘direito a ter direitos’ (Arendt e Lefort) pode se processar e se exteriorizar no domínio público de modo a conferir legitimidade e credibilidade às instituições políticas?”⁴⁹⁰

Ora, naturalmente que o Poder usufrui dessa legitimidade na medida em que promove a sua identificação com os despossuídos, no entanto, a *questão social* se manifesta na América Latina como a própria impermeabilidade da estrutura de poder frente aos novos (e antigos) movimentos populares. Na medida em que esses movimentos se estruturam na sociedade enquanto *poderes*, participam também do *caráter ambíguo* de qualquer *poder constituído* (esfera política) bem como do *domínio social* (esfera pública) de países onde a *exclusão social* (e política, portanto) recai sobre a maioria da população. A questão é: como esperar *coesão social* em torno a um *espaço público* com sujeitos cidadãos participantes numa região onde há mais de duas centenas de milhões de pobres, cada um recebendo menos de um dólar por dia? Outra questão é: como ignorar a força dos movimentos sociais, das revoltas e revoluções que acontecem na América Latina? Assim, se, por um lado, pode-se falar do campo social e das políticas públicas como “estratégias de despolitização das desigualdades”, por outro lado, é possível falar também de “poder de desestabilização de consensos estabelecidos” por parte dos “sujeitos falantes” que participam do *espaço público*.

Segundo Wanderley,⁴⁹¹ a ação dos sujeitos e dos processos histórico-estruturais das sociedades do continente, na sua diversidade espaço-temporal deixa como saldo — apesar do crescimento econômico e de certas conquistas sociais — injustiças e desigualdades na estrutura social latino-americana, como consequência das relações assimétricas de dominação e subordinação na produção, no poder político, na estrutura de classes e na estratificação social. Trata-se, fundamentalmente, de processos de exploração econômica e dominação política, onde a *questão social* significa, desde logo, saber *quem* estabelece a coesão social e em *que condições* ela se dá numa sociedade. Ou seja,

“[...] a questão social fundante, que permanece vigindo sob formas variáveis nesses 500 anos do descobrimento a nossos dias, centra-se nas extremas desigualdades e injustiças que reinam na estrutura social dos países

⁴⁸⁹ “A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e contudo evita que colidamos uns com os outros, por assim dizer. O que torna tão difícil suportar a sociedade de massas não é o número de pessoas que ela abrange, ou pelo menos não é este o fator fundamental; antes, é o fato de que o mundo entre elas perdeu a força de mantê-las juntas, de relacioná-las umas com as outras e de separá-las.” Arendt, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1993, p. 62.

⁴⁹⁰ Paoli, Maria Célia. “Trabalhadores e Cidadania. experiência do Mundo Público na História do Brasil Moderno”. *Estudos Avançados*, nº 7, set-dez 1989, p. 43.

⁴⁹¹ Wanderley, Luiz Eduardo. “A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e caribenho”. in: Castel, Robert *et alii* (1997), Op Cit.

latino-americanos, resultantes dos modos de produção e reprodução social, dos modos de desenvolvimento, que se formaram em cada sociedade nacional e na região em seu complexo. Ela se funda nos conteúdos e formas assimétricos assumidos pelas relações sociais, em suas múltiplas dimensões econômicas, políticas, culturais, religiosas com acento na concentração de poder e de riqueza de classes e setores sociais dominantes e pobreza generalizada de outras classes e setores sociais que constituem as maiorias populacionais, cujos impactos alcançam todas as dimensões da vida social, do cotidiano às determinações estruturais.

Pobreza que se ampliou nas últimas décadas na América Latina, ocasionada por causas internas e externas interligadas e que vem se acirrando com a maneira pela qual se desenvolve a ‘globalização’. A questão social, nesta perspectiva, vem adquirindo novas modalidades, nos últimos tempos, por força das mudanças profundas que estão acontecendo nas relações entre capital e trabalho, nos processos produtivos, na gestão do Estado, nas políticas sociais, e pelo chamado ‘princípio de exclusão’, que se concretiza tanto da parte dos excluídos do processo produtivo, do trabalho salariado, quanto da parte dos excluídos pela origem étnica, pela identidade cultural, pelas relações de gênero”.⁴⁹²

Assim descrita, a *questão social* compreende, sem as esgotar, as questões indígena, nacional, negra, feminina, infantil, rural e operária. Mas, como o próprio Wanderley afirma que há uma *questão social ampla, histórica e estrutural*, que se configura irresolúvel na sua totalidade nos marcos da formação econômico-social capitalista realmente existente. Se nos países centrais houve possibilidades de equacioná-la em patamares mais justos e igualitários, ora em retrocesso, em nossos países, mesmo reconhecendo certas conquistas sociais, os patamares estão muito aquém dos mínimos necessários.

Desta forma, a *questão social* coloca-se basicamente a partir da produção e distribuição de riquezas, passa pela corrosão dos sistemas de proteção social, pela vulnerabilidade das relações sociais e pela intervenção estatal em países onde a exclusão de grandes setores da população se dá de maneira estrutural e como componente histórico. Assim, além dessa pobreza “histórica” percebe-se a desagregação da “sociedade salarial”, conforme caracterizada por Castel: a desagregação de uma sociedade que se construiu com base no trabalho e suas proteções. Castel desdobra a noção de *exclusão social* e adverte que falamos de um processo, não de uma situação:

“Falar em termos de exclusão é rotular com uma qualificação puramente negativa que designa falta, sem dizer no que ela consiste nem de onde provém [...]. Há uma segunda razão, e a principal, para se desconfiar desta noção, falar da exclusão conduz a autonomizar situações-limite que só têm sentido quando colocadas num processo. A exclusão se dá efetivamente pelo estado de todos os que se encontram fora dos circuitos vivos das trocas sociais. Rigorosamente, esta sinalização pode valer como um primeiro reconhecimento dos problemas a serem analisados, mas seria preciso acrescentar rapidamente que esses ‘estados’ não têm sentido em si mesmos. São o resultado de trajetórias diferentes”.⁴⁹³

Distingue-se desta forma a pobreza extrema de pessoas marginais à sociedade, ao trabalho e à sociabilidade (mendigos e pobres “históricos”, por exemplo), da “nova pobreza” fruto de uma degradação de uma situação salarial: *flexibilização e precarização* das relações de trabalho, *vulnerabilização* do emprego, desagregação de direitos e proteções que

⁴⁹² Idem, pp. 56-57.

⁴⁹³ Castel (1997), Op Cit., pp. 19-20.

asseguravam a *inclusão* na sociedade daqueles que hoje constituem os “novos pobres”.⁴⁹⁴ Castel aponta para a necessidade de observar as **dinâmicas sociais globais** que são responsáveis pelos desequilíbrios atuais ao invés de apenas “descrever os estados de despossuir” em análises setoriais. Trata-se de perceber que existe uma *nova questão social* derivada dessas *rupturas* provocadas pela *crise* que sucede os trinta anos ininterruptos de expansão econômica do segundo pós-guerra.

Ou seja, mais que problemas sociais particulares de desemprego ou de falta de crescimento, há uma questão social nova que diz respeito à *questão do estatuto do salariado*, ou seja, o questionamento da *função integradora do trabalho* na sociedade atual. Há três pontos identificados por Castel⁴⁹⁵ de “cristalização” dessa questão: a *desestabilização dos estáveis*, isto é, o desaparecimento da sociedade salarial que ampliava continuamente a base de posições asseguradas e preparava vias de promoção social; a *instalação da precariedade*, pelo aumento do desemprego e do trabalho temporário; e o *déficit de lugares* ocupáveis na estrutura social, “entendendo-se por lugares posições às quais estão associados uma utilidade social e um reconhecimento público”. Neste contexto, categorias inteiras ocupam uma posição de *supranumerários* que não são integrados e nem são integráveis enquanto seres pertencentes a uma sociedade de elementos interdependentes. Assim, os que estão em inatividade forçada perderam sua própria *identidade do trabalho*, ou seja, não possuem mais acesso ao paradigma que articula as diversas integrações sociais possíveis (escola, moradia, família, profissão, política, social, cultural, etc).

O necessário é fazer frente à exigência de tentar controlar a *relação* entre a lógica econômica e a *coesão social* escapando da armadilha de utilizar um discurso sobre os méritos da competitividade e eficácia a todo preço, paralelo a um outro discurso que se debruça sobre o destino dos excluídos (populações-alvo), sobre os quais se *focaliza* a ação social. É preciso, segundo Castel, instituir políticas sociais *preventivas* que estejam à altura da *ruptura* na trajetória da problemática do emprego, e que possam aumentar a *integração social*, minimizando os processos que têm alimentado a *vulnerabilidade social*. É necessário apostar nas políticas com objetivo de controlar *sobretudo* os fatores de dissolução social. No entanto, o que tem acontecido é o contrário: as medidas setoriais para lutar contra a pobreza tomam o lugar das políticas sociais mais gerais com finalidades preventivas e não somente reparadoras. Como nota o autor,

“[...] parece mais fácil e mais realista intervir sobre efeitos de um disfuncionamento social que controlar os processos que o acionam, porque a tomada de responsabilidade desses efeitos pode se efetuar sobre um modo técnico enquanto que o controle do processo exige um tratamento político”.⁴⁹⁶

Se a *exclusão social*, ou *inclusão desigual e subordinada* (Wanderley), é a forma atual de pobreza, é preciso apontar que se trata de uma consequência de um modelo de desenvolvimento forjado pelos programas neoliberais no processo de globalização. Ou seja, da mesma forma que a pobreza não é um estado social dado, mas o resultado de um processo histórico de exploração, expropriação, discriminação, destituição de direitos e concentração de renda, riqueza e poder, a *inclusão desigual e subordinada*, enquanto problema atual e urgente, é produto de um processo de desregulamentação de mercados, precarização e

⁴⁹⁴ No entanto, fique claro, “é impossível traçar fronteiras nítidas entre estas zonas” das situações de *exclusão social*, afirma Castel. Idem, p. 21.

⁴⁹⁵ Castel (1998), Op Cit., 527-531.

⁴⁹⁶ Castel (1997), Op Cit., p. 30.

flexibilização do trabalho, nova divisão social e internacional do trabalho, etc. que remete a uma composição social de grupos, classes, instituições, empresas e governos que promovem a *inclusão desigual e subordinada* de populações inteiras no sistema capitalista de modo que não significa outra coisa do que a geração de excluídos sociais.

Assim, se por um lado a *questão social* histórica no capitalismo diz respeito ao *pauperismo* que surgiu com a Revolução Industrial no século XIX, tratando-se portanto da miséria e subversão de um proletariado que passa a ser relativamente integrado após um conjunto de processos, por outro lado, “a nova questão social hoje parece ser o questionamento desta função integradora do trabalho na sociedade”.⁴⁹⁷ Isto é, a desmontagem do sistema de proteções e garantias vinculadas ao emprego, além de uma desestabilização da estrutura do trabalho, cuja flexibilização opera contra os direitos que estão vinculados ao trabalho, instala uma precariedade que torna os trabalhadores extremamente vulneráveis, para não falar dos desempregados. Já não se trata mais de *sociedades de mercado* mas de uma “sociedade que se torna mercado, inteiramente atravessada pelas leis do mercado”,⁴⁹⁸ onde deixa de haver uma *sociabilidade* fora do circuito compra-venda.

Como resultado, temos que — apesar do progresso tecnológico e do crescimento econômico — bilhões de pessoas no mundo todo que estão na pobreza ou às margens dela vivem excluídos dos processos de decisão políticos e econômicos que afetam suas vidas.⁴⁹⁹ Isto em plena época de expansão da democracia e dos direitos. Para Pinheiro *et alii*, Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), pela primeira vez na história, criou-se um sistema de princípios fundamentais abrangendo direitos civis e políticos, bem como direitos econômicos, sociais e culturais, livre e expressamente aceito pela grande maioria da humanidade, representada por seus governos nacionais.

“A Declaração abrange em seus artigos todas as três gerações de direitos humanos: a primeira geração cobrindo direitos políticos e civis (*liberté* - artigos 1/12); a segunda geração abrangendo direitos econômicos, sociais e culturais (*égalité* - artigos 22 a artigo 27); e a terceira geração relativa aos direitos de solidariedade (*fraternité* - artigo 28) [...]. Apesar de não ser um tratado, a Declaração Universal propõe um sistema de valores que tornou-se universal de facto por ter sido aceito como um ‘padrão comum a ser acatado por todos os povos e nações. [...] A Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento adotada pela Assembléia Geral [da ONU] em dezembro de 1986, abre caminho em direção à terceira geração de direitos mencionada na declaração Universal [(artigo 28)...e] representa passo relevante para um conceito genérico de direitos humanos, fazendo surgir os conceitos de solidariedade e direitos coletivos. Define-se aí o desenvolvimento como processo individual e coletivo que tem como finalidade a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e povos e a justa distribuição dos benefícios dele decorrentes. Além disso se desenvolve o conceito de responsabilidade internacional como forma de construir uma “nova ordem econômica internacional”.⁵⁰⁰

⁴⁹⁷ Castel, Robert. “As transformações da questão social” in: Castel, Robert *et alii* (1997), Op Cit., p. 165.

⁴⁹⁸ Op Cit., p 183.

⁴⁹⁹ A **desigualdade econômica do mundo** em conjunto em 1995 tinha as seguintes características: menos de 1/5 da população mundial (903 milhões), concentrada em 51 países, se apropriava de mais de 4/5 da renda mundial; enquanto que em 63 países do grupo de renda baixa (US\$ 430 de PIB per capita médio) 3.180 milhões de pessoas, ou seja, 56% da população mundial, vivia com menos de 5% do PIB mundial. Banco Mundial. *World Development Indicators 1997 on CD-ROM*. Washington, Banco Mundial, 1997.

⁵⁰⁰ Pinheiro, Paulo S., Poppovic, Malak e Kahn, Tulio. “Pobreza, Violência e Direitos Humanos”. *Novos Estudos Cebrap*, nº 39, julho 1994, p. 190-191.

Com isto, a pobreza, definida como a falta de satisfação das necessidades básicas, deixa de ser considerada uma fatalidade e passa a ser uma *violação dos direitos humanos*. No entanto, há obstáculos legais e de procedimentos — para não mencionar a falta de vontade política — que impedem o enquadramento das violações dos direitos econômicos, sociais e culturais, que são decorrentes de *situações coletivas* para as quais é difícil atribuir responsabilidades, e cuja eliminação é mais complexa do que para os direitos políticos e civis, que são tratados como *direitos individuais*. Mas as duas questões estão interligadas:

“Quanto aos direitos humanos, dois aspectos distintos da pobreza precisam ser sublinhados: primeiramente, a pobreza, como desrespeito a direitos econômicos e sociais básicos de grupos e indivíduos, constitui uma violação de direitos humanos de acordo com a definição de instrumentos internacionais; em segundo lugar, pobreza e a conseqüente marginalização das populações criam sérios obstáculos à realização dos direitos políticos e civis, na medida em que as privações enfraquecem os laços de solidariedade e a marginalização econômica e social dificulta a participação política”.⁵⁰¹

Apesar dos pobres estarem institucionalmente excluídos e serem sistematicamente discriminados em sociedades governadas por leis que não se aplicam e em mercados que os exploram, Pinheiro *et alii* apontam uma trilha pela qual poderia se encaminhar a *questão social* na América Latina: um modelo de desenvolvimento alternativo que distribua benefícios entre todos os setores da população, pois “a distribuição de recursos parece ser o verdadeiro fator causal na relação entre desenvolvimento e democracia/proteção aos direitos.”

Como vimos, a pobreza e as políticas a ela relacionadas passam por diversas configurações ao longo da história: desde o *gesto religioso* da caridade na Idade Média; passando pelo *internamento* no século XVII; pela *tecnologia de governo* sobre a pobreza no século XIX; até chegar à *gestão da exclusão social* do século passado. Nesse período, a *questão social* se impõe, por meio do motor da *luta de classes*, como reivindicação pelos direitos sociais perante a estrutura de poder, que na América Latina se mostrou impermeável. As políticas públicas, quando aqui existem (por exemplo, nos governos populistas), demonstram ser mais uma estratégia de *despolitização* de desigualdades que não alteram fundamentalmente a *exploração* econômica e a *dominação* política. Ora, este ponto é básico para decidir entre quem e em que condição se estabelece a *coesão social* numa sociedade marcada pelos conteúdos e formas assimétricas das *relações sociais*. Na verdade, da forma como se coloca a *questão social* nos marcos da *formação econômico-social capitalista latino-americana*, ela é **insolúvel**.

Surge então a *nova questão social* que se mostra uma nova configuração da questão social enquanto *pauperismo* engendrado pela Revolução Industrial. Esta *nova questão social* estaria vinculada à Terceira Revolução Tecnológica, que desestrutura a *sociedade salarial*, e que, por sua vez, é um mecanismo integrador da sociedade baseada no trabalho. É importante notar que este processo tem mais significação nas sociedades que chegaram a desenvolver mecanismos de proteção vinculados ao trabalho, como é o caso dos países com um Estado do Bem Estar Social desenvolvido. De qualquer forma, justamente quando se decide que a pobreza pode ser definida como violação dos direitos humanos, é que vemos a *questão social* perpetuar-se como problema sem solução na América Latina, e assistimos a uma outra *metamorfose* em direção a uma *nova questão social* na qual parte da força de trabalho deixa de se articular com o capital, criando uma legião de “*humanos sem direitos*”.

⁵⁰¹ Pinheiro *et alii*. Op Cit., p. 194.

Pinheiro *et alii* afirmam que a pobreza, a violência e a violação de direitos estariam mais vinculadas ao grau de distribuição dos recursos na sociedade do que com o montante propriamente dito. Esta tese oferece mais esperanças para as nações pobres, pois rompe com a tradicional visão de que seja necessário para a democracia um alto grau de desenvolvimento econômico. Parece evidente que a persistência das violações aos direitos humanos básicos está ligada ao alto grau de concentração de recursos e de poder dentro das nações, principalmente nas nações subdesenvolvidas, uma vez que nos países desenvolvidos ocorreu um processo de desconcentração de recursos intelectuais, econômicos e de poder sob a forma de Estado do Bem Estar Social conquistado pelas lutas sociais. Por outro lado, um processo semelhante precisa acontecer na esfera internacional, pois os níveis de desigualdade são muito maiores *entre* as nações do que *dentro* delas.

Assim, para reduzir os níveis de desigualdade e expandir a presença e garantir o funcionamento de instituições democráticas que inibam a violação dos direitos humanos a “cooperação internacional e direito ao desenvolvimento não são apenas uma opção mas uma necessidade”.⁵⁰² Fica claro que a redistribuição global dos recursos materiais ajudaria a promover sociedades democráticas. Resta saber se há condições políticas para que isto aconteça. O que representa precisamente a aporia das sociedades modernas: a disjunção entre a **ordem legal** que promete igualdade e a **realidade** das desigualdades e exclusões:

“Os novos requerimentos tecnológicos e os novos padrões de organização do processo produtivo sobrepõem às antigas e persistentes desigualdades uma segmentação cada vez maior entre setores crescentemente restritos de trabalhadores qualificados, mais valorizados e preservados em seus empregos, e uma maioria que não apresenta as habilitações exigidas pelo novo padrão produtivo, transitando entre o desemprego, o mercado informal e as velhas e novas formas de trabalho precário”.⁵⁰³

Numa época de flexibilização das normas contratuais, degradação das condições de trabalho, deterioração de padrões salariais, terceirização, subcontratação e trabalho temporário, Telles nos diz que os excluídos não estão “fora” do mercado de trabalho e da vida social organizada, mas permanecem sem a mediação pública dos direitos e da representação, perdendo-se desse modo na *invisibilidade social*, noção que diz respeito à própria *identidade* das pessoas.

Ora, desde Rousseau que o *contrato social*, o consenso de homens livres, é expressão de uma tensão *dialética* entre *vontade individual* e *vontade geral* que maximiza a liberdade e, enquanto contratualidade real, funda a *sociabilidade* e a *política* nas sociedades modernas. Constitui-se, portanto, na “metáfora fundadora da racionalidade social e política da modernidade ocidental”, segundo Sousa Santos. Para este autor, a partir do processo político e social em torno do consenso surgem três grandes constelações institucionais em torno do espaço-tempo nacional estatal: a *socialização da economia*, a *politização do Estado* e a *nacionalização da identidade cultural*. “Tal como a cidadania se constituiu a partir do trabalho, a democracia esteve desde o início vinculada à socialização da economia”.⁵⁰⁴ *Socialização da economia* é então o processo de reconhecimento do conflito entre capital e trabalho (ou contradição da *luta de classes*) como sendo um instrumento de transformação do capitalismo. A *socialização da economia* promove a aproximação da economia capitalista com os direitos da cidadania.

⁵⁰² Idem, p. 206.

⁵⁰³ Telles (1998), Op Cit., p. 90.

⁵⁰⁴ Sousa Santos in: Oliveira e Paoli (orgs.) (1999), Op Cit., p. 89.

Pois bem, a crise da contratualização moderna consiste exatamente na predominância dos processos de exclusão sobre os de inclusão. O “Consenso de Washington”, com todos os seus itens, aliado a um consenso em torno do Estado fraco e outro em torno a condições minimalistas de democracia liberal, conjunto que Sousa Santos chama de “consenso liberal”, tem um efeito profundo naqueles três dispositivos operacionais do contrato social, especialmente na forma de uma dessocialização da economia. A erosão dos direitos cívicos e políticos, bem como a negação dos direitos sociais, aliada com uma situação de desemprego estrutural, conduz os trabalhadores a um estatuto de *lumpencidadania*. O trabalho deixa de sustentar a cidadania e vice-versa. Em termos sociais, o efeito cumulativo deste processo é a emergência de uma *subclasse de excluídos*. A partir daí, Sousa Santos explora uma série de alternativas para superação dessa situação e desses processos que podem ser resumidas da seguinte forma: “criação de novas constelações democráticas que tornem possíveis mais e mais amplas deliberações democráticas sob aspectos cada vez mais diferenciados da sociabilidade”, isto é, socialismo como democracia sem fim.⁵⁰⁵

Martins afirma que não existe exclusão, isto é, o que chamamos de exclusão é, na verdade, uma contradição que faz vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes. Assim existem *processos de exclusão integrativa* ou *modos de marginalização* que são *expressão de uma contradição* no desenvolvimento da sociedade capitalista e que provocam *privação* de emprego, de consumo, de bem-estar, de direitos, e/ou de liberdade, em outras palavras: pobreza. A exclusão seria então o conjunto de problemas que acompanha a *inclusão precária e instável*, a *inclusão marginal*. Ora, na sociedade capitalista esta é uma “regra estruturante”: todos são de alguma forma desenraizados e excluídos. “A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica”.⁵⁰⁶ Hoje a exclusão adquiriu visibilidade porque o processo de inclusão demora mais tempo para se concretizar, o que implica em desgaste ou até degradação.

“A sociedade moderna está criando uma grande massa de população sobrando que tem pouca chance de ser de fato reincluída nos padrões atuais do desenvolvimento econômico. Em outras palavras, o período da passagem do momento da exclusão para o momento da inclusão está se transformando num modo de vida está se tornando mais do que um período transitório”.⁵⁰⁷

Devido à sua abordagem declaradamente antieconomicista, não é possível saber se quando Martins fala de “população sobrando” ele a concebe como *massa marginal* ou como *lumpemproletariado*, distinção que faremos adiante. De qualquer forma, se a *globalização* se trata apenas de um passo a mais dentro desse processo de *mundialização* iniciado pelo Ocidente cristão, a exclusão é uma traição aos ideais dessa sociedade moderna que se pensa universal, sem externalidades, assimilando e “civilizando” o que lhe é exterior. A *exclusão social* rompe a pretensa unidade da sociedade moderna de maneira que a cinde em princípios de solidariedade diversos. Uma sociedade dual não é, definitivamente, uma sociedade “moderna”.

⁵⁰⁵ Para Sousa Santos, “é errôneo reduzir a identificação, formação e estruturação das classes à estrutura econômica da sociedade. As classes são uma forma de poder e todo poder é político. O valor explicativo das classes depende das constelações de diferentes formas de poder nas práticas sociais concretas.” Daí a primazia que concede à política e à articulação, no ato político, da análise científica com o pensamento utópico. Sendo que a única utopia realista na virada do milênio seria a utopia ecológica e democrática. Sousa Santos, Boaventura. *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. São Paulo, Cortez, 2000, pp. 23-49.

⁵⁰⁶ Martins, José de Souza. *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo, Edições Paulinas, 1997, p.32.

⁵⁰⁷ Op Cit., p 33.

Nascimento se pergunta se este conflito (ou guerra) entre as partes (adversários ou inimigos?) de uma sociedade dual tem uma dinâmica de *destruição construtiva*, como diria Schumpeter, ou tem a dinâmica da *destruição destruidora*, como diriam os proudhonionistas?

“Mais ainda, a exclusão social parece ser antagônica à lógica interna do sistema capitalista: é como se não fosse mais necessário, em linguagem marxista, ampliar numericamente a exploração da força de trabalho para assegurar a reprodução ampliada. É como se o capitalismo dispensasse a procura de novas forças de trabalho a serem apropriadas. [...Se na Europa] a idéia da exclusão social é representada como sendo o resultado de um fracasso (ou de mudança) da sociedade moderna, a expressão de seu esgotamento ou mutação; no caso brasileiro, trata-se de uma modernidade que não se realizou, paralisando-se ou pervertendo-se [...] ambas com o mesmo resultado: a falência, hoje, do processo de integração social”.⁵⁰⁸

Segundo Nascimento, o conceito de *exclusão social* está mais próximo, como oposição, ao de *coesão social*, ou como sinal de ruptura, do conceito de *vínculo social*. “Numa perspectiva própria à sociologia de Durkheim, a *exclusão social* seria um dos efeitos secundários do processo de ruptura dos laços de *solidariedade orgânica*, próprios à sociedade moderna, por vezes ‘substituídos’ por laços de solidariedade tradicional refeitos, como parece sugerir o conceito de ‘tribo’ [...]”.⁵⁰⁹ Assim, numa primeira versão, o conceito sociológico de *exclusão social* refere-se sempre a um processo social de intolerância, rejeição, ou não-reconhecimento do outro. Trata-se de uma discriminação. Numa segunda acepção, este não-reconhecimento se traduz numa exclusão de direitos de grupos sociais inteiros que se tornam “desfavorecidos” (Paugam) ou “desfiliaados” (Castel),⁵¹⁰ e que podem ser generalizados como os “novos pobres”. Numa terceira interpretação, segundo Nascimento, a “nova exclusão”, o não-reconhecimento vai além da recusa de direitos, inserindo-se num processo de “não ter direito a ter direitos” (Hannah Arendt).

“Assim, a nova exclusão social se constrói num processo simultaneamente econômico, com a expulsão do mundo do trabalho, cultural, pela representação específica de não-reconhecimento ou negação de direitos, e social, através da ruptura de vínculos societários e, por vezes, comunitários”.⁵¹¹

Com o aumento da violência e da pobreza e a correlação, real ou ideológica, que se faz entre as duas, além do aumento da visibilidade das mesmas, a imagem social do pobre se transforma de um *incluído incômodo* em um *excluído perigoso*. Assim, o excluído moderno consiste num grupo social que se torna “**economicamente desnecessário**” (não participa sequer do *exército de reserva*, pois não tem acesso ao mercado de trabalho), “**politicamente incômodo**” (pois não participa cultural e simbolicamente da

⁵⁰⁸ Nascimento, Elimar Pinheiro. “A *Exclusão social* na França e no Brasil: Situações Aparentemente Invertidas. Resultados Quase Similares”. in: Dinis, E., Lopes, J.S.L. e Prandi, R. (orgs.). *O Brasil no Rastro da Crise*. São Paulo, ANPOCS/HUCITEC/IPEA, 1994, pp. 295-302.

⁵⁰⁹ Nascimento, Elimar Pinheiro. “Hipóteses sobre a Nova *Exclusão social*: dos Excluídos Necessários aos Excluídos Desnecessários”. *Cadernos CRH*, nº 21, jul-dez 1994, p. 30.

⁵¹⁰ Para **Castel**, a dimensão econômica não é o diferenciador essencial, bem como a questão apresentada não é a da pobreza. “O que se deve evidenciar são sobretudo, as relações existentes entre precariedade econômica e instabilidade social”. O trabalho como suporte privilegiado de inscrição na estrutura social, construindo zonas de *coesão social* quando há inserção e o trabalho é estável, ou, inversamente, levando à uma zona de *desfiliação*, quando há exclusão e isolamento. Intermediariamente, entre estas duas zonas, existe a chamada *vulnerabilidade social*, fruto da precariedade do trabalho ou da instabilidade social. Desta maneira, Castel se propõe a avaliar a *coesão social* de um conjunto social em um dado momento. Castel, (1998), Op Cit., Introdução.

⁵¹¹ Op Cit, p. 35.

institucionalidade) e “**socialmente ameaçador**” (pois o seu não-reconhecimento como igual representa uma ruptura social incompatível com a *modernidade*, o que o transforma em *excluído perigoso*). Tudo isto torna o pobre-excluído passível de ser “físicamente eliminado”. Segundo Nascimento, é este último aspecto que funda a “*nova exclusão social*”.

Uma outra questão é a contradição que há entre a funcionalidade ou não do *lumpemproletariado* em relação à acumulação capitalista no Terceiro Mundo, América Latina e Brasil. Para Luciano Oliveira, como se pode falar então em excluídos se os pobres estariam então “integrados” ao sistema econômico?

“Qual o sentido de falar em duas ordens de realidade, dos ‘incluídos’ e dos ‘excluídos’, se ambas são produzidas por um mesmo processo econômico, que de um lado produz riqueza e, de outro, miséria? E, mais que isso, se a miséria assim produzida se torna, ao que tudo indica, funcional para a acumulação de riquezas no pólo oposto?”⁵¹²

Muito bem, diz Luciano Oliveira, esse argumento⁵¹³ está filiado a uma corrente basicamente francesa de muita influência em vários países, inclusive o Brasil, desde os anos 60: o *estruturalismo marxista* ou *funcionalismo marxista*, que compreende autores como Althusser, Foucault, Poulantzas, e Bourdieu. Consiste em considerar a sociedade como um processo no qual os atores, enquanto sujeitos, estão ausentes, cumprindo apenas papéis e funções dentro das estruturas e sistemas. “A tese do ‘anti-humanismo teórico de Marx’, divulgada por Althusser, resume bem essa posição”. A visão antidualista de Francisco Oliveira partilha da mesma *épistémè*, para não dizer que chega aos mesmos resultados. Isto é: o imperativo de uma “oposição política global”, uma alteração global do sistema, como única forma de superar as estruturas de opressão e de exploração. Esta dicotomia torna-se presente porque a pobreza é constitutiva do capitalismo, sendo estrutural no capitalismo porque este é baseado na *superexploração* da mão-de-obra.

A hipótese de Luciano Oliveira é de que o olhar de hoje que vê os excluídos, e que os nomeia enquanto tal se insere em outro contexto intelectual diferente do da *épistémè* que caracteriza tanto o estruturalismo quanto o funcionalismo marxista. Estaria inserido dentro da noção de *vida social humana*, que tem suas raízes em Arendt, e que no debate está representada por Nascimento. Contra a “funcionalização” de conceitos e idéias, esta corrente entende o processo de acumulação global como negativo devido à sua desumanidade. A pobreza e a miséria seriam destrutivas da humanidade no homem. Ora, que mais desumano que sentimentos de hostilidade das pessoas “normais” em relação aos pobres estarem gerando até uma mentalidade exterminatória? Isto é fascismo diria Sousa Santos. Isto é neonazismo diz Luciano Oliveira.

Qual seria então a funcionalidade do conceito de *exclusão social*? Luciano Oliveira responde dizendo que: a) por um lado, “o ponto de vista antidualista é o mais apropriado, sob pena de cairmos no dualismo ingênuo e insuportável de achar que os miseráveis são os responsáveis pela própria miséria”; b) por outro lado, “ocorre que analisar o problema dos excluídos sob o viés econômico nada nos diz sobre a necessidade – que não é

⁵¹² Oliveira, Luciano. “Os excluídos Existem. Notas sobre a Elaboração de um Novo Conceito”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 33, 1997, p. 53.

⁵¹³ A análise em questão é a de **Francisco Oliveira** que diz que o crescimento não-capitalista do setor terciário no Brasil transfere permanentemente “mais-valia” para as atividades capitalistas na medida em que presta serviços com mão-de-obra mal remunerada. Assim, este setor “atrasado” estaria, desde um ponto de vista da acumulação global, integrado ao setor dinâmico. Ou seja, esse *lumpemproletariado* seria funcional ao sistema, na medida em que permite ao setor dinâmico e até às classes médias usufruir uma mão-de-obra *superexplorada*. Desta forma, fica claro que na análise de Francisco Oliveira o pobre não é *excluído*, mas sim *superexplorado*. Op Cit.

econômica, mas ética e política – de sua inclusão”.⁵¹⁴ Assim, é preciso demarcar que Luciano Oliveira se diferencia em parte da análise de Francisco Oliveira. Entretanto, vemos pelo item (b) que o grande argumento antiexclusão continua a ser **político**. Digo continua porque esse foi o nosso ponto de partida.

A questão principal, no entanto, é: com quais bases econômicas contamos para promover a transformação necessária para emancipar os miseráveis?

Neste ponto precisamos esclarecer a nossa posição. Se por um lado estamos de acordo com o posicionamento ético-político em torno à necessidade de se erradicar a miséria, do ponto de vista econômico observamos um duplo movimento social (a constituição de um *exército industrial de reserva* e o crescimento do *lumpemproletariado*) indicando tendências contraditórias dentro do próprio sistema capitalista. Assim, se politicamente é possível adotar uma posição ética antifuncionalista para combater a miséria, é preciso observar que a realidade coloca diante de nós um sistema com uma lógica interna própria (pobreza funcional ao sistema), bem como as múltiplas possibilidades de um sistema em crise (pobreza como substrato para uma alternativa ao sistema). Desta forma, estratégias alternativas concorrentes podem coexistir e confrontar-se com um sistema em crise, porém o problema persistiria.

Bom, mas se dissemos que o capitalismo reproduz a miséria dos mendigos e vagabundos e cria mais pobreza via *superexploração* e desemprego entre os trabalhadores (*inclusão desigual e subordinada*), conformando simultaneamente um *lumpemproletariado* planetário ao lado de um *exército industrial de reserva* superexplorado e globalizado, não se trata do mesmo tipo de erro? Afinal, a acumulação capitalista tem uma dinâmica de *destruição construtiva* (Schumpeter), ou tem uma dinâmica da *destruição destruidora* (Proudhon)? Qual a capacidade do sistema capitalista de promover a geração de excluídos e a acumulação de riquezas ao mesmo tempo, e até quando? De que maneira será possível promover a emancipação dos excluídos dentro deste sistema?

Partindo do princípio que para a simples existência de cidadania e de democracia plenas deve ocorrer, como um mínimo necessário, a erradicação da pobreza e a diminuição da desigualdade, temos que nos deslocar de um campo essencialmente *político* para um campo onde estão em causa os *processos econômicos*. Considerar o processo de reprodução da pobreza, bem como a constituição da “nova pobreza”, significa examinar o capitalismo na sua história, enquanto modo de produção e modelo de gestão econômica que dominou os últimos séculos da humanidade. Ou seja, as características como a racionalidade, a acumulação de riquezas, a separação das relações econômicas das sociais, a propriedade privada, o trabalho formal livre, a rede de mercados, a manufatura, e o extenso sistema monetário, são próprias de uma era que reproduz a pobreza que sempre existiu e até a incrementa. Nos últimos tempos a pobreza tem crescido por meio de políticas de desregulamentação das economias domésticas, aderência à estabilidade econômica, integração econômica global, privatizações, e flexibilização do mercado de trabalho, isto é, políticas de ajuste estrutural que se contrapõem ao sistema de Estado do Bem Estar Social. Podemos acrescentar a esses dois grupos de características a especificidade da região latino-americana que constitui uma parte dependente desse sistema capitalista. Como se sabe, a diferença de renda é muito grande *dentro* das nações, mas é maior ainda *entre* as nações sendo que esta é crescente, ou seja, o capitalismo mantém e aprofunda a desigualdade entre as nações.

⁵¹⁴ Op Cit., p. 60.

Assim, temos que o sistema de produção (capitalismo) num momento específico do seu desenvolvimento (globalização) e numa parte específica do sistema (periferia) revela um quadro de impossibilidade de promover a cidadania e a democracia apoiadas na sociedade civil, devido à situação de pobreza e desigualdade que sufoca os movimentos sociais e violenta os direitos humanos.

Ora, se processos como a industrialização, a urbanização e a modernização institucional não conseguem eliminar a pobreza, pode-se falar então numa *lógica excludente* do capitalismo. Segundo Telles,⁵¹⁵ a origem da pobreza está na incapacidade das nossas sociedades de universalizar direitos e enraizar a cidadania nas práticas sociais. Os efeitos igualitários da lei seriam anulados pelo *reiterado desreconhecimento do outro como sujeito de direitos legítimos*. A *questão social* seria então uma questão eminentemente *política*. Para além das circunstâncias adversas dos países na periferia do sistema, Telles quer encontrar responsabilidades políticas envolvidas na geração da pobreza dentro do processo de desenvolvimento das nossas sociedades. O enigma da perpetuação da pobreza estaria na *sociabilidade*, nos direitos como mediação necessária nas relações entre economia, sociedade e Estado.

Já Castel propõe uma reflexão sobre as *dinâmicas sociais globais* que seriam responsáveis pelos desequilíbrios atuais, numa tentativa de enfrentar a exigência de controlar a relação entre a lógica econômica e a coesão social, e evitar que as pessoas se tornem “inválidas pela conjuntura”, isto é, que a transformação recente das regras do jogo social e econômico as marginalize. Com isso Castel pretende desmascarar as políticas sociais de Estado que focalizam sua ação sobre determinada população-alvo (mendigos, vagabundos) para restituir a “realidade sociológica” de que se tratam de pontos extremos de uma *vulnerabilidade de massa* que afeta grandes camadas populares. Também e sobretudo alerta para a necessidade de se intervir de modo preventivo nos fatores de desregulação da sociedade salarial. Por último, propõe “distinguir cuidadosamente os processos de exclusão do conjunto dos componentes que constituem, hoje, a *questão social* na sua globalidade”.⁵¹⁶ Isto é importante, porque quando se fala em exclusão pode se falar de política, economia ou sociedade, de Estado, de sociedade civil ou de capitalismo.

Na verdade, quando penetramos na simbologia da sociedade, e fazemos aparecer as apostas sociológicas dos modos de representação e de qualificação do mundo social. Ao decifrar o que faz dos homens estruturas que se contrapõem a outros homens enquanto estruturas, é que podemos tratar do fenômeno da pobreza como uma concorrência entre *apostas sociológicas dos modos de representação e qualificação do mundo social*. Assim, para Fassin,⁵¹⁷ ao lado da *questão social*, surgem **topologias sociais**: conceitos como *exclusion* na França, *underclass* nos Estados Unidos e *marginalidad* na América Latina.

Ao lado da *nova questão social* surgem “novas topologias sociais”. Assim, a noção de *exclusion* se refere à concepção durkheimiana de vínculo social. Já a noção de *underclass* deve um pouco à teoria das classes sociais, apesar de ser pouco articulada como conceito. A gênese da *marginalidad* a identifica como inscrita no modelo da dependência, que pensa o desenvolvimento em nível mundial por meio da oposição centro/periferia. O ponto em comum das três topologias é que apresentam como uma realidade descontínua a continuidade do mundo social. As palavras têm peso: os termos escolhidos para qualificar a

⁵¹⁵ Telles, Vera da Silva. *A Cidadania Inexistente: Incivilidade e Pobreza*. São Paulo, FFLCH/USP, Tese de Doutorado, 1992, Introdução e Cap I.

⁵¹⁶ Castel, “As Armadilhas da Exclusão” in: Castel *et alii* (1997), Op Cit., p. 45.

⁵¹⁷ Fassin, Didier. “Exclusion, Underclass, Marginalidad”. *Revue Française de Sociologie*, XXXVII, 1996, pp. 37-75.

pobreza urbana participam da estigmatização das vítimas. Eles fornecem um sistema de classificação que é ao mesmo tempo um dispositivo de desclassificação. Há uma ambivalência ideológica nessas noções, pois elas servem para denunciar tanto a pobreza como os pobres. O que é grave, dado que o modo de designação dos pobres orienta atitudes e legítimas políticas em relação a eles.

Esses termos são tentativas de organizar mental e praticamente os fenômenos (“problemas sociais”) posicionando-os em relação à ordem social. Ao se referir a um “problema social” heterogêneo e mutante – a exclusão – acabam por se estruturar em torno aos princípios que fundam a ordem social. São termos usados menos como conceitos e mais como argumentos devido à sua indeterminação estrutural. Levando em conta esta crítica de Fassin, ainda assim acreditamos que, compreendendo uma *questão política* (Telles) e participando de uma *realidade sociológica* (Castel), a *questão social* se vincula com as transformações, possibilidades e limites de uma *realidade econômica*.

Se a pobreza relativa em nível internacional é marcada pelo desenvolvimento do capitalismo, este certamente produz uma crescente desigualdade na distribuição da renda entre nações pobres e ricas. Korzeniewicz e Moran⁵¹⁸ chegam a conclusão que a desigualdade entre os países é o componente mais significativo da composição da desigualdade da renda no mundo, pois, entre 1965 e 1992, a desigualdade *entre nações* cresceu de 78,8% para 85,6% do total da desigualdade de renda mundial, enquanto que a desigualdade *dentro das nações* passou de 21,2% a representar apenas 14,4% deste total. Mas não podemos esquecer que estes componentes se somam: a proporção da renda de 20% dos *países* mais ricos e da renda dos 20% mais pobres era, em 1988, de 65 para um. Mas a proporção das 20% *pessoas* mais ricas sobre os 20% mais pobres era de 140 para um.⁵¹⁹ Todas as camadas de renda, exceto os 20% mais ricos, perdem terreno na distribuição da renda entre 1965 e 1992. Isto, ao contrário do que se pensa, não se deve ao aumento populacional nos países de renda baixa. Segundo esse mesmo estudo, se tivéssemos taxas de crescimento populacional idênticas em todo o mundo, a desigualdade de renda não seria significativamente diferente.

A emergência de problemas globais (epidemias, crime organizado, terrorismo, narcotráfico, mudanças climáticas, *exclusão social*, etc.) carregaram de significado o processo de internacionalização dos direitos do homem, enquanto direitos positivos incorporados a um *processo de desenvolvimento* — “econômico, social, cultural, político, sustentável, humano, integral e solidário” (PNUD) — que hoje já percebe a miséria como negação manifesta dos direitos fundamentais. Este *universalismo*, que permeia desde agências da ONU até instituições e movimentos cristãos, por exemplo, bem como o *internacionalismo* do movimento operário e socialista, estão sendo desafiados pelo *globalismo* (derivado de um *cosmopolitismo* liberal) que contesta o *princípio de equidade* presente nos outros dois movimentos. Trata-se de uma *ideologia* que sempre esteve presente nas doutrinas imperialistas das grandes potências e que hoje assume como irreversível o avassalador processo que tende a fazer dos mercados globais e das empresas transnacionais as duas únicas forças que importam. Dito de outra forma, as forças sociais dominantes produzem uma dinâmica ideológica (*globalismo*) que se impõe à *questão social* enquanto imperativo de redirecionamento do processo de desenvolvimento das sociedades.

Vemos então que o movimento de democratização das sociedades, enquanto promoção da equidade social e constituição da cidadania integral dos destituídos,

⁵¹⁸ Korzeniewicz e Moran, Op Cit.

⁵¹⁹ PNUD. *Human Development Report 1992*. New York, Oxford University Press, 1992, p. 36.

encontra um inimigo poderoso na figura da realidade contraposta da *ideologia* e das forças sociais que promovem a *modernização conservadora* na era da globalização.

Neste sentido, entendemos que a luta do *internacionalismo* e do *universalismo* contra o *globalismo*, mais que se enquadrar numa dualidade entre *direitos sociais* de uma ordem legal *versus* realidade da *exclusão social*, isto é, numa dualidade *coesão social versus lumpencidadania*, se inscreve no contexto de uma *superexploração do trabalho* e nas alternativas reais que o sistema capitalista permite que visualizemos para sua superação. Isto é, o discurso e a prática política e a evolução da questão social convergem para a realidade econômica, exatamente por inscrever-se nesta para traduzirem as suas orientações, pois é desta realidade econômica que lhes advém os maiores desafios. Assim, este regime de acumulação capitalista e suas conseqüências sociais, a pobreza e a desigualdade, seriam então as principais causas de enfraquecimento da *sociedade civil* frente ao Estado e ao mercado. Em suma, temos como certo que a *inclusão marginal e subordinada* das pessoas no sistema pode ser entendida *politicamente e socialmente* como o drama humano da *exclusão social*, sendo necessário lutar pela *erradicação da miséria*. Mas, por outro lado, vemos que o duplo movimento da sociedade capitalista contemporânea de criar um *lumpemproletariado* (pobreza como substrato para uma alternativa) ao lado de um *exército industrial de reserva* (pobreza funcional ao sistema) revela tendências da realidade econômica *dentro* do sistema que apontam para soluções diversas da *questão social*.

Se a *possibilidade democrática* das sociedades contemporâneas passa pela erradicação da miséria, restam, dizíamos, duas hipóteses diante do quadro acima: 1) é preciso uma **transformação qualitativa** do sistema capitalista, isto é, reformas profundas no Estado, na sociedade e na economia mundial; ou 2) será necessária a **superação** do sistema capitalista, em direção a uma sociedade socialista global. A primeira hipótese diz respeito a um *modelo de crescimento econômico neoliberal* que seria estruturalmente incompatível com a promoção do desenvolvimento humano nas sociedades contemporâneas. A segunda hipótese diz respeito ao *modo de produção capitalista* cujo padrão de acumulação imanente estaria em contradição com *qualquer* sistema de distribuição democrática do excedente produzido, pois seria fruto de apropriação econômica e dominação política.

Como queremos “escapar do dilema bolchevismo X social-democracia” e pelo contrário, estabelecer um “diálogo crítico com o pós-comunismo e com a pós-social-democracia”,⁵²⁰ preferimos avançar na discussão pelo caminho que as duas hipóteses possam ter em comum.

⁵²⁰ A **fratura no universo socialista** entre os social-democratas e os comunistas teria ocorrido sobretudo a partir do episódio do assassinato de Rosa Luxemburgo. Esta fratura não seria somente política, mas também moral. Garcia, Marco Aurélio. “A Social-Democracia e o PT”. *Teoria e Debate*, nº 12, nov 1990, p. 56. Garcia, Marco Aurélio. “Leninismo e Social-democracia na História” in: VVAA. *O PT e o Marxismo*. Cadernos de Teoria e Debate, São Paulo, Partido dos Trabalhadores, 1991.

2. A Cidadania na Sociedade Global

While the workingmen, the true political powers of the North, allowed slavery to defile their own republic, while before the Negro, mastered and sold without his concurrence, they boasted it the highest prerogative of the white-skinned laborer to sell himself and choose his own master, they were unable to attain the true freedom of labor, or to support their European brethren in their struggle for emancipation; but this barrier to progress has been swept off by the red sea of civil war.

The workingmen of Europe feel sure that, as the American War of Independence initiated a new era of ascendancy for the middle class, so the American Antislavery War will do for the working classes. They consider it an earnest of the epoch to come that it fell to the lot of Abraham Lincoln, the single-minded son of the working class, to lead his country through the matchless struggle for the rescue of an enchained race and the reconstruction of a social world.

Da Associação Internacional dos Trabalhadores para
Abraham Lincoln, Presidente dos Estados Unidos da América.
Escrito por Karl Marx em 1864

Após a queda do *comunismo burocrático*, as forças neoliberais promovem uma celebração da “transição democrática” como triunfo do “modo neoliberal de governar”, vinculando a democracia formal com o capitalismo realmente existente, acompanhado de uma ideologia e de mecanismos de controle social que impedem o processo de construção de referências públicas políticas e de universalização ética dos direitos da cidadania. O escândalo é exatamente esse: que o mercado possa gerar regras de sociabilidade para pessoas como se fossem *mônadas* econômicas. Este é o ápice de um processo no qual o neoliberalismo destrói a concepção democrática de sociedade e a própria idéia de política. Sobre a aparente igualdade dos indivíduos no mercado, na troca mercantil, sabe-se, desde Marx, que propriedade privada enquanto *propriedade de si* e, portanto, *direto de si*, não passa de uma igualdade vazia e ideológica. Trata-se, portanto, de uma *ideologia* que pretende, em nome da liberdade (livre arbítrio), fazer da sociedade uma expressão do mercado.⁵²¹

Desta forma, essas forças econômicas da globalização reduzem e até anulam a capacidade dos Estados-Nacionais de se contraporem aos mercados em nome dos *direitos sociais* e do cidadão. O que sustentamos é que esta configuração tende a ser ainda mais excludente que a anterior. Há, então, uma *ordem social global* na qual a *gestão capitalista da crise*, que se esconde por trás do discurso triunfante do *pensamento único* e da *ideologia do globalismo*, forma uma coalizão de classes que configura o movimento político do neoliberalismo (ou *neoconservadorismo*, como quer Habermas).⁵²² Este se iniciou no pós-guerra, cristalizou-se nos governos Reagan e Thatcher, e se caracteriza pelos seguintes pontos:

⁵²¹ Salama e Valier contrapõem o *liberalismo radical de Friedrich Hayek* ao *liberalismo social* – baseado na idéia de contrato social e combinando princípios de liberdade e de equidade – de *John Rawls* como pólos principais das doutrinas liberais, cuja mistura eclética resultaria num liberalismo “que atribui ao mercado um papel determinante na formação, na organização e na evolução das relações sociais, sendo o mercado apreendido em seu significado primordialmente econômico de interação dos comportamentos comerciais dos sujeitos econômicos”. Assim, o mercado assumiria uma primazia determinante sobre as relações sociais. Salama e Valier (1997), Op Cit., pp. 129-154.

⁵²² Habermas, Jürgen. “La crisis del Estado de Bienestar y el Agotamiento de las Energías Utópicas” in: _____. *Ensayos Políticos*. Barcelona, Península, 1988, p. 126.

“Primero: una política económica orientada hacia la oferta ha de mejorar las condiciones de capitalización y poner de nuevo en marcha el proceso de acumulación. [...] Segundo: los costes de legitimación del sistema político han de reducirse. La “inflación de expectativas” y la “ingobernabilidad” son términos para una política que se orienta hacia una desvinculación mayor entre la administración y la formación pública de la voluntad. [...] Tercero: por último, se exige que la política cultural opere en dos frentes. De un lado, tiene que desacreditar a los intelectuales [...]. Por otro lado, es necesario seguir cultivando los poderes de la ética convencional, del patriotismo, de la religión burguesa y de la cultura popular. Éstos existen con el fin de compensar al mundo vital privado por las cargas personales y para defenderlo de la presión de la sociedad competitiva y la modernización acelerada”.⁵²³

Esta visão dos *neoconservadores* contrasta com a dos *legitimistas* (social-democratas “de direita”) apenas na crítica ao Estado do Bem Estar Social, uma vez que ambas compartilham a “visão produtivista”. Ou seja, que a sociedade somente pode ter “uma função passiva frente aos motores verdadeiros da modernização social, isto é, o Estado e a economia”. A ênfase dos *legitimistas* no Estado e a dos *neoconservadores* na economia não impede a sua concordância com esse processo de *modernização social conservadora*. A contestação ao sistema cabe então aos *dissidentes* (esquerda).

“Únicamente los disidentes de la sociedad industrial parten del supuesto de que el mundo vital está igualmente amenazado por la mercantilización y la burocracia y ninguno de los dos medios, poder o dinero, es “más inocente” que el otro en principio. Solamente los disidentes consideran necesario que se fortalezca la autonomía de un mundo vital que está amenazado en sus fundamentos vitales y en su estructura interna comunicativa. Solamente ellos reclaman que se rompa o, por lo menos, se contenga la dinámica propia de los subsistemas que organizan el poder y el dinero por medio de formas de organizaciones autogestionadas próximas a la democracia de base. [...] Los disidentes de la sociedad industrial son los herederos del programa del Estado social [Welfare State] en su componente democrático radical que los legitimistas han abandonado”.⁵²⁴

Já não se trata de contrapor uma lógica pública a outra privada, porque tanto o Estado quanto o mercado promovem a modernização social nos moldes do *globalismo*, pois são componentes da mesma estrutura de poder global. Para os *dissidentes* trata-se de organizar âmbitos públicos autônomos e auto-organizados. Surge então a tarefa de possibilitar a “generalização democrática de interesses e a justificação universalista de normas *por baixo* dos aparelhos dos partidos” e voltados para combater os âmbitos de ação orientados por meio do dinheiro e do poder administrativo. Enfim, se a dominação política dos *legitimistas* e dos *neoconservadores* conta com as forças econômicas do mercado e com os aparelhos estatais, como a configuração do capitalismo contemporâneo e a força ideológica do neoliberalismo podem ser superadas para que o processo de desenvolvimento possa significar a erradicação da pobreza como um mínimo de cidadania possível nas nossas sociedades?

Se for verdade que, como quer Sachs, ainda se pode pensar que “embora a globalização tenha reduzido a autonomia do Estado-nação, resta certo grau de liberdade que deve ser usado para criar um espaço econômico para busca dos interesses nacionais e objetivos de desenvolvimento”,⁵²⁵ é preciso, como alertam Arato e Cohen, pensar numa

⁵²³ Op Cit., pp. 126-127.

⁵²⁴ Idem, p. 128.

⁵²⁵ Sachs, Ignacy. Op Cit., p. 221.

“utopia democratizadora permanente e autolimitada, sem a qual o projeto dos movimentos sociais não será capaz de evitar um fundamentalismo autodestrutivo”.⁵²⁶ Estes últimos autores então desenvolvem a teoria social dualista de Habermas (*sistema / mundo da vida*) na medida em que reconstruem o conceito de *sociedade civil*.

“A tese habermasiana acerca da existência de dois subsistemas diferenciados em relação ao mundo da vida [família: espaço privado; e opinião pública: espaço público] implica em um modelo que corresponde a um marco tripartite de corte gramsciano. É possível, sem muita dificuldade, identificar o Estado e o mercado com os dois subsistemas [mercado-privado e Estado-público]. O conceito de integração sistêmica constitui uma primeira aproximação dos mecanismos pelos quais a economia capitalista [mercado] e a administração burocrática [Estado] moderna coordenam a ação. Além do mais, o conceito de integração social do mundo da vida, pela compreensão interpretativa de um consenso normativamente assegurado e comunicativamente reproduzido, aponta o espaço no qual o conceito hermenêutico de sociedade civil pode localizar-se. No entanto, não parece auto-evidente que o conceito de mundo da vida possa traduzir-se em um conceito de sociedade civil. Pelo contrário, cada um dos conceitos parece operar em um nível categórico distinto. [...] Todavia, e esse ponto é para nós extremamente relevante, a diferenciação estrutural do mundo da vida (um aspecto dos processos de modernização) se dá por intermédio da emergência de instituições especializadas na reprodução de tradições, solidariedades e identidades. É esta dimensão do mundo da vida a que melhor corresponde ao nosso conceito de sociedade civil”.⁵²⁷

Essas instituições nada mais são do que os *direitos de reprodução cultural*, os *direitos garantidores da integração social* e os *direitos asseguradores da socialização*. Isto porque, no domínio dos direitos, a lei assegura o que foi alcançado por atores sociais autônomos. Portanto, os direitos universais devem ser vistos enquanto princípio organizativo de uma sociedade civil moderna cuja instituição dinâmica é a esfera pública. A oportunidade conjuntural de criação de um espaço econômico que visa um desenvolvimento nacional (Sachs),⁵²⁸ é então ultrapassada pela importância estratégica de se efetivar a construção de um *espaço público* que garanta o direito ao desenvolvimento e os direitos que o desenvolvimento traz. Desta forma, desenvolve-se a aposta de Habermas numa ética da *ação comunicativa* que permita o surgimento de um *espaço público* de diálogo tecido numa *intersubjetividade racional*, tematizando assim, como afirma Chauí, a liberdade exclusivamente como *praxis*. Da mesma forma, Arendt⁵²⁹ define a política como ação comum dos homens. O que importa é que estes pensadores

⁵²⁶ Arato, Andrew e Cohen, Jean. “Sociedade Civil e Teoria Social” in: Avritzer, Leonardo. *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte, Del Rey, 1994, p. 150.

⁵²⁷ Op Cit., pp. 152-154.

⁵²⁸ Reafirmando a tese de Sunkel, Sachs coloca como necessário “transcender a dicotomia entre o crescimento para dentro e para fora em busca de um *desenvolvimento de dentro para fora*.” Ou seja, depois de passada a fase “estruturalista” de crescimento e industrialização *hacia adentro* dos Estados nacional-populistas ou desenvolvimentistas, precedida por uma fase de crescimento *hacia afuera* que prevaleceu até os anos 1930, Sunkel pretende renovar o ideário estruturalista (“*desarrollo hacia afuera*” o “*hacia adentro*”) ao elaborar políticas em torno do conceito de “**desarrollo desde dentro**”. Sachs o apóia. Sachs, Ignacy. “Desenvolvimento numa Economia Mundial Liberalizada e Globalizante: um Desafio Impossível?” *Estudos Avançados*, vol. II, nº 30, mai-ago 1997, pp. 213-242; Sunkel (1995), Op Cit., pp. 15-59.

⁵²⁹ Hannah Arendt escreveu sobre a diferença de caráter entre a riqueza e a propriedade: “Originalmente, a **propriedade** significava nada mais nada menos que o indivíduo possuía seu lugar em determinada parte do mundo e portanto pertencia ao corpo político, isto é, chefiava uma das famílias que, no conjunto, constituíam a esfera pública”. De origem completamente diferente, a importância política da **riqueza** privada deriva do fato de a posse de riqueza disponibilizar o seu possuidor para a atividade pública. Esta diferença entre riqueza e propriedade é encoberta pelo mesmo papel de relevância que ambas têm: o de ser a **principal condição para admissão do indivíduo à esfera pública e à plena**

“exprimem de maneiras variadas os dois problemas que o cristianismo legou para a modernidade: como conservar a idéia de que a virtude é poderio da razão sobre as paixões e como voltar a politizar a ética da liberdade? Em outras palavras, como pensar a relação e a diferença entre o espaço privado e o espaço público? [...Neste tema] está aberto o problema moderno da relação entre ética e política, a primeira colocada pela modernidade como esfera da vida privada, e a segunda, como esfera da vida pública”.⁵³⁰

Na construção teórica de Chauí, distingue-se totalitarismo de despotismo. No primeiro, não há esfera privada (ética), no segundo, não há esfera pública (política). “O déspota impede o surgimento do campo político; e o chefe totalitário, do campo social”.⁵³¹ Se antes falávamos em *globalitarismo*, quando dizíamos que o neoliberalismo é um *pensamento único* em torno de uma coalizão de forças sociais que estão no poder e que impede a emergência da *questão social*; fala-se agora em despotismo para denunciar o mesmo neoliberalismo como privatização ilimitada do público, pois promove o controle das sociedades pelas forças do mercado.

“O ‘fim da política clássica’ encontra-se nesse primeiro deslizamento do republicanismo para o liberalismo, isto é, da teoria clássica do indivíduo como um ser ativo e cívico, diretamente participante de res publica de acordo com sua medida, para uma teoria na qual ele aparece principalmente como consciente de seu interesse, dando apenas uma contribuição indireta para aquela atividade mediadora pela qual o governo consegue a reconciliação dos conflitos e faz disso o único bem comum existente. Surge a república dos interesses representados como sociedade política em expansão. E a expansão federalista [Madison] se tornará, pouco a pouco, expansão imperialista, pois o liberalismo e o capitalismo, propondo a teoria da fronteira em expansão, operam no espaço público por meio de uma ideologia geopolítica”.⁵³²

No entanto, parece que esta análise está em conflito com os autores sobre os quais escrevíamos antes, uma vez que Chauí os aponta como “exemplos de como a ideologia pós-moderna [neoliberal] passou a determinar o pensamento dos ‘últimos modernos’ [Adorno, Arendt e Habermas].” Exemplo disso seria “abandonar” o paradigma do **trabalho** pelo da **comunicação**,⁵³³ como forma de reciclar a utopia de um espaço público do qual a ética não estaria ausente.

cidadania. Continua Arendt: “O dito de Proudhon – que a propriedade é um roubo – tem sólida base de verdade nas origens do moderno capitalismo; e é particularmente significativo que até mesmo Proudhon tenha hesitado em aceitar o duvidoso remédio da expropriação geral, por saber muito bem que a abolição da propriedade traria, com toda probabilidade, o mal ainda maior da tirania. Uma vez que ele não via diferença entre propriedade e riqueza, os dois critérios parecem contraditórios em sua obra, o que, de fato, não são. A longo prazo, a apropriação individual de riqueza não tratará com maior respeito a propriedade privada que a socialização do processo de acumulação. A privatividade, em todo sentido, pode apenas estorvar a evolução da ‘produtividade’ social e, portanto, quaisquer considerações em torno da posse privada devem ser rejeitadas em benefício do crescente processo de acumulação de riqueza social. E isto não é uma invenção de Karl Marx, mas está, na verdade, contido na própria natureza dessa mesma sociedade”. Arendt (1993), Op Cit., pp. 70-78.

⁵³⁰ Chauí, Marilena. “Público, Privado, Despotismo” in: Novaes, Adauto (org.). *Ética*. São Paulo, Cia das Letras, 1996, p. 353.

⁵³¹ Op Cit., p. 371.

⁵³² Idem, pp. 379-380.

⁵³³ Lukács acredita que o trabalho se configura como *referencial ontológico fundante da práxis social*, no sentido em que o trabalho participa de gênese de toda a liberdade. Antunes corrobora Lukács e afirma que não pode concordar com Habermas “quando ele confere à esfera comunicacional o papel de elemento *fundante* e estruturante do processo de socialização do homem. [...pois é] o trabalho que possibilita pela primeira vez no ser social o advento do ato teleológico interagindo com a esfera da causalidade. [...] Ao operar com a disjunção analítica essencial entre *trabalho* e *interação*, entre *práxis laborativa* e *ação comunicativa*, entre *sistema* e *mundo da vida*, perde-se o momento em que se realiza a

Anteriormente, ao falarmos das características da *exclusão social*, inclusão *desigual e subordinada* dos “novos pobres”, dizíamos que a realidade atual não promove o trabalho enquanto fonte de direitos. Ao nosso ver, há diferenças claras de perspectiva: não somente na terminologia (liberalismo X neoliberalismo ou neoconservadorismo), mas também na problemática (mundialização X globalização). Isto é, se chegamos a diferenciar as condições de apropriação, exploração e dominação que produzem uma pobreza “histórica”, de uma *nova questão social*, que produz a *exclusão social* de formas diferenciadas, porquê não poderíamos reavaliar as dicotomias ética/política, público/privado, estado/mercado levando em conta uma conceituação mais adequada para fazer frente, não somente a este *globalismo*, mas também à realidade social que o sustenta? Neste sentido é que retomamos a dicotomia habermasiana entre lógica do *sistema* e do *mundo da vida*, e a divisão tripartite Estado, mercado e sociedade civil.

De acordo com a perspectiva epistemológica de Habermas, não há neutralidade nas ciências, pois o *interesse* está presente no processo de conhecimento: seja como interesse técnico de dominação da natureza, que se traduz na *ação instrumental*, seja como interesse da comunicação, presente nas ciências sociais, que se traduz na *ação comunicativa* cujo objetivo é o entendimento mútuo entre os homens. “Se o conhecimento instrumental permite ao homem satisfazer suas necessidades [perante a natureza...]; o conhecimento comunicativo o impele a emancipar-se de todas as formas de repressão social”.⁵³⁴ Este conhecimento comunicativo “competente” (*teoria da competência comunicativa*) produz *enunciados* em um *discurso teórico* que são considerados legítimos ou ilegítimos quando o *discurso prático* desemboca num *consenso*. A função da ideologia é exatamente impedir a abertura de *discursos práticos*, impossibilitando que as normas e instituições sejam tematizadas discursivamente na medida em que estas são objetos de visões de mundo religiosas ou metafísicas. Na luta por um *modelo de ação comunicativa pura* (forma de interação e de organização social caracterizada pela eliminação de todas as formas de coação externa — social, econômica e política — e interna — inconsciente), a *argumentação comunicativa* (dos *discursos práticos* “discursivamente competentes”) não prescinde da *ação estratégica* (aquela que visa a competição pelo poder) nem da elucidação pedagógica (discurso “terapêutico”) a fim de neutralizar a ideologia tecnocrática atual (*globalismo*). Esta última, “tenta legitimar o poder com a estratégia, historicamente nova, de negar a existência de um poder a ser legitimado”.⁵³⁵ Daí a ineficiência dos discursos que tentam denunciar a estrutura de poder mundial da atualidade como “despótica” ou “totalitária”.

De discursos sem efetividade no embate contra o neoliberalismo, passaremos a um determinado discurso sem possibilidade de construção de uma alternativa para a questão que tratamos, uma vez que está desprovido de positividade, ou melhor, faz da própria negação a sua positividade. O *dissenso*, a negação da ordem, de qualquer ordem, qualquer negação de qualquer ordem não pode, acreditamos, oferecer alternativas políticas, quanto menos sociais e econômicas, para a questão da pobreza e da desigualdade. A incapacidade desse discurso com relação à *questão social* deriva do fato desta última também necessitar de uma *ordem*, de uma

articulação inter-relacional entre teleologia e causalidade, entre mundo da objetividade e subjetividade, questão nodal para a compreensão do ser social.” Habermas erraria ao fazer uma secção binária, dualista, entre *sistema* e *mundo da vida*, pois ambos não são subsistemas que possam ser separados entre si, mas partes integrantes de uma totalidade social. Se para Habermas acontece uma autonomização da intersubjetividade - cabendo à esfera da linguagem e da razão comunicativa um sentido emancipatório - em Lukács, ao contrário, a subjetividade é um momento constitutivo da *práxis social*. Antunes (1999), Op Cit., pp. 135-165.

⁵³⁴ Freitag, Barbara e Rouanet, Sérgio P. Habermas. São Paulo, Ática, 1993, Coleção Grandes Cientistas Sociais, p. 13.

⁵³⁵ Op Cit., p. 22.

organização social que garanta a melhor distribuição de renda, riqueza, propriedade, poder e informação. Rancière⁵³⁶ parece enquadrar-se nesta crítica quando — reconhecendo até o significado duplo da democracia: *demos* como povo (pobres) ou como totalidade da comunidade (tudo) — opta por dizer que “os sujeitos políticos são potências de enunciação e de manifestação do litígio que se inscrevem como algo a mais, algo sobreposto, em relação a qualquer composição do corpo social”. Ao criticar “o discurso atualmente dominante que identifica a racionalidade política ao consenso e o consenso ao princípio mesmo de democracia”, ele identifica a política com a irracionalidade, com o dissenso, com essa onipotência dos sujeitos políticos que não se submetem a *nenhuma* ordem e que somente se reconhecem na igualdade total. Ora, se isto é “*política*” e a política (“conjunto dos processos pelos quais se operam a agregação e o consentimento das coletividades, a organização dos poderes e a gestão das populações, a distribuição dos lugares e das funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição”) é chamada de “*polícia*”, não nos surpreende que Rancière diga que “essa igualdade [...] não se inscreve diretamente na ordem social”, constituindo-se apenas uma “perturbação sensível”. Não é essa “igualdade” que será a fonte pela qual poderemos diminuir a pobreza e a desigualdade das sociedades do planeta. Então, voltemos à questão.

Lefort põe em evidência a dimensão simbólica dos direitos do homem para reconhecer que ela se tornou constitutiva da sociedade política. Assim, “conservar somente a subordinação da prática jurídica à conservação de um sistema de dominação e de exploração, ou confundir o simbólico e o ideológico, impede ver a lesão do tecido social que resulta da denegação do princípio dos direitos do homem no totalitarismo”.⁵³⁷ Se ao questionar a sociedade (ordem estabelecida) se questiona a estrutura jurídica desta, esta oposição pode se dar por uma *oposição de direito*. “O Estado de direito sempre implicou a possibilidade de uma oposição ao poder fundada sobre o direito”. Então, afirma ele que a luta pelos direitos do homem torna possível uma nova relação com a política, pois a dimensão simbólica do direito, ao impedir a petrificação desta em leis, inscreve permanentemente novos direitos por meio de reivindicações que contestam a imagem do poder de Estado. Lefort diz isso para combater a visão revolucionária de que somente a conquista do Estado seria a condição para o novo. Segundo Lefort, o marxismo ignora a *dimensão simbólica* do direito e se preocupa apenas com a *luta política*, tendendo, portanto, ao totalitarismo. Mas, ao fazer a crítica ao marxismo, Lefort descarta a possibilidade de uma *luta estratégica pelo poder* (dimensão social) articular-se com uma *intersubjetividade comunicativamente compartilhada*⁵³⁸ (dimensão simbólica).

⁵³⁶ Rancière, Jacques. “O Dissenso” in: Novaes, Aauto (org.). *A Crise da Razão*. São Paulo, Cia das Letras, pp. 367-377.

⁵³⁷ Lefort, Claude. *A Invenção Democrática. Os Limites da Dominação Totalitária*. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 56.

⁵³⁸ No quadro de uma *Teoria Crítica* enquanto forma de investigação capaz de integrar diferentes disciplinas das ciências humanas num “materialismo interdisciplinar”, **Habermas** mantém que a *racionalidade comunicativa* é uma perspectiva utópica que está arraigada nas próprias condições da socialização comunicativa dos indivíduos, está inscrita no meio lingüístico da reprodução da espécie. “Para decirlo en otros términos, lo que Habermas busca es una noción de identidad de yo que se centre en torno a la capacidad para realizarse *uno mismo* bajo las condiciones de una *intersubjetividad comunicativamente compartilhada*. [...] Consecuentemente, las condiciones de la racionalidad comunicativa, del reconocimiento intersubjetivo racionalmente motivado de normas, cobra mayor significación empírica para los procesos de reproducción social.” Desta forma, Habermas trata de reconstruir um enfoque marxista que faz derivar as formas patológicas de reprodução *simbólica*, não da racionalização mesma do *mundo da vida*, mas das coerções dos processos de reprodução material. Alternativamente, afirma que se a humanidade se mantém por ações socialmente coordenadas de seus membros - baseando-se em certas esferas numa comunicação endereçada a um consenso - então a reprodução social requer **também** uma racionalidade imanente à *ação comunicativa*. Na verdade, Habermas considera que ambas *estratégias conceituais* (*mundo da vida e sistema*) quando tomadas separadamente resultam unilaterais. Para McCarthy, “la teoría de la sociedad requiera una combinación de ambas, de la perspectiva internalista del participante con la perspectiva externalista del observador, del análisis hermenéutico y estructural con el análisis funcionalista y sistémico, del estudio de la integración

Acreditamos que ele cai em erro simetricamente oposto ao substituir o *poder social* pela *dimensão simbólica*:

“Reformista e revolucionaristas são cegos no tocante à função simbólica do poder e obcecados pela apropriação de sua função de fato, a de um domínio do funcionamento da organização social. E esta cegueira, e esta obsessão não somente têm as mesmas causas como os mesmos efeitos: as lutas que se desenvolvem a partir dos diversos núcleos da sociedade civil só são apreciadas em função das oportunidades que oferecem, a curto prazo ou a longo prazo, de modificar ou de subverter as relações de forças entre os grupos políticos e a organização do Estado. Ora, pensamos que são essas lutas que se trata de libertar da hipoteca que fazem pesar sobre ela os partidos que têm vocação para o poder, pondo em evidência a idéia de uma transformação da sociedade por movimentos apegados à sua autonomia”.⁵³⁹

Entendemos que uma solução global para o problema da pobreza como a que reclamamos aqui, não pode prescindir de uma luta política para além da reivindicação por direitos: luta pela conquista do poder do Estado sim; partidos com vocação de poder sim. O *sistema político* é o canal de ligação da sociedade civil com o Estado, onde deve haver representação da luta pela universalização da apropriação de direitos. A *ação estratégica* consiste exatamente na competição pelo poder dentro do *sistema político*, que pode (ou não) incorporar esta luta social pela erradicação da pobreza.

Assim, como em Habermas — e ao contrário de Weber (poder como violência) —, para Arendt o poder só é legítimo quando resulta de um **consenso**, sendo que aí ele não decorre de uma *ação instrumental*, mas sim de uma *ação humana solidária*. Porém, enquanto que para Arendt este é um *consenso original* que confere poder, para Habermas o consenso universal dos integrantes de um *discurso prático* que fundamenta a validade das normas e instituições e lhes confere legitimidade, somente pode ser alcançado

“quando as instituições que canalizam e asseguram a comunicação já estiverem liberadas de seus momentos repressivos. Nas sociedades modernas, pelo contrário, as instituições impedem a formação de um consenso livre: constituem barreiras externas à comunicação desinibida, comparáveis às barreiras internas das estruturas patológicas individuais, segundo o modelo freudiano. [...] A crítica fundamental de Habermas é que H. Arendt adere a um conceito aristotélico do político incompatível com as condições do Estado moderno e que no fundo tem implicações conservadoras”.⁵⁴⁰

Conservadoras, em primeiro lugar, porque na *polis* grega somente os cidadãos participam da formação do consenso, os demais são excluídos. Em segundo lugar, porque Arendt e Lefort, excluem do *sistema político* a *ação estratégica* que visa a competição pelo poder, e reduzem o político à esfera exclusiva da *ação comunicativa*, que visa o entendimento mútuo. Ora, para os gregos a *ação comunicativa* se dá dentro da *polis*, enquanto que a *ação estratégica* se desenvolve somente com as outras cidades. No entanto, como vimos, nas sociedades contemporâneas as *relações internacionais* se tornam cada vez mais importantes e incontornáveis, tanto em nível interestatal, quanto entre sociedades e economias. Fica, então, impossível admitir exclusivamente a *ação comunicativa* em um determinado espaço social.

“Habermas, no entanto, vê na ação estratégica um momento fundamental da ação política. Pois, na medida em que as condições para um

social con el estudio de la integración sistémica.” McCarthy, Thomas. *La Teoría Crítica de Jürgen Habermas*. Madri, Tecnos, 1987, pp. 446-479.

⁵³⁹ Lefort, Claude, Op Cit., p. 64.

⁵⁴⁰ Freitag, Barbara e Rouanet, Sérgio P. Op Cit., p. 24.

discurso prático não estão dadas, por não haver de maneira alguma um interesse em comum, a argumentação discursiva como forma de ação política fica excluída, e torna-se necessária a ação estratégica (como seria o caso da luta de classes)”.⁵⁴¹

Em suma, podemos dizer que “o ‘direito a conquistar o próprio direito à cidadania’ (Chauí) ou, em outros termos, o reconhecimento público do ‘direito a ter direitos’ (Arendt e Lefort) pode se processar e se exteriorizar no domínio público de modo a conferir legitimidade e credibilidade às instituições políticas”⁵⁴² **somente na medida em que discursos práticos penetram na realidade social concreta, transformando-a de maneira consensual.**

Isto é, para vencer as resistências políticas, econômicas e sociais dos grupos e classes sociais incrustados no poder e os seus mecanismos ideológicos (*globalismo*) e discursivos (*pensamento único*), é preciso que a *argumentação comunicativa* dos *discursos práticos* competentes se articule com a *ação estratégica* da competição pelo poder, e que, acompanhadas por uma elucidação pedagógica (terapêutica),⁵⁴³ permita que a organização social seja transformada nas diversas *formações sociais* contemporâneas, se possível alterando até o *modo de produção* capitalista.

Uma crítica a esta visão poderia dizer que ela carrega boa dose de *voluntarismo* na sua perspectiva. Porém, entendida, ela mesma, como *enunciado* de um *discurso teórico* (cujo centro seja a erradicação da pobreza e a diminuição radical da desigualdade) que será considerado legítimo se o *discurso prático* (intervenção de uma coalizão política e social na realidade concreta e empenho em transformá-la a partir deste ponto de vista) realmente se tornar *consensual*, então poderemos dizer que não se trata apenas de “energias utópicas”, mas talvez da única forma de se pensar (teoria) e construir (*praxis*) uma solução global para a questão da pobreza e da desigualdade no mundo em que vivemos.

Para entender a questão de uma maneira paralela, pode-se recorrer à análise que Bobbio⁵⁴⁴ faz de Gramsci. Ele nos faz ver que o conceito-chave de *sociedade civil*, em Gramsci, não pertence ao momento da estrutura, mas da superestrutura. Percebe-se aí que a *sociedade civil* tem um sentido de *hegemonia* política e cultural de um grupo social sobre toda a sociedade, “como conteúdo ético do Estado”. Ou seja, a *sociedade civil* é o momento “ativo e positivo” do desenvolvimento histórico, e tem como elementos o *partido* e a *hegemonia*, que, por sua vez, ocupam um lugar central na concepção gramsciana da sociedade e da luta política. A *sociedade civil* seria o momento da “catarse” no qual ocorre a “elaboração superior” (passagem) da estrutura para a superestrutura na consciência dos homens, isto é, do econômico (*necessidade*) para o ético-político (consciência da necessidade, ou seja,

⁵⁴¹ Idem, p. 25.

⁵⁴² Cf. citação nº 445 de Paoli. Paoli (1989), Op Cit., p. 43.

⁵⁴³ Para Florestan Fernandes, a vinculação da Psicanálise com a ordem social existente não é estática, mas dinâmica: “A terapêutica psicanalítica representa, por isso, muito mais que um mero processo de cura de determinadas moléstias mentais. (...) Erich Fromm colocou corretamente a questão, em termos histórico-sociológicos, ao salientar que o equilíbrio dinâmico da personalidade está dependendo, de modo crescente, da consciência e do controle que os indivíduos conseguirem alcançar sobre seus processos mentais e sobre as deformações neles praticadas mediante influências, manipulações ou pressões exteriores. (...) A invenção de técnicas racionais de restabelecimento do equilíbrio psíquico e seu aproveitamento prático regular passa a fazer parte ativa do sistema adaptativo da sociedade e da cultura”. Fernandes, Florestan. “Psicanálise e Sociologia” in: Fernandes, Florestan. *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. São Paulo, Pioneira, 1976, pp. 372-390.

⁵⁴⁴ Bobbio, Norberto. *O Conceito de Sociedade Civil*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

liberdade). Esse momento em Marx seria a passagem do estrutural (condicionante) para o superestrutural (condicionado), mas em Gramsci se dá somente na superestrutura.

“A necessidade entendida como conjunto das condições materiais que caracterizam uma determinada situação histórica é assimilada ao passado histórico, também ele considerado como parte da estrutura. Tanto o passado histórico quanto as relações sociais existentes constituem as condições objetivas, cujo reconhecimento é obra do sujeito histórico ativo, que Gramsci identifica com vontade coletiva: só através do reconhecimento das condições objetivas é que o sujeito ativo se torna livre e se põe em condições de poder transformar a realidade”.⁵⁴⁵

A esta antítese principal (estrutura/superestrutura), Gramsci acrescenta uma antítese secundária entre *sociedade civil* (momento positivo; consenso; ideologias) e Estado (momento negativo; força; instituições). Se em Marx as ideologias aparecem sempre em função das instituições, em Gramsci esta relação se inverte.

“Uma vez considerado o momento da sociedade civil como o momento através do qual se realiza a passagem da necessidade à liberdade, as ideologias — das quais a sociedade civil é a sede histórica — são vistas não mais apenas como justificação póstuma de um poder cuja formação histórica depende das condições materiais, mas como forças formadoras e criadoras de nova história, colaboradoras na formação de um poder que se vai constituindo e não tanto como justificadoras de um poder já constituído”.⁵⁴⁶

Desta forma, segundo Bobbio, no pensamento gramsciano é possível entender o conceito central de *bloco histórico*,⁵⁴⁷ com o qual se designa uma situação histórica global, definindo-o e delimitando-o por meio da primeira dicotomia (estrutura/superestrutura), e, a seguir, distinguindo-o entre progressista ou reacionário por meio da segunda dicotomia (ideologia/instituições). Nesse esquema, *sociedade civil* é, ao mesmo tempo, o momento “ativo” (contraposto a passivo) da primeira dicotomia entre necessidade e liberdade, e o momento “positivo” da segunda, uma vez que representa o consenso contra a força. Assim, o *partido* (agente) e a *hegemonia* (mecanismo), como elementos da *sociedade civil* que viabilizam a formação de uma vontade coletiva capaz de transformar a sociedade e o Estado, são também, portanto, difusores e realizadores de uma nova concepção de mundo.

Para concluir, destacamos a centralidade, para nós, do conceito de *sociedade civil*, seja como lugar onde *discursos práticos* traduzem uma *intersubjetividade comunicativamente compartilhada* de que é possível erradicar a pobreza e diminuir a desigualdade, seja como lugar da *ação estratégica* do *partido* em luta política por uma *hegemonia* que permita transformar a realidade concreta em direção a uma situação histórica onde a pobreza e a extrema desigualdade não existam. Em outros termos, a *sociedade civil* como *espaço público* onde se luta para formar uma cidadania das pessoas pobres sincronizadamente com o desenvolvimento das sociedades no processo de globalização, isto é, uma *cidadania planetária* condizente com a *sociedade global*. Este “programa mínimo” permite avançar na questão dentro das duas hipóteses levantadas: pobreza como consequência

⁵⁴⁵ Op Cit., p. 38.

⁵⁴⁶ Idem, p. 41.

⁵⁴⁷ O **Bloco Histórico** seria um Bloco *reformador e democrático* como proposta estratégica de “construção alternativa, no seio da esquerda, de uma ‘terceira via’ entre o reformismo conservador da atual social-democracia e o rupturismo anacrônico de matriz bolchevique”. Coutinho, Carlos Nelson. “Gramsci no Brasil: Recepção e Usos” in: Moraes, João Quartim (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, Unicamp, 1998, Vol. III, pp. 123-157.

do *modelo de crescimento econômico* ou como consequência do *modo de produção capitalista*.

3. Teoria e Prática

Let us seek together, if you wish, the laws of society, the manner in which these laws are realized, the process by which we shall succeed in discovering them; but, for God's sake, after having demolished all the a priori dogmatisms, do not let us in our turn dream of indoctrinating the people; do not let us fall into the contradiction of your compatriot Martin Luther, who, having overthrown Catholic theology, at once set about, with excommunication and anathema, the foundation of a Protestant theology. For the last three centuries Germany has been mainly occupied in undoing Luther's shoddy work; do not let us leave humanity with a similar mess to clear up as a result of our efforts. I applaud with all my heart your thought of bringing all opinions to light; let us carry on a good and loyal polemic; let us give the world an example of learned and far-sighted tolerance, but let us not, merely because we are at the head of a movement, make ourselves the leaders of a new intolerance, let us not pose as the apostles of a new religion, even if it be the religion of logic, the religion of reason. Let us gather together and encourage all protests, let us brand all exclusiveness, all mysticism; let us never regard a question as exhausted, and when we have used our last argument, let us begin again, if need be, with eloquence and irony. On that condition, I will gladly enter your association. Otherwise - no!

Pierre-Joseph Proudhon
Carta a Karl Marx, Lyon, 17 de maio de 1846

O senhor Proudhon é, dos pés à cabeça, um filósofo e um economista da pequena burguesia. Numa sociedade avançada, o pequeno-burguês se faz necessariamente, em virtude de sua posição, socialista, de um lado, e economista, do outro, isto é, sente-se deslumbrado pela magnificência da grande burguesia e se compadece das dores do povo. É, ao mesmo tempo, burguês e povo. Em seu foro íntimo, gaba-se de ser imparcial, de ter encontrado o justo equilíbrio, que ele proclama ser diferente do médio. Esse pequeno-burguês diviniza a contradição, porque a contradição é, justamente, a essência de seu ser. Ele não é mais que a contradição social em ação. Deve justificar, teoricamente, o que ele mesmo é, na prática e ao senhor Proudhon corresponde o mérito de ser o intérprete científico da pequena burguesia francesa. E esse mérito é verdadeiro, pois a pequena burguesia será parte integrante de todas as revoluções sociais que ainda não de vir.

Karl Marx
Carta a P.V. Annenkov, Bruxelas, 28 de dezembro de 1846

As transformações sociais e econômicas combinadas com a ebulição política e a efervescência cultural que caracterizaram o mundo desde os anos sessenta, trouxeram conseqüências para as ciências humanas, em particular para os estudos sobre o **desenvolvimento**, as **relações internacionais** e a **sociologia**.

No campo do desenvolvimento,⁵⁴⁸ uma combinação de estudos da *dependência* com pensamento sobre o *sistema mundial* e com o enfoque *hitórico-estrutural* leva a um

⁵⁴⁸ Evans, Peter e Stephens, John. "Studying Development Since the Sixties. The emergence of a New Comparative Political Economy". *Theory and Society*, 17: 713-745, 1988.

questionamento das hipóteses da perspectiva da *modernização*. Apesar de ecléticos, estes estudos progressistas compartilham algumas características que no seu conjunto são tidas como uma “*nova economia política comparada*” que se contrapõe a um “*novo utilitarismo*” baseado nas teorias de *escolha racional*. Posteriormente, ocorre uma cisão: de um lado o *enfoque marxista da dependência* que alertava que um maior desenvolvimento capitalista traria mais *subdesenvolvimento* (*marxistas dependentistas*) e de outro uma síntese da *teoria da modernização* com o *enfoque histórico-estrutural da dependência* que via a possibilidade do Terceiro Mundo de renegociar os laços que o unem com o Norte industrial (*dependentistas reformistas*). A diferença entre ambos reside na avaliação que fazem do compromisso das classes dominantes locais e de seus vínculos com os seus aliados estrangeiros.

No campo das relações internacionais,⁵⁴⁹ o *materialismo histórico* confere primazia à base sócio-econômica sobre a *superestrutura* política (Estado), dentro de uma lógica inerente do *modo de produção capitalista*, onde a estrutura de classes, a formação do capital, a acumulação do *excedente* e a formação do Estado são processos integrados. O conhecimento teórico e histórico desses processos o marxismo tenta converter em transformações práticas da realidade capitalista rumo a uma sociedade socialista, sem *exploração*. Não foi isso que aconteceu com o “materialismo dialético” do regime de Stalin, que se trata de uma dogmatização da teoria do imperialismo de Lênin pelos Estados governados nos cânones do “marxismo-leninismo”. Já as contemporâneas análises marxistas independentes criaram novas explanações teóricas para a dinâmica das formações sócio-econômicas do *capitalismo periférico* e reinterpretações para o conceito de *imperialismo*. Desafiando os visões liberal e realista, os estudos influenciados pelo marxismo buscavam um “novo paradigma”, eufemismo para o declínio da teoria burguesa tradicional.

Segundo estas interpretações do *materialismo histórico*, não é possível separar o modo de produção do sistema estatal em duas esferas da organização social independentes entre si. Ambas se relacionam *dialeticamente* na sua evolução. A *hegemonia* pode ser vista como uma acumulação hierarquicamente estruturada de *excedente social*, pelos Estados e suas classes dominantes, que determina a consolidação dos *sistemas interestatais* por meio da evolução da *luta de classes*, das mudanças na composição técnica dos meios de produção, e do desenvolvimento dos meios estatais de organização e coerção. Isto se dá em circuitos existentes tanto *dentro* quanto *entre* as nações. O *imperialismo*, conseqüentemente, não se trata de uma fase do capitalismo, mas de uma característica presente desde o início do processo econômico, e que encontra sua contrapartida na *dependência*.

Surge então o *paradigma da dependência* nas relações internacionais, que tem como centro de atenção as relações econômicas internacionais, mas, em vez de interpretá-las como os autores que teorizam a *interdependência* das nações (*paradigma da sociedade global*, liberal), prefere o enfoque da desigualdade e da dominação, isto é, da *dependência*. Neste sentido, este paradigma tem uma visão da *interdependência como assimétrica* e por isso negativa. Apesar das referências à teoria do imperialismo de Rosa Luxemburgo e Lênin, o paradigma da dependência guarda diferenças importantes quanto ao marxismo clássico, é por isso tido como um *neomarxismo*. Suas características mais relevantes são, segundo Arenal:⁵⁵⁰

- há no mundo um único sistema econômico, dominado pelo capitalismo transnacional. A natureza do sistema internacional é, portanto, conflituosa. Porém, não se afirma que a

⁵⁴⁹ Gills, B.K. “Historical Materialism and International Relations Theory”. *Millenium: Journal of Internatiional Studies*, vol. 16, nº 2, verão 1987, pp. 265-280.

⁵⁵⁰ Arenal (1989), Op Cit.

causa está na natureza humana, como faz o *paradigma do realismo*, mais conservador, mas sim no sistema capitalista mundial. A característica fundamental desse sistema é a desigualdade econômica global e o *intercâmbio desigual* entre o centro e a periferia;

- a unidade de análise principal é o próprio *sistema capitalista mundial*, pois todos os processos e relações se produzem nesse meio e são determinados por esse sistema global. Embora se assuma a posição marxista de que o Estado é uma *superestrutura* e de que os atores reais são as *classes sociais* e os grupos sócio-econômicos, afirma-se também o papel decisivo do Estado nas relações de *exploração* e *dominação* que caracterizam o sistema; e
- finalmente, a dinâmica e os processos do sistema se caracterizam em termos de conflito e sobretudo de *exploração* e *dominação*, com a criação de laços de *dependência* entre Norte e Sul e entre o *centro* e a *periferia*. Isto supõe a negação da existência de valores, interesses e objetivos comuns e globais em nível de sistema e atores.

No campo da sociologia, Ianni⁵⁵¹ vê a *globalização* do mundo como um processo histórico-social de vastas proporções que abala os quadros sociais e mentais de referência de indivíduos e coletividades. Conceitos, categorias e interpretações perdem significado ou tornam-se anacrônicos, mesclam-se, movem-se em múltiplas direções, pois está em curso a gênese de uma nova totalidade histórico-social. Colocam-se novos desafios não só metodológicos e teóricos, mas também epistemológicos, pois o objeto das ciências deixa de ser a realidade nacional e passa a ser também a sociedade global. Muito do que é social adquire significado não apenas extranacional, internacional ou transnacional, mas propriamente mundial, global e planetário. Para Ianni, ocorre uma alteração do espaço e do tempo, ou melhor, uma multiplicação de espacialidades e temporalidades, acompanhado de um esforço babélico (biblioteca de Babel) para entender os enigmas desta nova realidade. Estes dizem respeito ao *objeto* das ciências sociais, ao *acervo teórico* das mesmas, aos estudos de orientação *multidisciplinar*, ao *método comparativo*, à *controvérsia presente e passado* e ao *sujeito* do conhecimento. Duas abordagens se distinguem nesse contexto, segundo Ianni:

- os estudos *sistêmicos*, que são os estudos e relatórios das agências internacionais e dos organismos intergovernamentais (ONU, FMI, BIRD, OMC, entre outras organizações privadas e públicas em vários níveis) que privilegiam as relações internacionais, a interdependência das nações, a integração regional, a geoeconomia e a geopolítica, com diagnósticos e prognósticos de que se servem as corporações transnacionais com uma visão sincrônica da realidade; e
- os estudos *históricos*, que compreendem sempre a dominação e a apropriação econômica e que reconhecem a globalização como um cruzamento de forças que pode ser sintetizado nas expressões integração e contradição. Recupera-se e desenvolve-se o sentido da história: a diacronia.

Vistos como um desafio epistemológico, continua Ianni, a *metateoria sistêmica* sintetiza e desenvolve a lógica do funcionalismo, do estruturalismo e da cibernética e pode ser vista como um produto do pensamento pragmático, da razão instrumental; já a *metateoria histórica* sintetiza e desenvolve a lógica da historicidade ativa das relações, processos e estruturas de dominação e apropriação, ou integração e contradição, que se expressam no âmbito da reprodução ampliada do capital, bem como no desenvolvimento desigual, contraditório e combinado que se configura na *globalização* do capitalismo.

⁵⁵¹ Ianni, Octavio. "As Ciências Sociais na Época da Globalização". *RBCS*, vol. 13, n° 37, jun 1998.

Ora, a teoria da sociedade de Habermas requer tanto as estratégias conceituais do *mundo da vida*, na qual as ações se coordenam pela harmonização das orientações de ação, quanto as estratégias conceituais do *sistema*, no qual as ações são coordenadas por meio de interconexões funcionais das conseqüências dessas mesmas ações. Requer uma combinação de ambas, pois tanto a análise hermenêutica e estrutural quanto a análise funcional e sistêmica são chaves na decifração e preservação dos sistemas sociais. Entretanto, isso não nega a existência de fluxos do *mundo da vida* sobre os âmbitos de ação formalmente estruturados, nem os fluxos do *sistema* sobre os âmbitos de ação comunicativamente estruturados, determinando, no primeiro caso, a restrição normativa do sistema pelo *mundo da vida* e, no segundo, a subordinação do *mundo da vida* às coerções dos processos de reprodução material do *sistema*.⁵⁵²

Assim, a racionalização do *mundo da vida* permite, simultaneamente, a *coisificação* sistematicamente induzida, bem como a *resistência* da perspectiva utópica. Isto é, podemos concluir que há um tipo de racionalização adaptado ao *mundo da vida*, que consiste na expansão das áreas nas quais a ação se coordena por meio de um acordo alcançado comunicativamente. Ou seja, é possível uma dialética racional da teoria com a prática.

Neste sentido, tanto estudos *sistêmicos* quanto estudos *históricos* podem fornecer antídotos para as **causas** das formas patológicas de reprodução simbólica: as coerções dos processos de reprodução material. Um processo de *ação comunicativa* (entendimento, coordenação, socialização) e suas correspondências estruturais (reprodução e integração social) podem então combater as interferências coercitivas dos processos de reprodução material - que ocasionam as crises de perda de sentido, perda de legitimidade, confusão de orientações, anomia, desestabilização de identidades coletivas, alienação, psicopatologias, etc. - aliando momentos cognitivo-instrumentais com momentos prático-morais e expressivos.

Cox⁵⁵³ concorda que há problemas especiais, epistemológicos e também ontológicos a serem resolvidos quando se trabalha dentro de uma era de *mudança estrutural*. Porém, para Cox, os conceitos de *ordem mundial*, *instituições* e *estruturas* são categorias que pela sua abrangência e generalidade podem ser aplicados em diversas situações históricas. “Ordem é todo modelo ou regularidade de interação que encontremos em qualquer situação social”. Devido ao fato das ações humanas serem carregadas de *propósito*, toda *ordem* promove certos *objetivos* ou *valores* distintos. Uma *ordem mundial* se refere à ordem prevalecente em toda a humanidade, já *ordem internacional* diz respeito a uma condição de institucionalização particular e historicamente limitada, por exemplo um sistema econômico internacional ou um sistema de Estados Nacionais. As *instituições*, por sua vez, abrangem desde o matrimônio à ONU, passando pelo Estado e pelo Direito.

“Instituições são as formas amplamente aceitas e compreendidas de organizar esferas particulares de ação social [...]. Instituições são os modos como as práticas sociais, desenvolvidas em reação a problemas particulares que confrontam uma sociedade, se transformam em rotinas compostas por conjuntos específicos de regras”.⁵⁵⁴

⁵⁵² McCarthy (1987), Op Cit., pp. 467-479.

⁵⁵³ Cox, Robert W. “Rumo a uma Conceituação Pós-Hegemônica da Ordem Mundial: Reflexões sobre a Relevância de Ibn Kaldun” in: Rosenau, James e Czempiel, Ernst-Otto (orgs.). *Governança sem Governo. Ordem e Transformação na Política Mundial*. Brasília, UnB, 2000, pp. 183-218.

⁵⁵⁴ Op Cit.

Estas *instituições* apóiam-se em entidades mais amplas denominadas *estruturas*, que são o produto das ações e das expectativas recorrentes. Há estruturas na linguagem, modos de pensar e práticas da vida política, econômica e social. *Estruturas* são construídas socialmente e constituem-se no contexto das *instituições*. As *estruturas* tornam-se parte do *mundo objetivo* em virtude da sua existência na *intersubjetividade* dos grupos relevantes. As *instituições* são, portanto, realidades formadas *intersubjetivamente* que se transformam em parte do *mundo material* e, conseqüentemente, independentes da vontade individual e até da vontade coletiva. Assim, Cox situa o *lugar* do conhecimento na *dinâmica da mudança estrutural*: como uma *ordem* composta de *instituições* pode ser transformada pelos movimentos das *estruturas*, e de que maneira o conhecimento pode e deve ser historicamente condicionado para influir nesse processo.

“Uma mudança de ontologias é inerente ao processo de mudança histórica estrutural. As entidades significativas são as estruturas emergentes e os processos mediante os quais elas emergem. A reflexão sobre a mudança desacredita as velhas ontologias e provoca a sugestão de uma possível nova ontologia. O uso da nova ontologia torna-se a heurística para as estratégias de ação da nova ordem emergente. [...] Qualquer tentativa de compreender o processo de mudança histórica precisa enfrentar a questão fundamental: como esse mundo objetivo é feito e refeito mediante alterações na intersubjetividade. [...Então,] podemos desenvolver um conhecimento parcial que nos ajude a *fazer* o futuro [...]. Como guia da ação política, esse conhecimento prático deve derivar de uma tentativa de compreender a mudança histórica. [...] Em outras palavras, o conhecimento precisa ser historicamente condicionado”.⁵⁵⁵

O fato concreto é que o *sistema (modo de produção)* capitalista baseado na diferenciação de classes e na *contradição* entre elas, que tem como fundamento a *exploração* do trabalho humano via extração de *mais-valia*) propiciou que os processos econômicos de *centralização* e *concentração* de capital, além das já mencionadas dinâmicas dos fluxos de comércio e transferências de *excedente* da periferia para o centro, permitissem que se instalasse na América Latina, graças à complementaridade entre as relações, processos, e estruturas do *imperialismo* (dominação) e da *dependência* (subordinação), um *padrão de desenvolvimento estruturalmente dependente*. Assim, o *subdesenvolvimento* se trata de um modo de ser derivado de um *sistema de relações internacionais* forjado pelas *relações sociais de classe*. “Em última instância, são as relações de classes que determinam as condições e os sentidos das relações de dominação-subordinação entre as nações; estas são determinadas por aquelas”.⁵⁵⁶ A relação *imperialismo-dependência* envolve a expansão das *estruturas de apropriação econômica e dominação política* que sugerem um movimento de expansão também das *relações de classes*, como também das *contradições* entre essas classes.

Constatamos então que os problemas epistemológicos são repercussões de *contradições* nas próprias *estruturas* das *instituições* desta *ordem*. Para Lechner,⁵⁵⁷ os países latino-americanos defrontam-se com o seguinte dilema: por um lado, seu desenvolvimento sócio-econômico depende de uma *inserção competitiva* nos campos mais dinâmicos do mercado mundial, pois o caminho de desenvolvimento autônomo, à margem do capitalismo mundial, confirmou-se uma ilusão. Por outro lado, a abertura ao exterior aprofunda ainda mais as já graves desigualdades sociais no interior da sociedade latino-americana, que se

⁵⁵⁵ Idem.

⁵⁵⁶ Ianni, Octavio. *Sociologia da Sociologia*. São Paulo, Ática, 1989, pp. 191-194.

⁵⁵⁷ Lechner, Norbert. “Estado, Mercado e Desenvolvimento na América Latina”. *Lua Nova*. São Paulo, nºs 28/29, 1993, pp. 237 a 248.

segmenta segundo o grau diferencial de inserção de cada setor nos processos de *globalização*. Parte considerável da população latino-americana está excluída do desenvolvimento e vive em situações de pobreza. Assim, à uma *globalização* econômica corresponde uma fragmentação entre os países e no interior de cada país da periferia, que nada mais é do que uma decomposição social. A questão central para a América Latina passa a ser: como compatibilizar democracia política com desenvolvimento, isto é, com crescimento econômico e equidade social? Como compatibilizar integração na economia mundial com integração social? Como esperar que relações de *interdependência assimétrica* no marco do capitalismo transnacional sejam caracterizadas pelo benefício mútuo? Lechner nos faz notar que:

“1) nem o mercado nem o Estado são capazes, por si só, de compatibilizar as exigências do desenvolvimento sócio-econômico e as condições para uma consolidação democrática; e 2) tampouco existe uma divisão de funções que atribua ao Estado a integração nacional e ao mercado a inserção internacional [...pois] se o mercado é um motor insuficiente para a inserção econômica internacional, é um mecanismo ainda mais limitado em relação à integração social [...e] o Estado encontra crescentes dificuldades não só para dar conta da complexidade da globalização como igualmente para assumir o que sempre foi uma das suas funções primordiais, a coesão social”.⁵⁵⁸

Sendo que os bilhões de dólares que transitam pelo mercado financeiro internacional escapam ao poder de quaisquer autoridades monetárias, existe, portanto, uma esfera de decisões que não se confunde com os quadros institucionais controlados pelos Estados Nacionais. Ou seja, dentro do quadro institucional, os governos não têm a possibilidade de coordenar a ação que todo um conjunto de poderosos agentes exerce no sistema capitalista, fazendo com que os focos de instabilidade surjam na dimensão transnacional do sistema capitalista. Mas além das crises financeiras (México, Ásia, Rússia, Brasil, Argentina) desse mercado de ativos internacional, há instabilidades de outro tipo que assumem a forma de flutuações de preços, isto é, de modificações nos termos de intercâmbio e, portanto, de transferência internacional de ativos líquidos. Trata-se, portanto, de tensões no nível das *estruturas do sistema*, sem qualquer semelhança com a crise de tipo tradicional. Nessas condições estruturais, além de haver um fluxo permanente de recursos da periferia para o centro, ampliando o fosso entre este e a periferia, existe um processo de concentração da renda dentro de cada país na periferia. Neste contexto, segundo Furtado:

“A evolução dos países do Terceiro Mundo no sentido de reduzir a situação de dependência em que se encontram depende em primeiro lugar da ativação das forças sociais que se empenham em modificar o modo de desenvolvimento, visando impor prioridades sociais na utilização dos recursos escassos. Contudo essa evolução não é separável do quadro internacional, o qual somente se modifica mediante a aglutinação de recursos de poder capazes de alterar a relação de forças Norte-Sul. O avanço neste segundo plano é, em muitos casos, condição necessária para que ocorram modificações internas no sentido de mudar o modo de desenvolvimento”.⁵⁵⁹

A teoria da CEPAL de que o *subdesenvolvimento* seria um atraso no caminho do crescimento econômico e que na medida em que os países subdesenvolvidos se integrassem no mercado mundial se beneficiariam dos frutos da prosperidade contrapõe-se ao entendimento que afirma que "o subdesenvolvimento não é uma etapa que precede o desenvolvimento, ele é um produto do desenvolvimento do capitalismo mundial; nesse sentido, ele corresponde a uma forma específica de capitalismo, que se apura em função do

⁵⁵⁸ Op. Cit., pp. 243 e 244

⁵⁵⁹ Furtado (1987), Op. Cit., p. 141.

próprio desenvolvimento do capitalismo". Esta tese de Marini⁵⁶⁰ descarta a possibilidade de um capitalismo autônomo, pois não vê possibilidade da superação da dependência nos marcos do capitalismo. Não surpreende, portanto, que tanto no campo da integração social como no campo da integração econômica, nenhuma das experiências regionais tenha tido êxito no objetivo de formar economias e sociedades desenvolvidas na América Latina. Existem obstáculos, internos e externos, que impedem o avanço da integração regional das economias latino-americanas como forma de promoção social e de emancipação da população da região em estado de pobreza. Estes impedimentos podem ser sintetizados, como faz Marini, no *imperialismo* que permeia toda a economia e a sociedade dependentes, representando um fator constitutivo de suas estruturas sócio-econômicas e de seu Estado.

Como pontos em comum das duas teses estão:

- A necessidade da luta política e ativação dos setores sociais para a intervenção no quadro das relações internacionais com a finalidade de alterar as relações assimétricas/imperialistas. Trata-se de um processo de *mobilização social* por meio da *democratização do Estado* nos seus recursos de informação e ação sobre relações internacionais;
- A necessidade de manter como propósito central o desenvolvimento econômico e social dos povos latino-americanos, maximizando o controle social interno em todas as áreas e níveis de decisão. Trata-se de um processo de *democratização continuada* dos processos e mecanismos sociais e econômicos;
- A necessidade de reduzir as diferenças de grau de desenvolvimento econômico e social dentro dos países da região, que seria o mínimo de coerência necessária para quem reivindica o mesmo no plano mundial. Trata-se de um processo de *democratização do desenvolvimento* por meio de políticas deliberadas para erradicar a pobreza e diminuir a desigualdade.

Cabe ao próprio processo político-social responder se com estas três frentes é possível esperar a solução dos problemas sociais e econômicos da América Latina *dentro* do capitalismo ou *após* o capitalismo.

Ora, como exemplo de um processo de *ação estratégica* articulada com *discursos práticos*, podemos citar a metamorfose política dos grupos políticos de esquerda no Brasil, onde, nos anos 1960-1970, existiam as seguintes organizações:⁵⁶¹

1. Partido Comunista Brasileiro (PCB, pró-URSS, seção brasileira da IIIª Internacional) fundado em 1922 por anarquistas e socialistas, dirigido por décadas por Luis Carlos Prestes, e que teve as seguintes dissidências revolucionárias:
 - a. Aliança Libertadora Nacional (ALN),
 - b. Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR),
 - c. Dissidência Comunista (MR-8, Movimento Revolucionário 8 de Outubro) e
 - d. Dissidência Leninista (DL);

⁵⁶⁰ Marini (1992), pp. 88-90.

⁵⁶¹ Silva, Antônio Ozaí da. *História das Tendências no Brasil. Origens Rachas e Propostas*. Partido dos Trabalhadores Mimeo, s/d.

2. Partido Socialista Brasileiro (PSB, socialismo democrático), formado em 1948, pela Esquerda Democrática (ED) de João Mangabeira, União Socialista Popular (USP) de Mário Pedrosa, e União Democrática Socialista (UDS) de Antônio Cândido, Paulo Emílio Sales Gomes, Azis Simão e Fúlvio Abramo.⁵⁶²
3. Organização Revolucionária Marxista - Política Operária⁵⁶³ (ORM-POLOP, mistura de leninismo, luxemburguismo e guevarismo) formada em 1961 por dissidentes do PCB, setores radicalizados do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e por marxistas independentes, que teve como dissidentes:
 - a. Comando de Libertação Nacional (COLINA),
 - b. Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e
 - c. Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP);
4. Partido Comunista do Brasil (PC do B, maoísta) cisão do PCB em 1961, dirigido por muitos anos por João Amazonas, e que teve duas dissidências:
 - a. Partido Comunista Revolucionário (PCR) e
 - b. Ala Vermelha (AV);
5. Ação Popular (AP, humanismo populista cristão que migra para o maoísmo) formada em 1962 por militantes da Juventude Universitária Católica (JUC) e Juventude Estudantil Católica (JEC), e suas cisões:
 - a. Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) e

⁵⁶² A diferença com o PCB na análise da situação nacional, era que este apontava a origem dos problemas no imperialismo, enquanto que o PSB mostrava a cumplicidade das classes dominantes. Isto se refletia nas propostas de ação, que para o PSB se situavam na defesa das riquezas nacionais, na reforma agrária, entre outros, enquanto que o PCB fazia um plano de luta antiimperialista. O PSB era uma espécie de terreno neutro da esquerda, onde vários grupos (luxemburguistas, stalinistas, ex-stalinistas, trabalhistas, anarquistas, trotskistas) poderiam colaborar em projetos em comum. Vieira, Margarida. “O Partido Socialista Brasileiro e o Marxismo (1947-1965)” in: Ridenti, Marcelo e Reis Filho, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, Unicamp, 2002, vol. 5, pp. 157-184.

⁵⁶³ A POLOP surgira em 1961, congregando jovens egressos do Partido Socialista (PSB), luxemburguistas, trabalhistas, dissidentes do PCB e alguns trotskistas. A organização, com certo peso no meio jovem, estudantil e intelectual, queria ser uma alternativa de esquerda ao PCB, então amplamente dominante na esquerda brasileira. Se para o PCB, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil era impedido pela presença do latifúndio e do imperialismo, o que justificava uma etapa democrático-burguesa da revolução, para a POLOP o Brasil já era plenamente capitalista, inserido na dinâmica da fase imperialista deste sistema, e portanto a revolução deveria ter caráter anticapitalista e socialista. Segundo Ridenti, “ainda antes de 1964, a POLOP colaborou para criar uma teoria da dependência, influenciando teoricamente vários grupos que pegariam em armas após 1964, com sua proposição de revolução socialista no Brasil, oposta à revolução democrático-burguesa pregada pelo PCB. Foram das fileiras da POLOP futuros intelectuais expressivos da teoria da dependência: Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambera, entre outros. Note-se que os comunistas sempre consideraram a POLOP trotskista: primeiro, porque trotskista era sinônimo de tudo que divergisse à esquerda da ‘linha justa’ do Partido; segundo, porque talvez efetivamente houvesse um parentesco indireto entre a teoria da revolução permanente e a reflexão da POLOP, um embrião da futura teoria da dependência. Mas esse parentesco jamais foi reconhecido, talvez pela carga negativa que o termo trotskista tenha assumido, quer pela propaganda stalinista, quer pela atuação dos trotskistas brasileiros organizados no período. O fato é que a POLOP tentava colocar-se fora da polêmica entre trotskistas e stalinistas, buscando outros revolucionários como referência: Talheimer, Bukharin, Andres Nin etc. Todavia, não foi à toa que, mais tarde, surgiram correntes trotskistas dentro do POC, organização sucessora da POLOP - mesmo que a POLOP fosse acusada de ‘centrismo’ pelos trotskistas do POC que reavaliavam sua história, como afirma Marco Aurélio Garcia. Afinal de contas, o esboço de teoria da dependência da POLOP tinha como ser aproximada da revolução permanente”; Segundo Mattos, a COLINA e a VPR, originárias da POLOP e abaladas pela repressão, fundariam em 1969 a Vanguarda Armada Revolucionária (VAR-PALMARES). Ridenti, Marcelo. *Ecoss de Trotsky na Esquerda Armada Brasileira, 1964-1974*. Araraquara, UNESP, 16 de agosto de 1999, www.fclar.unesp.br/publi/publicacoes/art9.html. Mattos, Marcelo. “Em Busca da Revolução Socialista: a Trajetória da POLOP (1961-1967)” in: Ridenti, Marcelo e Reis Filho, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, Unicamp, 2002, vol. 5, pp. 185-208.

- b. Ação Popular Marxista-Leninista (APML);
6. Partido Operário Revolucionário (POR, trotskista) fundado em 1953 para reorganizar o trotskismo no Brasil por orientação de Michael Pablo (IV^a Internacional) e articulação de J. Posadas do Grupo Cuarta Internacional (GCI) da Argentina, e que foi precursor dos grupos que surgiram na década de 1970:
- a. Organização Revolucionária Marxista - Democracia Socialista (ORM-DS, corrente mandelista), agrupada em torno do jornal *Em Tempo* desde 1979;
 - b. Organização Socialista Internacionalista (OSI, corrente lambertista) formada por Organização Marxista Brasileira, OMB, parte da Fração Bolchevique Trotskista (FBT), e Grupo 1º de Maio, e agrupada em torno da publicação *O Trabalho* desde 1976. Conhecida no movimento estudantil da época como Liberdade e Luta, Libelu, este grupo foi base da futura tendência O Trabalho (OSI);
 - c. Convergência Socialista (CS, corrente morenista - PST argentino) formada em 1978 pelo Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), via Liga Operária (LO), e a outra parte da Fração Bolchevique Trotskista (FBT); e
 - d. Organização Quarta Internacional (OQI ou Causa Operária, CO, corrente altamirista - Partido Obrero, PO, argentino) cisão da OSI em 1979.

Posteriormente, com a flexibilização da legislação eleitoral da ditadura militar em 1980, essas organizações se aglutinariam em torno ao recém fundado **Partido dos Trabalhadores**. O PT é composto por.⁵⁶⁴

- sindicalistas combativos (sindicalistas autênticos - Lula e companheiros - e sindicalistas radicais, das correntes organizadas de esquerda);
- cristãos progressistas (pastorais populares e Comunidades Eclesiais de Base, CEBs); e
- militantes e ex-militantes dos seguintes grupos da esquerda organizada, entre outros: ALN, PCBR, POLOP, PSB, PRC (1984), APML, AV, AP e trotskistas das quatro correntes acima; além de
- intelectuais e movimentos populares.

Praticamente todas as organizações de esquerda brasileiras (à exceção do PCB, PC do B e MR-8) ingressaram no PT. Dentro do PT essas organizações e movimentos políticos se rearranjarão em tendências partidárias internas que não são homogêneas ideologicamente, sendo que, no interior das mesmas se contrapõe o leninismo e a social-democracia, isto é, o ideal revolucionário e autoritário contra o ideal reformista e democrático, configurando um **socialismo democrático** singular. As tendências são as seguintes:

- Formando o **campo majoritário (54%)**,⁵⁶⁵
 - *Tese “Democracia Republicana” (8%)*: a Democracia Radical (são os *heterodoxos radicais* do marxismo do Partido Revolucionário Comunista,

⁵⁶⁴ Azevedo, Clovis Bueno. *Leninismo e Social-Democracia: uma Investigação sobre o Projeto Político do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, FFLCH-USP, Dissertação de Mestrado, 1991, cap. 3.

⁵⁶⁵ Totais aproximados das votações do IIº Congresso do PT de 1999, conformando o quadro do atual Diretório Nacional.

- PRC, ex-Nova Esquerda, oriunda do PC do B; e da Vertente Socialista, ex-PPS, cisão da Articulação em 1989);
- *Tese “Revolução Democrática” (46%)*: a Articulação – Unidade na Luta (surge em 1983 como “Articulação dos 113”, e é formada por: sindicalistas autênticos, cristãos, intelectuais marxistas ou não, ALN, POLOP e dissidentes d’O Trabalho em 1987) com 44%; e os Independentes (ex-militantes da esquerda organizada) com 2%;
 - Formando um **centro (13%)**:
 - *Tese “Retomando a Iniciativa” (13%)*: o Movimento PT;
 - Formando um bloco de **esquerda (30%)**,
 - *Tese “Nosso Tempo” (10%)*: a Democracia Socialista (ORM-DS);
 - *Tese “Socialismo ou Barbárie” (20%)*: a Articulação de Esquerda (cisão da Articulação em 1992); a Força Socialista (também conhecida como Movimento Revolucionário Comunista, MRC, formado por AV, MEP e AP - esta última via OCDP); e as tendências regionais (Refazendo, Fórum Socialista, Movimento por uma Tendência Marxista e Corrente Socialista dos Trabalhadores, CST); e
 - E, finalmente, na **extrema esquerda (3%)**,
 - *Tese “Fiel ao PT das Origens” (3%)*: a corrente O Trabalho (OSI).
 - Existem ainda outros grupos menores: Partido Brasileiro Comunista Revolucionário, PCBR, do militante histórico Apolônio de Carvalho; Partido Revolucionário Operário, PRO, de Maria Luiza Fontenelle, ex-prefeita de Fortaleza; e os grupos trotskistas: Luta de Classes, Partido Operário Revolucionário (POR, corrente posadista) e Luta Popular Socialista (LPS).
 - As correntes Convergência Socialista (CS) e a Causa Operária (CO) saíram do PT na década de 1990, formando o PSTU e o PCO respectivamente;

Classificando o PT como um partido que realiza substancialmente as duas dimensões de democracia interna, a saber: inclusão dos filiados no processo decisório e institucionalização da competição pelos postos da direção partidária, Lacerda⁵⁶⁶ afirma que o PT afastou plenamente o fantasma de tornar-se um partido-frente ao legitimar e disciplinar a contestação interna organizada, com mecanismos como o direito de tendência e a proporcionalidade. Desta forma, estes fatores aliados aos custos eleitorais de uma cisão partidária como foi a do PSTU, hoje sem representantes no congresso, desestimulam a saída de facções do partido e provocam um equilíbrio na situação do partido.

Sobre a definição do socialismo, dada a recusa em se adotar os modelos social-democrata ou soviético, Lacerda aponta que o PT tenta construir uma concepção de *socialismo petista* que se harmonizasse com a luta democrática então em curso. No 5º Encontro Nacional (1987) o PT adota a tese do acúmulo de forças e disputa da *hegemonia* na *sociedade civil* e nas *instituições políticas*, comprometendo-se desta forma com a democracia e afirmando explicitamente que reforma e revolução são táticas que podem ser harmonizadas. No 7º Encontro Nacional (1990) o PT atribui valor estratégico à democracia, que passa a ser meio e fim, instrumento de transformação e meta a ser alcançada. No 1º Congresso Nacional

⁵⁶⁶ Lacerda, Alan. “O PT e a Unidade Partidária como Problema”. *Dados*, vol. 45, nº 1, 2002, pp. 39-76.

(1991) é rejeitada a noção de ditadura do proletariado, pois é identificada com a ditadura do partido único. Recusa-se também a idéia de abolir o mercado por decreto. Socialismo passa a ser “sinônimo da radicalização da democracia”.

O *socialismo petista* confirma seu compromisso com o *socialismo democrático* com o conceito de *democracia como valor universal* e a defesa do Estado de Direito. No plano econômico, esse socialismo supõe um modelo de sociedade organizada a partir da “**propriedade social dos meios de produção**”, o que não se confunde com propriedade *estatal* dos meios de produção, pois inclui as formas individual, cooperativa, estatal, etc. Ao recusar tanto a lógica do mercado capitalista quanto o planejamento autocrático estatal, propõe uma gestão democrática por meio de um “**planejamento estratégico sob controle social**” (7º EN).

Caracterizando a base social do partido, César⁵⁶⁷ identifica o PT como um partido de massas multiclassista, distante de ser um partido “ônibus” (*catch all*) ou de um partido classista típico do século XIX.

“Minoritariamente integrada por operários, a base social do PT compõe-se também, e em proporção majoritária, de assalariados de renda média e de escolaridade elevada e, ainda, de parcela considerável de assalariados rurais e de pequenos proprietários rurais e urbanos. (...) Contemporâneo, assim, ao padrão de desenvolvimento econômico e social, tanto da sociedade brasileira atual, quanto, ainda, das sociedades capitalistas ocidentais de desenvolvimento avançado, o PT se caracteriza por congregar, no interior de sua militância, um bloco social e político novo que pode ser descrito, em termos gerais, por possuir maior nível de renda e escolaridade comparativamente ao conjunto da população brasileira e de sua PEA, em decorrência das características de sua inserção no mundo do trabalho”.⁵⁶⁸

Formado majoritariamente por assalariados empregados no setor terciário, em atividades que exigem maior qualificação profissional, o PT também inclui no interior do seu bloco social os setores sociais populares, rompendo com o padrão tradicional brasileiro de exclusão desses setores da arena política. A partir de estudo sobre uma pesquisa com os militantes do PT, César esboça o ideário com que se identificam:

“Os militantes concebem a si próprios e ao seu partido como socialistas democráticos. Entendem que a democracia é um valor que deve ser preservado, vêem-na como uma conquista que deve ser mantida e alargada e, por isto, consideram-na como um caminho para a construção do socialismo que almejam. Entendem, ainda, que a classe trabalhadora no Brasil hoje, e a ser representada pelo PT, é composta por um amplo bloco que inclui desde os operários industriais até os assalariados em geral e os pequenos proprietários urbanos e rurais”.⁵⁶⁹

Estes *militantes* participavam em movimentos sociais em 1999 na seguinte proporção: populares (41,4%), sindicais (48,9%) e religiosos (19,5%). Entre os militantes, 98% acham que o partido deve manter a opção pelo socialismo; 44,4% se definiam como socialistas democráticos, 33% como socialistas, 10,9% como comunistas, 3,3% como socialistas cristãos, 1,2 % como social-democratas e 0,8% como anarquistas (total: 93,6%). Para eles, os trabalhadores são “todos os assalariados” (70,8%) e os “pequenos proprietários” rurais (69%) e urbanos (66,5%). Segundo eles, o programa do PT deveria responder aos interesses de “todas as classes sociais fora a burguesia” (40,7%), “classes médias e

⁵⁶⁷ César, Benedito Tadeu. *PT: Contemporaneidade Possível. Base Social e Projeto Político (1980-1991)*. Porto Alegre, UFRGS, 2002.

⁵⁶⁸ Op. Cit., pp. 134-136.

⁵⁶⁹ Idem, p. 241.

trabalhadores” (33,7%), “todas as classes sociais” (15%), “somente trabalhadores” (10,1%).⁵⁷⁰

Os *eleitores* do PT são identificados como sendo das regiões metropolitanas do país, do sexo masculino, mais jovens, mais escolarizados, mais qualificados profissionalmente e melhor remunerados do que a média do eleitorado brasileiro. Há portanto um “padrão social peculiar” que caracteriza o voto petista, reiterado ao longo dos anos. Nas últimas eleições nacionais em 2002, o PT ganhou o controle do governo federal e, para isso, contou com o apoio do PC do B, PCB e com o Partido Liberal (PL, liberalismo político e econômico) (sic). No segundo turno, apoiaram Lula o Partido Democrático trabalhista (PDT, de Leonel Brizola) e Partido Popular Socialista (PPS, comunismo reformado ex-PCB), entre outros.

O que queremos evidenciar aqui é a construção, na prática da luta política, das bases sociais para uma transformação sócio-econômica em direção ao socialismo, sem especificá-lo a priori, mas identificando os valores necessários para o seu desenvolvimento. Assim, configura-se um **discurso prático de uma coalizão política e social diversificada** que, ao longo do processo histórico de transformações econômicas, políticas e ideológicas (advento do maoísmo, do guevarismo, do sandinismo, do Solidariedade polonês, da *Perestroika* soviética e o fim da URSS, etc.), se reagrupa em torno a um programa que pode se resumir nas palavras de Sader sobre a importância da Revolução Cubana para a América Latina:

“A maior contribuição de Cuba tem sido a de provar que não é necessário que uma sociedade do Terceiro Mundo deixe de ser pobre para que se instaure a justiça social”.⁵⁷¹

Segundo César,⁵⁷² o PT articula um bloco social e político novo, com identidade própria e voltado para um projeto político *democrático e socialista*. Este bloco é composto por segmentos de grande capacidade de organização, das áreas mais urbanizadas, mais desenvolvidas economicamente, com estrutura social mais complexa e com melhor qualidade de vida. Esta base social de sustentação do PT tem sido apontada como a que tem maior aderência aos valores democráticos.

Além disso, a trajetória e o ideário do PT o tornam equidistante dos partidos socialistas revolucionários clássicos (leninistas) e dos partidos reformistas tradicionais (social-democratas). Trata-se de um partido *pós-bolchevique*⁵⁷³ e *pós-social-democrata*.⁵⁷⁴

⁵⁷⁰ Idem, 213-241.

⁵⁷¹ Sader, Emir. “Cuba no Brasil: Influências da Revolução Cubana na Esquerda Brasileira” in: VVAA. *História do Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1991, Vol. I, pp. 159-183.

⁵⁷² César (2002), Op Cit., pp. 343-382.

⁵⁷³ Segundo Tragtenberg, Errico Malatesta critica a Terceira Internacional e a burocracia emergente após 1918 na URSS, “quando a revolução dos operários e camponeses é capturada pelos burocratas e o socialismo começa a ser sinônimo de planismo estatal-burocrático, onde os gestores coletivamente detêm os meios de produção em nome dos produtores. (...) Para Malatesta, a revolução não se constituía num golpe de Estado, onde um grupo toma o poder ‘em nome’ dos trabalhadores. (...) A proposta socialista libertária, para Malatesta, era a tradução dos valores e motivações que permanecem no plano histórico, entendido como um processo em mudança contínua.” Liberdade, igualdade e solidariedade se constituem, assim, nos fundamentos ético-políticos de uma ação coletiva num processo de ruptura com as formas de servidão econômico-social e política. Tragtenberg, Maurício. “A atualidade de Errico Malatesta”. *Revista Mensal*, ano II, nº 15, ago 2002, (Folhetim, *Folha de São Paulo*, 16 de janeiro de 1983).

⁵⁷⁴ Para Tragtenberg, Rosa Luxemburgo se opôs ao projeto social-democrático porque este, inicialmente revolucionário, à medida que cresce e se burocratiza faz dos revolucionários funcionários, criando a base social do reformismo ou “oportunismo político”. O processo de burocratização do partido transforma o partido social-democrata em participante da democracia no sentido capitalista e o torna cada vez menos social no sentido de mudança. Os direitos sociais são ganhos reais da classe operária sob a social-democracia, mas são também instrumentos de “legalização” dessa classe, significando

Não é, como afirma Azevedo,⁵⁷⁵ uma tensão entre leninismo e social-democracia que tende em se resolver com o favorecimento desta última. Mas sim uma afirmação de um **socialismo democrático** de caráter novo, onde não existe verdadeiro socialismo sem democracia e não existe verdadeira democracia sem socialismo.

Segundo o “Programa da Revolução Democrática”, Tese majoritária aprovada no IIº Congresso do PT, o socialismo não é uma inevitabilidade, mas uma construção histórica.

“O PT defende, desde 1994, a necessidade de uma Revolução Democrática, capaz de construir um Brasil livre, igual e solidário, socializando riqueza, poder e conhecimento. A Revolução Democrática é um longo processo. Ela não será resultado de teorias pré-elaboradas, nem de vanguardas auto-proclamadas, mas da ação de amplas maiorias conscientes de seus objetivos. O V Encontro do PT (1987) destacou a importância de uma política de acumulação de forças. É nesse processo que se alteram relações de poder, constrói-se uma nova hegemonia e criam-se condições para novos e decisivos passos visando a grande transformação da sociedade brasileira. A acumulação de forças é um complexo movimento que articula intensas lutas sociais com transformações institucionais. (...) **O socialismo democrático é uma possibilidade histórica aberta para a humanidade na era do capitalismo.** (...) Para tanto é necessário um projeto de reorganização da sociedade, da economia e da política, que responda a uma outra hierarquia de valores, baseada na igualdade, liberdade e solidariedade. Mas o socialismo não é uma inevitabilidade mas construção histórica”.⁵⁷⁶

No dizer de seu atual presidente, José Genoíno,⁵⁷⁷ o PT é uma “esquerda moderna com vínculos com o socialismo libertário, humanista e democrático”. Genoíno recusa o modelo social-democrata para o PT, assim como também recusa o modelo do partido comunista. Como afirma Souza,⁵⁷⁸ com o PT ocorre uma superação dos dogmas do marxismo-leninismo etapista do PCB prestista (inevitabilidade da revolução, necessidade do PC ser a força dirigente da revolução, caráter operário da revolução) e acontece uma caminhada para construir de um *socialismo democrático* que se baseie em:

- uma crítica ao anacronismo da concepção insurrecional de revolução, isto é, o socialismo é uma possibilidade histórica e não uma necessidade;
- uma crítica da inutilidade do rótulo classista, pois todos poderiam construir o socialismo independentemente de sua origem social; e
- uma crítica ao autoritarismo da noção de vanguarda, adotando assim uma visão mais próxima da visão de acumulação de forças e do espontaneísmo. Em outras palavras: o poder socialista não acontece quando se toma o poder de um Estado, mas se constrói na sociedade cotidianamente.

Decide-se também ir além do programa maoísta do PC do B, caracterizado pelo trinômio antilatifundiário, antiimperialista e antimonopolista, com a definição de uma

a cooptação dos dominados. Assim, a social-democracia constitui a forma moderna da reprodução do capital. Tragtenberg, M. “Rosa Luxemburg e a Crítica aos Fenômenos Burocráticos”. *Revista Mensal*, ano I, nº 9, fev 2002.

⁵⁷⁵ Azevedo (1991), Op Cit.

⁵⁷⁶ PT. *Programa da Revolução Democrática*. Tese do II Congresso do Partido dos Trabalhadores, 1999. (Grifos nossos).

⁵⁷⁷ Apesar de reiterar o caráter socialista do PT, Genoíno afirma que o governo Lula se trata de uma composição de centro-esquerda. Genoíno, José. Entrevista. *O Estado de São Paulo*, 23 de fevereiro de 2003.

⁵⁷⁸ Souza, Marco Antonio. *Da Esquerda Revolucionária pré-64 ao PT: Continuidades e Rupturas*. São Paulo, FFLCH-USP, Dissertação de Mestrado, 1995, Conclusões.

estratégia de *alternativa democrático popular*, construída por meio de uma política de *acúmulo de forças* e de disputa de *hegemonia* na sociedade.

Segundo Árabe,⁵⁷⁹ o projeto de desenvolvimento do PT é distinto de outras alternativas por ser apoiado por uma expressiva base social e representar uma determinada compreensão de futuro: “uma certa utopia calculada”. Esta utopia calculada foi forjada na medida em que o partido se colocou como *sujeito político* que atua sob *pressão* de determinadas condições históricas, que por sua vez são *condicionantes* da ação partidária e, ao mesmo tempo, *objeto* de luta visando a sua própria alteração.

“A originalidade desta experiência refere-se aos interesses sociais que procurou representar e colocar sob sua perspectiva, à uma particular relação com a história do pensamento latino-americano e socialista, buscando superar formulações problemáticas que tiveram muito peso na região (em particular aquelas formulações de tipo nacionalista, populista e etapista)”.⁵⁸⁰

Dentro desse contexto, o PT entende o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social, a gestão pública participativa,⁵⁸¹ e as relações internacionais⁵⁸² de uma maneira conseqüente com a perspectiva de que “a realização de amplas reformas sociais no país será o caminho que tornará possível a transformação radical da sociedade e do Estado brasileiros no rumo do socialismo”.⁵⁸³

Com este *discurso na prática* o PT certamente permite que se conjuguem **democracia e mercado**, por meio de novas formas públicas de regulação econômica e participação social voltadas para a distribuição das riquezas socialmente produzidas.

⁵⁷⁹ Árabe, Carlos Henrique. *Desenvolvimento Nacional e Poder Político. O Projeto do Partido dos Trabalhadores em um Período de Crise*. Campinas, Deptº Ciência Política - IFCH-UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1998.

⁵⁸⁰ Op Cit, p. 95.

⁵⁸¹ Basicamente, tratam-se das práticas adotadas nas administrações petistas: **Desenvolvimento Econômico** (crescimento econômico e geração de emprego e renda utilizando a democratização do crédito e do microcrédito, apoio às micro e pequenas empresas urbanas e rurais, apoio ao cooperativismo, reforma agrária, diminuição do desemprego, geração de empregos, aumento do salário mínimo, qualificação profissional, diminuição da desigualdade salarial e apoio às exportações) **Desenvolvimento Social** (universalização dos direitos e inclusão social por meio de maiores investimentos nas áreas sociais - educação, saúde, habitação, segurança e cidadania - e maior assistência e proteção social a pobres, com o programa de renda mínima, bem como crianças, negros, mulheres e idosos) e **Gestão Pública Participativa** (reconstrução do Estado e construção da cidadania via participação popular no orçamento participativo e conselhos de gestão, austeridade administrativa renegociando dívidas e aumentando a arrecadação para diminuir o déficit, e combate ao desperdício, corrupção e sonegação).

⁵⁸² Para Garcia, “a definição de uma **política externa** é parte de um esforço mais amplo de construção de um novo projeto nacional de desenvolvimento, alternativo ao nacional-desenvolvimentismo e ao neoliberalismo. Para tanto é necessário analisar as transformações internacionais em curso para definir uma forma de presença soberana do Brasil no mundo, construindo novas alianças capazes de mudar as relações de poder internacionais. Para cumprir os objetivos anteriormente expostos o PT desenvolveu instrumentos e construiu instâncias de intervenção. A mais importante foi a criação do Foro de São Paulo. Em 1990, por iniciativa do PT, reuniram-se em São Paulo 48 partidos do continente (...). Surgia o Foro de São Paulo, que passou a reunir-se regularmente (...). O Foro de São Paulo é hoje uma instância plural que reúne cerca de uma centena de partidos (...e) se transformou em uma referência importante para a esquerda mundial. Trata-se de um ponto de encontro fundamental de forças políticas de esquerda e de centro-esquerda opostas ao neoliberalismo e em busca de alternativas progressistas. No Foro convivem partidos comunistas, socialistas, populares, nacionalistas, grupos que atuam nos marcos da institucionalidade ou que enfrentam - como na Colômbia - difíceis condições e realizam experiências de luta armada. O PT participa igualmente de outros foros multilaterais, como é o caso da Coordinación Socialista Latinoamericana e da Conferencia Permanente de Partidos Políticos de América Latina (COPPPAL). A primeira, tem um caráter mais homogêneo e articula partidos que reivindicam o socialismo em seu programa. Já a COPPPAL tem um caráter mais amplo e, a despeito de sua heterogeneidade, cumpriu um papel importante no passado na luta contra as ditaduras e de apoio aos movimentos insurgentes (...). Sem manter laços orgânicos, o PT tem assistido reuniões da Internacional Socialista”. Garcia, Marco Aurélio. *A Conjuntura Mundial e a Política Internacional do PT nos Anos 90. Breve Balanço e Perspectivas*. II Congresso do Partido dos Trabalhadores, 1999.

⁵⁸³ César (2002), Op Cit., p. 349.

Ora, o mercado e a democracia são por excelência dois pilares da *modernidade*. Ambos baseiam seu funcionamento em termos de direitos e oportunidades sociais e individuais nos valores da igualdade e da liberdade e trazem às sociedades modernas as questões da cidadania e da justiça.

Para Hirano,⁵⁸⁴ a concepção weberiana de mercado e a concepção rousseauiana de democracia têm algo em comum.

“En la concepción weberiana, es el capitalismo moderno donde ocurre, en su grado máximo de racionalidad formal, el cálculo de capital en las empresas de producción, cuando hay libertad en el mercado, libertad en el mercado de trabajo, libertad en la selección de trabajadores asalariados formalmente libres, y libertad contractual en la práctica económica”;

E continua:

“En relación al orden político, el primado de la libertad fecunda toda la discusión sobre la democracia igualitaria [...] y que, en última consustancia ‘la doctrina contratualista del Estado fundado sobre el consenso y la participación de todos en la producción de las leyes y el ideal igualitario que acompañó, en la historia, según Rousseau, la idea republicana [...]’”

O mercado e a democracia teriam como fundamento comum um *contrato social* baseado no pressuposto que os participantes tem o mesmo grau de liberdade e estejam em condições iguais. Ora, não é possível afirmar que isto seja uma realidade para a América Latina onde 211 milhões de pobres, 43,8% da população da região segundo a CEPAL, não estão certamente em condições iguais nem usufruem a mesma liberdade que o restante. Segundo Hirano, trata-se de uma população de miseráveis, duplamente excluída: do mercado econômico e do mercado político. O próprio processo de *modernização* teria provocado esta exclusão social, além da desintegração nacional, bem como a própria debilidade institucional do Estado que impede a reconstrução da cidadania dos excluídos. A *modernização* estaria, então, desconstruindo a *modernidade* possível do mercado e da democracia.

Diante dessa realidade, tanto a *utopia de realização dos valores burgueses* quanto a *utopia participacionista de ação coletiva transformadora* coincidem na intenção de ampliar as bases da *modernidade* ao transformar o mercado e a democracia em conquistas da civilização que viabilizem a cidadania política, social e econômica plena. São utopias na medida em que projetam para um *não-lugar* (o futuro) um estado de coisas que deveria encontrar seu *lugar* de ser aqui e agora. Neste sentido é que se dá a coincidência do projeto liberal com o projeto socialista, ou, para aproximá-los mais, os projetos social-liberal e social-democrata. Estamos, então, frente à *ação estratégica* da aliança de centro-esquerda PT-PL que chegou ao poder em 2003 nas eleições presidenciais do Brasil, concorrendo com o projeto liberal-conservador da aliança PSDB-PMDB. Partidos tão díspares quanto o PT e o PL têm em comum a *vontade política* de realizar amplas reformas sociais para a transformação da sociedade num *lugar* onde a democracia e o mercado se baseiem num verdadeiro *contrato social*. Esta aliança une um *discurso prático* gerado em campos opostos para se fundir na necessidade de transformação da realidade.

Em termos gramscianos,⁵⁸⁵ nas sociedades do capitalismo periférico onde a burguesia enquanto classe dominante falhou em instituir a sua *hegemonia*, o mecanismo que

⁵⁸⁴ Hirano, Sedi. “Modernización y Modernidad en América Latina”. *Cuadernos Americanos/Nueva Época*, ano VI, vol. 4, n° 34, jul-ago 1992, pp.195-206.

⁵⁸⁵ Cox, Robert W. “Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method”. *Millenium*, Vol. 12, n° 2, 1983, pp. 162- 175.

introduz a mudança social sem envolvimento das forças populares é a *revolução passiva* e seus aparelhos: populismo (*bonapartismo* ou *cesarismo*) e cooptação de lideranças (*transformismo*). O conceito de *revolução passiva* é, então, a contrapartida para o conceito de *hegemonia*, pois descreve a condição de uma sociedade na qual a classe dominante não fez concessões para as classes subordinadas, tanto em relação ao Estado quanto em relação à sociedade civil, para que aceitem a liderança burguesa no estabelecimento de um mecanismo de *hegemonia*. Por outro lado, toda revolução social implica no desenvolvimento dentro da estrutura social de um outro arranjo estrutural emergente do Estado e da sociedade, que é chamado de *bloco histórico*. Politicamente, o *bloco histórico* tem coesão suficiente para evitar a cooptação de lideranças; mas o *bloco histórico* é também social, econômico. Trata-se de uma justaposição recíproca de relações das esferas superestruturais política, ideológica e ética com as esferas estruturais social e econômica.

Desta forma, segundo Cox (1983), a classe trabalhadora internacional lideraria *blocos históricos* nas diversas nações com o objetivo de formar a sua *hegemonia*. Essas disputas se dariam em nível dos Estados Nacionais enquanto entidades básicas das relações internacionais e instância onde os conflitos sociais têm lugar. Nesta linha de pensamento, a emergência de novos blocos formados pelos trabalhadores em nível nacional iria preceder a reestruturação das relações internacionais. Qualquer mudança básica na ordem mundial poderia então ser rastreada nas mudanças fundamentais das relações sociais nacionais. De uma certa forma, as grandes potências mundiais são aquelas que passaram por profundas revoluções sociais e econômicas: França, EUA, a antiga URSS. Neste sentido, foram desenvolvimentos nacionais que ultrapassaram as fronteiras para se tornar fenômenos em expansão internacional que constituíram novas *hegemonias* ou que foram assimilados via *revolução passiva* por outras nações. Cox esboça um conceito de *hegemonia* nas relações internacionais:

“The hegemonic concept of world order is founded not only upon the regulation of inter-state conflict but also upon a globally-conceived civil society, i. e., a mode of production of global extent which brings about links among social classes of the countries encompassed by it. (...) Hegemony at the international level is thus not merely an order among states. (...) World hegemony is describable as a social structure, an economic structure, and a political structure; and it cannot be simply one of these things but must be all three. World hegemony, furthermore, is expressed in universal norms, institutions and mechanisms which lay down general rules of behaviour for states and those forces of civil society that act across national boundaries - rules which support the dominant mode of production.”⁵⁸⁶

Cox aceita que as *organizações internacionais* (intergovernamentais) são alguns desses mecanismos pelos quais normas universais de uma *hegemonia* mundial são invocadas. Mas o que dizer das *organizações internacionais da sociedade civil* (sindicatos, ONGs, associações, etc.) que representam mudanças sociais pretendidas ou em curso? Que dizer dos *movimentos internacionais anti-sistêmicos* (“antiglobalização”, pela paz, etc.)? Que dizer do Fórum Social Mundial?⁵⁸⁷ Complicam-se então as afirmações de que a emergência

⁵⁸⁶ Op Cit., pp. 171-172.

⁵⁸⁷ Velasco e Cruz entende que o surgimento cada vez maior das organizações da sociedade civil em nível internacional, primeiramente de Organizações Intergovernamentais Globais (OIGs) e posteriormente de Organizações Não-Governamentais (ONGs), inclusive as anti-sistêmicas, é o responsável pela emergência de um terceiro paradigma de análise no campo das relações internacionais, o neomarxismo. “Com isso quero sugerir que existem relações de afinidade entre as orientações normativas em confronto no âmbito da ‘sociedade civil internacional’ e as vertentes principais do debate que se trava no interior do ‘campo’ das Relações Internacionais. Sendo assim, é razoável supor que a abertura daquela, com a incorporação crescente de movimentos e organizações menos controlados pelos Estados nacionais, tenha algo a ver com a superação da dualidade ‘realismo’ versus ‘liberalismo’ que marca a disciplina na atualidade.” Velasco e

de novos blocos formados pelos trabalhadores em nível nacional iria *preceder* a reestruturação das relações internacionais; ou então que o contexto nacional permanece como o *único* lugar onde um *bloco histórico* pode ser encontrado.⁵⁸⁸ No entanto, parece razoável supor que para estruturar e sistematizar a luta política seja preciso uma organização política efetiva (um partido político, o príncipe moderno de Gramsci) para mobilizar as classes trabalhadoras geradas neste modo de produção e articulá-las com os camponeses e os marginalizados.

Vemos então que o desenvolvimento de *condições objetivas* no processo histórico brasileiro permite que uma *coalizão política e social multiclassista progressista*, enquanto *bloco histórico* (mecanismo social), alternativo à *hegemonia* dominante, se estruture de maneira *consensual* com seus representantes políticos, os *partidos* (agentes políticos), possibilitando a inserção de um *discurso prático* na *realidade concreta* visando a *transformação qualitativa* do Estado, da economia e da sociedade e viabilizando – ao menos em tese – o começo de um processo sócio-econômico de *mudança social* portadora da *modernidade* que leve, ao longo do tempo, à *superação do modelo de crescimento econômico neoliberal*, quiçá até do *padrão de acumulação dependente* e, a confirmar, do próprio *modo de produção capitalista*. Estas últimas duas dependendo de processos semelhantes em outros países.

A *luta política antiimperialista* ou a *ativação dos setores sociais para alteração das relações assimétricas nas relações internacionais* se dará pela *mobilização social da sociedade civil* necessariamente democratizando a informação e os meios de intervenção do Estado. Assim também, o *desenvolvimento econômico e social dos povos latino-americanos* tende a acontecer com o *controle social interno* das decisões, processos e mecanismos sociais e econômicos. Por último, a *erradicação da pobreza* e a *diminuição da desigualdade* poderão tornar-se realidade com a *democratização do desenvolvimento econômico e social* por meio de políticas deliberadas e efetivas de promoção social, setorial e regional. Trata-se da promoção da *equidade social* e constituição da *cidadania integral* dos destituídos.

Entendemos então como o *movimento de democratização das sociedades* promove o encontro de adversários com *utopias* concorrentes para que combatam os inimigos comuns reunidos em torno da realidade contraposta da *ideologia*, da *hegemonia* e das forças sociais que promovem a *modernização conservadora* na era da *globalização*.

Desta forma, um processo de *ação comunicativa* e suas correspondências *estruturais* podem então combater as interferências coercitivas dos processos de reprodução material no *mundo da vida*, causas das formas patológicas de reprodução simbólica, ao questionar, com um conhecimento *intersubjetivamente* meditado, uma *ordem internacional* criada por *instituições* ligadas às *classes sociais* dominantes. Desta forma, uma *ação estratégica* de um *partido político* consegue, com a *experiência* de sua trajetória, conquistar a *estrutura de poder* de um Estado na *periferia do sistema* e questionar a *hegemonia* das práticas sociais e da *ideologia* que legitimam o *poder social* da *burguesia* e a *dominância* dos Estados centrais

Cohn (1991),⁵⁸⁹ observa dois modelos polares de organização partidária: a) o PCB orientado para um papel de vanguarda, de valorização do jogo político de elites

Cruz, Sebastião. “Um Outro Olhar: sobre a Análise Gramsciana das Organizações Internacionais”. *RBCS*, nº 42, v. 15, fev 2000.

⁵⁸⁸ Idem, pp. 169 e 174.

⁵⁸⁹ Cohn, Gabriel. “Do PC ao PT, os Impasses da Esquerda Brasileira”. *Carta Política*. v. 1, nº 2, p. 6, abr 1991.

dirigentes e de política de “ocupação de espaços” nas instituições do poder; e b) o PT como partido de mobilização e participação popular, que se não é um partido classista excludente, também não é um partido voltado para as alianças de classes. Assim, o PCB com sua política “progressista” de corte nacionalista e com base numa estratégia de aliança de classes tornou-se tributário da própria expansão do capitalismo no Brasil. Já o PT, segundo Cohn, atinha-se a políticas setoriais de negociação de pontos específicos (corporativismo) ao invés de assumir uma política global de alianças de classes.

Ora, ocorre uma mudança a partir da eleição de 2002, quando o PT aliou-se com o PL e defendeu uma ampla aliança de classes para a retomada do desenvolvimento econômico com justiça social. Desta forma, principalmente depois de ganha a eleição, temos um PT no governo que deve passar a valorizar o jogo político (ampliando ainda mais o leque de alianças para ter maioria no congresso) e praticando uma natural política de “ocupação de espaços” na esfera pública federal. Obviamente o PT passa a se tornar tributário do desenvolvimento econômico do país. Resta saber qual papel jogará a mobilização popular e participação das classes trabalhadoras no sentido de redirecionar esse desenvolvimento para suas necessidades, e qual será a capacidade do Partido dos Trabalhadores de aproximar-se do seu objetivo final: o socialismo.

Pois bem, este entendimento de um *processo de democratização* do Estado, da sociedade e da economia, tanto local quanto regional e mundialmente, choca-se com a visão de um grupo de socialistas chegando ao poder depois de ceder programaticamente para conseguir fazer uma aliança de classes viável eleitoralmente e que se depara, já governo, com a realidade de que um efetivo sistema de direitos dos trabalhadores é, na verdade, causa para uma revitalização do capitalismo. Sim, porque “o maior obstáculo ao capitalismo (...) é seu atraso social”.⁵⁹⁰ Assim se constituiria a social-democracia como fenômeno histórico, pois representaria o “resultado da dialética entre o projeto dos socialistas de revolucionar a sociedade (...) e sua aludida participação nos governos nas *condições dadas* por um sistema formalmente democrático” e genuinamente capitalista.

Surge então o programa econômico concreto das idéias keynesianas para reconciliar o exercício do poder com o ideário socialista com a finalidade de administrar o capitalismo sem fazer grandes transformações. Cria-se a partir daí um “sistema complexo” de capitalismo, democracia e Estado do Bem Estar que seria o que Przeworski chama de “capitalismo democrático”.⁵⁹¹ Com base neste tripé, estaria “decretando” que a social-democracia realmente não poderá conduzir o capitalismo ao socialismo. Não é à toa que Przeworski se pauta em Kautsky e seu “marxismo ortodoxo” para dar curso ao seu livro, pois Kautsky foi o grande sistematizador e entusiasta do projeto social-democrata entendido dessa forma. Sintomático também é que Przeworski cite apenas duas vezes Rosa Luxemburgo e com uma citação repetida⁵⁹² de um assunto completamente lateral na teoria desta intelectual e revolucionária socialista.

Após ignorar também o fato de que Marx, Proudhon, Rosa Luxemburgo e Malatesta – todos citados no texto – não desconheciam que as reformas sociais (revolução social) estão num plano diferente, embora não desconectado, das mudanças políticas (revolução política), o autor posiciona um “dilema organizativo” que fraciona o movimento socialista entre aqueles que recusam a participação em parlamentos e governos e aqueles cujo

⁵⁹⁰ Oliveira, Francisco. “Przeworski Submete Marxismo `a Dura Prova”. *Folha de São Paulo*, 17 de junho de 1989.

⁵⁹¹ Existe capitalismo democrático?

⁵⁹² Citação repetida de Rosa Luxemburgo nas páginas 26 e 92. Przeworski, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

partido político assume o *compromisso fundamental* com a burguesia e passa a participar das eleições na institucionalidade democrática.

“O novo projeto, na verdade, implicava um compromisso fundamental com aqueles que ainda eram denunciados como exploradores, mas era economicamente viável, socialmente benéfico e, talvez mais importante, politicamente praticável sob as condições democráticas”.⁵⁹³

Nessa posição *bonapartista* (a crítica de Marx a Luis Bonaparte aparece no texto), os social-democratas se flagram numa “dependência estrutural”. Só que, ao invés dessa dependência ser social, isto é, referente às relações de dependência entre as classes e a economia dos países dependentes com relação ao centro imperialista, elas se constituem na forma de uma relação de dependência do governo com relação ao capital, em qualquer sociedade capitalista.

“Estar ‘no poder’, na verdade, confere pouco poder; os social-democratas estão sujeitos à dependência estrutural, como qualquer outro partido. O compromisso básico entre os social-democratas e o capital privado é, portanto, uma expressão da própria estrutura da sociedade capitalista”.⁵⁹⁴

Przeworski esboça uma teoria própria da forma de constituição das classes sociais que ignora o fato de que as classes sociais se estruturam e se definem pelo *processo de acumulação (forças produtivas)* e, simultaneamente, pela *luta de classes (relações sociais)*, constituindo uma *totalidade contraditória* que é o *capitalismo*. Ele opõe uma formulação sobre classes sociais de Marx em favor de outra concepção do próprio Marx; opõe a concepção *determinista* à concepção *voluntarista* de organização do proletariado; contrapõe a versão *economicista* contra a versão *historicista* para a conceituação do proletariado e da estratégia de ação política; tudo isso para afirmar, finalmente, que “as classes são formadas no decorrer das lutas, e que essas lutas são estruturadas por condições econômicas, políticas e ideológicas” e que essas condições objetivas “moldam a prática de movimentos que procuram organizar os operários em uma classe”.⁵⁹⁵

Vemos que o que se pretende é descolar a coletividade que está na produção, do partido, dos movimentos espontâneos e dos agentes políticos do proletariado, isto é, apartar as *relações de produção* da *luta de classes*. Esta formulação do processo de formação das classes sociais só é possível porque se entende que o movimento em direção a uma sociedade socialista não seria um processo social (revolução social), mas apenas movimento ou partido político (revolução política) sujeito a ser “moldado” pelas “condições objetivas”, leia-se “dependência estrutural” decorrente do compromisso dos social-democratas com o capital.

Ao final, Przeworski chega à conclusão, que não poderia ser outra, que “existem bases objetivas para uma aliança política entre o proletariado industrial estritamente definido e a fração moderna e expansionista da burguesia”⁵⁹⁶ e diz que isto se aplica ao SPD alemão de 1924-28, ao *New Deal* de Roosevelt, e à aliança entre o PCI e a DC na Itália. Historicamente isso pode ser verdadeiro, sociologicamente é uma possibilidade, mesmo na América Latina, e politicamente é viável uma aliança populista nacional-democrática (ou social-democrata) com essas características, mas o que chamamos a atenção é para a

⁵⁹³ Op Cit., p. 55.

⁵⁹⁴ Idem, p. 60.

⁵⁹⁵ Idem, p. 89.

⁵⁹⁶ Idem, p. 112.

fundamentação teórica dessa opção social-democrata. Extranhamente, ou melhor, coincidentemente suas conclusões sucedem uma discussão na qual o a *força de trabalho excedente*, aquela que o sistema capitalista não absorve, é caracterizada como “classe média” e não como proletariado ou lumpemproletariado. Esta é a discussão que nos interessa.

B. Marginalidade e Lumpemproletariado⁵⁹⁷

“Pois nunca deixará de haver pobres na terra; pelo que eu te ordeno, dizendo: Livremente abrirás a mão para teu irmão, para o teu necessitado, e para o teu pobre na tua terra.”

✧ Deuteronômio 15, 11

“Os cegos vêem, os coxos andam; os leprosos são purificados, e os surdos ouvem; os mortos são ressuscitados, e aos pobres é anunciado o evangelho.”

✠ Mateus 11, 5

“Casai os celibatários dentre vós, e também os casadoiros dentre vossos servos e servas. Se forem pobres, Deus os enriquecerá com Sua graça, porque é Munificente, Sapientíssimo.”

☉ Surata d'A Luz XXIV, 32.

O capitalismo é um *modo de produção* baseado na *expropriação* de recursos naturais e de economias tradicionais, *exploração* da força de trabalho e *concentração e centralização* do capital. O fato de que não tenha havido uma *polarização social* mais acentuada em algumas sociedades, como previra Marx, não se trata de um desenlace natural do capitalismo, mas representa a introdução de outros elementos no *padrão de desenvolvimento* das diferentes sociedades, entre eles, principalmente: o Estado de Bem Estar Social e a exploração dos *mercados externos* do Terceiro Mundo.

No entanto, a criação de camadas médias nas *formações sociais* dos diferentes *modos de desenvolvimento do capitalismo* não significa que não tenha havido concentração de poder econômico, político e social por uma elite local associada à burguesia de caráter internacional, que, conjuntamente, impuseram *padrões de produção e consumo* nas sociedades locais, via mecanismos legais, ideológicos e repressivos.

Se entendermos, como Marx, que a *acumulação de capital* é autogerada, após haver um processo inicial de *acumulação primitiva*, chegaremos à conclusão, como os estruturalistas e os *dependentistas reformistas*, que a política adequada de desenvolvimento sustentável consiste no incentivo à industrialização, mesmo com capitais e tecnologia estrangeira. Um entrave possível neste processo pode acontecer devido à oligopolização que ocorre no *capitalismo monopolista*, que poderia se resolveria com acirramento da concorrência e a intervenção do Estado.

⁵⁹⁷ “Lumpenproletariat: Roughly translated as *slum proletariat*, the term covers the outcast, degenerated and submerged elements that make up a section of the population of industrial centers. It includes beggars, prostitutes, gangsters, racketeers, swindlers, petty criminals, tramps, chronic unemployed or unemployables, persons who have been cast out by industry, and all sorts of declassed, degraded or degenerated elements. In times of prolonged crisis (depression), innumerable young people also, who cannot find an opportunity to enter into the social organism as producers, are pushed into this limbo of the outcast. Here demagogues and fascists of various stripes find some area of the mass base in time of struggle and social breakdown, when the ranks of the *Lumpenproletariat* are enormously swelled by ruined and declassed elements from all layers of a decaying society”. <http://www.marxists.org/glossary/terms/l/u.htm>; “Lumpenproletariat: Noun: 1. The lowest, most degraded stratum of the proletariat. Used originally in Marxist theory to describe those members of the proletariat, especially criminals, vagrants, and the unemployed, who lacked class consciousness. 2. The underclass of a human population. Etymology: German: *Lumpen*, pl. of *Lump*, ragamuffin (from Middle High German *lumpe*, rag) + *Proletariat*, proletariat (from French *prolétariat*)”. <http://www.bartleby.com/61/83/L0288350.html>.

Porém, se entendermos, como Rosa Luxemburgo, que a *acumulação de capital* se dá através do “*primitivismo da acumulação*”, isto é, a permanente necessidade de *expropriação* de riquezas naturais e *exploração* de *mercados externos*, chegaremos à conclusão, como os *dependentistas marxistas*, que o desenvolvimento no Terceiro Mundo consiste em promover uma inversão da atual ordem econômica capitalista, e caminhar na direção da utilização de *padrões de produção e consumo* compatíveis com a preservação dos recursos naturais, do *desenvolvimento social* dos povos, e do uso racional e bem distribuído das riquezas. Isto é, para começar: desenvolvimento ambientalmente sustentável com mudança da matriz energética, crescimento sustentado com geração de mais e melhores empregos, erradicação da pobreza e diminuição radical da desigualdade dentro e entre os países.

Muito bem, o modelo clássico marxista de acumulação de capital implica na expansão das relações de produção capitalistas em todas as áreas da economia. Com a concorrência capitalista, os pequenos produtores e artesãos de todo tipo são expulsos do processo de produção, e passam a depender da venda da sua força de trabalho como mercadoria. Por outro lado, as inovações poupadoras de mão-de-obra revolucionam os métodos de produção, aumentando a composição orgânica do capital. Como resultado temos um hiato entre a quantidade de força de trabalho disponível e as necessidades de fator trabalho do processo de produção.

“A força de trabalho excedente, portanto, é gerada quando o desenvolvimento capitalista simultaneamente destrói outras formas de organização da produção e reduz a necessidade relativa de mão-de-obra no sistema capitalista de produção”.⁵⁹⁸

O problema consiste em explicar como esse excedente de trabalhadores se enquadra na estrutura de classes sociais. Przeworski entende que o sistema capitalista não estrutura as formas de trabalho excedente, deixando esses trabalhadores excedentes na condição de trabalhadores improdutivos nas funções de distribuição, comercialização, pesquisa, financiamento, administração, acompanhamento e valorização da produção excedente e, finalmente, trabalhadores do setor de serviços (“serviçais”). Todos estes trabalhadores constituiriam a “classe média”. “A força de trabalho excedente pode assumir a forma de emprego na administração pública, ou de aposentadoria antecipada, de grandes exércitos permanentes, de dez milhões de estudantes universitários”.⁵⁹⁹

No entanto, não parece evidente que as formas que assume a força de trabalho excedente, arroladas pelo próprio autor, possibilitem caracterizar essas pessoas expulsas do processo de trabalho, ou marginalizadas enquanto tal, como “classe média”. As formas desse excedente de mão-de-obra são: 1) *subemprego*, ora, este é caracterizado pela baixa remuneração, falta de proteção legal ou com regras flexibilizadas, informalidade em alguns casos, ilegalidade em outros; 2) *exército industrial de reserva*, isto é, desemprego cíclico ou estrutural que não implica necessariamente na proteção do seguro-desemprego; 3) *exclusão social*, ou “exclusão permanente do emprego”. Não se sustenta a sua teoria de Przeworski que essas formas de *superpopulação relativa* se configuram como “classe média” devido à “um efeito direto de luta de classes”. Vejamos o caso da economia camponesa.

A economia camponesa pode ser caracterizada como um misto de propriedade privada com propriedade comunitária dos meios de produção, porque é fundada na família. Dentro de uma visão teórica clássica, o progresso das forças produtivas determina as

⁵⁹⁸ Przeworski, Op Cit., p. 104.

⁵⁹⁹ Op Cit., pp. 105-109.

transformações nas relações de produção, no regime de propriedade e, portanto, no modo de produção. Desta forma, uma revolução tecnológica poderia intensificar a acumulação de capital, fato que acarretaria uma diferenciação das famílias, polarizando-as entre proprietários dos meios de produção (terra) e os trabalhadores assalariados, dentro de um processo crescente de concentração de capital e de formação de grandes propriedades.

Ora, na América Latina *começamos* por ter grandes propriedades movidas a mão-de-obra escrava ou indígena. Além disso, a mão-de-obra assalariada imigrante quase não teve acesso à terra. A nossa inserção no mercado mundial se dá de forma dependente e hoje combina esta estrutura agrária arcaica com a utilização intensiva de capital. Tudo isto revela que o capitalismo descaracterizado (ou sem nenhum caráter) do Brasil, da América Hispânica e do Caribe, não poderia gerar um processo clássico de expansão da produção capitalista na agricultura.

O que se verifica é a lógica da acumulação (do “primitivismo da acumulação”) prevalecendo sobre a lógica do sistema capitalista, conforme definida pela ortodoxia marxista, pois mesmo formas de produção não-capitalistas são bem-vindas desde que permitam uma maior transferência de renda para os setores privilegiados: grandes proprietários rurais, capital industrial nacional e o capital internacional.

Este fenômeno do uso de expedientes e formas de exploração do trabalho não-capitalistas em favor das classes privilegiadas pode ser encarado como sendo uma composição diferenciada de produtividade nos diferentes setores das economias latino-americanas (*heterogeneidade estrutural*, CEPAL), ou como uma coexistência histórica de diversas formas de organização do trabalho de outros modos de produção, a serviço da acumulação capitalista (*desenvolvimento desigual e combinado*, Lênin e Trotsky).

Para Florestan Fernandes,⁶⁰⁰ as classes sociais somente aparecem onde o capitalismo avançou suficientemente para associar o modo de produção capitalista ao mercado como agência de classificação social e à ordem legal que ambos requerem e que, por sua vez, é fundada na propriedade privada, na racionalização do direito e na formação de um Estado nacional formalmente representativo. Desta forma, a situação econômica regula o favorecimento, positivo ou negativo, dos estratos sociais. Porém, até se formar e consolidar um sistema de classes sociais compatível com um capitalismo “moderno”, houve uma acomodação às estruturas já existentes, ou nas palavras de Fernandes, “o modo histórico-social de concretização do capitalismo engendra a sua própria realidade substantiva”. Ou seja,

“Para se expandirem e consolidarem, o mercado capitalista moderno, primeiro, e o sistema de produção capitalista, em seguida, adaptaram-se, de uma maneira ou de outra, a estruturas sócio-econômicas de origem colonial ou variavelmente pré-capitalistas e dependentes. Por isso, os novos surtos de rápido crescimento econômico renovam e fortalecem desigualdades econômicas, sociais e políticas que são incompatíveis com a ordenação em classes sociais”.⁶⁰¹

Assim, a emergência de novas realidades econômicas sociais e políticas vinculadas à expropriação capitalista permitem a revitalização de atitudes, valores e comportamentos estamentais, pois a estratificação em classes não extinguiu relações, estruturas e funções que subsistiram às sucessivas reorganizações promovidas pelo capitalismo. Exatamente porque, na América Latina, o capitalismo e a sociedade de classes não são produtos de uma evolução interna, e porque o capitalismo evoluiu na região sem

⁶⁰⁰ Fernandes (1973) Op Cit., pp. 33-43.

⁶⁰¹ Idem, p. 42.

contar com condições de crescimento auto-sustentado e de desenvolvimento autônomo, é que, Fernandes afirma que “as classes e as relações de classes carecem de dimensões estruturais e dinâmicos societários que são essenciais para a integração, a estabilidade e a transformação equilibradas da ordem social inerente à sociedade de classes”. Desta forma, a *heterogeneidade estrutural* da economia ou o *desenvolvimento desigual e combinado* da acumulação capitalista, se expressa no sistema societário pela permanência e reprodução de estratos e grupos que impedem, pela sua própria existência, que o conceito de classe social se configure como “uma categoria perceptiva e cognitiva que organiza as orientações do comportamento coletivo e suas impulsões de negação e destruição da ordem existente”.⁶⁰²

Neste sentido, a permanência da pequena propriedade rural, enquanto forma de produção não-capitalista, é explicável na medida em que se trata de uma estrutura funcional ao capital uma vez que barateia a reprodução da força de trabalho, pois a redução dos custos dos alimentos é feita às custas da *remuneração coletiva* da família, que seria uma forma de não remunerar integralmente o valor da força de trabalho. A inexistência de salário é compensada pela remuneração não-monetária. Por outro lado, a renda da terra é transferida para o grande capital por meio da circulação (existência de oligopólios, custos financeiros, etc.). Assim, o pequeno proprietário teria apenas a propriedade jurídica dos meios de produção, mas não se apropriaria da renda e do lucro da terra. Portanto, a *organização social do trabalho* (tempo de trabalho da família) na pequena propriedade é determinada em função da sua vinculação com o mercado.

Ora, isto configura uma virtual *proletarização* do camponês e de maneira nenhuma uma constituição dessa categoria como “classe média”, como quer Przeworski. Nesta situação o camponês é um trabalhador para o capital. Neste sentido, os conceitos de *trabalhador rural* (assalariado) e de *camponês* (produtor familiar, pequeno produtor, arrendatários, parceiros, meeiros, agregados e posseiros) se fundem devido à falta de diferenciação em termos de condição de pobreza e posição na estrutura social.

Dentro da polarização social originária do desenvolvimento capitalista na formação social brasileira, a titularidade de uma pequena propriedade não implica a caracterização de uma *classe média*; antes, a *exclusão social* e a *superexploração* decorrentes das condições adversas de competição, *proletarizam* esse segmento social. O Movimento dos sem Terra (MST)⁶⁰³ surge no Brasil com essa base social, semelhante à de movimentos com bases agrárias em outros lugares: EZLN no México, MAS na Bolívia.

A metodologia neomarxista de Figueiredo Santos⁶⁰⁴ de classificação social, baseada em Erik Olin Wright, tende a reforçar esse diagnóstico, na medida em que posiciona os “auto-empregados agrícolas”, expressando o universo dos produtores camponeses e dos trabalhadores excluídos na esfera do mundo rural, como representando 13,5% dos indivíduos onde: 49% são conta-própria agrícolas (60,3% são proprietários de terra, 13,9% cessionários, 12,2% parceiros, 8,6% arrendatários e 3,4% posseiros); 33,5% são trabalhadores na produção

⁶⁰² Idem, pp. 35-36.

⁶⁰³ Abaixo vemos dados sobre a realidade rural brasileira.

BRASIL: Trabalhadores Rurais Sem Terra Presos ou Mortos, 1989-2001														
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	TOTAL
Prisões	127	55	309	209	160	32	21	13	177	141	186	192	186	1808
Mortes	70	78	51	50	45	29	34	49	26	38	26	21	31	548

Fontes: CPT e MST: <http://www.mst.org.br/biblioteca/bibliotec.html>.

⁶⁰⁴ Figueiredo Santos, José A. *Estrutura de Posições de Classe no Brasil*. Belo Horizonte, UFMG-IUPERJ, 2002.

para o próprio consumo que não possuem renda; e 17,4% são trabalhadores não remunerados. Entre os primeiros, 80,4% controlam 25 hectares ou menos, sendo que 52,3% apropria-se de 5 hectares ou menos e 33,2% de apenas 1 hectare ou menos.

A pequena burguesia rural, a categoria ampliada de produtores camponeses inseridos na esfera da produção mercantil e que percebem rendas do trabalho, estaria delimitada pelos “conta-próprias agrícolas” mais os “pequenos empregadores agrícolas menos capitalizados”, conjunto que forma em torno a 9,7% das posições de classe dos indivíduos. Porém, a situação econômica desta pequena burguesia depende da forma da sua inserção nas cadeias produtivas, da sua adaptação às mudanças tecnológicas e da demanda agregada dos seus produtos como fatores que determinam a sua *proletarização* ou não.

“A reprodução da pequena burguesia depende do ritmo da acumulação, do comportamento dos mercados dominados pelo capital, enfim, da evolução da demanda agregada dos seus produtos e serviços. As diferentes fases da conjuntura podem promover ponderáveis deslocamentos entre a pequena burguesia e as formas de trabalho precário”.⁶⁰⁵

Juntamente com Singer, o autor caracteriza a constituição histórica de um setor de subsistência, formado pelas unidades cuja produção se destina predominantemente para o consumo dos próprios produtores. Neste setor, quando a produtividade do trabalho é inferior ao consumo médio da família ocorre o “desemprego disfarçado”, o que se reflete no fato de 35% da PEA na agricultura brasileira em 1995 ser composta de subempregados. “A quase totalidade desse subemprego está concentrada nas formas familiares de trabalho, ou seja, conta-própria, não remunerado e autoconsumo”.⁶⁰⁶ Na medida em que esses setores não se enquadram nas cadeias produtivas integradas verticalmente sob o comando da agroindústria e não se adaptam às mudanças tecnológicas tendem a ser objeto do *processo exclusão social*, agravando sua *situação de pobreza*.

Dentro do esquema de Figueiredo Santos,⁶⁰⁷ os “capitalistas” perfazem um contingente de 0,5% a 0,7% das posições, aí incluídos os grandes proprietários rurais. Juntamente com os “pequenos empregadores mais capitalizados” (1,3 a 1,8% das posições) compõem a burguesia. Estes empregadores mais capitalizados ocupam entre 3 a 10 empregados permanentes e auferem uma renda 83% maior que os “pequenos empregadores menos capitalizados”. Estes pequenos empregadores urbanos menos capitalizados representam 1,2% dos indivíduos e formam, com os “profissionais liberais típicos” (0,7% dos indivíduos) e os “auto-empregados capitalizados não agrícolas” (7% das posições), a pequena burguesia urbana. Na classe média assalariada, os “gerentes/supervisores” representam 3,4% dos indivíduos – entre estes somente 23,5% (0,8% do total dos indivíduos) têm título superior –, e os “empregados especialistas” conformam 1,8% dos indivíduos. Os “auto-empregados descapitalizados” (pedreiros, feirantes, eletricitas, cabeleireiros, marceneiros, ambulantes, costureiras, micronegócios domiciliares, etc.) somam 10,2% dos indivíduos. A grande maioria destes não controla ativos de capital e se limita ao uso da própria capacidade de trabalho. “Nessas condições, o auto-emprego representa uma forma de trabalho precário antes de ser uma manifestação da disponibilidade de recursos para ‘trabalhar para si’”.

A “classe trabalhadora ampliada” compreende os trabalhadores qualificados (3,8% dos indivíduos), os supervisores não qualificados e os trabalhadores despossuídos de ativos de qualificação e que não exercem autoridade (48,6% dos indivíduos). Entre estes estão

⁶⁰⁵ Op Cit., p. 116.

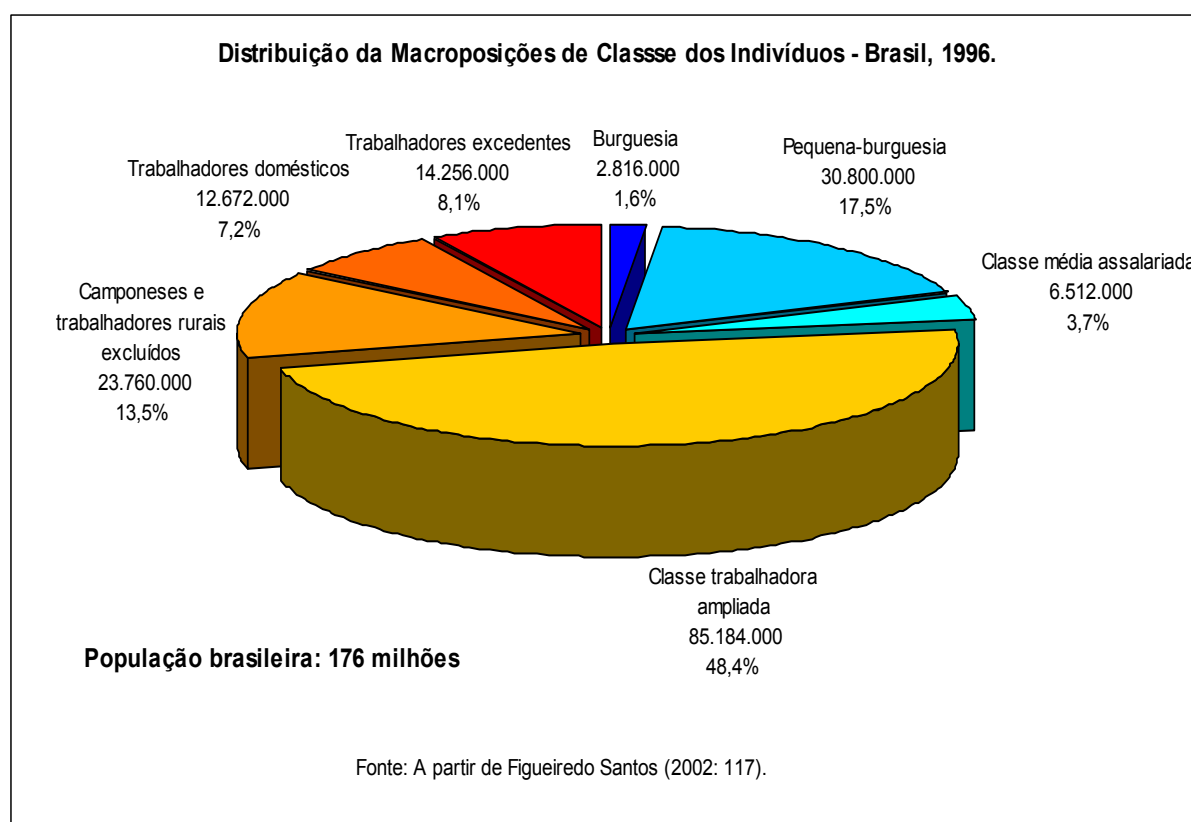
⁶⁰⁶ Idem, p. 132.

⁶⁰⁷ Idem, pp. 79-101.

os trabalhadores manuais da indústria e dos serviços (68,8% da classe trabalhadora), os trabalhadores manuais agrícolas (17,4%), os trabalhadores com ocupações não-manuais de rotina (9,5%) e os trabalhadores não-manuais mais graduados (4,2%). Já os “trabalhadores domésticos” (7,8% das posições dos indivíduos) estão em categoria aparte.

A força de trabalho excedente corresponde às “atividades autônomas de ínfima produtividade que se mantêm devido à sub-remuneração dos fatores de produção”. A substituição dos vínculos empregatícios pela compra dos serviços (subcontratação e terceirização) forma igualmente “falsos autônomos”, que na verdade são sub-assalariados. O “desemprego disfarçado”, situação entre o desemprego aberto e a inatividade, também entra na categoria dos trabalhadores excedentes.

Vejamos abaixo o resultado dessa composição depois da reclassificação perpetrada por Figueiredo Santos. A amostra foi feita com base na PNAD, mas decidimos estender para a atual população brasileira para poder mensurar o conjunto da sociedade.



Dadas as porcentagens atuais (1999) da pobreza e da indigência segundo Rocha,⁶⁰⁸ também baseada na PNAD, temos: 13.614.127 *indigentes* no país representando 8,74% do total da população. Podemos perceber que é um total aproximado ao dos “trabalhadores excedentes” (8,1%) de Figueiredo Santos, isto é, da força de trabalho que para sobreviver enfrenta condições de vida determinadas pelas sobras do excedente social.

Já na categoria de *pobres* temos 54.440.071 pessoas, representando 34,95% da população brasileira (1999). Ora, *grosso modo*, este volume compreendia, em 1996, os indigentes (“trabalhadores excedentes”, 8,1% do total), mais os “trabalhadores domésticos”

⁶⁰⁸ Rocha, Sônia. “Medindo a pobreza no Brasil” in: Lisboa, Marcos e Menezes-Filho, Naércio (orgs.) *Microeconomia e Sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2001, pp. 51-78.

(7,2%), somados aos “camponeses e trabalhadores rurais excluídos” (13,5%) e ainda uma parcela da “classe trabalhadora ampliada” equivalente a 6,15% do total da população.

Dentro deste contingente não podemos esquecer a situação especial dos trabalhadores infantis, que são 9% da população entre 5 e 14 anos, e que, além de trabalhar, o que a legislação proíbe, na sua maioria (76%) não recebem qualquer pagamento. Assim, segundo a PNAD (1999) de um total de 15.412.649 crianças entre 5 e 9 anos de idade, 375.376 trabalham e somente 25.096 recebem algo por isso. O mesmo se dá na faixa dos 10 aos 14 anos, que com um total de 16.995.386 crianças, 2.532.965 trabalhavam e somente 666.828 recebiam pagamento em troca.⁶⁰⁹

Pelo mapeamento acima, podemos visualizar o grau de concentração de renda e riqueza na sociedade brasileira: o 1% mais rico, isto é, apenas a parte da burguesia que compreende os capitalistas propriamente ditos e os latifundiários, correspondente a 1,5 milhão de pessoas (400 mil famílias), controlam 17% da renda nacional, e possuem 46,5 % dos ativos físicos (propriedades) e 60,2% dos ativos financeiros, totalizando 53% do estoque líquido de riqueza privada do país (Mercadante, 1999).

Entre os 10% mais ricos, cuja renda supera em 28 vezes a renda dos 40% mais pobres (Suplicy, 2000), incluem-se: a burguesia, naturalmente, (1,6% do total da população) e apenas metade (8,4%) da pequena burguesia (17,5%). Por outro lado, esses 40% *mais pobres* incluiriam obviamente o contingente de 34,95% de pessoas que estão *abaixo da linha de pobreza*. **O que significa dizer que conforme o nível de posicionamento na estrutura social migra-se para a pobreza absoluta com facilidade, dado o caráter estrutural da pobreza e a característica extrema da desigualdade.**

O *conceito de exploração* compreendido além dos limites marxistas permite entender que no mundo uma pequena parte dos habitantes enriquece a custa da grande maioria. Esta *exploração* acontece “sem efeitos diretos e lineares na luta de classes”.⁶¹⁰ Isto é, para Casanova, nem toda *exploração* acontece com a *mediação do mercado de trabalho*, como observada por Marx, mas acontece também enquanto luta pelo *excedente econômico* e pela distribuição do produto *dentro e entre* as nações. Por isso, nem todo tensionamento da *exploração* implica conseqüências imediatas nas lutas políticas e sociais, isto é, na *luta de classes*. Na verdade, temos diversos conceitos que expressam diferentes tipos de relações de *exploração*: *mais-valia* (Marx), *excedente econômico* (Baran e Sweezy), *troca desigual* (Emmanuel), *deterioração dos termos de troca* (Prebisch-Singer), e *distribuição do produto e distribuição do capital* (pobreza e desigualdade).

Para Casanova,⁶¹¹ a mudança na *distribuição do capital* esteve mais diretamente ligada a mudanças na estrutura do poder. Enquanto que a mudança na *distribuição do produto* esteve mais diretamente ligada a transformações nas mediações e repressões políticas e sociais.

Assim, no que se refere à *distribuição do capital*, as mudanças que geraram novas distribuições na *formação do capital* sempre se preocuparam com a preservação e o aumento do poder em torno das grandes empresas monopólicas e seus Estados, que, por sua vez, as protegiam com seus recursos militares, industriais, comerciais, financeiros, tecnológicos e científicos. A partir desse poder, as corporações controlaram o próprio Estado nas suas decisões relativas à *acumulação de capital*, começando pelos mercados financeiros.

⁶⁰⁹ Kassouf, Ana Lúcia. “Trabalho Infantil”, in: Lisboa e Menezes-Filho (2001), Op Cit., pp. 117-150.

⁶¹⁰ Casanova (2002), Op Cit., p. 142.

⁶¹¹ Idem, pp. 145-146.

Este processo, “no final do século XX, nos levou a um mundo totalmente controlado pelos antigos monopólios articulados aos Estados imperialistas”.

No que se refere à *distribuição do produto* destacam-se, por um lado, as *mediações políticas e sociais* (lutas sindicais, sistemas democráticos, Estados do Bem Estar Social) cujo desenvolvimento foi possível pelo aumento da produtividade, pelo surgimento de novas tecnologias e pelas transferências de excedente. A estas políticas de “estímulo estrutural e sistêmico” corresponde o crescimento dos estratos e setores médios. Este processo ocorre nos países desenvolvidos e apenas residualmente na América Latina.

Por outro lado, as *políticas de privação* (desemprego, informalidade, ilegalidade, marginalização e exclusão) promovem o crescimento do contingente de pobres e miseráveis que se configuram como explorados sem que cheguem a atuar como classe contra a opressão e a dominação. Podemos comprovar pelo gráfico acima e pelas informações apresentadas anteriormente que o espectro que vai dos “lumpemproletários indigentes” aos “setores empobrecidos” compreende quatro quintos (80%) da humanidade.

Segundo Nun,⁶¹² o *exército industrial de reserva* seria, em Marx, um efeito funcional da *superpopulação relativa*. Esta consiste no excedente de trabalhadores determinado pelas *relações de produção* (relações de trabalho). Para Nun, a *superpopulação relativa* é uma categoria transhistórica que coincide somente parcialmente com o *exército industrial de reserva*. Assim, não toda a *superpopulação relativa* teria a funcionalidade atribuída por Marx ao *exército industrial de reserva*. O *exército industrial de reserva* seria a parte da *superpopulação relativa* que tem efeitos funcionais sobre a dinâmica da acumulação capitalista.

Nun pretende tematizar os efeitos funcionais e a-funcionais da *superpopulação relativa*, introduzindo o conceito de *massa marginal*, e baseando-se em três transformações que se deram após as análises de Marx: a passagem para o modo de produção monopolista; o poderoso impulso que adquiriu a internacionalização do capital; e as modificações que ocorreram na estrutura ocupacional. O argumento de Nun é que os mecanismos de geração da *superpopulação relativa* se pluralizam devido à crise do modelo *fordista*, isto é, da desestruturação das relações de trabalho, que se tornam heterogêneas e instáveis.

Massa marginal seria então o segmento de *superpopulação relativa* ligado ao setor produtivo mediante relações a-funcionais ou disfuncionais, isto é, apesar de ser gerada pelo processo produtivo esta *massa marginal* não é absorvida pelo mesmo, ao contrário do *exército industrial de reserva*. Nun critica o “hiper-funcionalismo” da esquerda para a qual até o camponês sem-terra aparece como funcional para a reprodução e exploração capitalista. Contudo, nós sabemos que esse sem-terra é explorado. Sabemos também que os mecanismos de exploração – sejam tipicamente capitalistas ou não – convergem para o modo de produção hegemônico, que é o capitalismo.

Portanto, podemos dizer que o sem-terra está *em função* do sistema capitalista. Porém, a sua “funcionalidade”, isto é, a sua participação positiva ou negativa – ou mesmo sua irrelevância – na estabilidade do setor dominante da economia irá depender de fatores históricos, políticos e sociais que não podem ser resumidos em “leis” econômicas.

Neste sentido, Nun não entende o *processo de acumulação* como sendo autônomo ou possuindo uma lógica própria, ao contrário, o vê como necessitando de um amplo conjunto de instituições sociais (estruturas políticas e ideológicas incluídas) que o viabilizem. Configura-se mais como um *regime social de acumulação* onde a *acumulação de*

⁶¹² Nun, José. “El Futuro Del Empleo y la Tesis de la Masa Marginal”. *Desarrollo Económico*, vol 38, nº 152, jan-mar 1999.

capital aparece sempre como sendo o “resultado contingente de una dialéctica de estructuras y de estrategias y tácticas específicas de acumulación”. Isto é, o crescimento não é um processo estritamente econômico. Conseqüentemente, os processos políticos implicam também decisões econômicas, o que acaba por torná-los *democracias representativas excludentes*, dado o caráter desigual das sociedades, os processos de marginalização e exclusão, bem como o aumento da situação de pobreza.

Para Nun isto não implica em prognosticar o *fim do trabalho*, como fazem alguns teóricos, pois, enquanto fator de produção, o trabalho é necessário ao processo de acumulação capitalista. Acrescenta Nun que na América Latina nunca existiu uma sociedade salarial constituída como a européia, donde vem que também não cabe afirmar o *fim do trabalho assalariado* na região. No entanto, devido às transformações já descritas pode-se considerar como fato o *fim do trabalho assalariado bem remunerado* e estável como algo possível de ser generalizado para a população.

Sendo assim, os desempregados – que na América Latina são em menor porcentagem que na Europa, porém não contam com os mecanismos de proteção ainda existentes lá – podem atuar como um *exército industrial de reserva* no setor competitivo e como uma *massa marginal* no setor monopolístico. Vemos aqui uma desconexão entre a lógica do “setor competitivo” e a lógica do “setor monopolístico” da mesma economia capitalista. Ou seja, Nun afirma que a população excedente pode ser irrelevante para o setor hegemônico da economia, ou, no pior dos casos, pode até se tornar um perigo para sua estabilidade. Isto coloca à ordem estabelecida o problema político da gestão de esses excedentes não funcionais de mão-de-obra, a fim de evitar que se tornem disfuncionais. O que equivale dizer que a determinação da quantidade de emprego implicada em qualquer processo de crescimento está longe de ser um processo estritamente econômico. Para reverter essa situação, em direção a um crescimento com equidade, pode-se afirmar que “el gran tema sigue siendo la política y las relaciones de poder”.

Neste sentido, Quijano⁶¹³ afirma que, no discurso dominante, a “pobreza” substituiu totalmente a “exploração/dominação” como questão central do debate político. A maneira “empirista e pragmática” com que “novos grupos” a serviço de setores financeiros, militares ou de inteligência estudam e lidam com a questão da “pobreza”, partindo de versões simplificadas dos estudos do Banco Mundial, e separando-a de toda relação com o *poder*, contrasta com aqueles que propunham uma “revolução do poder”, ao contrário de sua “modernização”, para quem a desigualdade social e a pobreza são elementos constitutivos do *padrão do poder* como tal e “não podem ser eliminados sem arrastá-lo consigo”. Trata-se de estudar e lidar com os mecanismos e tendências do poder que produz pobreza e pobres.

Quijano denomina “*população marginalizada*” à *população excedente de trabalhadores*, expulsa do trabalho assalariado estável e não incorporada pela alternância de ciclos de expansão e contração do capital. Diferentemente de Nun, segundo o qual a mão-de-obra excedente pode ser considerada uma *massa marginal*, com disfunções a respeito do capital, para Quijano, essa mão-de-obra excedente tende a formar um *pólo marginal* na economia:

“Un conjunto de ocupaciones o actividades establecidas en torno del uso de recursos residuales de producción; que se estructuran como relaciones sociales de modo precario e inestable; que generan ingresos reducidos, inestables y de incompleta configuración respecto del ‘salario’ o de la ‘ganancia’; que producen bienes y/o servicios para un mercado constituido

⁶¹³ Quijano, Aníbal. *La Economía Popular y sus Caminos en América Latina*. Lima, Mosca Azul, 1998.

por la propia población de trabajadores ‘marginalizados’. En suma, el nivel más dominado de la estructura de poder del capital”.⁶¹⁴

Pólo marginal é então um conjunto de atividades econômicas, uma rede de relações sociais e um nível de recursos e de produtividade dentro do poder capitalista, porém marginal. A *informalidade* não seria uma característica de um setor do trabalho dentro do capitalismo, mas uma característica de um setor do capital. Assim, no “setor informal” existiria um “capital informal”, a “venda informal de trabalho” ou pequena produção mercantil, a “venda comunitária de trabalho” ou reciprocidade, e o “*pólo marginal*” propriamente dito. Exemplificado pelo caso haitiano, o *pólo marginal* pode ser definido como uma economia de subsistência e independente, onde uma grande maioria produz e reproduz sua subsistência com um mínimo de recursos e produtividade.

Segundo Quijano, os “*materialistas históricos euro-centristas*” insistem que a mão-de-obra excedente continua sendo *exército industrial de reserva*; que este não está “à margem”, no sentido de “fora do capital”, e que admitir esta *marginalidade* implicaria num *dualismo* próprio da *teoria da modernização*. Mas tanto Nun como Quijano, afirma este, se referem à *marginalidade* como um mecanismo das relações entre capital e trabalho que não ocorre fora do capital, da sociedade ou do poder em geral.

Contudo, apontam que o problema não se trata apenas da questão do emprego, mas de admitir que os desempregados e os subempregados tendem a constituir um complexo de atividades econômicas e de formas de organização com níveis de recursos, tecnologia e produtividade característicos. A característica principal, no entanto, seria que “el personaje central no era el capital, sino el trabajo”.

Ou seja, são relações econômicas não-salariais, que não passam pelo mercado e que não se organizam em grupos desiguais submetidos a quem controla os meios de produção. Pelo “esgotamento do processo de mercantilização da força de trabalho” estas formas de trabalho não-salariais tendem a se reproduzir e perpetuar. Porém,

“No son un intento político-ideológico de ‘construir’ sociedades utópicas. (...) No se trata, por lo tanto, de artefactos políticos, sino de soluciones necesarias”.⁶¹⁵

Cabe perguntar se o que vemos são “soluções”, por mais “necessárias” que sejam? Alternativamente, as “soluções necessárias” não seriam exatamente construir “sociedades utópicas”? Por um lado, Nun admite lógicas diferentes – “dialética de estruturas e de estratégias e táticas específicas de acumulação” – dentro do próprio sistema capitalista, por outro lado, Quijano admite uma lógica *não-capitalista* dentro do sistema capitalista sem atribuir-lhe qualquer capacidade de *transformação* do mesmo. Tanto na versão de Nun da *massa marginal* quanto na versão de Quijano do *pólo marginal*, a *marginalidade* assume o lugar do *exército industrial de reserva*, no contexto do mundo subdesenvolvido e na fase monopolista do capitalismo, sem que isto signifique uma transformação qualitativa do sistema.

Ambas concepções contrastam evidentemente com a abordagem de Casanova, propondo diversos conceitos que expressam diferentes tipos de relações de *exploração* que apontam realidades e possibilidades para além do capitalismo; e com a abordagem de Singer sobre a *acumulação autônoma* da *economia solidária*, que “aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de

⁶¹⁴ Op Cit, p. 70.

⁶¹⁵ Idem, p. 141.

organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o sistema capitalista”.⁶¹⁶ Tanto Casanova quanto Singer encontram elementos que permitem afirmar o socialismo, entendida como uma sociedade mais justa e igualitária, como uma realidade em construção.

Ao analisar a obra de Quijano e Castells, Singer⁶¹⁷ critica a divisão da economia capitalista em um setor “marginal” e outro “monopolístico”, embora não negue que diferenças entre setores e ramos econômicos podem ocorrer devido à composição orgânica do capital, devido ao custo da reprodução da força de trabalho, e devido ao tamanho da demanda.

“Não se justifica, porém, supor que o conjunto das atividades que não integram o setor monopolístico apresenta estas características de ‘marginalização’. Antes pelo contrário, a expansão do setor monopolístico cria, direta ou indiretamente, condições para a multiplicação de atividades competitivas inegavelmente prósperas, onde a acumulação do capital se processa mediante a exploração extensiva de trabalhadores pouco qualificados”.⁶¹⁸

Ou seja, entre o “núcleo hegemônico” e o setor propriamente “marginal” há um conjunto de atividades que não justifica uma “visão dicotômica” para esta realidade bem mais complexa da América Latina. Segundo Singer, trata-se de estudar as relações causais entre dependência e marginalidade num nível maior de concreção, no qual “a dependência deixa de ser a principal fonte de determinação social para se tornar um entre vários fatores que influem no desenvolvimento, na urbanização e na marginalização em sociedades como as latino-americanas”.⁶¹⁹ Com isto evitaríamos imputar ao *imperialismo* ou à *dependência* processos que são apenas *capitalistas*.

Na verdade, podemos interpretar a contribuição de Singer acrescentando que a *marginalidade* não é própria de certos grupos localizados, mas decorrente de processos que afetam as camadas pobres da população. Em outras palavras: não há um setor da economia que seja *marginal*, mas sim são os trabalhadores os *marginalizados*!

Nesta linha, Kowarick⁶²⁰ avança na análise das sociedades latino-americanas no sentido de “*categorizar* novos processos que geram marginalidade decorrentes do fato de o sistema, além de capitalista, ser também *dependente*”. Sem negar a existência de marginalidade nos países desenvolvidos, Kowarick afirma que há um “novo tipo de desenvolvimento (ou subdesenvolvimento) que tem por característica a qualidade de ser superexcludente e de estar articulado à criação e manutenção de relações de produção de características arcaicas”. Temos então, além do desemprego, o subemprego e as ocupações vinculadas a setores “arcaicos” da economia, ou melhor, as formas de trabalho não propriamente capitalistas que alimentam o sistema.

“Na América Latina [...] há uma larga fatia populacional que não consegue se inserir no sistema produtivo, engrossando o rol dos desempregados ou inativos; bem como razoável proporção da força de trabalho que não consegue estabelecer-se como assalariada, permanecendo

⁶¹⁶ Singer, Paul. “Economia Solidária: Geração de Renda e Alternativa ao Liberalismo” in: Singer (1998), Op Cit., pp. 126-139.

⁶¹⁷ Singer, Paul. “Urbanização, Dependência e Marginalidade na América Latina”. in: Singer, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo, Brasiliense, 1973, pp. 63-90.

⁶¹⁸ Op Cit., pp. 87-88.

⁶¹⁹ Idem, p. 90.

⁶²⁰ Kowarick, Lúcio. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, pp. 61-62.

numa situação de subemprego, de modo particular nas ocupações autônomas do setor terciário, ou ainda vinculada a atividades artesanais e à indústria a domicílio”.⁶²¹

Esta dinâmica capitalista de criação e manutenção de relações não-capitalistas é delineada por Kowarick. Vemos então que a “lógica estrutural de tipo capitalista” promove atividades não tipicamente capitalistas que integram o processo de acumulação.

“Em outros termos, o capitalismo da Região desenvolve-se transformando pequena parcela da força de trabalho em trabalhadores assalariados: ao se desenvolver, libera parte da mão-de-obra vinculada às relações de produção ‘tradicionais’, que não consegue se transformar em assalariada. Mas esta ‘liberação’ não é aleatória. Ela é criada com a intensificação do processo industrial, dando origem a vastas parcelas de mão-de-obra que passam a operar sob ‘novas’ relações de produção ‘arcaicas’, presentes em boa parte das atividades integrantes do setor terciário da economia (...). E o mais importante é que tanto a manutenção destas formas ‘tradicionais’, como a criação de ‘novas’ são parte integrante de um modo de produção que, não obstante ser em sua dinâmica essencial de corte nitidamente capitalista, no processo de sua acumulação, as articula e delas se alimenta. Em outros termos, não se trata de duas estruturas, uma ‘moderna’ e outra ‘tradicional’, ‘arcaica’ ou ‘marginal’. Trata-se de uma única lógica estrutural, de tipo capitalista, a qual ao mesmo tempo gera e mantém formas de inserção na divisão social do trabalho não tipicamente capitalistas que longe de serem um peso morto constituem partes integrantes do processo de acumulação”.⁶²²

Assim, por um lado, o subdesenvolvimento latino-americano é *dependente*, portanto *desigual*; por outro lado, trata-se de um desenvolvimento capitalista que se *combina* com formas não caracteristicamente capitalistas de produção. Conseqüentemente, podemos observar que se estruturam modalidades produtivas inseridas na mesma divisão social do trabalho que correspondem a “tempos históricos desiguais”, segundo a *teoria do desenvolvimento desigual e combinado*.

Ou seja, contrastando com Singer, Kowarick afirma que “[...] a situação de dependência é central na forma de acumulação que marca os países latino-americanos”.⁶²³ Desta forma, as *contradições* que geram *marginalidade* estariam no capitalismo, mas seriam acirradas pela *dependência estrutural* das nossas sociedades. O resultado é um processo de desenvolvimento com maiores desigualdades sociais, onde a *marginalidade* é funcional à estrutura do sistema capitalista.

Contudo, Kowarick critica a abordagem de Quijano afirmando que “torna-se arriscado e até mesmo falacioso se falar de um pólo marginal da economia”.⁶²⁴ Porém, admite a separar trabalhadores “não-marginais” dos “marginais”, sendo que:

“O que caracteriza estes últimos é que sua inserção no sistema produtivo supõe tipos de exploração distintos daqueles característicos da parcela ‘integrada’ da classe trabalhadora, ou seja, os assalariados que na economia urbana estão presentes no setor fabril e no setor terciário organizado sob a forma de empresas”.⁶²⁵

⁶²¹ Op Cit., p. 65.

⁶²² Idem, pp. 60-61.

⁶²³ Idem, p. 75.

⁶²⁴ Idem, p. 84.

⁶²⁵ Idem, p. 85.

Não se trata da diferença de trabalho produtivo ou improdutivo, mas a diferença entre o “trabalho organizado em contexto empresarial” e o “trabalho autônomo” ou as “modalidades produtivas arcaicas”. *Marginalidade*, neste caso, não é sinônimo de *lumpemproleteriado*. Os grupos marginais da classe trabalhadora estariam numa situação de exploração que os diferencia dos assalariados, mas isto não implicaria em classificá-los na categoria *lumpen*. A parcela dos trabalhadores marginais compreendida nas formas arcaicas de produção poderiam ser caracterizadas como *superexploradas*, na medida em que a exploração se dá aí de forma extensiva. Mesmo na hipótese desses grupos marginais estarem auferindo mais renda que os assalariados eles não deixariam de ser *superexplorados*. O importante não é tanto o montante de remuneração que decorre de um trabalho mas as condições técnicas e sociais em que o trabalho se realiza. Assim, as *populações marginais* não são necessariamente os *pobres* ou *indigentes*.

“[...] Não é da idéia de pauperização que se chegará a uma teoria e prática das transformações sociais”.⁶²⁶

Kowarick quer “equacionar o trabalho marginal enquanto formas específicas de inserção nas estruturas produtivas” e rejeita a abordagem de Quijano que entende por *marginalidade* os grupos sociais excluídos, e que equaciona o trabalho marginal como “mecanismos que redundam em últimas instâncias na pauperização”.⁶²⁷ Concordamos com Kowarick que a exclusão, assim definida, passa a ser um processo genérico que engloba conceitos díspares (por ex.: renda e salário) e que se refere a processos econômicos diversos, marcados por variadas formas de apropriação do excedente. Entretanto, sustentamos aqui que ainda assim pode-se manter o poder explicativo de uma abordagem baseada na *pauperização* da classe trabalhadora.

Kowarick correlaciona as populações: a) “*flutuante*” [líquida], b) “*latente*” e c) “*estagnada*” do esquema marxista do *exército industrial de reserva* com, respectivamente: a) os movimentos de expansão-retração da atividade econômica do sistema capitalista; b) a liberação de mão-de-obra rural pela penetração do capitalismo no campo, bem como os trabalhadores autônomos do setor terciário; c) e os setores “arcaicos” (indústria a domicílio e artesanato). Cabe lembrar que Marx se refere ao trabalho doméstico como também sendo integrante desta categoria (“estagnada”).⁶²⁸

Kowarick afirma estar satisfeito com este esquema e diz não ser necessário recorrer a formulações como *massa marginal* (Nun) e *mão-de-obra marginalizada* (Quijano), segundo as quais a *população excedente* já não serviria na “função de reserva” para o capital. Para Kowarick, esta população, mesmo superabundante, faria parte do *exército industrial de reserva*, não se tornando de nenhuma forma *irrelevante*, *a-funcional*, *disfuncional* ou mesmo *marginal*.

“Mas se esta população sobrança aumenta, isto não significa que ela deixe de ter ‘funções’ para o capital”.⁶²⁹

Mesmo hipoteticamente admitindo o argumento de Quijano e Nun segundo a qual o setor monopolista do capital já não se deixaria afetar pela dinâmica do *exército industrial de reserva*, Kowarick afirma que ainda assim o setor competitivo o seria e serviria de correia de transmissão para o setor monopolista.

⁶²⁶ Idem, pp. 94-95.

⁶²⁷ Idem, p. 103.

⁶²⁸ Marx, Karl. *O Capital*. São Paulo, Nova Cultural, 1988, Livro Primeiro, Seção VII, Cap. XXIII, p. 199.

⁶²⁹ Idem, p. 115.

Muito bem, sem filiar-nos às correntes da “*experiência moral da economia*”, do “*determinismo macroestrutural*”, do “*anarco-catacumbismo*” ou do “*foucaultianismo narodnik*”, estamos mais próximos da *teoria do desenvolvimento do subdesenvolvimento* – para Kowarick⁶³⁰ uma visão “*genético-finalista*” – segundo a qual o *desenvolvimento econômico capitalista*, acirrado pela *dependência estrutural*, condiciona uma *situação de pobreza* das classes trabalhadoras, como vimos exaustivamente. Numa situação como esta, não se pode pensar dentro da dinâmica ou nos marcos de um *exército industrial de reserva*, apenas. É preciso reconhecer que uma parcela *excluída, marginalizada, empobrecida, espoliada, destituída* da população tem um caráter diferenciado da *população excedente* ou *superpopulação relativa* que constitui o *exército industrial de reserva (líquida, latente e estagnada)*. Trata-se de uma população indigente, faminta, heterogênea porém estatisticamente quantificável que, além de participar de atividades *ilegais, não-capitalistas* ou *marginais*, não tem perspectiva de superação dessa condição opressiva e degradante de *pauperização* nos marcos do sistema capitalista.⁶³¹

Diante disso, a *situação de pobreza* assume, além de uma *dimensão social*, um *caráter político*, pois constitui o ponto nodal entre: A) uma *estrutura econômica* decorrente da *desigualdade* e da *exploração*; e B) a *experiência política* vivida no *processo de exclusão sócio-econômica (segregação, discriminação)* e nas *formas de dominação (espoliação, destituição)*.

Certamente que não falamos aqui da criação de um partido político do *lumpemproletariado*, mas sim do reconhecimento de uma visão *humana* sobre os processos sociais. Se o ser humano é um animal político, os *lumpen* são humanos desconsiderados enquanto seres políticos e tratados como animais.

Ceceña Martorella,⁶³² após analisar as abordagens de Nun, Quijano e Kowarick⁶³³ as critica afirmando que o *exército industrial de reserva* foi descontextualizado da “*totalidade capitalista*” e suas determinações na tentativa de se extrair as especificidades do capitalismo latino-americano. Desta forma, a *acumulação capitalista* deixa de conceber-se como o *processo de dominação do capital*, de sujeição e/ou destruição de outros modos de produção e de apropriação. Neste sentido, os miseráveis deixam de ser entendidos como produzidos pela desestruturação de *modos de produção* mais atrasados ou pelos avanços tecnológicos que sustentam o progresso capitalista. Dentro da *concepção marginalista*, segundo Ceceña Martorella, desenvolver-se-iam “*sub-modos*” do *modo de produção capitalista* (o do capital monopólico, o competitivo, e as variantes que o *desenvolvimento desigual e combinado* do capitalismo é capaz de gerar) com dinâmicas distintas. Não se fala de contradição entre eles, mas de complementaridade.

⁶³⁰ Kowarick, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo, Editora 34, 2000.

⁶³¹ Naturalmente que aqui não consideramos a *mobilidade* que possa existir entre uma camada social e outra, o que não invalida o fato de podermos considerar cada camada como tendo uma densidade estatística considerável e relativamente permanente. Por outro lado, não estamos fazendo uma análise de *trajetórias* pessoais ou de grupos, mas uma análise estrutural com base nos processos relativos às classes sociais em nossas sociedades.

⁶³² Ceceña Martorella, Ana Ester. “Los Miserables en la Teoría Social Latinoamericana” in: Marini, Ruy Mauro e Millán, Mária (org.). *La Teoría Social Latinoamericana*. México, UNAM, 1996, Tomo II, pp. 237-262.

⁶³³ “Podría decirse que el análisis de Kowarick representa un avance en relación a sus antecesores, en el punto referente al tratamiento del ejército industrial de reserva. Sin embargo, el empobrecimiento que opera en el contenido del concepto modo de producción, por el desconocimiento implícito de su integralidad, termina nuevamente en una delimitación abusiva del ejército industrial de reserva. [...] No obstante, la alternativa con que pretende resolver la discusión sobre marginalidad y su confrontación teórica con el ejército industrial de reserva, a saber, la de la articulación de modos de producción, adopta una perspectiva estática y estrecha [...]”. Op Cit., pp. 257-258.

Para Ceceña Martorella, o fenômeno observado por estes *marginalistas* é constituído pelos segmentos que Marx denomina *superpopulação estagnada ou pauperizada*, que é aquela que se encontra nos últimos escalões do *exército industrial de reserva* e que, devido a isso, somente é absorvida em momentos de ascensão do ciclo econômico. Assim, o problema dos miseráveis aparecia como um fenômeno próprio da América Latina, enquanto que nos países desenvolvidos seria perfeitamente controlável, visto que aí somente se manifestava seu segmento flutuante⁶³⁴ (*superpopulação flutuante ou líquida*). No entanto, considerar essa *superpopulação pauperizada* como *massa marginal* ou *pólo marginal* traz conseqüências relevantes:

“Políticamente, la propuesta de la marginalidad tiene consecuencias importante que, incluso, son señaladas explícitamente por los autores. Los marginados, al no tener una relación directa o funcional con el sistema productivo hegemónico, tampoco pueden ser considerados miembros de alguna de las clases sociales involucradas en él y pasan a la categoría de ‘grupo social’, ajeno a la dinámica general y, por lo tanto, incapaz de modificarla como no sea mediante destrucción”.⁶³⁵

Segundo Ceceña Martorella, estes autores cometem o erro de explicar a miséria por fatores alheios ao *modo de produção capitalista*, que, admite, não é monolítico, porém preserva sua capacidade para universalizar-se. Por isso a América Latina faz parte de uma *totalidade contraditória em expansão*, que, nos marcos do seu *modo de produção*, tem como premissas a *divisão capitalista do trabalho – com sua tendência polarizadora –*, e a *proletarização* e o *empobrecimento* tendenciais que submetem as sociedades. Portanto, a *dinâmica de fato* diferenciada das economias latino-americanas não deve ser explicada por *sub-modos* alternativos dentro da lógica interna do *modo de produção capitalista*.

Nesta sentido, Ceceña Martorella propõe a recuperação do conceito de *exército industrial de reserva* para abordar o problema dos miseráveis dentro de uma perspectiva marxista, formulando a explicação da *pauperização extrema* por meio do conceito de *superexploração* de Ruy Mauro Marini.⁶³⁶ Isto a localiza numa esfera teórica diferente dos marginalistas. A *massa marginal* ou *pólo marginal* não seria nada mais do que a *superpopulação relativa pauperizada* do *exército industrial de reserva* descontextualizado na análise heterodoxa dos marginalistas.

Para nós, Ceceña Martorella parece entender o modo de produção *hegemônico* na América Latina como sendo a *totalidade* da qual resulta toda a pobreza e a desigualdade na região. Não faz referência a outras *formas não-capitalistas de exploração* nem admite que outras *formas não-capitalistas de organização do trabalho e da produção* possam imprimir uma dinâmica diferente ao *modo de produção capitalista*. Não se trata de admitir a existência de sub-modos de produção *capitalista*, nem de admitir a *coexistência* de *modos de produção* juntamente com o *modo de produção capitalista* numa mesma *formação social*, mas de reconhecer que a penetração do capitalismo na periferia do sistema acontece sobre *realidades sócio-econômicas* preexistentes, produzindo *formações sociais* diferenciadas que propiciam

⁶³⁴ Op Cit., p. 261.

⁶³⁵ Idem, p. 255.

⁶³⁶ Marini chama de “ecclético” o sistema de Nun e critica também o esquema de Quijano, pois sua categoria de *pólo marginal* “não mantém relação com a maneira como se polarizam ali [nas sociedades dependentes] as contradições de classe”. A perspectiva da *marginalidade social* somente é aceita por Marini na medida em que se incorpora à *teoria marxista da dependência* e aos pressupostos de que: 1) “a produção capitalista, ao desenvolver a força de produtiva do trabalho, não suprime, mas acentua a maior exploração do trabalhador”; e 2) “as combinações de formas de exploração capitalistas se levam a cabo de maneira desigual no conjunto do sistema, engendrando formações sociais distintas segundo o predomínio de uma forma determinada”. Marini (2000), Op Cit., pp. 160-161.

padrões de acumulação específicos e que, por sua vez, são geridos por *modelos de desenvolvimento* variados.

Assim, não é a *totalidade* capitalista a responsável pela miséria e desigualdade, mas sim é o sistema econômico *hegemonizado* pelo capitalismo que perpetua e acentua diversas formas de *dominação, destituição e exploração*, particularmente a *superexploração* tipicamente capitalista. Nessa perspectiva, se adotamos uma abordagem que considere a *superpopulação estagnada ou pauperizada* (em vez de *massa marginal* ou *pólo marginal*) como parte do *exército industrial de reserva*, o equacionamento do problema da pobreza e sua funcionalidade e qualificação irá depender de como se entende o *lumpemproletariado*.

Oliveira⁶³⁷ entende que o esquema de Marx do exército industrial de reserva “requer uma nova interpretação”, que ele leva adiante no entendimento que a ampliação do assalariamento “operou uma fusão entre as frações intermitente [flutuante ou líquida] e latente do exército industrial”. Além disso, Oliveira parece fundir também a *fração estagnada do exército industrial de reserva* com o *lumpemproletariado*, favorecendo uma interpretação “totalizadora”, ou melhor, uma compreensão segundo a qual todos os setores sociais são “funcionais” ao capital. Chega a falar de uma “fração lumpen da reserva”, embora afirme que “o lumpen tampouco pode ser considerado como parte do conjunto de trabalhadores, a não ser num vago sentido moral, já que também é vítima do sistema”.⁶³⁸

Estamos duplamente em desacordo com esta visão: em primeiro lugar, concordamos com Casanova que operacionaliza a categoria “pobres que trabalham” (*working poor*) muito além de um “vago sentido moral”, o que possibilita analisar o *lumpemproletariado* como uma *fração da classe trabalhadora*; em segundo lugar, entendemos que o *lumpemproletariado*, enquanto *fração da classe trabalhadora*, não é uma *fração do exército industrial de reserva* devido a sua característica marginal, ilegal, ou indigente. Não procede, portanto, considerarmos o termo “fração lumpen de reserva”.

O termo *lumpemproletariado* foi utilizado por Marx⁶³⁹ para designar a camada social que vive de *subemprego* ou de atividades marginais (prostituição, rufianismo, mendicância, roubo ou tráfico de drogas). Marx também descreveu essa camada social como sendo incapaz de qualquer ação conseqüente contra a sociedade capitalista.⁶⁴⁰ Trata-se, portanto, de uma camada social *indigente* e sem *consciência social*.

Senão vejamos: todo *processo de produção* é, para Marx, também um *processo de reprodução* do capital. Sim, pois o *processo de produção* implica o consumo da *força de trabalho* pelo capitalista, sendo que “o produto do trabalhador transforma-se não só em mercadoria, mas em capital, em valor que explora a força criadora de valor, em meios de subsistência que compram pessoas, em meios de produção que empregam o produtor”.⁶⁴¹ Nisto consiste o processo de valorização do capital. A finalidade da *força de trabalho* é, portanto, a *valorização do capital*.

Para Marx, na medida que a *produção de mercadorias* (reprodução simples do capital) evolui para a *produção capitalista* propriamente dita (reprodução ampliada do

⁶³⁷ Oliveira, Francisco de. “Passagem na Neblina” in: Oliveira, Francisco de, Stedile, João Pedro e Genoíno, José. *Classes Sociais em Mudança e a Luta Pelo Socialismo*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000, pp. 7-22.

⁶³⁸ Op Cit., pp. 18-19.

⁶³⁹ Marx, Karl. *O Capital*. São Paulo, Nova Cultural, 1988, Livro Primeiro, Seção VII, Caps. XXI a XXV.

⁶⁴⁰ Marx, Karl. *O 18 do Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

⁶⁴¹ Marx (1988), Op Cit., p. 148.

capital) é que “as leis de propriedade inerentes à produção de mercadorias se convertem em leis de apropriação capitalista”.⁶⁴² Em nota de rodapé, Marx se admira da “astúcia” de Proudhon que “quer eliminar a propriedade capitalista, fazendo valer em contraposição a ela as leis eternas da propriedade da produção de mercadorias”.

Ora, se considerarmos que o *processo de acumulação primitiva de capital* é permanente, como o faz Rosa Luxemburgo, pois este subsiste mesmo durante a *reprodução ampliada do capital*, então não devemos discordar da conclusão lógica de Proudhon: a propriedade, mesmo a “propriedade capitalista”, é e sempre será um roubo! Isto é, parodiando o próprio Marx, ela não contém nem um átomo de valor que não derive de trabalho alheio não-pago.

Se, por um lado, Marx afirma que a *reprodução da força de trabalho* constitui de fato um momento da própria *reprodução do capital*, sendo que a *acumulação de capital* consiste na multiplicação do *proletariado*;⁶⁴³ por outro lado, também nos diz que os movimentos de expansão e contração da produção da indústria moderna “*liberam*” constantemente parte dos trabalhadores, transformando-os em desempregados e semi-empregados.⁶⁴⁴ O processo de *acumulação de capital*, portanto, propicia um aumento do *proletariado* e da massa de trabalhadores que não consegue emprego.

Assim, a produção da *superpopulação relativa* se dá por dois fenômenos: 1) a demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital; e 2) a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora. No primeiro, a demanda de trabalho depende do *capital variável*, o qual se mostra decrescente ao longo do tempo em relação ao capital total. No segundo, o crescimento populacional e a incorporação de novas populações ao mercado de trabalho não são acompanhados pelo crescimento da oferta de trabalho pelas empresas. O capital utiliza-se da interação desses dois mecanismos concomitantemente para garantir que o crescimento absoluto da *população trabalhadora* seja sempre mais rápido que o crescimento do *capital variável*, cujo volume regula a demanda de trabalho. Em processo paralelo, a produção da *superpopulação relativa* avança ainda mais rapidamente do que a *revolução técnica* do processo de produção.⁶⁴⁵

Fique claro que, segundo Marx, *todo* trabalhador desocupado parcial ou inteiramente faz parte da *superpopulação relativa*.⁶⁴⁶ Esta se divide em *líquida (flutuante)*, *latente* e *estagnada*, como vimos. Contudo, para Marx, “o mais profundo sedimento da superpopulação relativa habita a esfera do pauperismo”. Ou seja, o *pauperismo*, ou o mais profundo sedimento da *superpopulação relativa*, não se confunde com os três segmentos da mesma, citados acima. Vejamos o que nos diz Marx sobre essa camada social da *superpopulação relativa* que habita a esfera do pauperismo:

“Abstraindo-se vagabundos, delinqüentes, prostitutas, em suma o lumpemproletariado propriamente dito, essa camada social consiste em três categorias. Primeiro, os aptos para o trabalho. [...] Segundo, órfãos e crianças indigentes. [...] Terceiro, degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho”.⁶⁴⁷

⁶⁴² Idem, p. 160.

⁶⁴³ Idem, p. 179.

⁶⁴⁴ Idem, p. 192.

⁶⁴⁵ Idem, pp. 188-197.

⁶⁴⁶ Idem, p. 197.

⁶⁴⁷ Idem, pp. 199-200.

Notemos que Marx inclui **trabalhadores pobres** (“aptos para o trabalho”) nesta camada, além da legião de crianças, mendigos, doentes, etc.

Ou seja, **trata-se de uma camada de trabalhadores que não faz parte do exército industrial de reserva mas faz parte da superpopulação relativa!**

Como “*lumpemproletariado propriamente dito*” Marx classifica os vagabundos, delinqüentes, prostitutas, etc. Ora, não acreditamos que cometemos um exagero ao considerar como uma **forma genérica de lumpemproletariado** (no sentido de *pauperismo*) também esses milhões de trabalhadores pobres aptos, suas crianças famintas, seus doentes ou inválidos, seus mendigos ou *raggamuffins*. Afinal, fazem parte de uma camada social que não funciona como o *exército industrial de reserva*, mas que é fundamental para a produção capitalista e o desenvolvimento da riqueza.

Complementando o que dissemos anteriormente, no total de pessoas classificadas como pobres, representando 34,95% da população brasileira, *grosso modo*, estão compreendidas, naturalmente, os indigentes ou *lumpemproletários* (“trabalhadores excedentes”, 8,1% do total da população), mais o *exército industrial de reserva* composto por: população *estagnada* (“trabalhadores domésticos”, 7,2%), somados à população *latente* (“camponeses e trabalhadores rurais excluídos”, 13,5%) e ainda a população *líquida* ou *flutuante* (parcela da “classe trabalhadora ampliada”, equivalente a 6,15% do total da população). Se considerarmos a *população em torno da linha de pobreza*, certamente essas porcentagens irão aumentar.

Isto é, o *lumpemproletariado*, ou se preferirmos, o *pauperismo*, este “peso morto do exército industrial de reserva”, juntamente com todos os outros segmentos da *superpopulação relativa*, “constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza”.⁶⁴⁸ Ou seja, a *lei geral da acumulação capitalista* consiste, nesse aspecto, no crescimento paralelo da riqueza social ao lado do *exército industrial de reserva* e, conseqüentemente, do *lumpemproletariado*. Neste *modo de produção capitalista* cresce a riqueza, com ela a desigualdade e, com esta, a pobreza. Portanto, o *desenvolvimento do subdesenvolvimento* é apenas a aplicação da *lei geral do desenvolvimento capitalista* em condições propícias criadas pela *dependência estrutural*.

Vejamos esta última afirmação à luz dos textos de Florestan Fernandes,⁶⁴⁹ que situa como se constitui, funciona e evolui o regime de classes sob o capitalismo dependente. Afirma ele que o capitalismo não é apenas uma realidade econômica, mas acima de tudo uma complexa realidade sociocultural. O ponto central para a caracterização sociológica das classes sociais está nos processos de estratificação social que se vinculam com a ordem econômica. Na nomenclatura de Fernandes, esta ordem econômica nas sociedades subdesenvolvidas age com uma “entidade especializada”, ao nível da integração com o mercado capitalista mundial; como uma “entidade subsidiária e dependente”, ao nível das aplicações do excedente das sociedades desenvolvidas; e como uma “entidade tributária”, ao nível do ciclo de apropriação capitalista internacional, no qual aparece como fonte de multiplicação do excedente econômico.

Ou seja, a organização capitalista (que tem como um dos seus fundamentos básicos a propriedade privada) e a estratificação social (diferenciação entre possuidores dos meios de produção e vendedores de trabalho assalariado) têm como elo um novo tipo de mercado, que converte “a apropriação privada dos meios de produção e a mercantilização do

⁶⁴⁸ Idem Ibidem.

⁶⁴⁹ Fernandes (1968), Op Cit., Cap I.

trabalho nas duas faces da mesma moeda”. No entanto, no Terceiro Mundo, “a extinção do sistema colonial e a emancipação nacional pouco representaram como condições para a implantação universal do *trabalho livre*, vendido como mercadoria pelo próprio agente”. Ou seja, nestas sociedades o mercado de trabalho não funciona universalmente segundo os requisitos de uma economia capitalista competitiva integrada.

“Ao que parece, a explicação do fenômeno acha-se na sobrevivência, em bloco, de amplos setores em que prevalecem economias de subsistência e formas extracapitalistas de mercantilização do trabalho”.⁶⁵⁰

Florestan Fernandes encontra o significado da articulação destas estruturas do sistema econômico dependente, heterogêneas e anacrônicas entre si, na função de “calibrar o emprego dos fatores econômicos segundo uma linha de rendimento máximo”, explorando em “limites extremos o único fator constantemente abundante, que é o trabalho – em bases anticapitalistas, semicapitalistas ou capitalistas”. O próprio “padrão de equilíbrio do sistema” persegue essa “articulação e combinação orgânica de estruturas econômicas em diferentes estágios de desenvolvimento”, que se dá ao nível da circulação.

“Sob o capitalismo dependente, a persistência de formas econômicas arcaicas não é uma função secundária e suplementar. A exploração dessas formas e sua combinação com outras mais ou menos modernas e até ultramodernas fazem parte do ‘cálculo capitalista’ do agente econômico privilegiado. Por fim, a unificação do todo não se dá (nem poderia dar-se) ao nível da produção. Ela se realiza e organiza, economicamente, ao nível da comercialização e, em seguida, do destino do excedente econômico”.⁶⁵¹

Podemos afirmar conjuntamente com Ianni, como vimos em outro capítulo, que a atividade econômica no *capitalismo dependente* consiste na combinação de dois tipos de *exploração* econômica: extração de *excedente econômico* e de *mais-valia*. Parece-nos também plausível, neste contexto, a afirmação de Marini de que a relação positiva entre o aumento da força produtiva do trabalho e a maior *exploração* do trabalhador, não sendo privativa da *economia dependente*, pois tem a ver com o *modo de produção capitalista*, adquire indubitavelmente um caráter agudo nos países subdesenvolvidos.⁶⁵² No entanto, cabe sublinhar que Marini considera a *superexploração* um fenômeno inerente ao capitalismo, não sendo correspondente a uma sobrevivência de modos primitivos de acumulação de capital.⁶⁵³ Aqui utilizamos o conceito de *superexploração* no sentido pensado por Marini para a economia capitalista; porém, entendemos também, como faz Casanova, que o conceito de *exploração* deve ser compreendido além dos limites marxistas, incluindo formas não-capitalistas de extração de sobretrabalho.

Como fica então o regime de classes nas sociedades subdesenvolvidas atuais, uma vez que Florestan Fernandes afirma que a industrialização não alterou significativamente o quadro apresentado? Para ele “nem sempre uma posição ativa nas relações de produção incorpora o agente econômico ao mercado”, portanto a posse ou não de bens fornece o requisito mais geral que pode servir de fundamento à caracterização sociológica. Entre os “não-possuidores de bens”, cabe diferenciar entre aqueles que valorizam sua posição ativa no sistema econômico, e aqueles cujo trabalho não encontra posição no mercado de trabalho capitalista, e portanto, cujo trabalho não conta como mercadoria.

⁶⁵⁰ Idem, p. 48.

⁶⁵¹ Idem, p. 65.

⁶⁵² Marini (2000), Op Cit., p. 161.

⁶⁵³ Idem, p. 163.

Ora, esta última categoria não constitui parte do *exército industrial de reserva*, antes formando o que Florestan Fernandes chama de “*os condenados do sistema*”, ou seja, “o setor humano marginal de sua ordem econômica”. Vejamos o que diz:

“Dessa perspectiva global, os ‘não-possuidores de bens’ dividem-se em duas categorias, entre as quais existe uma vasta gama de transições: os que estão imersos na economia de subsistência ou em estruturas arcaicas do sistema econômico (persistentes em maior escala no campo e, com intensidade menor, também nas cidades); os que se assalariam de uma ou de outra maneira e os que estão em via de proletarização ou se proletarizaram. A primeira categoria não constitui um ‘exército industrial de reserva’, embora, como é normal nas fases de constituição e de expansão de uma economia capitalista, nela se recrutem grandes massas de candidatos à proletarização (e, portanto, os elementos humanos podem engrossar a população industrial excedente). Ela forma, antes, o que se poderia chamar como *os condenados do sistema*, o setor humano marginal de sua ordem econômica”.⁶⁵⁴

Entre todos os “possuidores de bens” existem idênticos *interesses de classe* e *situação de classe*. Já os “não-possuidores de bens” se dividem em duas categorias: uma parte deles (“no caso brasileiro como em quase todas as sociedades subdesenvolvidas: a maioria da população”) não chega a ter *interesse de classe* nem *situação de classe* enquanto uma “polarização positiva”, isto é *organização* e *consciência de classe*. Trata-se dos *condenados do sistema* ou, como os estivemos chamando até aqui, os *lumpemproletários*. Outra parte, incorporada ao setor moderno possui tanto *interesse de classe* como *situação de classe*, além de valorizar-se, econômica e socialmente, enquanto trabalho vendido como mercadoria. Estes constituem o *operariado* propriamente dito.

Caracterizando a sociedade brasileira, Florestan Fernandes irá descrever uma “classe dependente urbana” juntamente com o “zé-ninguém da roça” como fazendo parte da categoria de “pobres”, distinguida conceitualmente da noção de “operariado”. Afirma que não é sua vinculação estrutural negativa com a ordem econômica, mas a própria **anomia** a causa da falta de *interesses* e *situação de classe* específicos desta “classe urbana dependente”. Conclui que, dado o seu crescimento maciço no mundo subdesenvolvido, em particular na América Latina, esse setor social “tende a assumir, diante da ordem econômica inerente ao capitalismo dependente, uma polarização comparável à do campesinato”.⁶⁵⁵

Vemos então que enquanto aumenta a importância desse segmento social de *condenados do sistema*, *classe dependente* ou *lumpemproletariado*, faltam condições para alcançar sua *cidadania*, ou mesmo algumas *mudanças sociais* que melhorem sua condição de vida. Diante desse paradoxo, é que nos colocamos a questão da *luta pelo poder político*, na medida em que representa a *luta pelo controle da mudança social*. Também nos colocamos a questão da *consciência de classe*, enquanto pré-requisito para a *organização política* visando uma *revolução social*. Primeiramente, reproduziremos a noção de *revolução social* de Caio Prado Jr., com a qual estamos de acordo:

“‘Revolução’, em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais”.⁶⁵⁶

⁶⁵⁴ Fernandes (1968), Op Cit., pp. 70-71.

⁶⁵⁵ Idem, pp. 73-78.

⁶⁵⁶ Prado Jr., Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1966, p. 2.

Ou seja, revolução não é somente a tomada do poder, mas sobretudo as *reformas e transformações estruturais nas relações econômicas e na sociedade* que permitem uma alteração da ordem vigente, particularmente do equilíbrio entre as classes.

Na verdade, historicamente foi a *luta de classes* que levou a burguesia a consolidar seu domínio hegemônico por meio de transformações de caráter político, econômico e social. Mas este *domínio de classe* que hoje a burguesia exerce é de caráter fundamentalmente *social* e não *político*. De outra forma não entenderíamos o fato de regimes diferentes do *regime burguês liberal* também representarem os interesses da burguesia, como é o caso do *populismo autoritário* estudado por Marx.⁶⁵⁷

A *hegemonia* é então de *caráter sócio-econômico*, com respeito pelos interesses da burguesia enquanto classe, não importando qual o *regime político* que vigora. Neste sentido, o Estado representa a burguesia na medida em que se trata de uma *superestrutura institucional* em articulação com a *infra-estrutura econômica e social* (*forças produtivas e relações de produção*). Admite-se a *autonomia parcial* do Estado com relação à sociedade, e reforça-se o fato do Estado ser um *instrumento* a serviço da classe dominante, pois é ele que permite a articulação do *político* com o *sócio-econômico*.

Dado que “a estrutura de classes é um fenômeno histórico-social determinado pela produção capitalista moderna”, a *consciência de classe* é “uma determinação da *prática social* historicamente definida, ou seja, a consciência de classe é um produto *prático-real* determinado pela produção social”.⁶⁵⁸ Como as relações de dominação e subordinação de nossas sociedades aparecem como relações “*naturais, abstratas e separadas*” devido ao grau de *alienação* do homem, a “negação dessas condições objetivas pressupõe a instauração, pela revolução social, da nova ordem social”.⁶⁵⁹ Conseqüentemente, a transformação das relações sociais ocorre quando os grupos sociais dominados e expropriados adquirem consciência de que essas relações são *sociais, historicamente determinadas e fazem parte de uma totalidade articulada*.

A *consciência de classe* pressupõe a emergência de *interesses práticos comuns* entre as classes dominadas, uma “consciência das condições históricas que determinam as relações sociais de produção existentes”. De maneira análoga, podemos afirmar que a *consciência social* também pressupõe a emergência de *discursos práticos* que combatam a *ideologia*, enquanto compreensão equivocada da realidade social que é ao mesmo tempo criadora e criatura da vida real dos homens. Ou seja, a *consciência de classe* pode ser transformada em *força social organizada* na medida em que participa desta *dimensão social da política* (*poder social*), composta de *interesses comuns e discursos práticos*.

Se a *luta de classes* surge da *contradição* existente na base de um *sistema de poder* fundado na *desigualdade coletiva* decorrente da *exploração* de uma classe sobre a outra, verificamos que as *mudanças estruturais* que questionam esse *sistema de poder* somente podem ocorrer quando as *camadas sociais* – agregado estatístico de pessoas que têm algo em comum – se transformam em *classes sociais* que, além de uma determinada posição no sistema produtivo, têm também em comum a *relação social*, a *ação coletiva* e a *consciência de classe*. Dito de outra forma, as *classes sociais* deixam de ser apenas *atores*

⁶⁵⁷ Marx (1978), Op Cit.

⁶⁵⁸ Hirano, Sedi. *Castas, Estamentos e Classes Sociais. Introdução ao Pensamento Sociológico de Marx e Weber*. Campinas, Unicamp, 2002, pp. 127 e 154.

⁶⁵⁹ Op Cit., pp. 155-159.

coletivos para se transformarem em *sujeitos históricos*, isto é, a *classe social* com *consciência de classe*. Desta forma a *luta de classes* torna-se *política*.

Neste sentido, concordamos com Hirano que “a luta de classes não é apenas uma luta econômica, é acima de tudo uma luta de classes em disputa pelo poder político, ou seja, a disputa pelo poder do Estado”.⁶⁶⁰ Ou seja, para a transformação do *poder político* (regime político) é preciso que os *interesses sócio-econômicos* compreendidos em *discursos práticos* no contexto do *poder social* se manifestem em *força social organizada* (movimentos sociais e partidos políticos). O *poder social*, por sua vez, está circunscrito à realidade da *formação social* enquanto articulação de diferentes *formas de organização do trabalho* sob a hegemonia do *modo de produção capitalista* dominante no planeta neste momento histórico.

Tanto a *ação coletiva* (*ação direta das massas*) quanto a *socialização* (*mundo comum*) promovem a internalização de normas e valores que podem provocar *mudanças estruturais* no *sistema de poder*. Porém, é preciso que um mínimo *consenso* (*ação comunicativa*) crie uma *identidade de classe* ao longo do *processo histórico* que permita a constituição de uma *consciência de classe* que, no caso dos oprimidos, combata o *controle social* (hierarquia, disciplina, burocracia) e a *exploração de classe* tendo como objetivo a *revolução social*, isto é, as *mudanças estruturais* no *sistema de poder*.

Ora, este processo não ocorre com o *lumpemproletariado* hoje em dia, de maneira que não podemos dizer que se constitui como uma *classe social* diferenciada do *proletariado* e seu *exército industrial de reserva*. O *lumpemproletariado* não tem presença enquanto *classe social*, mas tem presença enquanto *massa pauperizada e marginalizada*. Traços específicos, tais como a pobreza, destituição, espoliação, desfiliação, opressão, etc. devem ser entendidos como agravados exponencialmente nesta *camada social*. Se a *exclusão social* da classe trabalhadora se configura como uma *exclusão de direitos sociais*, a *exclusão social* do *lumpemproletariado* é uma luta pela sobrevivência física diária, convivendo com o desemprego, trabalho precário, informal, involuntário, fome, violência e desamparo.

Contudo, do ponto de vista da possibilidade de manutenção deste *sistema de poder* com esses níveis de *exploração* e *opressão* cada vez mais generalizados, podemos dizer que a existência de um *lumpemproletariado*, enquanto *camada social* diferenciada do *exército industrial de reserva* – este sim funcionando dentro do esquema das engrenagens do *modo de produção capitalista* –, **indica uma tendência de crise social** – e, portanto, *política* – que pode se tornar insustentável para a manutenção dos *mecanismos ideológicos do Estado* e até para a própria *reprodução social* do sistema. Em outras palavras, estamos dizendo que as *condições objetivas* de vida das massas criam um *poder social* baseado na *experiência coletiva* da *contradição de classes*, que vai se acumulando inicialmente como *resistência*, depois como *revolta*, e pode chegar a *revolucionar* a estrutura do *sistema de poder*.

⁶⁶⁰ Idem, p. 167.

IV. Bibliografía Utilizada

A. Livros

- Abranches, Sérgio, Santos, Wanderley G. e Coimbra, Antônio. *Política Social e Combate à Pobreza*. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
- Antunes, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho*. São Paulo, Boitempo, 1999.
- Arendt, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1993.
- Baran, Paul. *Excedente Económico e Irracionalidad Capitalista*. Córdoba, Pasado Y Presente, 1971.
- Barbosa, Rubens Antonio. *América Latina em Perspectiva: a Integração Regional da Retórica à Realidade*. São Paulo, Aduaneiras, 1991.
- Bobbio, Norberto. *O Conceito de Sociedade Civil*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.
- Brewer, Anthony. *Marxist Theories of Imperialism. A Critical Survey*. Londres, Routledge, 1990.
- Cardoso, Fernando Henrique e Faletto, Enzo. *Dependencia y Desarrollo em América Latina*. México, Siglo XXI, 1969.
- Cardoso, Fernando Henrique. *As Idéias e seu Lugar. Ensaio sobre as Teorias do Desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, 1993.
- Casanova, Pablo González. *Exploração, Colonialismo e Luta pela Democracia na América Latina*. Petrópolis, Vozes, 2002.
- Castel, Robert, Wanderley, Luiz Eduardo e Belfiore-Wanderley, Mariangela. *Desigualdade e a Questão Social*. São Paulo, EDUC, 1997.
- Castel, Robert. *As Metamorfoses da Questão Social*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- César, Benedito Tadeu. *PT: Contemporaneidade Possível. Base Social e Projeto Político (1980-1991)*. Porto Alegre, UFRGS, 2002.
- Chauí, Marilena. *O que é Ideologia*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- Chesnais, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Xamã, 1996.
- Chossudovsky, Michel. *A Globalização da Pobreza. Impactos das Reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo, Moderna, 1999.
- Cipola, Ari. *O Trabalho Infantil*. São Paulo, Publifolha, 2001.
- Dowbor, Ladislau e Kilsztajn, Samuel. (orgs.). *Economia Social no Brasil*. São Paulo, SENAC, 2001.
- Fernandes, Florestan. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- Figueiredo Santos, José A. *Estrutura de Posições de Classe no Brasil*. Belo Horizonte, UFMG-IUPERJ, 2002.
- Foucault, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- Frank, André Gunder. *Lumpen-Burguesia: Lumpen-Desenvolvimento*. Porto, Portucalense, 1971.
- Furtado, Celso. *Transformação e Crise na Economia Mundial*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- Gonçalves, Reinaldo. *Globalização e Desnacionalização*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- Habermas, Jürgen. *A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1980.
- Halliday, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre, UFRGS, 1999.
- Hirano, Sedi. *Castas, Estamentos e Classes Sociais. Introdução ao Pensamento Sociológico de Marx e Weber*. Campinas, Unicamp, 2002.
- Hirano, Sedi. *Pré-Capitalismo e Capitalismo*. São Paulo, Hucitec, 1988.
- Ianni, Octavio. *A Era do Globalismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, pp. 183-193.
- Ianni, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.
- Ianni, Octávio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.
- Ianni, Octavio. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

- Kay, Cristóbal. *Latin American Theories of Development and Underdevelopment*. London, Routledge, 1989.
- Kliksberg, Bernardo. *Desigualdade na América Latina. O Debate Adiado*. São Paulo, Cortez, 2000.
- Kowarick, Lúcio. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- Kowarick, Lúcio. *Escritos Urbanos*. São Paulo, Editora 34, 2000.
- Lênin, Vladimir. I. *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*. São Paulo, Mandacaru, 1990.
- Luxemburgo, Rosa. *A Acumulação de Capital*. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- Mantega, Guido. *A Economia Política Brasileira*. São Paulo, Polis/Vozes, 1984.
- Marini, Ruy Mauro. *América Latina: Dependência e Integração*. São Paulo, Página Aberta, 1992.
- Marini, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis, Vozes, 2000.
- Marx, Karl. *O 18 do Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- Marx, Karl. *Para a Crítica da Economia Política*. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- Mattoso, Jorge. *O Brasil Desempregado*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999.
- Miglioli, Jorge. *Acumulação de Capital e Demanda Efetiva*. São Paulo, Queroz, 1982.
- Quijano, Aníbal. *La Economía Popular y sus Caminos en América Latina*. Lima, Mosca Azul, 1998.
- Rouquié, Alain. *O Extremo Ocidente. Introdução à América Latina*. São Paulo, EDUSP, 1991.
- Salama, Pierre e Valier, Jacques. *Pobrezas e Desigualdades no 3º Mundo*. São Paulo, Nobel, 1997.
- Salama, Pierre. *Pobreza e Exploração do Trabalho na América Latina*. São Paulo, Boitempo, 1999.
- Santos, Milton. *Por uma Outra Globalização. Do pensamento Único à Consciência Universal*. Rio de Janeiro, Record, 2000.
- Schilling, Voltaire. *EUA versus América Latina. Etapas da Dominação*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984.
- Sen, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- Sen, Amartya. *Desigualdade Reexaminada*. Rio de Janeiro, Record, 2001.
- Singer, Paul. *Dominação e Desigualdade. Estrutura de Classes e Repartição da Renda no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- Singer, Paul. *Globalização e Desemprego. Diagnóstico e Alternativas*. São Paulo, Contexto, 1998.
- Soares, Laura T. R. *Ajuste Neoliberal e Desajuste Social na América Latina*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1998.
- Tönnies, Ferdinand. *Desarrollo de la Cuestión Social*. Barcelona, Labor, 1933.
- Tragtenberg, Maurício. *Burocracia e Ideologia*. São Paulo, Ática, 1992.

B. Artigos e Capítulos de Livros

- Abel, Christopher e Lewis, Colin. (orgs.). *Latin America, Economic Imperialism and the State: The Political Economy of the External Connection from Independence to the Present*. London, Athlone Press, 1991, Caps. 1 e 3.
- Abranches, Sérgio. “Desigualdade Durável”. *Veja*, 10 de novembro de 1999.
- Abranches, Sérgio. Entrevista. *Veja*, 19 de agosto de 1998.
- Agosin, Manuel e Tussie, Diana. “Globalização, Regionalização e Novos Dilemas da Política Comercial para o Desenvolvimento”. *RBCE*, nº 35, abr-jun 1993, pp. 47-62.
- Altamira, Jorge. “A Crise Mundial”. *Estudos*, nº 34, nov 1992.
- Altimir, Oscar. “Distribución del Ingreso e Incidencia de la Pobreza a lo Largo del Ajuste”. *Revista de la CEPAL*, nº 52, abr 1994, pp. 7-32.
- Alves, Lindren. *Relações Internacionais e Temas Sociais: a Década das Conferências*. Brasília, IBRI, 2001, Cap. 6.

- Amin, Samir. "Imperialism and Globalization" in: *Monthly Review*, Vol. 53, nº 2, Jun 2001, <http://www.monthlyreview.org/0601amin.htm>.
- Anand, Sudhir e Sen, Amartya. *Sustainable Human Development: Concepts and Priorities*. PNUD, Ocasional Paper 1994.
- Andreff, Wladimir. *Multinacionais Globais*. Bauru, SP, EDUSC, 2000, Cap. 5.
- Árabe, Carlos Henrique. *Desenvolvimento Nacional e Poder Político. O Projeto do Partido dos Trabalhadores em um Período de Crise*. Campinas, Deptº Ciência Política - IFCH-UNICAMP, (Dissertação de Mestrado), 1998.
- Arato, Andrew e Cohen, Jean. "Sociedade Civil e Teoria Social" in: Avritzer, Leonardo. *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte, Del Rey, 1994, pp. 149-182.
- Arenal, Celestino del. "La Teoría de las Relaciones Internacionales Hoy: Debates y Paradigmas". *Estudios Internacionales*. Santiago, nº 86, abr-jun 1989, pp. 153 a 182.
- Atilio Boron. Entrevista. *Teoria e Debate*, nº 49, out-dez 2001, pp. 54-59.
- Azevedo, Clovis Bueno. *Leninismo e Social-Democracia: uma Investigação sobre o Projeto Político do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo, FFLCH-USP, (Dissertação de Mestrado), 1991, cap. 3.
- Baran, Paul e Sweezy, Paul. "Notas sobre la Teoría del Imperialismo" in: Villarreal, René (org.). *Economía Internacional. Teorías del Imperialismo, la Dependencia y su Evidencia Histórica*. México, Fondo de Cultura Económica, 1989, pp. 78-93.
- Barros, Ricardo Paes e Mendonça, Rosane. *Os Determinantes da Desigualdade no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA, jul 1995, Texto para Discussão nº 377.
- Barros, Ricardo Paes, Henriques Ricardo e Mendonça Rosane. *Desigualdade e Pobreza no Brasil: a Estabilidade Inaceitável*. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.
- Batista Jr, Paulo Nogueira. *Da Crise Econômica Internacional à Moratória Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988, Cap I.
- Batista Jr., Paulo Nogueira. *O Plano Real, Três Anos Depois*. Palestra para o Bloco de Oposição na Câmara dos Deputados, 19 de junho de 1997.
- Bello, Álvaro e Rangel, Marta. *Etnicidad, 'Raza' y Equidad en América Latina y el Caribe*. Santiago, CEPAL, 7 de agosto de 2000.
- Bielschowsky, Ricardo. "Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL – Uma Resenha" in: Bielschowsky, Ricardo. (org.) *Cinquenta Anos de Pensamento na CEPAL*, Rio de Janeiro, Record, 2000.
- Boutillon, César, Legovini, Arianna e Lustig, Nora. *Can Education Explain Income Inequality Changes in México?* Washington, Banco Mundial, jun 1999, draft.
- Bouzas, Roberto. "Los Estados Unidos y el Proceso de Transnacionalización en la Posguerra." in: Tomassini, Luciano. *Transnacionalización y Desarrollo Nacional en América Latina*. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1984.
- Braathen, Einar. "New Social Corporatism. A Discursive-Comparative Perspective on World Development Report 2000/1, 'Attacking Poverty'" in: VVAA. *Critical Review on World Bank Report*, CROP, 2000, <http://www.crop.org/publications/reports.cfm>.
- Cacciamali, Maria C. "As Economias Informal e Submersa: Conceitos e Distribuição de Renda" in: Camargo, José Márcio e Giambiagi, Fábio. *Distribuição de Renda no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- Camargo, José Márcio. "Mãos à Obra, Senador!". *Folha de São Paulo*, 11 de agosto de 1999.
- Cano, Wilson. "Notas para Um Projeto Nacional de Desenvolvimento". *Teoria e Debate*, ano 13, nº 45, jul-ago-set 2000, pp. 46-52.
- Cardoso, Fernando Henrique. "FHC Analisa as Conseqüências da Globalização", *Folha de São Paulo*, 21 de fevereiro de 1996, Conferência no Colegio de México.
- Cardoso, Fernando Henrique. "FHC Discute as Conseqüências da Globalização", *Folha de São Paulo*, 28 de janeiro de 1996, Conferência na Índia.
- Casanova, Pablo Gonzáles. "L'Exploitation Globale". *Alternatives Sud*, vol. VI, nº 1, 1999, pp. 165-187.
- Ceceña Martorella, Ana Ester. "Los Miserables en la Teoría Social Latinoamericana" in: Marini, Ruy Mauro e Millán, Mária (org.). *La Teoría Social Latinoamericana*. México, UNAM, 1996, Tomo II, pp. 237-262.

- Ceceña Martorella, Ana Ester. "Los Miserables en la Teoría Social Latinoamericana" in: Marini, Ruy Mauro e Millán, Mária (org.). *La Teoría Social Latinoamericana*. México, UNAM, 1996, Tomo II, pp. 237-262.
- Chauí, Marilena. "Público, Privado, Despotismo" in: Novaes, Adauto (org.). *Ética*. São Paulo, Cia das Letras, 1996, pp. 345-390.
- Chen, Shahoua e Wang, Yan. *China's Growth and Poverty Reduction: Recent Trends between 1990 and 1999*. Washington, Banco Mundial, jul 2001.
- Chesnais, François. "A Fisionomia das Crises no Capitalismo Mundializado". *Novos Estudos Cebrap*, nº 52, nov 1998.
- Clairmont, Frédéric. "Ces deux cents sociétés qui contrôlent le monde". *Le Monde Diplomatique*, abr 1997.
- Clairmont, Frédéric. "Ces firmes géantes qui se jouent des Etats". *Le Monde Diplomatique*, dez 1999.
- Coggiola, Osvaldo "A Crise Estrutural do Capital". in: Coggiola, Osvaldo (org.). *Estudos. Capitalismo: "Globalização" e Crise*. São Paulo, Humanitas, 1998.
- Cohn, Gabriel. "Do PC ao PT, os Impasses da Esquerda Brasileira". *Carta Política*. v. 1, nº 2, p. 6, abr 1991.
- Corbacho, Ana e Schwartz, Gerd. *México: Experiences with Pro-Poor Expenditure Policies*. Washington, FMI, jan 2002, Working Paper 02/12.
- Cornia, Giovanni Andrea. "Income Distribution, Poverty and Welfare in Transitional Economies: a Comparison between Eastern Europe and China". *Journal of International Development*. V.6, nº 5, 1994, pp. 569-607.
- Cortés, Fernando. "Determinantes de la Pobreza de los Hogares. México, 1992". *Revista Mexicana de Sociología*, ano LIX, nº 2, abr-jun 1997, pp. 131-159.
- Coutinho, Carlos Nelson. "Gramsci no Brasil: Recepção e Usos" in: Moraes, João Quartim (org.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, Unicamp, 1998, Vol. III, pp. 123-157.
- Cox, Robert W. "Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method". *Millenium*, Vol. 12, nº 2, 1983, pp. 162-175.
- Cox, Robert W. "Rumo a uma Conceituação Pós-Hegemônica da Ordem Mundial: Reflexões sobre a Relevância de Ibn Kaldun" in: Rosenau, James e Czempiel, Ernst-Otto (orgs.). *Governança sem Governo. Ordem e Transformação na Política Mundial*. Brasília, UnB, 2000, pp. 183-218.
- D'Alema, Massimo. Entrevista. *Carta Capital*, 8 de janeiro de 2003, pp. 48-53.
- Damill, Mario, Frenkel, Roberto e Maurizio, Roxana. *Argentina: Una década de convertibilidad*. Santiago, OIT, 2002, Síntesis y Conclusiones.
- Dollar, David e Kraay, Aart. *Grow is Good for the Poor*. Banco Mundial, Development Research Group, mar 2000, <http://www.worldbank.org/research>.
- Dos Santos, Theotônio. "A Teoria da Dependência: um Balanço Histórico e Teórico" in: VVAA. *Teoria da Dependência: 30 Anos Depois*. Mimeo, FFLCH/USP, Seminário realizado em 15 e 16 de junho de 1997.
- Dos Santos, Theotônio. "La Estructura de la Dependencia" in: Villarreal, René. *Economía Internacional. Teorías del Imperialismo, la Dependencia y su Evidencia Histórica*. México, Fondo de Cultura Económica, 1989, pp. 216-226.
- Espinosa, Juan. *Outlook for the World Economy: a Latin American Viewpoint*. University of Miami, 1988
- Estenssoro, Luis. *O Sistema Econômico Latino-Americano (SELA): Integração e Relações Internacionais (1975-1991)*. São Paulo, PROLAM/USP, (Dissertação de Mestrado), 1994, Cap. I.
- Evans, Peter e Stephens, John. "Studying Development Since the Sixties. The emergence of a New Comparative Political Economy". *Theory and Society*, 17: 713-745, 1988.
- Fajnzylber, P. e Lederman, D. *Economic Reform and Total Factor Productivity Growth in Latin America and the Caribbean (1950-95): An Empirical Note*, Banco Mundial, Policy Research Working Paper 2114, mai 1999.
- Faletto, Enzo. "Problemas de la Transformación Social en América Latina" in: Kliksberg, Bernardo (org.). *Cómo enfrentar la Pobreza? Aportes para la Acción*. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1992, pp. 83-90.
- Falletto, Enzo. "La CEPAL y la Sociología del Desarrollo". *Revista de la CEPAL*, nº 58, abr 1996, pp. 191-204.

- Faria, José Eduardo. "Direitos Humanos e Globalização Econômica: Notas para uma Discussão". *Estudos Avançados*, vol. 11, nº 30, mai-ago 1987, pp. 43-53.
- Fassin, Didier. "Exclusion, Underclass, Marginalidad". *Revue Française de Sociologie*, XXXVII, 1996, pp. 37-75.
- Fernandes, Florestan. "Psicanálise e Sociologia" in: Fernandes, Florestan. *Ensaio de Sociologia Geral e Aplicada*. São Paulo, Pioneira, 1976, pp. 372-390.
- Fernandes, Florestan. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968, Caps. 1 e 4..
- Ferreira, Francisco e Barros, Ricardo Paes. *The Slippery Slope: Explaining the Increase in Extreme Poverty in Urban Brazil, 1976-1996*. Mimeo, s/d.
- Ferreira, Francisco, Prennushi, Giovanna e Ravailon, Martin. *Protecting the Poor from Macroeconomic Shocks: An Agenda for Action in a Crisis and Beyond*. Washington, Banco Mundial, s/d.
- Ferreira, Francisco. *Inequality and Economic Performance. A Brief Overview to Theories of Growth and Distribution*. Jun 1999, Texto para o site do Banco Mundial sobre Desigualdade, Pobreza e Performance Sócio-econômica, <http://www.worldbank.org/poverty/inequal/index.htm>.
- Fiori, José Luis. "Império e Pauperização". *Folha de São Paulo*, 16 de setembro de 2001.
- Fiori, José Luis. "O Brasil no Império Americano." *Teoria e Debate*, ano 16, nº 52, dez 2002-jan-fev 2003, pp.44-54.
- Foucault, Michel. *História da Loucura*. São Paulo, Perspectiva, 1997, Parte I.
- Foucault, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis, Vozes, 1987, Cap I.
- Franco, Gustavo. "O Maior Inimigo da Pobreza". *Folha de São Paulo*, 8 de agosto de 1999.
- Freitag, Bárbara e Rouanet, Sérgio Paulo. "Introdução" in: Freitag, Bárbara e Rouanet, Sérgio Paulo. *Habermas*. São Paulo, Ática, 1993.
- Furtado, Celso. "O Subdesenvolvimento" (IVª Parte) in: *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, Nacional, 1986.
- Gabetta, Carlos. "Crise totale en Argentina". *Le Monde Diplomatique*, jan 2002.
- Garcia, Álvaro, Infante, Ricardo e Tokman, Victor. "Paying off the Social Debt in Latin America". *International Labour Review*, vol 128, nº 4, 1989, pp. 467-483.
- Garcia, Marco Aurélio. "A Social-Democracia e o PT". *Teoria e Debate*, nº 12, nov 1990, pp. 47-56.
- Garcia, Marco Aurélio. "Leninismo e Social-democracia na História" in: VVAA. *O PT e o Marxismo*. Cadernos de Teoria e Debate, São Paulo, Partido dos Trabalhadores, 1991.
- Garcia, Marco Aurélio. "Uma História sem Fim" in: Novaes, Adauto (org.). *Tempo e História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992, pp. 89-101.
- Garcia, Marco Aurélio. *A Conjuntura Mundial e a Política Internacional do PT nos Anos 90. Breve Balanço e Perspectivas*. II Congresso do Partido dos Trabalhadores, 1999.
- Garcia, Marco Aurélio. *O Brasil e a ALCA: Regionalização e Projeto Nacional de Desenvolvimento*. IPRI, Seminário ALCA: Riscos e Oportunidades para o Brasil, mai 1998, <http://www.mre.gov.br/ipri>.
- Genoino, José. Entrevista. *O Estado de São Paulo*, 23 de fevereiro de 2003.
- Gills, B.K. "Historical Materialism and International Relations Theory". *Millenium*, vol. 16, nº 2, verão 1987, pp. 265-280.
- Gonçalves, Renato. *O Trabalho Infantil e a Agenda Social*. Departamento do Trabalho do BNDES, s/d.
- Guimarães Neto, Leonardo. *A Trajetória Recente dos Grandes Grupos Financeiros na Economia Brasileira*. Fundação Joaquim Nabuco, mimeo, s/d, <http://www.fundaj.gov.br>.
- Habermas, Jürgen. "La crisis del Estado de Bienestar y el Agotamiento de las Energías Utópicas" in: Habermas, Jürgen. *Ensayos Políticos*. Barcelona, Península, 1988, pp. 113-134.
- Habermas, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa, Dom Quixote, 1990, pp. 225-274.
- Hakim, Peter. "Brasil e México: Duas Maneiras de Ser Global". *Política Externa*, vol 10, nº 4, mar-abr-mai 2002, pp. 94-107.

- Halevi, Joseph. "The Argentina Crisis". *Monthly Review*, vol. 53, nº 11, abr 2002, <http://www.monthlyreview.org/0402halevi.htm>.
- Henriques, Ricardo. *Desigualdade Racial no Brasil: Evolução das Condições de Vida na Década de 90*. Rio de Janeiro, IPEA, jul 2001, Texto para Discussão nº 807.
- Hirano, Sedi. "A América Latina Dentro da Hierarquização do Mercado Mundial" in: SOLAR V. *América Latina e Caribe e os Desafios da Nova Ordem Mundial*. São Paulo, PROLAM-USP, 1998, pp.139-150.
- Hirano, Sedi. "Modernización y Modernidad en América Latina". *Cuadernos Americanos/Nueva Época*, ano VI, vol. 4, nº 34, jul-ago 1992, pp.195-206.
- Hoffmann, Rodolfo e Graziano da Silva, José. *O Censo Agropecuário de 1995-1996 e a Distribuição da Posse da Terra no Brasil*. www.eco.unicamp.br/pesquisa.
- Hoffmann, Rodolfo. *Desigualdade e Pobreza no Brasil no Período 1979-97 e a Influência da Inflação e do Salário Mínimo*. IE-UNICAMP, jan 2000.
- Ianni, Octavio. "A Política Mudou de Lugar" in: Dowbor, Ladislau, Ianni, Octavio e Resende, Paulo E. (orgs.). *Desafios da Globalização*. Petrópolis, Vozes, 1998.
- Ianni, Octavio. "As Ciências Sociais na Época da Globalização". *RBCS*, vol. 13, nº 37, jun 1998.
- Ianni, Octavio. *Sociologia da Sociologia*. São Paulo, Ática, 1989, pp. 180-195.
- Jakobsen, Kjeld. "A ALCA é a extensão do NAFTA". *Teoria e Debate*, nº 50, fev-mar-abr 2002, pp. 48-51.
- Janvry, Alain e Sadoulet, Elisabeth. "Rural Poverty in Latin America. Determinants and Exit Paths". *Food Policy*, nº 25, 2000, pp. 389-409.
- Kassouf, Ana Lúcia. "Trabalho Infantil" in: Lisboa, Marcos e Menezes-Filho, Naércio (orgs.) *Microeconomia e Sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2001, pp. 117-150.
- Kassouf, Ana Lúcia. "Trabalho Infantil", in: Lisboa, Marcos e Menezes-Filho, Naércio (orgs.) *Microeconomia e Sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2001, pp. 117-150.
- Katz, Cláudio. "América Latina en la Crisis Mundial" in: Katz, Cláudio. *Economía Latinoamericana. De la Década Perdida a la Nueva Crisis*. Mimeo, 1992.
- Katz, Cláudio. "El Círculo Vicioso de la Crisis Mundial y la Deuda de América Latina". *Revista Realidad Económica*, nº 83-84, 4º bimestre 1988.
- Katz, Cláudio. "Nuevas y Viejas Tecnologías en América Latina". *Problemas del Desarrollo*, vol XXII, nº 84, jan-mar 1991.
- Kerstenetzky, Cecília. "Desigualdade e Pobreza: Lições de Sen". *RBCS*, vol. 15, nº 42, fev 2000.
- Khan, Azizur Rahman. *Poverty in China in the Period of Globalization. New Evidence on Trend and Pattern*. Genebra, OIT, 1998, Discussion Paper 22.
- Korzeniewicz, Roberto e Moran, Timothy. "World-Economic Trends in the Distribution of Income, 1965-1992". *American Journal of Sociology*, vol 102, nº 4, jan 1997, pp. 1000-1039.
- Lacerda, Alan. "O PT e a Unidade Partidária como Problema". *Dados*, vol. 45, nº 1, 2002, pp. 39-76.
- Lautier, Bruno e Salama, Pierre. "De L'Histoire de la Pauvreté en Europe a la Pauvreté dans le Tiers Monde". *Revue Tiers Monde*, t. XXXVI, nº 142, abr-jun 1995, pp. 245-255.
- Lechner, Norbert. "Estado, Mercado e Desenvolvimento na América Latina". *Lua Nova*. São Paulo, nºs 28/29, 1993, pp. 237 a 248.
- Lefort, Claude. *A Invenção Democrática. Os Limites da Dominação Totalitária*. São Paulo, Brasiliense, 1983, Cap. I.
- Lênin, Vladimir I. "El Imperialismo, Fase Superior del Capitalismo" in: Villarreal, René. *Economía Internacional. Teorías del Imperialismo, la Dependencia y su Evidencia Histórica*. México, Fondo de Cultura Económica, 1989, pp. 47-63.
- Lew, Roland. "En Chine, un Etat autoritaire mais faible". *Le Monde Diplomatique*, out 1999.
- Limoeiro-Cardoso, Miriam. *Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes*. São Paulo, IEA/USP, Coleção Documentos, jul 1997.
- Londoño, Juan L. e Székely, Miguel. *Persistent Poverty and Excess Inequality Latin America, 1970-1995*. Washington, BID, 1997.

- Lozano, Cláudio e Manjovsky, Eduardo. *La economía Argentina luego de la dictadura*. Buenos Aires, Global policy Network, abr 2001, <http://www.globalpolicynetwork.org>.
- Lustig, Nora e Székely, Miguel. *México: Evolución Económica, Pobreza y Desigualdad*. Washington, BID, dez 1997.
- Maddison, Angus et alii. *La Economía Política de la Pobreza, La Equidad y el Crecimiento: Brasil y México*. México, Fondo de Cultura Económica, 1992, pp. 188-190.
- Mantega, Guido, Mattoso, Jorge, Singer, Paul, e Gonçalves, Reinaldo. “A Reconstrução da Nação”. *Teoria e Debate*, ano 13, nº 43, jan-fev-mar 2000.
- Mariátegui, José Carlos. “Esquema de la Evolución Económica” in: Mariátegui, José Carlos. *Siete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*. Barcelona, Crítica, 1976, pp. 11-28.
- Marini, Ruy Mauro. “Proceso y Tendencias de la Globalización Capitalista” in: Marini, Ruy Mauro e Millán, Mária (orgs.). *La Teoría Social Latinoamericana*. México, UNAM, 1996, Tomo IV, pp. 49-68.
- Martins, José de Souza. *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo, Edições Paulinas, 1997, Introdução e Cap. I.
- Marx, Karl. “Características Essenciais do Sistema Capitalista” in: Ianni, Octavio (org). *Marx*. São Paulo, Ática, 1996, Coleção Grandes Cientistas Sociais, pp. 76-80.
- Marx, Karl. *O Capital*. São Paulo, Nova Cultural, 1988, Livro Primeiro, Seção VII, Caps. XXI a XXV.
- Mattos, Marcelo. “Em Busca da Revolução Socialista: a Trajetória da POLOP (1961-1967)” in: Ridenti, Marcelo e Reis Filho, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, Unicamp, 2002, vol. 5, pp. 185-208.
- McCarthy, Thomas. “La Teoría de la Acción Comunicativa.” in: McCarthy, Thomas. *La Teoría Crítica de Jürgen Habermas*. Madri, Tecnos, 1987.
- Medeiros, Carlos A. “China: entre os séculos XX e XXI” in: Fiori, José L. *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- Medeiros, Carlos A. “Economia e Política do Desenvolvimento Recente na China”. *Revista de Economia e Política*. Vol. 19, nº 3 (75), jul-set 1999.
- Medeiros, Marcelo. *A Construção de uma Linha de Riqueza a Partir da Linha de Pobreza*. Brasília, IPEA, jul 2001, Texto p/ Discussão nº 812.
- Mercadante, Aloizio. “A Opção Brasileira” *O Globo*, 17 de abril de 2001.
- Mercadante, Aloizio. “A Outra Batalha na OMC”. *Folha de São Paulo*, 9 de março de 2003.
- Mercadante, Aloizio. “Fome o Prato do Dia”. *Folha de São Paulo*, 28 de outubro de 2001.
- Mercadante, Aloizio. “Globalização e Desarmamento Financeiro”. *Folha de São Paulo*, 11 de julho de 1999.
- Mercadante, Aloizio. “Marco Histórico”. *Teoria e Debate*, ano 14, nº 47, fev-mar-abr 2001.
- Mercadante, Aloizio. “O Plebiscito sobre a Alca”. *Folha de São Paulo*, 18 de março de 2001.
- Mercadante, Aloizio. “Uma Nova Política Externa”. *Boletim da Secretaria de Relações Internacionais do Partido dos Trabalhadores*, ano II, nº 32, jul 2002.
- Mercadante, Aloizio. *Uma Economia de Justiça e Solidariedade. Propostas Alternativas para o Combate à Pobreza e à Desigualdade Social*. Documento da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara Federal. Brasília, set 1999.
- Mercadante, Aloizio e Tavares, Maria da Conceição. “Eixos de um Novo Modelo”. *Teoria e Debate*, nº 49, out-nov-dez 2001.
- Mesa-Lago, Carmelo. *Old-Age Security and Health Care for the Poor in Latin America and the Caribbean*. Washington, BID, 5 de fevereiro de 1999.
- Milanovic, Branco e Yitzhaki, Shlomo. *Decomposing World Income Distribution: Does the World Have a Middle Class?* Banco Mundial-Hebrew University, s/d.
- Milanovic, Branco. *True World Income Distribution, 1988 and 1993: First Calculation Based on Household Surveys Alone*. Banco Mundial, Development Research Group, 1999.
- Minella, Ary César. *Globalização Financeira e as Associações de Bancos na América Latina*. Apresentado na XXV ANPOCS, out 2001, Caxambu-MG, <http://www.cas.northwestern.edu/cics/lasa/minelli-n01.doc>.

- Nascimento, Elimar Pinheiro. “A Exclusão social na França e no Brasil: Situações Aparentemente Invertidas. Resultados Quase Similares” in: Dinis, E., Lopes, J.S.L. e Prandi, R. (orgs.). *O Brasil no Rastro da Crise*. São Paulo, ANPOCS/HUCITEC/IPEA, 1994, pp. 295-302.
- Nascimento, Elimar Pinheiro. “Hipóteses sobre a Nova Exclusão social: dos Excluídos Necessários aos Excluídos Desnecessários”. *Cadernos CRH*, nº 21, jul-dez 1994.
- Neri, Marcelo *et alii*. *Brasil*. IPEA, s/d
- Neri, Marcelo. “Desemprego, Informalidade e Pobreza”. *Conjuntura Econômica*, abr 2001.
- Neri, Marcelo. “Por uma linha oficial de miséria”. *Conjuntura Econômica*, dez 2002, pp. 56-57.
- Nóbrega, Mailson. “O Fundo pela Pobreza pode Aumentar a Pobreza”. *Folha de São Paulo*, 30 julho de 1999.
- Nun, José. “El Futuro Del Empleo y la Tesis de la Masa Marginal”. *Desarrollo Económico*, vol. 38, nº 152, jan-mar 1999.
- Nun, José. “El Futuro Del Empleo y la Tesis de la Masa Marginal”. *Desarrollo Económico*, vol 38, nº 152, jan-mar 1999.
- Oliveira, Francisco de. “Passagem na Neblina” in: Oliveira, Francisco de, Stedile, João Pedro e Genoíno, José. *Classes Sociais em Mudança e a Luta Pelo Socialismo*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000, pp. 7-22.
- Oliveira, Francisco. “O Caráter da Periferia Especial”. *Folha de São Paulo*, 25 de março de 2001.
- Oliveira, Francisco. “Przeworski Submete Marxismo à Dura Prova”. *Folha de São Paulo*, 17 de junho de 1989.
- Oliveira, Luciano. “Os Excluídos Existem. Notas sobre a Elaboração de um Novo Conceito”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 33, 1997, p. 53.
- Paes de Paula, Ana Paula. “Tragtenberg Revisitado: as Inexoráveis Harmonias Administrativas” in: *Anais do 24º ENANPAD*, 2000, Florianópolis, http://www.nobel.com.br/cdmt/tragtenberg_revisitado.htm.
- Pánuco-Laguette, Humberto e Székely, Miguel. “La Distribución Del Ingreso y la Pobreza en México” in: Bulmer-Thomas, Victor (org.). *El Nuevo Modelo Económico en América Latina*. México, Fondo de Cultura Económica, 1997, pp. 225-266.
- Paoli, Maria Célia. “Trabalhadores e Cidadania. Experiência do Mundo Público na História do Brasil Moderno”. *Estudos Avançados*, nº 7, set-dez 1989, pp. 40-66.
- Petras, James. *Argentina y el Hambre*. Mimeo, 2002.
- Pinheiro, Paulo S., Poppovic, Malak e Kahn, Tulio. “Pobreza, Violência e Direitos Humanos”. *Novos Estudos Cebrap*, nº 39, jul 1994, pp. 189-208.
- Prado Jr., Caio. *A Revolução Brasileira*. São Paulo, Brasiliense, 1966, Cap. I.
- Przeworski, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, caps. 1 e 2.
- Quadros, Waldir e Antunes, Davi. “Classes Sociais e Distribuição de Renda no Brasil dos Anos Noventa”. *Cadernos do CESIT*, nº 30, out 2001.
- Quijano, Aníbal. *Colonialidad del Poder, Globalización y Democracia*. Forum Social Mundial, dez 2000, <http://www.forumsocialmundial.org.br/>.
- Rama, Germán. “La Educación y los Cambios en la Estructura Social de América Latina” in: Reyna, José Luis (org.). *América Latina a Fines de Siglo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1995, pp. 242-275.
- Ramonet, Ignácio. “La Pensée Unique”. *Le Monde Diplomatique*, jan 1995.
- Ramos, Lauro e Vieira, Maria Lucia. *Desigualdade de Rendimentos no Brasil nas Décadas de 80 e 90: Evolução e Principais Determinantes*. Rio de Janeiro, IPEA, jun 2001, Texto para Discussão nº 803.
- Rancière, Jacques. “O Dissenso” in: Novaes, Aduino (org.). *A Crise da Razão*. São Paulo, Cia das Letras, 199, pp. 367-382.
- Reddy, Sanjay e Pogge, Thomas. *How Not to Count the Poor*. 15 ago 2002, <http://www.socialanalysis.org> , Version 4.4.
- Ridenti, Marcelo. *Ecos de Trotsky na Esquerda Armada Brasileira, 1964-1974*. Araraquara, UNESP, 16 de agosto de 1999, www.fclar.unesp.br/publi/publicacoes/art9.html .

- Robinson, James. *Where does Inequality Come From? Ideas and Implications for Latin America*. OECD Development Centre, Technical Paper nº 188, dez 2001, <http://www.oecd.org/dev/technics>.
- Rocha, Juan, Simões, Breno e Guedes, Geraldo. “Assistência Hospitalar como Indicador da Desigualdade Social”. *Revista de Saúde Pública*. v. 31, nº 5, out 1997, pp. 479-487.
- Rocha, Sonia. “Alguns Consensos sobre a Questão da Pobreza no Brasil” in: Dowbor, Ladislau e Kilsztajn, Samuel (orgs.). *Economia Social no Brasil*. São Paulo, SENAC, 2001, pp. 71-88.
- Rocha, Sonia. “Crise, Estabilização e Pobreza”, *Conjuntura Econômica*, <http://www.fgv.br/fgv/ibre/cecon/ensaio.htm>.
- Rocha, Sonia. “Governabilidade e Pobreza. Desafio dos Números” in: Valladares, Licia e Coelho, Magda (orgs.). *Governabilidade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995, pp. 221-265.
- Rocha, Sonia. “Medindo a pobreza no Brasil” in: Lisboa, Marcos e Menezes-Filho, Naércio (orgs.) *Microeconomia e Sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2001, pp. 51-78.
- Rocha, Sônia. “Medindo a pobreza no Brasil” in: Lisboa, Marcos e Menezes-Filho, Naércio (orgs.) *Microeconomia e Sociedade no Brasil*. Rio de Janeiro, Contra Capa, 2001, pp. 51-78.
- Rocha, Sonia. *Poverty in Brazil in the Eighties - A Review*. IPEA, Texto apresentado no “Seminar on Poverty Statistics”, Santiago, 7-9 de mai 1997.
- Rocha, Sonia. *Renda e Pobreza: Impactos do Plano Real*. Rio de Janeiro, IPEA, TD/439, dez 1996.
- Rock, David. “Racking Argentina”. *New Left Review*, nº 17, set-out 2002, pp. 55-86.
- Romero, Dália e Szwarcwald, Célia. “Crisis Económica y Mortalidad Infantil en Latinoamérica desde los Años Ochenta”. *Cad. Saúde Pública*, 16 (3), jul-set, 2000, pp. 799-814.
- Rosenbluth, Guillermo. “Informalidad y pobreza en América Latina”. *Revista da CEPAL*, nº 52, abr 1994, pp 157-177.
- Sachs, Ignacy. “Desenvolvimento numa Economia Mundial Liberalizada e Globalizante: um Desafio Impossível?” *Estudos Avançados*, vol. II, nº 30, mai-ago 1997, pp. 213-242.
- Sachs, Ignacy. “Desenvolvimento, Direitos Humanos e Cidadania” in: Pinheiro, Paulo Sérgio e Guimarães, Samuel P. *Direitos Humanos no Século XXI*. Brasília, IPRI, 1998, pp. 155-166.
- Sader, Emir. “Cuba no Brasil: Influências da Revolução Cubana na Esquerda Brasileira” in: VVAA. *História do Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1991, Vol. I, pp. 159-183.
- Sader, Emir. “O Brasil Fora da Alca”. *Folha de São Paulo*, 3 de abril de 2001.
- Salas, Carlos. “The Impact of Nafta on Wages and Incomes in México”. *Briefing Paper*, Economic Policy Institute, Washington, 2001, <http://epinet.org>.
- Salas, Carlos. *Tendencias Actuales del Mercado de Trabajo em México*. Global Policy Network/ RISEL, mai 2002, <http://www.globalpolicynetwork.org>.
- Santana, Adalberto. “A Globalização do Narcotráfico”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 42, nº 2, 1999, pp. 99-116.
- Schubert, Renate. “La Pobreza en los Países en Desarrollo: Concepto, Magnitud, Consecuencias”. *Contribuciones*. Buenos Aires, vol. 3, 1995, pp. 7-32.
- Schutte, Giorgio R. “Novas Dinâmicas das Empresas Transnacionais”. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 12, nº 2, abr-jun 1988.
- Sen, Amartya. “Dez Teses sobre a Globalização”. *Folha de São Paulo*, 9 de setembro de 2001.
- Sen, Amartya. “Valeurs asiatiques et croissance économique”. *Le Monde*, 27 de outubro de 1998.
- Sen, Amartya. Entrevista. *O Estado de São Paulo*, 23 de julho de 2000.
- Serra, José e Cardoso, Fernando Henrique “As Desventuras da Dialética da Dependência”. *Estudos Cebrap*, nº 23, 1978, pp. 33-80.
- Shicheng, Xu. *Sobre la Reforma en China*. São Paulo, Deptº de Ciência Política-FFLCH/USP, 1992, Série Política Internacional 10.
- Silva, Antônio Ozaí da. *História das Tendências no Brasil. Origens Rachas e Propostas*. Partido dos Trabalhadores, Mimeo, s/d.

- Singer, Paul “Apresentação” in: Mandel, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Abril Cultural, 1982, pp. VII-XXXIII.
- Singer, Paul. “A Reprodução da Força de Trabalho e Desenvolvimento” in: Padis, Pedro Calil (org.) *América Latina. Cinquenta Anos de Industrialização*. São Paulo, Hucitec, 1979, pp. 197-222.
- Singer, Paul. “O Fim Forçado das Contradições”. *Folha de São Paulo*, 11 de fevereiro de 1996.
- Singer, Paul. “Poder Público e Organizações Populares no Combate à Pobreza” in: Valladares, Licia e Coelho, Magda (orgs.). *Governabilidade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- Singer, Paul. “Um Mapa da Exclusão Social no Brasil” in Passetti, Edson et alii. *Modernidade, Globalização e Exclusão*. São Paulo, Imaginário, 1996, pp. 75-113.
- Singer, Paul. “Urbanização, Dependência e Marginalidade na América Latina”. in: Singer, Paul. *Economia Política da Urbanização*. São Paulo, Brasiliense, 1973, pp. 63-90.
- Singer, Paul. *Social Exclusion in Brazil*. OIT, DP/94, 1997.
- Sorj, Bernardo. *Uma Nota sobre os Estudos de Desigualdade Social no Brasil*. Apresentado na XXV ANPOCS, out 2001, Caxambu-MG.
- Sousa Santos, Boaventura. “Reinventar a Democracia: entre o Pré-contratualismo e o Pós-contratualismo” in: Oliveira, Francisco e Paoli, Maria Célia (orgs.) *Os Sentidos da Democracia: Política do Dissenso e Hegemonia Global*. São Paulo, Vozes, 1999.
- Sousa Santos, Boaventura. *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*. São Paulo, Cortez, 2000, pp. 23-49.
- Souza, Marco Antonio. *Da Esquerda Revolucionária pré-64 ao PT: Continuidades e Rupturas*. São Paulo, FFLCH-USP, (Dissertação de Mestrado), 1995, Conclusões.
- Subcomandante Insurgente Marcos. “La Derecha Intelectual y el Fascismo Liberal”. *Le Monde Diplomatique*, ago 2000.
- Sunkel, Osvaldo. “Pasado, Presente y Futuro de la Crisis Económica Internacional” in: Tomassini, Luciano. *Transnacionalización y Desarrollo Nacional en América Latina*. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1984.
- Sunkel, Osvaldo. “Del Desarrollo Hacia Adentro al Desarrollo desde Dentro” in: Reyna, José Luis (org.). *América Latina a Fines del Siglo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1995, pp. 15-59.
- Suplicy, Eduardo Matarazzo. “A Persistência da Desigualdade, o Endividamento Crescente e o Caminho da Equidade”. *Estudos Avançados*, 14 (40): 23-41, set-dez 2000.
- Telles, Vera da Silva. “Direitos Sociais: Afinal de que se Trata?”. *Revista USP*, nº 37, mar/mai 1998.
- Telles, Vera da Silva. “Questão Social: Afinal de que se Trata?”. *São Paulo em Perspectiva*, v. 10, nº 4, out-dez 1996, pp. 85-95.
- Telles, Vera da Silva. *A Cidadania Inexistente: Incivilidade e Pobreza*. São Paulo, FFLCH/USP, (Tese de Doutorado), 1992, Introdução e Cap I.
- Tomassini, Luciano. “El Proceso de Transnacionalización y las Relaciones Externas de los Países Latinoamericanos” in: Tomassini, Luciano. *Transnacionalización y Desarrollo Nacional en América Latina*. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano, 1984.
- Toussaint, Eric. *Crisis financiera en Argentina: el origen de la deuda*, jan 2002, <http://www.rcci.net/globalizacion/2002/fg214.htm> .
- Tragtenberg, Maurício. “A atualidade de Errico Malatesta”. *Revista Mensal*, ano II, nº 15, ago 2002, (Folhetim, *Folha de São Paulo*, 16 de janeiro de 1983).
- Tragtenberg, Maurício. “Rosa Luxemburg e a Crítica aos Fenômenos Burocráticos”. *Revista Mensal*, ano I, nº 9, fev 2002.
- Trotsky, Leon. “Textos sobre América Latina y la Cuestión Nacional” in: Trotsky, Leon. *La Revolución Permanente*. Buenos Aires, Coyoacán, 1969.
- Urani, André. “Crescimento e geração de emprego e renda no Brasil”. *Lua Nova*, nº 35, 1995, pp. 5-38.
- Urani, André. *Liberalization, Stabilization and Poverty in Latin America During the 1990's*. Rio de Janeiro, IPEA, out 1996, Texto para Discussão nº 445.

- Valier, Jacques. “La Teoría del Imperialismo de Rosa Luxemburgo” in: Villarreal, René. *Economía Internacional. Teorías del Imperialismo, la Dependencia y su Evidencia Histórica*. México, Fondo de Cultura Económica, 1989, pp. 26-46.
- Velasco e Cruz, Sebastião. “Um Outro Olhar: sobre a Análise Gramsciana das Organizações Internacionais”. *RBCS*, nº 42, v. 15, fev 2000.
- Vieira, Margarida. “O Partido Socialista Brasileiro e o Marxismo (1947-1965)” in: Ridenti, Marcelo e Reis Filho, Daniel Aarão (orgs.). *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, Unicamp, 2002, vol. 5, pp. 157-184.
- Vita, Álvaro de. *Justiça Distributiva: o Enfoque Normativo de Sen*. Apresentado na XXIII ANPOCS, out 1999, Caxambu-MG.
- Wade, Robert. “Winners and Losers”. *The Economist*, 26 de abril de 2001.
- Weber, Max. “El Origen del Capitalismo Moderno” in: Weber, Max. *Historia Económica General*. México, Fondo de Cultura Económica, 1978.
- Weinberg, Daniel e Jones Jr., Arthur. *The Changing Shape of the Nation's Income Distribution*. US Census Bureau, Current Population Reports, jun 2000.
- Weinberg, Daniel. *A Brief Look at Postwar US Income Inequality*. US Census Bureau, Current Population Reports, jun 1996.
- Weisbrot, Mark, Baker, Dean, Naiman, Robert e Neta, Gila. *Growth May be Good for the Poor - But are IMF and World Bank Policies Good for Growth?*. Draft, ago 2000, http://www.cepr.net/response_to_dollar_kraay.htm
- Yao, Shujie. “Economic Development and Poverty Reduction in China over 20 Years of Reforms”. *Economic Development and Cultural Change*, vol. 48, nº 3, 2000, pp. 447-474.
- Yao, Shujie. “Economic Growth, Income Inequality and Poverty in China under Economic Reforms”. *Journal of Development Studies*, vol. 35, nº 6, ago 1999, pp. 104-130.
- Zhang, Amei. *Poverty Alleviation in China: Commitment, Policies and Expenditures*. Mimeo, 1993.

C. Relatórios e Textos

- Banco Mundial. *O Combate à Pobreza no Brasil*. Relatório do Setor de Redução da Pobreza e Manejo Econômico, Banco Mundial - Deptº do Brasil, 31 de março de 2001, nº 20475-BR.
- Banco Mundial. *World Development Report 1990. Poverty*. Washington, Banco Mundial, 1990.
- Banco Mundial. *World Development Report 2000-2001. Attacking Poverty*. New York, Oxford University Press, 2001.
- BID, *Informe Progreso Económico y Social de América Latina. América Latina Frente a la Desigualdad*, Washington, BID, 1998.
- CEPAL. *La Brecha de la Equidad: una Segunda Evaluación*. Santiago, CEPAL, 2000.
- CEPAL. *La Brecha Social de la Equidad. América Latina, el Caribe y la Cumbre Social*. CEPAL, Santiago, Presentación, Resumen y Conclusiones, <http://www.eclac.cl/espanol/TextosFund/brecha.htm>.
- CEPAL. *La Pobreza en América Latina: Dimensiones y Políticas*. Santiago, ONU, 1985.
- CEPAL. *Panorama Social de América Latina 1998*. Santiago, CEPAL, 1998.
- CEPAL. *Panorama Social de América Latina 2000-2001*. Santiago, CEPAL, 2001.
- Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (Coords.). *Brasil e o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Relatório da Sociedade Civil sobre o Cumprimento, pelo Brasil, do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais)*. Brasília, abr 2000.
- Datafolha. “O País dos Direitos de Papel”. *Folha de São Paulo*, 24 de março de 2002.
- Haas, Francisco, Muniz, Jerônimo Oliveira e Lima, João de Oliveira. *Brazil: Child and Adolescent Domestic Work in Selected Years from 1992 to 1999: A National Report*. Genebra, Organização Internacional do Trabalho (ILO/OIT) - International Programme on the Elimination of Child Labour (IPEC), jan 2003.

- INEGI. *XII Censo General de Población y Vivienda*. México, INEGI, 2000.
- INEGI. *Indicadores Sociodemográficos de México (1930-2000)*. México, INEGI, 2000.
- Instituto da Cidadania. *Projeto Fome Zero – Uma Proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil*. São Paulo, Instituto da Cidadania, out 2001.
- Merrill Lynch/ Gemini Consulting. *World Wealth Report 2000*, Merrill Lynch/ Gemini Consulting, 2000.
- ONU. “Declaração Universal dos Direitos Humanos”. *Folha de São Paulo*, 3 de dezembro de 1998, suplemento especial.
- ONU. *Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social*. Copenhagen, PNUD, 1995, , gopher://gopher.undp.org/00/unconfs/wssd/summit/off/a--9.sp .
- ONU-ODCCP (Office for Drug Control and Crime Prevention). *Financial Havens, Banking Secrecy and Money Laundering*. ONU, 1998.
- ONU-ODCCP (Office for Drug Control and Crime Prevention). *World Drug Report*. ONU, 2000.
- Oxfam. *Loaded Against the Poor: World Trade Organization*. Oxfam Policy Department, nov 1999, position paper, <http://www.oxfam.org.uk>.
- PNUD. “Uma Estratégia para a Superação da Pobreza na América Latina”. *Estudos Avançados*, 6(16), 1992, pp.157-182.
- PNUD. *Human Development Report 1992*. New York, Oxford University Press, 1992.
- PNUD. *Human Development Report 2001*. New York, Oxford University Press, 2001.
- PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1996*. Lisboa, Tricontinental, 1996.
- PNUD. *Relatório do Desenvolvimento Humano 1997*. Lisboa, Trinova, 1997.
- PNUD. *Superar la Pobreza Humana. Informe Del PNUD sobre la Pobreza*. Nova York, PNUD, 2000.
- Pochmann, Marcio e Amorin, Ricardo (orgs.). *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. São Paulo, Cortez, 2003.
- PT. *Programa da Revolução Democrática*. Tese do II Congresso do Partido dos Trabalhadores, 1999.
- PT. *Programa de Governo do Partido dos Trabalhadores 2002*, Capítulo “Desenvolvimento, Distribuição de Renda e Estabilidade”, <http://www.lula.org.br>.
- PT-Diretório Nacional (DN). *Resolução sobre Conjuntura*. Aprovada na reunião realizada em São Paulo nos dias 15 e 16 de março de 2003.
- PT-Secretaria de Formação Política. “Um Novo Pai dos Pobres”. *Periscópio*, Fundação Perseu Abramo, nº 13, jan 2002, <http://www.fpabramo.org.br/periscopio/periscopio13/texto04.htm>.
- The Economist. “Of Rich and Poor”. *The Economist*, 26 de abril de 2001.
- US Department of State. *World Military Expenditures and Arms Transfers 1998. Fact Sheet*. Washington, 21 ago, 2000, http://www.state.gov/www/global/arms/bureau_vc/wmeat98fs.html.

D. Sites, Bases de Dados, Jornais e Revistas

- Agência de Notícias Prensa Latina. <http://www.prensa-latina.cu/>
- Banco Mundial, <http://www.worldbank.org/>.
- Banco Mundial. *World Development Indicators 1997 on CD-ROM*. Washington, Banco Mundial, 1997.
- Banco Mundial. *World Development Indicators 2000 on CD-ROM*. Washington, Banco Mundial, 2000.
- Banco Mundial. *World Development Indicators 2002 on CD-ROM*. Washington, Banco Mundial, 2002.
- BBVA Securities – Banco Bilbao-Vizcaya Argentaria Securities, Nova York, para dados das seguintes fontes: Banco de México, SHCP, PEMEX, Bloomberg, Emerging Markets Economic Data (EMED) e Institute of International Finance (IFF), International Finance Corporation (IFC).
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, <http://www.iadb.org/>
- BIEN – Basic Income Earth Network, <http://www.etes.ucl.ac.be/BIEN/bien.html>

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina da ONU, <http://www.eclac.cl>.

CLACSO – Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, <http://www.clacso.org/>

CROP – Comparative Research Programme on Poverty, <http://www.crop.org/>

CUT – Central Única dos Trabalhadores, <http://www.cut.org.br/>

FSM – Fórum Social Mundial, <http://www.forumsocialmundial.org.br/>

Fundação Perseu Abramo, <http://www.fpabramo.org.br/>

Governo Federal do Brasil, <http://www.brasil.gov.br/>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, <http://www.ibge.gov.br/>

IBGE. *Síntese dos Indicadores Sociais 2000 em CD-ROM*. Rio de Janeiro, IBGE, 2001.

IBGE/ IPEA/ Fundação João Pinheiro. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (CD-ROM)*. Rio de Janeiro, IPEA, 1996.

INDEC-Mecon – Instituto Nacional de Estadísticas y Censo, Ministério de Economía, <http://www.indec.mecon.ar>

INEGI – Instituto Nacional de Geografía Estadística e Informática, <http://www.inegi.gob.mx/>

Instituto da Cidadania, <http://brnt5sp228.digiweb.com.br/ic.asp>

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, <http://www.ipea.gov.br/>.

Jornal Financial Times, <http://www.ft.com/>

Jornal Folha de São Paulo

Jornal La Nación, <http://www.lanacion.com/>

Jornal Clarín, <http://www.uol.com.br/clarin/>

Jornal Le Monde, <http://www.lemonde.fr/>

Jornal Le Monde Diplomatique, <http://www.monde-diplomatique.fr/>

Jornal O Estado de São Paulo, <http://www.estado.com.br/>

Jornal Pagina 12, <http://www.pagina12.com.ar/>

LANIC – Latin America Network Information Center, <http://lanic.utexas.edu/la/region/>

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, <http://www.mst.org.br/>.

OIT – Organização Internacional do Trabalho, <http://www.ilo.org/>

ONU – Organização das Nações Unidas, <http://www.unsystem.org/>

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, <http://www.undp.org/>

PNUD América Latina, <http://www.undp.org/rblac/index.htm>

PovertyNet do Banco Mundial, <http://www.worldbank.org/poverty/spanish.htm>

PT – Partido dos Trabalhadores, <http://www.pt.org.br/>

RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais, <http://www.scielo.br/> e CD-ROM “Coleção da Revista Brasileira de Ciências Sociais”. São Paulo, ANPOCS, 2003.

RelNet – Site Brasileiro de Referência em Relações Internacionais, <http://www.relnet.com.br/>

Revista Carta Capital, <http://www.cartacapital.com.br>

Revista Estudos Avançados, IEA-USP, <http://www.usp.br/iea/revista.html>

Revista Exame

Revista Forbes, <http://www.forbes.com/worldsrichest/>

Revista Fortune, <http://www.fortune.com>.

Revista Mexicana de Sociologia, <http://132.248.82.108/rms/indice.html>

Revista Monthly Review, <http://www.monthlyreview.org/>

Revista Nueva Sociedad, <http://www.nuevasoc.org.ve/>

Revista Tempo Social, FFLCH-USP, <http://www.fflch.usp.br/ds/revistas/tempo-social/index.html>

Revista Teoria e Debate, <http://www.fpabramo.org.br/td/td.htm>

Revista The Economist, <http://www.economist.com/>

Revista USP, <http://www.usp.br/geral/ccs/revista.html>

Revista Veja

SciELO – Scientific Electronic Library Online, <http://www.scielo.br/>

UNU-WIDER, United Nations University, World Institute for Development Economics Research,
<http://www.wider.unu.edu/wider.htm>

US Census Bureau, <http://www.census.gov/>